

Carlos Alberto Karam

**LEGITIMANDO UMA INOVAÇÃO SOCIAL:  
O CASO DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE  
JOINVILLE**

Tese submetida ao Programa de Pós-  
graduação em Administração - CPGA  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Serva

Florianópolis  
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Karam, Carlos

Legitimando uma inovação social : o caso do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville / Carlos Karam ; orientador, Maurício Serva - Florianópolis, SC, 2014. 404 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Inovação Social. 3. Sociologia Pragmática. 4. Racionalidade. 5. Phronesis. I. Serva, Maurício. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

## **LEGITIMANDO UMA INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO CBVJ**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de doutor em administração, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-graduação em Administração – CPGA, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 08 de Maio de 2014.

---

Prof. Marcus Vinicius Andrade de Lima, Dr.  
Coordenador do CPGA/UFSC

### **Banca Examinadora:**

---

Orientador: Prof. Maurício Serva, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina – CPGA/UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Silvia Márcia Russi De Domenico, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Presbiteriana Mackenzie – PPGA/UPM

---

Prof.<sup>a</sup> Maria Carolina Martinez Andion, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade do Estado de Santa Catarina – ESAG/UDESC

---

Prof.<sup>a</sup> Gabriela Gonçalves Silveira Fiates, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina – CPGA/UFSC

---

Prof. Pedro Antonio de Melo, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina – CPGA/UFSC



Dedico esta tese a todos os membros do Núcleo de Pesquisa Organizações Racionalidade e Desenvolvimento (ORD), como forma de expressar minha eterna gratidão pela indelével experiência de aprendizado.



## AGRADECIMENTOS

Esta é a única parte deste trabalho em que posso abusar de adjetivos e sentimentos para expressar o que somente a razão e a ciência não alcançam. Agradeço a Deus e aos meus queridos anjos protetores por mais esta oportunidade de crescimento e autorrealização. Espero que todos aqueles que me apoiaram neste desafio aceitem meus sinceros agradecimentos, mesmo sem terem sido nominalmente citados abaixo.

No âmbito mais íntimo, sou imensamente grato a minha esposa Ana Carolina e aos meus filhos Theo e Caio por tanto amor, compreensão e apoio incondicional, muitas vezes prescindindo de nossa valiosa convivência. Da mesma forma, sou eternamente grato aos meus pais Karam e Hilda pelo apoio incondicional e por assistirem à defesa da tese. Tenho muita sorte por ter sido criado e educado com tanto amor e princípios, além de poder perpetuar tudo isso com minha esposa e filhos. Ao Leonardo, meu sócio, sou muito grato pelos sacrifícios enfrentados na minha ausência e pela amizade, ora fortalecida. Obrigado aos meus sogros Raulino e Carmen e à amiga Mara, pelo apoio na revisão do texto. Agradeço também a todos os familiares e amigos que, pessoalmente ou pelas redes sociais, manifestaram seu apoio e carinho tão importantes para mim.

Quero também reconhecer a prontidão e apoio do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (CBVJ), em especial, do presidente Moacir Thomazi e do comandante Heitor Ribeiro Filho, a quem agradeço em nome de toda a corporação pela confiança e total abertura com que fui recebido. Enalteço também a equipe do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) que tão bem me atendeu durante toda a pesquisa.

Finalmente, cito com deferência a valiosa contribuição de meu orientador. Além da extrema solicitude, Maurício Serva constantemente me estimulou a ousar, mesmo quando divergia de minhas escolhas. E por falar em estímulo, agradeço profundamente o apoio que recebi em meio a tantos seminários de estudos e tertúlias, por vezes etílicas, com meus grandes amigos do núcleo de pesquisa Organizações Racionalidade e Desenvolvimento (ORD). Aos meus professores, membros da banca, colegas de turma, amigos de outros núcleos de pesquisa da UFSC e da UDESC, estendo também minha gratidão pelo rico aprendizado e convivência. Aos servidores da UFSC, tanto de nossa secretaria de pós-graduação, quanto da biblioteca e de outras tantas áreas dessa magnífica universidade que me acolheu tão bem, muito obrigado!



*Although social innovation happens all around us, many promising ideas are stillborn, blocked by vested interests or otherwise marginalised. The competitive pressures that drive innovation in commercial markets are blunted or absent in the social field and the absence of institutions and funds devoted to social innovation means that too often it is a matter of luck whether ideas come to fruition, or displace less effective alternatives. As a result, many social problems remain more acute than they need to be. (Mulgan, 2006)*



## RESUMO

A dimensão econômica do fenômeno da inovação deixou de ser suficiente para explicar processos geralmente conflituosos de mudanças de relações sociais, ocasionados pela intervenção de atores para atender a necessidades de natureza social. Essa lacuna tem incitado perspectivas alternativas para abordar inovações sociais. Como contribuição para o conhecimento de como uma inovação social é legitimada, o objetivo deste estudo de caso é compreender, à luz da Sociologia Pragmática e dos estudos sobre racionalidade, o processo de legitimação da inovação social relacionada ao “caso crítico” do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. Esse objetivo foi atingido pela construção e aplicação de uma nova proposta de abordagem de análise, operacionalizada em duas etapas. Primeiramente, a inovação social foi caracterizada com base na natureza do seu impacto, no grau de novidade e na identificação do seu estágio de legitimação. Na segunda etapa, a análise do processo de legitimação da inovação social partiu da compreensão dos modos de coordenação das principais ações de legitimação – no período de 121 anos de existência da corporação – e complementada pela Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade (IPER), apoiada pelo resgate da noção clássica de *phronesis* e da teoria dumontiana do Englobamento dos Contrários. Constatou-se que a concepção plural dos modos de coordenação das ações e respectivos elementos de racionalidade – abordados de forma integral e mediados pela *phronesis* – podem apoiar a compreensão do processo de equivalência entre diferentes concepções de bem comum, na legitimação de uma inovação social. As tensões identificadas na coordenação das ações de legitimação foram caracterizadas por três dinâmicas distintas: (1) nos processos de testes e confrontos entre múltiplas grandezas; (2) por meio de ameaças de estados de não-grandezas; e (3) por denúncias de declínio de estados de grandeza. Esta tese, resultante da exploração da convergência entre múltiplas correntes teóricas, reside na tentativa de reconhecer a complexidade da pluralidade das principais fontes de poder (grandezas) presentes em contextos sociais situados em meio ao criticismo que cerca o fenômeno da inovação social. Finalmente, foram apresentadas novas observações sobre empreendedorismo e inovação, tanto na dimensão econômica como social, assim com inter-relações entre esses campos de estudo.

**Palavras-chave:** Inovação Social. Sociologia Pragmática. Racionalidade.



## ABSTRACT

The economic dimension of the innovation phenomenon is no longer sufficient to explain often conflicting processes of social relation changes caused by the intervention of actors to meet the needs of a social nature. This gap has prompted alternative perspectives to address social innovations. As a contribution to the knowledge on how social innovation is legitimized, the objective of this case study is to understand, in light of Pragmatic Sociology and studies on rationality, the legitimation process of social innovation related to the "critical case" of the Volunteer Fire Corps of Joinville. This goal was achieved by constructing and applying a new analysis approach proposal, operationalized in two phases. First, social innovation was characterized based on the nature of its impact, novelty degree and legitimation stage. In the second phase, analysis of the social innovation legitimation process began from the understanding of the coordination modes of the major legitimation actions – in the corporation's 121 years of existence – and complemented by the Plural Interpretation of the Elements of Rationality (PIER), supported by recovering the classical notion of phronesis and dumontian theory of "The Encompassing of Contraries". It was evidenced by the plural conception of the actions' coordination modes and their respective rationality elements – approached in an integral manner and mediated by phronesis – can support understanding the equivalence process among different conceptions of the common good, in legitimizing a social innovation. The tensions identified in the legitimation actions' coordination were characterized in three distinct dynamics: (1) in testing processes and confrontation among multiple worths; (2) by states of non-worthiness threats; and (3) by denunciations of declining states of worthiness. This thesis, result of convergence among multiple theory streams, lies in an attempt to recognize the plurality complexity of the main power (worth) sources present in social contexts, situated in the midst of the criticism surrounding the social innovation phenomenon. Finally, further comments on entrepreneurship and innovation were presented in both economic and social dimensions, in addition to interrelationships among these fields of study.

**Keywords:** Social Innovation. Pragmatic Sociology. Rationality.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Paradigma Paraeconômico .....	93
Figura 2: Caminho teórico metodológica da Sociologia Pragmática ....	96
Figura 3: Tensão entre racionalidades na gestão de ecovilas .....	124
Figura 4: Integração teórica do CRISES .....	139
Figura 5: Integração teórica desta pesquisa.....	140
Figura 6: Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade .....	162
Figura 7: Englobamento dos contrários.....	177
Figura 8: Hierarquia na visão dominante .....	179
Figura 9: Evolução demográfica de Joinville (1920- 2000).....	249
Figura 10: Expansão urbana de Joinville .....	250
Figura 11: Entendimento legitimado na AE (A) .....	335
Figura 12: Entendimento legitimado na AE (B).....	342
Figura 13: Entendimento legitimado na AE (C).....	349



## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Ação dos bombeiros no incêndio da boate Kiss .....	29
Foto 2: Notícia que foi capa do jornal ANotícia .....	31
Foto 3: Primeira bomba manual .....	195
Foto 4: Torre de treinamento (1906) .....	196
Foto 5: Colonos construindo uma choupana .....	217
Foto 6: Evento na sede da Sociedade dos Ginásticos (1922) .....	226
Foto 7: Posto de observação do CBVJ .....	229
Foto 8: Torre da unidade central da primeira sede (1913) .....	237
Foto 9: Corporação e seus equipamentos (1925) .....	238
Foto 10: Jantar de confraternização na Malharia Arp (anos 1930) .....	244
Foto 11: Convite para o Baile do Bombeiro.....	245
Foto 12: Segunda sede do CBVJ (dois caminhões e bomba a motor) .....	247
Foto 13: Membros com mais de 25 anos de corporação (anos 1930) .....	248
Foto 14: Ordem da Machadinha.....	255
Foto 15: Bombeiro mirim e o Comandante Arthur Zietz .....	260
Foto 16: Baile nos anos 60 .....	266
Foto 17: Corporação de Guaramirim (mesmo lema do CBVJ) .....	275
Foto 18: Museu Nacional dos Bombeiros .....	276
Foto 19: Banda do CBVJ (anos 30).....	282
Foto 20: Anúncio da campanha Anjos .....	285
Foto 21: Grupo da Tradição segurando a bandeira do CBVJ.....	288
Foto 22: Bombeiros insatisfeitos ameaçam paralização.....	293
Foto 23: Evento de encerramento dos Bombeiros Mirins (2013) .....	299
Foto 24: Notícia da aprovação da PEC dos BV .....	306
Foto 25: Resultado da votação do PL65/13 na ALESC .....	312



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A mudança bidimensional de perspectiva .....	68
Quadro 2: Recursos fundamentais para o crescimento econômico .....	70
Quadro 3: Importância dos objetivos no empreendedorismo social.....	74
Quadro 4: O <i>spectrum</i> do empreendimento social .....	75
Quadro 5: Tipologias de formas de empreendedorismo.....	76
Quadro 6: A inovação social e suas dimensões.....	81
Quadro 7: Regimes de justificação.....	98
Quadro 8: Os axiomas .....	100
Quadro 9: Regimes pragmáticos de engajamento .....	103
Quadro 10: Características dos indivíduos e ação racional .....	116
Quadro 11: Referência de análise da CER .....	122
Quadro 12: Características das diferentes formas de conhecimento ...	134
Quadro 13: A inovação social a partir da dimensão organizacional ...	148
Quadro 14: Estágios de legitimação .....	151
Quadro 15: Quadro de análise dos mundos da Sociologia Pragmática	157
Quadro 16: Racionalidades e modos de coordenação .....	171
Quadro 17: O <i>spectrum</i> do empreendimento social .....	197
Quadro 18: Indicadores de impacto da inovação social .....	205
Quadro 19: Caracterização do estágio de legitimação.....	210
Quadro 20: Resumo da “arquitetura” da comunidade.....	227
Quadro 21: Principais ações de legitimação (1892 - 1952).....	321
Quadro 22: Principais ações de legitimação (1952 - 1992).....	324
Quadro 23: Principais ações de legitimação (1992 - 2014).....	326
Quadro 24: Relação entre ações de legitimação e AE’s.....	329
Quadro 25: Observações finais acerca do caso estudado .....	359



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABVESC – Associação de Bombeiros Voluntários no Estado de SC  
ACIJ – Associação Empresarial de Joinville  
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
BC – Bombeiro comunitário  
BP – Bombeiro profissional  
BM – Bombeiro militar  
BV – Bombeiro voluntário  
CAT – Centro de Atividades Técnicas  
CBMSC – Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina  
CBVJ – Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville  
CER – Corrente de estudos sobre racionalidade  
COMDEC – Conselho Municipal de Defesa Civil  
EdC – Economia de Comunhão  
FECABOM – Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários  
FENEME – Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais  
GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal  
IPER – Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade  
IS – Inovação social  
ITTRAN – Instituto de Trânsito  
LBV – Liderança dos bombeiros voluntários  
MF – Movimento dos Focolares  
NSE – Nova Sociologia Econômica  
OSC – Organização da Sociedade Civil  
OV – Organização Voluntária  
pk – posição kindle (forma de localização de citações em e-books)  
SI – Sistema de Inovação  
SIAME – Sistema Integrado de Assistência Médica de Emergência  
SNI – Sistema Nacional de Inovação  
SP – Sociologia Pragmática  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TCC – Teoria da Capacidade Crítica



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>1.1</b>	<b>SÍNTESE DO ENFOQUE ANALÍTICO DA PROBLEMÁTICA.....</b>	<b>43</b>
1.1.1	Pergunta de pesquisa.....	45
<b>1.2</b>	<b>DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DE PESQUISA .....</b>	<b>45</b>
<b>1.3</b>	<b>JUSTIFICATIVA DO TRABALHO .....</b>	<b>46</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>49</b>
<b>2.1</b>	<b>EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO, SISTEMA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....</b>	<b>49</b>
2.1.1	Empreendedorismo.....	49
2.1.2	Inovação .....	54
2.1.3	Sistema de Inovação e desenvolvimento econômico .....	58
2.1.4	Síntese do primeiro bloco.....	71
<b>2.2</b>	<b>EMPREENDEDORISMO SOCIAL, INOVAÇÃO SOCIAL, ECONOMIA PLURAL E DTS .....</b>	<b>73</b>
2.2.1	Empreendedorismo Social.....	73
2.2.2	Inovação Social .....	76
2.2.3	Economia plural e DTS .....	83
2.2.4	Síntese do segundo bloco .....	89
<b>2.3</b>	<b>NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA, SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA, LEGITIMAÇÃO, RACIONALIDADE E PHRONESIS .....</b>	<b>91</b>
2.3.1	Nova Sociologia Econômica .....	91
2.3.2	Sociologia Pragmática.....	95
2.3.3	Legitimação.....	108
2.3.4	Racionalidade.....	113
2.3.5	Phronesis .....	129
2.3.6	Síntese do terceiro bloco .....	136
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>139</b>
<b>3.1</b>	<b>POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO .....</b>	<b>139</b>
<b>3.2</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA .....</b>	<b>140</b>
<b>3.3</b>	<b>DELINEAMENTO DA PESQUISA .....</b>	<b>141</b>
<b>3.4</b>	<b>COLETA DE DADOS.....</b>	<b>142</b>
<b>3.5</b>	<b>TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>143</b>
<b>3.6</b>	<b>LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....</b>	<b>145</b>

<b>4</b>	<b>ABORDAGEM DE ANÁLISE .....</b>	<b>147</b>
<b>4.1</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>148</b>
4.1.1	Natureza do impacto .....	148
4.1.2	Grau de novidade .....	149
4.1.3	Estágios de legitimação.....	150
<b>4.2</b>	<b>ANÁLISE DA LEGITIMAÇÃO.....</b>	<b>151</b>
4.2.1	Modo de coordenação da ação .....	152
4.2.2	Fatores que conferem legitimidade (FCL) .....	160
4.2.3	Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade .....	160
4.2.3.1	Tentativa de (re) construção de elementos constitutivos de racionalidade .....	172
<b>4.3</b>	<b>APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS..</b>	<b>190</b>
<b>5</b>	<b>O CASO DO CBVJ.....</b>	<b>193</b>
<b>5.1</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>193</b>
5.1.1	Natureza do impacto .....	197
5.1.2	Grau de novidade .....	205
5.1.3	Estágio de legitimação .....	210
<b>5.2</b>	<b>“ARQUITETURA” DA COMUNIDADE E DO CBVJ.....</b>	<b>212</b>
<b>5.3</b>	<b>A LEGITIMAÇÃO DO CBVJ.....</b>	<b>229</b>
5.3.1	Os primeiros 60 anos de legitimação (1892 - 1952) .....	232
5.3.2	A legitimação rumo ao centenário (1952 - 1992) .....	249
5.3.3	A legitimação após o centenário (1992 - 2014) .....	273
<b>5.4</b>	<b>SÍNTESE DAS AÇÕES DE LEGITIMAÇÃO E FCL .....</b>	<b>319</b>
5.4.1	“Arquitetura” da comunidade dos fundadores .....	319
5.4.2	Principais ações de legitimação (1892 - 1952) .....	320
5.4.3	Principais ações de legitimação (1952 - 1992) .....	322
5.4.4	Principais ações de legitimação (1992 - 2014) .....	325
<b>5.5</b>	<b>ANÁLISE DOS ELEMENTOS DE RACIONALIDADE... 327</b>	
5.5.1	Cultivo da tradição e do voluntariado .....	331
5.5.1.1	Finalidade na AE (A).....	332
5.5.1.2	Julgamento ético na AE (A).....	333
5.5.1.3	Avaliação na AE (A).....	333
5.5.1.4	Entendimento na AE (A) .....	334
5.5.1.5	Tensões envolvidas na AE (A) .....	336
5.5.2	Desenvolvimento da eficiência e busca da sustentabilidade das operações.....	338
5.5.2.1	Finalidade na AE (B).....	339
5.5.2.2	Julgamento ético na AE (B).....	340
5.5.2.3	Avaliação na AE (B).....	340
5.5.2.4	Entendimento na AE (B).....	341

5.5.2.5	Tensões envolvidas na AE (B).....	342
5.5.3	Articulação para a legitimidade legal e representatividade	345
5.5.3.1	Finalidade na AE (C) .....	345
5.5.3.2	Julgamento ético na AE (C).....	346
5.5.3.3	Avaliação na AE (C).....	348
5.5.3.4	Entendimento na AE (C).....	348
5.5.3.5	Tensões envolvidas na AE (C).....	349
5.5.4	Síntese da análise dos aspectos racionais de tensão .....	351
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>355</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>365</b>
	<b>APÊNDICE A: ROTEIROS DE ENTREVISTAS .....</b>	<b>388</b>
	<b>ANEXO A: DEFINIÇÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>391</b>
	<b>ANEXO B: TEXTO DO JORNAL <i>ILLUSTRIRTE ZEITUNG</i>.....</b>	<b>394</b>
	<b>ANEXO C: POEMA SOBRE A REV. FEDERALISTA .....</b>	<b>399</b>
	<b>ANEXO D: BALANÇO DO CBVJ (1955) .....</b>	<b>400</b>
	<b>ANEXO E: CARTA AOS ASSOCIADOS (1991).....</b>	<b>401</b>
	<b>ANEXO F: EDITORIAL ANOTÍCIA (14/07/92).....</b>	<b>403</b>
	<b>ANEXO G: REPORTAGEM ANOTÍCIA (21/08/98).....</b>	<b>404</b>



## 1 INTRODUÇÃO

### O Prazer de Servir

Toda a Natureza é um desejo de serviço.  
 Serve a nuvem, serve o vento, servem os vales.  
 Onde haja uma árvore que plantar, planta-a tu;  
 Onde haja um erro que emendar, emenda-o tu;  
 Onde haja um esforço que todos evitam, aceita-o tu.  
 Sê aquele que afasta a pedra do caminho,  
 O ódio dos corações e as dificuldades de um problema  
 Existe a alegria de ser são, e a alegria de ser justo,  
 Mas existe sobretudo, a formosa a imensa alegria de servir.  
 Como seria triste o mundo se tudo já estivesse feito,  
 Se não houvesse um roseiral que plantar, uma empresa que iniciar!  
 Que não te atraíam somente os trabalhos fáceis.  
 É tão belo fazer a tarefa a que outros se esquivam!  
 Mas não caias no erro de que só se conquistam méritos  
 Com os grandes trabalhos;  
 Há pequenos serviços que são imensos serviços:  
 Adornar a mesa, arrumar os bancos, espanar o pó.  
 Aquele é o que critica, este é o que destrói;  
 Sê tu o que serve.  
 O serviço não é tarefa só de seres inferiores.  
 Deus, que dá o fruto e a luz, serve.  
 Poder-se-ia chamá-lo assim: Aquele que serve.  
 E Ele, que tem os olhos em nossas mãos, nos pergunta todo dia:  
 “Serviste hoje? A quem? À árvore, a teu amigo, à tua mãe?”  
 (Gabriela Mistral)

Milhares de bons exemplos recentes de inovações sociais tem se movido da obscuridade para uma posição mais central de atenção (MULGAN, 2006). Não obstante, existem inúmeras realidades sociais em que ainda perdura um severo déficit de inovações. Entre tantas situações crescentemente problemáticas, Mulgan (2006) apresenta as seguintes questões:

- O envelhecimento da população que requer, por exemplo, novas formas de organizar as pensões, cuidados, apoio mútuo, habitação, planejamento urbano, mobilidade e novos métodos para lidar com o isolamento;

- A diversidade crescente de países e cidades, o que exige inovação nas formas de organização escolar, formação linguística e habitação, para evitar riscos de conflito e ressentimento mútuo;
- A incidência crescente de doenças crônicas como a artrite, depressão e diabetes. Algumas doenças historicamente agudas (como câncer e doenças cardíacas) estão se tornando crônicas. É amplamente reconhecido que as soluções-chave terão que relacionar tanto organizações sociais, como soluções médicas;
- Muitos dos problemas que, em parte, são resultado do aumento do bem-estar econômico estão piorando, incluindo a obesidade, má alimentação e sedentarismo, bem como vícios de álcool, drogas e jogos de azar. Nenhum desses pode ser facilmente abordado pelos modelos tradicionais;
- Transições difíceis para a vida adulta. Há uma grande necessidade de apoiar adolescentes a trilhar satisfatoriamente seus caminhos na direção de carreiras, relacionamentos e estilos de vida mais estáveis;
- Estatísticas quanto à criminalidade e justiça, em alguns países, mostram uma nova tendência em que a maioria dos criminosos condenados reincide no crime, em menos de dois anos após deixar a prisão;
- A correlação entre o crescimento do Produto Interno Bruto e a estagnação da felicidade (e declínio do real bem-estar, de acordo com alguns indicadores);
- Os desafios originados pelas mudanças climáticas. Como reorganizar cidades, sistemas de transporte e habitação para reduzir dramaticamente as emissões de carbono. E como se adaptar às mudanças climáticas que podem já ser irreversíveis.

Essa ampla e diversificada reflexão sugerida por Mulgan (2006) nos revela, de forma geral e introdutória, a importância das inovações sociais como possibilidades para superar os desafios do quadro proposto. Além desses aspectos crônicos da realidade social global, a necessidade de inovação social pode também se relacionar a situações de gravidade bem mais específica e aguda. Introduzo, então, um acontecimento que nos aproxima do caso de inovação social estudado. Trata-se de um evento ocorrido numa interiorana cidade gaúcha, com cerca de 260 mil habitantes, que causou grande comoção nacional e internacional: o trágico incêndio da Boate Kiss, em Santa Maria.

Na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013, um incêndio foi iniciado perto do palco onde se apresentava a banda. O fogo foi causado

por um sinalizador utilizado para efeitos pirotécnicos. As chamas no teto se alastraram rapidamente devido ao material inflamável usado como isolamento acústico, o que produziu fumaça preta e tóxica. A partir do reconhecimento do perigo, houve correria e pânico entre os frequentadores, na maioria jovens estudantes universitários. Infelizmente, a única saída disponível não foi suficiente para que todos se salvassem. Foram 242 vítimas fatais, todas por asfixia tóxica, além de outras 623 pessoas feridas. A Foto 1 mostra o trabalho dos bombeiros militares, durante o incêndio (G1, 2013a).

Foto 1: Ação dos bombeiros no incêndio da boate Kiss



Fonte: Germano Roratto/Agência RBS, 2013.

A gravidade dessa tragédia foi repercutida intensamente durante meses e, provavelmente, nunca será esquecida. O incidente, em suas inúmeras implicações, provocou reações de múltiplas grandezas, das mais íntimas – daqueles diretamente envolvidos – passando por iniciativas da comunidade e agentes locais, até ações que culminaram na dimensão legal. Entre todas elas, cito apenas algumas: (1) sensação de “renascimento” dos sobreviventes; (2) dor e sofrimento pela perda de pessoas amadas; (3) sentimento de alívio e alegria pelos sobreviventes; (4) indignação e desejo de vingança; (5) reconhecimento de heróis que salvaram vidas; (6) manifestações públicas por justiça; (7) perícia e investigação técnica das causas do incêndio; (8) levantamento dos prejuízos; (9) ações indenizatórias; (10) inquérito policial para apuração

dos responsáveis; (11) inquérito civil do ministério público para investigação de improbidade administrativa da prefeitura, bombeiros e outros órgãos públicos; (12) ondas de fiscalização em todo país; (13) multas e interdições de estabelecimentos em descumprimento às normas de segurança; (14) valorização de produtos e tecnologias não inflamáveis e anti-incêndio; (15) propostas de mudanças legais nas esferas municipais, estaduais e federais, etc. (G1, 2013a).

A Presidenta Dilma Rousseff foi pessoalmente ao velório das vítimas. As autoridades e normas ligadas à segurança, prevenção de incêndios e fiscalização foram alvos de questionamentos de toda parte. A problemática havia se transformado em debate nacional. Mudanças precisavam ser apresentadas para atender à inquietação pública. Em reportagem alusiva às implicações do incêndio na Kiss, o Fantástico veiculou, na edição de 07 de abril de 2013, uma matéria com a seguinte chamada: apenas 14% das 5570 cidades brasileiras têm Corpo de Bombeiros. A questão central dessa reportagem especial era: será que eles estão preparados para atender a população? (G1, 2013b).

Em face desse cenário, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) se mobilizou politicamente junto ao poder executivo estadual para buscar aumentar seu poder de atuação. O pleito principal do CBMSC, emancipado da Polícia Militar desde 2003, era a conquista do poder de polícia administrativa. Essa proposta já havia sido apresentada anteriormente, sem avanços. Os últimos acontecimentos, no entanto, favoreciam mudanças na legislação. Os bombeiros militares reivindicavam a autoridade legal para fiscalizar e até interditar preventiva, parcial ou totalmente um imóvel em descumprimento às normas previstas (BRASIL, 2013a).

O Projeto de Lei no. 65/2013 encaminhado pelo executivo estadual à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) se tornou a lei nº 16.157, de sete de novembro de 2013 (BRASIL, 2013a). Essa lei dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências. A tramitação dessa lei, desde as reuniões nas várias comissões da ALESC até o dia de sua votação em plenário, foi permeada por amplo debate público (observação direta).

A maior polêmica se relacionava às emendas apresentadas pelo Deputado joinvilense Darci de Matos. O pleito mais representativo reivindicava que o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (CBVJ) deveria continuar realizando as atividades técnicas de fiscalização e avaliação de projetos para a Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ). Pela emenda do parlamentar estadual, o poder de

polícia continuaria com o executivo municipal, enquanto os Bombeiros Voluntários daquela cidade se manteriam responsáveis pelas vistorias e emissão de pareceres técnicos, como já fazem há décadas. Uma mobilização de apoio ao CBVJ foi liderada pelo presidente da instituição, Moacir Thomazi, e pelo atual Prefeito de Joinville, o empresário Udo Döhler, além das principais lideranças empresariais e políticas do município (observação direta). A Foto 2 apresenta uma ideia dessa mobilização.

Foto 2: Notícia que foi capa do jornal ANotícia

Fiscalização 09/10/2013 | 18h49 Atualizada em 10/10/2013 | 07h36

## Bombeiros voluntários e lideranças de Joinville festejam decisão da Alesc

Assembleia Legislativa aprovou projeto que mantém o poder de polícia com as Prefeituras onde há atuação de voluntários

Recomendar 113 Tweet 4 +1 0



Foto: Divulgação / Divulgação

Após um dia tenso, de muita conversa, busca de convencimentos, momentos de tensão e de cansaço, cerca de 120 bombeiros voluntários de Joinville, além de políticos e representantes de entidades empresariais que estiveram em Florianópolis quarta-feira, puderam se cumprimentar e se abraçar por mais uma batalha vencida.

Fonte: ANotícia, 2013.

Depois de muitas discussões e várias modificações, a lei nº 16.157/2013 foi votada e aprovada com o seguinte texto, no que se refere ao CBVJ:

Art. 12. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas e técnicas concernentes às medidas de segurança e prevenção a incêndios e pânico.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar autos de infração e responsáveis pelas vistorias e fiscalizações os bombeiros militares e os Municípios, podendo os Municípios delegar competência aos bombeiros voluntários (BRASIL, 2013a, p. 4).

Entres os argumentos que justificaram a posição do CBVJ nos debates públicos na ALESC, os principais se relacionavam ao fato de que a instituição fora a primeira corporação de bombeiros voluntários criada no Brasil e que possui o reconhecimento público da alta qualidade dos serviços prestados. “A população está satisfeita. Joinville está comprometida com os Bombeiros Voluntários. O trabalho é excepcional”, defendeu o Deputado Darci de Matos em reunião plenária na ALESC (observação direta).

O CBVJ foi fundado em 1892, por lideranças comunitárias da cidade. Essa decisão, motivada por incêndios que assolavam a população e seu patrimônio, resultou no início de um fenômeno de inovação social que completa 122 anos de existência, em julho de 2014. A legitimação da inovação social associada ao CBVJ, ao longo de todos esses anos, é o objeto deste estudo de caso.

Ora, a fundação de uma nova organização não implica, necessariamente, em uma inovação social. Então, o que torna o pioneirismo dessa corporação um objeto válido para este estudo? São as modificações nas relações sociais que caracterizam esse fenômeno como uma inovação social. A emenda na lei nº 16.157/2013 é apenas uma de várias ações, coordenadas pelo CBVJ, que se traduziram em legitimação de mudanças nas relações sociais, ao longo de sua história.

Estudar a legitimação de uma inovação social representa um amplo desafio, pois além de recente e de construção teórica pouco robusta, a definição de inovação social tem sido apropriada de diferentes formas por autores de múltiplos campos de estudo (ver Anexo A). Para enfrentar esse desafio, apresento uma contextualização da perspectiva

adotada nesta pesquisa para reconhecer o fenômeno e suas nuances, além do escopo por meio do qual a inovação social será analisada.

A inovação foi inicialmente conceituada e estudada como um tema relacionado à atividade econômica. A partir de certo momento, as perspectivas de estudos sobre inovação se diversificaram, deixando de ser radicadas somente em fenômenos de caráter econômico, para se orientarem também a partir da dimensão social, desembocando ou não na esfera econômica (LÉVESQUE, 2004).

Essa temática da inovação, no contexto do desenvolvimento econômico, tem sido amplamente explorada cientificamente. O economista austríaco Joseph Alois Schumpeter, com a publicação de sua obra “A Teoria do Desenvolvimento Econômico”, em 1911, pode ser considerado como um dos principais autores deste tema. Ele é reconhecido como o pioneiro a defender a ideia de que as mudanças provocadas por inovações estão entre os aspectos centrais do desenvolvimento econômico. A produção de inovações implica em combinar de forma diferente os recursos disponíveis nas organizações. Essas novas combinações de caráter descontínuo é que são capazes de despertar o fenômeno de mudança social que caracteriza o desenvolvimento econômico. A destruição criadora é o processo de mudanças tecnológicas que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, criando elementos novos e destruindo o antigo (SCHUMPETER, 1989).

Não obstante o reconhecimento dado aos trabalhos de Schumpeter, alguns autores afirmam que a relação entre inovação e o desenvolvimento econômico tem sido alvo de estudos, desde os autores clássicos da administração. Lundvall (2002), por exemplo, sugere que a ideia de que a inovação tem relação com o desenvolvimento econômico pode ser encontrada na análise da divisão do trabalho de Adam Smith, ainda no século XVIII, a qual incluía não só a criação de conhecimento em relação às atividades diretamente produtivas, como também os serviços especializados de cientistas.

A busca por um desempenho inovador, baseado em uma perspectiva primariamente econômica, parece não ter atendido totalmente às expectativas acerca do desenvolvimento. Surge então, um amplo debate crítico sobre aspectos que podem ser relacionados à modernidade, como a centralidade das organizações de mercado e o desenvolvimento exclusivamente econômico. A crítica ao sentido de desenvolvimento apenas econômico extrapolou o campo da Administração e envolveu as demais ciências sociais. Em estudos

realizados, já no século XXI, o empreendedor (ou empresário), as organizações econômicas e os outros agentes ligados ao sistema econômico deixam de representar objetos de estudo centrais sobre inovação e desenvolvimento, passando a dividir a atenção acadêmica com conceitos como o de empreendedorismo social e inovação social, organizações da sociedade civil (OSC's), economia social e solidária, economia plural, etc. Esses novos conceitos mais complementam do que contradizem os anteriores e são explorados pela Nova Sociologia Econômica (NSE) (SAUVAGE, 1996; SERVA; ANDION, 2006; ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006; LÉVESQUE, 2009; ANDREW; KLEIN, 2010).

Abordando o fenômeno do desenvolvimento de forma mais ampla do que a esfera econômica, Lévesque (2009) o caracteriza sob o ângulo do chamado paradigma societal e das interações que ele mantém com o território e com a economia plural e social. Para Sachs (2002, p. 73), o desenvolvimento socioeconômico territorial apresenta requisitos como:

[...] o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas. Para alguns autores mais radicais, é necessário também o reconhecimento dos direitos legítimos aos recursos e às necessidades das comunidades locais dando a estas um papel central no planejamento da proteção e do monitoramento das áreas protegidas.

Sauvage (1996) lembra que as atividades de subsistência e as atividades informais ocorrem em âmbito local, gerando a necessidade de uma “passagem à economia de mercado local”. Essa lógica é inerente ao conceito de economia social.

A economia social é a parte da economia que reconhece explicitamente a dimensão social, em primeiro lugar, por seus valores, mas, sobretudo, por priorizar as pessoas, mais do que o capital, na tomada de decisão (poder) e nos resultados (organizações sem fins lucrativos) (LÉVESQUE, 2004).

Buscando sustentar a importância da contribuição do conceito de economia plural com base nos estudos sobre economia social e solidária, Laville et. al. (2007) salientam que a economia social envolve geralmente três componentes: cooperativas, mutuais e associações que mantêm atividades econômicas. Além disso, os autores lembram que a

economia social e solidária depende duplamente de uma economia plural, ou seja, do ponto de vista de uma pluralidade de princípios (princípio da troca mercantil, princípio da reciprocidade maussuniana e princípio da redistribuição) e também de uma pluralidade de recursos: recursos mercantis (receitas), recursos não mercantis (doações privadas ou apoios financeiros do poder público) e recursos não mercantis e não monetários (voluntariado).

Para Lévesque (2002), as organizações da economia social podem ser consideradas inovadoras porque reúnem fatores produtivos diversos, têm foco em iniciativas associativistas e cooperativas locais, incluem os próprios usuários dos serviços nos processos de trabalho e estabelecem relações sociais voltadas para maior qualidade de vida no trabalho. Inovações na tecnologia e no processo produtivo, por exemplo, certamente também são relevantes para o desenvolvimento da economia social. O aspecto inovador distintivo, no entanto, reside na inovação social, ou seja, em novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para situações sociais insatisfatórias e problemáticas.

Como já mencionado anteriormente, a natureza do papel do empreendedor e a importância da inovação na economia tem sido objeto de atenção da academia, contudo, para Lévesque (2004) o empreendedorismo social não recebeu sistematização comparável. O interesse pela justiça social parece assumir caráter central na diferenciação do conceito de empreendedor social. Para compreender o processo da inovação social, é preciso considerar a perspectiva peculiar do empreendedor social (visão de mundo), seus recursos (monetários e não monetários) e ações (racionalidade aplicada), além de seu sistema de atuação (interação com atores). Se, em geral, para o empreendedor de mercado, a medida principal do sucesso da inovação é o retorno sobre o investimento, para o empreendedor social é viabilizar a melhoria de determinada condição social (LÉVESQUE, 2004).

De acordo com Lévesque et al. (2001), o estudo da inovação social está inserido entre os temas que interessam à Nova Sociologia Econômica, situado na vertente que aborda a economia social, plural e solidária. A NSE é definida como o: “Conjunto de teorias que se esforçam para explicar os fenômenos econômicos a partir de elementos sociológicos” (SWEDBERG, 1994, p. 35). Mesmo possuindo múltiplas correntes, a NSE apresenta certo consenso em, pelo menos, dois aspectos: (1) a ênfase na construção social da economia; e (2) a postura crítica em relação aos fundamentos da economia neoclássica. Tais

elementos são fundamentais para basear estudos sobre inovações sociais, pois uma perspectiva crítica sobre relações sociais é necessária para o avanço do campo, como será discutido a seguir.

Embora sejam relativamente recentes, os trabalhos sobre inovação social propõem múltiplas definições (OECD, 2010). Para os fins desta pesquisa, adotar-se-á a concepção proposta por membros de uma organização científica de língua francófona, fundada em 1985. Trata-se do CRISES – Centro de Pesquisa em Inovação Social, da Universidade de Quebec, em Montreal (UQUAM) – cujos pesquisadores definem inovação social como:

*une intervention initiée par des acteurs sociaux, pour répondre à une aspiration, subvenir à un besoin, apporter une solution ou profiter d'une opportunité d'action afin de modifier des relations sociales, de transformer un cadre d'action de proposer de nouvelles orientations culturelles* (BOUCHARD E LÉVESQUE, 2010, p. 6).

uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, criar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação a fim de modificar as relações sociais, transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais (tradução do autor).

Nota-se que a definição de inovação social, proposta pelos pesquisadores da UQUAM, concebe como atores sociais – capazes de empreender tais inovações sociais – indivíduos, coletividades ou organizações, que podem ser tanto empresas, quanto organizações sem fins lucrativos, como também entidades públicas. Outro aspecto importante é que o fenômeno de mudança das relações sociais assume papel central na definição desses autores. O interesse em compreender essa transformação social que leve a um quadro com maior justiça social, justifica a ênfase desses autores na economia social, solidária e plural.

Fontan (2011) esclarece que o processo de inovação social implica em emendas, contrapropostas, reformatação e reorganização da

ideia inicial. Dessa forma, a nova proposta é constantemente sujeita ao teste e julgamento social. Em resumo, o desafio da construção do uso social de uma inovação é torná-la socialmente legítima e útil aos públicos de interesse (*stakeholders*), que estiverem numa posição de decidir pela “vida ou morte” da inovação. Os processos de inovação social nem sempre se traduzem em sucesso, assim como ocorre com as inovações de caráter econômico. Eles podem ser abandonados, ou ficar dormentes por um período e reaparecer para serem legitimados em outro. Nesse contexto, o autor ressalta a importância da liderança exercida na promoção da mobilização de recursos para facilitar a inserção da inovação em um âmbito cada vez maior de relações sociais.

Bignetti (2011, p. 4) também ressalta a controversa interação dos atores sociais, ao descrever a inovação social como:

[...] um processo de constante relação entre desenvolvedores e beneficiários, numa construção social resultante da interação entre os atores participantes. Assim, a descrição de como surgem as ideias, como se dá a interação, quais as controvérsias que resultam e como elas são resolvidas propicia o surgimento de aspectos importantes do processo de inovação social.

De acordo com Mulgan (2006), muitas inovações sociais promissoras morrem no nascedouro, bloqueadas por interesses escusos, ou são marginalizadas. As pressões competitivas que impulsionam inovações em mercados comerciais são fracas ou ausentes no campo social e a ausência de instituições e fundos direcionados à inovação social significa que, muito frequentemente, é uma questão de sorte que essas ideias deem frutos ou substituam alternativas menos efetivas.

As particularidades relacionadas ao campo da inovação social e seu processo de aceitação tem estimulado adaptações das perspectivas sobre inovações de caráter econômico. Uma das formas recentemente utilizadas para analisar a aceitação de inovações sociais se baseia no conceito de adoção, típico das teorias sobre difusão de inovações (HORTA, 2012).

Uma das teorias mais conhecidas sobre difusão de inovações, cujo nome original em inglês é: *diffusion of innovation* (DOI) foi propagada por Rogers (2003). Esse autor define DOI como o processo

pelo qual uma inovação é comunicada por meio de certos canais ao longo do tempo, entre membros de um sistema social. Um modelo típico consiste na adoção sequencial e em estágios de implantação. Tais estágios ajudam a prever a difusão da inovação ao longo do tempo e espaço, baseando-se nas características da inovação e do sistema em seu entorno para determinar sua taxa de adoção. Em geral, a aplicação desses conhecimentos busca, como resultado final, uma maior previsibilidade nos tempos e taxas de retorno do investimento na inovação.

Rogers (2003, pk 7957) explica a lógica utilitária do cálculo de consequências utilizado em sua noção de difusão da inovação e critica pesquisas sobre o tema que não possuam natureza generalizante, como estudos de caso:

*Consequences are the changes that occur an individual or a social system as a result of the adoption or rejection of an innovation. Invention and diffusion are but means to an ultimate end: the consequences that result from adoption of an innovation. In spite of the importance of consequences, they have received relatively little study by diffusion researchers. Furthermore, the data we have about consequences are rather "soft" in nature, based mainly on case studies, which makes it difficult to generalize about consequences. Here we establish categories for classifying consequences, but we cannot predict when and how these consequences will happen. The unpredictability of an innovation's consequences, at least in the long term, is one important type of uncertainty in the diffusion process.*

Em estudo recente, Horta (2013, p. 180, GRIFO NOSSO) propõe reflexões importantes acerca das limitações surgidas na aplicação das teorias, originalmente propostas por Rogers (2003), no estudo de inovações sociais.

O processo de difusão de inovações sociais também é distinto de uma inovação tecnológica, uma vez que apresenta especificidades que tornam o processo único. **Essas características também indicam a necessidade de estudos que**

**aprofundem cada uma das especificidades que foram encontradas no processo de difusão de inovações sociais, principalmente a cultura e a questão política.**

A cultura está intimamente relacionada à cognição. Os indivíduos aprendem observando comportamentos do seu grupo e delimitam os seus padrões de comportamento de acordo com as formas simbólicas que compreenderam nas suas interações. Esses processos simbólicos modificam-se de acordo com os contextos: político, social, econômico, etc., onde os sujeitos estão inseridos e que não são estanques.

No presente trabalho, buscamos uma abordagem que tenta atender à recomendação apresentada por Horta (2013). Se por um lado o conceito de Rogers (2003) de difusão de inovações de mercado se relaciona principalmente à legitimação (aceitação social) de novas tecnologias (BERGEK et al., 2008:), a proposta de Horta (2012) explorou o potencial da aplicação dessa abordagem no estudo de adoção de inovações sociais, identificando as complementaridades entre esses campos de estudo.

Nesta pesquisa, em vez de utilizarmos a lógica da “adoção”, orientamos nosso trabalho pela perspectiva da “legitimação”. A partir do conceito de inovação social do CRISES, a sua aceitação se refere à legitimação de um novo quadro de relações sociais ou novas orientações culturais, construído por meio de intervenções iniciadas por atores sociais (BOUCHARD; LÉVESQUE, 2010). Nossa perspectiva de legitimação, portanto, está em linha com a adotada pelo trabalho de Krieger e Andion (2014). As autoras propuseram a compreensão do fenômeno da legitimidade das organizações da sociedade civil (OSC), interpretando-o à luz da teoria da capacidade crítica. Para essas autoras, o conceito de legitimidade é definido a partir de contribuições de atores como Suchman (1995), Atack (1999), Edwards (2000) e Krieger (2011):

Legitimidade é aqui compreendida como a percepção generalizada de que uma organização tem o direito de ser e fazer algo na sociedade, tendo suas ações julgadas como apropriadas, de acordo com um sistema normativo e com base em justificações para a sua ação política e social (KRIEGER; ANDION, 2014, p.85).

Nos estudos organizacionais existe uma tradição em lidar com a legitimidade, cuja origem weberiana inspirou o novo institucionalismo na sociologia organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Para Weber (2004), uma ordem social é legítima somente se a ação é aproximadamente ou em média orientada por certas máximas ou regras. Sendo assim, a formulação weberiana esclarece que, embora os indivíduos possam não compartilhar as mesmas normas, valores e crenças, o comportamento deles é orientado por uma ordem que está de acordo com regras e crenças que eles presumem ser aceitas pelos outros.

Johnson, Dowd e Ridgeway (2006) realizaram um estudo sobre a legitimação como um processo social, que envolveu duas amplas áreas da sociologia: (a) abordagens da psicologia social, que focam na legitimação de características de status, status de estruturas de grupo, estruturas e práticas da autoridade organizacional, e ordens estratificadas; e (b) abordagens institucionais na literatura das organizações, que estudam a legitimação de formas organizacionais, práticas, e estratificação. Os autores enfocaram a análise de como novos objetos sociais, tanto individuais quanto coletivos, são criados e legitimados, isto é, como eles se tornam amplamente aceitos em um quadro cultural mais amplo. Eles chamam esses novos objetos sociais de inovações sociais e concluem que seu processo de legitimação pode envolver quatro estágios: (1) a criação de inovações sociais; (2) a validação local; (3) a difusão em novas situações locais; e (4) o consenso em múltiplas situações locais, criando um consenso geral na sociedade, isto é, uma validação geral da inovação social.

Bignetti (2011, p. 4) entende que “metodologias de pesquisa específicas devem ser adotadas de modo que se contemplem as particularidades inerentes ao processo de inovação social.” Nesta pesquisa, a noção de legitimação é baseada na corrente francesa da sociologia da crítica. A abordagem de Boltanski e Thévenot (2006) para compreender a coordenação de ações justificáveis envolve noções peculiares de legitimação, distinta do entendimento weberiano mais universalista acerca desses conceitos. O foco em atos justificáveis para referenciar posições conflitantes tem por consequência a possibilidade de ordenação dos princípios em disputa. Para os autores, esta ordenação de diferentes princípios segue a lógica da teoria dumontiana conhecida por Englobamento dos Contrários (DUMONT, 2008), detalhada posteriormente neste trabalho.

Além das contribuições da NSE, a Sociologia Pragmática (SP) de Boltanski e Thévenot (2006) tem posição destacada nesta pesquisa. Os

autores esclarecem haver diferença de lógicas cognitivas entre as múltiplas perspectivas de posicionamento possíveis em uma determinada sociedade. Essas perspectivas são chamadas de mundos. Sendo assim, eles propõem a existência de sete mundos diferentes, os quais possuem princípios, objetos e características específicas que são utilizadas para justificar um posicionamento individual frente a um desacordo. Nas complexas sociedades modernas, vários regimes de justificação podem coexistir dentro do mesmo espaço social, apesar de sua relevância poder variar de acordo com as características da situação. Sendo assim, acordos legítimos serão construídos por meio dessas disputas de justificação.

A pluralidade de mundos em que ocorre a racionalização dessas ações justificáveis e o envolvimento de múltiplas formas de equivalência para basear a busca do bem comum enseja o uso de uma competência intelectual de origem aristotélica chamada prudência ou sabedoria prática (*phronesis*) (THÉVENOT, 2002; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). Embora a Sociologia Pragmática cite o conceito clássico de prudência ao tratar sobre racionalidade nos atos de justificação, os principais autores desta corrente teórica não exploram, em maior profundidade, elementos de racionalidade que orientam a coordenação da ação.

Por outro lado, a racionalidade possui caráter ubíquo nos estudos organizacionais (SOUTO-MAIOR, 1998), mais especificamente na coordenação da ação humana (HABERMAS, 2012). Talvez, fazendo uso de uma afirmação parsoniana, a importância da racionalidade na ação seja uma questão que dispense maiores justificativas: “[...] *there is obviously a very solid common-sense foundation for attributing a large importance to rationality in action*” (PARSONS, 1966, p. 57).

Não obstante, as contribuições desse campo se deparam com questões limitadoras ao se relacionarem a teorias de ação. O estudo de Serva (1996) propôs uma abordagem que contribuiu para o avanço do campo nesse sentido. Para Siqueira (2012), o trabalho de Serva (1996) desencadeou uma corrente de estudos sobre racionalidade (CER). Essa corrente já se encontra na segunda geração de trabalhos sobre o tema, explorando empiricamente não apenas a identificação das diferentes racionalidades nas ações de gestores em organizações, como também os efeitos da tensão entre racionalidades nos processos organizacionais. Tais trabalhos contribuíram para os estudos organizacionais, operacionalizando empiricamente conceitos guerreiristas de racionalidade substantiva e instrumental, anteriormente relegados

exclusivamente ao plano teórico. A ponte entre as teorias de Guerreiro Ramos (1986) e sua aplicação prática foi pioneiramente construída por Serva (1996; 1997a; 1997b) a partir da aproximação dessas com a Teoria do Agir Comunicativo, de Habermas (2012).

No estágio de desenvolvimento da corrente de estudos sobre racionalidade (CER), até o momento desta pesquisa, a inovação social não havia sido explorada como seu objeto central de estudo. Tampouco se chegou a explorar uma aproximação com os estudos da Sociologia Pragmática, de forma a aprofundar ainda mais a compreensão das tensões envolvidas na coordenação da ação.

Nesta pesquisa, o fenômeno em estudo é a legitimação de uma inovação social, em substituição aos processos organizacionais, de aplicação consagrada nos muitos estudos de racionalidade já empreendidos (SIQUEIRA, 2012). O elo comum que justifica a versatilidade entre esses objetos é a noção de coordenação da ação, presente como pressuposto em ambos os fenômenos. Tanto os trabalhos da CER nos processos organizacionais como os estudos sobre justificação e legitimação, da Sociologia Pragmática, preconizam a coordenação da ação humana nas relações sociais.

Sustenta-se, nesta tese, que a coordenação de ações de legitimação de inovações sociais é frequentemente permeada por disputas de justificação e tensões entre elementos constitutivos de racionalidade. Para uma maior compreensão da coordenação das ações de legitimação da inovação social escolhida, será proposta uma convergência entre a perspectiva da sociologia pragmática e os estudos sobre racionalidade.

Como se pode constatar pela diversidade de definições apresentadas no Anexo 'A', o termo inovação social parece muito atraente às mais diversas perspectivas de análise. Mulgan (2006), um dos pesquisadores pioneiros sobre o tema, afirma que, no próximo século, o ritmo de inovações sociais irá acelerar. Não obstante esta clara tendência, o mesmo autor esclarece que o processo da inovação social permanece subestudado. Enquanto as inovações de mercado tem sido objeto de considerável pesquisa acadêmica, o campo da inovação social recebe bem menos atenção e de forma meramente ilustrativa.

Bignetti (2011), por exemplo, lembra que, segundo uma pesquisa realizada com base nos anais do principal encontro dos Cursos de Pós-Graduação em Administração – o EnANPAD – houve, entre 2006 e 2011, apenas dois trabalhos que se referiram especificamente ao termo inovação social. O autor afirma que:

O paradoxo que se estabelece é que, apesar da amplitude dos problemas e da crescente preocupação com as falhas de mercado que geram desigualdades, os estudos sobre inovação social ainda não representam parcela significativa das pesquisas acadêmicas, e o conjunto de abordagens, metodologias e práticas ainda não se constitui num corpo consolidado de conhecimentos (BIGNETTI, 2011, p. 4).

Já Bittencourt da Silva (2011), analisando a produção acadêmica sobre inovação social entre 2001 e 2011, concluiu que o arcabouço conceitual possui pouca clareza e ainda está em construção, sendo que os autores têm buscado propor conceitos que caracterizem a inovação social como um campo respeitável e abrangente de investigação. Além disso, o autor também constatou a predominância de estudos de caso que visam à compreensão dos campos em que a inovação social acontece ou é necessária. A constatação de poucas citações de autores brasileiros reflete, segundo ele, a limitação da pesquisa brasileira nesta área de conhecimento.

O presente estudo, portanto, pretende analisar a legitimação de uma inovação social. A complexidade dessa iniciativa repousa nas ambiguidades inerentes à multifacetada realidade institucional, na diversidade dos modos de coordenação da ação utilizados pelos atores sociais, assim como na tensão entre os aspectos de racionalidade. Além de fazer uso da Sociologia Pragmática dos autores pioneiros, Boltanski e Thévenot (2006), para analisar os diferentes modos de coordenação das ações de legitimação da inovação social, também são estudadas as tensões entre elementos de racionalidade, expressas nas interações dos atores envolvidos.

## **1.1 SÍNTESE DO ENFOQUE ANALÍTICO DA PROBLEMÁTICA**

A formulação do problema de pesquisa é apresentada a partir da síntese do enfoque analítico. A discussão proposta na introdução, a qual será aprofundada na fundamentação teórica, torna possível resumir os principais elementos que dão contorno à problemática desta pesquisa:

- A inovação está no coração da dinâmica econômica, como uma fonte de aumento de produtividade (Smith), como a origem dos efeitos sobre o salário e o emprego (Ricardo), ou

crises que pontuam desenvolvimento dos ciclos econômicos (Marx). Novas combinações (produtos, processos, mercados, organizações) realizadas por empreendedores geram um processo de "destruição criativa" (Schumpeter) pela inovação radical ou inovação incremental;

- O conceito de inovação foi aplicado primeiramente à ciência e à tecnologia; em seguida, no desenvolvimento econômico, pesquisa e políticas públicas, principalmente por meio das noções de inovação de processo e sistema. A partir desta perspectiva, qualquer inovação, incluindo a tecnologia, é um processo social. A lógica da difusão de inovações é uma das alternativas mais exploradas na compreensão desse processo social.
- Mas o conceito de inovação social também apareceu no campo do desenvolvimento social e nas interfaces de desenvolvimento econômico e social. Sobre este fundamento, será principalmente uma questão de experimentação social, inovação social, nova economia social e desenvolvimento comunitário e territorial;
- Uma inovação social surge de uma combinação de impasses estruturais e da intervenção de uma diversidade de atores sociais. Sua aceitação em diferentes contextos e ao longo do tempo desafia o sistema institucional no qual emerge. O ambiente institucional pode ser mais ou menos favorável a novas experiências;
- Vários modos de coordenação podem coexistir, dentro do mesmo espaço social, para lidar com as críticas, posicionamentos cognitivos e avaliativos dos atores envolvidos. Conforme a Sociologia Pragmática, acordos legítimos são construídos por meio de disputas de justificação;
- Embora a tensão entre diferentes racionalidades também seja estudada em situações conflituosas e ambíguas, presentes no ambiente social, os estudos sobre racionalidade não têm sido relacionados à Sociologia Pragmática ou a inovações sociais;
- Finalmente, o processo da inovação social permanece subestudado, principalmente no Brasil, não tendo sido encontrados estudos sobre inovação social à luz da Sociologia Pragmática, tampouco propostas de abordagem de análise cuja aplicação possibilitasse maior compreensão dos

elementos racionais envolvidos na coordenação das ações de legitimação de inovações sociais.

Considerando o contexto apresentado, o problema de pesquisa é definido pela seguinte pergunta: **como uma inovação social é legitimada?**

### **1.1.1 Pergunta de pesquisa**

O estado inicial de construção do campo de estudo sobre inovações sociais, aliado à ausência de trabalhos sobre legitimação de inovações sociais e seus aspectos de racionalidade à luz da Sociologia Pragmática, dificulta a proposição consistente de hipóteses de pesquisa. Dessa forma, será proposta uma pergunta de pesquisa para nortear o presente estudo: **como as contribuições da Sociologia Pragmática e dos estudos sobre racionalidade nas organizações podem ser relacionadas e aplicadas na compreensão do processo de legitimação de uma inovação social?**

## **1.2 DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DE PESQUISA**

Esta pesquisa tem como objetivo **compreender, à luz da Sociologia Pragmática e dos estudos sobre racionalidade, o processo de legitimação da inovação social relacionada ao caso do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville**. O cumprimento desse objetivo busca contribuir na construção do conhecimento que poderá responder – somando-se a novos estudos e sempre de forma provisória – ao problema desta pesquisa.

Os Objetivos Específicos são os seguintes:

1. Identificar e caracterizar a inovação social relacionada ao caso do CBVJ;
2. Propor uma abordagem para estudar a legitimação dessa inovação social à luz da SP e das contribuições da CER;
3. Descrever e analisar a legitimação da inovação social aplicando a abordagem proposta;

### 1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Como já discutido na introdução, o campo da inovação social tem atraído crescente interesse da sociedade e, conseqüentemente, da comunidade acadêmica. O aumento da relevância do tema é atribuído à necessidade de novas perspectivas epistêmicas para responder questões para as quais as teorias existentes têm poder explicativo limitado. O fato de que a dimensão econômica do fenômeno da inovação deixou de ser suficiente para compreender mudanças nas relações sociais incitou múltiplas perspectivas alternativas para o estudo de inovações sociais. Essas constatações são reforçadas por autores que realizaram trabalhos bibliométricos abrangentes e recentes no campo da inovação social como Bignetti (2011) e Bitencourt da Silva (2011):

O tratamento dado à inovação social, entretanto, se inclina para o estudo de um processo que é conduzido por meio de uma constante interação entre desenvolvedores e beneficiários. O resultado final não se estabelece segundo uma lógica interna ou uma lógica técnica, mas advém das necessidades, expectativas e aspirações dos atores envolvidos. A inovação social, portanto, é um **fenômeno inclusivo, dependente das interações dos diferentes componentes sociais** (BIGNETTI, 2011, p.12, GRIFO NOSSO).

Percebe-se, dessa forma, um amplo campo de pesquisa sobre como a inovação social acontece e como ela pode ser estimulada, mas que depende da existência de uma **maior clareza conceitual** e definições comuns. Tal estágio de maturidade no campo da pesquisa sobre inovação social possibilitaria a elaboração de **mais estudos de caso**, bem como de melhores análises do processo de inovação, contemplando quem são os agentes e beneficiários do processo, além de uma **melhor articulação com outras disciplinas**, bem como a investigação sobre algumas das particularidades da inovação social (BITENCOURT DA SILVA, 2011, p. 12, GRIFO NOSSO).

Essa realidade “inclusiva” do fenômeno e, ao mesmo tempo, um campo carente de “articulação com outras disciplinas” estimulou nossa iniciativa de construir uma abordagem de análise específica para estudar

a legitimação da inovação social escolhida como objeto desta pesquisa. A contribuição teórica deste estudo é de natureza integrativa, por se tratar de um esforço teórico convergente para abordar o fenômeno em vista.

Estão relacionadas, nessa convergência, contribuições da administração, antropologia, filosofia, economia e sociologia, entre outros campos. Iniciando pela diversidade epistemológica com que o objeto da inovação social foi caracterizado e culminando com a multidimensionalidade dos campos de estudos escolhidos para apoiar as análises do fenômeno em questão.

A racionalidade é um desses campos que vêm sendo estudados pelas suas mais diversas dimensões de análise (indivíduos, organizações, políticas públicas, etc.), e cujo interesse tem caráter recorrente no campo da Administração (SOUTO-MAIOR, 1998). O trabalho do sociólogo Guerreiro Ramos (1981) é considerado por muitos autores como uma das contribuições mais relevantes do campo. Entre os autores que contribuíram para a continuidade dos estudos guerreiristas, após sua interrupção precoce, destaca-se o pioneirismo do trabalho de Serva (1996). Ao construir uma “ponte teórica” entre os conceitos apriorísticos de Guerreiro Ramos e a proposta pragmática habermasiana do agir comunicativo, Serva (1996) inaugurou a possibilidade de diversos estudos teórico-empíricos sobre racionalidade na prática organizacional. Na fronteira dos estudos da CER, encontra-se o desafio do aprofundamento da compreensão da expressão da racionalidade nas ações, em situações que envolvam múltiplos modos de coordenação. Esse desafio parece demandar uma proposta integrativa de análise dos elementos de racionalidade presentes na coordenação da ação.

Outro campo voltado ao desafio de enfrentar essa mesma complexidade multidimensional de análise é o da Sociologia Pragmática ou Economia das Convenções. Thévenot et. al (2005) ressalta que o programa dessa corrente de estudos incorpora, em uma nova perspectiva, três questões que têm sido desassociadas e estudadas isoladamente por um século e meio de pensamento econômico: (1) a caracterização do agente e suas razões para agir; (2) as modalidades de coordenação das ações; e (3) o papel dos valores e bens comuns. Os autores da SP propõem uma articulação dessas três questões em um mesmo modelo de análise, no qual: (1) o agente é caracterizado de acordo com regimes pragmáticos que estabelecem sua relação com seu entorno humano e material, desde a dimensão mais íntima até a mais pública de legitimação; (2) a complexidade da coordenação da ação

implica numa racionalidade “interpretativa”, além da “calculativa”, para lidar com a dupla perspectiva plural (vertical e horizontal) dessa coordenação; e (3) o reconhecimento do papel dos valores coletivos e bens comuns, na coordenação da ação, que não podem ser reduzidos a preferências individuais, mas sim prover o quadro de análise para a convenção dos mais legítimos compromissos.

Esta abordagem de integração teórica pode ser caracterizada como uma proposta original, pois é construída por meio da convergência inédita entre as contribuições da CER e os trabalhos da Sociologia Pragmática, passando pelo necessário resgate do conceito clássico de *phronesis*. Essa sabedoria prática é discutida desde a sua concepção aristotélica até sua evolução pelas contribuições de autores contemporâneos como Bent Flyvbjerg, Paul Ricouer, Alessandro Ferrara, Christopher Long, Wendelin Küpers, entre outros. Como resultado desse esforço de aproximação teórica, é apresentado um esboço inicial do que chamo de Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade (IPER). Essa abordagem tem a finalidade de aprofundar a compreensão da legitimação da inovação social deste estudo de caso.

No âmbito prático, a pesquisa se justifica pela importância de uma maior compreensão, entre praticantes e formuladores de políticas públicas, de como as inovações sociais se legitimam. Segundo Mulgan (2006), são crescentes as realidades sociais – cujas relações problemáticas estão deterioradas – que carecem de esforço de mudança. Ampliar a compreensão desse complexo fenômeno pode incentivar políticas de geração e fomento dessas mudanças, em favor do bem comum construído de forma legítima na sociedade.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de inovação social implica em emendas, contrapropostas, reformatação e reorganização da ideia inicial. Dessa forma, a nova proposta é constantemente sujeita ao teste e julgamento social (FONTAN, 2011).

O conteúdo deste capítulo está organizado em três blocos: (1) primeiramente, são explorados os temas: empreendedorismo, inovação, sistema de inovação e desenvolvimento econômico, os quais ocupam importante espaço na literatura das ciências sociais, notadamente na economia e administração; (2) posteriormente, apresentam-se abordagens mais emergentes, cujos principais tópicos são: empreendedorismo social, inovação social, economia plural e DTS; e finalmente, (3) são discutidas as principais teorias e fundamentos epistemológicos, por meio da contribuição dos quais será construída a abordagem de análise desta pesquisa. O arcabouço de conhecimentos deste último bloco reúne abordagens inspiradas em múltiplas origens, entre elas: filosofia, antropologia social, sociologia, psicologia social, geografia, etc. Os tópicos deste último bloco são: Nova Sociologia Econômica (NSE), Sociologia Pragmática, legitimação, racionalidade e *phronesis*. Ao final de cada um desses três blocos, propõe-se um tópico contendo uma síntese dos principais argumentos estudados e suas inter-relações.

### 2.1 EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO, SISTEMA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O primeiro bloco desta fundamentação teórico-empírica apresentará os pioneiros e principais autores sobre a abordagem econômica do empreendedorismo, inovação, sistema de inovação e desenvolvimento. São estudos originados principalmente nas ciências econômicas e na administração.

#### 2.1.1 Empreendedorismo

O interesse pelo estudo do empreendedorismo vem aumentando de forma considerável nas últimas décadas (PAIVA JR.; CORDEIRO, 2002). Esse tema foi destacado pioneiramente por Schumpeter (1961)

como fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. O autor afirmava que o empreendimento que congrega novas combinações dos meios de produção é chamado de “empresa” e os indivíduos que têm a função de realizá-la são os empreendedores. Ainda para o mesmo autor, o conceito de desenvolvimento econômico está imbricado com processos de mudança. Segundo ele, o sistema econômico tende ao equilíbrio, possibilitando a determinação dos preços e quantidades de bens. Em geral, a produção *per capita* e os níveis de bem-estar são os mesmos e se inserem em um fluxo circular de caráter estático. Mudanças causadas por fatores exógenos como condições naturais ou nos dados não econômicos se referem a movimentos circulares ou pendulares em torno de um centro. Os fenômenos de mudança, sobre os quais ele baseia sua estrutura teórica, são espontâneos, descontínuos e, além disso, perturbam e deslocam permanentemente o estado de equilíbrio previamente existente na economia.

Schumpeter (1989) afirma que essas mudanças que alteram o fluxo circular da economia surgem de dentro da esfera da vida industrial e comercial. Ao contrário da corrente keynesiana, que enfoca a importância da demanda no desenvolvimento econômico, os schumpeterianos esclarecem que mudanças no gosto dos consumidores são, em geral, pequenas e de baixa espontaneidade. Portanto, devem ser consideradas simplesmente como mudanças súbitas de dados naturais, mesmo que gerem oportunidades de adaptações no comportamento do empreendedor.

É fundamental destacar que Schumpeter (1989) reconhece que o fim de toda atividade econômica é a satisfação das necessidades e que, eventualmente, mudanças nas características da demanda podem pressionar alguma adaptação nas empresas. São as inovações vindas do lado da oferta, entretanto, que geralmente provocam as mudanças econômicas. Sendo assim, o progresso técnico das ofertas é que inspira novas preferências nos consumidores.

A produção de inovações implica em combinar de forma diferente os recursos disponíveis nas organizações. Quando tal combinação de materiais e forças ao alcance do empreendedor é originada por meio de pequenos ajustes graduais a partir de estágios evolutivos anteriores, obtém-se possivelmente um crescimento. Tal crescimento ocorre, portanto, dentro de um fluxo circular contínuo. Contudo, Schumpeter (1989) afirma que novas combinações de caráter descontínuo é que são capazes de despertar o fenômeno de mudança social que caracteriza o desenvolvimento econômico. A destruição criadora é o processo de mudanças tecnológicas que revoluciona

incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, criando elementos novos e destruindo o antigo.

O empreendedor, para os schumpeterianos, é capaz de desencadear mudanças suficientes na economia de forma a promover a descontinuidade de uma determinada trajetória histórica. A ação empreendedora se diferencia pelas características do seu comportamento motivacional, em que seu típico caráter egocêntrico revela um sonho e o desejo de fundar um reino privado e de conquistar o sucesso. Daí a fascinação que exerce, principalmente nas pessoas sem chance de atingir distinção social (SCHUMPETER, 1989).

Segundo Guimarães (2004), Schumpeter estava interessado na compreensão do papel do empreendedor como motor do sistema econômico, detector de oportunidades de negócios, criador de empresas e como aquele que corre riscos. Já Drucker (2003) afirma que, para os economistas, o “empreender” é um evento que influencia profundamente e até mesmo molda a economia, sem fazer parte dela. Nenhum deles, no entanto, consegue explicar por que o espírito empreendedor emerge e de que forma é influenciado e influencia as relações sociais.

Ainda para Drucker (1998), a inovação é uma função específica do empreendedorismo. Alguns utilizam o termo para se referir a todos os pequenos negócios, outros para todos os novos negócios. Na prática, contudo, uma grande quantidade de negócios bem estabelecidos engendra um empreendedorismo altamente bem sucedido. Para esse autor, o termo inovação se refere não ao tamanho ou idade da empresa, mas a certo tipo de atividade. No coração dessa atividade está a inovação: *“the effort to create purposeful, focused change in an enterprise’s economic or social potential”* (DRUCKER, 1989, p.3).

As causas da atitude empreendedora dos indivíduos constituem o interesse prioritário dos pesquisadores do campo. As motivações individuais do comportamento dos empreendedores são analisadas do ponto de vista das características pessoais, da habilidade de conduzir um negócio, da tolerância ao risco e de como estas pessoas buscam atingir seus objetivos de forma inconsciente (STEVENSON ; JARILLO, 1990).

Além dos economistas, o tema empreendedorismo também é estudado por administradores, sociólogos, psicólogos, historiadores, antropólogos, cientistas políticos, etc. Por exemplo, os cientistas políticos têm usado o rótulo de empresário como um termo para as pessoas que mudam de direção e fluxo da política. Os antropólogos que estudam a adaptação econômica dos imigrantes para a sociedade de

acolhimento viram o empreendedorismo como uma resposta a oportunidades bloqueadas. Sociólogos procuram identificar o sistema de valores dos empreendedores como elemento fundamental para a explicação de seus comportamentos. Psicólogos, por sua vez, estudam as motivações e a necessidade de realização dos empreendedores (GUIMARÃES, 2004; ALDRICH; MARTINEZ, 2001).

O termo Empreendedorismo é um neologismo derivado da tradução da palavra *entrepreneurship*, que designa “[...] os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, suas atividades e universo de atuação” (DOLABELA, 1999, p. 43). Shoonhoven e Romanelli (2001) acreditam que o empreendedorismo é uma dinâmica fundamental na transformação das empresas, economias e sociedades.

Para Gerber (1990), a personalidade empreendedora transforma a condição mais insignificante em uma excepcional oportunidade. O empreendedor é um visionário com criatividade e que lida bem com o desconhecido, sondando o futuro e transformando as possibilidades em probabilidades.

Em seu estudo, Gartner (1988) procura entender a distinção entre os empreendedores e os não empreendedores. As características do empreendedor são vistas como um traço da sua personalidade. O estudo empírico desenvolvido por ele, no entanto, não conseguiu diferenciar quais as variáveis mais relevantes na individualidade dos empresários.

Schumpeter (1961) destaca que o modo empírico de agir do indivíduo não é um mero acaso, mas sim apresenta um fundamento racional. Mintzberg (2000) enfatiza que um grande corpo de literatura sobre o espírito empreendedor focaliza a personalidade do empresário.

Drucker (2003) analisa, ainda, que o termo empreendedor é frequentemente definido como aquele que inicia seu próprio, novo e pequeno negócio, e este é um tema controverso, pois os diversos autores que trabalham com o tema assumem posições diferentes. Fillion (1991), por exemplo, define o empreendedor como alguém que concebe, desenvolve e realiza visões.

De acordo com Schumpeter (1989), a atividade do empreendedor não deve ser considerada como uma profissão, nem tão pouco uma condição permanente. Alguns empresários ou, até mesmo capitalistas, eventualmente acumulam o papel de empreendedor no início de um empreendimento. Não obstante, na medida em que o empreendimento estiver montado, a direção e manutenção do negócio são atividades que fogem ao caráter empreendedor, pois a empresa passa a fazer parte do fluxo circular estabelecido.

As dificuldades do empreendedor, no entanto, parecem ser maiores ou, no mínimo, adversas às enfrentadas pelos administradores. Ao buscar resultados fora do trilho conhecido do fluxo circular, o empreendedor é mais desprovido de dados para tomar suas decisões. Embora seja possível prever e julgar os acontecimentos com base na sua experiência, o novo implica em incertezas e até “adivinhações”. Sendo assim, mesmo um planejamento consciente estará exposto a erros em maior grau do que os planos referentes a ações costumeiras (SCHUMPETER, 1989).

O processo de formação de novas combinações pode até fracassar se orientado por um planejamento meticuloso envolvendo muita profundidade intelectual, lógica ou conhecimento especializado. O desafio de ver as coisas de um modo, cuja efetividade somente será comprovada posteriormente, demanda a capacidade de captar somente o essencial, descartando todo o resto, mesmo sem a clara compreensão dos princípios que orientam suas decisões. É necessário, portanto, muita energia para ir além das atividades cotidianas em busca de novas oportunidades e rara liberdade mental para superar os limites das possibilidades conhecidas (SCHUMPETER, 1989).

Outra dificuldade enfrentada pelo empreendedor é a reação contrária da sociedade àquele que deseja fazer algo novo. Além de impedimentos legais e políticos, é comum a condenação de uma conduta divergente de um indivíduo perante o seu grupo social. No sentido econômico, essa resistência se manifesta em três frentes: (1) nos grupos ameaçados pela inovação; (2) na dificuldade em obter cooperação e; (3) no desafio de conquistar clientes (SCHUMPETER, 1989).

É da superação dessas dificuldades que emerge o conceito de liderança associado ao empreendedor. Enquanto a ideia geralmente aceita de líder envolve um indivíduo que inspire confiança e seja capaz de convencer pessoas a realizar algo, o empreendedor concentra-se em conduzir os meios de produção para os novos canais. Nesse processo, o seu poder de convencimento reside em impressionar o banqueiro ou capitalista a financiar seu negócio. Ademais, sua liderança pode ser identificada na influência que exerce nos concorrentes, que tendem a segui-lo, ocasionando uma pressão indesejada sobre seu lucro. Não há, portanto, no conceito de liderança atribuída ao empreendedor, os mesmos valores afetivos tão venerados no perfil de outros tipos de líderes sociais (SCHUMPETER, 1989).

O desejo de conquistar é marcante e o impulsiona a lutar para superar seus adversários. O resultado financeiro assume papel

secundário, tornando-se um simples meio de medir relativamente o seu sucesso. Outras características que completam seu perfil psicológico é a alegria em criar e fazer novas combinações e seu prazer em exercitar sua energia e engenhosidade (SCHUMPETER, 1989).

O conceito mais central do empreendedorismo é a visão, que pode ser explicada como uma representação mental da estratégia, criada na cabeça do líder. Essa visão serve como inspiração e também como um senso daquilo que deve ser feito. A visão tende a ser uma imagem e não necessariamente um planejamento articulado do negócio (MINTZBERG, 2000).

A visão, segundo Filion (1991), é a imagem projetada do espaço de mercado futuro a ser ocupado pelos produtos e o tipo de organização necessária para se alcançar isso. De acordo com o mesmo autor (1999), é possível identificar três categorias diferenciadas de visão: visão emergente - ideias para futuros produtos e serviços; visão central - o resultado de uma ou mais visões emergentes; e visão complementar - as atividades gerenciais necessárias para dar suporte à concretização da visão central.

De acordo com o relatório GEM (2005), a qualidade e o volume da atividade empreendedora de um país estão relacionados com o modo como o seu povo vê a si mesmo e ao mercado e como se coloca diante de temas diversificados como trabalho, iniciativa empresarial e a própria figura do empreendedor. Nesse sentido, a atividade empreendedora não depende apenas de fatores sociais, políticos e econômicos, como também da mentalidade empreendedora dos indivíduos.

### **2.1.2 Inovação**

A literatura sobre inovação tem forte conotação econômica focalizando fortemente a inovação tecnológica. Isto resulta da visão schumpeteriana que abrange grande parte dos debates relacionados ao tema. Para Schumpeter (1989), a produção de inovações implica em combinar de forma diferente os recursos disponíveis nas organizações. Essas novas combinações podem ocorrer nos seguintes casos: (1) a introdução de um novo bem ou uma nova aplicação de algum bem não conhecido; (2) a introdução de um novo método de produção; (3) a abertura de um novo mercado para uma empresa, mesmo que ele já existisse anteriormente; (4) a conquista de uma nova fonte de matéria prima, mesmo que essa matéria prima já existisse anteriormente; e (5) uma nova condição econômica da empresa em relação ao mercado como, por exemplo, um monopólio ou a quebra de um monopólio.

Kanter (1984) afirma que o termo inovação faz com que a maior parte das pessoas pense em tecnologia, ou seja, novos produtos ou novos métodos para produzi-los. Para a autora, inovação se refere ao processo de colocar em prática uma nova ideia para solucionar determinado problema. Ideias de reorganização, corte de custos, melhoria de comunicação também podem ser inovações. Inovação é a geração, adoção e implementação de novas ideias, processos, produtos ou serviços.

Já para Drucker (1987), inovação é a aplicação do conhecimento para a produção de novo conhecimento, e não depende de inspiração ou dom, mas requer esforços organizados e sistemáticos. Porter (1990) constata que a evolução tecnológica tem um papel poderoso na concorrência e que as organizações necessitam prever a trajetória dessa evolução para que sejam capazes de se antecipar a ela. O autor destaca, ainda, que a maioria das pesquisas sobre a maneira com que a tecnologia evolui no mercado teve sua origem no conceito de ciclo de vida do produto e que a transformação tecnológica estava concentrada nas necessidades de inovação de produto.

Simantob e Lippi (2003) apresentam um conceito simples de inovação: “Ela é uma iniciativa, modesta ou revolucionária, que surge como uma novidade para a organização e para o mercado e que, aplicada na prática, traz resultados econômicos para a empresa – sejam eles ligados à tecnologia, gestão, processo ou modelo de negócio”. (SIMANTOB; LIPPI, 2003, p. 23).

Por definição, todas as inovações devem conter algum grau de novidade. O manual de OSLO propõe três conceitos para a novidade das inovações: nova para a empresa, nova para o mercado, e nova para o mundo. Outro conceito relacionado ao grau de novidade é o de inovação radical ou disruptiva. Pode-se definir essa inovação como aquela que causa um impacto significativo em um mercado e na atividade econômica das empresas nesse mercado. Esse conceito é centrado no impacto das inovações, em oposição a sua novidade. O impacto pode, por exemplo, mudar a estrutura do mercado, criar novos mercados ou tornar produtos existentes obsoletos. Todavia, pode não ser evidente se uma inovação é disruptiva até bem depois de sua introdução. Isso dificulta a coleta de dados sobre inovações disruptivas dentro de um período de análise em uma pesquisa sobre inovação (OECD, 1997).

Para Govindarajan e Trimble (2006) existem quatro categorias de inovação: (1) melhoria contínua de produtos e serviços; (2) revolução de processos; (3) inovações nos produtos e serviços; e (4) inovações

estratégicas, as quais envolvem modelos de negócios inéditos e não comprovados. Já para

Lundvall (2002) sugere que a ideia da relação da inovação com o desenvolvimento econômico pode ser encontrada na análise da divisão do trabalho de Adam Smith. A análise de Smith incluía não só a criação de conhecimento em relação às atividades diretamente produtivas, como também os serviços especializados de cientistas. Smith, contudo, não considerava a inovação e o desenvolvimento de competências como independentes e sistêmicos. No trabalho de Lundvall (2007), ressalta-se que a grande contribuição de Adam Smith foi vincular a evolução cada vez maior da divisão do trabalho à criação de riqueza.

Lundvall (2007) cita duas passagens da obra *A riqueza das nações*, para explicar a distinção de dois modos diferentes de inovação. O primeiro modo (*Mode 1*) diz respeito ao processo de aprender fazendo, usando e interagindo e foi chamado de DUI-mode (*learning by doing, using and interacting*). O segundo modo de inovação (*Mode 2*) se refere aos processos de pesquisa baseados na ciência, chamado pelo autor de STI-mode (*science and technology innovation*), no qual a ciência é vista como o primeiro passo em direção à tecnologia e à inovação. Primeiramente, será apresentada a citação referente ao DUI-mode, a segunda citação se refere ao STI-mode:

*A great part of the machines made use of in those manufactures in which labour is most subdivided, were originally the inventions of common workmen, who, being each of them employed in some very simple operation, naturally turned their thoughts towards finding out easier and readier methods of performing it. Whoever has been much accustomed to visit such manufactures, must frequently have been shown very pretty machines, which were the inventions of such workmen, in order to facilitate and quicken their own particular part of the work. In the first fire-engines, a boy was constantly employed to open and shut alternately the communication between the boiler and the cylinder, according as the piston either ascended or descended. One of those boys, who loved to play with his companions, observed that, by tying a string from the handle of the valve which opened this communication, to another part of the machine, the valve would open and shut without his assistance, and leave him at*

*liberty to divert himself with his play-fellows. One of the greatest improvements that has been made upon this machine, since it was first invented, was in this manner the discovery of a boy who wanted to save his own labour (Smith, 1776, p. 8 apud LUNDVALL, 2007, p. 7).*

*[...] All the improvements in machinery, however, have by no means been the inventions of those who had occasion to use the machines. Many improvements have been made by the ingenuity of the makers of the machines, when to make them became the business of a peculiar trade; and some by that of those who are called philosophers or men of speculation, whose trade it is not to do anything, but to observe everything; and who, upon that account, are often capable of combining together the powers of the most distant and dissimilar objects. In the progress of society, philosophy or speculation becomes, like every other employment, the principal or sole trade and occupation of a particular class of citizens. Like every other employment too, it is subdivided into a great number of different branches, each of which affords occupation to a peculiar tribe or class of philosophers; and this subdivision of employment in philosophy, as well as in every other business, improves dexterity, and saves time. Each individual becomes more expert in his own peculiar branch, more work is done upon the whole, and the quantity of science is considerably increased by it (Smith, 1776, p. 9 apud LUNDVALL, 2007, p. 7).*

Schumpeter (1989) defende que as novas combinações são geralmente proporcionadas por novas organizações, em busca de mais competitividade em relação às empresas antigas: “[...] não é dono de diligências que constrói estradas de ferro” (SHUMPETER, 1989, p. 49). Outro aspecto relevante é o pressuposto de que os meios de produção utilizados na realização de combinações novas, via de regra, já existiam na economia e simplesmente são empregados de forma diferente.

O fluxo circular tende a não gerar lucro ou excedentes suficientes para a criação de novas combinações, de acordo com Schumpeter

(1989). Todo o dinheiro presente no fluxo circular está fixado em determinados canais estabelecidos. Ao contrário de uma empresa estabelecida, que pode se financiar pela produção anterior, um empreendimento (termo que se refere às novas combinações) precisa recorrer ao crédito oriundo de uma categoria de indivíduos chamados de capitalistas. Finalmente, o empreendedor é o grande responsável pelas novas combinações, ou empreendimentos, tão importantes para a ruptura do fluxo circular e conseqüentemente ao desenvolvimento econômico. Enquanto as empresas estabelecidas contam com administradores ou profissionais como gerentes, gestores e técnicos para garantir sua permanência no fluxo circular, o empreendedor é mais caracterizado por aspectos como: iniciativa, intuição, previsão, autoridade (SCHUMPETER, 1989).

De acordo com Cheng-hua Tzeng (2009), é importante ressaltar que as pesquisas sobre inovação não se limitam à tradição schumpeteriana. Existem outras escolas importantes que baseiam suas teorias em sociologia, filosofia e nas ciências naturais. A escola da configuração (MILLER; FRIESEN, 1982), inspirada na tradição weberiana do tipo ideal, fornece maneiras de ajudar a classificar as organizações inovadoras. A escola de gestão do conhecimento (NONAKA, 1994), baseada na teoria de Polanyi de conhecimento pessoal, explora o processo de conversão entre tácito e conhecimento explícito. A escola de cluster (PORTER, 1990), por sua vez, utiliza as externalidades marshallianas para estudar como proximidades geográficas entre as empresas e seus fornecedores, clientes e concorrentes podem levar a produtos mais inovadores. Além disso, a escola da complexidade dos sistemas adaptativos (ANDERSON, 1999), que se originou da ciência da física, pretende entender melhor as relações não-lineares e dinâmicas entre o agente inovador e seu ambiente. A escola da ecologia da população (ALDRICH; MARTINEZ, 2001), construída com base nas ciências biológicas, pesquisa o processo de variação, seleção e retenção para calcular a taxa agregada de sobrevivência global das empresas na evolução da inovação tecnológica.

### **2.1.3 Sistema de Inovação e desenvolvimento econômico**

A expressão sistema de inovação surgiu, pela primeira vez, em Lundvall (1985), mas sem o adjetivo nacional. Segundo Lundvall (1992), foi Freeman (1987) quem trouxe o conceito de SNI à literatura. Em nota de rodapé, Da Motta e Albuquerque (2008, p. 9) ilustra alguns

detalhes interessantes acerca da “paternidade” da expressão ‘sistema nacional de inovação’:

Há uma elegante e divertida “polêmica” entre Freeman e Lundvall sobre a primeira referência ao conceito de sistema nacional de inovação. Lundvall (1992, p.16) atribui a Freeman o termo. Freeman, por sua vez, na primeira frase do artigo reproduzido na RBI atribui a Lundvall. Fagerberg, na Conferência comemorativa dos 80 anos de Freeman em 2001, desenterrou um texto de 1982 preparado para a OCDE – e não publicado – no qual o homenageado faz uma referência a “sistemas nacionais de inovação”. Lundvall reproduziu o texto, mas Freeman devolve a prioridade ao grupo dinamarquês, afirmando que ouvira essa expressão durante período sabático em Aalborg, Dinamarca, no início dos anos 1980.

Dois grandes projetos de pesquisa merecem destaque na difusão das abordagens de SNI, nos estudos desse campo. Um deles foi um extenso projeto conduzido por uma equipe composta por Dosi, Freeman, Nelson, Silverberg e Soete. O outro projeto importante teve lugar no campo das políticas públicas e foi organizado pela Direção de Ciência, Tecnologia e Indústria da OECD. O Diretor Chabbal iniciou o projeto de TEP e François Chesnais foi o dínamo intelectual do projeto. O relatório TEP integrou muitas das ideias mais avançadas desenvolvidas entre os estudiosos da inovação na década de 1980, o que deu às políticas de inovação, bem como aos estudos de inovação, um novo tipo de legitimidade em todos os países membros da OCDE (OCDE, 1992).

No início da década de 1980 ocorre o estudo Sappho, organizado pelo SPRU e liderado por Freeman (Rothwell, 1972; Rothwell, 1977). Nesse estudo simples, mas original em design, a equipe de investigação identificou uma quantidade de pares de inovação – “gêmeas” em termos das principais características – das quais, uma das duas foi um sucesso, enquanto a outra foi um fracasso. As duas inovações foram então comparadas em termos das características da organização anfitriã (host). O resultado mais importante foi que a interação dentro e entre organizações foi considerada um pré-requisito para o sucesso na inovação. Inovações que ocorreram em empresas em que as divisões e departamentos operavam sem interação umas com as outras e as

empresas que não interagem com fornecedores, clientes e usuários foram menos bem sucedidas do que as empresas mais interativas (LUNDVALL, 2007).

Ainda entre os trabalhos sobre SNI, reconhecidos como pioneiros, destaca-se a pesquisa de Freeman (1995). O autor estudou quatro diferentes tipos de sistemas de inovação, tomando por referência os casos do Japão, da antiga União Soviética, da Coreia do Sul e do Brasil. Ele enfatiza a importância dos aspectos históricos para a compreensão das diferentes dinâmicas nacionais de constituição dos sistemas de inovação, incentivando fortemente o caráter interdisciplinar do tratamento do conceito. Nas conclusões, ele reitera que, do ponto de vista de países em desenvolvimento, a intensificação da competição global tornou mais importantes as políticas nacionais para sustentação de processos de *catching up*. O quadro resultante da análise é complexo e multifacetado, envolvendo a necessidade de compreender desde o papel das transnacionais até os mecanismos que apoiam a originalidade local e a diversidade.

O pesquisador sueco Edquist (2005) classifica as abordagens de SNI em três correntes que se inter-relacionam: (1) as teorias evolucionistas; (2) as teorias ligadas à evolução, aprendizado e instituições; e (3) teorias de aprendizado interativo. A corrente evolucionista inspira boa parte dos trabalhos da corrente do aprendizado interativo, contudo é representada por Nelson e Winter de Yale, além de pesquisadores de Sussex, reconhecidos na literatura como neoschumpeterianos: Carlota Perez, Keith Pavitt, Luc Soete e Giovanni Dosi. Na segunda corrente, reconhecida também como institucionalista, destacam-se os autores americanos como Rosenberg e Nelson, e autores suecos como Bo Carlsson e Stankiewicz (EDQUIST; HOMMEN, 1999). Os dois últimos desenvolveram o conceito de sistemas tecnológicos, no início dos anos 1990 (CARLSSON; STANKIEWITZ, 1990). Finalmente, na corrente do aprendizado interativo destacam-se autores como Lundvall e Freeman, das universidades europeias de Aalborg e Sussex, respectivamente.

Do ponto de vista acadêmico, embora contribuam para uma maior compreensão dos fenômenos econômicos, as abordagens de SI ainda se encontram em construção, não sendo reconhecidas como teorias formais. Segue o posicionamento de Edquist e Hommen (1999, p. 66) quanto às abordagens de SI em geral:

*They are conceptual frameworks rather than formal theories. Recognizing that SI approaches*

*are not yet at that stage of development where they are capable of formal (abstract) theorizing leads to an emphasis on empirically based “appreciative” theorizing. Such theorizing is intended to capture processes of innovation, their determinants, and some of their consequences (e.g., productivity growth and employment) in a meaningful way.*

Segundo Possas (1989), os autores neoschumpeterianos – rótulo ainda não consagrado na literatura – concentram-se em aprofundar o estudo do papel das mudanças tecnológicas como o principal dinamizador da atividade econômica capitalista. O autor afirma, assumindo o risco de alguma arbitrariedade, que as correntes neoschumpeterianas podem ser basicamente caracterizadas em duas vertentes não-rivais: a abordagem evolucionista, mais antiga, originada na Universidade de Yale (EUA) e liderada por Richard Nelson e Sidney Winter e a segunda abordagem, menos homogênea, na qual se destaca a contribuição do departamento Science and Technology Policy Research (SPRU), da Universidade inglesa de Sussex, tendo como expoentes Christopher Freeman, Carlota Perez, Keith Pavitt, Luc Soete e Giovanni Dosi.

Nelson e Winter (1982) se autodenominam evolucionários e são considerados como fundadores das teorias que caracterizam o axioma evolucionário. Eles esclarecem que a concorrência schumpeteriana tende a produzir vencedores e perdedores, de tal forma que algumas firmas tirarão maior proveito das oportunidades técnicas do que outras, de acordo com o tipo de estratégia tecnológica usada em cada firma.

Cário (1995, p.155) explica a essência dessa visão evolucionista:

O modelo evolucionista microeconômico neoschumpeteriano contém princípios análogos ao paradigma evolucionista de Darwin, em que a evolução das espécies ocorre por meio de mutações genéticas sujeitas à seleção do meio ambiente. Em consonância, a definição científica de que as mutações constituem fenômenos de origens endógenas, mas influenciadas por condições exógenas, aproxima-se da visão evolucionista com a concepção de que as mudanças econômicas decorrem da introdução de inovações de produtos e processos pelas firmas e

são submetidas à seleção através dos padrões de concorrência no mercado. Assim como o mecanismo da variação nas mutações genéticas e a seleção conduzem ao aperfeiçoamento das espécies, a criação de uma gama de inovações e a seleção apontam para a sobrevivência das melhores, possibilitando às firmas inovadoras vantagens competitivas frente às demais concorrentes.

Dosi (1984), também considerado um dos expoentes evolucionistas, complementa a ideia de estratégia tecnológica com a ideia de um padrão de solução de problemas técnico-econômicos, denominado paradigma tecnológico. Segundo o autor, nada garante a princípio que o esforço em P&D das empresas será selecionado pelo mercado e resultará em ganhos para as mesmas. A experiência empírica mostra que o progresso tecnológico costuma trilhar um determinado caminho, que serve de orientação para as empresas no que se refere a decisões relativas à inovação. Tal processo pode ser entendido por meio das noções de ‘paradigma’ e ‘trajetória’ tecnológicos.

Outra contribuição neoschumpeteriana importante, ainda na década de 1980, foi a de Pavitt (1984). O autor introduziu uma vertente centrada na mudança técnica e caracterizada por uma proposta de taxonomia setorial conhecida como a “taxonomia de Pavitt”. Dessa forma, os setores industriais foram classificados conforme os padrões estruturais inovativos e tecnológicos predominantes: (1) *supplier dominated* (dominados pelos fornecedores); (2) *production intensive* (intensivos em produção); e (3) *science based* (baseados em ciência). A terceira categoria, por sua vez, foi subdividida em (3.1) *scale intensive* (intensivos em escala) e (3.2) *specialized suppliers* (fornecedores especializados).

Finalmente, ao final dos anos 80, Freeman e Soete (1987) analisaram as questões de emprego em relação às inovações técnicas. Adicionalmente, Dosi, Pavitt e Soete (1990) apresentaram importantes contribuições para o papel da inovação em relação ao comércio exterior.

Para Dosi et al. (2006), um novo corpo teórico emergiu e foi apelidado de Stanford–Yale–Sussex (SYS) desde o trabalho original de Arrow (1962), a pesquisa empírica de Freeman (1974), no Reino Unido, além dos trabalhos de Nelson (1982) e de Rosenberg (1982), nos EUA.

Em linhas gerais, Arrow (1962) discorre sobre o “aprender fazendo” LBD (*learning by doing*) e situa a atividade inventiva no

contexto das decisões econômicas, envolvendo formas organizacionais, financiamento da atividade de inovação e suas implicações para a análise do bem-estar. Ele usou como inspiração, observações empíricas a partir das curvas de aprendizagem e padrões de crescimento da produtividade na produção de aviões.

Já Rosenberg (1969, 1982) trabalha com a ideia de gargalos, que exigem soluções capazes de contribuir para dinamizar a economia. Contrariando determinados postulados neoclássicos, mais especificamente o da racionalidade maximizadora, ele afirma que a atividade inovativa é realizada sob condições de incerteza, o que não ocorre nos modelos neoclássicos. Para o autor, as mudanças nos preços dos fatores de produção não se caracterizam como um incentivo para as invenções, sobretudo para as inovações dirigidas a economizar o uso do fator que se acha relativamente custoso. Além disso, ele esclarece que a atividade inovativa se caracteriza por um procedimento de busca, cujos resultados não são conhecidos *ex-ante*. Dessa forma, as decisões de inovação e investimento, orientadas em relação ao futuro, envolverão inevitavelmente um relativo grau de incerteza. O autor introduz o conceito de *learning-by-using* (LBU), complementando o LBD de Arrow (1962). Adicionalmente, Kline e Rosenberg (1986) apresentaram o modelo de cadeia interligada (*chain-linked model*).

Nelson e Winter (1982) também incluíram em sua análise a preocupação com a diversidade e a complexidade institucional da inovação. Como resultado, não há um único padrão de geração e difusão de inovações, mas este pode variar grandemente em função das características da estrutura institucional. Essa estrutura depende de diversos fatores, entre eles: uma maior ou menor presença de instituições públicas de pesquisa e/ou de difusão de tecnologia; a existência ou não de modalidades formais ou informais de cooperação entre empresas privadas ou entre instituições públicas e privadas; o marco legal e de políticas que restringe as estratégias possíveis (p. ex., diferenças no sistema legal de patentes ou na legislação *anti-dumping*).

Como essa estrutura institucional difere entre países, regiões e setores, ela pode contribuir para explicar diferenças nas taxas de aumento da produtividade, assim como nas modalidades de difusão da inovação. Tipicamente, em alguns casos, a expansão da nova técnica dar-se-á pelo aumento da parcela de mercado do inovador e pela paralela expulsão das firmas retardatárias; em outros casos, a inovação tenderá a ampliar sua participação no mercado pela via da imitação, à medida que os retardatários diminuem sua distância com relação à

fronteira tecnológica e os lucros extraordinários do inovador se diluem. Naturalmente, o predomínio de um ou outro caminho de difusão terá consequências importantes em termos da concentração na indústria e do porte das firmas, e esse deve ser um aspecto a ser considerado na formulação das políticas (NELSON; WINTER, 1982).

Lundvall (2007) tem um posicionamento crítico em relação à corrente mais institucionalista. O autor argumenta que, durante o processo de rápida e turbulenta difusão, houve uma distorção do conceito de SI em comparação com a versão original desenvolvida por Christopher Freeman e o grupo de Aalborg. Muitas vezes, os tomadores de decisão política e estudiosos aplicaram uma compreensão mais estreita e enviesada desse conceito. Tal viés é originado pelos estudos de inovação que se concentram na inovação de base científica, na infraestrutura tecnológica formal e nas políticas destinadas quase exclusivamente a estimular os esforços de P&D em setores de alta tecnologia. O autor defende que sem uma definição ampla de sistema nacional de inovação que englobe a aprendizagem individual, organizacional e interorganizacional, é impossível estabelecer a ligação de inovação com o crescimento econômico. Um duplo foco é necessário nos casos em que a atenção não seja só orientada para a infraestrutura científica, como também para as instituições/organizações de apoio à construção de competências em mercados de trabalho, educação e vida profissional.

Lundvall (2007) destaca uma razão importante para essa distorção na coexistência desconfortável da abordagem do sistema de inovação e a compreensão muito mais estreita da inovação provenientes da economia neoclássica (Eparvier, 2005), principalmente em países de organizações internacionais como a OECD e a Comunidade Europeia (CE). Os Processos evolutivos de aprendizagem em que os agentes são transformados e se tornam mais diversificados em termos de “o que sabem” e “o que eles sabem como fazer” não são compatíveis com a racionalidade dos "agentes representativos" que povoam o mundo neoclássico (Dosi 1999). Lundvall (2007) considera que a negligência da "aprendizagem como desenvolvimento de competências" constitui a principal fraqueza do entendimento neoclássico, juntamente com as definições mais estreitas de sistemas de inovação.

Como exemplo de limitação da abordagem institucionalista, Lundvall (2007) cita a produção de conhecimento de Modo 2 (GIBBONS et al. 1994) e a abordagem *Triple Helix*, ambas com foco na ciência e no papel das universidades na inovação. Quando são aplicadas por autoridades políticas, não como um subsistema interno, mas como

uma alternativa completa para a abordagem de sistema de inovação (Etzkowitz e Leydesdorff 1995; Etzkowitz e Leydesdorff 2000), essas abordagens contribuem para a distorção descrita por Lundvall (2007). Tais perspectivas envolvem processos de vinculação da ciência e tecnologia com a inovação – já mencionadas anteriormente como modo STI.

Enquanto o modelo de Tripla Hélice foca apenas nas relações universidade-indústria-governo, dois novos modelos foram propostos posteriormente, ampliando o número de redes de relações, inicialmente trilaterais (CARAYANNIS; CAMPBELL, 2010). Carayannis, Bart e Campbel (2012, p. 1) resumem os principais aspectos desses novos modelos chamados de Quádrupla e Quintupla Hélice:

*The Quadruple Helix embeds the Triple Helix by adding as a fourth helix the 'media-based and culture-based public' and 'civil society'. The Quintuple Helix innovation model is even broader and more comprehensive by contextualizing the Quadruple Helix and by additionally adding the helix (and perspective) of the 'natural environments of society'. The Triple Helix acknowledges explicitly the importance of higher education for innovation. However, in one line of interpretation it could be argued that the Triple Helix places the emphasis on knowledge production and innovation in the economy so it is compatible with the knowledge economy. The Quadruple Helix already encourages the perspective of the knowledge society, and of knowledge democracy for knowledge production and innovation. In a Quadruple Helix understanding, the sustainable development of a knowledge economy requires a coevolution with the knowledge society. The Quintuple Helix stresses the necessary socioecological transition of society and economy in the twenty-first century; therefore, the Quintuple Helix is ecologically sensitive. Within the framework of the Quintuple Helix innovation model, the natural environments of society and the economy also should be seen as drivers for knowledge production and innovation,*

*therefore defining opportunities for the knowledge economy.*

Para Lundvall (2007), o fato de a ciência e o conhecimento codificado se tornarem cada vez mais importantes para as empresas em diferentes setores – incluindo os chamados de baixa tecnologia – não implica que a aprendizagem baseada na experiência e conhecimento tácito se tornou menos importante para a inovação. Desenvolver inovações, incluindo inovações de base científica, na aprendizagem organizacional do mercado, redes industriais, bem como na participação dos trabalhadores e na construção de competências é mais importante do que nunca. Dessa forma, a vertente do aprendizado interativo, proposta por autores dinamarqueses, já pressupunha interações que extrapolavam o modelo de Tripla Hélice.

Entre os elementos que caracterizam a abordagem de SNI – com foco no aprendizado interativo – do departamento de Innovation, *Knowledge and Economic Dynamics* (IKE), da Universidade de Aalborg, na Dinamarca, está o papel das instituições em moldar as atividades inovativas. Essa corrente é formada principalmente por autores de Aalborg e tem características peculiares que a diferenciam da abordagem tipicamente funcionalista e normativa dos autores americanos, cuja análise é mais estreitamente focada em instituições e organizações envolvidas na promoção da Ciência e Tecnologia (LUNDVALL, 2002).

Para Johnson (1992), o conceito de instituições envolve normas, hábitos e regras profundamente enraizados na sociedade e que desempenham um papel importante na determinação de como as pessoas se relacionam entre si e como elas aprendem e usam seu conhecimento. Lundval (2002) explica que, na abordagem de Aalborg, existem três dimensões institucionais, as quais têm um grande impacto e que podem diferir entre as nações: (1) o horizonte de tempo dos agentes, (2) o papel da confiança; e (3) o real mix de racionalidade. Essas dimensões são explicadas nos próximos parágrafos.

A distinção entre a visão de curto prazo que caracteriza a governança corporativa nos países anglo-saxões e a de longo prazo como, por exemplo, nas decisões de investimento japonesas é um exemplo importante de como as diferenças institucionais têm uma influência decisiva no comportamento e desempenho em nível nacional. Essa distinção parece muito importante não só para a alocação financeira, como também para outros aspectos da inovação tecnológica. Certas tecnologias somente serão desenvolvidas por agentes que operam

com uma perspectiva de longo prazo, enquanto outras podem ser mais fáceis de explorar, com um horizonte de curto prazo (LUNDVALL, 2002).

A confiança é um conceito complexo e multidimensional que se refere às expectativas sobre consistência no comportamento, transparência dos agentes ao revelar informações relevantes à outra parte e de restrições na exploração da fraqueza temporária de parceiros. As instituições que constituem confiança são cruciais para a aprendizagem interativa e capacidades inovativas. A força e o tipo de confiança imbricada nos mercados vão determinar o grau de aprendizado interativo presente em mercados organizados. Acordos formais e legais em torno do mercado virão refletir e ter impacto sobre esta dimensão social tácita (LUNDVALL, 2002).

A terceira categoria é a racionalidade predominante. Na economia tradicional existe o pressuposto de que a racionalidade instrumental e estratégica sempre domina o comportamento humano, pelo menos na esfera econômica privada. É certo que as transações econômicas entre agentes anônimos e um ambiente capitalista tendem a apoiar racionalidade instrumental. Em um contexto em que a aprendizagem de novas competências por meio da interação com outros agentes é importante para o sucesso, este, no entanto, já não é o único tipo de comportamento que pode ser identificado na economia em evolução. Considerando a perspectiva de Habermas (2012), se a racionalidade instrumental estivesse dominando completamente a interação entre professores e alunos, mestres e aprendizes, bem como entre os engenheiros de laboratórios de P&D pertencentes a empresas diferentes, ocorreria muito pouca aprendizagem. Por conseguinte, os sistemas de inovação em que a racionalidade comunicativa desempenhar um papel importante em certos tipos de atividades do setor privado, poderiam se sair melhor no longo prazo. O real mix de racionalidade em um sistema de inovação pode afetar o seu comportamento e desempenho (LUNDVALL, 2002). O assunto racionalidade será aprofundado no terceiro bloco deste capítulo.

Finalmente, além dessas três instituições informais, uma série de modalidades institucionais formais como direitos de propriedade de diferentes tipos bem definidos e implantados, incluindo os direitos de propriedade intelectual, direitos de contrato, direito societário, instituições de arbitragem e de negociação coletiva e outras instituições do mercado de trabalho são obviamente também importantes para o

funcionamento da economia e, mais geralmente, reconhecidas como tal (LUNDVALL, 2002).

Em recente trabalho, Lundvall (2007) diferenciou mais claramente as principais mudanças de perspectiva entre as características do *mainstream* neoclássico e as abordagens de SI. O pesquisador de Aalborg lembra que o economista alemão Friedrich List criticava o foco exagerado na alocação de recursos, em detrimento da criação de conhecimento e crescimento. O núcleo da teoria econômica padrão trata sobre as escolhas racionais dos agentes, relacionadas a cenários alternativos bem definidos (mas possivelmente arriscados) e o foco da análise se concentra na alocação de recursos escassos. O Quadro 1 ilustra como o quadro analítico ligado a sistemas de inovação se relaciona com a teoria econômica do *mainstream* neoclássico.

Quadro 1: A mudança bidimensional de perspectiva

	Alocação	Inovação
Escolha /decisão	Padrão neoclássico	Gestão de projeto
Aprendizado	Economia schumpeteriana	Sistemas de inovação

Fonte: Lundvall (2007, p. 20).

De acordo com a Quadro 1, a análise dos sistemas de inovação é baseada em uma mudança bidimensional de foco em relação à combinação entre inovação e aprendizagem. Enquanto a economia neoclássica se preocupa com a especificação da estrutura institucional, que resulta na alocação ideal dos recursos existentes, os pesquisadores de Aalborg focam em como diferentes configurações institucionais afetam a criação de novos recursos. Enquanto o padrão neoclássico se concentra em analisar como os agentes tomam decisões com base em um dado conjunto de informações e competências, os pesquisadores de Aalborg estão interessados em como o conhecimento – incluindo tanto as informações sobre o mundo e o know-how dos agentes – muda no processo econômico (LUNDVALL, 2007).

Lundvall (2007) afirma que essa dupla mudança de perspectiva tem implicações nas políticas de inovação. Como um exemplo disso, uma política de análise da corrida por patentes em que o “vencedor leva tudo” (*winner takes it all*) irá, desde que negligencie a aprendizagem e a construção de competências que ocorre durante a corrida, tirar conclusões muito limitadas quanto ao papel do governo em estimular P&D. Esse enfoque mais restrito tem mais possibilidade de ocorrer na abordagem classificada como institucional, no item anterior. Cassiolato e Lastres (2005) afirmam que até mesmo economistas como

Schumpeter, que colocaram o processo de inovação no centro de suas teorias de desenvolvimento, não estudaram tal processo em profundidade. Os mesmos autores esclarecem, ainda, que somente no final dos anos 1960 houve avanço na compreensão sobre o significado da “inovação”, a partir de diversos estudos empíricos.

Os estudos sobre SI, em certo momento, passaram a incorporar o conceito de desenvolvimento sustentável. O pesquisador Segura-Bonilla (1999), cujo doutorado foi obtido em Aalborg, foi quem sugeriu pioneiramente o conceito de Sistema de Inovação Sustentável (*Sustainable Innovation System*). O autor introduziu a sustentabilidade na noção de estratégia nacional do sistema de inovação, principalmente pela adição de uma dimensão “natural” aos seus elementos.

Na concepção original de Lundvall (1992, p. 2) sistemas de inovação: “[...] *are constituted by elements and relationships which interact in the production, diffusion and use of new, and economically useful, knowledge*”. Segura-Bonilla (2003, p. 378), por sua vez, caracteriza Sistema de Inovação Sustentável da seguinte maneira: “*sustainable system of innovation is constituted by human and natural elements and relationships which interact in the production, diffusion and use of new, and economically useful, knowledge*”.

Johnson e Lehmann (2006), outros dois pesquisadores de Aalborg, também citam o conceito pioneiro de Segura-Bonilla (1999). Eles afirmam, no entanto, que no contexto em que a sustentabilidade é definida como um conjunto de quatro dimensões e não apenas a relação bidimensional entre o ambiente e a economia, o conceito deveria ser redefinido, tendo em conta também os pilares institucional e social de sustentabilidade, e – igualmente importante – as ligações entre eles. Por isso eles propõem a seguinte noção de um Sistema de Inovação Sustentável (SIS):

*A Sustainable Innovation System is constituted by human, natural and social elements and relationships, which interact in the production, diffusion and use of new and socially, environmentally, economically and institutionally useful knowledge that contributes to sustainable production and consumption patterns*  
(JOHNSON; LEHMANN, 2006, p.18).

Caracterizando a diversidade de capitais inerentes à perspectiva da sustentabilidade, Lundvall (2007, p.37) apresenta os recursos e

dimensões fundamentais para o processo de desenvolvimento. O crescimento econômico é defrontado por um duplo desafio em termos de sustentabilidade: estratégias que considerem adequadamente os quatro tipos de capital (de produção, intelectual, natural e social), demonstrados no Quadro 2.

Quadro 2: Recursos fundamentais para o crescimento econômico

	Recursos facilmente reproduzíveis	Recursos menos reproduzíveis
Recursos tangíveis	1. Capital de produção	2. Capital natural
Recursos intangíveis	3. Capital intelectual	4. Capital social

Fonte: Lundvall, 2007, p. 37.

O Quadro 2 ilustra que o crescimento econômico se depara com grandes desafios em termos de sustentabilidade e que há um risco iminente de enfraquecimento não somente da base material (tangível) da produção, como também da base de conhecimento (intangível). A criação de capital intelectual pode ser ameaçada por uma negligência da sustentabilidade ambiental. Lundvall (2007) argumenta que a produção e o uso eficiente do capital intelectual é fundamentalmente dependente do capital social (constituído pela rede de interações sociais).

Finalmente, alguns estudos sobre o tema sistema de inovação incluem novas perspectivas na aplicação da abordagem de Sistema Nacional de Inovação (SNI), associada ao desenvolvimento dos países mais pobres. Lundvall (2002), por exemplo, reconhece que as relações entre globalização e sistemas locais e nacionais de inovação precisam ser ainda mais pesquisadas. Como foi visto anteriormente no presente capítulo, as origens das abordagens de SNI são americanas e europeias, cujas realidades históricas sociais, econômicas e institucionais são muito diferentes dessas mesmas dimensões nos países do hemisfério sul. Cassiolato e Lastres (2005) resgatam essa evolução das ideias que deram origem às abordagens de sistema de inovação, vindas do hemisfério norte, e estabelecem conexões com o enfoque latino-americano sobre desenvolvimento. Os autores concluem que, embora existam claras proposições – orientadas pela abordagem de SI – que poderiam inspirar a política brasileira, a incompreensão das particularidades do processo inovativo tem levado a equívocos que prejudicam a proposição e implementação de políticas que deem conta da realidade da sociedade e economia brasileira.

O principal centro brasileiro de pesquisa sobre SNI situa-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro, liderado pelos economistas José Eduardo Cassiolato e Helena Maria Martins Lastres. Ambos

estudaram na Universidade de Sussex, sendo que o primeiro cursou o mestrado e a segunda defendeu sua tese de doutorado nessa instituição do Reino Unido. Instituições como o SEBRAE, SENAI e fundações ligadas à tecnologia são instituições que aparecem com frequência como apoiadoras de pesquisas, além do MCT e MEC, através do CNPq e da CAPES, respectivamente.

Segundo Kretzer (2009), o interesse pelo tema SI no Brasil tem crescido tanto acadêmica quanto institucionalmente. São projetos de pesquisa e estudos, programas institucionais, dissertações e teses. Entre os principais trabalhos sobre o tema no Brasil (MELO, 1996; CASSIOLATO; LASTRES, 1999; 2000; 2005a; 2005b; CASSIOLATO; VARGAS; BRITTO, 2002; LASTRES, MACIEL, 2003; COUTINHO; CASSIOLATO; LASTRES, 2005; CAMPOS; NICOLAU; CARIO, 2004; Lastres; Cassiolato, 2005; CASSIOLATO; GUIMARÃES.; PEIXOTO; LASTRES, 2005; GUNTHER, 2007; PERINI, 2009).

#### **2.1.4 Síntese do primeiro bloco**

Inicialmente, destaca-se a influência marcante das ideias schumpeterianas e neoschumpeterianas na principal corrente da literatura que versa sobre os assuntos abordados até aqui. Os autores estudados, em geral, baseiam-se em fundamentos utilitaristas de caráter econômico para construir seus argumentos teóricos. As abordagens sobre sistema de inovação se preocupam com aspectos socioculturais e nota-se o crescente interesse pelo tema desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, uma importante reflexão proposta pela corrente de Aalborg diz respeito à importância do capital social (WOOLCOCK, 1998) e da sustentabilidade. Embora na perspectiva de curto prazo, cálculos econômicos e rápidos processos de tomada de decisão (especialmente nos fluxos financeiros) estão ficando cada vez mais importantes. Por outro lado, a competitividade depende cada vez da eficiência dinâmica do conhecimento ou nos recursos baseados em conhecimento, cujas características são de longo prazo. Esses recursos, muitas vezes, levam um longo tempo e esforços para serem construídos, mas podem ser destruídos rapidamente. Isso ocorre porque o aprendizado e a inovação são processos interativos, que dependem da confiança e outros elementos de coesão social (LUNDVALL, 2007).

Um problema que limita o desenvolvimento sustentável é que a turbulência da dinâmica de mercado coloca uma pressão sobre todos os tipos de relações sociais estabelecidas nas comunidades locais, regionais

e nacionais. Contribui para o enfraquecimento das relações familiares tradicionais, comunidades locais e na estabilidade dos postos de trabalho. Isso é importante, uma vez que a produção de capital intelectual (aprendizagem) é fortemente dependente do capital social. Encontrar formas de restabelecer o capital social prejudicado pelo processo de globalização é um grande desafio (LUNDEVALL, 2007).

Outro problema é que as perspectivas de curto prazo promovidas pelo capital financeiro dão pouca importância aos desequilíbrios ecológicos de longo prazo. As taxas de desconto são muito elevadas, não apenas quando se trata de avaliar benefícios futuros, como também quando se trata de avaliar passivos ecológicos. O capital natural, incluindo o ar não poluído nas grandes cidades e água potável, não é suficientemente valorizado em um regime dominado por uma forma de governança pela qual o capital financeiro seja direta ou indiretamente responsável (LUNDEVALL, 2007).

Na perspectiva puramente econômica, as atividades de inovação podem ser relacionadas a fatores como: apropriação dos resultados da inovação por parte dos agentes; o grau de concentração do setor e do mercado; o nível e estrutura dos custos de P&D; a taxa de mudança tecnológica e suas aplicações potenciais; a previsão da demanda e lucratividade da inovação; o nível de investimento em conhecimento público; e a estrutura regional do sistema de pesquisa e das instituições que ligam o conhecimento científico com o sistema produtivo. Em suma, um ambiente de apoio à transferência de tecnologia, redução de riscos e aprendizagem coletiva. Todos esses fatores são orientados para a superação de objetivos prioritariamente econômicos, que geralmente pressupõem a necessidade de criar e sustentar vantagens competitivas no âmbito das empresas, localizações, setores e/ou nações, em um contexto de mercado globalizado.

A constatação de autores brasileiros de que é fundamental compreender a realidade específica da sociedade e economia para a construção de políticas mais adequadas, sugere cautela na aplicação das abordagens de SNI. Para evitar equívocos, é necessário que as abordagens sobre SI – estabelecidas *a priori* – se entrelacem com contextos de características variáveis, como é o caso dos países do hemisfério sul e suas respectivas sociedades e economias (CASSIOLATO E LASTRES, 2005). Em linha com essa reflexão, Lundvall (2007) sugere uma dependência entre o uso eficiente do capital intelectual na produção com a rede específica de interações sociais locais. Sendo assim, uma estratégia de desenvolvimento focada apenas no capital de produção e no capital intelectual não é sustentável.

Ressaltam-se, finalmente, as contribuições da abordagem de Aalborg quanto às dimensões institucionais, que têm um grande impacto nos processos de inovação: (1) o horizonte de tempo dos agentes, (2) o papel da confiança; e (3) o real mix de racionalidade (LUNDVALL, 2002). A terceira dessas dimensões faz parte da abordagem de análise proposta neste trabalho, a ser apresentada no próximo capítulo, que se refere à metodologia.

## **2.2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL, INOVAÇÃO SOCIAL, ECONOMIA PLURAL E DTS**

Este segundo bloco de conteúdos contempla estudos bem mais recentes do que aqueles apresentados no bloco anterior. Epistemologicamente mais diversificada, a construção dessas abordagens recebe influências marcantes da sociologia, antropologia, geografia, etc.

### **2.2.1 Empreendedorismo Social**

Os estudos sobre empreendedorismo social são muito recentes e estão longe de um consenso conceitual (ZAHRA et al., 2009). Peredo e McLean (2005) realizaram uma ampla revisão crítica do conceito e concluíram que o empreendedorismo social ocorre quando um indivíduo, grupo ou organização: (1) busca criar valor social; (2) mostra capacidade de reconhecer e tirar vantagem de oportunidades para criar esse valor (visão); (3) emprega a inovação, desde algo completamente inédito até novidades adaptadas de algo existente; (4) pretende aceitar tomar um grau de risco acima da média na criação e disseminação de valor social; e (5) é geralmente capaz de superar as adversidades com poucos recursos na busca de seu empreendimento social.

Ainda para Peredo e Mclean (2005), existe um intervalo que caracteriza a proeminência que o objetivo de agregar valor social representa para certo empreendimento. De acordo com o Quadro 3, este intervalo varia entre a presença exclusiva de objetivos sociais até a subordinação destes a outros, por exemplo, de interesse econômico. Embora alguns autores se esforcem em diferenciar o empreendedorismo social do econômico (OLIVEIRA, 2004), algumas correntes acadêmicas veem mais continuidade do que ruptura entre os dois conceitos. Esta perspectiva mais abrangente do entendimento sobre empreendedorismo social é comentada por Martin e Osberg (2007, p.30): “o

empreendedorismo social tem se tornado tão inclusivo que ele agora é uma tenda imensa, na qual todos os tipos de atividades socialmente benéficas se encaixam".

Quadro 3: Importância dos objetivos no empreendedorismo social

Importância dos objetivos sociais	Papel da troca comercial
Os objetivos da organização são exclusivamente sociais	Sem troca comercial
Os objetivos da organização são exclusivamente sociais	Alguma troca comercial, qualquer lucro é redirecionado para o fim social ou para suporte à organização.
Os objetivos da organização são predominantemente sociais, mas não exclusivos.	Troca comercial, lucros em parte beneficiam o empreendedor e ou apoiadores.
Objetivos sociais são proeminentes, entre outros objetivos da organização.	Troca comercial, lucros beneficiam fortemente o empreendedor e outros públicos de interesse.
Objetivos sociais estão entre os objetivos da organização, mas subordinados a outros.	Troca comercial, lucros beneficiam primariamente o empreendedor e outros públicos de interesse.

Fonte: Adaptado de Peredo e McLean, 2005, p.63.

De acordo com Neck, Brush e Allen (2009), um grande número e variedade de definições pode sinalizar que todo empreendedorismo é social. A lógica é a seguinte: considerar geração de emprego e riqueza como o resultado do empreendedorismo. A criação de emprego leva ao crescimento econômico, o qual contribui para a riqueza dos indivíduos e sociedade, sendo assim, o empreendedorismo gera impacto social. A lógica é clara, mas a linha de demarcação entre o empreendedorismo social e o que chamamos de tradicional não e o *output* (resultado), mas sim o *input* (entrada). A origem social das fontes de oportunidades e missões fundadoras são esses pontos de partida.

Brouard e Larivet (2009) afirmam que, nos Estados Unidos, o desenvolvimento da terminologia relacionada ao empreendedorismo social tem uma identidade própria e é influenciada por grandes fundações. Um dos autores americanos mais citados na literatura, Dees (1998), professor de Harvard, caracteriza o espectro de variedade existente nas organizações voltadas ao empreendedorismo social. O Quadro 4 demonstra a variação entre elementos característicos das empresas sociais, desde a puramente filantrópica, até a puramente comercial, de acordo com os seus principais públicos de interesse.

Quadro 4: O *spectrum* do empreendimento social

		Puramente filantrópico ← → Puramente comercial		
Motivos	Apelo ao bem comum	Diversos motivos	Apelo ao interesse próprio	
Métodos	Orientado pela missão	Missão e mercado	Orientado pelo mercado	
Objetivos	Valor social	Econômico e social	Valor Econômico	
Públicos de interesse	Beneficiários	Não pagam	Taxas subsidiadas ou <i>mix</i> de gratuitas e integrais	Preços de mercado
	Capital	Doações e verbas públicas	Abaixo do mercado ou <i>mix</i> de doações e capital de mercado	Capital com valoração de mercado
	Força de trabalho	Voluntários	Remuneração abaixo do mercado, ou <i>mix</i> de voluntários e remunerados	Compensações de mercado
	Fornecedores	Doação de bens	Descontos especiais, ou <i>mix</i> de doações de bens e gratuidade de serviços	Preços de mercado

Fonte: Adaptado de Dees, 1998.

Já para Lévesque (2004), os empreendedores sociais, assim como os empreendedores capitalistas, buscam novas oportunidades e também se preocupam com a inovação. Contudo, enquanto os primeiros mobilizam recursos para transformar um projeto em realidade, preocupados com a justiça social, os últimos mobilizam recursos preocupados com a possibilidade de geração e apropriação de riqueza econômica. O autor também apresenta o conceito de empreendedor coletivo, que compartilha diversas características com o empreendedor social como a orientação para a comunidade ou coletividade. Contudo, o empreendimento coletivo implica na formação prévia de um grupo de pessoas e em um funcionamento democrático para realizar plenamente seu potencial. Ao comparar os três conceitos de empreendedor, o autor oferece uma análise, cujos critérios são relevantes para este estudo: Racionalidade, Risco, Projeto e Inovação. Um resumo dessa análise é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 5: Tipologias de formas de empreendedorismo

<b>Tipo</b>	<b>Racionalidade</b>	<b>Risco</b>	<b>Projeto</b>	<b>Inovação</b>
Capitalista	Sobretudo formal	Financeiro	Sobretudo individual	Sentido schumpeteriano
Social	Sobretudo em valor para a comunidade (proximidade)	Financeiro e social (reputação na comunidade) + riscos menores	Sobretudo engajamento social	Desenvolvimento local (interesse geral) Necessidades não satisfeitas + Formas de organização
Coletivo	Sobretudo em valor para o coletivo (os membros)	Financeiro e social (reputação diante dos membros) + riscos menores	Sobretudo coletivo	Necessidades não satisfeitas + Formas de organização

Fonte: Adaptado de Lévesque, 2004, p. 55.

O presente estudo não pretende apresentar uma discussão exaustiva sobre os avanços no campo do empreendedorismo social. Um dos aspectos relevantes dessas contribuições é o reconhecimento da importância da inovação social como forma de geração de maior bem-estar social, assim como a inovação de mercado foi reconhecida (na discussão do primeiro bloco) como propulsora do desenvolvimento econômico. Outro aspecto a ser destacado diz respeito aos critérios que diferenciam os empreendimentos capitalistas das iniciativas sociais e coletivas. Entre os mais importantes estão: os objetivos, a racionalidade, a forma de governança e os tipos de recursos envolvidos. Voltando ao caráter fundamental da inovação social, proponho, adiante, um aprofundamento de sua definição.

## **2.2.2 Inovação Social**

Para a OECD (2010), inovação social implica na mudança conceitual, de processo ou de produto, mudança organizacional e alterações no financiamento, podendo ainda lidar com novas relações com públicos de interesse (*stakeholders*) e territórios: Inovação Social busca novas respostas para problemas sociais por meio da identificação e fornecimento de novos serviços que melhoram a qualidade de vida dos indivíduos e comunidades; e identificação e implementação de novos

processos de integração do mercado de trabalho, novas competências, novos postos de trabalho e novas formas de participação. Inovações sociais, portanto, podem ser vistas como formas de lidar com o bem-estar dos indivíduos e comunidades, tanto como consumidores quanto como produtores. Os elementos deste bem-estar estão ligados com sua qualidade de vida e atividade. Onde quer que apareçam inovações sociais, elas sempre trazem novas referências ou processos.

Também foram pesquisadas, além da OECD<sup>1</sup>, outras instituições que desenvolvem pesquisas e contribuem com conteúdos sobre inovação social. O *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* - CRISES (Centro de Estudos sobre Inovações Sociais), por exemplo, é uma organização interuniversitária canadense que une mais de 60 pesquisadores, primariamente afiliados a oito instituições: Universidade de Quebec em Montreal (UQAM)<sup>2</sup>, University de Quebec em Outaouais (UQO), Universidade Laval, Universidade Sherbrooke, Universidade Concordia, Escola de Altos Estudos Comerciais de Montreal (HEC Montreal), Universidade de Montreal e a Universidade de Quebec em Chicoutimi. Outro importante centro europeu de ações e conteúdos ligados à inovação social é a fundação inglesa chamada: The Young Foundation<sup>3</sup>. Já nos Estados Unidos, o Center for Social Innovation (Centro para inovação social), da universidade de Stanford<sup>4</sup>.

Os pesquisadores do CRISES, Andrew e Klein (2010), apresentam cinco diferentes correntes científicas que versam sobre o tema inovação social. Esses autores afirmam que a organização dessas correntes consideram duas vertentes: a primeira se concentra na inovação social como uma resposta a problemas sociais e condições sociais; e a segunda vertente foca na inovação social sob o contexto da governança democrática e do desenvolvimento, tanto territorial como organizacional.

A primeira corrente, liderada por autores ligados à Young Foundation, pertence à vertente que trata a inovação social como uma resposta a problemas sociais. Destaca-se a definição de inovação social proposta por Geoff Mulgan (2006 *apud* ANDREW E KLEIN, 2010, p. 11): “inovação social se refere a atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender uma necessidade social e que

---

<sup>1</sup> <http://www.oecd.org/cfe/leed/forum/socialinnovations/>

<sup>2</sup> <http://www.crisis.uqam.ca/>

<sup>3</sup> <http://www.youngfoundation.org/>

<sup>4</sup> <http://csi.gsb.stanford.edu/>

são predominantemente difundidos por organizações, cujos propósitos primários sejam sociais” (livre tradução do autor).

As demais correntes de autores sobre inovação social pertencem à vertente que explora a inovação social no contexto da governança democrática e do desenvolvimento, tanto territorial como organizacional. Já caracterizando a segunda corrente, estão os trabalhos de Patsy Healy (2004 *apud* ANDREW E KLEIN, 2010), que focam a governança dos processos de ação coletiva. A autora esclarece que o desenvolvimento das condições de vida das camadas mais marginalizadas da sociedade é o principal critério de avaliação da natureza inovadora da ação coletiva.

Os autores que compõem a terceira corrente são Frank Moulaert e Jackes Nussbaumer (2008), que se inspiraram nas transformações sociais ocorridas nos anos 1960 e 1970 como a democratização das instituições e a presença de movimentos sociais que confrontaram convenções sociais opressivas e a emancipação da família patriarcal. Essa inspiração está enraizada na falha do modelo de crescimento neoclássico em que a ligação entre a sociedade e território não foi plenamente respeitada no conteúdo e processo de inovação no desenvolvimento regional e local. Inovação social tem expressões territoriais que podem ser enquadradas dentro de fronteiras econômicas, sociológicas, políticas e culturais.

Considerar a expressão territorial de inovação social sob a perspectiva “de baixo para cima” (*bottom-up*) traduz o conceito de economia popular e de região social. Atores da economia popular adotam estratégias para a preservação de valores tradicionais por meio de práticas de reciprocidade. Desta forma, a importância da economia de doação maussuniana, a sobrevivência das práticas de reciprocidade, celebração e valores recíprocos, comunidades e família estendida (o último apoio social para práticas recíprocas), constituem fatores determinantes da economia popular (MOULAERT; NUSSBAUMER, 2008).

A quarta corrente de estudos sobre inovação social, ainda segundo Andrew e Klein (2010), é representada por autores do departamento de Innovation, Knowledge and Economic Dynamics (IKE), da Universidade de Aalborg, na Dinamarca. Essa escola já foi mencionada anteriormente neste trabalho, no item sobre sistemas de inovação. O foco central, desta vez, é a obra “Como Economias Europeias aprendem”, escrito por Lorenz e Lundvall (2006). Esse estudo ressalta o crescente reconhecimento pelos responsáveis políticos da importância do papel da inovação social como motor do crescimento

econômico. Tal reconhecimento, por sua vez, requer uma apreciação mais profunda do processo pelo qual as economias nacionais “aprendem” como um pré-requisito necessário para as reformas institucionais que irão melhorar seu desempenho inovador e competitivo.

A quinta corrente de autores sobre inovação social pertence ao CRISES e é liderada por Benoit Lévesque. Ao explicar o conceito de inovação social, Lévesque (2002) refere-se às novas formas de intervenção que organizações sem fins lucrativos proporcionam, em relação às anteriores, relacionadas ao Estado Providência. Inovação social designa esse conjunto de iniciativas socioeconômicas que promovem um maior bem-estar de indivíduos face aos problemas sociais e que partem da ideia de um novo entrelaçamento entre social e econômico, como fora colocado por Polanyi (1975).

Lévesque (2002) propõe que há maior disposição para inovações sociais no setor sem fins lucrativos, mais especificamente na economia social. Esse autor descreve o surgimento de inovações sociais em três períodos: (1) 1968-1975: as experimentações da inovação social podem ser identificadas nos movimentos contra o consumo de massa e as críticas à organização do trabalho nos moldes fordistas – também chamados movimentos contra-cultura; (2) 1975-1985: a crise do Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*) provoca inovações sociais. A crise do desemprego gera inovações sociais no domínio da criação do emprego e renda. Outra via de inovações sociais surge em iniciativas de desenvolvimento local e serviços sociais. Proliferam-se experiências-piloto, pouco institucionalizadas, como clínicas populares, creches, desenvolvimento comunitário e fundo de solidariedade, etc.; e (3) 1990-2000: um período de mutações e reconfigurações do Estado, não mais devido à crise, mas pela emergência de novas formas de regulação, de novas modalidades de coordenação e novos modos de governança. Neste contexto de mutação, as inovações sociais não são marginais como na contra-cultura. Elas se originam da necessidade de uma nova configuração do capitalismo, mas seus contornos se tornam móveis e variáveis, segundo os diversos níveis de análise. Ocorrem mutações, por exemplo, ao revelarem novos atores sociais, notadamente da sociedade civil, as ONGs, os grupos de mulheres, entre outras iniciativas; no plano das formas organizacionais, surgem novas modalidades de coordenação e de governança, novas relações entre social e econômico; e, no âmbito das instituições, com relação ao sistema político, há uma reconfiguração dos poderes entre os Estados, as instâncias mundiais e continentais, as

coletividades locais e as parcerias com a sociedade civil. Essas mutações também podem ilustrar regimes inovadores de apropriação de recursos (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005).

Lévesque (2011) esclarece que os conceitos de inovação, fundados na obra de Schumpeter (1981), podem ser adaptados para uma melhor compreensão das inovações sociais. Inovações radicais, por exemplo, representam algo em desacordo com o que existe, transcendendo os limites da tecnologia exigidos anteriormente, enquanto que, as inovações incrementais constituem uma série de mudanças menores, dentro de parâmetros conhecidos ou a introdução de um produto ou serviço, cujas características técnicas já tenham sido utilizadas em produtos similares anteriores (FREEMAN, 1974). Institucionalistas e evolucionários, chamados neoschumpeterianos, analisam inovações que ocorrem geralmente em grupos, especialmente em tempos de crise. A difusão das inovações não é feita em todas as direções, mas de acordo com um paradigma sócio-técnico emergente, a partir de uma nova visão de problemas e soluções possíveis.

Outra pesquisadora do CRISES, Julie Cloutier (2003), esclarece que Taylor (1970) foi o primeiro a utilizar o termo inovação social, mas que Gabor (1970) abordou a inovação social sob a perspectiva do desenvolvimento territorial. Segundo a autora, esse último pesquisador considerava a inovação social como um instrumento de luta contra a urbanização, a poluição, o crime e a corrupção, as desigualdades econômicas e a violências. Já para Taylor (1970), inovação social refere-se a novas maneiras de fazer as coisas para o propósito explícito de responder às necessidades sociais, por exemplo: pobreza e crime. Ainda de acordo com o mesmo autor, a inovação social é enraizada no processo de participação dos beneficiários e atores do ambiente e na qualidade das parcerias.

Para Cloutier (2003), a inovação social pode ser abordada a partir de três níveis de análise: o indivíduo, a organização e o meio social ou território. Na dimensão do indivíduo, a inovação social é vista como um processo dirigido para mudanças que venham a promover o bem-estar do indivíduo. No nível organizacional, as inovações sociais se referem principalmente ao desenvolvimento de estruturas de produção, com ênfase em novas formas de organização do trabalho. Finalmente, a inovação social no nível territorial enfoca o desenvolvimento de um dado território com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos seus atores. Similarmente, Rodrigues (2006), agrupou indicadores de inovação social em: (1) inovações sociais centradas em indivíduos; (2) organizações; e (3) instituições. Ela esclarece que esses níveis são

interdependentes. Sendo assim, esta classificação pretende apenas focar a orientação primária do impacto da inovação social. O Quadro 6 resume as contribuições de Cloutier (2003) e Rodrigues (2006).

Quadro 6: A inovação social e suas dimensões

<b>Dimensões da Inovação</b>	<b>Indicadores da Inovação Social</b>
<p><b>Indivíduos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar ou favorecer autonomia e emancipação;</li> <li>• Promover qualidade de vida;</li> <li>• Sentido para o trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas formas de divisão e coordenação do trabalho (cooperação e geração de aprendizagem);</li> <li>• Novos atores sociais, antes excluídos ou marginalizados;</li> <li>• Novos papéis sociais (e/ou rearranjo de papéis sociais);</li> <li>• Mudanças nas expectativas recíprocas nas relações sociais envolvendo pessoas excluídas;</li> <li>• Grau de inclusão de usuários ou beneficiários nos processos de decisão, concepção, desenvolvimento e entrega de bens e serviços sociais;</li> <li>• Grau de autonomia e processos decisórios;</li> <li>• Novas relações entre trabalho e família.</li> </ul>
<p><b>Organizações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formas Organizacionais;</li> <li>• Formas de Governança;</li> <li>• Aspectos Jurídicos, normativos e econômicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas formas de divisão e coordenação do trabalho, visando mais qualidade de vida do trabalhador;</li> <li>• Novas configurações organizacionais: estruturas em rede, por projetos, matriciais;</li> <li>• Misturas entre recursos disponíveis (mercantis, não mercantis e reciprocidade);</li> <li>• Novas formas de governança: (interações com políticas públicas, empreendedorismo coletivo);</li> <li>• Grau de participação de diferentes <i>stakeholders</i> nos processos decisórios;</li> <li>• Novas possibilidades de acesso aos mercados Objetivos da organização e benefícios individuais (monetários e não monetários) e coletivos (para a sociedade) em geral alcançados pela mediação destas organizações.</li> </ul>
<p><b>Institucional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças nos ambientes legal, político, social, cultural, institucional e econômico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalização de direitos;</li> <li>• Legislação sobre inclusão social e defesa de minorias;</li> <li>• Prevenção de problemas sociais;</li> <li>• Mudanças no estilo de vida e na cultura de consumo.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Rodrigues, 2006 e Cloutier, 2003.

Como mencionado na introdução deste trabalho, a definição e a tipologia de inovação social adotada nesta pesquisa é proposta pelo CRISES:

Uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, criar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para mudança de relações sociais, a fim de transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais (BOUCHARD; LÉVESQUE, 2010, p. 6).

Ainda para os pesquisadores do CRISES, as inovações sociais podem ser categorizadas pelos seguintes tipos:

- Relações de produção: envolvimento e participação dos trabalhadores, novas formas de OT, criação de empresas autogeridas, fundos de trabalhadores, empresas de inserção;
- Relações de consumo: envolvimento e participação do usuário, co-produção de serviços para indivíduos, co-construção de novos programas e novas regras, consumo responsável, lazer e turismo responsável;
- Relações entre as empresas: cooperação e concorrência; interdependências não mercantil (externalidades), responsabilidade social corporativa;
- Configuração espacial das relações sociais: novas formas de governança, desenvolvimento econômico comunitário (BOUCHARD; LÉVESQUE, 2010).

No Brasil, o campo da inovação social ainda se encontra em estágio inicial. Com já mencionado na introdução, uma pesquisa realizada com base nos anais do EnANPAD encontrou, entre 2006 e 2011 anos, apenas dois trabalhos que se referiram especificamente ao termo inovação social (BIGNETTI, 2011). Uma dos trabalhos publicados no Brasil sobre inovação social é o de Rodrigues (2006), já citado neste item.

Novas possibilidades, no entanto, começam a surgir em núcleos de pesquisa que inserem o tema em seus projetos. É o caso do grupo de pesquisa da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) chamado Pesquisa em Inovação e Empreendedorismo Social (PIESO). Entre os

trabalhos que temos conhecimento está o de Horta (2012), já mencionado na introdução.

A economia plural e o desenvolvimento territorial são tratados, no próximo item, por meio da abordagem da economia plural e da sustentabilidade.

### **2.2.3 Economia plural e DTS**

Segundo Serva (1999) e Sachs (2007), os fatos mais relevantes na discussão sobre sustentabilidade são recentes: o relatório sobre os limites do crescimento, publicado em 1972; a declaração de Cocoyok, em 1974; o relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld, em 1975; e, finalmente, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

Em 1972, o Clube de Roma patrocinou um grupo de cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) a realizar simulações matemáticas sobre a realidade do planeta. O estudo transformou-se no relatório mundialmente conhecido como *The Limits to Growth* (Limites para o crescimento), o qual ressalta a necessidade de que se estabeleça uma perspectiva global e de longo prazo para as questões ambientais. O relatório propõe limites para a exploração dos recursos da natureza e alerta que se as tendências de crescimento da população continuarem na mesma projeção, os limites de crescimento neste planeta seriam alcançados dentro de 100 anos (ODUM, 1985).

Também em 1972 foi realizada uma conferência em Estocolmo sobre o meio ambiente humano. Na preparação dessa conferência, o debate estava polarizado entre os que previam abundância (the cornucopians) e os catastrofistas (doomsayers). De um lado, alegava-se que as preocupações com os recursos naturais somente atrasavam o processo de industrialização dos países em desenvolvimento. Caso a prioridade não fosse a aceleração do crescimento, tais países não poderiam alcançar os países desenvolvidos. Segundo essa corrente, a tecnologia sempre seria capaz de gerar as soluções necessárias à continuidade do progresso da humanidade. Já a vertente pessimista anunciava que o fim dos tempos era iminente. O consumismo e a explosão populacional iriam inviabilizar a vida no planeta (SACHS, 2002). Durante a Conferência de Estocolmo, o crescimento populacional e o processo de urbanização e da tecnologia envolvida na industrialização foram os temas mais abordados. Os participantes do evento concluíram que a maioria dos problemas ligados ao meio

ambiente ocorria em escala global e crescia de forma exponencial (BRÜZEKE, 1995).

Em 1973, o canadense Maurice Strong propõe, pela primeira vez, o termo ecodesenvolvimento, considerado como alternativa à concepção clássica de desenvolvimento (BRÜZEKE, 1995). O economista polonês Ignacy Sachs desenvolveu alguns princípios acerca do conceito de ecodesenvolvimento, os quais abordavam fundamentalmente a questão da educação, da participação, da preservação dos recursos naturais, juntamente com a satisfação das necessidades básicas. Para o autor, o crescimento econômico, se colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis e repensado adequadamente, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento (SACHS, 2002).

Outra contribuição às reflexões sobre a realidade ambiental do planeta ocorreu com a divulgação da Declaração de Cocoyok, em 1974. A declaração foi gerada em uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTD) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Segundo o documento, a causa da explosão demográfica é a pobreza, cujas consequências acarretam a destruição acelerada dos recursos naturais. Essa declaração ressalta, ainda, que os países industrializados estão entre os principais responsáveis pelo agravamento dos problemas ambientais devido aos altos índices de consumo e que não há somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo, como também um máximo (BRÜZEKE, 1995).

Em 1975, as propostas da Declaração de Cocoyok foram aprofundadas no relatório final de um estudo da Fundação Dag-Hammarskjöld, com a participação de pesquisadores e políticos de 48 países. Este relatório, segundo Brüseke (1998), apresenta a relação entre o abuso do poder e os problemas de destruição ambiental. Ambas as iniciativas responsabilizam em grande parte a sociedade industrial e os países industrializados pelo processo de degradação dos recursos naturais do planeta.

A mais famosa definição de Desenvolvimento Sustentável (DS) surgiu em 1987, na publicação conhecida como Relatório Brundtland, intitulada *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), pela World Commission on Environment and Development – (WCED). Como já fora ressaltado na introdução, nesse relatório o conceito de DS é a “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p.46).

As reflexões presentes no Relatório Brundtland, em especial o conceito de Desenvolvimento Sustentável, serviram de fundamentação teórica às principais propostas levadas à Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Dos diversos documentos internacionais assinados na Conferência, destaca-se a Agenda 21, elaborada como um plano de ação estratégica para o Desenvolvimento Sustentável Global, tendo como signatários mais de 170 chefes de Estado (BARBIERI, 1997).

Sachs (2007a) considera necessário, então, uma abordagem interdisciplinar para a compreensão do desenvolvimento sustentável. O autor apresenta cinco dimensões do ecodesenvolvimento: a) sustentabilidade social: maior equidade e distribuição de renda; b) sustentabilidade econômica: eficiência econômica medida em termos macrossociais e não apenas pela rentabilidade empresarial; c) sustentabilidade ecológica por meio das seguintes questões: limitar consumo de recursos esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, reduzir resíduos e ampliar reciclagem, autolimitação do consumo material, proteção ambiental, aprimoramento de tecnologias eficientes; d) sustentabilidade espacial: equilíbrio da configuração rural-urbano e melhor distribuição territorial, reduzindo concentração nas áreas metropolitanas, freando a destruição de ecossistemas frágeis, promovendo práticas modernas de agricultura, explorando potencial da industrialização descentralizada e criando uma rede de reservas naturais; e) sustentabilidade cultural: processos de mudança que resguardem e levem adiante o conceito ecodesenvolvimento numa pluralidade de soluções.

Em sintonia com a lógica de pluralidades implícita nos argumentos de autores do desenvolvimento sustentável, Sauvage (1996), ao participar de um seminário promovido pela OCDE, em Paris, propõe dois eixos gerais de reflexão: (1) o reconhecimento de outros tipos de atividade econômica, além daquelas que decorrem da economia globalizada (noção de economia plural) e (2) assumir, no conjunto da economia, uma responsabilidade “societal” (noção de economia cidadã). Para o autor, a economia é um meio do desenvolvimento e não o fim. As combinações entre crescimento econômico, qualidade ambiental e integração social devem conduzir a um jogo de soma positiva, ao contrário da situação atual. Sendo assim, a natureza da competição de mercado não deve ameaçar a integração social.

A economia plural envolve múltiplos conceitos que extrapolam o da “economia-mundo”, focada na competição internacional, e orientada por dualismos como mercantil x não mercantil; formal x informal e pública x privada. É importante, portanto, um melhor enquadramento epistemológico de outras noções de economia como a de subsistência, a do donativo, a informal e a solidária. Essas formas plurais de criação de emprego e riqueza demandam uma adaptação (e renovação) da teoria econômica a essas categorias de atividades e a operacionalização de instrumentos de financiamento apropriados. Finalmente, o desenvolvimento de uma economia plural pressupõe mudanças profundas no modo atual de funcionamento da economia mundial, o que envolveria a reforma de indicadores, limites impostos à competição, necessidade de uma abordagem mais ampla, qualitativa e de longo prazo e, fundamentalmente, a reinserção (reencastamento) da economia na sociedade. No plano político, essas iniciativas e o fenômeno da exclusão que elas tentam responder manifestam os limites da democracia atual, sendo assim, uma nova repartição de papéis é necessária entre Estado, comunidades locais, parceiros sociais e sociedade civil (SAUVAGE, 1996).

Para compreender os desdobramentos dos conceitos de DS e economia plural na perspectiva territorial de desenvolvimento, primeiramente é preciso compreender o que caracteriza esta ótica territorial. Nesse sentido, Pecqueur (2006) argumenta que o fato territorial aparece sob formas complexas e diversificadas, em função dos contextos sociais, culturais e econômicos nos quais ele manifesta-se. Da mesma maneira, a noção de território pode reenviar também a múltiplos significados.

Esclarecendo a economia dos territórios, o autor lembra a porosidade da relação comercial, relativamente às demais relações sociais. Ele, portanto, argumenta haver um equilíbrio entre sociedade e comunidade, desprezado pela economia-padrão, não espacial e fordista. Os sistemas produtivos locais são, então, marcados pela historicidade, pela memória coletiva e, ainda, pela noção de reciprocidade, que é baseada nas teorias antropológicas maussunianas (PECQUEUR, 2006).

Finalmente, Pecqueur (2006) contrapõe os modelos de vantagem comparativa e vantagem diferenciadora, baseando-se em suas respectivas características principais: produtividade e qualidade diferenciada. No primeiro modelo, as inovações seriam baseadas na lógica das firmas, enquanto que, no segundo, na lógica de territórios.

As interações humanas mais próximas parecem ser mais eficazes do que as geograficamente distantes na identificação e consequente

busca de solução dos problemas sociais. Sendo assim, parece ser mais provável que, no âmbito de maior proximidade geográfica e cultural, as relações humanas sejam baseadas em um maior grau de confiança e identidade, propiciando maior receptividade à mudança. Já no âmbito geográfico mais amplo, a menor interação e identidade – e porque não dizer menor confiança – pode gerar menos receptividade a inovações. Estas mesmas identidade e receptividade podem favorecer também um ambiente mais aberto à construção de novos processos de governança, mais transparentes e inclusivos do que aqueles sujeitos às desconfianças e complexidades inerentes ao convívio mais escasso, de um número maior de atores dispostos mais distantes uns dos outros.

Em convergência com essa lógica, Andion, Serva e Lévesque (2006) propõem uma reflexão sobre a dimensão econômica do DTS e esclarecem a construção de uma teoria do desenvolvimento de “baixo para cima”, promovendo uma articulação entre a escala global e local. Para os autores, a sustentabilidade territorial decorre de um processo de “construção social”, em que a dinâmica socioeconômica e socioambiental é interpretada à luz da relação de complementaridade entre as dimensões da natureza e da cultura.

Ainda para Andion, Serva e Lévesque (2006), a abordagem da economia plural proporciona contribuições de ordem teórica – por meio da elaboração de estudos que envolvam variáveis pouco consideradas na economia tradicional – e de natureza prática, possibilitando análises de experiências concretas que contemplem a inscrição social, política e ecológica da economia. Segundo esses autores, a consideração das dinâmicas econômicas nos processos de DTS, à luz da economia plural, implica no surgimento das seguintes variáveis:

- a) A melhoria da competitividade territorial e do reforço a sistemas de produção local, que valorizam os recursos específicos e são adaptados às necessidades locais;
- b) As inovações nas formas de produção – divisão e coordenação do trabalho e gestão das pessoas e dos recursos – e de consumo, encorajando a participação dos consumidores e dos usuários na concepção dos produtos e serviços. O estímulo à diversidade é também um outro fator de inovação, exigindo que a diversificação das atividades seja observada;

c) A hibridação de diferentes formas de regulação econômica (mercantil, não mercantil, e não monetárias) expressas, dentre outras, pelo fortalecimento da economia social e solidária (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 214).

Já as dinâmicas sociopolíticas do DTS, por meio da lente da economia plural, poderiam considerar as seguintes variáveis, conforme Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 216):

- a) O fortalecimento dos laços sociais e das redes formais e informais de cooperação entre os atores das diferentes esferas, como também os conflitos existentes e as formas de articulação existentes;
- b) O grau de mobilização dos atores locais e o estímulo ao empreendedorismo coletivo e institucional, bem como o grau de disseminação das aprendizagens e inovações; e finalmente,
- c) A valorização do patrimônio local (identidade, cultura e saber local) assim como as inovações institucionais; quer dizer, as mudanças geradas nos sistemas de regras e nos sistemas políticos locais e globais (incluindo a influências nas políticas públicas), de formas a garantir a continuidade dos processos de desenvolvimento.

Finalmente, na dimensão ecológica do DTS, consideram-se as inter-relações entre os sistemas ecológicos e sociais, podendo envolver a análise de variáveis como:

- a) As modalidades de apropriação, uso e gestão dos recursos naturais comuns;
- b) A identificação das fontes de degradação e da promoção de ações corretivas e preventivas para a melhoria da qualidade socioambiental do território; e
- c) O estímulo de formas de produção e consumo ecologicamente prudentes (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006, p. 217).

No estudo “Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento no meio rural de Santa Catarina”, de Andion (2007), é possível identificar claramente o esforço das comunidades rurais para a

construção de inovações sociais que transformem sua realidade. Ações coletivas, empreendidas em seus respectivos territórios por organizações como a APACO e o Centro Vianei de Educação Popular, podem servir de exemplos de atendimento das necessidades sociais por meio de políticas, formas organizacionais e serviços inovadores. Outro exemplo de pesquisa, que tem buscado analisar o desenvolvimento sustentável a partir da ótica territorial é o de Tonet (2004). O autor explora conexões entre os conteúdos sobre economia plural (SAUVAGE, 1996), sociedade multicêntrica (GUERREIRO RAMOS, 1989), organizações substantivas (SERVA, 1996) em busca de conclusões sobre os seus desdobramentos no DTS.

## **2.2.4 Síntese do segundo bloco**

Conclui-se que os autores dos textos sobre desenvolvimento sustentável criticam a corrente econômica neoclássica predominante, que se caracteriza pela noção de equilíbrio parcial, não historicidade e espacialidade global. Por outro lado, concordam com a importância da perspectiva da geografia socioeconômica, ou economia territorial, que se baseia nas interações recíprocas de personagens e instituições, ancorados em um contexto territorial com história e cultura específicas.

No amplo debate sobre os modelos de desenvolvimento que se sucedem ao fordista estão consideradas nuances teóricas baseadas principalmente na sociologia, antropologia e geografia, para complementar e, por vezes, contrapor os conceitos clássicos e neoclássicos predominantemente utilizados pelas ciências econômicas e Administração (como os métodos clássicos fordistas e a teoria de clusters de Porter).

Para muitos autores que estudam o DTS, esta forma de desenvolvimento repousa implicitamente na economia plural, ou seja, tem os fatores intangíveis, extraeconômicos e não mercantis valorizados. Também envolve uma redefinição do papel do poder público e uma revalorização de OSC's, de forma a contemplar dimensões para econômicas (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006).

Segundo Lévesque (2007), um dos fundadores do CRISES, o conceito de inovação foi aplicado primeiramente ao campo da ciência e tecnologia; em seguida, no desenvolvimento econômico, depois à pesquisa e políticas públicas, principalmente por meio das noções de inovação de processo e sistema. A partir dessa última perspectiva, qualquer inovação, incluindo a tecnologia, é um processo social. O

conceito de inovação social também apareceu no campo do desenvolvimento social e nas interfaces de desenvolvimento econômico e social. Entre as contribuições dos estudos do CRISES, constata-se a recorrente conclusão de que a economia social, com sua atenção a fenômenos e atores locais e sua natureza plural, parece favorecer a inovação social (LÉVESQUE, 2002; 2004).

Pela perspectiva schumpeteriana, a disrupção do fluxo circular da economia, por meio de novas combinações, caracteriza uma inovação que apoia o desenvolvimento econômico. Além disso, a resistência à ação empreendedora se manifesta em três frentes: (1) nos grupos ameaçados pela inovação; (2) na dificuldade em obter cooperação e; (3) no desafio de conquistar clientes (SCHUMPETER, 1989). Já pela perspectiva do empreendedorismo social, a busca de uma causa social gera mudanças de relações entre atores de um território, que caracterizam inovações sociais. Essas mudanças também são permeadas por críticas e disputas, de caráter geralmente provisório (FONTAN, 2011).

Sendo assim, é possível afirmar que, enquanto os estudos sobre inovação (no sentido mercadológico) buscam uma maior compreensão do desenvolvimento predominantemente econômico, tendendo ao interesse por fenômenos de perspectiva macro ambiental, as pesquisas sobre inovação social são frequentemente relacionadas ao desenvolvimento mais plural e local, priorizando conclusões a partir de fenômenos locais de mudanças nas relações sociais. Essa afirmação não exclui, no entanto, as intersecções de fenômenos e interesses dessas duas noções de inovação.

A literatura recente sobre inovações tecnológicas e questões científicas chama a atenção para a importância do meio ambiente e redes (LÉVESQUE, 2011). Essa literatura envolve o conceito de sistemas de inovação. Embora as inovações sejam geralmente produzidas dentro das empresas – e, portanto, precisem ser economicamente úteis - o conceito de sistema de inovação social convida a considerar o potencial de inovação que pode ser promovido por iniciativa e com o apoio de outros agentes do ambiente. Dependendo do tipo de ambiente considerado, o "sistema de inovação" vai se restringir ou não ao "sistema sócio-técnico da inovação", incluindo a relação entre as empresas, universidades, centros de pesquisa, o Estado e o mercado (NELSON; WINTER, 1982).

Em suma, as inovações são o resultado de processos sociais, ou interações e troca de informações, entre pessoas, cientistas, empreiteiros, financiadores, políticos, usuários, clientes, formando redes sócio-técnicas. Sob essa perspectiva, torna-se problemático traçar fronteiras

rígidas entre inovação tecnológica e inovação social: o primeiro é um processo social, enquanto o segundo não pode ser realizado sem base técnica. Em outras palavras, a inovação social também pode ser entendida em termos de processos incluídos em sistemas sociais de inovação tecnológica (LÉVESQUE, 2011).

No próximo bloco, serão abordados elementos teóricos adicionais que podem apoiar a interpretação da realidade em que a inovação social se legitima. Esses elementos são essenciais em nossa construção da abordagem de análise deste estudo caso.

### **2.3 NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA, SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA, LEGITIMAÇÃO, RACIONALIDADE E PHRONESIS**

Neste terceiro e último bloco da fundamentação teórica são apresentados conteúdos teóricos interdisciplinares, que deverão orientar transversalmente – em relação ao referencial dos primeiros dois blocos – a construção do quadro de análise desta pesquisa.

#### **2.3.1 Nova Sociologia Econômica**

Granovetter (1985) pode ser considerado, como o líder da NSE nos estudos norte-americanos. Para o autor, a dimensão social da atividade econômica é constitutiva de toda ação econômica. Desde seu trabalho seminal sobre imersão social (*embeddedness*), uma série de estudos foram realizados para avaliar o papel das relações na construção de significado. Sua crítica enfoca o excesso de socialização de uma sociologia estruturalista que leva à dissolução do indivíduo nas estruturas sociais. O autor esclarece que as escolhas de uns estão relacionadas com as escolhas dos outros, bem como com os vínculos pessoais prevalecentes nas redes. Diferindo de Polanyi, no que diz respeito ao desacoplamento (*disembeddedness*) da economia que teria sido provocado pela regulação mercantil, Granovetter mostra que o mercado funciona adequadamente somente quando inserido em relações sociais, em redes cujas ligações fracas (por ex. profissionais) são tão importantes quanto as ligações fortes (por ex. familiares) em vista da sua capacidade de construir pontes entre as diversas redes e de obter novas informações.

Já Polanyi (1975) afirma que a economia sempre esteve “imbricada” (*embedded*) na sociedade e que a sociedade capitalista deve

ser considerada um caso excepcional e não um padrão para avaliar a história econômica. Antes da sociedade de mercado, existiam sociedades não-mercantis e as economias funcionavam no sentido substantivo. Ele propõe uma combinação de três modelos que se poderiam chamar formas de integração, pela quais as economias empíricas são institucionalizadas: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio. O autor é considerado o fundador da teoria econômica substantiva. Ele afirma que os conceitos formais, oriundos da dinâmica de mercado, são válidos, na melhor das hipóteses, como instrumentos gerais de análise e formulação dos sistemas sociais numa economia capitalista, enquanto o mercado esteja em um período relativamente livre de regulação política.

Andion, Serva e Lévesque (2006) acreditam que a corrente francesa da NSE enseja uma contribuição mais fecunda e citam os trabalhos sobre economia substantiva de Polanyi (1975) e economia plural de Sauvage (1996) como basilares dessa abordagem. Para eles, a sociologia econômica é importante para a construção do debate sobre economia plural. Salienta-se que Durkheim, Weber e Marx são os autores clássicos dos estudos sobre a sociologia do mercado, seguidos – a partir dos anos 1950 – por autores como Talcot Parsons, Veblen, Schumpeter, Pareto, Neil Smelser e Karl Polanyi. Após essas contribuições, houve uma clivagem entre esses autores e aqueles mais contemporâneos que surgiram após a década de 80.

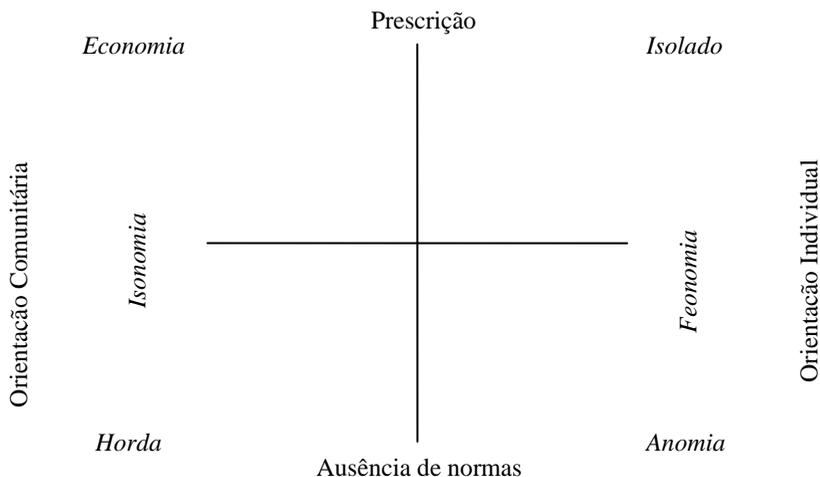
É possível classificar os autores contemporâneos da sociologia econômica em dois grupos: (1) o primeiro grupo é formado por autores de língua inglesa, envolvendo a abordagem da NSE (Granovetter, Zelizer e Fligstein); o institucionalismo (Galbraith, Myrdal e Hogson); e a Socioeconomia (Etzioni, Lawrence e Stern); (2) já o segundo conjunto de trabalhos é formado por autores francófonos, ligados à sociologia e à antropologia, compondo o Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais (Callé e Godbout) e as correntes da Nova Economia Social e da Economia Solidária na França (Perret, Roustang, Laville, Sansaulieu, Lévesque, Malo e Favreau) (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006).

Para Serva e Andion (2007) as teorias propostas pelo sociólogo brasileiro, Alberto Guerreiro Ramos, também podem ser consideradas convergentes com as contribuições da NSE, alinhando-se muito com a economia plural, por exemplo. Entre as teorias desse autor, destaca-se o chamado Paradigma Paraeconômico (GUERREIRO RAMOS, 1981), que será detalhado a seguir.

O Paradigma Paraeconômico, representado na Figura 1, envolve seis categorias as quais assumem tipos ideais, no sentido weberiano; no entanto, o autor ressalta que no mundo concreto só existem sistemas

sociais mistos. No eixo horizontal, o caráter gregário da sociedade pode ser representado pela Orientação Individual por um lado e a Comunitária por outro, caracterizando as variedades ideais de padrões de relações interpessoais. Ao considerar o lado da Orientação Comunitária, o homem assume uma característica predominantemente sociomórfica. O lado da Orientação Individual, por sua vez representa a possibilidade de plena independência e auto-realização, podendo ocorrer em pequenos ambientes exclusivos ou em comunidades de tamanho regular. Nesses lugares alternativos é possível uma verdadeira escolha pessoal, livre de imposições de orientação coletiva. No alto do eixo vertical está representada a Prescrição, caracterizando o fenômeno da superorganização tão valorizado no ambiente econômico do trabalho, e, no lado inferior, a Ausência de Normas, que demonstra o ambiente livre para a criatividade e despessoalização (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Figura 1: O Paradigma Paraeconômico



Fonte: Guerreiro Ramos, 1981, p. 141.

As categorias delimitadoras das relações sociais são assim conceituadas por Guerreiro Ramos (1981): (1) Anomia: representa uma situação estanque, em que o indivíduo subsiste à margem do sistema social; (2) Horda: refere-se às coletividades desprovidas de normas e sem senso de ordem social. O motim pode perturbar uma sociedade,

cujos membros perderam a noção do seu significado e representatividade; (3) Economia: representa o contexto organizacional altamente ordenado com foco na produção de bens e serviços; (4) Isolado: ao contrário do indivíduo anômico, que vive alheio às normas, o indivíduo isolado, na forma ideal, está excessivamente envolvido com uma norma que para ele é única; (5) Fenonomia: caracteriza um sistema social de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite aos seus membros o máximo de opção pessoal e o mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais; (6) Isonomia: representa o contexto em que todos são iguais; contudo permite a auto-realização dos seus membros, independentemente de prescrições impostas. Os indivíduos são livremente associados e desempenham atividades compensadoras em si mesmas, as quais são consideradas vocações e não empregos. Esse contexto não diferencia níveis hierárquicos e a autoridade é atribuída pela deliberação de todos. Esta categoria pressupõe a predominância das relações primárias, pois os relacionamentos secundários e terciários a transformariam em uma democracia, oligarquia ou burocracia.

Serva e Andion (2006) também analisaram as contribuições da teoria das organizações (TO) à NSE. Entre essas contribuições, os autores descrevem, primeiramente, as organizações com sistemas complexos e esclarecem que houve avanço na compreensão do seu papel na economia, principalmente nos estudos críticos ao gerencialismo (CMS). Posteriormente, eles fazem referência ao ambiente sociopolítico das organizações, o qual compreende atores privados, públicos ou coletivos, que dispõem da capacidade de influenciar as decisões da empresa por outros meios que não aqueles colocados à disposição pelo mercado. Sendo assim, fazem parte do ambiente sociopolítico: o Estado, grupos de pressão (sindicatos, consumidores, ecologistas, movimentos sociais) e a comunidade. (PASQUERO, 1989 apud SERVA E ANDION, 2006). Outro aspecto relacionado à TO que contribuiu com a NSE foi o estudo da racionalidade dos atores econômicos por autores como Alvesson (1985), Guerreiro Ramos (1981) e Serva (1997a, 1997b).

Este foi apenas um panorama geral sobre a NSE e algumas de suas principais vertentes e autores. A seguir, será apresentada a Sociologia Pragmática, que se configura em importante referencial para a presente pesquisa.

### 2.3.2 Sociologia Pragmática

Os estudos que envolvem a Sociologia Pragmática (SP) são também conhecidos por Economia das Grandezas, Sociologia da Crítica, Teoria da Capacidade Crítica (TCC), Teoria das Grandezas (TG) e, ainda, Escola ou Economia das Convenções (EC). Os trabalhos dessa corrente de estudos fazem parte da escola francesa de sociologia. Diferentemente da sociologia crítica de Bourdieu, a qual ela sucede, essa teoria dispensa atenção aos discursos, princípios e valores legitimadores que dão sentido à ação, despreocupada com as ilusões que poderiam influenciar o ator, inconscientemente (SILBER, 2003).

Boltanski e Thévenot (2006), precursores da SP, esclarecem que em situações de conflito, qualquer que seja o julgamento que as pessoas possam fazer, elas enfrentam uma certa quantidade de críticas. Recusando-se a permanecer dentro dos limites da oposição que é geralmente traçada entre a sociologia do consenso e a sociologia da crítica, Boltanski e Thévenot (2006) argumentam que "ordens legítimas" podem ser usadas para se chegar a um acordo, bem como para dar suporte a críticas. Chamaram a estas construções *Cités* (mundos), referindo-se a clássicos da filosofia política, cujo objeto é projetar uma ordem social legítima com base em um princípio de justiça.

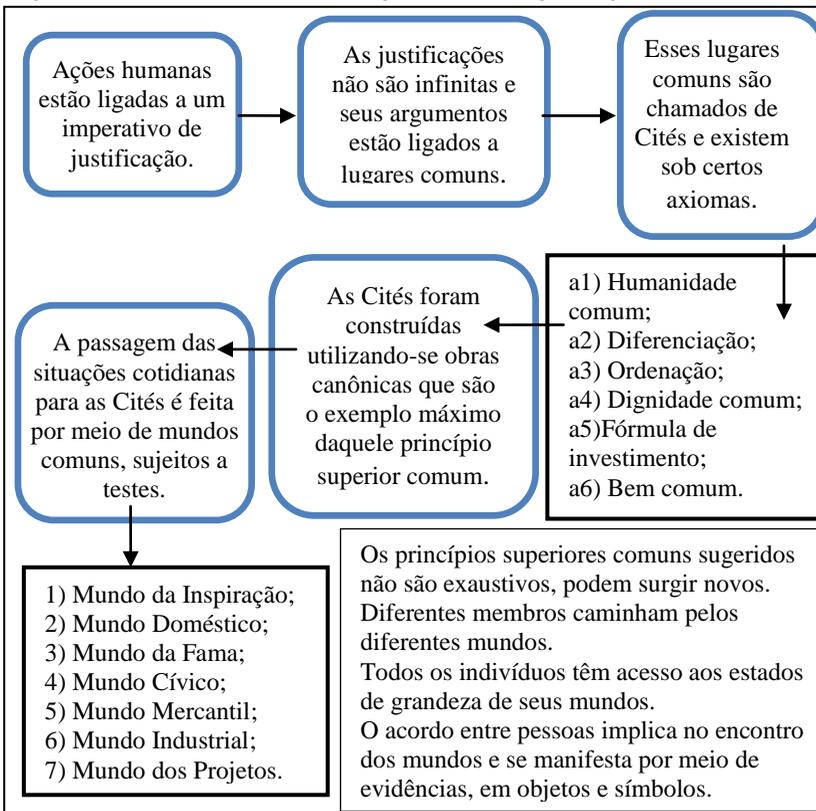
Ao contrário das filosofias políticas que geralmente tentavam ancorar essa ordem social em um único princípio (utopia), nas complexas sociedades modernas, vários regimes de justificação podem coexistir dentro do mesmo espaço social, apesar de sua relevância poder variar de acordo com as características da situação. Portanto, pessoas em situações específicas recorrem a essas ordens de grandeza como sustentáculo da legitimidade de suas operações críticas. Uma crítica ou uma justificação pode ser considerada legítima quando o seu formulador puder mantê-la, quaisquer que sejam as características sociais que os seus interlocutores recém-chegados puderem apresentar. O efeito do requisito de legitimidade é, portanto, pôr em movimento um processo de generalização (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

O foco das análises de Boltanski e Thévenot (2006) são ações justificáveis. Eles pressupõem que as pessoas não procuram inventar pretextos falsos para os fatos, mas sim, buscam legitimar suas ações por meio do teste de justificação. Sendo assim, processos marcados por violência ou tirania não são foco de estudo da Sociologia Pragmática, pois a justificação não se faz necessária nesses casos. A construção de acordos e as situações de controvérsias são objetos centrais desses

autores, enfocando a habilidade humana de construir associações entre aspectos relevantes e de alcançar acordos baseados em generalidades.

Boltanski e Thévenot (2006) consideram que as reivindicações das pessoas devem ser confrontadas com o mundo real, evitando construções idealistas. Essas justificações devem passar por uma série de procedimentos mais ou menos padronizados que chamaram de testes (*épreuve* em francês). Ao final, é o resultado desses testes que empresta substância a julgamentos que as pessoas fazem. Krieger (2011) propõe um fluxograma do caminho teórico-metodológico da Sociologia Pragmática, apresentado na Figura 2.

Figura 2: Caminho teórico metodológica da Sociologia Pragmática



Fonte: Adaptado de Krieger, 2011, p. 72.

Quando atores sociais não conseguem chegar ao consenso em uma disputa, eles buscam um entendimento mútuo para saber em que condições a decisão será tomada. Então, os indivíduos envolvidos precisam acessar um princípio comum que determine as relações de equivalência. Para designar essas formas de associação, as pessoas se referem a uma definição técnica ou a uma crença influenciada por opinião comum. Este processo de busca de um princípio superior poderia ser infundável, no entanto, em vez de procurar um princípio universal, as disputas convergem em uma generalidade. A conclusão dos julgamentos passa pela formulação de um princípio de justiça, por meio de dispositivos de compromisso, que se referem a valores que justificam a associação sendo feita (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Pode-se dizer, portanto, que em termos de um determinado padrão (por exemplo, a eficiência na *Cité Industrial*), os resultados do teste pode variar (e, portanto, seu valor específico para o resto da sociedade). O valor de uma ação, avaliada por meio de um processo legítimo e em termos de um determinado padrão, foi chamado de sua "grandeza" (*greatness*) (BOLTANSKI ; CHIAPELLO, 2009).

Os processos de justificação se baseiam em lugares comuns (*commonplaces*), os quais constituem ordens legítimas denominadas de cidades ou mundos (*Cités*). Para a construção desses mundos, os autores se basearam em obras canônicas selecionadas como corpos de regras prescritivas, conforme o Quadro 7 (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

As críticas e disputas de justificação ocorrem de duas maneiras: (1) a visualização de objetos estranhos em um mundo específico na situação de um teste; ou (2) o questionamento da própria superioridade de um indivíduo que se apresenta como sendo de alto nível em um mundo, mas utiliza para isso objetos de grandezas de outras lógicas. O movimento chamado pelos autores de desvelamento caracteriza a possibilidade de desacordo. Trata-se de trazer objetos de outro mundo para dentro da situação. O exemplo citado pelos autores para ilustrar o processo de desvelamento consiste na referência a uma foto de família que está em cima da mesa do chefe, enquanto ele demite seu funcionário. A foto constitui um item contingencial e não se relaciona à situação de demissão ou seus motivos. O funcionário, no entanto, pode trazê-la à tona, questionando seu chefe sobre a repercussão que sua demissão terá para sua família – “Ah, o senhor tem crianças? Eu também!” (BOLTANSKI, THÉVENOT, 2006, p. 217), gerando conflito entre o mundo industrial e o mundo doméstico.

Quadro 7: Regimes de justificação

Cidade Inspirada: Baseada na obra “A cidade de Deus”, de Santo Agostinho, e tem como princípio superior comum a inspiração do indivíduo e a grandeza é demonstrada por aquilo que é inexpressível, maravilhoso, excitante. A grandeza pode ser acessada quando os indivíduos se liberam de seus laços, de seus hábitos, de seus bens e daquilo que é mundano, e eles o fazem pela santidade, criatividade, sentido artístico, autenticidade, etc.

Cidade Doméstica: Baseada na obra “A política extraída das próprias palavras da Sagrada Escritura”, de Bossuet, seu princípio superior comum é a hierarquia e a tradição familiares. A grandeza é expressa por aquilo que é hierarquicamente superior, bem criado, sábio e com bons valores, e ela se estende aos seres hierarquicamente inferiores, sendo que o superior é responsável pelos inferiores.

Cidade da Fama: Baseada na obra “O leviatã”, de Hobbes, o princípio superior comum é a opinião pública e a grandeza é a fama, a reputação, a visibilidade e o sucesso, que são acessados pelo desejo de ser reconhecido e pelo amor próprio. Para atingir a grandeza, o indivíduo deve estar disposto a abrir mão de seus segredos e a revelar sua vida por meio de jornais, mensagens, campanhas, entrevistas, etc. As relações entre os indivíduos são baseadas em persuasão, influências e conhecimentos.

Cidade Cívica: Inspira-se na obra “O contrato social”, de Rousseau, sendo que o princípio superior comum é o bem público, a vontade geral, o coletivo. A grandeza é a representatividade, a regra, a legalidade, aquilo que é oficial e ela é acessada pela vontade comum de acessar os direitos civis e a participação. Para acessá-los o indivíduo deve renunciar àquilo que é particular, deve transcender os interesses imediatos e lutar por uma causa.

Cidade Mercantil: Inspira-se na obra “A riqueza das nações”, de Adam Smith, o princípio superior comum é a competição e a rivalidade e as grandezas são os bens desejáveis, valorosos, vendáveis e os indivíduos campeões e milionários. O indivíduo com grandeza é o que faz uma fortuna para si mesmo, oferecendo mercadorias altamente cobiçadas em um mercado competitivo, e quem sabe quando aproveitar as melhores oportunidades.

Cidade Industrial: Baseada na obra “Da fisiologia social”, de Saint-Simon, seu princípio superior comum é a eficiência e desempenho. A grandeza se dá pela produtividade, pela eficiência e confiabilidade determinada em uma escala de habilidades profissionais.

Cidade Orientada por Projeto: Baseada em um *corpus* de textos de gestão desde a década de 1980 e ela tem seu princípio superior comum baseado nos projetos e na proliferação das redes e das conexões. A grandeza está com aqueles indivíduos empenhados, cativantes, móveis, flexíveis, adaptáveis e polivalentes, principalmente com o papel de conectar indivíduos de mundos diferentes.

Fonte: Adaptado de Krieger, 2011, p. 67-68.

Os regimes de justificação são descritos usando uma “gramática” básica. Trata-se de pressupostos de caráter teórico-metodológico, que esclarecem o modo pelo qual se deve analisar a sociedade à luz da teoria: (a) um princípio de equivalência, em referência ao qual uma avaliação pode ser feita de todas as ações, coisas e pessoas de uma determinada *Cité*; (b) um estado de grandeza, no qual um "grande" é uma pessoa que incorpora os valores da *Cité*, e do estado de “pequenez” (*smallness*), definido como a falta de grandeza; (c) uma definição do que é importante para cada mundo em termos de categorias de objetos (o diretório de objetos e dispositivos), seres humanos (o diretório de sujeitos), e verbos (relações naturais entre os seres) sinalizando as relações que são específicas em cada forma de grandeza; (d) uma relação de grandeza especificando a natureza das relações entre o grande e o pequeno, especialmente a forma com que "grandes" pessoas, porque elas contribuem para o bem comum, são úteis para "pequenas" pessoas; (e) um formato de investimento, sendo este uma importante pré-condição para a estabilidade de cada *Cité* desde que, ligando a grandeza ao sacrifício (que assume uma forma específica em cada *Cité*), garante que todos os direitos são contrabalanceados por responsabilidades; (f) um teste paradigmático em que, para cada regime de justificação, revela da melhor forma a grandeza de uma pessoa; e (g) uma figura harmoniosa de ordem natural, transmitindo os tipos-ideais que correspondem aos universos em que houve uma distribuição justa da qualidade de grandeza (BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 2009).

Ao se utilizarem de mundos diferentes, os atores sociais podem ser distraídos e questionar a validade do teste, inserindo objetos pertencentes a outras lógicas que também estão presentes no contexto. O fato de os indivíduos terem conhecimento de outros mundos torna possível este desacordo frente ao teste, como no exemplo em que o cidadão julga a eleição de um Prefeito (mundo cívico) inválida por estar servindo somente a seus interesses pessoais (mundo doméstico). A pluralidade dos regimes de justificação tem como pressuposto o livre arbítrio dos indivíduos, os quais são capazes de resistir às distrações, distinguindo os objetos que derivam de outro mundo e desafiando a validade do teste. A habilidade de “fechar ou abrir os olhos” para elementos essenciais é relevante para completar passagens entre situações que surgem de mundos diferentes, se tornando indispensável para coordenar o comportamento humano em uma sociedade complexa. As passagens entre as situações de mundos diferentes demandam que as

pessoas envolvidas eliminem vestígios de experiências prévias (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

A construção dos modelos de Cité está amparada em um conjunto de hipóteses (axiomas) que embasam os argumentos dos autores e são descritos, de forma sucinta, no Quadro 8.

#### Quadro 8: Os axiomas

- a1) Humanidade comum: de acordo com este axioma, os membros da cidade compartilham de uma humanidade comum, e estes indivíduos são capazes de alcançar acordos pelas mesmas justificativas. Estas Cidades reconhecem que todos os indivíduos são seres humanos, e excluem construtos políticos que incorporam situações subumanas (como escravidão, diferenças raciais, etc.).
- a2) Princípio da diferenciação: assume que os membros da cidade podem atingir pelo menos dois níveis diferentes de grandeza. Os comportamentos adaptáveis a estas diferenças já são passíveis de formas de justificação de ação e também a testes atribuídos aos estados. Este axioma preserva as particularidades de cada indivíduo, ao assumir que em uma cidade possam existir tantos níveis quanto existe membros, e que esses níveis são mutáveis.
- a3) Dignidade comum: como a cidade é formada por uma humanidade comum com estados diferenciados, por meio da dignidade comum assume-se que todas as pessoas possuem poder idêntico de acessar todos os estados.
- a4) Ordenação: os níveis nas diferentes cidades são ordenados. Essa ordenação é necessária para coordenar ações e justificar distribuições, ela é expressa por meio de uma escala de valores dos bens ou da felicidade conferida a cada nível.
- a5) Fórmula de investimento: nem todos os membros de uma cidade estão nos níveis mais altos, (estes são os indivíduos, aos quais um maior grau de felicidade é conferido, no que compete à cidade), pois os benefícios dos níveis superiores estão interligados a um custo ou a um sacrifício que é requerido para acessar o estado. A forma de sacrifício é o axioma que regula a tensão entre o axioma da humanidade comum e o axioma da ordenação dos estados.
- a6) Bem comum: este axioma possui um papel central no modelo de cidades, pois ele conecta todos os níveis em um conjunto por meio de hipóteses sobre os bens e a felicidade conferida a cada estado. Ele coloca a felicidade, a qual aumenta conforme uma pessoa aumenta seu nível, como sendo um benefício para a cidade como um todo, isto é, como um bem comum. Quando aliado ao axioma da ordenação dos estados, pode-se falar de ordem de grandeza. O bem comum é oposto ao prazer autocentrado, que deve ser sacrificado para alcançar um maior estado de grandeza. No modelo completo da cidade, a dignidade comum se torna a capacidade igual dos indivíduos de alcançar o bem comum.

Fonte: Krieger, 2011, p. 68.

De acordo com Boltanski e Thévenot (2006), para que acordos legítimos sejam gerados, os argumentos não precisam ser necessariamente explicitados. Ao assumirem um compromisso, os participantes não buscam necessariamente clarificar o seu princípio, pois eles estão inclinados ao bem comum mesmo sem buscá-lo ativamente. Esse bem comum é considerado de todos, não somente dos atores envolvidos.

Um compromisso sugere a possibilidade de um princípio capaz de envolver julgamentos baseados em objetos oriundos de mundos diferentes e fazê-los compatíveis. Ele objetiva a um bem comum que transcende as duas diferentes formas de grandeza presentes, por meio da inclusão de ambas: promovendo ‘técnicas de criatividade’, por exemplo, implica a referência a um princípio não especificado de acordo com o qual as rotinas industriais e o derramamento de inspiração servem ao mesmo bem comum (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Os compromissos realizados entre mundos apresentam certo grau de fragilidade, caso não sejam relacionados a um princípio superior comum. Indivíduos não podem ser ordenados de acordo com uma grandeza específica. Mesmo que as situações de compromisso mantenham o interesse geral em vista, elas continuam sendo situações compostas por objetos e seres que pertencem a seus mundos de origem e, por isso, elas não são inteiramente defensáveis em termos lógicos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Uma forma de solidificar um compromisso é colocar objetos, compostos de elementos provenientes dos diferentes mundos, a serviço do bem comum e dotá-los com identidade própria, de modo que a forma deles não seja mais reconhecida se for removido um dos elementos destoantes que os constituiu. Transformado desse modo, o compromisso é mais resistente a críticas, porque ele agora se baseia em objetos indivisíveis. A multiplicidade de objetos compostos e a sua identificação com uma forma comum ajudam a “fazer funcionar” e a estabilizar o compromisso, por isso o compromisso consegue ser mais bem estruturado quando os objetos ou sujeitos são ambíguos, isto é, quando eles podem ter derivado de qualquer um dos mundos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Em suma, os regimes de justificação possibilitam o estudo da relação entre generalidade (que poderia ser traduzida como uma necessidade cognitiva) e diferentes formas de bem comum, trazidos ao debate público. A tensão entre o coletivo e o particular é inter-relacionada pela tradução de categorias sociológicas básicas,

identificadas em justificações e críticas, e nas formas com que essas demonstram as ligações entre questões cognitivas, morais e materiais (THÉVENOT, 2002b).

Somente em 2006, bem depois do lançamento com Boltanski, em 1991, de *On Justification*, Thévenot publica *L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement* (Ação no Plural: Sociologia dos regimes de engajamento), consolidando trabalhos iniciados ainda na década de 80, relacionados às formas de investimento e instrumentos que ampliam a dimensão do resultado da coordenação (THÉVENOT, 1984). O autor explica seu aprofundamento do estudo da coordenação da ação, em outros níveis de “engajamento” do ator com sua realidade. Desta vez, a atenção foi estendida às esferas mais íntimas – não necessariamente públicas – da realidade do agente:

*In the first development of this political and moral sociological approach, we thus deliberately limited ourselves to those forms of commonizing that enjoy the greatest legitimacy, forms that channel uncertainty into coordination frames appropriate for public judgment and that imply a dynamic of critique and justification. Later, I extended the analysis to action conceived as plural, seeking to handle the variety of cognitive and evaluative formats – formats which cannot commonize cognition to equal degrees – by relating them to a set of regimes of engagement with the world that I identify in terms of dependency between the human being and his or her environment (THÉVENOT, 2007b, p. 411)*

O objetivo de Thévenot (2007b) em distinguir entre formas de engajamento é escapar da confusão que resulta de uma série de oposições dualistas: coletivo e individual, público e privado, normas sociais e o mundo da vida. Estas oposições, muitas vezes usadas para entender mudanças nas sociedades contemporâneas, sofrem de dois defeitos principais. Para ele, as ciências sociais tendem, explícita ou implicitamente, a favorecer o primeiro termo ante o segundo. Por outro lado, o segundo termo busca perpetuar uma confusão que impede a compreensão de transformações sociais e as tensões que elas criam, particularmente, seus aspectos cognitivos. As variações do segundo termo – indivíduo, individualização, individualismo – englobam maneiras de ser um agente que, na verdade, são muito diferentes umas

das outras. Este vocabulário quer caracterizar um indivíduo valorizado pelo seu projeto, plano, interesse, tomada de decisão, vontade, autonomia, responsabilidade – todas as propriedades que são motivo de preocupação para os outros. Mas o vocabulário do indivíduo também é usado para caracterizar a autenticidade de uma pessoa, em sua vida mais pessoal, seus afazeres fundamentais, seus modos particulares de agir em um ambiente familiar – todas as propriedades que os outros dificilmente podem levar em conta se eles não estão perto da pessoa.

Então, para superar essas dualidades, Thévenot (2001a) propõe três regimes pragmáticos, apresentados no Quadro 9: (1) Regime de Familiaridade; (2) Regime de Ação Planejada; e (3) Regime de Justificação. Nos dois primeiros formatos cognitivos, não é possível “compartilhar” a cognição com um grau de equivalência, como ocorre no Regime de Justificação, que já foi detalhado no início neste item. Essa análise oferece novas perspectivas sobre como se compõe a “arquitetura” de comunidades e de pessoas que têm que lidar com a pluralidade de formatos cognitivos e engajamentos do mais familiar ao mais público. Ao passo que esses modos de engajamento orientam o reconhecimento da capacidade ou poder de uma pessoa, eles também podem oferecer uma visão “arquitetônica” da formação de uma comunidade ou coletividade social.

Quadro 9: Regimes pragmáticos de engajamento

	<b>Regime de Familiaridade</b>	<b>Regime de Ação Planejada</b>	<b>Regime de Justificação</b>
<b>Qual noção do que é bom e com qual avaliação?</b>	Conveniência pessoal e local, com uma vizinhança ( <i>milieu</i> ) familiar.	Ação bem sucedida, convencional	Convenções coletivas do bem comum
<b>Qual realidade é engajada, com qual capacidade?</b>	O entorno usual e “usado” fornece uma capacidade distribuída	Instrumento funcional	Objeto “qualificado”
<b>Qual é o formato de informações relevantes?</b>	Sinais perceptivos locais e idiossincráticos	Linguagem cotidiana da ação	Codificação
<b>Que tipo de agência é construída?</b>	Uma personalidade atrelada ao seu entorno	Planejador	Pessoa “qualificada”

Fonte: Adaptado de Thévenot et. al (2005, p. 36)

Segundo Thévenot (2001a), a noção liberal de "privacidade" não traduz o tipo de bem envolvido no Regime de Familiaridade. Privacidade pressupõe a individualidade e a autonomia que vai com o livre-arbítrio e planejamento, ou seja, com o tipo de agência humana envolvida no Regime de Ação Planejada. Por outro lado, o Regime de Familiaridade se baseia sobre uma dependência acostumada a uma vizinhança de coisas e pessoas. A noção de "uso" dá significado a essa íntima relação com o mundo, mas normalmente não tem a dimensão de cuidado que revela o tipo de noção do que é bom em uma sintonia cuidadosa com um ambiente nas proximidades. A realidade não é recortada em objetos precisos que estão prontos para uma utilização regular de acordo com a sua concepção funcional. As coisas são apropriadas e formadas pelo seu uso personalizado. As capacidades humanas e não-humanas são entrelaçadas: também se pode dizer que as coisas são personalizadas ou que a personalidade é consolidada em torno das coisas. As entidades do Regime de Familiaridade não são destacadas da personalidade que é apropriada a elas, ao contrário, elas ampliam a sua superfície e asseguram a sua manutenção. Quando as coisas que nos apropriamos são personalizadas, disciplinadas ou domesticadas elas mantêm o nosso estado íntimo.

Essa capacidade distribuída dificulta o processo moral e legal de atribuição de responsabilidade, uma vez que tal atribuição exige uma agência autônoma e individualizada. A teia de entrelaçamentos personalizados não permite o desprendimento de entidades individualizadas, humanas ou não humanas, que seria necessário para tal atribuição. Um tipo de gestão que promove a sintonia local e pessoal para flexibilizar o local de trabalho enfrenta dificuldades de atribuição em um lugar "bagunçado". Um contraste exemplar é oferecido pela configuração espacial de um local de trabalho que promova o desprendimento. A separação física dos postos de trabalho e a padronização das máquinas e instruções facilitam a atribuição de responsabilidade contra um tipo familiar do coletivo (THÉVENOT, 2001a).

O bem-estar experimentado nesse regime de engajamento é confortável. Isso porque o ambiente familiar humano e material é fortemente dependente da pessoa que veio para ele e a da trajetória pela qual ela se familiarizou com um *milieu* moldado pelo "uso" continuado. Essa noção do que é bom é mais do que um hábito fixo, porque envolve uma relação dinâmica vivenciada com a vizinhança imediata (THÉVENOT, 2007b).

A palavra falada, em si, na comunicação da intimidade do regime familiar, é consideravelmente alterada (como em um dialeto próprio). Tal distinção serve como uma espécie de garantia do engajamento. Esse regime molda a pessoa em um tipo de “personalidade distribuída” em todo o seu entorno imediato, em conformidade com uma disposição pessoal que a inclina a agir, transformando em e fazendo uso do familiar, coisas apropriadas e lugares habitados. “Atramentos” (*attachments*) familiares ao ambiente material são inseparáveis da pessoa e sua personalidade. Os entrelaçamentos dos “atrelamentos” dessa natureza especificam um tipo extremamente diferente de engajamento da propriedade privada em relação a uma posse alienável (THÉVENOT, 2007b).

Por outro lado, o Regime de Ação Planejada espelha uma concepção de ação que está incorporada na linguagem cotidiana e que tem sido amplamente explorada na filosofia da ação. Contudo, segundo Thévenot (2001a), a perspectiva clássica da ação intencional concentra toda a sua atenção na capacidade de planejamento do agente humano. Adversamente, para o autor, o ambiente é configurado em um formato de capacidade funcional em que ocorre uma elaboração conjunta entre a agência de planejamento intencional e agência funcional-instrumental. Esse regime de engajamento se refere a uma noção de que é bom, com a qual os agentes estão comprometidos. O interesse individual é muitas vezes visto, nas ciências sociais e políticas, como a causa universal da ação humana. Em contraposição, a análise em termos de regimes de engajamento ajuda a ver as exigências pragmáticas que sustentam uma agência individual interessada no sucesso de sua ação elementar. A delimitação específica da noção de “bom”, que governa esse engajamento está relacionada tanto à agência intencional individual humana, quanto à preparação funcional do ambiente (THÉVENOT, 2007b).

O “bom”, nesse engajamento, também tende a se perder na ideia geral de uma ação realizada, especialmente porque o vocabulário amplamente utilizado de “necessidades” e “utilitário” neutraliza a forma de avaliação específica desse engajamento. A satisfação gerada por uma ação realizada deve ser avaliada em termos de um “bom” crucialmente importante para a vida social humana: refere-se ao feliz exercício da intenção, por um indivíduo dotado de autonomia e capacidade de projetar-se com sucesso no futuro. Tal satisfação é muito diferente do sentimento experimentado no engajamento familiar, que não oferece nenhum apoio para projetos individuais, autônomos. A noção do que é

bom desse engajamento dá origem a uma avaliação focada na execução do plano, em uma realidade que toma forma de uma função instrumentalmente adequada para o plano de ação (THÉVENOT, 2007b).

A intenção do plano não pode ser vivenciada sem o reconhecimento de que componentes ambientais têm uma capacidade funcional – isto é o que assegura o tipo de garantia específica desse regime. O objeto, que pressupõe o tratamento funcional dos meios, confere sua solidez na intenção do plano, facilitando o controle do agente na execução do plano. A análise desse regime de engajamento traz à tona a complementaridade entre o poder do agente, como um indivíduo envolvido na realização de seu projeto, e uma compreensão do objeto em termos funcionais. Esta complementaridade traduz uma forma de dependência que não está presente na maioria das ideias de autonomia individual. Diferentemente das abordagens centradas no ator, seus estados mentais, sua vontade, sua intenção e seu desejo, a análise dessa forma de engajamento mostra como o reconhecimento da pessoa como um indivíduo dotado dessas capacidades não se sustentará sem os aspectos que dão suporte ao engajamento no plano, objetos utilizados em termos de funções (THÉVENOT, 2007b).

Finalmente, o regime de ação justificável é orientado pelas necessidades de uma ordem pública, cuja legitimidade é construída por meio de processos de equivalência entre ordens de grandeza (Cívico, Doméstico, Mercado, Industrial, Fama, Inspiração e Projetos) já detalhadas neste item.

Essas ordens de grandeza ou regimes de justificação fornecem uma pluralidade “horizontal” aos modos de coordenação da ação. Por outro lado, os regimes pragmáticos de engajamento proporcionam uma pluralidade “vertical”, pois também oferecem possibilidades de análise de modos de coordenação não convencionalizados. Trata-se dos regimes de familiaridade e da ação planejada que explicam a realidade mais próxima e íntima do que na dimensão pública da ação justificável. Essa pluralidade é que dá significado ao conceito de Ação no Plural (THÉVENOT, 2006).

Thévenot (2007b, p. 218, GRIFO NOSSO) explica a dupla pluralidade da Ação no Plural e afirma que tal pluralidade elucida tensões da composição dinâmica entre pessoas e comunidade:

*While the plurality of orders of worth distinguishes cognitive and evaluative formats which are involved in justifiable action*

*engagements, the three regimes just outlined bring into the picture a second kind of plurality that I would qualify as ‘vertical’ and differentiates the engagement which relies on the most familiar closeness from the one that relies on the most public guarantees. These formats specify the capacity of the person as she is engaged with her environment.*

*Moreover, they sustain the kind of recognition of the person which is involved in mutual engagements: in the intimacy of love or friendship, in joint plans or contracts, in **coordination** that requires public qualifications. This ‘double plurality’ of recognition formats allows us to tackle the dynamic composition of both the person and the community, bringing to light the tensions that arise from the plurality of engagements that have to be integrated*

Em resumo, os modos de coordenação da ação exprimem a dinâmica da relação que governa a condução da ação humana, considerando a direção horizontal e vertical de sua pluralidade de engajamento com a realidade. Ressalto que o termo “coordenação”, destacado na citação, extrapola amplamente as regras, hierarquias ou acordos formais aos quais é correntemente associado. Nesta proposta, o termo não implica necessariamente referência a um terceiro, nem mesmo sempre a uma ação planejada. Ele é empregado para cobrir tanto as formas convencionais, enquadrando as ações preparadas para a crítica, como as acomodações localizadas e personalizadas, implicando conveniências e inconveniências de importância bem mais limitadas e próximas (THÉVENOT, 2006).

Além disso, a coordenação não se refere, necessariamente, à relação de vários atores e de várias ações. Ela concerne em primeiro lugar à relação do ator com ele mesmo, num ambiente onde ele deve coordenar sua própria conduta. É sobre a base dessa primeira relação que a comunicação com a conduta de outrem é abordada, sem saltar bruscamente para o nível da interação e seus registros. A relação ao ambiente é determinante para apreender uma conduta, para guiar a sua própria a partir de certa compreensão de elementos pertinentes à situação, e para assegurar a apreensão da conduta de outrem. Muito mais que enfatizar totalmente o ator para caracterizar a ação, a orientação pela

coordenação incita a enfatizar a maneira de compreender o ambiente do qual depende fortemente a conduta (THÉVENOT, 2006).

Por essas razões, a Ação no Plural é tão importante para a compreensão da coordenação das ações de legitimação. Nesta pesquisa, tratamos da legitimação de uma inovação social e a análise dos aspectos racionais presentes na coordenação da ação também apoiará a compreensão de sua legitimação. No próximo item, discuto um pouco mais sobre a noção de legitimação que adotamos neste trabalho e sua base epistemológica. Trata-se de uma perspectiva incomum nos estudos organizacionais.

### 2.3.3 Legitimação

Há um longo tempo, a legitimação é reconhecida como um processo básico para a organização social, contudo a compreensão dos processos gerais que sustentam a legitimidade permanece um difícil e persistente problema (JOHNSON; DOWD; RIDGEWAY, 2006).

Nos estudos organizacionais, existe uma tradição em lidar com a legitimidade, cuja origem weberiana inspirou o novo institucionalismo na sociologia organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Para Etzioni (1987), a legitimação é um fator importante na determinação do nível de empreendedorismo que é encontrado dentro de uma sociedade em comparação com outras, e em períodos diferentes dentro da mesma sociedade. Na medida em que o empreendedorismo é legítimo, a procura por ele é maior, o fornecimento de empreendedorismo é maior e mais recursos são alocados para a função empreendedora. Dessa forma, o grau de mudança que os empreendedores geram em uma determinada sociedade reflete o quanto o empreendedorismo é legitimado nessa sociedade. Essas afirmações se referem à concepção schumpeteriana e economicista do empreendedor e se baseiam em uma noção weberiana de legitimação.

Para Weber (2004), uma ordem social é legítima somente se a ação é aproximadamente ou em média orientada por certas máximas ou regras. Sendo assim, a formulação weberiana esclarece que, embora os indivíduos possam não compartilhar as mesmas normas, valores e crenças, o comportamento deles é orientado por uma ordem que está de acordo com regras e crenças que eles presumem ser aceitas pelos outros.

Já Suchman (1995) realizou amplo estudo sobre diferentes correntes de estudo da legitimidade nas organizações. Esse autor propõe a seguinte definição de legitimidade: *“legitimacy is a generalized perception or assumption that the actions of an entity are desirable,*

*proper, or appropriate within some socially constructed system of norms, values, beliefs, and definitions*” (SUCHMAN, 1995, p. 574). Ele resume as abordagens sobre legitimidade em duas vertentes: estratégica e institucional. A corrente estratégica focaliza a organização em sua perspectiva gerencial e enfatiza os modos pelos quais as organizações manipulam e utilizam estratégias e símbolos para alcançar o apoio da sociedade. Já a corrente institucional examina os modos como o ambiente ou setores impactam na vida da organização, por meio das pressões culturais, com o objetivo de explicar a homogeneidade das instituições e não a variação existente entre elas. Esse mesmo autor propõe três tipos de legitimidade: (a) pragmática, baseada em interesses; (b) moral, baseada no que é percebida como certo; e (c) cognitiva, baseada na capacidade de ser compreendida (*comprehensibility*), e no fato de ser tomada como verdade axiomática (*taken-for-granted*).

O estudo de Johnson, Dowd e Ridgeway (2006) fornece uma análise das abordagens contemporâneas de legitimação, destacando duas correntes: a da psicologia social e a institucional voltada a organizações. Os autores apresentam os seguintes aspectos como fundamentos comuns nos estudos de ambas: (a) a legitimidade é um problema na construção da realidade social. Trata-se da interpretação de um objeto social como consistente com crenças culturais, normas e valores que se presume serem compartilhados por outros em situações locais e talvez mais amplamente por atores em uma comunidade mais ampla (por exemplo: a organização, um território ou a sociedade); (b) embora a legitimidade seja mediada pelas percepções e comportamentos dos indivíduos, é fundamentalmente um processo coletivo. Ela surge e depende da presença implícita de um público social, o qual assumiu aceitar a estrutura abrangente das crenças, normas e valores, e, portanto, a interpretação do objeto como legítimos; (c) legitimidade depende em aparente - embora não necessariamente real - consenso entre os intervenientes na situação local, pelo qual os atores sociais aceitam o objeto como legítimo; e (d) como uma construção coletiva da realidade social, legitimidade tem tanto uma dimensão cognitiva, a qual constitui o objeto como um elemento social válido pelos autores, como a normativa, a qual consiste em uma dimensão prescritiva que representa o objeto social como certo.

Esse mesmos autores esclarecem uma abordagem da legitimidade como um processo social e propõem quatro estágios, por meio dos quais ocorre a criação e legitimação de novos objetos sociais (novos padrões de comportamentos ou crenças). O estudo trata esses novos objetos

sociais como inovações sociais. Os estágios de legitimação envolvem: inovação, validação local, difusão e validação geral (JOHNSON; DOWD; RIDGEWAY, 2006).

Resumindo as conclusões de Johnson, Dowd e Ridgeway (2006) dos estágios de legitimação de inovações sociais, temos: (1) as inovações sociais são geralmente criadas no contexto local dos atores, em resposta a condições estruturais que criam interesses estratégicos ou eventos contingentes para atores na situação local; (2) para as inovações sociais adquirirem legitimidade, elas devem ser inicialmente validadas localmente. Isto requer que estes novos objetos devam ser interpretados em consonância com o quadro cultural mais amplo existente. Ao fazer isso, eles podem ser explicitamente justificados ou implicitamente aceitos pelos atores na situação local; (3) uma vez que os objetos sociais são validados localmente, eles são transportados e difundidos em novas situações locais. Devido ao fato de que a inovação tenha sido interpretada como um fato social válido, ela é muito mais prontamente adotada por atores em outras situações locais como mero fato. Esta aceitação como mero fato é mais provável quando a inovação é percebida como para satisfazer objetivos que estejam em consonância com objetivos já amplamente aceitos. Aqui, a inovação social frequentemente precisa de justificação menos explícita do que quando foi inicialmente validado socialmente; e, finalmente (4) ao longo do tempo, como um resultado deste processo de difusão, o aparecimento de consenso em múltiplas situações locais eventualmente cria um consenso geral na sociedade, isto é, uma validação geral do objeto social (JOHNSON; DOWD; RIDGEWAY, 2006).

Boltanski e Thévenot (2006) criticam o reducionismo da sociologia do fenômeno coletivo e da lógica institucionalista. Para esses autores, a **legitimação** é um fenômeno construído que ocorre na intersecção entre dois movimentos que se influenciam mutuamente: o dos atores (indivíduos, organizações, etc.) e da estrutura (sistema de regras, valores e crenças da sociedade). Eles esclarecem que a noção weberiana de legitimidade tende a confundir justificação com dissimulação ao rejeitar as condicionantes de coordenação e redundando em um relativismo de valores.

Stark (2011, p. 11, GRIFO NOSSO) esclarece a forma com que a escola francesa da Sociologia Pragmática lida com os valores, em comparação à vertente neoinstitucionalista:

*But the orders of worth of the French school, in fact, differ from the cultural systems of*

*Parsonian values and from the classificatory codes of the new institutionalists. For my colleagues in American economic sociology, values are counterposed to calculation; they are outside and distant from calculation. More precisely, if cultural taken-for-granted are the embeddings for value, they make calculation possible precisely because they are a kind of antimatter to calculation. For my French conventionalist colleagues, on the other hand, **orders of worth** are not values counterposed to value but are **constitutive of value. Orders of worth are the very fabric of calculation, of rationality, of value.***

Ao contrário das filosofias políticas que geralmente tentavam ancorar a ordem social em um único princípio (utopia), nas complexas sociedades modernas, vários regimes de justificação podem coexistir dentro do mesmo espaço social, apesar de sua relevância poder variar de acordo com as características da situação. Portanto, pessoas em situações específicas recorrem a essas ordens de grandeza como sustentáculo da legitimidade de suas operações críticas. Uma crítica ou uma justificação pode ser considerada legítima quando o seu formulador puder mantê-la, quaisquer que sejam as características sociais que os seus interlocutores recém-chegados puderem apresentar (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Nem sempre há acordo entre as grandezas em questão e é comum que haja situações conflituosas, em que ocorre uma contestação da ordem de grandeza estabelecida ou ainda uma controvérsia em que a validação da situação é colocada em cheque. Nesse sentido, o processo de justificação e, portanto, de legitimação é sempre provisório (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Krieger (2011) e Krieger e Andion (2014) apresentam uma aproximação entre teorias sobre legitimidade e a Sociologia Pragmática, propondo um modelo analítico para estudar o fenômeno da legitimidade de OSC's do sul do Brasil. Após um estudo envolvendo as diferentes correntes de estudo sobre legitimidade nas organizações, as autoras concluem que o julgamento do que é legítimo, segundo os diferentes autores, está ligado a alguns fatores que lhes conferem legitimidade: (a) O desempenho e impacto de sua atuação, envolvendo também a comunicação dos resultados, prestação de contas financeira e de resultados

e resposta aos *stakeholders* (principalmente financiadores) (Atack, 1999; Edwards, 2000); (b) A aceitação dos procedimentos e métodos utilizados e a aderência às regras e normas formais da sociedade, envolvendo a adequação legal (Atack, 1999; Brown e Jagadananda, 2007; Civicus, 2010; Edwards, 2000); (c) A representatividade e atuação em espaço público, envolvendo a prestação de contas geral, transparência, decisão compartilhada e o reconhecimento da sua representatividade (Atack, 1999; Collingwood, 2006; Edwards, 2000; Vedder, 2007); e (d) A causa e os valores expressos pela organização, envolvendo a relevância da missão e valores da organização, além da forma com que lida com símbolos e mitos (Atack, 1999; Edwards, 2000).

Ainda a respeito desse estudo pioneiro no Brasil sobre legitimidade à luz da SP, as autoras Krieger e Andion (2014) validaram quatro hipóteses de trabalho: H1: há uma multiplicidade de mundos comuns e lógicas presente no campo das OSC's no Sul do Brasil que são utilizados para justificar a existência e atuação destas organizações e, portanto, influenciam na sua legitimidade; H2: há disputas e controvérsias entre esses mundos comuns e suas lógicas no campo de atuação das OSC's no Sul do Brasil; H3: passarelas entre os mundos comuns podem ser construídas, por meio do diálogo, das redes e de coalizões duradouras e estas poderão fortalecer certas justificações e ideais de legitimidade das OSC's e do próprio campo; e H4: existem lógicas predominantes no campo que dificultam a existência e isolam outros mundos comuns.

Entre as principais conclusões do trabalho, destaca-se: (1) entre os atores do campo entrevistados, observou-se que as lógicas dos mundos industrial e cívico predominam no discurso dos atores entrevistados, com maior influência prática da lógica industrial; (2) identificou-se um risco de isolamento de algumas OSC's com atuação baseada no mundo cívico, por sua resistência e crítica aos testes do mundo industrial. Desse modo, o acesso aos suportes necessários à sustentabilidade da OSC pode ser dificultado, influenciando diretamente diminuição de seu poder de influência no campo; (3) as lógicas do mundo da inspiração e do mundo doméstico parecem perder espaço enquanto geradoras de legitimidade no campo; e (4) a lógica do mundo da fama quase não aparece no discurso dos atores (KRIEGER; ANDION, 2014).

Como já mencionado na introdução deste trabalho, nossa perspectiva de legitimação está em linha com a proposta apresentada por essas autoras. Krieger e Andion (2014, p.87) reforçam que o imperativo

da justificação na coordenação da ação, de acordo com a Teoria da Capacidade Crítica (TCC), constitui o pilar da legitimidade:

A TCC parte do imperativo de que a coordenação e a construção de acordos ocorrem com base em processos de legitimação. Para seus autores, os acordos não são duradouros, o que leva os indivíduos a terem de se justificar e de criticar, enquanto participando de sequências de ações rotineiras ou intensificadas por disputas e conflitos. Os indivíduos convivem e fazem acordos por meio da justificação de suas escolhas e ações, em um processo de legitimação. Esta possibilidade de coordenação do comportamento humano é o primeiro pilar da legitimidade.

Finalmente, na presente pesquisa, estabelecemos a perspectiva de legitimação de Boltanski e Thévenot (2006) para orientar nossa definição do termo. Portanto, nossa análise da legitimação da inovação social se orienta pela compreensão da coordenação das ações de legitimação, por parte dos atores sociais envolvidos, que resultaram nos compromissos legitimados. Complemento e aprofundo a compreensão da legitimação da inovação social por meio da análise dos aspectos racionais envolvidos na coordenação dessas ações de legitimação. O próximo item irá descrever os estudos sobre racionalidade, os quais baseiam nossa proposição de abordagem de análise.

#### **2.3.4 Racionalidade**

Na era moderna, os interesses de grupos e indivíduos passaram a ser cada vez mais discutidos em termos de aspirações econômicas. Segundo Hirschman (1979), a ideia de interesse, desenvolvida a partir da literatura política de Maquiavel, traduzia um entendimento disciplinado do que é necessário para se avançar em poder, influência e riqueza. A ética do cálculo utilitário, característica da racionalidade formal e predominante nas relações sociais dentro das organizações de caráter econômico, iria provocar um desencantamento da sociedade, a qual iria abandonar seus valores últimos e sagrados e perder o significado da vida (CLEGG, 1990).

A presente análise da noção de racionalidade é realizada no contexto da Administração, cujas origens incluem contribuições

importantes de autores clássicos das ciências sociais. A própria Administração é considerada uma ciência ainda em gestação, segundo Chevalier e Loschak (1980). A construção epistemológica da Administração, cuja formação inicial se deu a partir das teorias científicas da organização do trabalho de Taylor e Fayol, no decorrer da revolução industrial, atualmente ainda sofre forte influência positivista, predominante no cientificismo pragmático do pós-guerra (AUDET; DERY, 1996).

Para Clegg (1990), os maiores teóricos do século XIX como Marx, Durkheim e Weber compartilhavam uma concepção ‘universalista’ da modernização levando à modernidade. Não obstante o fato de o modelo teórico de cada autor ser diferente, todos envolviam processos de aplicação de princípios gerais da razão à conduta dos afazeres humanos.

Embora houvesse outras fontes, como as mais pragmáticas teorias formais da administração, a partir dos trabalhos de Chester Barnard, nos EUA, e Fayol, na Europa, e ainda, as correntes críticas à chamada civilização industrial, lideradas por Elton Mayo, culminando na teoria das relações humanas, nenhuma delas obteve a mesma distinção acadêmica do que os trabalhos de Max Weber (CLEGG, 1990).

Clegg (1990) lembra que as afinidades entre a sociologia de Weber (2004) e seus estudos sobre as organizações se baseiam no “pessimismo cultural” do autor alemão. Sendo assim, a racionalização com foco na eficiência, predominando tanto nas organizações como também na sociedade, viria a produzir uma *iron cage of bondage* (gaiola de ferro de dominação). Em outras palavras, a modernidade – definida como a capacidade de responder ao ambiente em mudança e gerenciar sistemas complexos – e a organização foram colocados em uma convergência fatal, em que a concepção específica da última se tornou a essência da primeira.

Guerreiro Ramos (1989) afirma que Weber preferiu não aprofundar seus estudos sobre a racionalidade substantiva e limitou-se a descrever a burocracia como empenhada em funções racionais. Na opinião do sociólogo brasileiro, a pesquisa de Weber teria tomado um rumo completamente diferente, caso o economista tivesse confrontado a existência dos valores implícitos na racionalidade substantiva. Weber (2004a) chamou de *Wertrationalität*, que significa racionalidade substantiva, a razão baseada em convicção e valores, a qual pressupõe um fim em si mesmo, independentemente de suas expectativas de sucesso.

O desafio de um posicionamento mais crítico quanto à racionalidade predominante no paradigma funcionalista foi defendido por Guerreiro Ramos (1989), que propôs uma reconceitualização da obra de Smith: “A Riqueza das Nações”. O autor apresenta, por meio da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, uma crítica às ciências sociais e à Teoria da Organização, em particular, por calcarem seus pressupostos exclusivamente na racionalidade instrumental, dominante no ocidente, e também por não considerarem outros enclaves sociais, além do econômico, como presentes na vida humana em associação. Ele lembra que a razão, no sentido antigo, referia-se a uma força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, o falso e o verdadeiro, e assim ordenar sua vida pessoal e social. Já a razão moderna, articulada e sistematizada por Hobbes (1974), é definida como a capacidade que o indivíduo adquire pelo esforço e que o habilita a fazer o cálculo utilitário de consequências. Antes de aprofundarmos a perspectiva guerreirista de racionalidade, retornaremos à contribuição de autores seminais como Weber e Manheim.

Kalberg (1980) resalta a importância central do tema racionalidade no corpo de estudo de Max Weber e cita a existência de quatro tipos de racionalidades nas publicações weberianas. São elas as racionalidades: Formal, Substantiva, Prática e Teórica. Esse autor realizou uma análise profunda das diferentes racionalidades e suas relações com os tipos de ação social, propostos por Max Weber e seus respectivos processos mentais envolvidos. Dessa forma, o autor considera que os processos mentais constituem categorias de análises comuns aos tipos de racionalidades e ações sociais, originando ou não padrões de ação racional conscientes.

Weber (2004) classificou de *Zweckrationalität*, ou seja, racionalidade formal, a razão calculista ou utilitarista predominante, por exemplo, nas relações econômicas do sistema de mercado da sociedade capitalista. Por outro lado, chamou de *Wertrationalität*, que significa racionalidade substantiva, a razão baseada em convicção e valores absolutos, que pressupõe um fim em si mesmo, independentemente das expectativas de sucesso.

O modo de vida que vê e julga a realidade com base em interesses puramente pragmáticos e egoístas caracteriza a racionalidade prática. Ao invés, por exemplo, de tentar manipular determinadas rotinas da vida cotidiana segundo padrões de ações, a racionalidade prática implica em aceitar dada realidade e calcular os melhores meios para lidar com as dificuldades que ela apresenta. Dessa forma, a

racionalidade prática se opõe a todas as orientações que implicam questões transcendentais ou metafísicas, sejam elas religiosas, utópicas ou abstratas (WEBER, 2004).

A racionalidade Teórica, diferentemente da Prática, não implica em ação. Trata-se de um tipo de racionalidade que envolve a capacidade consciente de lidar com a realidade por meio da construção de conceitos abstratos. Portanto, todos os processos de abstração cognitiva envolvem a racionalidade Teórica (WEBER, 2004). O Quadro 10, formulado por Kalberg (1980), apresenta as características antropológicas dos indivíduos e os padrões conscientes de ação racional, segundo a visão weberiana.

Quadro 10: Características dos indivíduos e ação racional

Características antropológicas dos indivíduos		Tipos de Racionalidade	Padrões conscientes de ação racional
Tipos de Ação Social	Processos mentais Envolvidos		
Não racional			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tradicional</li> <li>• Afetiva</li> </ul>	Não racional	-----	Não
	Não racional	-----	Não
Racional			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Referente a valores</li> <li>• Referente a fins</li> </ul>	Subordinação da realidade a valores	Substantiva	Sim
	Cálculo utilitário dos fins	Formal, Prática	Sim
	Vários processos abstratos	Teórica*	Sim

\* Ação racional pode ser produzida indiretamente

Fonte: Kalberg, 1980, p. 1161.

Weber (2004) define a ação social como a ação orientada pelo comportamento de outros, seja este no passado, presente ou esperado no futuro. O autor considera “outros”, tanto indivíduos conhecidos, quanto uma multiplicidade de pessoas totalmente desconhecidas. Embora esse conceito tenha certa fluidez, o economista alemão salienta que o comportamento religioso ou a ação condicionada pela massa não são considerados ação social. No primeiro caso porque se trata de contemplação, oração solitária, etc., ou seja, um comportamento interno e, no segundo exemplo, por não haver sentido entre o comportamento do indivíduo e o fato de ele fazer parte de uma massa. Já a atividade econômica de um indivíduo caracteriza-se por ação social por levar em conta o comportamento de terceiros

A ação social pode ser determinada: (1) de modo racional referente a fins; (2) de modo racional referente a valores; (3) de modo afetivo ou emocional; e (4) de modo tradicional. Embora só muito raramente uma ação social oriente-se de uma única maneira, os tipos puros de ação social teriam as características descritas como se segue (WEBER, 2004).

O indivíduo age de maneira racional referente a fins quando tem expectativas em relação a terceiros consideradas “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, os quais são perseguidos racionalmente. Portanto, essa modalidade de ação social utiliza a racionalidade formal (WEBER, 2004).

Age de forma puramente referente a valores quem, ignorando as consequências, age exclusivamente segundo suas convicções. São elas que norteiam o dever, a beleza, a dignidade, a piedade ou a importância de uma “causa” seja qual for. Essa modalidade de ação social é, então, determinada pela racionalidade substantiva já descrita anteriormente (WEBER, 2004).

A ação afetiva ocorre quando o indivíduo age para satisfazer sua necessidade de vingança, gozo, entrega, felicidade ou descarga de afeto. Weber (2004, p.15) assim descreve a ação afetiva: “trata-se de *sublimação* quando a ação afetivamente condicionada aparece como descarga *consciente* do estado emocional: nesse caso encontra-se geralmente (mas nem sempre) no caminho para a “racionalização” em termos valorativos ou para a ação referente a fins, ou para ambas”.

A ação cujo comportamento configura-se como tradicional considera um costume arraigado. Frequentemente não passa de uma reação mecânica a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada (WEBER, 2004).

Mannheim (1972), em seus estudos sobre racionalidades, recorreu aos adjetivos “funcional” e “substancial” para explicar tais racionalidades. Ou seja, a racionalidade funcional é caracterizada quando é orientada para atingir um objetivo predeterminado. Por outro lado, a racionalidade substancial pressupõe um ato intrinsecamente inteligente e que deriva do conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos, estando estreitamente relacionada com a preocupação em resguardar a liberdade.

Os conceitos de Weber e Mannheim de racionalidade serviram de referência para que Guerreiro Ramos (1989) construísse as teorias Formal e Substantiva da vida humana associada. Para o autor, a razão calculista e utilitarista proposta por Hobbes transformou-se no principal

componente do *ethos* de mercado. Essa racionalidade econômica passou a ser quase que exclusivamente explorada por sociólogos, economistas e administradores, como pressuposto aos fenômenos sociais pesquisados. A Teoria Formal da Vida Humana Associada congrega os seguintes elementos:

- a) Os critérios para ordenação das associações humanas têm enfoques exclusivamente sociais;
- b) O sistema econômico auto-regulado é condição fundamental da ordem social;
- c) O conceito de valor é dissociado dos fatos e não é considerado no estudo científico das associações humanas;
- d) A história é compreendida por meio de uma série de determinados estados empírico-temporais;
- e) O paradigma teórico dominante está calcado na ciência natural, para a focalização adequada de todos os temas que envolvem a realidade (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Já os aspectos básicos da Teoria Substantiva da Vida Humana Associada, segundo Guerreiro Ramos (1989), são os seguintes:

- a) Os critérios para ordenação das associações humanas são evidentes por si mesmo ao senso comum individual e são considerados racionais, independentemente de qualquer processo de socialização;
- b) A regulação política da economia é condição fundamental da ordem social;
- c) Não há dicotomia entre valores e fatos e sua distinção produz uma análise defectiva tanto na teoria quanto na prática;
- d) A história torna-se significativa para o homem por meio do método paradigmático e não por meio de categorias serialistas de pensamento;
- e) O estudo científico adequado das relações humanas é distinto e mais abrangente do que a ciência dos fenômenos naturais, além disso, constitui um tipo de investigação em si mesmo (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Guerreiro Ramos (1989, p. 52) lembra que o homem é um ator social sob tensão e ressalta a importância da configuração ética, substantiva, para a busca da boa vida em sociedade.

Deve ser compreendido que todas as sociedades são menos do que boas; apenas o ser humano, eventualmente, merece ser caracterizado como bom. O bom homem, por sua vez, nunca é um ser

inteiramente socializado; é, antes, um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético. Na verdade, os processos não regulados do mercado jamais podem gerar uma boa sociedade. Tal sociedade só pode resultar das deliberações de seus membros em busca da configuração ética, substantiva, de sua vida associada.

Inspirado na visão habermasiana de cognição, Guerreiro Ramos (1989) afirma que os interesses dominantes de cada sistema social podem ser classificados em sistemas cognitivos específicos. Dessa forma, um sistema cognitivo é essencialmente funcional quando o seu interesse dominante é a produção; é predominantemente político quando o bem-estar social é o interesse principal; é personalístico quanto o interesse dominante é o desenvolvimento do conhecimento pessoal e, finalmente, é deformado quando desprovido de um único interesse central. De acordo com o autor, embora os sistemas cognitivos existam simultaneamente em determinado cenário social, o sistema cognitivo funcional predomina nas economias, o sistema cognitivo político nas isonomias e o personalístico nas fenomenias.

Guerreiro Ramos faleceu aos 67 anos, apenas um ano após a publicação de sua principal obra: *A nova ciência das Organizações*, impedindo que pudesse aprofundar e explorar empiricamente as teorias propostas em sua obra. O administrador Maurício Serva foi um dos pesquisadores brasileiros que se propuseram a dar continuidade aos estudos de Guerreiro Ramos. Ele afirma existir um impasse causado pela ausência de pesquisas que apresentem evidências empíricas da aplicação da racionalidade substantiva na prática administrativa de organizações produtivas. Tal lacuna, segundo o autor, faz com que os difusores das teorias de Guerreiro Ramos tenham dificuldade em avançar nesse campo de estudo. Sendo assim, ele empreendeu uma pesquisa de campo em três pequenas organizações privadas de Salvador, sendo uma sociedade civil Ltda., uma fundação privada e uma associação de profissionais liberais. O objetivo se resume em fornecer um quadro de análise que permita demonstrar empiricamente a aplicação das racionalidades substantiva e instrumental nas práticas administrativas dessas organizações chamadas produtivas, possibilitando uma categorização das mesmas de acordo com a intensidade das razões substantivas e instrumentais (SERVA, 1997a).

Reconhecendo a necessidade de uma teoria de ação, complementar à abordagem mais conceitual de Guerreiro Ramos (1989), Serva (1996, 1997a, 1997b) utilizou a Teoria do Agir Comunicativo, de Habermas (2012) para a construção de um quadro de análise que permitiu operacionalizar os conceitos de racionalidade em processos administrativos de organizações. Diferentemente da análise realizada por Andrews (2000), a perspectiva da CER está muito mais focada na complementaridade do que nas diferenças entre as concepções teóricas guerreiristas e habermasianas.

Os elementos que auxiliaram a identificar a racionalidade substantiva foram conceituados por Serva (1997a, p. 22) da seguinte maneira:

a) *autorrealização* – processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação; b) *entendimento* – ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre e coordenando atividades comuns sob a égide da responsabilidade e da satisfação; c) *juízo ético* – deliberação baseada em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado), que se processa através do debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações; d) *autenticidade* – integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações; e) *valores emancipatórios* – valores de mudança e aperfeiçoamento do social nas direções do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo; f) *autonomia* – condição plena dos indivíduos para poder agir e expressar-se livremente nas interações.

Ao passo que os elementos que se referem à ação racional instrumental são (SERVA, 1997a, p. 22):

a) *cálculo* – projeção utilitária das consequências dos atos humanos; b) *fins* – quando há metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento de poder); c) *maximização dos recursos* – busca da eficiência e da eficácia máximas, sem

questionamento ético, no tratamento dos recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda, de tempo; d) *êxito, resultados* – alcance em si mesmo de padrões, níveis, estágios, situações, que são considerados como vitoriosos face a processos competitivos numa sociedade capitalista; e) *desempenho* – performance individual elevada na realização de atividades, centrada na utilidade; utilidade, neste sentido, a dimensão econômica considerada na base das interações como um valor generalizado; f) *rentabilidade* – medida de retorno econômico dos êxitos e dos resultados esperados; g) *estratégia interpessoal* – entendida como influência planejada sobre outrem, a partir da antecipação de suas prováveis reações a determinados estímulos e ações, visando atingir seus pontos fracos.

O administrador brasileiro concluiu, em sua tese, que duas, de três organizações estudadas, poderiam ser consideradas organizações substantivas, devido à predominância comprovada da razão substantiva em seus processos organizacionais, com destaque para a rubrica valores emancipatórios. Essas mesmas duas empresas apresentaram intensidade elevada e muito elevada de racionalidade substantiva em suas práticas administrativas. Conforme observa, ainda, o mesmo autor, tais características não as impediram de obter razoável êxito econômico, mesmo em um grande centro urbano, onde a competição costuma ser mais acirrada (SERVA, 1996).

O Quadro 11 apresenta o modelo de análise da racionalidade nas organizações, proposto por Serva (1996). A presença dos elementos constitutivos de racionalidade vem sendo identificada nos seguintes processos organizacionais: (1) Hierarquia e normas; (2) Valores e objetivos; (3) Tomada de decisão; (4) Controle; (5) Divisão do trabalho; (6) Comunicação e relações interpessoais; (7) Ação social e relações ambientais; (8) Reflexão sobre a organização; (9) Conflitos; (10) Satisfação individual; e (11) Dimensão simbólica (SERVA, 1996).

Quadro 11: Referência de análise da CER

<b>Tipo de Racionalidade X Processos Organizacionais</b>	<b>Racionalidade Substantiva</b>	<b>Racionalidade Instrumental</b>
Hierarquia e normas	<i>Entendimento Julgamento ético</i>	<i>Fins Desempenho Estratégia interpessoal</i>
Valores e objetivos	<i>Autorrealização Valores emancipatórios Julgamento ético</i>	<i>Utilidade Fins Rentabilidade</i>
Tomada de decisão	<i>Entendimento Julgamento ético</i>	<i>Cálculo Utilidade Maximização recursos</i>
Controle	<i>Entendimento</i>	<i>Maximização recursos Desempenho Estratégia interpessoal</i>
Divisão do trabalho	<i>Autorrealização Entendimento Autonomia</i>	<i>Maximização recursos Desempenho Cálculo</i>
Comunicação e Relações interpessoais	<i>Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia</i>	<i>Desempenho Êxito/Resultados Estratégia interpessoal</i>
Ação social e Relações ambientais	<i>Valores emancipatórios</i>	<i>Fins Êxito/Resultados</i>
Reflexão sobre a organização	<i>Julgamento ético Valores emancipatórios</i>	<i>Desempenho Fins Rentabilidade</i>
Conflitos	<i>Julgamento ético Autenticidade Autonomia</i>	<i>Cálculo Fins Estratégia interpessoal</i>
Satisfação individual	<i>Autorrealização Autonomia</i>	<i>Fins Êxito Desempenho</i>
Dimensão simbólica	<i>Autorrealização Valores emancipatórios</i>	<i>Utilidade Êxito/Resultados Desempenho</i>

Fonte: Serva, 1996, p. 345.

Desde os trabalhos pioneiros de Serva (1996, 1997a, 1997b), uma série de pesquisas estudou a racionalidade em processos organizacionais. O levantamento e descrição desses estudos foram apresentados por Siqueira (2012).

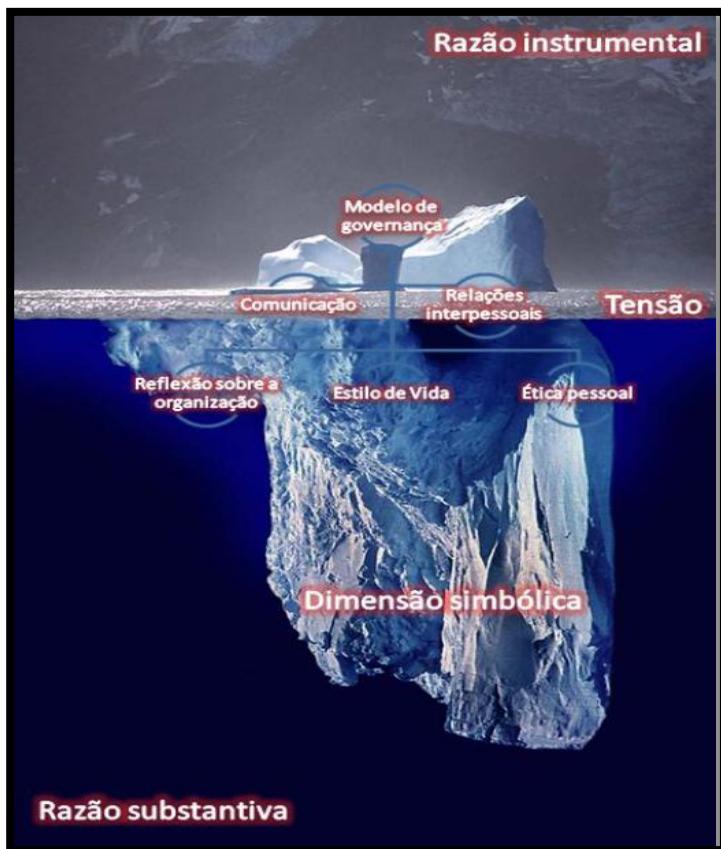
Durante os últimos 15 anos, até onde pudemos verificar, foram elaborados pelo menos 19 trabalhos utilizando o modelo de análise de Serva, dos quais 9 tiveram seus resultados publicados em eventos e revistas das áreas de Administração e Economia Social. [...] Estes estudos comprovaram não apenas a existência da racionalidade substantiva na gestão destas organizações como também a manifestação de pelo menos três enclaves do paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos: economia, isonomia e fenomenia (SIQUEIRA, 2012, p.37).

Siqueira (2012, p. 40) esclarece a existência de duas gerações de trabalhos sobre racionalidade.

A primeira geração é entendida pelos pesquisadores da *segunda geração* como um corpo teórico consolidado que demonstra empiricamente a importância do campo de estudos da racionalidade substantiva na gestão de organizações produtivas. Dessa forma, a segunda geração presta um tributo a todos aqueles que, antes dela, demonstraram empiricamente a existência da racionalidade substantiva na gestão de organizações produtivas e contribuíram para uma ciência organizacional centrada, antes de tudo, no ser humano.

Siqueira (2012) propõe a perspectiva de complementaridade – embora não linear, nem sequencial – entre as racionalidades substantiva e instrumental, situando a tensão no limiar entre a dimensão simbólica da racionalidade substantiva e a funcionalidade da razão instrumental. Sua pesquisa, intitulada: Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas: novas fronteiras do campo de estudo. O autor afirma que o modelo de governança de ecovilas, embora possua deliberações orientadas pela razão instrumental, é também influenciado por elementos situados na dimensão simbólica, como a ética, enraizada na perspectiva racional substantiva. Nessa proposta, fica evidente o surgimento de uma visão mais integrativa das racionalidades (SIQUEIRA, 2012). A visão do autor sobre a tensão entre racionalidades é ilustrada pela Figura 3.

Figura 3: Tensão entre racionalidades na gestão de ecovilas



Fonte: Siqueira, 2012, p. 122.

Em resumo, as contribuições da CER incluem, entre outros aspectos: (1) a operacionalização dos conceitos de racionalidade por meio de pesquisas empíricas; (2) a noção de complementaridade entre racionalidades; (3) a compreensão do efeito da tensão entre racionalidades na prática administrativa.

Finalmente, uma proposta mais recente de racionalidade, chamada Racionalidade da Comunhão (*Rationality of Communion*) é descrita por Bruni (2002; 2005). Essa é inserida no chamado “paradigma de unidade”, que significa “a vivência do amor recíproco com vistas à construção da unidade (com pessoas, povos, outras denominações religiosas e na própria Igreja Católica), a fim de contribuir para a

fraternidade universal” (SERAFIM; MARTES; RODRIGUEZ, 2012, p. 223). Os preceitos teóricos dessa racionalidade foram construídos a partir de experiências práticas relacionadas à Economia de Comunhão (EdC), conduzidas pioneiramente por Chiara Lubich (1920-2008) e continuadas, não exclusivamente, pelo Movimento dos Focolares (MF) (SERAFIM; MARTES; RODRIGUEZ, 2012).

Bruni (2002, pk. 119) explica que a ciência econômica, não obstante o quão renovados e enriquecidos sejam seus conceitos, nunca será capaz de compreender a realidade da Economia de Comunhão em sua plenitude:

*A living reality can only be understood through continuous recourse to real life experience and, therefore, through visiting those businesses that are participating and by entering, at least a little, into the daily routine of these men and women, these business people and workers who are fully immersed in the world of business but have their hearts elsewhere, but not very far away. Rather than worrying too much about accounts or sales, which are clearly important, they seem to be concerned with the well-being of the people who are around them.*

Bruni (2002) apresenta as principais características da EdC: (1) os atores no seio das empresas de economia de comunhão procuram viver, da maneira particular que requer sua organização produtiva, o mesmo estilo de vida que vivem em outras áreas da sua vida; (2) os negócios inseridos na EdC procuram aplicar comportamentos inspirados na doação desinteressada, solidariedade e atenção ao menos favorecidos, não somente em atividades não lucrativas, mas, principalmente, dentro dessas empresas, em que a busca do lucro é normal. O lucro é, então, compartilhado dentro da perspectiva da comunhão; (3) as empresas da EdC, apoiadas da compreensão profunda que existe entre os promotores de cada negócio, sentem que eles são parte de algo maior, em que uma experiência de comunhão já está sendo vivida; (4) Aqueles em dificuldades econômicas que são ajudados por parte dos lucros, não são considerados como "assistidos" ou "beneficiários" do negócio. Eles são considerados como membros ativos essenciais do projeto. Eles também vivem a cultura da doação. Na verdade, muitos deles renunciam a ajuda que recebem, assim que eles possuam o mínimo de independência

econômica. Outros compartilham o que eles têm com aqueles que mais precisam; (5) dentro da EdC, a ênfase não recai sobre a filantropia de um ou outro, mas sim na partilha, em que cada um dá e recebe com igual dignidade.

Alguns trabalhos acadêmicos empíricos discutem experiências relacionadas a essa lógica da EdC. É o caso da pesquisa comparativa de Serafim; Martes; Rodriguez (2012), que investigaram duas organizações religiosas, uma católica ligada ao MF e outra evangélica pentecostal. Ambas mantêm programas de apoio ao empreendedorismo. Entre as conclusões do estudo, salienta-se:

No caso das experiências aqui analisadas, a motivação religiosa-normativa, legitimada por um ideal secular de justiça social, é enfatizada entre os católicos pesquisados. Como decorrência, a principal preocupação desse grupo é refutar a tríade relacional entre economia-individualismo-egoísmo. No caso da experiência neopentecostal, a ênfase recai mais diretamente sobre as vantagens do pertencimento à Igreja e suas redes, sendo que os recursos organizacionais aparecem revestidos por um discurso que apela para um novo tipo de chamado, secular, mas sacralizado: o direito de ser rico e feliz, que Deus a todos concede, desde que abençoados na Terra pela igreja e não mais como predestinados, como no caso do calvinismo. Nesse sentido, ser rico e feliz adquire um caráter quase coercitivo de um dever para com Deus, o que acaba por legitimar o papel ativo da Igreja diante dos negócios (SERAFIM; MARTES; RODRIGUEZ, 2012, p.228).

Antes de apresentar o conceito de Racionalidade da Comunhão, Bruni (2002) discute algumas ideias acerca da chamada *We-rationality*. A proposta de Hollis (1998) sobre essa racionalidade é uma tentativa de aliar o valor da individualidade (liberdade de ação) com o da sociabilidade. Na visão do autor, existem duas formas de compreender uma coletividade e, portanto, ações realizadas em benefício dela. A primeira é a de pensar um grupo como uma entidade que transcende os seus membros, como a noção do que é “bom”, que transcende e determina o que é “bom” para os componentes individuais. O autor naturalmente se distancia dessa primeira interpretação de *We-rationality*,

pois tal racionalidade não apresentaria novidade. Se comparada ao conceito tradicional, apenas substituiria o egoísmo individual pelo egoísmo grupal. Adversamente, ele indica sua visão da correta compreensão da *We-rationality*: uma forma alternativa de pensar no pertencimento ao grupo como uma relação constitutiva entre pessoas que se mantém distinta.

A importância dessa relação de pertencimento parece ser o ponto de ligação entre a *We-rationality* e a Racionalidade da Comunhão. Bruni (2002) destaca a seguinte lógica. Há uma diferença entre meu irmão e uma pessoa completamente anônima. Também há diferentes tipos de estranhos. Mesmo que eu não conheça todos os habitantes da minha cidade pessoalmente, eu sinto que eles são mais próximos do que os da cidade vizinha e, similarmente, do meu país.

Ao discutir os elementos da teoria de Racionalidade da Comunhão, Bruni (2002) destaca que essas características, em parte irracionais para a teoria econômica, explicam a EdC: (1) forte senso de pertencimento, que aspira a uma abertura universal; (2) a relação com o outro – que não pode ser explicada meramente em termos de uma atitude altruísta – tem um valor central; (3) motivações por ideais, que são intrínsecos e primariamente não instrumentais, também são centrais; e (4) reciprocidade, que não é ligada à resposta do outro como uma pré-condição, mas, ao mesmo tempo, não existe sem ela. A respeito dessa última característica o autor detalha:

*The specificity of a rationality of communion, in fact, is distinguishable not only by market exchange or by a gift relationship, but by reciprocity (with which it is sometimes confused). An element of conditionality is normally associated with our normal understanding of reciprocity: I carry out something; I cooperate so that you will do it too (BRUNI, 2002, pk. 1034)*

Bruni (2002, pk. 1015) ressalta que a “expressividade” é um elemento diferenciador entre essas racionalidades e a racionalidade instrumental:

*This term was introduced to indicate economic action that is guided not by a logic that is primarily instrumental, but by the desire to “express” something of one’s own personality or*

*one's own values through that kind of economic action. For example, when I bring a bottle of wine to a meal, I don't do it in order to receive something instrumentally, or to meet some personal objective, but because I want to "express" my gratitude to my hosts for their invitation. When I buy an "ethical" product, I don't do so not because I want to optimize my means-ends relationship, but so as to express a value. When I adhere to the Economy of Communion project by putting in common my profits, I don't do so as a result of a means-end calculation, but because I want to express my belief in a certain kind of understanding of the economy and of life.*

Bruni e Zamagni (2010) discutem a noção de Economia Civil, partindo dos princípios e experiências práticas da EdC. Os autores esclarecem que os economistas civis clássicos, alguns deles de origem italiana, entendiam a economia civil clássica como um fator “civilizante”. Sua proposta visa resgatar o caráter “humanizante” da economia, suprimido pelo individualismo moderno. Um dos aspectos mais importantes é a concepção de sociabilidade baseada na reciprocidade e derivada da “natureza civil do homem”. Os autores defendem haver uma estrutura distinta de motivação que molda o *homo reciprocans*, em contraposição à tradicional lógica utilitária do *homo oeconomicus*.

[...] a relação de reciprocidade exige alguma forma de equilíbrio entre o que dá e o que espera obter, mas esse equilíbrio não se expressa num *quantum* definido, num preço relativo, uma vez que pode variar de acordo com a intensidade e com que disposições morais – como a simpatia, a benevolência e o sentimento de solidariedade – são praticadas pelos sujeitos envolvidos na relação. [...]

Os mesmos autores afirmam que o fundamento da “relacionalidade” está na autorrealização da pessoa, traduzido na *eudamonia* aristotélica, é o reconhecimento mútuo da necessidade do outro para descobrir que vale a pena que eu floresça. “Efetuando o reconhecimento recíproco, as pessoas entram em processo de troca ou

dom para dar curso a seus projetos” (BRUNI; ZAMAGNI, 2010, p. 159).

A reciprocidade irá se orientar pelo interesse *pelo* outro e não *no* outro. Segundo uma atualização da visão maussuniana, Bruni e Zamagni (2010, p. 163) explicam o dom:

O termo interesse, de fato, significa “ser-entre”, o que quer dizer que, para satisfazer um interesse, é preciso interagir com o outro – instrumentalmente ou não – numa utilização mútua da qual derivem frutos para ambos os sujeitos. Mas nossa cultura afastou-se tanto do significado originário do termo “interesse”, que este quase sempre é empregado com conotações negativas. O dom, em si, nada tem de incompatível com o interesse do doador, se este é entendido como interesse em estar em relação ao outro. O dom – diferentemente do gesto filantrópico – não é uma ação completa em si, mas representa o início de uma relação, de uma corrente de gestos recíprocos. O que significa que o dom é feito intencionalmente, tendo em vista o estabelecimento de um vínculo.

Finalmente, tentamos discutir neste item algumas das contribuições mais importantes do campo da racionalidade, de forma limitada ao escopo desta pesquisa. Volto a tratar de todos esses conceitos de racionalidade ao detalhar a abordagem de análise desta pesquisa. No próximo item, resgato o conceito aristotélico de *phronesis*, competência intelectual de fundamental importância em nossa contribuição teórica.

### 2.3.5 Phronesis

Thévenot (2002) e Boltanski e Thévenot (2006) citam a noção clássica de prudência ou sabedoria prática (*phronesis*) ao tratar o tema racionalidade. Para os atores, o desafio de estudar as relações entre princípios de ação e sua implantação envolve considerar uma competência humana que difere em muito da racionalidade calculista, no sentido moderno. Os autores irão, então, recorrer ao sentido clássico de prudência (*prudentia*) como sabedoria prática (*practical wisdom*) ou *phronesis*, que se refere ao entendimento aristotélico sobre a habilidade

humana de se ajustar às circunstâncias para o cálculo acerca de seus deveres morais (*duties*).

A preocupação acerca da noção do que é bom é marcante na perspectiva dos regimes de engajamento, como discutido no item sobre SP. Thévenot (2001a, p.14) explica o caráter orientativo dessa noção: “*Pragmatic regimes are social devices which govern our way of engaging with our environment inasmuch as they articulate two notions: a) an orientation towards some kind of good; b) a mode of access to reality* .

A compreensão original aristotélica, do que se referem os autores acima, se voltava à bondade prática em situações particulares de conduta, embora o filósofo grego não excluísse a consideração de princípios universais no processo de deliberação prudente:

*Prudence (practical wisdom or phronesis) is concerned with human goods, i.e. things about which deliberation is possible; for we believe it is the function of the prudent man to deliberate well; and nobody deliberates about things that cannot be otherwise, or that are not means to an end, and that end a practical good. Again, prudence is not concerned with universals only; it must also take cognizance of the particulars, because it is concerned with conduct, and conduct has its sphere in particular circumstances.* (ARISTOTLE, 1975, p. 154).

Aristóteles, segundo Flyvbjerg (2001, p. 57) – um dos autores contemporâneos mais citados no campo da *phronesis* – defendia a existência de três virtudes da inteligência: *episteme*, *techne* e *phronesis*, definidas da seguinte maneira:

*Episteme: Scientific knowledge Universal, invariable, context independent. Based on general analytical rationality. The original concept is known today from the terms “epistemology” and “epistemic.”*

*Techne Craft/art: Pragmatic, variable, context-dependent. Oriented toward production. Based on practical instrumental rationality governed by a conscious goal. The original concept appears today in terms such as “technique”, “technical” and “technology”.*

*Phronesis: Ethics. Deliberation about values with reference to praxis. Pragmatic, variable, context-dependent. Oriented toward action. Based on practical value-rationality.*

Flyvbjerg (2001) não menciona duas outras virtudes aristotélicas, além do conhecimento científico (*episteme ou science*), arte (*techne, art ou craft*) e sabedoria prática (*phronesis, prudence ou practical wisdom*). As virtudes restantes, também omitidas em algumas traduções da obra *Ética a Nicômaco*, são a sabedoria filosófica (*sophia, philosophical ou transcendental wisdom*) e a razão intuitiva ou teórica (*nous, reason ou intuitive reason*) (ARISTOTLE, 1886; ARISTÓTELES, 1991; ARISTOTLE, 2013).

*Phronesis*, portanto, diz respeito à análise de valores – coisas que são boas ou más para o homem – como um ponto de partida para a ação. Foi considerada por Aristóteles a virtude mais relevante para a prática da atividade intelectual, acima das demais. Centra-se no que é variável, sobre aquilo que não pode ser encapsulado por regras universais, em casos específicos. Por isso, requer uma interação entre o geral e o particular, o abstrato e o concreto, entre valores e fins, sendo uma sabedoria totalmente baseada na experiência (FLYVBJERG, 2001).

Long (2002, p. 54) contrapõe as noções de *phronesis* e *sophia* e conclui:

*The notion of phronesis in Aristotle emerges as a genuine challenge to the normative assumptions endemic to the attempt to elevate sophia. Where sophia seeks divine eternity, phronesis settles into human finitude; where sophia posits the absolute authority of its first principles and determines beings without requiring their direct presence, phronesis identifies the concrete encounter with the other as the ultimate ground for the legitimacy of its principles; where sophia demeans interdependence as a sign of weakness, phronesis affirms its fundamental significance as a determining condition of all judgment. In short, where sophia posits the ultimate foundation of order, phronesis recognizes that truth must always be critically engaged, for it does not lie in ultimates but rather in the give and take between actually existing beings.*

Küpers (2013, pk. 748) acrescenta a noção do conhecimento teórico e universal de razão abstrata (*theoria*), diferenciando-o da concepção de *phronesis* e *sophia*:

[...] *phrônêsis* is different from contemplative, transcendental wisdom (*sophia*) and to a theoretical and universal knowledge of abstract reasoning (*theoria*). These privileged forms of knowing are based on episteme, and on nous as intellectual intuition, for gaining knowledge about necessary and eternal, first principles or first causes as the highest form of intelligibility, using formal logic and mathematical calculation, seeking the excellence of or participating in the divine.

Para outros autores contemporâneos, o significado da sabedoria prática aristotélica assume novas conotações. Um argumento que parece comum a todos os autores citados a seguir é que Aristóteles, ao discutir *phronesis*, está principalmente falando sobre ética em relação à *praxis* social e política, ou seja, a relação do indivíduo e suas ações com a sociedade (FLYVBJERG, 2001).

Outro argumento contemporâneo acrescenta uma reflexão entre moral e ética à discussão acerca da dialógica entre princípios de caráter universal e particular. Nesse sentido, Ricoeur (1991) propõe uma distinção entre ética e moralidade. O autor explica que embora o primeiro conceito seja originado do grego e o segundo do latim, ambos se referem à ideia intuitiva de costumes ou hábitos (*mores*). Ele define “intenção ética” como a busca da “boa vida” com e para outros, em instituições justas.

Voltemos, então, à descrição de Aristóteles (2013, Livro II, pk. 1) sobre virtude antes de aprofundarmos a distinção contemporânea de Ricoeur entre moral e ética:

[...] *virtue, then, being of two kinds, intellectual and moral, intellectual virtue in the main owes its birth and growth to teaching (for which reason it requires time and experience), while moral virtue comes about as a result of habit, whence also its name (ethike) is one formed by a slight variation from the word ethos (habit).*

Em suma, a virtude moral aristotélica (*ēthikē aretē*) se baseia na noção de ética. Enquanto a virtude intelectual se desenvolve pelo aprendizado e experiência, a virtude moral é resultado da prática habitual.

Ricoeur (1991), entretanto, esclarece que os conceitos de moral e ética devam ser decompostos em duas conotações distintas. Para o autor, a moralidade é imposta como sendo obrigatória e universal. Já a ética se refere ao que é considerado ser bom, em determinada situação. Enquanto o primeiro conceito é influenciado pela herança kantiana e assume caráter normativo, portanto deontológico, o segundo é caracterizado por sua perspectiva teleológica, tendo sido influenciado pela herança aristotélica. A moral, portanto, constitui um aspecto limitado da perspectiva ética, embora legítimo e até indispensável. Sendo assim, a ética englobaria a moral.

O objetivo da *phronesis* crítica ricoeuriana - nunca concluído, mas sempre a ser perseguido - é um crescente ‘reconhecimento mútuo’ de si e dos outros. Essa tarefa inquietante é concretamente realizada nos chamados “universais em contexto” ou “universais potenciais”. Universais, não no sentido kantiano de leis, mas no sentido inconclusivo e respeitável de mediações morais provisórias em meio a diferenças (RICOEUR, 1991).

Küpers (2013) resume, no Quadro 12, as diferentes formas de conhecer e suas respectivas orientações racionais, processos e objetivos. Inspirado na noção ricoeuriana de *phronesis* crítica, o autor sugere a noção de *Critical Poietic Phronesis*. Este conceito se posiciona como um mediador criativo entre a prática (*práxis*) - ligada a *phronesis* - e a produção (*poiêsis*) - ligada à arte (*techne*). Trata-se de uma capacidade de imaginação moral para pensar em alternativas criativas, de forma a interpretar situações além das que estão disponíveis no nível do que é concebido como realidade normativa.

Não obstante seu caráter central, a questão da ética não é o único elemento importante na evolução moderna da noção de *phronesis*. Para Flyvbjerg; Landman e Schram (2012, p.1), o conceito é relacionado a problemas sociais em contextos específicos: “[...] *phronesis* (*practical wisdom on how to address and act on social problems in a particular context*)”.

Boltanski e Thévenot (2006) reforçam essa mesma ideia, acrescentando que os julgamentos “humanos” – inspirados pela prudência – são diferentes aos vereditos “não humanos” – derivados à estrita aplicação de uma norma de justiça. A prudência leva em conta

propriedades que, no modelo das convenções, caracteriza pessoas humanas igualmente capazes de utilizar qualquer estado de grandeza em situações de teste, manifestando sua dignidade por qualquer dos regimes de justificação.

Quadro 12: Características das diferentes formas de conhecimento

Ways of knowing & being	Rationality / Orientation	Process / Focus	Teleos / Temporality
<i>Theoria</i> Episteme	Sophía	Theoretical Reasoning Contemplation / Intuitive understanding (nous)	Truth/Enlightenment (timeless)
<i>Praxis</i> Doing	<b>Phrônēsis</b>	Practical Reasoning Intrinsic Action / Process based & directed	Well-Being Common-Good Acting well (situational, here & now)
Creative <i>Inter-Practicing</i>	Critical <b>Poietic Phrônēsis</b>	Creative Processing In- & extrinsic Process & Product(ion)	Mediating Praxis & Poïēsis Creating well (situational, & transitional)
<i>Poïēsis</i> Making  Khrēsis Using	Tékhnē	Instrumental Reasoning Extrinsic calculative Product(ion)	Producing well & Doing competently/ Optimal Usage (future-oriented, based on past experience)

Fonte: Küpers, 2013, pk. 1013.

Já para Ferrara (1987), a *phronesis* media escolhas entre esquemas conceituais, proporcionando a priorização de aspectos como valores e interesses.

*By the term phronesis I understand the competence to choose between conceptual schemes which embed incompatible or differently ranked values [...] As far as the inner structure of phronesis is concerned, it is possible to think of all choices between rival conceptual schemes as ultimately resting on value-choices and to link conceptually the question "Which value deserves priority in a given situation?" with the question "Which needs are more crucial for a given identity?" (FERRARA, 1987, p. 251-252).*

Utilizando a noção weberiana de racionalidade, Flyvbjerg (2001) situa a sabedoria prática como mediadora entre a racionalidade referente

a valores e a instrumental. “*Phronesis is most important because it is that activity by which instrumental rationality is balanced by value-rationality, and because such balancing is crucial to the sustained happiness of the citizens in any society, according to Aristotle*” (FLYVBJERG, 2001, p.4).

Já Kemmis (2012) ressalva que a *Phronesis*, que serve para reencantar um mundo desencantado pela desmoralização das relações profissionais, sofre o risco de se tornar outra versão de *tékhnê* ou simplesmente uma série de princípios morais. A autora esclarece que a esperança de resgate da *Phronesis*, em meio a deformidade da razão prática causada pelo “cientismo”, racionalidade tecnocrática e instrumentalismo meios-fins é problemática

Finalmente, Küpers e Statler (2008) apresentam uma perspectiva integral da *phronesis*, com base em uma abordagem holônica (livre tradução de *holonic*). Holonicamente, a sabedoria prática é composta por estruturas e processos que são ao mesmo tempo autônomos e dependentes. Uma abordagem holônica da sabedoria utiliza diferentes lentes de fenomenologia prática integral. Consequentemente, permite considerar dimensões interiores e exteriores, assim como esferas individuais e coletivas e seus processos interconectados.

*Holons* são “entidades” ou processos integrativos, os quais são ambos ‘todos’ e ‘partes’ de todos maiores ao mesmo tempo. O todo engloba partes, sem negá-las em sua individualidade, formando uma espécie de hierarquia, também chamada de “holarquia” (livre tradução de *holarchy*). O trabalho de Edwards (2005) explica em detalhes a construção da abordagem holônica, sugerida pioneiramente por Arthur Koestler (EDWARDS, 2005, p. 270):

*The word is a combination of the Greek “holos” meaning whole and the suffix “on” which, as in proton or neutron, suggests a particle or part. The holon, then, is a part-whole. It is a nodal point in a nested hierarchy (what Koestler called a holarchy), that can be seen and described in terms of its holistic and independent nature as well as partness and dependent nature. As one’s point of focus moves up, down and across the nodes of a nested holarchical structure, so one’s perception of what is whole and part will also change.*

*[...] There are several features that provide holons with the necessary conceptual flexibility*

*for application in multiple social contexts. One of the most important of these is the transcend-and-include principle.*

Com essa perspectiva integrativa da *phronesis*, concluo a fundamentação do tema, também sem pretensão de ter apresentado tudo sobre a ampla e transdisciplinar evolução dessa virtude intelectual de origem aristotélica. Passo, então, à discussão das conexões entre os assuntos abordados neste bloco.

### **2.3.6 Síntese do terceiro bloco**

Conforme propõe Polanyi (1975) uma combinação de três modelos que se poderiam chamar formas de integração, pela quais as economias empíricas são institucionalizadas: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio. Ele esclarece que os conceitos formais, oriundos da dinâmica de mercado, são válidos, na melhor das hipóteses, como instrumentos gerais de análise e formulação dos sistemas sociais numa economia capitalista, enquanto o mercado esteja em um período relativamente livre de regulação política. Sendo assim, a NSE sugere a perspectiva da economia como uma construção social. Esta perspectiva de construção social serve de apoio as nossas análise e compreensão das inovações sociais.

Entre as contribuições da teoria das organizações à NSE, Serva e Andion (2006) descrevem as organizações como sistemas complexos e afirmam que houve avanço na compreensão do seu papel na economia, principalmente nos estudos críticos ao gerencialismo. Os autores também fazem referência ao ambiente sociopolítico das organizações, o qual compreende atores privados, públicos ou coletivos. Nesse ambiente sociopolítico, repleto de ambiguidades, ocorrem conflitos e críticas frente à geração de inovações sociais, por parte desses atores sociais.

Na visão de Boltanski e Thévenot (2006), os conflitos gerados pelas propostas de mudanças nas relações sociais serão travados em meio a disputas de justificação. É assim, com base em múltiplos regimes de justificação, que acordos legítimos são construídos. A estrutura do modelo da SP envolve dois requisitos básicos, os quais são fortemente antagônicos: (1) um requisito de humanidade comum, o qual pressupõe uma forma de identidade compartilhada por todas as pessoas; e (2) um requisito de ordem governando essa humanidade. A definição de bem comum é central para a construção que precisa assegurar a

compatibilidade desses dois requisitos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

A legitimação das inovações sociais é analisada pela SP como um processo social a ser caracterizado por meio de acordos, que são resultados de disputas de justificação. O imperativo de justificação implica na possibilidade de coordenação do comportamento humano. Portanto, esta coordenação é o pilar da legitimação. O encontro dos diferentes mundos comuns nem sempre é harmonioso, devido à ambiguidade e contradição entre as lógicas de cada um dos regimes de justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Esse contexto de ambiguidade e tensão pode ser compreendido, em maior profundidade, ao considerarmos os elementos de racionalidade envolvidos. Os autores da CER utilizam aspectos da noção guerreirista de racionalidade substantiva em consonância com elementos da teoria habermasiana da ação comunicativa, de forma a viabilizar a análise das racionalidades substantiva e instrumental e seus efeitos nas ações dos indivíduos nas organizações (SERVA, 1997a).

Finalmente, Boltanski e Thévenot (2006) esclarecem que a compreensão da relação entre os princípios de ação e sua implantação envolve considerar uma competência humana que difere em muito da racionalidade calculista, no sentido moderno. Por isso, a SP resgata o conceito clássico de *phronesis*. As propostas de Ricoeur (1991) e Küpers (2013), acerca do caráter crítico da *phronesis* sustentam a noção teleológica da ética que, ao englobar a moral, possibilita mediações morais sempre provisórias e a criação de novos “universais em contexto”.



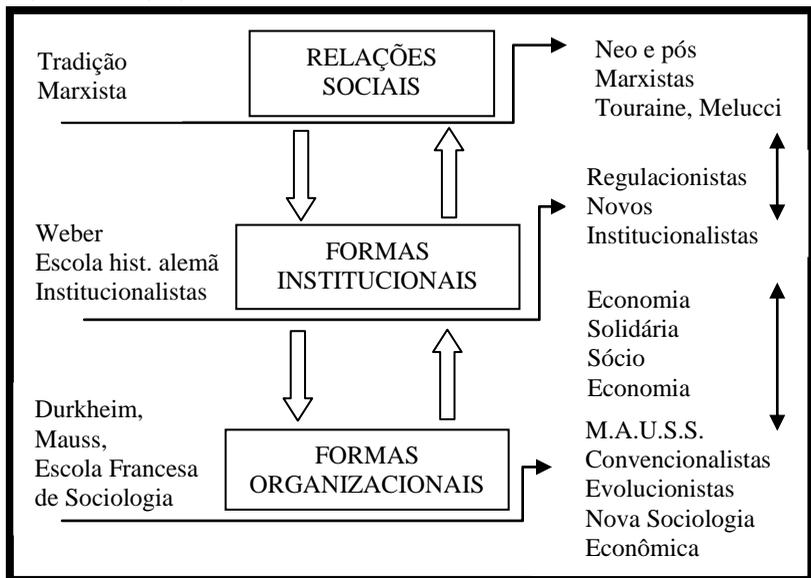
### 3 METODOLOGIA

Este capítulo se destina a apresentar os detalhes relacionados à estratégia e procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

#### 3.1 POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO

Para os pesquisadores do CRISES, as abordagens teóricas que contribuem para a construção dos conhecimentos do campo da inovação social partem das escolas tradicionais de Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim e chegam às correntes pós-marxistas, regulacionistas, neo-institucionalistas, evolucionistas, convencionalistas, anti-utilitaristas e da Nova Sociologia Econômica.

Figura 4: Integração teórica do CRISES

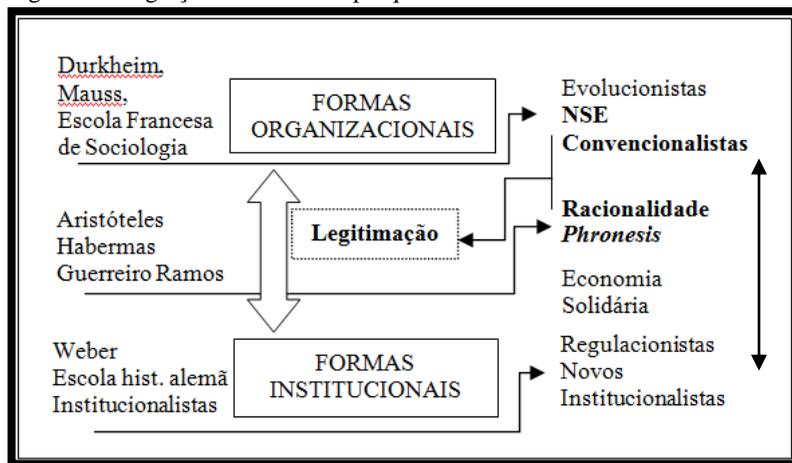


Fonte: LÉVESQUE; BOURQUE e FORGUES, 2001.

A lógica desse quadro de integração teórica, apresentado na Figura 4, é que relações sociais levam a conflitos, cuja solução é institucionalizada em compromissos que fornecem o quadro de funcionamento das organizações (Lévesque, 2009). Esse quadro envolve boa parte dos estudos considerados na presente pesquisa.

Na Figura 5, apresento em **negrito** as correntes mais importantes do quadro epistemológico que fornecem subsídio para as análises deste estudo. Os campos **Legitimação**, **Racionalidade** e **Phronesis** foram acrescentados ao quadro teórico do **CRISES**. Enquanto a noção moderna sobre *phronesis* foi construída com base na lógica aristotélica, a **CER** nasceu da conjunção das vertentes guerreirista e habermasiana sobre o tema.

Figura 5: Integração teórica desta pesquisa



Fonte: Autor, baseado em LÉVESQUE; BOURQUE e FORGUES, 2001.

Outra diferença entre as Figuras 4 e 5 é que não partimos das relações sociais, entendidas como movimentos sociais, classes sociais e projeto de sociedade. Nossa perspectiva parte da dimensão organizacional da inovação social, cujos mecanismos de coordenação (governança) e de gestão plural de recursos mercantis, não mercantis e de reciprocidade foram legitimados institucionalmente pela mudança de leis. Em vez de partir das relações sociais (como movimentos coletivos ou de classe), este estudo de caso envolveu a análise da “arquitetura” da comunidade responsável pela constituição da organização.

### 3.2 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Para Godoi e Balsini (2006, p.96): “nas pesquisas de cunho qualitativo, tanto a delimitação quanto a formulação do problema possuem características próprias. Ambas exigem do pesquisador a

imersão no contexto analisado”. Devido à complexidade do tema escolhido, reconhecida em maior profundidade por meio da imersão no campo, este estudo de caso oferece apenas uma pequena contribuição entre as possíveis e temporárias aproximações na direção da elucidação do problema proposto. Nesta pesquisa, o problema que orienta a definição dos seus objetivos é estabelecido pela seguinte pergunta: Como uma inovação social é legitimada?

### **3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA**

Segundo Yin (2002), toda pesquisa empírica possui um projeto de pesquisa implícito, quando não explícito. A sequência lógica que conecta os dados empíricos às questões iniciais do estudo e, conseqüentemente, às suas conclusões é chamada de delineamento de pesquisa. Este processo envolve a coleta, análise e interpretação dos dados e observações.

Para atingir o objetivo geral e os objetivos específicos propostos para este trabalho, foi realizado um estudo de caso, cuja unidade de análise é a legitimação da inovação social relacionada ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. Yin (2002) considera o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que contempla a investigação de um fenômeno dentro de seu contexto real, principalmente quando os limites entre o contexto e o fenômeno não são claros.

Esta pesquisa é de natureza descritiva e exploratória quanto aos seus objetivos. A legitimação da inovação social relacionada ao CBVJ constitui o fenômeno a ser descrito neste estudo, que foi desenvolvido em um processo composto por duas fases. A primeira fase teve caráter exploratório. Selltiz (1965) afirma que, normalmente, o delineamento de uma pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas envolvidas com o problema pesquisado, e a análise de referências práticas que aumentem a intuição e a compreensão do assunto em questão. Esse primeiro momento foi constituído pelas seguintes atividades: levantamento bibliográfico, entrevistas conversacionais livres e observação direta. Segundo Godoi e Mattos (2006), a entrevista conversacional livre é realizada em torno de um tema e caracterizada pelo surgimento de perguntas nos contextos e no curso natural à interação. Foram várias idas e vindas do campo para o processo de levantamento bibliográfico, durante cerca de três meses. Nessa etapa, foi possível aprofundar o referencial necessário à construção da abordagem de análise utilizada para estudar o caso.

A segunda fase foi de natureza descritiva. A partir da compreensão em profundidade dos conteúdos teóricos e suas relações com o fenômeno alvo, foi possível a construção da abordagem de análise que iria, ainda, ser ajustada ao longo da descrição e análise do caso. Nessa segunda fase do estudo, o trabalho de campo foi a atividade mais significativa. Foi pela constante intermediação entre os processos de coleta, descrição, reorganização da abordagem de análise e, finalmente, das análises em si que estudei a legitimação da inovação social, assim como os modos de coordenação e racionalidade envolvidos.

A unidade de análise escolhida para este estudo é a legitimação da inovação social relacionada ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (CBVJ). A definição do número de entrevistados foi determinada de forma não probabilística. Considerando que o foco desta pesquisa é fornecer uma análise qualitativa dos fenômenos definidos, a escolha pela amostragem não probabilística por julgamento é adequada para os fins deste estudo. Esse procedimento está de acordo com a técnica de delimitação de amostragem, apresentada por Godoi e Mattos (2006). Esses autores defendem a impossibilidade de definir previamente e com precisão as amostras representativas de estudos qualitativos, visto que elas podem evoluir quando começado o trabalho de campo. A técnica de “bola de neve” foi utilizada para complementar a definição dos atores entrevistados. Ela consiste em pedir indicações de outros atores para os indivíduos já pesquisados (BIERNACKI; WALDORF, 1981), possibilitando maior incursão no campo.

### **3.4 COLETA DE DADOS**

Segundo Yin (2002), a investigação de estudo de caso pressupõe a existência de muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados. Portanto, baseia-se em várias fontes de evidências, convergindo dados em formato de triângulo e beneficiando-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para realizar a coleta e análise de dados.

As fontes de dados primárias incluíram entrevistas semi-estruturadas com 19 pessoas. Dentre eles, líderes administrativos e operacionais do CBVJ (5); voluntários do Grupo da Tradição (5); bombeiros efetivos (3); voluntários recém-formados no curso preparatório (3); sócios ativos (3). Inicialmente, entrevistamos os líderes. Em seguida, ouvimos os bombeiros, escolhidos por meio da técnica bola de neve. Finalmente, foram realizadas as entrevistas com os sócios ativos e com o Grupo da Tradição. De forma a estimular o

máximo de espontaneidade nas respostas e evitar constrangimentos, avisei aos entrevistados, já no início das conversas, que a identificação deles não seria revelada. Portanto, as respostas das entrevistas são apresentadas em anonimato.

Além dessas entrevistas, também foram realizadas observações diretas, de natureza etnográfica, pela participação nos seguintes eventos: reuniões da diretoria e conselho do CBVJ, formatura do curso de bombeiros voluntários, formatura e eventos dos bombeiros mirins, audiências públicas e reuniões plenárias na Assembleia Legislativa de Santa Catarina para discussão, votação e aprovação do Projeto de Lei No. 65/2013. Todos esses eventos ocorreram entre julho e dezembro de 2013.

Os dados secundários foram obtidos a partir de atas de assembleias gerais de 1892 a 2013, relatórios de atividades, materiais institucionais, fotos atuais e do acervo histórico, sítios de instituições, *blogs* na internet, jornais eletrônicos e impressos, além de revistas e periódicos com circulação local.

Uma das fontes mais citadas, principalmente nos relatos históricos sobre a corporação, foi o livro “Os Voluntários do Imprevisível” de Apolinário Ternes (2007), cuja publicação foi patrocinada por diversas empresas associadas à ACIJ e ao CBVJ. O fato de ter sido autorizada e patrocinada pelo CVBJ e suas lideranças empresárias, pode conceder à fonte uma maior relevância ao conteúdo que a própria instituição mais valoriza em seu processo de legitimação. Portanto, sempre que possível, o conteúdo do livro foi triangulado com outras fontes disponíveis, para ampliar e aprofundar o escopo das análises.

### **3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS**

Yin (2002) afirma que nenhuma estratégia de análise das evidências do estudo de caso deve ser utilizada de forma mecânica. Por tratar-se de uma estratégia de pesquisa a qual pressupõe múltiplas fontes de evidências, o estudo de caso demanda técnicas de triangulação. A triangulação utilizou a análise das respostas obtidas junto aos entrevistados, dados oriundos de observação direta e dados secundários oriundos de projetos, atas de reunião, materiais institucionais, jornais, sítios na *internet*, revistas e periódicos locais e materiais institucionais.

É importante salientar que as análises não levaram somente em consideração o conteúdo explícito, obtido na coleta de dados. Nas

análises dos textos com relatos históricos, a interpretação das situações não se ateve somente aos termos utilizados no discurso dos autores, mas sim ao conjunto das evidências (sujeitos, objetos, relações, fórmula de investimento etc.) que apoiassem a identificação das grandezas presentes e da análise dos modos de coordenação das ações de legitimação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Optamos, portanto, por não realizar a contagem das palavras correspondentes à “gramática” da SP. Em suma, nossa análise caracteriza a presença e influência dos modos de coordenação da ação de forma qualitativa, ao longo da descrição das principais situações de prova e ações de legitimação da inovação social. Portanto, as conclusões acerca dos arranjos e rearranjos entre as grandezas que baseiam a coordenação das ações, nos contextos analisados, são mais importantes do que a quantificação dos elementos “gramaticais” identificados ou até mesmo a precisão de categorização de uma ou outra evidência isolada.

A postura etnográfica foi utilizada como importante recurso conjunto de coleta de dados e de análise do fenômeno da legitimação da inovação social. Andion e Serva (2006) afirmam que a *démarche* etnográfica é feita *in loco*, estabelecendo a relação entre pesquisador e pesquisado, de modo que possibilite compreender melhor a complexidade de determinados fenômenos. A compreensão dos elementos de racionalidade, como fundamentos da deliberação humana, é um desses fenômenos. A postura etnográfica na observação direta não participante foi fundamental na análise desses aspectos de racionalidade presentes nas interações, críticas e justificações da coordenação das ações de legitimação. As transcrições das entrevistas semiestruturadas, em conjunto com os registros das observações diretas, no diário de campo, e o conteúdo dos dados secundários foram analisados e codificados de acordo com a abordagem de análise proposta no próximo capítulo.

A expressão do não dito, do simbólico – tanto durante as entrevistas, quanto nas visitas de observação não participante – também é interpretado e codificado. Trata-se da descrição dos gestos, das emoções aparentes, das mensagens implícitas, das formas de tratamento e relacionamento entre as pessoas, das relações de grandeza dos objetos e sujeitos, dos testes formais e informais, etc.

Mattos (2006) sugere um modelo de apoio, com procedimentos de organização e análise que foi utilizado nas análises deste caso. Um grande quadro foi sendo construído ao longo da análise, contendo, de forma cronológica, elementos das principais ações de legitimação e a codificação das principais evidências que caracterizam os respectivos

modos de coordenação envolvidos. No próximo capítulo, descrevo em maiores detalhes, todas as etapas da abordagem de análise proposta para este estudo de caso.

### **3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA**

Entre as características de uma pesquisa de natureza qualitativa, a subjetividade é sempre uma possibilidade de limitação à contribuição para o conhecimento. A aplicação da abordagem de análise proposta nesta tese não suprime a incerteza quanto ao uso apenas estratégico de justificações apresentadas na coordenação das ações. A preocupação com a validação da autenticidade das grandezas evidenciadas nas situações analisadas é relevante, pois isso pode impactar nas conclusões do estudo. Dessa forma, tentou-se obter múltiplas evidências e fontes de dados para basear as análises realizadas.

Saliento que a análise dos fenômenos relacionados à legitimação da inovação social, ocorridos antes da década de 1960, foi baseada exclusivamente em dados secundários, embora o levantamento documental tenha envolvido múltiplas fontes. A partir desse ponto, foi possível triangular também os dados das respostas das entrevistas. Somente em 2013, mais precisamente nos principais fenômenos ocorridos de julho a dezembro, a triangulação dos dados contou também com o apoio da observação direta não participante.

A descrição e análise de fenômenos envolvendo outras organizações não contaram com respostas de entrevistas de membros dessas organizações. As informações envolvendo, por exemplo, outras corporações civis ou militares foram obtidas por meio de múltiplas fontes de dados secundários e ou observação direta em eventos e reuniões. Como descrito anteriormente, nossa amostra de entrevistados envolveu somente pessoas ligadas ao CBVJ.



#### 4 ABORDAGEM DE ANÁLISE

*Although philosophy offers many problems, both important and useful, that have been fully and carefully discussed by philosophers, those teachings which have been handed down on the subject of moral duties seem to have the widest practical application. For no phase of life, whether public or private, whether in business or in the home, whether one is working on what concerns oneself alone or dealing with another, can be without its moral duty; on the discharge of such duties depends all that is morally right, and on their neglect all that is morally wrong in life.*  
(Cícero, 1913)

Neste capítulo são apresentados os conceitos e conteúdos que basearam a construção dos quadros e da sistemática de análise. A apreensão empírica do fenômeno forneceu orientação decisiva para a construção desta abordagem de análise. Este capítulo pode ser compreendido como um protocolo do estudo de caso analisado.

Primeiramente, a inovação social foi identificada e caracterizada, de acordo com a natureza de seus indicadores de impacto, o grau de novidade e o seu estágio de legitimação. Em uma segunda etapa, a legitimação da inovação social foi analisada considerando os modos de coordenação dos atores sociais envolvidos (THEVENOT, 2006), os fatores relacionados à legitimidade da organização (KRIEGER; ANDION, 2014); além dos aspectos de racionalidade e tensões envolvidas, de acordo com a nossa proposta preliminar que chamamos de Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade (IPER). Portanto, nossa abordagem de análise da legitimação do CBVJ envolve duas macroetapas:

1. Caracterização da inovação social:
  - a. Natureza do impacto;
  - b. Grau de novidade;
  - c. Estágio de legitimação;
2. Análise da legitimação da inovação social:
  - a. Modos de coordenação da ação;
  - b. Fatores que conferem legitimidade;
  - c. Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade.

## 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL

O objetivo dessa caracterização é validar o objeto de estudo como uma inovação social. Demonstro, neste item, quais os critérios e lógicas de análise utilizadas para validar e caracterizar o fenômeno estudado como uma inovação social.

### 4.1.1 Natureza do impacto

Início a caracterização da inovação social pela dimensão do seu impacto. As perspectivas de análise do impacto de uma inovação social foram desdobradas nas dimensões: organizacional e institucional, de acordo com o Quadro 13.

Quadro 13: A inovação social a partir da dimensão organizacional

Dimensões da Inovação	Indicadores de impacto da Inovação Social
<p><b>Organizações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formas Organizacionais;</li> <li>• Formas de Governança;</li> <li>• Aspectos Jurídicos, normativos e econômicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas formas de divisão e coordenação do trabalho, visando mais qualidade de vida do trabalhador;</li> <li>• Novas configurações organizacionais: estruturas em rede, por projetos, matriciais;</li> <li>• Misturas entre recursos disponíveis (mercantis, não mercantis e reciprocidade);</li> <li>• Novas formas de governança: (interações com políticas públicas, empreendedorismo coletivo);</li> <li>• Grau de participação de diferentes <i>stakeholders</i> nos processos decisórios;</li> <li>• Novas possibilidades de acesso aos mercados (público e privado);</li> <li>• Objetivos da organização e benefícios individuais (monetários e não monetários) e coletivos (para a sociedade) em geral alcançados pela mediação destas organizações.</li> </ul>
<p><b>Institucional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças nos ambientes institucional e legal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalização de direitos;</li> <li>• Legislação sobre inclusão social e defesa de minorias;</li> <li>• Prevenção de problemas sociais;</li> <li>• Mudanças no estilo de vida e na cultura de consumo.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Rodrigues, 2006 e Cloutier, 2003.

A diferença entre o Quadro 6, apresentado anteriormente, e o Quadro 13 se resume ao número e ordem das dimensões a serem analisadas. A escolha pela perspectiva organizacional, como ponto de

partida, justifica-se pelo “recorte” da realidade, mais adequado para se caracterizar o caso estudado. No presente estudo, os impactos da inovação social se verificaram a partir da fundação de uma organização: o CBVJ.

#### 4.1.2 Grau de novidade

A partir da análise do impacto da inovação social, a segunda forma de caracterizá-la foi definida pelo seu grau de novidade. Ao discutirmos anteriormente o conceito de inovação sob a ótica de mercado, citamos que, segundo o manual de OSLO (OCDE, 1997), o grau de novidade de uma inovação, característica ontológica do termo, é conceituado em três níveis: novidade para a empresa, novidade para o mercado e novidade para o mundo. Já para Tidd, Bessant e Pavitt (2008), o grau de novidade da inovação pode partir da noção incremental: “fazendo aquilo que fazemos melhor”; passando pelo “novo para a empresa”; e culminando com a noção radical da inovação: “novo para o mundo”.

Nossa proposta de análise do grau de novidade aplicada ao estudo de uma inovação social manteve a perspectiva organizacional, definida pela OCDE, contudo, adaptei a conceituação dos graus de novidade, da seguinte forma: (1) novidade para a organização; (2) novidade para a comunidade onde a mudança das relações sociais ocorre (a delimitação dessa comunidade pode envolver desde uma vizinhança, município, região, Estado ou até um país); e (3) novidade para o mundo.

Ressalto que o grau de novidade de uma inovação de mercado confere, potencialmente, mais valor econômico já que o aspecto “raridade” pode se traduzir em **vantagem competitiva**. Por causa da **competição de mercado**, estudos comprovam a importância de a inovação tecnológica, por exemplo, ter seus direitos intelectuais preservados (SIMANTOB; LIPPI, 2003). Este valor econômico é apenas potencial, pois para se tornar concreto é preciso que os benefícios da novidade sejam percebidos e demandados pelo mercado, em amplitudes crescentes de alcance geográfico e escala (ROGERS, 2003). Como muitas inovações fracassam, nem toda invenção, mesmo as inéditas para o mundo, tornam-se inovações efetivas no mercado. Portanto, há uma diferença entre invenção e inovação. Em outras palavras, é o sucesso de sua difusão que confirmará o potencial de retorno econômico de uma inovação com alto grau de novidade (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008). Resumindo o princípio básico da relação

entre grau de novidade e impacto da inovação: quanto maior o grau *a priori* de novidade, mais relevância econômica é **potencialmente** agregada à inovação, *a posteriori*. Qual seria, no entanto, o resultado da aplicação dessa mesma lógica de análise em inovações sociais?

#### 4.1.3 Estágios de legitimação

Finalmente, a terceira maneira escolhida para caracterizar a inovação social foi a definição do seu estágio de legitimação. Essa caracterização é dependente do caráter *ex post facto* do estudo do fenômeno.

Nossa abordagem se baseou na divisão de estágios proposta por Johnson; Dowd; Ridgeway (2006). Contudo, os elementos teóricos que caracterizam cada estado foram integrados às ideias de Bouchard e Lévesque (2010) e Boltanski e Thévenot (2006). Inicialmente, a conceituação de Bouchard e Lévesque (2010) foi apresentada no Quadro 14, como o estágio (1) de criação da inovação social. Já a caracterização dos demais estágios foi construída à luz da Sociologia Pragmática (Boltanski e Thévenot, 2006).

Saliento que nem sempre se garante a validação de inovações sociais, sendo comum que haja situações conflituosas. Nesse sentido, os acordos e, portanto, a legitimação da inovação social tem caráter provisório (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). Outro elemento pertinente relativo a essa análise do quadro 14 é que ele se aplica a inovações sociais que ocorrem no sentido “de baixo para cima”. Um ato legal “de cima para baixo” do poder executivo, legislativo ou judiciário, por exemplo, pode provocar a validação geral, por meio legal, de mudanças nas relações sociais sem que, necessariamente, esses estágios anteriores de legitimação local sejam atendidos. Todavia, interessa ao nosso estudo compreender a **construção da legitimação** de uma inovação social de “baixo para cima”, fenômeno este, cuja natureza parece ser mais complexa.

Quadro 14: Estágios de legitimação

Estágios	Caracterização dos estágios de legitimação da inovação social
<b>Criação da inovação social</b>	Intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, criar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para mudança de relações sociais.
<b>Validação local</b>	Processo de interpretação, justificação e validação da inovação social por meio de acordos legitimados pelos atores sociais locais. Esta legitimação é construída na intersecção entre dois movimentos que se influenciam mutuamente: o dos atores sociais (expectativas de indivíduos, organizações, etc.) e da estrutura (sistema de regras, valores e crenças do ambiente social local).
<b>Transferência e validação em novos locais</b>	Processo de reinterpretção, justificação e validação da inovação social por meio de acordos legitimados pelos atores sociais de novos locais, considerando também as estruturas específicas dos respectivos ambientes sociais. Esse estágio envolve a ampliação do âmbito (espacial e institucional) de validação da inovação social.
<b>Validação geral</b>	O acordo é validado no âmbito geral. Essa condição incorpora a inovação social à norma social vigente, até que novas propostas de mudança de relações sociais sejam validadas no âmbito geral.

Fonte: Autor, baseado em Johnson; Dowd; Ridgeway, 2006; Bouchard e Lévesque, 2010; Boltanski e Thévenot, 2006.

## 4.2 ANÁLISE DA LEGITIMAÇÃO

Após a caracterização da inovação social relacionada ao CBVJ que culmina com a identificação do seu atual estágio de legitimação, foi realizado um levantamento, de forma cronológica, de todas as principais ações e acontecimentos que pudessem ser relacionados direta ou indiretamente ao seu processo de legitimação. Nossa descrição do caso parte de acontecimentos que remontam ao século XIX como, por exemplo, a revolução de 1848, na Alemanha, até fatos mais recentes ocorridos no primeiro trimestre de 2014, como a tramitação da PEC 19/2013, no Senado Federal.

Nos próximos itens, esclareço as demais duas etapas pelas quais analiso a legitimação da inovação social estudada. Primeiramente, apresento de que forma os principais modos de coordenação das ações de legitimação dessa inovação social foram analisados. A seguir, as principais ações identificadas são classificadas em relação aos fatores

que conferem legitimidade à corporação. Finalmente, demonstro como aprofundi a compreensão da coordenação das ações essenciais de legitimação, por meio da análise dos seus aspectos de racionalidade, além das tensões envolvidas.

#### 4.2.1 Modo de coordenação da ação

Para a Sociologia Pragmática, engajamentos de diferentes extensões compõem uma “arquitetura” da comunidade. A perspectiva multidimensional da Ação no Plural nos permite identificar e analisar situações humanas e materiais mais íntimas, desde aspectos de sua “personalidade distribuída”, até os enlaces mais convencionalizados e públicos, em busca da compreensão da legitimação de mudanças nas relações sociais. A dupla pluralidade conferida aos modos de coordenação das ações apoia, portanto, essa primeira etapa da análise da legitimação.

O fenômeno de legitimação da inovação social é inicialmente descrito sob a perspectiva das formas de engajamento de maior proximidade. Thévenot (2007b) lembra que a análise dos regimes de justificação se aplica a situações, em que o resultado da coordenação da ação possa ser estendido à coletividade, na forma do bem comum cognitivamente generalizado. Contudo, nem sempre a noção do que é bom está sendo debatida em uma esfera pública, podendo também se situar no Regime de Familiaridade ou no regime da ação planejada. Neste estudo de caso foram empregadas as perspectivas das três esferas de engajamento para a compreensão da legitimação da inovação social. Thévenot (2001b, p. 409), referindo-se aos regimes de familiaridade e da ação planejada, esclarece que: “[...] *these modes of engagement are prior to conventionalized modes of coordination. My statement is more precise: most legitimate conventional regimes of coordination are fabricated on more basic regimes of engagement*”.

Iniciamos, portanto, a análise do caso pela ótica do regime pragmático de familiaridade, descrevendo a trajetória de convivência dos atores sociais “atrelados” à sua vizinhança, que deu origem à “arquitetura” da comunidade. A partir dessa “herança íntima” construída por experiências particulares nessa comunidade, nasceu o esforço de coordenação para “responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, criar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para mudança de relações sociais” (BOUCHARD; LÉVESQUE, 2010, p. 6).

Finalmente, quando a coordenação das ações de legitimação da inovação social envolveu o regime de engajamento da ação justificável, sua análise foi orientada pela “gramática” proposta por Boltanski e Thévenot (2006), já abordada em detalhes no item 2.3.2, e resumida no Quadro 15.

Ressalto que os diferentes modos de coordenação, mesmo quando tomam contornos coletivos, não podem ser confundidos, de forma mais universalista, com classificações de coletividades ou grupos sociais, comuns na sociologia. Tevenot (2002b, p.419) esclarece, então, a forma com que cada grandeza caracteriza suas coletividades:

*First, each implies a different configuration of commonality which may or may not have to do with what sociologists think of as 'social groups' or 'communities'. Thus, while it may be that 'civic' or 'domestic' worth and commonality relate to recognizable social collectivities (respectively: social groups linked by solidarity and communities based on custom), the solidarity of 'industrial worth' rests, quite differently, on standardized techniques and technologies; or, another example, the fame of the 'worth of renown' depends on signs of recognition and the media which diffuse these*

Entre as variáveis de análise dos principais autores da SP, selecionamos dez categorias que esclarecem a ordem natural estabelecida em cada um dos mundos. Por meio dessas dez categorias, é realizada a análise da coordenação das ações de legitimação da inovação social. Os mundos que se referem às situações, sujeitos, objetos e ações analisadas são, então, codificados ao lado dos respectivos conteúdos em itálico, pela legenda: (<sup>c</sup>) cívico; (<sup>i</sup>) inspiração; (<sup>d</sup>) doméstico; (<sup>f</sup>) fama; (<sup>m</sup>) mercado; (<sup>p</sup>) projetos; e (<sup>u</sup>) industrial. A utilização desses expoentes foi inicialmente proposta por Boltanski e Thévenot (2006) e tem sido uma prática usualmente aplicada nos trabalhos desses e de outros autores, cujas análises se baseiam na SP. Salienta-se que as análises não precisam envolver todas as categorias. Frequentemente, a combinação entre algumas delas já é suficiente para apoiar a compreensão da realidade analisada:

- I. **Princípio superior comum:** o princípio de coordenação que caracteriza um regime é a convenção utilizada para estabelecer equivalência entre os seres. Essa convenção estabiliza e generaliza uma forma de associação. Ela garante que os seres sejam qualificados e essa qualificação é a condição para acessar objetos e sujeitos e determinar sua relevância. De acordo com algum princípio superior, pode-se dizer que o sujeito A é o equivalente ao B. Contudo, as pessoas somente explicitam o princípio superior como último recurso no processo de justificação. Na maioria das vezes, elas somente se referem à qualificação do estado de grandeza, ou aos sujeitos e objetos presentes.
  
- II. **Estado de grandeza:** a forma pela qual os vários estados de valor são definidos em cada “mundo” (citê) depende do modo com que o estado de grandeza é caracterizado. Quanto maior o valor do sujeito, objeto ou das relações entre eles dentro de um mundo, maior é o seu estado de grandeza. Pelo caráter da ordem estabelecida entre os estados de grandeza, e pelo modo com que essa ordem se relaciona com uma forma de bem comum, cada ordem de valor corresponde a uma escala, do geral ao particular. Os seres mais valorosos são garantidores do princípio superior comum e pelo seu alto nível de generalidade, eles servem como ponto de referência e contribuem para a coordenação da ação de outros. Esse alto nível de generalidade significa maior capacidade de estabelecer equivalências entre as formas de bem comum.
  
- III. **Estado de não-grandeza:** estado caracterizado tanto pela falta de qualidade da grandeza dos sujeitos, objetos e relações entre eles, quanto pela indicação de que ele reduz o espectro de boa vida a uma noção privada de felicidade. Quando a expressão de um dos mundos traduz apenas a autossatisfação, ela limita o reconhecimento da superioridade dos seus princípios, dificultando a equivalência entre mundos e a ordenação legítima de valores.
  
- IV. **Dignidade humana:** no modelo de ordens legítimas de grandeza, as pessoas compartilham uma dignidade comum, que é expressa em uma capacidade comum de se elevar às ocasiões a serviço do bem comum. Os elementos específicos que caracterizam a dignidade humana de cada regime devem estar

inscritos na natureza humana e eles devem ancorar a ordem de valor em uma aptidão particular dominada por seres humanos. Dessa forma, é possível reconhecer, em cada regime, um foco em alguma faculdade humana (emoção, memória, hábito, desejo, etc.) e sua transformação em uma capacidade que permite o alcance de acordos entre as pessoas.

- V. **Lista de sujeitos:** para cada mundo, é possível estabelecer uma lista dos sujeitos, qualificada por seu estado de grandeza (seres valorosos ou não valorosos).
- VI. **Lista de objetos e arranjos:** em cada mundo, a lista de objetos e arranjos desenvolvidos de forma desigual. Quando objetos, ou suas combinações em arranjos mais complexos, envolvem também sujeitos em situações conjuntas, eles ajudam a objetivar a grandeza das pessoas envolvidas. Os objetos podem ser tratados como armadilhas ou mecanismos de grandeza, seja na forma de regras, diplomas, códigos, prédios, máquinas, etc. A distinção entre a natureza material ou não material desses “equipamentos” (objetos), que frequentemente implica na oposição entre o simbólico e o não simbólico, não é uma propriedade fundamental aqui. A “equipagem” com características físicas diferentes também pode servir para apoiar equivalências que possibilitam estabelecer grandezas “calculáveis”. Quanto maior a possibilidade de estabelecer esses mecanismos de valoração, maior a facilidade de acessar a grandeza dos indivíduos.
- VII. **Fórmula de investimento:** a presença de uma fórmula de investimento é uma condição para alcançar o equilíbrio em um regime. O fato de ela interligar o acesso ao estado de grandeza a um sacrifício, ela constitui um “economia de grandeza”, na qual os benefícios são ponderados (avaliados) em relação ao sacrifício envolvido. Assim, tanto os mais valorosos quanto os menos valorosos se beneficiam do estado de grandeza, mas os mais valorosos devem sacrificar os prazeres privados que são associados a um estado menor de grandeza.
- VIII. **Dinâmica dos relacionamentos:** essas relações são expressas por verbos (ex.: explorar, honrar, promover, eleger, comprar,

maximizar, colaborar). Os verbos devem estar em harmonia com as grandezas dos indivíduos e objetos que eles unem, de acordo com a relação de equivalência e ordem estabelecida pelo regime (nem todos os seres precisam estar no mesmo estado de grandeza para que se atinja uma relação harmoniosa). Algumas relações naturais podem envolver grandezas de igual importância, enquanto outras indicam uma distribuição hierárquica.

- IX. **Teste do modelo:** um teste do modelo, ou momento de ápice, surge em uma situação considerada natural. Uma situação que é preparada para um teste cujo resultado é incerto, envolvendo um arranjo puro e particularmente consistente de seres e objetos pertencentes a um mesmo mundo.
- X. **Estado de declínio:** a queda de uma grandeza pode ser denunciada pela intensidade de evidências de não-grandeza e desvelamentos, ao ponto de “desconfigurar” o mundo que orienta a coordenação da ação. As qualificações do estado de declínio são geralmente menos claras que aquelas do estado de grandeza. Isso ocorre porque sua identificação passa a ser impossível na situação à beira do caos, em que os seres estão a ponto de serem “desnaturalizados” e, também, porque o estado de declínio revela uma grandeza de natureza denegrada.

Quadro 15: Quadro de análise dos mundos da Sociologia Pragmática

	Mundo da inspiração	Mundo doméstico	Mundo da fama	Mundo cívico	Mundo mercantil	Mundo industrial	Mundo dos projetos
<b>Princípio Superior Comum (Princípios de referência)</b>	liberdade espiritual inspiração, imaginação, criação, interioridade	engendramento de acordo com a tradição, hierarquia, geração, tradição	realidade da opinião pública reputação, reconhecimento	vontade geral, proeminência da coletividade, democracia, cidadania, todo	liberdade econômica, competição, rivalidade, propriedade privada	eficiência, planejamento e previsibilidade	novos projetos, expansão da rede, proliferação de ligações entre pessoas
<b>Estado de grandeza (Características valorizadas)</b>	inustigado, excitante, apaixonante, espontaneidade, emoção	superioridade hierárquica, benevolência, credibilidade, decência, distinção, descrição, lealdade, sabedoria	celebridade, visibilidade, moda, o fato de ser notado, sucesso reconhecido	legalidade, representatividade, oficial	desejo, conquista, valor econômico, oportunismo, distanciamento emocional, o fato de ser "vendável"	desempenho, confiabilidade, funcionalidade, validade científica	entusiasmo, flexibilidade, mobilidade, conectividade, empregabilidade
<b>Estado de não grandeza (Características desvalorizadas)</b>	costumes, pompa, realismo, rotina	rudeza, vulgaridade, traição, novidade	a banalidade, a indiferença, o desconhecido, a obsolescência	divisão, individualismo, arbitrariedade, ilegalidade	derrota, o idesejável, o fato de não ser competitivo	improdutivo, ineficiente	rigidez, falta de polivalência, imobilidade, segurança
<b>Dignidade Humana</b>	ansiedade da criação, amor, paixão, originalidade, espontaneidade.	naturalidade e estabilidade das boas maneiras, cultivo de hábitos, bom senso, caráter	desejo por reconhecimento e respeito, amor-próprio	aspiração a direitos civis, aspiração política, participação	desejo de sucesso, amor ao material, individualismo	trabalho, energia para agir eficientemente	trabalho em rede, necessidade de se conectar

Continua

	Mundo da inspiração	Mundo doméstico	Mundo da fama	Mundo cívico	Mundo mercantil	Mundo Industrial	Mundo dos projetos
<b>Sujeitos valorizados</b>	visionário, artista, fada, louco, gênio, espírito, monstro, iluminado	pai, rei, chefe, ancião, ancestral	estrela e seus fãs, formador de opinião, encarregado da comunicação, jornalista, orador	entes coletivos, partido, federação, capítulo, delegado eleito, representante, membro, agente	competidor, homem de negócios, cliente, comprador, vendedor, autônomo	especialista, profissional, operador	treinador, moderador, líder de projeto, cativador de conexões
<b>Objetos valorizados</b>	sonho, mente, corpo, inconsciente, alucinógeno	boas maneiras, comportamento apropriado, títulos, domicílio, sede, apresentação, recomendação, amizade, presentes, identidade com a sede local (lar, domicílio)	nomes na mídia, marcas, mensagem, emissor, receptor, campanha, relações públicas, imprensa, entrevistas, boletins, mídia, folhetos, mailing, disjuntivos, audiovisuais, cenário	formas legais, direitos, legislação, decreto, ordem, medida, corte, tratado, formalidade, procedimento legal, política pública, agência local	riqueza, objetos de desejo, bens materiais, moeda, recursos financeiros, retorno financeiro, dinheiro	ferramentas, recursos, meios, métodos, direção, critério, quantificação, série, padrão, probabilidade, média, fatores, controle das consequências	tecnologia de informação, novos dispositivos organizacionais (subcontratação, terceirização, franquias, parcerias público-privadas)
<b>Fórmula de investimento (Formas de sacrifício)</b>	livrar-se de hábitos, criticar, amicar, desviar	rejeitar o egoísmo, respeitar a hierarquia, subordinar-se, honrar e "abayar" o dever	revelar-se, desistir de segredos, sujeitar-se à opinião pública	renunciar ao interesse particular ou imediato, transcender, lutar por uma causa	distanciar-se emocionalmente, buscar oportunidades, desapegar-se, libertar-se	progredir, investir no desenvolvimento, dinamizar-se, orientar-se pelo futuro	adaptar-se, conectar-se, flexibilizar-se

Continua

	Mundo da inspiração	Mundo doméstico	Mundo da fama	Mundo cívico	Mundo mercantil	Mundo Industrial	Mundo dos projetos
<b>Dinâmica dos relacionamentos</b>	alquimia de encontros inesperados para criar, explorar, sonhar (criar - explorar - descobrir)	respeitar, agradecer e reproduzir (dar - receber - retribuir)	persuasão, divulgação, convencimento, influência e sintonicidade (persuadir - atrair - propagar)	debate, mobilização e assembleia (representar - mobilizar - agir coletivamente)	negociação, troca e competição (negociar - trocar - competir)	padronização e merdção, antecipação, ligação funcional, otimização (controlar - otimizar - progredir)	comunicação, conexão, e cooperação em rede (cavir - conectar - cooperar)
<b>Teste do modelo</b>	criação, aventura interior, ócio da mente, viagem mental, experiência vivida	cerimônias, recepções, celebrações, eventos sociais, distinção, nomeação	evento de apresentação, demonstração, olhos de outras pessoas em um evento, repercussão	eleição, assembleia, reuniões, disputa, recurso, justiça, manifestação	negociação de mercado, a conclusão de uma negociação, fechamento de contrato	teste, lançamento, preparação, prova, realização, atingimento do resultado previsto	a passagem de um projeto para outro
<b>Estado de declínio</b>	tentação ao realismo, paralisia, reprodução.	instabilidade, indiscrição, vulgaridade, inveja, desordem, traição	desconhecimento, banalização, ocultamento, indiferença.	divisão, isolamentos, desvios, individualismo, subgrupos, arbitrariedades.	escreavidão ao dinheiro e sucesso financeiro	tratar pessoas como coisas, instrumentalização excessiva	corrupção, privilégios, máfias, autoritarismo, não participação.

Fonte: Boltanski; Thévenot, 2006 e Boltanski; Chiapello, 2009.

#### **4.2.2 Fatores que conferem legitimidade (FCL)**

Em linha com o estudo de Krieger e Andion (2014), os fatores considerados para identificar os tipos de ação que conferem legitimidade ao CBVJ são os seguintes: (1) resultados e impacto da inovação social; (2) procedimentos e métodos utilizados para buscar aderência à legislação e regras da sociedade; (3) governança, representatividade e atuação em espaço público; e (4) causa e valores expressos pela organização que podem ser traduzir por ritos, símbolos e cerimônias, além da construção de novos padrões de legitimidade.

#### **4.2.3 Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade**

Nesta tentativa inicial de abordar a Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade (IPER), discutirei possíveis aproximações entre as diferentes perspectivas teóricas sobre racionalidade. O objetivo dessa introdução é discutir as características, algumas vezes subjacentes, que correlacionam esses tipos ideais de racionalidade, de forma a explorar possíveis lacunas. Este esforço preliminar, contudo, não se propõe a construir uma categorização paradigmática do campo da racionalidade ou da coordenação da ação. Esta abordagem também não sugere a constituição de uma nova racionalidade. Trata-se de uma abordagem alternativa da compreensão dos elementos constitutivos de racionalidade que orientam a coordenação da ação racional.

Neste estudo de caso, a IPER apoiou a compreensão da coordenação das ações de legitimação da inovação social. Saliento que essas análises com base na IPER poderiam ter sido realizadas em conjunto com a etapa anterior de descrição e análise dos modos de coordenação da ação do processo de legitimação. O fato de essas diferentes etapas fornecerem análises do mesmo fenômeno à luz da SP gerou, inclusive, certa circularidade nas análises do capítulo 5. Contudo, a opção pela análise da legitimação da inovação social em três estágios pareceu contribuir para a verificação da coerência das aproximações teóricas envolvidas nesta proposta de abordagem de análise. O estágio embrionário em que se encontra a aplicação da SP em estudos no campo da Administração, principalmente no Brasil, também reforça a importância deste desdobramento inicial entre a análise dos modos de coordenação da ação e das grandezas que orientam os elementos constitutivos de racionalidade nesses processos de deliberação.

O primeiro passo da construção da IPER foi a adoção da concepção de coordenação da ação de Thévenot (2006). Pela perspectiva

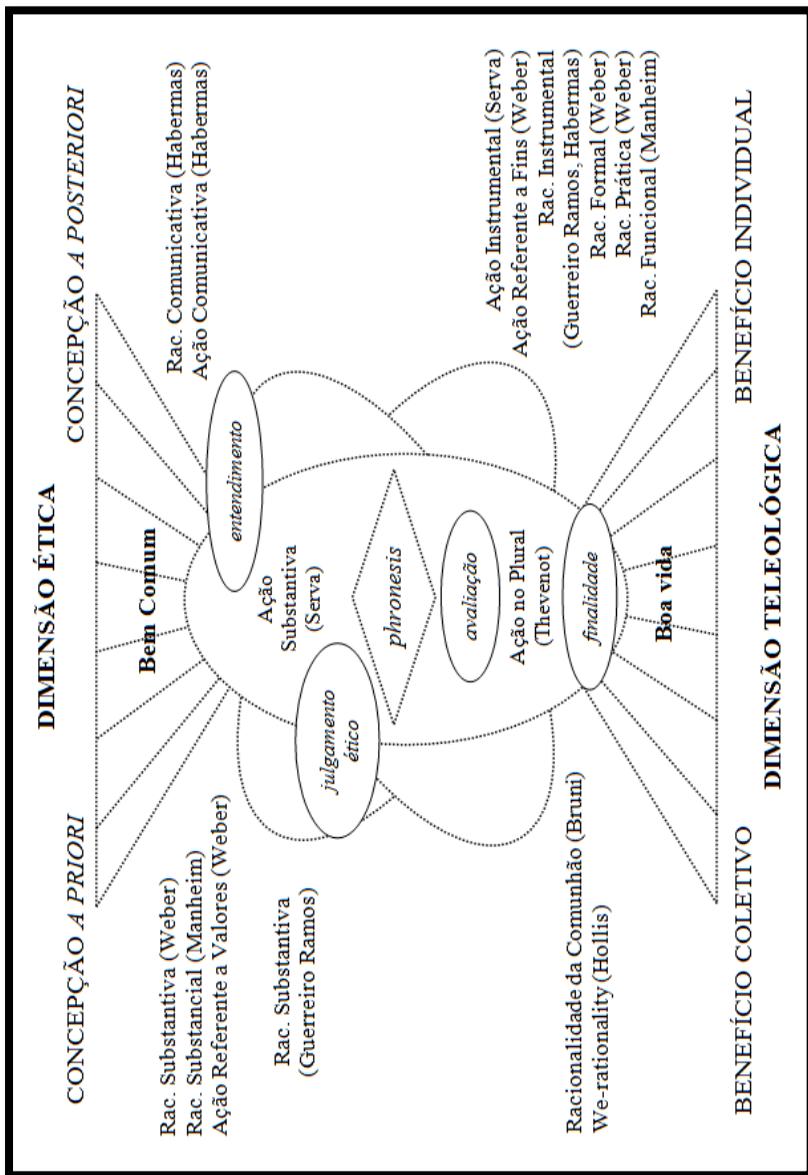
desse autor, a coordenação não se refere, necessariamente, à relação de vários atores e de várias ações. Ela concerne, em primeiro lugar, à relação do ator com ele mesmo, num ambiente onde ele deve coordenar sua própria conduta. Portanto, nossa perspectiva de coordenação da ação não equivale, necessariamente, à ação coletiva, embora possa englobá-la. Para Cefaï (2009, p. 28, GRIFO ORIGINAL):

Uma ação coletiva é uma *arquitetura móvel de contextos de sentido*, mais ou menos próximos ou distantes, privados ou públicos, pessoais ou típicos, que articulam diferentes grandezas de escala espacial e temporal e que são percebidos pelos atores como acessíveis a suas interações ou coercitivos como “sistemas” ou “destinos”.

A Figura 6 apresenta uma representação ilustrativa desta abordagem, assumindo caráter apenas heurístico. Novamente proponho um recurso heurístico, desta vez na forma de um diagrama esquemático, para ilustrar as possíveis aproximações teóricas entre esses complexos construtos do campo da racionalidade. Ressalvo que, muito raramente, a coordenação da ação racional se orienta por uma única racionalidade, embora as racionalidades em sua forma ideal pareçam “puras”. Uma vez que nosso enfoque está na compreensão dos elementos de racionalidade envolvidos na coordenação da *ação* humana, a Racionalidade Teórica, de Weber (2004), não foi incluída por não se traduzir, necessariamente, em uma ação racional (KALBERG, 1980).

Posicionados no âmbito mais externo da figura estão os critérios de análise utilizados. Nos lados superior e inferior considero a orientação da coordenação das ações racionais estudadas, envolvendo de forma dialética, a dimensão ética de um lado e a teleológica de outro. No alto da figura, está representada uma noção ampla de ética que pode incluir desde a moral supracontextual, implicando em julgamento baseado em princípios concebidos *a priori*, até a concepção ética baseada na equivalência de princípios situados *a posteriori*. Já na parte inferior está representada a estrutura teleológica, aspecto comum a todos os tipos de coordenação da ação racional (HABERMAS, 1984; 1989; 2012). Saliento que não me refiro ao agir teleológico, que se refere a uma classificação habermasiana de ação racional (HABERMAS, 2012).

Figura 6: Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade



Fonte: autor

Habermas (1989, p. 482-483, GRIFO NOSSO) esclarece que a concepção teleológica da ação racional é uma herança aristotélica e que ela abrange todos os modos de coordenação da ação:

*El concepto de acción teleológica ocupa desde Aristóteles el centro de la teoría filosófica de la acción. El actor realiza sus fines o hace que se produzca el estado deseado eligiendo en una situación dada medios que ofrezcan perspectivas de éxito y aplicándolos de forma adecuada. Central es el plan de acción apoyado en la interpelación de una situación y enderezado a la realización de un fin, plan de acción que permite una decisión entre alternativas de acción. **Esta estructura teleológica es constitutiva de todos los conceptos de acción**; pero los conceptos de acción social se distinguen por el modo como plantean la coordinación de las acciones particulares.*

Nesta proposta de abordagem da coordenação da ação racional assumimos, em linha com Boltanski e Thevenot (2006), a pluralidade das perspectivas de boa vida. O espectro do que é bom pode envolver tanto benefícios coletivos quanto individuais da ação racional. Dessa forma, o termo benefício engloba, na dimensão teleológica, a multiplicidade do que pode ser almejado como “boa vida”.

Os benefícios coletivos envolvidos na coordenação da ação podem representar tanto algo orientado a uma coletividade como um benefício de amplitude geral. Introduzindo a interpretação da SP<sup>5</sup>, alguns exemplos de coordenação da ação com benefícios coletivos são: um movimento<sup>c</sup> pela universalização de direitos<sup>c</sup>, o cultivo<sup>d</sup> de bons costumes<sup>d</sup> ou da tradição<sup>d</sup>, a comunhão<sup>e</sup> de riquezas<sup>m</sup>, uma manifestação<sup>c</sup> pública<sup>f</sup> de revolta<sup>i</sup>, uma campanha<sup>f</sup> por mais eficiência<sup>u</sup>

---

<sup>5</sup> Modos de coordenação da ação justificável, codificados com expoentes:

<sup>c</sup> – pertencente ao regime cívico

<sup>i</sup> – pertencente ao regime da inspiração

<sup>d</sup> – pertencente ao regime doméstico

<sup>f</sup> – pertencente ao regime da fama

<sup>m</sup> – pertencente ao regime do mercado

<sup>p</sup> – pertencente ao regime de projeto

<sup>u</sup> – pertencente ao regime industrial

dos *serviços públicos*<sup>c</sup>. Adicionalmente, os benefícios da coordenação da ação podem ter caráter individual, como: *viver*<sup>i</sup> uma *experiência inusitada*<sup>d</sup>, *conquistar*<sup>m</sup> *vantagem competitiva*<sup>m</sup>, *propiciar empregabilidade*<sup>p</sup>, tornar-se *reconhecido*<sup>f</sup> ou *famoso*<sup>f</sup>, *desenvolver*<sup>n</sup> a *eficiência fabril*<sup>n</sup>. Portanto, a noção individual do benefício se refere ao ator social que pode ser representado por um indivíduo ou uma organização. Finalmente, observa-se que nem todas as concepções de racionalidade dispostas nos eixos diagonais da figura são diretamente compatíveis com esses exemplos, o que sugere certas lacunas que pretendo tentar explorar adiante.

Ressalto que os critérios na parte superior da figura (dimensão ética) não se relacionam de forma cartesiana e sim dialética com aqueles posicionados no extremo inferior. As relações entre as dimensões ética e teleológica da coordenação da ação racional podem ser observadas e analisadas pelos eixos diagonais da Figura 6.

Embora existam elementos conceituais comuns que situem diferentes noções de racionalidade em um mesmo eixo diagonal, essas posições não são estáticas ou muito menos estanques. Por isso tentei representar essa “dinâmica” dos eixos diagonais com uma simbologia de órbita.

Enquanto as perspectivas de racionalidade, representadas nos dois eixos diagonais, possuem ontologia dicotômica, o viés situado no eixo central – e perpendicular aos demais – representa uma perspectiva plural e integral da ação racional. Como discutido na fundamentação, a evolução do campo da racionalidade, e do próprio entendimento de *phronesis*, ocorreu em meio aos dualismos típicos das ciências sociais: particular x universal, coletividade x individualidade, valores x fins e mundo da vida x sistema. Não obstante a importância e validade dessas análises, nossa proposta de abordagem pretende oferecer uma compreensão plural e integral dos aspectos de racionalidade.

Na direção diagonal – entre a dimensão ética apriorística e o benefício individual – posicionei noções racionais inspiradas na tradição weberiana. Tal viés é marcado pela concepção de julgamento *a priori* no lado superior esquerdo e pela expectativa de benefício individual no extremo inferior direito. Essa perspectiva individual de boa vida incorre na expectativa implícita de igualdade entre “homens particulares” (DUMONT, 2000). Dumont (2000, p. 14) lembra que, em nossa sociedade ocidental, “[...] valorizamos, em primeiro lugar, o ser humano individual: a nosso ver cada homem é uma encarnação da humanidade inteira e, como tal, é igual a qualquer outro e livre”.

Nessa órbita ou eixo diagonal, situamos as racionalidades de caráter valorativo universalista de Weber e Manheim, além da perspectiva apriorística da Racionalidade Substantiva de Guerreiro Ramos. Não pretendo, com esta proposta, sugerir a mimetização das teorias desses autores. Ressalvo que, talvez, as noções weberianas e guerreiristas de racionalidade devessem ser caracterizadas por eixos diferentes. Tal distinção se justificaria pelas críticas diferenciadoras da perspectiva guerreirista em relação à normatividade e o individualismo metodológico da racionalidade weberiana. Contudo, mesmo que propuséssemos um viés específico para cada uma dessas perspectivas teóricas, ambas ainda teriam em comum a noção *a priori* de valores e uma concepção teórica construída a partir do sujeito.

Andrews (2000) discute a postura teórica de Guerreiro Ramos (1989) em relação à perspectiva habermasiana. A autora afirma que o sociólogo brasileiro adota a fenomenologia transcendental, a teoria pura, e estabelece a substantividade como uma condição da psique humana. Argumenta, ainda, que a razão substantiva guerreirista se afasta da weberiana ao ser dotada de uma “bondade” *a priori*. Embora a proposta teórica guerreirista de racionalidade busque caracterizar criticamente uma sociedade multicêntrica, sua noção de valores é estabelecida *a priori* e, por isso, foi situada nesse eixo. Weber (2004), por sua vez, não radica seu conceito de razão substantiva na psique humana, mas trata os valores de forma absoluta e universal, influenciando o comportamento humano “de cima para baixo”. Nessa mesma linha, é concebida a racionalidade substancial de Manheim (1972). Essas características ético-valorativas *a priori* justificam o posicionamento conjunto desses tipos racionais no lado superior dessa órbita diagonal.

Já o extremo inferior da mesma diagonal se caracteriza pelo fato de que esses tipos racionais são baseados na perspectiva teleológica individual. Na teoria Formal da Vida Humana Associada, Guerreiro Ramos (1989) caracteriza a racionalidade formal com uma lógica utilitária e individualista, em linha com as racionalidades weberianas: formal e pragmática. A lógica de Manheim (1972), na construção do conceito de racionalidade funcional, se equipara à de Weber (2004). Serva (1996) oferece um aprofundamento da epistemologia dessas racionalidades e das principais críticas às construções teóricas desses autores.

Na outra órbita diagonal, a partir do lado superior direito da figura, apresento a noção mais pragmática de racionalidade, enraizada em princípios contextualizados e estabelecidos *a posteriori*, que baseiam

juízos racionais situados. No lado esquerdo inferior, situo a dimensão teleológica da coordenação da ação que almeja o benefício coletivo. Essa dimensão se refere à noção dumontiana de “homem coletivo” (DUMONT, 2000).

Identificam-se com os dois extremos desse viés mais “relacional” da racionalidade, noções contemporâneas e críticas de racionalidade como o Agir Comunicativo (HABERMAS, 2012) e a Racionalidade de Comunhão (BRUNI, 2002; 2005). As racionalidades desse viés pressupõem a interação e a deliberação, além de valorizar a expressividade das ações racionais (BRUNI, 2002; HOLLIS, 1981).

A racionalidade comunicativa é pragmática e construída por meio do diálogo intersubjetivo. A verdade é, portanto, alcançada pelo discurso prático, baseado em alegações intersubjetivas do que é certo. Nesse ponto, a ação comunicativa se diferencia da lógica universalista e normativa de origem weberiana (HABERMAS, 2012).

Habermas (1989, 2012) argumenta que a racionalidade não pode ser considerada apenas como uma função exclusiva da maximização de seus resultados. Uma ação é considerada racional quando ela é plena de sentido e quando ela é compreendida em seu contexto. Assim, em cada situação, pode-se aplicar um ou mais tipos de racionalidade definidas pelo autor como: teleológica, normativa, expressiva ou comunicativa. A ação comunicativa, que faz referência aos mundos objetivo, social e subjetivo é a única capaz, segundo o autor, de conduzir ao acordo, pois permite ajustar os interesses pessoais dos participantes, por meio da negociação, da argumentação e da partilha intersubjetiva.

No lugar do sujeito solitário que resolve as questões individualmente, a proposta habermasiana de uma racionalidade consensual sugere que as saídas sejam construídas em conjunto. Assim, uma linguagem formulada sobre o diálogo e a discursividade proporciona espaço para que as pessoas participem. Pode-se dizer que os sujeitos em diálogo e na busca do entendimento apresentam as intenções que julgam ser válidas por intermédio da comunicação. Isso acontece por meio de pretensões de *verdade*, de *correção* e de *sinceridade*. As pretensões de *verdade* referem-se à totalidade de elementos existentes no mundo objetivo. Já as pretensões de *correção* dizem respeito à totalidade das relações interpessoais que estão reguladas de modo legítimo pelo grupo social e se referem, portanto, ao mundo social. Finalmente, as pretensões de *sinceridade* dizem respeito àquele universo de vivências que os sujeitos têm acesso privilegiado e a partir do qual formam sua interioridade, pois se trata do mundo subjetivo (HABERMAS, 1989).

Por outro lado, um ator social motivado pela *We-rationality* valoriza suas ações como parte de um todo formado pelas ações de todos os membros de um grupo, cuja noção de pertencimento é caracterizada pela reciprocidade generalizada nesse grupo (HOLLIS, 1998). Os Fins que podem ser obtidos pela ação baseada na Racionalidade da Comunhão e da *We-rationality* são propostos tanto à comunidade mais próxima quanto à irmandade universal: “*In the action that creates communion, being part of a particular community goes hand in hand with openness to universal brotherhood*” (BRUNI, pk. 997, 2002, GRIFO NOSSO). Ao se contrapor ao individualismo, a lógica valorativa dessas racionalidades implica em certa normatização de princípios e crenças, dentro da coletividade em que ocorrem. No caso da Racionalidade da Comunhão, essas regras foram originalmente inspiradas em preceitos católicos, (BRUNI, 2002, 2005; PINHEIRO, 2000).

A *expressividade* e o *entendimento* são elementos comuns e essenciais do Agir Comunicativo e da Racionalidade da Comunhão. Algumas vezes classificadas como utópicas<sup>6</sup>, as racionalidades situadas nesse viés pressupõem aspectos de relacionalidade da ação racional e, por isso, ressaltam a importância dos laços sociais (HABERMAS 2012; BRUNI, 2002).

Na órbita central – que pode ser mais bem compreendida se percebida no sentido perpendicular, interconectando e não sobrepondo as demais – encontra-se o viés integrativo de nossa proposta de abordagem. Nos lados superior e inferior desse eixo foram incluídas duas noções de ação racional que, por sua construção plural, escapam às caracterizações dicotômicas dos extremos dessa figura. Essa perspectiva permite críticas, ambiguidades e incertezas pela possibilidade de julgamento ético em contextos variáveis, segundo diferentes formas de coordenação da ação racional.

No lado superior desse eixo central situamos a perspectiva da Ação Racional Substantiva de Serva (1996). Essa proposta foi construída pela aproximação dialógica entre a racionalidade substantiva guerreirista, de caráter apriorístico e a teoria habermasiana da ação comunicativa, baseada na *praxis*. A conceituação desse autor interliga a perspectiva individual e coletiva da ação racional, pois tal modelo de

---

<sup>6</sup> Flyvbjerg (2001) critica a natureza utópica da proposta habermasiana e Bruni (2002) cita o entendimento utópico da Racionalidade de Comunhão.

deliberação é orientado pelo julgamento ético intersubjetivo. Para Serva (1996, p. 338), a ação racional substantiva significa:

Ação orientada para duas dimensões: na dimensão individual, que se refere à autorrealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, que se refere ao entendimento, nas direções da responsabilidade e satisfação sociais.

Por meio de uma aproximação com a Ação ao Plural, proponho, adiante, uma releitura de alguns dos principais elementos constitutivos da proposta servista de Ação Racional. O caráter intersubjetivo e plural de sua concepção ético-valorativa, envolvendo tanto a perspectiva individual como a coletiva da ação humana, justifica a caracterização mais central em relação às demais ações racionais. Saliento, no entanto, que não pretendo operacionalizar as racionalidades substantiva e instrumental, como é comum nos trabalhos da CER, mas apenas alguns de seus principais elementos constitutivos.

**Na posição nuclear entre todas as lógicas de construção teórica desses tipos ideais de racionalidade, posiciono, de forma paradoxal, a *phronesis*. Nesta pesquisa, proponho a seguinte conceituação para essa virtude intelectual de origem aristotélica: competência intelectual para julgar e deliberar em situações variáveis, tendo o bem comum como axioma e um espectro de boa vida como finalidade ulterior.**

A ontologia pragmática dessa “sabedoria prática” pode se valer, paradoxalmente, dos diferentes tipos racionais para acessar a realidade, apoiando a coordenação da ação humana. Baseado na SP, o bem comum é um pressuposto que ampara a equivalência entre os diferentes modos de coordenação da ação humana (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). Prefiro me referir a “um espectro” pelo fato do termo representar, ao mesmo tempo, uma entre múltiplas possibilidades. Já a busca de certa perspectiva de boa vida pelo homem prudente (*Phronimos*) é uma interpretação da proposta aristotélica à luz dos regimes pragmáticos de engajamento (THÉVENOT, 2001a, p.14), que envolvem: “(a) *an orientation towards some kind of good*; e (b) *a mode of access to reality*”. Sendo assim, enquanto na perspectiva aristotélica de *Phronimos*, a boa vida é sua finalidade ulterior nas deliberações éticas, o processo de equivalência do espectro possível de boa vida pode ser convencionalizado por meio da Ação no Plural (THÉVENOT, 2006).

Essa Ação no Plural, proposta por Thévenot (2006) assume, então, a posição inferior no eixo ou órbita central. O autor esclarece um afastamento da visão coletivista, de inspiração durkheimiana, como também se diferencia da perspectiva pragmática americana, no que diz respeito à ênfase nas consequências da ação:

*Our approach contributed to the ‘pragmatic turn,’ as it has been called, wherein a structural theory of reproduction was rejected in favor of a social theory attentive to the dynamics of action. In the way we analyzed the plurality of ways people submit their action to critical judgments which are legitimate, we moved away not only from the Durkheimian tradition but also the American pragmatist understanding. Instead of understanding the collective via membership in a social group (Durkheimism) or the consequences of action (pragmatism), we envisaged it in terms of forms of generalization that are both cognitive and evaluative and that confer legitimacy on persons and things – what we have called their ‘qualification’ in accordance with orders of worth (THÉVENOT, 2007b, p. 410).*

A Ação no Plural, por meio de seus múltiplos regimes pragmáticos, também se diferencia da visão individualista, típica da noção modernista:

*The vocabulary of individualization and autonomy that is often considered to capture the essence of modernity does not fully grasp this complexity, these tensions and demands for coping. This can only be done by situating the individual agent of plan action in relation not only to the public regime but also the familiar one, a move that leaves aside the monolith of the individual and brings to the fore the image of a person quite otherwise engaged and engaging (THÉVENOT, 2007b, p.421).*

Ressalto que a *phronesis* foi situada de forma concêntrica entre os três eixos de análise porque, embora signifique sabedoria **prática** e, por

sua concepção ética *a posteriori*, talvez pudesse ser situada mais à direita da Figura 6, preferimos uma posição mediana e mediadora. Dessa forma, ela assume a mediação entre o normativismo e o pragmatismo, e também entre o coletivismo e o individualismo por se tratar de uma competência necessária à ação racional que tenha como pressuposto o bem comum e, como finalidade ulterior, um espectro de boa vida. Essa interpretação parece estar em linha com a de Ferrara (1987, p. 247), que esclarece que a *phronesis* envolve o julgamento ético em quatro aspectos:

*a) in so far as one must determine how norms apply to the situation; b) in so far as one must decide if an action fulfils a prescription; c) insofar as different interpretations of a norm are rooted in competing values, which call for choice; and d) in so far as actions are interpretations of doings and depending on the interpretation the same doing can have different ethical implications.*

Lembramos que, para Aristóteles (1991), o estabelecimento de leis abstratas de grandeza e superioridade é argumentar sem um objeto. Segundo ele, na vida prática, os fatos particulares contam mais do que generalizações.

*[...] prudence is not concerned with universals only; it must also take cognizance of the particulars, because it is concerned with conduct, and conduct has its sphere in particular circumstances. (ARISTOTLE, 1975, p. 154).*

Coerentemente aos preceitos aristotélicos, o eixo perpendicular não nega ou substitui os demais vieses de interpretação da ação racional. Nesta perspectiva paradoxal da *phronesis*, essa capacidade intelectual dá suporte à deliberação ética situada, por meio de múltiplas lógicas de racionalidade, pautando-se pelo equilíbrio para se afastar dos extremos que descaracterizariam a deliberação prudente (ARISTOTELES, 1991).

Como já mencionado anteriormente, à luz da SP, o bem comum conecta todos os regimes de justificação em um conjunto por meio de hipóteses sobre os bens e a felicidade conferida a cada estado de grandeza. Ele coloca a felicidade, a qual aumenta conforme uma pessoa aumenta seu nível, como sendo um benefício para a “cidade” como um todo, isto é, como um bem comum. Quando aliado ao axioma da

ordenação dos estados, pode-se falar de **ordem de grandeza**. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, GRIFO NOSSO). Essa ordem de grandeza é que viabiliza a concepção integrativa de bem comum, representada pelo prisma na parte central superior da figura.

A perspectiva pluralista do eixo central afasta as proposições desses autores dos dualismos clássicos já mencionados. A aproximação entre elementos da Ação Racional Substantiva (SERVA, 1996) e Ação no Plural (THÉVENOT, 2006) orienta as operações de equivalência acerca do bem comum. Da mesma forma, a congruência desses elementos racionais operacionaliza a subjetividade da noção de boa vida (RICOEUR, 1991), estabelecida como finalidade ulterior em nosso conceito de *phronesis*. Por isso, a concepção de boa vida é também ilustrada por um prisma multifacetado, a exemplo da representação do bem comum, ambos integrados ao eixo central da Figura 6. Cada uma das sete subdivisões desses prismas do bem comum e da boa vida equivale a uma das grandezas da Ação do Plural.

Finalmente, proponho um exercício rápido de aproximação das racionalidades dispostas nos eixos diagonais da Figura 6, à luz dos diferentes modos de coordenação propostos pela SP. O Quadro 16 busca exemplificar o potencial integrativo desta abordagem de análise. Nele, as racionalidades foram relacionadas aos modos de coordenação em que são mais provavelmente presentes.

Quadro 16: Racionalidades e modos de coordenação

<b>Racionalidade</b>	<b>Modos de coordenação mais comuns</b>
Instrumental, Formal, Funcional	Mercado, Industrial, Projetos, Fama
Substantiva, Substancial	Doméstico, Cívico, Inspiração
Pragmática	Mercado, Industrial, Projetos, Fama
Comunicativa	Doméstico, Cívico, Inspiração
We-rationality	Doméstico, Cívico
Racionalidade da Comunhão	Inspiração, Doméstico, Cívico

Fonte: autor

Seria equivocada, à luz da SP, uma definição *a priori*, das racionalidades envolvidas em cada *Cité*. Naturalmente, uma análise adequada das racionalidades expressas em justificativas deve ser realizada *a posteriori*, devidamente situada em contextos específicos da experiência e interação social. Outro elemento limitador da análise acima é a forma isolada com que as racionalidades foram relacionadas aos regimes de justificação. Na prática, é comum a pluralidade e a

complementaridade de racionalidades manifestadas em um mesmo modo de coordenação da ação, ou pelas passarelas entre os mundos. De qualquer forma, o quadro ilustra que todos os tipos de racionalidade podem se manifestar por meio de, pelo menos, um dos modos de coordenação da ação justificável.

Uma vez discutidas as teorias sobre racionalidade, a aproximação entre os trabalhos da CER e da SP precisa ser operacionalizada. Seleccionamos, então, dois entre os elementos constitutivos de racionalidade da Ação Racional Substantiva para compor nossa proposta: o *juízo ético* e o *entendimento*. Serva (1986) formulou sua definição de *juízo ético*, inspirado na versão guerreirista de racionalidade. Já o *entendimento* é um aspecto presente originalmente na Ação Comunicativa habermasiana.

Esses dois elementos da Ação Racional Substantiva caracterizam a dimensão ética da racionalidade. Para possibilitar, no entanto, uma análise integral é preciso considerar também, à luz da Ação no Plural, aspectos de racionalidade relacionados à dimensão teleológica. Proponho, então, dois novos elementos constitutivos da racionalidade: a *avaliação* e a *finalidade*.

Resalto, novamente, a percepção de Stark (2011, p. 11, GRIFO NOSSO) que defende que os autores franceses da SP consideram as ordens de grandeza como constitutivas de valor, ou seja, elas são o “tecido” do cálculo, da racionalidade, do valor.

*For my French conventionalist colleagues, on the other hand, **orders of worth** are not values counterposed to value but are **constitutive of value**. **Orders of worth are the very fabric of calculation, of rationality, of value.***

Por meio desses quatro elementos de racionalidade, sugiro uma abordagem alternativa de compreensão plural e integral dos aspectos racionais da coordenação das ações de legitimação da inovação social. Esta tentativa de convergência pretende ir além de uma bricolagem entre diferentes elementos de racionalidade. Esta proposta preliminar, que chamamos de IPER, baseia-se em um pressuposto de todas essas teorias de ação racional: a coordenação da ação.

#### 4.2.3.1 Tentativa de (re) construção de elementos constitutivos de racionalidade

A IPER propõe uma compreensão alternativa de como **aspectos racionais** orientam a coordenação da ação. Esta abordagem preliminar, contudo, não analisa as diferentes racionalidades envolvidas, da mesma forma geralmente encontrada nos trabalhos da CER. Esses estudos empíricos do campo da racionalidade normalmente conduzem a reflexões metateóricas dos fenômenos estudados.

Nossa proposta de abordagem pretende apresentar, neste estágio introdutório, reflexões mais voltadas “para dentro” do que “para fora” dos modos de coordenação da ação. Sendo assim, ressalto que o enfoque da contribuição da IPER, neste estudo, é apoiar a compreensão dos aspectos de racionalidade presentes na coordenação das ações de legitimação, além das tensões envolvidas nessas deliberações, em vez de refletir sobre as influências das diferentes racionalidades e respectivas tensões nos processos organizacionais (SERVA, 1996), no mundo da vida (HABERMAS, 2012) ou na vida humana em associação (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Proponho, primeiramente, uma releitura conceitual de dois dos principais elementos constitutivos das racionalidades estudadas pela CER: o *juízo ético* e o *entendimento*. Para Serva (1997a, p. 22), o *juízo ético* é: “a deliberação baseada em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado), que se processa por meio do debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações”. O autor ressalta a relevância central do *juízo ético* na racionalidade substantiva. Portanto, a racionalidade substantiva se materializa em ações por meio da mediação do debate racional, em que o *juízo ético* é a “pedra angular”, na visão guerreirista:

Em primeiro lugar, queremos esclarecer que o termo **substantiva** remete a um tipo de racionalidade que é um privilégio do sujeito. Segundo Guerreiro Ramos (1981), ela habita a psique humana. Tal racionalidade, liberada de imperativos de ordem econômico instrumental, **concretiza-se em ações que conduzem os indivíduos ao alcance da autorrealização harmonizada – através de julgamentos éticos constantes – com a satisfação social** (SERVA, 1996, p. 276, GRIFO NOSSO).

Pela lógica de análise de Serva (1996), amplamente utilizada nos trabalhos da CER, as “grandezas” relacionadas às duas ações racionais

(substantiva e instrumental) são inversamente proporcionais. A maior intensidade da racionalidade instrumental, em determinado processo organizacional, indica, dialeticamente, uma presença menor da racionalidade substantiva, e vice-versa. Mesmo que nos trabalhos mais recentes dessa corrente o enfoque da análise das tensões de racionalidade tenha envolvido ambiguidades, contradições, consensos e complementaridades entre essas racionalidades, a lógica subjacente ainda é dual. (SANTOS, 2012; SIQUEIRA, 2012).

Sendo assim, o *juízo ético*, como elemento constitutivo da racionalidade substantiva e “liberado de imperativos de ordem econômico instrumental”, não inclui, por exemplo, o elemento *maximização dos recursos*. Como pode ser constatado no Quadro 11, a presença do juízo ético se diferencia da presença dos elementos ou lógicas associadas à racionalidade instrumental. Em suma, a ética “utilitária” se diferencia da ética “substantiva”. A mesma lógica dual está presente na reflexão de Flyvbjerg (2001) sobre a *phronesis*. Para ele, o principal papel dessa sabedoria prática se destina ao equilíbrio entre as racionalidades weberianas: Referente a Valores e Referente a Fins.

Apresento, então, algumas reflexões sobre a possibilidade multicêntrica de análise da dimensão ética. A dimensão ética do juízo poderia envolver princípios não substantivos como liberdade econômica ou bem-estar econômico? A capacidade intelectual da *phronesis* sustentaria operações de equivalência, tendo o bem comum como axioma e um espectro de boa vida como finalidade ulterior, mesmo envolvendo princípios superiores comuns que não pertencessem à razão substantiva, como a eficiência ou a expansão da rede? As múltiplas perspectivas de *Cités da Ação no Plural*, construídas com base em obras canônicas da filosofia política, poderiam ajudar a superar essa dualidade de caráter ético? Para Boltanski e Thévenot (2006) os diferentes mundos fornecem a possibilidade de equivalência da noção do que é bom, mas e quanto às possíveis racionalidades presentes na coordenação da ação?

Thévenot (2007) prefere se referir aos aspectos de racionalidade como elementos de cognição e avaliação. O autor afirma que a legitimidade de uma valoração se refere à sua compatibilidade com certo senso de justiça. Daí a ligação das formas de generalização cognitiva com gramáticas do bem comum, subjacentes à pluralidade de ordens de grandeza. Essa valoração ética, portanto, é baseada em múltiplas possibilidades de equivalência.

Long (2002, p. 44-45) também descreve a capacidade de julgamento por caminhos plurais, como uma dimensão autorreflexiva da *phronesis*:

*The “self-reflective” dimension of phronesis suggests that the one who judges must be capable of reflecting on the various ways in which she or he is always already implicated in every act of judgment.*

Nesta proposta integrativa de análise, os princípios superiores comuns das múltiplas grandezas da Ação no Plural é que orientam o julgamento ético. Essa aproximação entre elementos racionais e regimes pragmáticos é viabilizada, portanto, pela capacidade intelectual da *phronesis*, que dá suporte à operação de equivalência do bem comum, na busca de um espectro de boa vida. Reforço que, para Boltanski e Thévenot (2006), em situações públicas de conflito, os atores sociais buscam acessar um princípio de bem comum que permita essas relações de equivalência. Para designar essas formas de associação, as pessoas se referem a uma definição técnica ou a uma crença influenciada por opinião comum. Esse processo de busca de um princípio superior poderia ser infundável, contudo, em vez de manter um princípio universal (*a priori*), as disputas convergem em uma generalidade (*a posteriori*).

Na proposta da IPER, sugiro que o *julgamento ético*, situado em contextos variáveis, passe a “comunizar”<sup>7</sup> os princípios superiores relacionados (*a posteriori*) aos múltiplos regimes de justificação – inclusive os de mercado, industrial e de projeto que seriam associados (*a priori*) à racionalidade instrumental. O novo “desdobramento de grandezas” do *julgamento ético*, principal elemento constitutivo da Ação Racional Substantiva, pretende viabilizar as operações de equivalência entre diferentes noções de bem comum. Saliento que **não** estamos afirmando, com isso, que todos os princípios e grandezas da Ação no Plural passam a ser relacionados à Racionalidade Substantiva. Em vez disso, adotamos apenas o elemento do *julgamento ético* de forma plural e integral. As possíveis noções de racionalidade que derivam desse e dos demais aspectos constitutivos de racionalidade utilizados não são alvo desta abordagem. Por isso é que afirmamos que a IPER apresenta

---

<sup>7</sup> Livre tradução de “*commonize*”, significando: tornar equiparável. Neologismo utilizado por Thévenot (2007b) para se referir a diferentes formatos cognitivos.

reflexões mais voltadas “para dentro” do que “para fora” dos modos de coordenação da ação racional.

O segundo elemento constitutivo dessa aproximação entre Ação Racional Substantiva e Ação no Plural é o *entendimento*. Ele foi definido como elemento da Ação racional substantiva, por influência habermasiana. Na visão da CER, ele é definido como: “ações para estabelecer acordos e consensos racionais, mediados pela comunicação livre, coordenando atividades comuns sob a égide da responsabilidade e da satisfação” (SERVA, 1997a, p. 22). Na perspectiva da SP, quando atores sociais não conseguem chegar ao consenso em uma disputa, eles buscam um **entendimento mútuo** para saber em que condições a decisão será tomada. A conclusão dos julgamentos passa pela formulação de um princípio de justiça, por meio de dispositivos de **compromisso** que se referem a valores que justificam a associação feita (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Habermas (1984, p. 297) afirma que o compromisso no nível pragmático, eficaz para a coordenação, conecta o nível semântico da compreensão do significado com o nível empírico e contextual do desenvolvimento do acordo relevante para a sequência da interação:

*The pragmatic level of agreement that is effective for coordination connects the semantic level of understanding meaning with the empirical level of developing further - in a manner dependent of the context - the accord relevant to the sequel of interaction.*

A abordagem habermasiana do acordo ou consenso se concentra na noção pragmática da comunicação humana, verbal e não-verbal (HABERMAS, 2012). Na Ação no Plural, além da interação e comunicação humana, o ambiente materialmente “equipado” é parte do processo de equivalência entre as ordens de grandeza que fornece capacidade de legitimação aos atores sociais.

*[...] we analyze a kind of pragmatic testing which is only partly discursive and implies a duly qualified reality. While fully meeting common grammatical demands that express a sense of what is fair, our plural orders of worth attest to a number of historical and social constructions that have specified the common good by integrating the material environment in various ways, each*

*developing a new, legitimate capacity that works to empower human beings in society* (THÉVENOT, 2007b, p. 411).

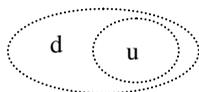
A representação simbólica do compromisso legítimo, construído com base no julgamento ético, é ilustrada, nesta abordagem, pela lógica do Englobamento dos Contrários de Dumont (2008). Saliento que esta tentativa de aproximação da definição do *entendimento*, como elemento constitutivo de racionalidade, a essa teoria dumontiana é mais uma simplificação de caráter heurístico. Nossa finalidade é utilizar essa representação dumontiana para demonstrar a possível convergência prática entre a proposta de *entendimento* de SERVA (1996), que possui inspiração habermasiana, com a Ação no Plural de Thevenot (2006).

Stark (2011, p. xv), que conhece bem a SP, afirma no prefácio de seu livro “*The sense of dissonance*”, que as mudanças do mundo social devem ser compreendidas por meio da identificação dos rearranjos nos padrões de entrelaçamento das ordens de grandeza:

*Whether it occurs in politics or in the economy, I concluded that change, even fundamental change, of the social world cannot be understood as the passage from one order to another but should be seen as rearrangements in the patterns of how these orders are interwoven.*

Nessa linha, o *entendimento* estabelecido nos acordos legitimados é representado pelos arranjos e rearranjos entre os princípios envolvidos no *julgamento ético* da coordenação das ações. Essas ordenações e reordenações de princípios éticos são a essência da lógica dumontiana do Englobamento dos Contrários, que é apresentada na Figura 7. Nessa ilustração, “d” e “u” representam elementos ou posições valorativas (princípios) englobantes e englobados, respectivamente.

Figura 7: Englobamento dos contrários



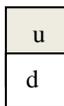
Fonte: autor, baseado em Dumont, 2008. P. 372.

Um primeiro nível de observação, de fora para dentro, considera “d” de forma coextensiva ao conjunto (todo), transcendendo “u” como sua parte integrante. Nesse sentido, “u” integra “d”. No segundo nível de observação, o da diferenciação interna, considera-se dois elementos, mantendo entre si uma relação dialógica de complementaridade, efetiva ou suposta. Assim, “u” ao mesmo tempo integra “d” e difere dele. A complementaridade ou contradição está contida numa ordem superior, de forma dialética. Saliento que a quantidade de elementos ou princípios pode variar sem que essa lógica ordenadora sofra modificação (DUMONT, 2008). A ilustração das bordas dos campos da Figura 7 utiliza traçado pontilhado e não contínuo para reforçar a permeabilidade dessa relação entre princípios éticos como elementos constitutivos de racionalidade. Em nossa compreensão, embora Dumont (2008) tenha utilizado o termo hierarquia na formulação dessa teoria do Englobamento dos Contrários, sua perspectiva de ordenação se identifica mais com a noção de holarquia (EDWARDS, 2005). O princípio externo inclui e transcende o interno, integrando e se diferenciando do mesmo de forma dialética e também holônica.

Para fins desta pesquisa, a teoria do Englobamento dos Contrários é adotada para apoiar a compreensão desse aspecto racional do *entendimento* na coordenação da ação de legitimação. Nesta representação simbólica, quanto mais externo estiver posicionado um princípio, mais proeminência sobre os demais ele terá na coordenação da ação. Sendo assim, os princípios mais externos são mais evidentes e sua expressão é mais facilmente observável nas ações, mesmo quando não explicitados verbalmente. Isso não inviabiliza, no entanto, a influência dialética dos princípios mais internos, como elementos coorientadores éticos do processo de equivalência valorativa da coordenação da ação.

Por outro lado, o conceito mais conhecido de hierarquia (como traduzido em organogramas funcionais) é permeado pelo pensamento moderno e não contempla dialeticamente a transcendência como aspecto de complementaridade e diferenciação. A perspectiva modernista prefere uma estruturação distintiva das partes, evitando a contradição (DUMONT, 2008). Dessa forma, os elementos são justapostos para representar o todo como a simples soma das partes, conforme a Figura 8:

Figura 8: Hierarquia na visão dominante



Fonte: autor, baseado em Dumont, 2008. P. 372.

Dumont (2008, p. 373) afirma que: “enquanto modernos, tendemos a colocar tudo no mesmo plano. Se isso fosse possível, não teríamos o que fazer da hierarquia.” O autor sugere, ainda, que a ideologia igualitária, marcante no pensamento moderno, pode ser a origem da comum aversão por hierarquias:

[...] Não deixamos, nós os modernos, de fazer julgamentos de valor, de valorizar desigualmente pessoas, coisas e situações. Pode-se perguntar como procedemos no passado para nos desembaraçarmos o mais possível da hierarquia e dessa oposição entre o conjunto e o elemento, que de algum modo constitui o princípio formal desse conjunto. Um dos procedimentos empregados é precisamente a distinção absoluta que permite considerar os fatos independentemente dos valores (DUMONT, 2008, p. 374).

A definição de “fato administrativo” (GUERREIRO RAMOS, 1983) e sua versão mais atualizada de fato organizacional como fato social total, de Serva (2001), são exemplos de críticas (de inspiração maussuniana) ao distanciamento entre fatos e valores nas ciências sociais. Para os autores da CER, o fato organizacional é “um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da **ação de diferentes pessoas no desempenho de funções que limitam e orientam atividades ligadas à vida humana associada**” (SERVA, 2001, p 136, GRIFO NOSSO).

Tal definição de fato organizacional é alinhada com a visão integrativa de Thévenot (2007a, p. 242), ao esclarecer a “ciência da vida em conjunto”:

*A science of life together: it is in the tension between these two joined terms that the identity of the discipline is specified. Its history was made*

*with the imperative of 'doing science', that is of establishing orders and regularities among human activities that engage politics and moralities at the same time as an entourage of artificial or natural beings.*

A possibilidade de uma convergência entre essas proposições teóricas parece ainda mais consistente se considerarmos, então, que todos esses autores concebem a realidade de forma total ou integral (DUMONT, 2008; GUERREIRO RAMOS, 1981; SERVA, 2001; THÉVENOT, 2007a). Saliento, finalmente, que nossa proposição de desdobramento transversal do *juízo ético* e do *entendimento*, pelas múltiplas grandezas da Ação no Plural, não sugere que todos os possíveis princípios superiores comuns se tornem substantivos. A noção de racionalidade substantiva não envolve, por exemplo, princípios das grandezas de mercado, industrial ou orientada por projeto. Sendo assim, embora estejamos adotando elementos constitutivos de racionalidade da Ação Racional Substantiva (SERVA, 1996), não extrapolamos a pluralidade desses princípios éticos para a noção substantiva de racionalidade. Proponho, a partir deste ponto, a inserção de dois novos elementos constitutivos de racionalidade na proposição, de forma apenas preliminar. Esses elementos se referem ao lado inferior da Figura 6, já que o *Juízo Ético* e o *Entendimento* se originam na metade superior da mesma figura.

Nos trabalhos da CER, a racionalidade instrumental se contrapõe dialeticamente à racionalidade substantiva. Isso ocorre porque as noções de cálculo e de fins utilizadas possuem caráter utilitário e servem de orientação para a maximização dos recursos e busca de metas de natureza técnica, econômica ou de poder (SERVA, 1996). De acordo com Serva (1997a) todos os elementos da Ação Racional Instrumental são baseados na lógica utilitária e individualista. O autor partiu da perspectiva compartilhada pelas visões habermasiana, guerreirista e weberiana acerca das Racionalidades Instrumental e Formal para propor os seus elementos constitutivos: a) *cálculo*; b) *fins*; c) *maximização dos recursos*; d) *êxito, resultados*; e) *desempenho*; f) *rentabilidade*; g) *estratégia interpessoal*. Todos esses elementos constitutivos da Ação Racional Instrumental, propostos por Serva (1996) podem ser identificados com algum dos modos de coordenação da Ação no Plural, pela mesma lógica apresentada no Quadro 16. O cálculo utilitário, a rentabilidade, o êxito e fins econômicos, por exemplo, já são contemplados pelo regime de mercado, na Ação no Plural. Da mesma

forma, a ação coordenada pelo modo industrial geralmente irá envolver os elementos racionais: maximização dos recursos e desempenho (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Em suma, principalmente os modos de coordenação orientados pelos regimes de mercado, industrial e por projeto, respeitando suas características específicas de grandeza descritas no Quadro 15, poderão envolver algum dos elementos da racionalidade instrumental. Por outro lado, uma ação coordenada pelo regime da inspiração, por exemplo, não irá envolver o cálculo utilitário das consequências para o alcance de fins. A *liberdade de espírito*<sup>i</sup> necessária à *experiência criativa*<sup>i</sup> ou *revolucionária*<sup>i</sup> não é compatível com *cálculos* ou *fins oportunistas*<sup>m</sup>, geralmente atribuídos ao *homem de negócios*<sup>m</sup> (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Então, quando aproximamos a discussão da racionalidade ao espectro da coordenação da Ação no Plural, devemos considerar certas máximas inerentes à perspectiva pragmática que escapam à lógica utilitária. Não me refiro aqui ao conceito weberiano de Racionalidade Pragmática, que possui natureza egoísta (WEBER, 2004). Mas sim, ao campo mais amplo da noção pragmática, de origem aristotélica e que compartilha o preceito teleológico (RICOEUR, 1991; HABERMAS, 2012).

Como explicado por Habermas (1984, p. 101), a estrutura teleológica é fundamental a todos os conceitos de ação racional: “[...] *the teleological structure is fundamental to all concepts of actions*”. Para Habermas (2012), o discurso ideal, no nível prático, antecipa uma forma de vida ideal, a finalidade ulterior da “boa vida”. Nessa estrutura teleológica se insere nossa proposição do elemento *finalidade*, com natureza tanto utilitária ou estratégica como voltada ao entendimento ou, ainda, envolvendo benefícios coletivos:

*In all cases the teleological structure of action is presupposed, inasmuch as the capacity for **goal-setting** and **goal-directed action** is ascribed to actors, as well as an **interest in carrying out their plans of action**. But only the strategic model of action rests content with an explication of the features of action directly to success; whereas the other models of action specify conditions under which the **actor pursues his goals** - conditions of **legitimacy**, of **self presentation**, or **agreement arrived at in communication**, under which alter*

*can “link up” his action with those of ego. In the case of communicative action the interpretive accomplishments on which cooperative processes of interpretation are based represent the mechanism for coordinating action; communicative action is not exhausted by the act of reaching understanding in an interpretive manner (HABERMAS, 1984, P. 101, GRIFO NOSSO).*

Em outra passagem, Habermas (1989, p. 418) afirma que a comunicação e a atividade teleológica possuem uma relação interna com a racionalidade. O autor esclarece que ao agir e se comunicar, os sujeitos aplicam o saber ou conhecimento em suas manifestações, mesmo que de forma implícita, para alcançar pretensões de validade ou êxito. Ele chama de ação comunicativa aquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores são coordenados e orientados ao entendimento:

*La comunicación y la actividad teleológica guardan una relación interna con razón, porque los sujetos capaces de lenguaje y de acción, al hablar y al actuar, aplican saber y asocian con sus manifestaciones, a lo menos implícitamente, pretensiones de validez (o pretensiones de éxito). Pues bien, llamo acción comunicativa a aquella forma de interacción social en que los planes de acción de los diversos actores quedan coordinados por el intercambio de actos comunicativos, y ello haciendo una utilización del lenguaje (o de las correspondientes manifestaciones extra verbales) orientada al entendimiento.*

Habermas (1989, p.454) esclarece, portanto, que o mecanismo de coordenação da ação fornece uma sintonização objetiva dos planos de ação dos sujeitos envolvidos. Além disso, explica que tanto as ações referentes a fins quanto aquelas orientadas ao entendimento, com a ação comunicativa, se inserem em uma estrutura de atividade teleológica:

*El mecanismo de coordinación de la acción, o bien provee a una sintonización objetiva de los planes de acción (como ocurre en el caso del*

*mercado, que se aprovecha la complementariedad de tramas existentes de intereses), o abre la posibilidad, como ocurre en el caso del lenguaje como medio del entendimiento, de que los sujetos mismos emprendan una sintonización de sus planes. Así, en la acción comunicativa las operaciones interpretativas de los actores y los correspondientes actos comunicativos sólo tienen la función de un mecanismo de coordinación de la acción enderezado a la obtención de consenso. Las acciones orientada “a fine”, que los actores ejecutan en el ejercicio de sus planes coordinados lingüísticamente, tienen, como todas las acciones, la estructura de una actividad teleológica.*

Na proposição da IPER, a *finalidade* não se limita ao escopo da Ação Racional Instrumental, Formal ou Ação Referente a Fins. A *finalidade* da ação baseada na Racionalidade da Comunhão e da We-rationality, por exemplo, é orientada à comunidade mais próxima e à irmandade universal (BRUNI, 2002). Ao se contrapor ao individualismo, a lógica valorativa dessas racionalidades implica em uma noção de *finalidade* mais baseada na reciprocidade e na solidariedade. **Elemento comum nas teorias de ação de perspectiva pragmática, a finalidade sintoniza a ação com o espectro possível de boa vida a ser objetivado, de forma ulterior, pelo homem prudente.** Ela é escopo da coordenação da ação racional dos atores sociais. Esse escopo pode ser externo à ação (requer o cálculo utilitário das consequências), ou ser intrínseco (ter um fim em si mesmo). Por outro lado, poder ter caráter individual ou coletivo.

Neste estudo de caso, a *finalidade* analisada é aquela identificada como a principal, na coordenação da ação a que se refere. Como a coordenação da ação é analisada, à luz da Ação do Plural, em um contexto específico, a *finalidade* pode se referir a diferentes perspectivas de grandeza, conforme a situação estudada.

Resgatando as palavras de Aristóteles (1886, p. 192), a função especial do homem prudente é deliberar bem, mas ninguém delibera sobre o que é invariável, ou sobre questões em que não há alguma finalidade, no sentido de um algum “bom” realizável:

[...]for the prudent man's special function, as we conceive it, is to deliberate well ; but no one

*deliberates about what is invariable, or about matters in which there is not some end, in the sense of some realizable good.*

Finalmente, proponho um quarto e último elemento constitutivo de racionalidade, a ser analisado à luz da perspectiva plural dos modos de coordenação. Trata-se da *avaliação* que transcende o cálculo utilitário das consequências, predominante na noção moderna de racionalidade.

Enquanto o cálculo maximizador é um dos elementos centrais da noção de equilíbrio econômico (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006), para Cícero (1913) a noção de “cálculo dos deveres morais” exprime a habilidade de ponderar corretamente em situações variáveis. Aristóteles (1886, p. 192) cita um processo de raciocínio ou cálculo para o alcance do que é melhor para o homem, em questões práticas. Nessa passagem ele está se referindo à deliberação prudente:

*But a man is said to deliberate well (without any qualifying epithet) when he is able, by a process of reasoning or calculation, to arrive at what is best for man in matters of practice.*

Em Thévenot (2006, p. 94, GRIFO NOSSO), traduzido livremente, o autor afirma que: “nós buscamos reconhecer registros de ações diferentes, a partir das **maneiras de levar em conta** a relação do agente com o seu ambiente (pessoas e coisas) para apreender uma atividade humana e **avaliar seu cumprimento**”. Nessa outra passagem também traduzida livremente, o autor faz referência a maneiras plurais de *avaliação* da relação do agente com pessoas e coisas e se refere também ao “cumprimento” da atividade humana, que pode envolver alguma *finalidade* implícita ou explícita, tratada também como projeto, em outro trecho:

Nós descobrimos a ação à medida que nós devemos negociar com os acidentes do terreno, negligenciar tais reversos da sorte ou leva-los em consideração. A identificação da ação está ligada à **prova de seu sucesso**. É na sequência de incidentes que nós julgamos que eles se contrapõem ou não a nosso **projeto**, que os contornos da ação se especificam, pela negativa,

pelo que é mal sucedido (THÉVENOT, 2006, p. 99, GRIFO ORIGINAL).

Ressalto que, na presente abordagem, proponho uma pluralidade de formas de benefício relacionada à dimensão teleológica da coordenação da ação racional. Conforme a lógica da Ação no Plural, a dimensão teleológica da coordenação da ação racional pode envolver tanto benefícios individuais quanto coletivos. Thévenot (2002), ao utilizar o termo racionalidade, adota a noção de racionalidade maximizadora fundada na teoria da agência, na economia. O autor parece estar tratando de uma *deliberação ética*, cujos valores são baseados em diferentes mundos. Ele sugere que a racionalidade identificada não se refere à moderna concepção utilitária, mas se relaciona à noção clássica de prudência:

*The “calculation” of benefits is considerably facilitated by the resources that each world makes available and which allow for it to be realized in practice. But the plurality of the worlds where the calculation can take place, the implementation of different forms of equivalence, require a rationality of another order, relating to the **classical notion of prudence**. This presupposes that people will deliberate on what matters and search the objects which qualify for the justification of the decision. They need to take into account circumstances, that is, pick out, among what is only contingency from the point of view of one form of justification, elements which are pertinent in another nature* (THÉVENOT, 2002, p. 16, GRIFO NOSSO).

Já em outra passagem traduzida livremente, ao tratar da confrontação entre a “concepção prévia” do ato e o “desdobramento efetivo” Thévenot (2006, p.95, grifo nosso) infere a possibilidade de avaliação *a posteriori* do cumprimento de uma *finalidade* concebida *a priori*:

A entrada pela coordenação permite, variando a exigência de coordenação, abordar uma vasta gama de registros de ação, desde os gestos executados no **privado** até as ações preparadas para a execução **pública**. [...] Esta abordagem da coordenação nos leva a estarmos atentos ao que,

para o agente que apreende as atividades no desenrolar das circunstâncias, é submetido à prova da realidade. A confrontação inquietante entre uma **concepção prévia** do ato e o **seu desdobramento efetivo** conduz a uma **avaliação** que ameniza temporariamente essa inquietude

Adicionalmente, quando Boltanski e Thévenot (2006) explicam o papel da Fórmula de Investimento na Economia das Grandezas, eles se referem à capacidade de avaliação entre o sacrifício envolvido e o valor ou grandeza dos benefícios esperados. Essa fórmula é crítica para o alcance do equilíbrio em cada regime, segundo os autores. Na Economia das Grandezas, diferentemente da economia de mercado, a grandeza pressupõe algum sacrifício de prazeres privados, os quais são associados a um estado deficiente de grandeza.

*Worth procures benefits to the person who reaches the state of worthiness, but it also benefits the less worthy, who are thus the constituency of – both “expresses by” and “included in” – the worthy and who find in the worthy the possibility of increasing their own worth in keeping with their own dignity. But worth also presupposes the sacrifice of the private pleasures associated with a state of lesser worthiness (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 142).*

Lamont (2013, p.12, GRIFO ORIGINAL) esclarece que existem várias formas de interpretar valor, valoração, avaliação e julgamento:

Existe uma extensa literatura que define *worth*, valor [*value*], valoração [*valuation*], avaliação [*evaluation*], e julgamento [*judgment*], a qual não pode ser debatida neste espaço. Note-se que o *Oxford English Dictionary* define valor como “um padrão de estima ou troca; um montante ou soma considerados em tais termos; algo considerado como digno de se ter” e *worth* como “o valor relativo de algo considerando as suas qualidades ou a estima a qual este algo detém”. Valoração é definida como “a ação de valorar ou o processo de estimar ou fixar o valor de algo”. Avaliação significa “calcular o montante total de algo, definir o montante de; expressar em termos de

algo previamente conhecido”. Finalmente, julgamento pode ser definido como a designação, atribuição ou distribuição do *worth*.

**Nossa proposta de avaliação não se refere à valoração que ocorre dentro da mente de um indivíduo (preocupação da psicologia cognitiva), mas em experiências práticas e interações, incorporando elementos relacionados ao pragmatismo, à perspectiva aristotélica de *phronesis* e principalmente, ao subprocesso do julgamento plural da SP que leva à legitimação.** Sendo assim, se a lógica de mercado prevalece, o modo de avaliação pode ser relacionar, por exemplo, à competição e maximização do lucro; pela lógica industrial, à eficiência e produtividade, pela lógica doméstica, às relações interpessoais; pela lógica cívica, a solidariedade cívica e o bem-estar geral; pela lógica inspirada, à experiência criadora ou inusitada; e, finalmente, pela lógica da fama, à popularidade e reconhecimento público.

Para Stark (2011, p. 12-13, GRIFO NOSSO), as ordens de grandeza fornecem princípios coerentes de avaliação e equivalência da noção de bom – no processo de julgamento ético – e dão novos significados ao cálculo racional:

*As coherent principles of evaluation, each of the orders of worth has distinctive and incommensurable principles of equivalence. Each defines the good, the just, and the fair– but according to different criteria of judgment. Each qualifies persons and objects with a distinctive grammar or logic. As principles of evaluation, the orders involve systematic associations of concepts; but the entities that populate an order of worth are not limited to persons and ideas. On Justification shows in rich detail how the principles of evaluation established in each order of worth entail discrete metrics, measuring “instruments,” and proofs of worth objectified in artifacts and objects in the material world.*

*In this view, **rational calculation is not opposed to moral judgment**; instead, **rationality works within orders of worth**. As such, I interpret Boltanski and Thévenot’s work as casting **new meaning on the term “bounded rationality.”** Whereas we conventionally think about bounded*

*rationality as the cognitive limits on rationality (as, for example, in the usage of the term by economist Oliver Williamson), in Boltanski and Thévenot's work **rationality is possible only insofar as it takes place within the boundaries and through the social technologies of particular orders of worth.** In this latter sense we should speak– and with a very different meaning– of **bounded rationalities.***

**A avaliação é definida nesta pesquisa como a forma de reconhecer a grandeza do benefício relacionado à finalidade da ação. Ela se apresenta, portanto, como o elemento racional que baseia a ponderação acerca da(s) grandeza(s) envolvida(s) na finalidade e no julgamento ético, à luz dos modos de coordenação da Ação no Plural.**

Como apresentado no Quadro 15, no mundo doméstico, por exemplo, a *finalidade* da coordenação da ação orientada por esse mesmo regime poderia se relacionar, por exemplo, à **longevidade de relações específicas** ou, ainda, à **manutenção da tradição e bons costumes**. Sendo assim, nesse modo doméstico de coordenação da ação, o elemento racional da *avaliação* poderia considerar o **grau de respeito às tradições** ou o **grau de comprometimento e subordinação à hierarquia**, como forma de **valorar o benefício** envolvido no cumprimento da *finalidade*.

Outro exemplo de *avaliação* poderia envolver a valoração de grandezas do mundo cívico. Ao estabelecer o **bem-estar de uma comunidade** ou a **participação democrática na governança** como *finalidade* da coordenação da ação, os atores sociais podem avaliar, respectivamente, a grandeza intrínseca desses benefícios pelo **grau de bem-estar percebido pela comunidade** e pelo **grau de participação democrática** na governança. Todos esses exemplos que poderiam caracterizar a presença dos elementos de *avaliação* e de *finalidade*, não devem ser confundidos com o cálculo de consequências que considera os fins da coordenação da ação de forma utilitária. Esses exemplos apresentam benefícios intrínsecos relacionados à *avaliação*. A lógica da avaliação, portanto, pode se basear tanto em grandezas que se aproximam da noção substantiva de racionalidade como no cálculo utilitário, da racionalidade instrumental. Se no primeiro exemplo, a *avaliação* do grau de bem-estar geral da comunidade também envolvesse, de forma extrínseca, o cálculo utilitário das **intenções de**

**votos**, na possibilidade de eleição a cargos públicos dos agentes promotores desse bem-estar. Seriam duas formas diferentes de avaliação, embora ambas se relacionem ao mundo cívico. No segundo exemplo, o benefício extrínseco do grau de participação democrática poderia se relacionar ao **aumento de prestígio pessoal ou popularidade** pela expansão da rede de membros participantes na governança. Essa avaliação de benefício extrínseco, que também envolve o cálculo utilitário, se relacionaria a uma grandeza do mundo da fama.

Ressalto que a capacidade da *phronesis* na coordenação das ações de legitimação é central nesta proposta. A IPER pressupõe, portanto, a competência intelectual para julgar e deliberar em situações variáveis, tendo o bem comum como axioma e um espectro de boa vida como finalidade ulterior, por parte do(s) ator(es) envolvido(s) na coordenação da ação.

Finalmente, esta proposta de abordagem pode ser operacionalizada no processo de coordenação das ações de legitimação da inovação social, por meio das seguintes reflexões:

(1) Para que essa ação foi coordenada? Qual perspectiva do espectro de boa vida constitui o escopo da coordenação da ação? Qual a finalidade da coordenação da ação?

(2) Qual noção de bem comum orienta a coordenação da ação? Quais os princípios superiores comuns envolvidos no julgamento ético?

(3) De que forma é reconhecida a grandeza do benefício relacionado à finalidade? Qual a avaliação racional empregada?

(4) Considerando as grandezas envolvidas, como ficou estabelecido o dispositivo de compromisso ou acordo que legitima a ação? Qual foi o entendimento legitimado?

(5) Quais as tensões que permearam a construção dos acordos de legitimação? Foram evidenciados estados de não-grandeza ou declínio? De que forma o acordo de legitimação se relaciona com essas tensões?

Para Boltanski e Thévenot (2006), a habilidade de deliberar em situações variáveis, característica da pessoa prudente, apoia o julgamento equilibrado em busca da legitimação de compromissos, em meio às tensões entre os diferentes mundos comuns:

*Equitable judgment seeks to appease the tensions inherent in the plurality of principles of agreement manifested in this universe, by making accommodations and by taking*

*recourse to mitigating circumstances. The ability to deliberate, which is a mark of a prudent person, [...] thus finds its modern expression in the imperative to justify as it is manifested in a universe comprising several common worlds* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 150).

No próximo item, esclareço as definições constitutivas e operacionais das principais categorias analíticas utilizadas na análise do caso.

### 4.3 APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

É de fundamental importância a definição das variáveis ou categorias analíticas a serem utilizadas em um estudo científico, tanto de forma constitutiva, definindo seu significado lógico, como de forma operacional, apresentando a definição que será utilizada no estudo e as operações necessárias para medição ou manipulação (KERLINGER, 1980). Apresento, portanto, as definições constitutivas (DC) e operacionais (DO) das categorias analíticas envolvidas nesse estudo:

#### **Inovação Social**

DC: “Uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, criar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para mudança de relações sociais, para transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais” (BOUCHARD E LÉVESQUE, 2010).

DO: A inovação social considerada neste estudo é caracterizada a partir das respostas das entrevistas, da observação direta, e do levantamento documental.

#### **Modo de coordenação da ação**

DC: Dinâmica da condução da ação humana, considerando a direção horizontal e vertical de sua pluralidade de engajamento com a realidade. Essas múltiplas formas com que um ou mais atores sociais podem se engajar com o ambiente material e humano apresentam a noção de realidade relevante na coordenação da ação (THÉVENOT, 2006).

DO: Os modos de coordenação da ação são identificados e analisados a partir das respostas das entrevistas, da observação direta, e do levantamento documental.

### **Legitimação**

DC: Processo de interpretação e validação de um objeto social que ocorre na intersecção entre dois movimentos que se influenciam mutuamente: o dos atores sociais (expectativas de indivíduos, organizações, etc.) e da estrutura (sistema de regras, valores e crenças do ambiente social) (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

DO: Para fins desta pesquisa, esse objeto social é a inovação social relacionada ao caso do CBVJ. A análise da legitimação envolve a compreensão da coordenação das ações e seus respectivos impactos nas mudanças das relações sociais. A legitimação é analisada a partir das respostas das entrevistas, da observação direta, e do levantamento documental.

### **Julgamento Ético**

DC: Deliberação baseada em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado), que se processa por meio do debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações (SERVA, 1997a, p. 22).

DO: A presença do julgamento ético é identificada pela manifestação, explícita ou não, dos princípios superiores que orientaram as deliberações (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). De acordo com o modo de coordenação da ação em que se manifestam os atores sociais (THÉVENOT, 2001), o julgamento ético é identificado por meio de entrevistas, observações diretas e conteúdos dos materiais coletados.

### **Entendimento**

DC: Ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre e coordenando atividades comuns sob a égide da responsabilidade e da satisfação (SERVA, 1997a, p. 22).

DO: Nesta pesquisa, o entendimento é identificado nos dispositivos de compromisso constituídos pela ordenação dos valores que justificam a associação sendo feita (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). O entendimento é ilustrado à luz da teoria do englobamento dos contrários e foi identificado pelas respostas das entrevistas, observações diretas e conteúdos dos materiais coletados.

### **Finalidade**

DC: Escopo da coordenação da ação racional de atores sociais. Esse escopo pode ser externo à ação (requer o cálculo utilitário das consequências), ou ser intrínseco (ter um fim em si mesmo). Por outro lado, poder ter caráter individual ou coletivo.

DO: A finalidade das ações é identificada de acordo com os modos de coordenação que a estabelecem (implícita ou explicitamente), e com base nas respostas das entrevistas, observações diretas e conteúdos dos materiais coletados.

### **Avaliação**

DC: Forma de reconhecer a grandeza do benefício relacionado à finalidade da ação. Essa avaliação pode passar ou não pelo cálculo utilitário das consequências da ação humana.

DO: A avaliação é identificada de acordo com o modo de coordenação da ação que a envolve e com base nas respostas das entrevistas, observações diretas e conteúdos dos materiais coletados.

## 5 O CASO DO CBVJ

*Now instead of saying 'Ethics is the enquiry into what is good' I could have said Ethics is the enquiry into what is valuable, or, into what is really important, or I could have said Ethics is the enquiry into the meaning of life, or into what makes life worth living, or into the right way of living. I believe if you look at all these phrases you will get a rough idea as to what is that Ethics is concerned with (WITTGENSTEIN, 1929).*

Este capítulo apresenta a descrição e análise do caso estudado em quatro etapas. Na primeira, a inovação social é identificada e caracterizada quanto ao seu impacto, grau de novidade e estágio de legitimação. Já na segunda etapa, apresento inicialmente uma análise da “arquitetura” da comunidade dos fundadores do CBVJ, por meio dos regimes pragmáticos de maior proximidade à realidade dos atores sociais envolvidos. Em seguida, apresento o processo de legitimação da inovação social, à luz do regime da ação justificável. Nessa terceira etapa, organizo de forma cronológica a descrição e análise das principais ações relacionadas à legitimação do CBVJ, apresentando, ao final, um item de síntese dos modos de coordenação envolvidos nas ações essenciais. No final dessa terceira parte, apresento um resumo das principais ações de legitimação relacionadas direta ou indiretamente ao CBVJ e seus respectivos modos de coordenação. Essas ações são também classificadas pelos fatores que conferem legitimidade (FCL). Finalmente, na quarta e última parte, analiso os aspectos da racionalidade e tensão na legitimação das ações essenciais de legitimação da inovação social estudada, de acordo com a aplicação de nossa proposta preliminar, que chamamos de Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade (IPER).

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL

Em 29 de junho de 1892, um pequeno grupo de líderes da, então, colônia Dona Francisca, reuniu-se para tratar dos incêndios que se constituíam em uma ameaça recorrente àquela comunidade. A partir dessa reunião preparatória, foi formada uma comissão organizadora, encarregada de formular os estatutos, divulgar a proposta, convocar

possíveis associados e promover a reunião de constituição de uma corporação de combate ao fogo (TERNES, 2007).

Alguns meses antes, as propriedades dos Trinks e dos Schneider haviam sido tomadas por incêndios. O núcleo populacional da Colônia D. Francisca que tinha, em 1851, menos de 400 habitantes, já chegava, em 1890 a quase 15 mil pessoas, embora com apenas 3000 delas, residindo no núcleo urbano. Na Alemanha, como era sabido pelos seus emigrantes, a comunidade se organizava em corporações civis de combate ao fogo.

Já na noite de 13 de julho, conforme planejado, foi criado o *Freiwilligen Feuerwehr* (Bombeiros Voluntários). Nessa mesma data, ocorreu a eleição do primeiro comandante e a formação da primeira turma de bombeiros, sob juramento solene repetido em alemão, após o comandante:

Juro cumprir com os deveres assumidos como bombeiro, sem distinção para com a pessoa que necessite os meus serviços, e de seguir sempre à risca as determinações dos estatutos da corporação; portar-me pacificamente para com os meus camaradas, obediente para com os meus superiores hierárquicos, justo para com os meus concidadãos, procurando sempre, com dignidade, executar as ordens estabelecidas, e servir de exemplo aos meus camaradas, no fiel cumprimento do dever (CBVJ, 1892, p. 1).

Além do presidente, Victor Mueller, também foram eleitos: o vice-comandante, Oscar Schneider; o chefe do almoxarifado, E. Wasserman; o tesoureiro, Otto Delitsch; e o secretário, Alexandre Schlemm. Eles prestaram juramento em conjunto com os bombeiros: Carlos Lange, W. Wewetzer, Frederico Hudler, Edmundo Uhlemann, Herman Stein, H. Hille, Friedrich Stoll, E. Stamm, Carl Parucker Junior, Paul Stamm, D. Sellmer, Carl G. Etzold, Francisco Schendel, Augusto Fissmer, Eduardo Miers, G. Rascke, T. Kreutz, W. Berner, Francisco Lepper, Paulo Schoof, C. Schmann, Felix Heinzelmann, Otto Boehm, C. Gruensch, Max Friedrich, João Karsten, O. Gelbcke Junior, Wilhelm Walther, F. Timm, Wilhelm Manteufel, C. Isensee, Mathias Hekenhoff, Eduardo Hoffmann, Carl Urban e Eduardo Loos. Ainda naquela reunião, a joia de admissão para a corporação foi fixada em mil réis e a mensalidade em duzentos réis.

Os soldados usariam uniforme e capacete, e os apetrechos como baldes de lona, machadinhas, facões e escadas seriam guardados no depósito, na propriedade da viúva Hasse, no centro. Sem demora começaram os exercícios, que eram feitos no campo de esporte da Sociedade Alemã de Ginástica, gentilmente cedido. Em abril de 1893, chegou a bomba manual para extinção de incêndios, adquirida na Alemanha e paga pela Superintendência, apresentada na Foto 3 (CBVJ, 1892). Já a Foto 4 mostra a torre de treinamento construída em 1906.

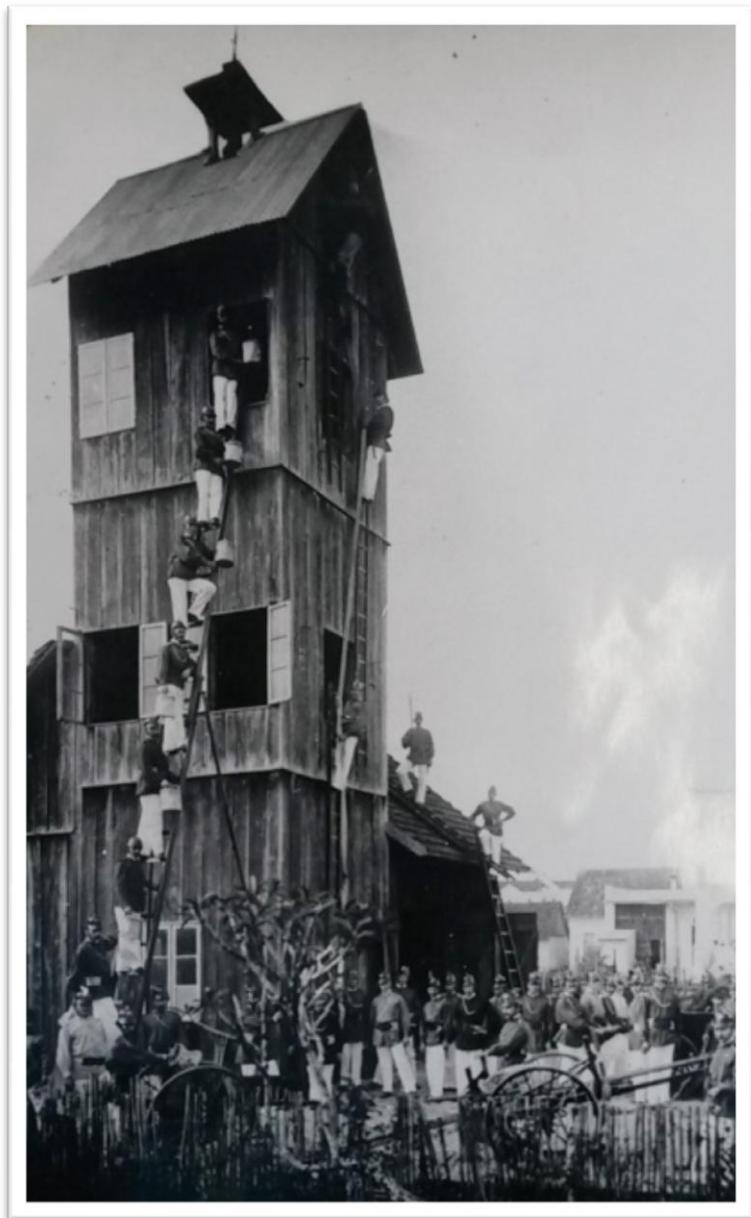
O CBVJ foi a primeira corporação de bombeiros voluntários, fundada no Brasil (TERNES, 2007). A intervenção de imigrantes europeus para atender a uma necessidade de prevenção de mais tragédias, contudo, foi apenas o início dessa inovação social, que vem modificando relações sociais há mais de 120 anos. Compreender a natureza dessas mudanças e de sua legitimação é o principal objetivo deste trabalho.

Foto 3: Primeira bomba manual



Fonte: Museu Nacional do Bombeiro

Foto 4: Torre de treinamento (1906)



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

### 5.1.1 Natureza do impacto

A iniciativa de fundar uma corporação de bombeiros voluntários pode ser caracterizada como um empreendimento coletivo. Para Lévesque (2004), o empreendedorismo coletivo busca satisfazer uma necessidade da comunidade pelo esforço de uma coletividade e pode envolver novas formas de organização. Esse empreendimento coletivo também se caracteriza como uma organização da economia social, ao reconhecer explicitamente a dimensão social, em primeiro lugar. O empreendimento social caracterizado pelo CBVJ, no que diz respeito ao capital, força de trabalho e fornecedores assume natureza mista, enquanto nas demais variáveis sombreadas no Quadro 17, a instituição se mantém puramente filantrópica, conforme a caracterização de Dees (1998).

Quadro 17: O *spectrum* do empreendimento social

		Puramente filantrópico ←————→ Puramente comercial		
	Motivos	Apelo ao bem comum	Diversos motivos	Apelo ao interesse próprio
	Métodos	Orientado pela missão	Missão e mercado	Orientado pelo mercado
	Objetivos	Valor social	Econômico e social	Valor Econômico
Públicos de interesse ( <i>stakeholders</i> )	Beneficiários	Não pagam	Taxas subsidiadas ou <i>mix</i> de gratuitas e integrais	Preços de mercado
	Capital	Doações e verbas públicas	Parcerias com empresas e <i>mix</i> de doações e verbas públicas	Capital com valoração de mercado
	Força de trabalho	Voluntários	Remuneração abaixo do mercado e <i>mix</i> de voluntários e remunerados	Compensações de mercado
	Fornecedores	Doação de bens	Descontos especiais e <i>mix</i> de doações de bens e gratuidade de serviços	Preços de mercado

Fonte: adaptado de Dees, 1998.

Diferentemente dessa iniciativa voluntária, coletiva e de natureza civil, o Imperador Dom Pedro II, 36 anos antes, deu origem ao Corpo

Provisório de Bombeiros da Corte, por meio do Decreto Imperial 1775, de 02 de julho de 1856. Com a chegada da República, em 1889, a primeira corporação de bombeiros militares do Brasil passou a se chamar Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e adquiriu nova organização e regulamentos (CBMSC, 2013a).

Conforme levantamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo, apenas 11% dos mais de 5500 municípios brasileiros conta com unidades de corpo de bombeiros de qualquer natureza. No Tocantins, por exemplo, essa representatividade é de apenas 3,6% dos municípios do Estado (SENADO FEDERAL, 2013). Já no Estado de Santa Catarina, essa cobertura é de 53%. De um total de 295 municípios catarinenses, 155 recebem cobertura de algum tipo de corporação “bombeiril”. Existem três modalidades de corpo de bombeiros operando no Estado atualmente. Os batalhões militares, as associações civis mistas de bombeiros comunitários e contratados, subordinadas aos militares e as corporações civis mistas de bombeiros voluntários e contratados, de gestão autônoma.

Desde a fundação, por decreto imperial, da primeira corporação de bombeiros da corte, a maior parte das corporações brasileiras é criada pelo Estado, regida por regimes exclusivos e dedicação permanente dos seus servidores públicos. Em 16 de setembro de 1919, foi sancionada pelo então Governador do Estado de Santa Catarina, Doutor Hercílio Luz, a Lei Estadual nº 1.288, que criava a Seção de Bombeiros, constituída de integrantes da então Força Pública. Mas somente em 26 de setembro de 1926 foi inaugurada a Seção de Bombeiros da Força Pública, hoje Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC (CBMSC, 2013a).

O CBMSC permaneceu subordinado à Polícia Militar de Santa Catarina até a promulgação da Emenda Constitucional nº 33, em 13 de junho de 2003. Ainda na década de 1990, o CBMSC adotou o serviço voluntário, chamado de Bombeiro Comunitário (BC), como forma de expandir sua prestação de serviços no território catarinense. O BC é uma corporação de caráter misto: coordenação estatal (CBMSC) e a participação de pessoas da comunidade, denominadas voluntários e profissionais, na forma de associações civis filantrópicas. Contudo, o serviço de BC somente foi regulamentado pela Portaria nº 395 da então Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina, em 2003 (SANTA CATARINA, 2003).

Atualmente, são 93 associações de BC em Santa Catarina, filiadas à Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários (FECABOM, 2013). Segundo o sítio institucional da FECABOM

(2013), ela representa mais de 2.800 bombeiros profissionais, militares estaduais e servidores civis municipais que atuam no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Ressalto que, segundo Dalossi (2011), a arrecadação de recursos por meio de taxas dos serviços de fiscalização dos bombeiros é destinada a um Fundo Municipal para Reequipamento do Corpo de Bombeiros (FUNREBOM), que são criados como pré-requisito ao funcionamento de uma Organização de Bombeiros Militares. O autor esclarece que são esses recursos que “que permitem à Organização Bombeiro Militar local a realização de investimentos na construção do quartel, aquisição de viaturas e equipamentos” (DALOSSI, 2011, p. 19).

Já a constituição jurídica do CBVJ sempre teve caráter civil, sem fins lucrativos e, até o início da década de 1970, contava com a colaboração exclusiva de voluntários em seu quadro pessoal. A partir de 1972, passou a operar com um efetivo misto entre colaboradores voluntários e contratados, os últimos remunerados em regime celetista (TERNES, 2007). A coordenação conjunta de equipes operacionais voluntárias e remuneradas, até então inéditas no país, foi um teste importante de legitimação, que impôs desafios que perduram até hoje. Os compromissos que buscam superar esse teste são aspectos importantes que foram analisados por meio de observação direta, nesta pesquisa. Da mesma forma, os dispositivos de coordenação para lidar com a mistura de diversos tipos de recursos e garantir a sustentabilidade financeira da entidade também são analisados mais adiante. No momento, podemos concluir que a hibridação de diferentes formas de regulação econômica (mercantil, não mercantil, e não monetárias) são características da economia social e solidária (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006).

Quanto às formas de recursos disponíveis para fomento das atividades, existem diferenças marcantes entre o modelo militar e o de entidades voluntárias, como o CBVJ. Por um lado, as corporações militares são geridas com o subsídio de recursos públicos estaduais, por meio de mecanismo de redistribuição. Em março de 2013, por exemplo, o governador Raimundo Colombo autorizou a compra de R\$ 30 milhões em veículos e equipamentos individuais para o CBMSC. “A última grande compra de equipamentos foi em 1982, quando eu ainda era cadete na academia e sonhava à época ser bombeiro”, conta o comandante-geral dos Bombeiros Militares, Coronel Marcos Oliveira (CBMSC, 2013b).

Apenas recentemente, surgiram modelos mistos de governança envolvendo militares e associações de bombeiros comunitários. Por outro lado, as corporações civis sempre administraram recursos de múltiplas fontes, que envolvem: doações financeiras de empresas e cidadãos, mensalidades de associados, verbas públicas obtidas por convênios e incentivos de órgãos municipais e estaduais, o próprio serviço disponibilizado gratuitamente pelos voluntários, além de receitas com serviços prestados, como treinamentos (CBVJ, 2013a).

No início da década de 1950, a corporação passava por crise aguda, com alta defasagem de equipamentos e à beira da insolvência financeira. Segundo Ternes (2007), as contribuições de empresas eram poucas, havia insuficiente presença do poder público e reduzido número de sócios-contribuintes. Decidiu-se, então, alterar a hierarquia de comando. O comandante continuaria responsável pela coordenação das operações e adestramento dos voluntários; contudo, seria subordinado à diretoria, eleita pelo Conselho Deliberativo. O Conselho Deliberativo, por sua vez eleito em Assembleia Geral, era assim composto: (1) conselho deliberativo formado por 50 membros eleitos em Assembleia Geral, sendo 25 entre sócios contribuintes e 25 entre sócios colaboradores, contando, no segundo grupo, com alguns membros natos (de mandato indeterminado). Desde então, as posições de liderança no Conselho Deliberativo e Diretoria foram assumidas, predominantemente, por empresários que passaram a se responsabilizar, entre outras atribuições, pela representação e articulação política e institucional-legal da entidade e pela ampliação das bases de fomento do CBVJ (CBVJ, 1952).

Pude verificar, por meio de observação direta e levantamento documental, que tal lógica de comando da entidade permanece até os dias atuais, embora o estatuto tenha sofrido modificações como a alteração de “sociedade” para “associação” e a inclusão de mais “membros natos”. Os atuais membros natos são: Comandante do 61º. BI, Prefeito Municipal, Presidente da Associação Empresarial de Joinville (ACIJ), Presidente da ABVESC, Ex-Presidentes e Ex-Comandantes da Associação, desde que se mantenham associados.

No plano institucional, a legitimação dos bombeiros voluntários é marcada por diversos testes públicos, ao longo de sua existência. Em nível local, desde o início de suas operações a legitimidade do CBVJ vem sendo revalidada pela comunidade e órgãos públicos municipais. A primeira alteração legal, em favor dessa legitimação, ocorreu logo após o “batismo” de fogo da corporação. O primeiro incêndio atendido, em onze de fevereiro de 1895, ocorreu às quatro horas da manhã, na

residência e casa de negócio do Sr. Carlos Schneider, à Rua do Príncipe, esquina com a Nove de março (TERNES, 2007).

Percebendo que a boa vontade popular atrapalhava a operação, o então Conselho Municipal, por meio de seu presidente João Paulo Schmalz, promulgou a Resolução no. 16, que dizia:

Faço saber a todos os habitantes deste município que o Conselho Municipal, em sessão ordinária desta data, adotou, e eu promulgo, a seguinte resolução:

Artigo 1º. Fica autorizado o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, de, em caso de incêndios, e no interesse da boa execução de seus deveres, entrar nos prédios adjacentes ao incêndio, sem prévia licença do respectivo dono.

Artigo 2º. Nos mesmos casos e para o mesmo fim, o dito Corpo fica autorizado a proibir o trânsito em contorno do incêndio, se puder estorvar o livre exercício dos bombeiros, bem como de chamar à coadjuvação os espectadores e de admoestar e até prendê-los, se não obedecerem às ordens do Comando do Corpo.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos os a quem, o conhecimento e execução da referida resolução pertence, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário a faça pública pela imprensa.

Dada e passada na sala de sessões do Governo Municipal da cidade de Joinville, aos vinte e cinco de fevereiro de 1895, 7º. Da república dos Estados Unidos do Brasil. Ass. João Paulo Schmalz – Presidente (CVBJ, 1952, p.).

Desde então, foram dezenas de disposições legais municipais, em favor da legitimação dos serviços do CBVJ, como, por exemplo: a Lei nº 381/1953, que considera de Utilidade Pública o CBVJ (BRASIL, 1953); os Decretos nº 2904/1974 (BRASIL, 1974) e 4590/1982 (BRASIL, 1982) que, respectivamente, estabelecem e tornam permanente o CBVJ como membro do Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC); a Lei nº 2027/1985 (BRASIL, 1985), que trata sobre

normas de proteção contra incêndio, além da Lei Orgânica nº 2.485/1990 (BRASIL, 1990) que autoriza o município a conveniar com o CBVJ; e, mais recentemente, o Decreto nº. 21.265/2013 (BRASIL, 2013b), que integra o CBVJ ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), órgão consultivo e deliberativo vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, criado com a finalidade de integrar e coordenar o sistema de segurança pública municipal, nos termos da Lei Federal nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

Com o apoio técnico direto do CBVJ, outras corporações de natureza similar foram criadas em Santa Catarina. Em 1994, a Associação de Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina (ABVESC) foi criada pelo então presidente do CBVJ, José Henrique Carneiro de Loyola. As corporações catarinenses de Bombeiros Voluntários são sociedades civis autônomas, de direito privado, com certificado de entidade filantrópica, que sobrevivem de contribuições e doações da comunidade em geral e pessoas jurídicas, subvenção municipal e subvenção financeira do Governo Estadual. Estão representados pela Associação de Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina (ABVESC), fundada em 1994, quando existiam apenas 11(onze) corporações voluntárias no Estado. Atualmente são 43 (quarenta e três) corporações, atuando com 3.741 pessoas ocupadas (ABVESC, 2013). O CBVJ continua com papel ativo nas articulações da ABVESC.

No âmbito legal estadual e, mais recentemente, federal, pressões dos Bombeiros Militares de Santa Catarina fazem com que sua legitimação no nível institucional seja continuamente testada. Duas recentes mudanças na legislação estadual se referiam ao CBVJ.

Em julho de 2012, após um intenso esforço de articulação institucional capitaneado pelas lideranças empresariais e políticas de Joinville, foi aprovada a PEC 01/12, que se transformou na Emenda Constitucional no. 60 de 2012. A legitimidade do seu exemplo foi decisiva para justificar, em 2012, uma emenda à Constituição Estadual: “O Estado estimulará e apoiará, técnica e financeiramente, a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários” (Art. 109, § 2º. CONSTITUIÇÃO DE SC).

Essa emenda garantiu a continuidade da atividade das corporações voluntárias do Estado e a possibilidade de receber recursos públicos estaduais e municipais, via convênios e incentivos. As lideranças joinvilenses, acompanhadas de representantes de corporações voluntárias de todo o Estado, comemoram a aprovação dessa emenda constitucional (ANOTÍCIA, 2012).

Mais recentemente, após o trágico incêndio da Boate Kiss, uma disposição legal estadual demandou outro grande esforço de mobilização do CBVJ. Como mencionado na introdução, trata-se da aprovação do Projeto de lei no. 65/2013, que se tornou a lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013a). Essa lei dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências.

Entre os pontos mais polêmicos dessa lei, destaca-se a regulamentação do poder de polícia administrativa conferido aos bombeiros militares do Estado. Esse mesmo poder de polícia administrativa foi mantido aos municípios que possuem convênio com corporações de bombeiros voluntários para os serviços de fiscalização e emissão de pareceres técnicos.

Uma das lideranças do CBVJ entrevistada esclarece que: “a verdade é que, no Brasil, não se tem a cultura do Bombeiro Voluntário”. Ao mesmo tempo em que o voluntariado na atividade “bombeiril” brasileira possa ser considerado uma exceção, também podemos afirmar que a presença de qualquer tipo de bombeiro é uma exceção nos municípios do país. Como já mencionado, apenas 11% dos mais de 5500 municípios brasileiros conta com unidades de corpo de bombeiro de qualquer natureza (SENADO FEDERAL, 2013). Já em Santa Catarina, por conta de uma variedade maior de tipos de corporação, essa cobertura é de 53%.

O Estado de Santa Catarina possui 295 municípios. De acordo com o sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014), Santa Catarina possui apenas três regiões metropolitanas<sup>8</sup> em sua configuração sócio-espacial e apenas uma delas é atendida por corporações voluntárias. As regiões metropolitanas de Itajaí e de Florianópolis são atendidas pelos Bombeiros Militares, enquanto a região de Joinville é quase inteiramente coberta pelo CBVJ e outras corporações voluntárias que surgiram com seu apoio nas cidades: Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Guaramirim, São Bento do Sul, Corupá, Pomerode, Massaranduba, Barra Velha.

Em uma reportagem do Programa Fantástico, veiculada pela Rede Globo, em 14/04/13, constam as seguintes informações:

---

<sup>8</sup> O MDS informa que a mudança da população das zonas rurais para as zonas urbanas acarretou o surgimento de grandes centros populacionais chamados de regiões metropolitanas (MDS, 2014).

O pioneirismo de Joinville inspirou outras 75 cidades do sul e do sudeste a terem um corpo de bombeiros civil e voluntário. Nos Estados Unidos, apenas 9% dos quartéis são compostos por bombeiros contratados. A maior parte do efetivo conta com voluntários. “A proposta é aumentar o número de municípios com bombeiros, independente do tipo, seja militar, sejam bombeiros civis, voluntários, comunitários, mistos - que são militares e civis trabalhando juntos”, diz José Carlos Tomina, pesquisador do IPT. Nesta semana, o Ministério da Justiça vai discutir com especialistas a criação de um código nacional para a segurança contra incêndio e estimular a formação de novas corporações. “O governo federal precisa estabelecer uma regra nacional para orientar os seus próprios órgãos federais, ajudar, algumas regras que não são de bom nível técnico, e ajudar esses 4800 Prefeitos que não tem equipe técnica e não tem bombeiros”, diz Tomina. Enquanto isso, Joinville continua formando voluntários e futuros bombeiros (G1, 2013b).

Aparentemente, mesmo após mais de 120 anos de sua fundação, o caso do CBVJ ainda evidencia características de inovação social. Podemos afirmar que essa intervenção ainda tem sido capaz de modificar relações sociais para atender uma importante necessidade social brasileira. Para Lévesque (2002), a economia social é um ambiente mais propício para a inovação social por envolver novas lógicas de interação e produção de soluções, com o objetivo explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para problemas sociais.

Em resumo, a natureza dos impactos nas mudanças nas relações sociais, nas duas dimensões de análise, é apresentada no Quadro 18. Os testes públicos de legitimação, além dos modos de coordenação da ação que originaram essas mudanças nas relações sociais serão descritos e analisados mais adiante, neste capítulo.

Quadro 18: Indicadores de impacto da inovação social

Dimensões da Inovação	Indicadores de impacto da Inovação Social
<b>Organização</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formas de Governança;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos da organização e benefícios coletivos (para a sociedade) pela mediação do CBVJ;</li> <li>• Novas formas de governança: (interações com políticas públicas, empreendedorismo coletivo);</li> <li>• Misturas entre recursos disponíveis (mercantis, não mercantis e reciprocidade);</li> </ul>
<b>Institucional</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças nos ambientes institucional e legal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção de problemas sociais (CBVJ, 2012);</li> <li>• Participação ativa nos mecanismos de governança municipais (COMDEC e GGIM);</li> <li>• Criação e coordenação de entidades representativas das corporações voluntárias do Estado (ABVESC);</li> </ul> <p>Principais mudanças legais relacionadas ao CBVJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vários dispositivos legais municipais</li> <li>• Emenda constitucional estadual no. 60</li> <li>• Lei 16.157 (7/11/13) (normas de segurança e poder de polícia dos bombeiros militares e prefeituras de SC)</li> </ul>

Fonte: autor

### 5.1.2 Grau de novidade

Como já informado anteriormente, o CBVJ foi fundado em 13 de julho de 1892. Nessa data, já havia outra corporação de bombeiros no Brasil, situada no Rio de Janeiro, mas que não era de natureza civil e voluntária. Embora possa ser considerada uma novidade na dimensão organizacional e também para a sua comunidade, não se pode afirmar que essa iniciativa era uma novidade para o mundo.

Na época da fundação do CBVJ, já existiam corporações de bombeiros voluntários em outros países. Para citar alguns exemplos desses países: nos Estados Unidos, desde 1736; em Portugal, em 1794; na Alemanha, desde 1841; e no Chile, desde 1851. Nosso levantamento também revelou que a tradição anterior de organizações voluntárias inspirou os imigrantes radicados na Colônia Dona Francisca, predominantemente de origem germânica, a constituir o CBVJ nos "moldes" alemães (TERNES, 2007).

Constatamos que, neste caso de inovação social, se o grau de ineditismo *a priori* tivesse amplitude global, seu impacto no nível institucional seria potencialmente prejudicado. Como descrevo adiante, o fato de outros países europeus e americanos terem uma tradição ainda maior com corporações voluntárias, também apoiou a legitimação do CBVJ. No caso da inovação social estudada, o ineditismo da iniciativa em território brasileiro somente é resgatado para justificar a longa e bem-sucedida reputação do modelo do CBVJ.

Dessa forma, diferentemente do que vale para uma inovação de mercado, o grau de novidade da inovação social estudada não elevou a dimensão potencial de seus impactos. Enquanto na primeira, um maior grau *a priori* de novidade significa maior relevância econômica potencialmente agregada à inovação. Na segunda, experiências anteriores satisfatórias impactam positivamente sua legitimação, elevando seu valor percebido pela sociedade.

Como já discutimos anteriormente, no campo da inovação tecnológica, a propriedade intelectual da inovação é um ativo intangível de valor econômico potencial, a ser confirmado e dimensionado após o seu processo de difusão (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008). Rogers (2003, pk. 2764) defende essa lógica de mensuração de sucesso, ao abordar as pesquisas que envolvem inovações: “*One measure of the success of research is whether or not it leads to a patent, through which the government protects the rights of the inventor for a period of years*”.

Sendo assim, a atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) recebe importante atenção no campo da inovação tecnológica. Essa pesquisa é desenvolvida com bases em conhecimentos e métodos científicos para a solução de necessidades ou problemas práticos:

*Most technological innovations are created by scientific research, although they often result from the interplay between scientific methods and practical problems. The knowledge base for a technology usually derives from basic research, defined as original investigations for the advancement of scientific knowledge and that do not have a specific objective of applying this knowledge to practical problems. In contrast, applied research consists of scientific investigations that are intended to solve practical problems. Scientific knowledge is put into practice as an innovation that will solve a perceived need or problem (ROGERS, 2003, pk 2758).*

O próprio Rogers (2003, pk. 6085, GRIFO NOSSO) afirma que a modelagem de uma referência anterior de comportamento, ao que chamou de imitação, é favorável ao sucesso da difusão de uma inovação tecnológica: *We argued that the heart of the diffusion process is the modeling and imitation by potential adopters of their near peers' experiences with the new idea.* A compreensão dessa relação ambígua entre o **alto valor do ineditismo** tecnológico e o **alto valor da imitação** no comportamento de adoção está, para o autor, no “coração do processo de difusão de novas ideias”.

Na Sociologia Pragmática, o desenvolvimento e difusão de uma descoberta não podem ser justificados simplesmente por um teste do mundo industrial, pois esses fenômenos excedem em muito o quadro de análise desse mundo. Certos processos relacionados à inovação se inscrevem no regime **industrial**, quando a finalidade, por exemplo, for estabelecer uma *prova científica*. Outros dizem respeito ao *momento de ápice*, quando um fenômeno *original* surge. Uma *inovação* que anuncia a *quebra de uma tradição*, de acordo com o mundo da **inspiração**. Outros, ainda, se baseiam na grandeza da **fama**, que implica em angariar credibilidade em termos de *opinião pública*. Alguns processos dependem da *venerabilidade dos laços domésticos*, garantindo uma *sólida reputação* ou, finalmente, o estabelecimento do **valor de mercado** em resposta aos *desejos de clientes* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Para a presente pesquisa, inovação social é:

Uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, criar uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para mudança de relações sociais, para transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais (BOUCHARD; LÉVESQUE, 2010).

Essa definição se concentra nas transformações das relações sociais, do quadro de ação ou das orientações culturais, mesmo que possam envolver aspirações ou soluções também de caráter econômico. Por essa lógica, como a presença de valor econômico não é independente das suas finalidades de transformação das relações sociais, o valor do ineditismo não impacta, necessariamente, na legitimação de inovações sociais.

Embora focado na finalidade de obter valor econômico, Rogers (2003, pk 6086) também reconhece a importância da compreensão das redes de relações sociais na adoção de inovações:

*In deciding whether or not to adopt an innovation, individuals depend mainly on the communicated experience of others much like themselves who have already adopted a new idea. These subjective evaluations of an innovation flow mainly through interpersonal networks. So we must understand the nature of networks in order to understand the diffusion process.*

A ótica da finalidade econômica que permeia o campo da Difusão das Inovações parece, contudo, limitar a compreensão de importantes aspectos relacionais dos atores sociais envolvidos. Entre as conclusões de Horta (2013, p.180, GRIFO NOSSO), ao analisar inovações sociais com base em teorias adaptadas desse campo, podemos citar:

O posicionamento do sujeito nesses contextos sociais irá determinar que inovações sociais são pertinentes a sua realidade e a seu grupo e, conseqüentemente, quais devem ser difundidas, adotadas e rejeitadas. Por outro lado, **a questão política, que não aparecia no instrumento teórico, mostrou-se de extrema relevância na gestão do caso, pois pode fazer com que a inovação seja descontinuada ou não adotada.**

Essa autora ressalta, principalmente, aspectos da dinâmica político-partidária como influenciadores da difusão da inovação social. Não obstante, reconhece a insensibilidade da teoria da difusão da inovação quanto aos aspectos políticos e culturais das relações sociais, que foram determinantes no caso de inovação social por ela estudada (HORTA, 2103).

Quanto à cultura, no sentido amplo, é possível apresentar preliminarmente uma reflexão sobre o caso do CBVJ. Se por um lado, a mesma colonização alemã não garantiu a legitimação de corporações de bombeiros voluntários em outras cidades brasileiras, como, por exemplo, Blumenau (cidade próxima a Joinville e colonizada na mesma época), possui batalhão militar de bombeiros. Por outro lado, o fato de não haver ineditismo em nível mundial, não parece ter afetado a

relevância do impacto da inovação social, que vem sendo discutida em dimensão nacional. Ao contrário, a tradição “bombeiril” ligada ao voluntariado da Alemanha e de outros países como Estados Unidos, Japão, Chile e Portugal parece impactar positivamente a legitimidade desse modelo de corporação.

Não obstante, defendo nos próximos itens que a legitimação do CBVJ não pode ser explicada apenas a partir de aspectos coletivos de ordem cultural, religiosa ou política. Iniciamos o estudo da legitimação dessa inovação social a partir de uma análise mais próxima da realidade específica dos atores sociais envolvidos. A descrição da “construção” ou “arquitetura” dessa comunidade passa, primeiramente, pela releitura da trajetória de algumas das experiências pessoais mais marcantes dessas famílias, antes da emigrarem. Também nessa fase inicial, buscamos identificar alguns indícios acerca do perfil, crenças pessoais e principais motivações desses imigrantes. Finalmente, tento descrever algumas idiosincrasias vividas por esses imigrantes, nos primeiros 40 anos de colonização, que antecederam a fundação do CBVJ. Essa trajetória particular das famílias de imigrantes pode fornecer elementos preliminares específicos e, porque não dizer, únicos, à legitimação do CBVJ. Por trajetória, não me refiro ao termo utilizado pelos economistas da corrente evolucionista (NELSON; WINTER, 1982; DOSI 1984).

Para Dosi (1984), a experiência empírica mostra que o progresso tecnológico costuma trilhar um determinado caminho, que serve de orientação para as empresas no que se refere a decisões relativas à inovação. Tal processo pode ser entendido por meio das noções de ‘paradigma’ e ‘trajetória’ tecnológicos. Por outro lado, ao caracterizarmos as mudanças nas relações sociais à luz da SP, defendemos uma trajetória de legitimação em contextos situados e únicos, com nenhuma pretensão comparativa ou de generalização.

Corroborando as conclusões de Horta (2013), as contribuições de outras disciplinas à administração, como a sociologia, são imprescindíveis para a maior compreensão desse fenômeno. No nosso caso, a Sociologia Pragmática foi uma escolha que pareceu proporcionar uma compreensão bem mais profunda do que as possíveis, pelos cânones tradicionalmente dominantes, de inspiração durkheimiana e weberiana.

### 5.1.3 Estágio de legitimação

Como já é possível concluir pela descrição do caso até aqui, a inovação social relacionada ao CBVJ se encontra no estágio de validação geral no âmbito estadual, embora não de forma conclusiva. Portanto, a legitimidade legal da corporação continua ameaçada pelas duas últimas ações apresentadas no Quadro 19: (i) uma ADI, em tramitação no STF; e (ii) uma emenda à Constituição nacional, que aguarda votação no Senado Federal.

As principais ações que marcaram os diferentes estágios de legitimação do CBVJ, resumidas nesse Quadro 19, serão explicadas e analisadas contextualmente nos próximos itens. Nosso intuito, neste ponto, é apenas introduzir as ações que caracterizaram cada estágio e que se relacionam direta ou indiretamente aos esforços de coordenação da ação por parte do CBVJ.

Quadro 19: Caracterização do estágio de legitimação

Estágios	Resumo das principais ações em cada estágio de legitimação, relacionadas direta ou indiretamente à coordenação do CBVJ.
<b>Criação da inovação social</b>	(1) Com a finalidade de combater aos recorrentes incêndios na Colônia Dona Francisca, imigrantes de origem notadamente germânica realizam uma intervenção na comunidade, fundando o primeiro corpo de bombeiros voluntários do Brasil em 1892.
<b>Validação local</b>	(2) (1893 a 1894) Guarda da cidade durante a Rev. Federalista; (3) (1895) Resolução no. 16 do Conselho Municipal; (4) (1913) Inaugurada a primeira sede; (5) (1923) Acordo com proprietários de “autos-de-praça”; (6) (1938 a 1945) Distinção na Campanha de Nacionalização; (7) (1892 a 1952) Comandantes lideram pelo exemplo; (8) (1952) Intervenção empresarial e campanha de revitalização; (9) (1952) Criação da Comenda da Machadinha; (10) (1953) Lei nº 381/1953, utilidade pública do CBVJ; (11) (1954) Inauguração do primeiro quartel; (12) (1972) Criação da 1ª equipe remunerada; (13) (1974 e 1982) Decretos nº 2904/74 e 4590/82 (COMDEC); (14) (1984) Criação do Bombeiro Mirim; (15) (1985) Lei nº 2027/1985 Lei do bombeiro (16) (1985) Inicia o Centro de Atividades Técnicas; (17) (1982 a 2006) Criação de 11 unidades, além da central; (18) (1987) A ACIJ assume a administração do CBVJ;

Continua

	<p>(19)(1990) Planejamento Estratégico para 10 anos;  (20)(1992 a 1993) Festejos e ações do Centenário;  (21)(1994) Decreto nº 7357 (SIAME)  (22)(1996) Convênio com a CELESC;  (23)(1997) Criação do Museu Nacional do Bombeiro;  (24)(1998) Curso de formação de bombeiros  (25)(2006) Campanha institucional “Anjos”;  (26)(2006) Reconstituição da Banda dos Bombeiros  (27)(2013) Inauguração do Centro de Ensino e Instrução;  (28)(2013) Decreto nº. 21.265/2013 que integra o CBVJ ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM).</p>
<b>Transferência e validação em novos locais</b>	<p>(29) (1892 a 2013) O CBVJ apoia tecnicamente a fundação e operação de diversas corporações voluntárias dentro e fora do Estado;  (30) (1994) Fundação da ABVESC quando existiam apenas 11 corporações voluntárias no Estado. Atualmente são 43;</p>
<b>Validação geral</b>	<p>Nível estadual:  (31) (2012) Aprovação da Emenda Constitucional no. 60 de 2012: garantiu a continuidade da atividade das corporações voluntárias com apoio do Estado;  (32) (2013) Aprovação da lei nº 16.157, de 7/11/13, que dispõe sobre as normas e os requisitos para a segurança contra incêndio.  (i) (2012-2014) ADI 4886 (em andamento) no STF: impetrada pela FENEME contra dispositivos inseridos na Constituição de Santa Catarina relativos à atividade das Corporações de Bombeiros Voluntários;</p> <p>Nível Federal (em andamento):  (ii) (2013-2014) PEC 19/2013 propõe a criação de brigadas de incêndio, de caráter civil, formada por voluntários e/ou servidores, para atuação exclusivamente em operações de salvamento e combate a incêndio, conforme Parecer 1.204/13 no Senado.</p>

Fonte: autor.

Início, a partir deste ponto, a segunda etapa da descrição e análise do caso que aborda os modos de coordenação dessas ações de legitimação. Oriente essa próxima etapa pela lógica cronológica do processo de legitimação. Partindo pela análise da “arquitetura” da comunidade que fundou o CBVJ, abordo os principais acontecimentos relacionados ao processo de legitimação dessa inovação social, até os dias atuais, identificando os diferentes modos de coordenação presentes na coordenação das ações. Retorno aos conteúdos do Quadro 19 no item 5.4 que se refere à síntese das ações de legitimação.

## 5.2 “ARQUITETURA” DA COMUNIDADE E DO CBVJ

Boa parte dos levantamentos deste item foi colhida por meio de inúmeras visitas ao Acervo Histórico de Joinville (AHJ). Foram atas, recortes de jornais e periódicos, documentos institucionais, além de dados disponíveis em sítios na internet e outras publicações sobre a história de Joinville. Estes dados secundários foram complementados às respostas de entrevistas de atores sociais contemporâneos, descendentes de quarta ou quinta geração dos imigrantes colonizadores. Algumas entrevistas já estavam disponíveis (BÖBEL, 1999; ANOTÍCIA, 1998), mas outras duas foram realizadas por mim. Foram necessárias evidências de diversas fontes para a construção do argumento da “arquitetura” da comunidade dos fundadores do CBVJ.

O primeiro artigo do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, escrito em alemão gótico, em 1892, apresentava exigências que excediam a natureza da atividade. Ele demandava que, cada membro, dentro e fora do serviço tivesse um comportamento honesto e másculo. Quando em serviço, além da sobriedade, exigia-se o comportamento correto, pontual, perseverante, obediente, prudente<sup>9</sup> e corajoso:

*Disciplinar-Gesetz der Joinvillenser*

*§1 - Jedes Mitglied der Feuerwehr hat in ausser dem Dienste ein ehrenhaftes, männlichen Betragen, insbesondere in Dienste Nüchternheit, pünktlichkeit, Ausdauer, Gehorsam und wenn es gilt, Muth und Besonnenheit zu zeigen (CBVJ, 1892, p. 13).*

A comprovação prévia de um comportamento respeitável e da disposição para a disciplina, entre outras exigências de caráter ético, fazia parte do processo de adesão de novos membros do CBVJ, mas não era uma regra exclusiva dessa entidade. A loja maçônica, fundada em 1855, e a Sociedade Alemã de Ginástica de Joinville, criada em 1858, ambas também voluntárias, já exigiam estatutariamente o comportamento honrado e disciplinado de seus membros. Em todas essas entidades, previam-se punições para atrasos não justificados, inadimplência das mensalidades, desacato aos superiores, etc. Essas regras rígidas de conduta, muito inspiradas na lógica militar,

---

<sup>9</sup> Essa noção de prudente remete, provavelmente, ao sentido de serenidade e autocontrole nas situações de alto risco.

provavelmente foram baseadas em estatutos obtidos de instituições similares, já existentes na terra natal dos colonos. Alguns deles já faziam parte dessas entidades antes de emigrarem (CBVJ, 1892; EHLKE, 1990; SOCIEDADE GINÁSTICA DE JOINVILLE, 1958).

Difícilmente, alguém é capaz de negar que a disciplina e a ordem façam parte da tradição cultural alemã. Sobre a inclinação associativa e voluntária da etnia germânica, Böbel (1999, p.22), cuja história profissional se associa ao AHJ, afirma que:

O alemão, ele tem uma qualidade, dizem sempre que “onde há três alemães, há quatro sociedades”. Então, rapidamente eles trataram de fundar as sociedades, associações de canto, de tiro ao alvo, de ginástica, de teatro amador. Havia de cultura, havia uma associação de assistência, uma Casa de Assistência ao Imigrante necessitado, quase como um plano de saúde, digamos.

Maria Thereza Böbel, falecida em 2005, foi ex-diretora e, por décadas, tradutora do alemão gótico presente nos registros históricos de Joinville e também da Alemanha. Nossa análise de uma “arquitetura” da comunidade que fundou o CBVJ não nega essa visão mais universalista do contexto social. De forma dialética, ela se diferencia dessa perspectiva sociológica generalista, ao propor uma compreensão mais próxima do engajamento dos imigrantes com sua realidade específica.

A própria Böbel (1999, p. 8), argumenta em favor dessa perspectiva particular, ao esclarecer as diferenças entre imigrantes alemães colonizadores do Rio Grande do Sul e de Joinville:

[...] o imigrante que foi pro Rio Grande do Sul é diferente do imigrante que veio pra Joinville, por exemplo. [...] ele tinha acabado de passar pelas Guerras Napoleônicas.

[...] E não teve muito tempo de mandar o filho pra escola, de... Entende? E o imigrante que veio pra Joinville, pra Blumenau, ele já tinha passado trinta anos de paz. Então, já era... Já veio com outra cabeça.

Outra passagem da mesma entrevista nos revela a pertinência de experiências pretéritas específicas, que possam ter influenciado a

trajetória de vida dos fundadores do CBVJ. Dessa vez, a referência foi diretamente relacionada ao comportamento voluntário “bombeiril”:

Na Alemanha já tinha, e ainda existe Bombeiros Voluntários [...] Muitos imigrantes vieram da região Norte e Hamburgo, a cidade de Hamburgo foi... Praticamente um terço da cidade, foi destruído por um incêndio tá, e isso levou à criação dos Bombeiros Voluntários (BÖBEL, 1999, p. 23).

A realidade específica dos moradores de Hamburgo incitou a criação da corporação de bombeiros daquela localidade, embora, como já comentado anteriormente, essa ação também tenha ocorrido em muitas outras cidades da Alemanha, transformando-se em tradição naquele país. Conclui-se que essa mesma ação, por vezes de forma preventiva, foi replicada em outras cidades, buscando evitar novas tragédias. O mesmo ocorreu em outros países já citados (TERNES, 2007).

Percebemos, portanto, que pode ter havido alguma participação em atividades de bombeiros voluntários entre as experiências vividas por alguns dos emigrantes. Quais, então, são as características que justificam algo particular na “arquitetura” dessa comunidade? Para responder a essa pergunta é preciso descrever um pouco mais dos antecedentes históricos que delineiam a trajetória específica das famílias que emigraram para a colônia Dona Francisca. Nessa história, um princípio consuetudinário<sup>10</sup> da família imperial brasileira, não raro também na Europa, tem papel de destaque: o casamento como contrato político e econômico.

A Lei Nº 166, datada em 25 de setembro de 1840, estabelecia que as princesas irmãs de D. Pedro II, na idade de se casar, teriam vantagens econômicas e financeiras da Nação. Dona Francisca Carolina, Princesa brasileira, uma das irmãs do Imperador, casou-se com o príncipe francês François Ferdinand Philippe de Orléans, filho do Rei da França, Luís Felipe.

Casaram-se em 1843. Nessa época, a estabilidade política e financeira da França e do restante da Europa era constantemente ameaçada pela

---

<sup>10</sup> Adjetivo que se refere ao direito não escrito nas leis, fundado nos usos e costumes ou prática (AULETE, 2013).

insatisfação do povo com o desfecho da Revolução Francesa de 1789. A prometida, cantada e decantada "liberdade, igualdade e fraternidade" não chegara ao povo (BÖBEL; S'THIAGO, 2010).

O clima de instabilidade na França, nessa década, culminou com a Revolução de 1848 e a deposição do Rei Luís Felipe. A família real francesa teve que se exilar na Inglaterra, onde, apesar da solidariedade recebida pelos anfitriões, tinham de se manter sem os costumes e privilégios. Surge, então, a necessidade de extrair valor econômico das 25 léguas quadradas de terras pertencentes ao dote da Princesa Francisca.

A área do dote se situava na margem direita do Rio São Francisco, da, então, Província de Santa Catarina. Em 1849, um contrato entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (SCH) e o príncipe e a princesa de Joinville estipulava a cessão de oito léguas quadradas à dita Sociedade, para que fossem colonizadas (idem, 2010).

Durante o período de 1851 a 1889, a SCH transferiu para Joinville um total de 17.408 imigrantes europeus. Comercializou terras e realizou acordos econômicos com o Príncipe de Joinville, com o Governo da Província de Santa Catarina e com o Império Brasileiro (SCH, 1891).

Böbel e S'Thiago (2010) relatam que a decisão de emigrar para superar os problemas vividos na terra natal envolveu desafios muito maiores do que os previstos. Uma boa parte das emigrações, nas primeiras décadas, é permeada pelas dificuldades da partida, a perigosa aventura da viagem e o desencanto da chegada, que denunciaria riscos, talvez ainda maiores que os enfrentados na Europa. Depois de décadas de estudo sobre a imigração, Böbel (1999, p.5) conclui que:

A Sociedade Colonizadora de Hamburgo “pintou tudo de cor de rosa”, então a gente vê os desenhos da época, é pontezinha, é jardimzinho em volta da casa, orquídea na árvore, papagaio e tal, e quando chegavam aqui não era nada disso, só que eles não tinham dinheiro pra voltar.

No Anexo B, apresento partes de um texto do jornal alemão *Illustrirte Zeitung*, de Leipzig, em 1851, que se posiciona sobre a emigração do ponto de vista econômico e social. Constata-se que a

abordagem do tema, pelo jornal alemão, é marcada por um discurso ambivalente entre a preocupação social com os pobres e a crise da economia alemã. A corrente filosófica do utilitarismo orienta explicitamente a posição do autor. A mesma lógica utilitária alicerçou as teorias dos economistas clássicos em geral, na formação do sistema capitalista (BENTHAM, 1979). Após analisar de forma ambígua o fenômeno da emigração, sob o aspecto geral, o texto apresenta, de forma muito assertiva, as vantagens oferecidas pela SCH, para os interessados em emigrar para Santa Catarina. Aparentemente, a ideia geral de emigração teria prós e contras. Seria uma boa saída para os pobres e uma péssima ideia para os ricos. Ao final, o artigo parece assumir o formato de anúncio, com preço, datas de partida e informações para contato.

Embora habitualmente se remonte a formação da cidade ao processo iniciado pela SCH, antes da chegada desses imigrantes, já havia habitantes na região:

Há cerca de cinco mil anos, comunidades de caçadores já ocupavam a região, deixando vestígios (sambaquis, artefatos, oficinas líticas). Índios ainda habitavam as cercanias quando aqui chegaram os primeiros imigrantes. Por fim, no século XVIII, estabeleceram-se na região famílias de origem portuguesa, com seus escravos negros, vindos provavelmente da capitania de São Vicente (hoje Estado de São Paulo) e da vizinha cidade de São Francisco do Sul. Essas famílias adquiriram grandes lotes de terra (sesmarias) nas regiões do Cubatão, Bucarein, Boa Vista e Itaum, e aí passaram a cultivar mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho, entre outros (JOINVILLE, 2013, p. 6).

Um fato importante e evidenciado pelos registros de emigração que constam da obra *Os Pioneiros*, de Böbel e S’Thiago (2010) é que, frequentemente, parte dos emigrantes não resistia à travessia do Atlântico. A viagem durava cerca de dois meses, de acordo com as condições do clima, já que não se utilizava a propulsão a vapor nessas embarcações. Depois de uma partida geralmente tumultuada ou traumática, principalmente para os que estavam sendo perseguidos ou até banidos de suas pátrias, eles ainda tinham que sobreviver à viagem. Nos navios que vinham para o Brasil, a falta de água e alimentos,

doenças fatais, afogamentos e outros perigos, não raramente faziam parte dos registros, sem contar os falecimentos logo após a viagem. Segundo Böbel (1999), do Navio Vitória, por exemplo, que chegou em dezembro de 1867, morreram 51 pessoas a bordo.

Como ilustra a Foto 5, boa parte da área destinada à colônia, ainda teria sua densa mata atlântica derrubada pelos próprios emigrantes, não sem o necessário apoio dos vizinhos. Longe da intenção de mitificar a saga desses primeiros colonos, não há como desconsiderar os inúmeros registros e depoimentos quanto às dificuldades enfrentadas. Em 1851, por exemplo, quando a população ainda era de 389 habitantes, uma doença tropical epidêmica causou a morte de 45 pessoas (TERNES, 2007).

Foto 5: Colonos construindo uma choupana



Fonte: AHJ

Um dos entrevistados desta pesquisa recebeu a Comenda da Machadinha, depois de quarenta anos de contribuição como sócio do CBVJ. Seu pai também recebera a mesma comenda, anos antes. E um primo dele havia sido bombeiro voluntário por décadas. O bisavô desse

entrevistado foi um dos emigrantes da Barca Colon, que aportou por aqui em 1851, com 118 pessoas, entre os primeiros imigrantes trazidos pela sociedade colonizadora. Foram embarcados 125 passageiros em Hamburgo, mas sete deles não resistiram à viagem (BÖBEL; S' THIAGO, 2010).

Esse entrevistado nos conta que seus familiares eram lavradores sem muitos recursos e que tiveram que superar muitas doenças como o tifo, cólera, malária, febre amarela, etc. Entre as histórias de superação que conta, querendo apresentar documentos comprobatórios que ainda possui, está a impressionante situação de seus avós, que encontraram um de seus filhos morto por picada de cobra, justamente quando retornavam, do enterro de outro filho, que havia falecido pelo mesmo motivo. Ele salienta que a determinação e a perseverança, juntamente com o espírito voluntário e comunitário para superar as muitas adversidades, sempre foram marcantes em sua família. Ele e seus antecessores frequentavam ativamente várias das tradicionais associações de Joinville. Entre essas entidades, estavam aquelas de caráter cultural, social, artístico e filantrópico. Mas não consegue esconder um orgulho marcadamente especial em relação aos Bombeiros Voluntários de Joinville ao descrever como percebia em seu primo, o valor da corporação: “Além do orgulho, da felicidade que se verificava no semblante dele e no falar. [...] De poder, ao ouvir a sirene, ajudar e ser útil. [...] O bombeiro sabe da importância do seu trabalho e fica feliz em realizar esse trabalho” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2013).

Outro relato pertinente foi extraído de uma carta endereçada pelo alemão Ottokar Doerffel à sua mãe, em março de 1855. Esse imigrante se tornou um personagem muito conhecido, por ser um dos fundadores da Sociedade Ginástica, um dos líderes da maçonaria, o fundador do primeiro jornal da colônia, além de ter sido o primeiro representante (superintendente) eleito de Joinville, com 227 votos, em 1872 (EHLKE, 1990). Nascido em 1818, no então Reino da Saxônia, estudou Ciências Jurídicas em Leipzig, onde se formou em 1842. Em 1849, foi burgomestre (Prefeito) da cidade industrial de Glauchau. Envolveu-se nas inquietações ocorridas na Saxônia, em 1849, a exemplo dos movimentos revolucionários de 1848. Depois da derrota, Ottokar Doerffel teve que responder a rigoroso processo, fato que o levou a emigrar, em 1854 (BÖBEL; S' THIAGO, 2010).

Já em 1855, após três meses de sua chegada, ele descreve na carta sua tumultuada partida, a perigosa viagem (na qual faleceu um membro da família que o acompanhava) e as primeiras e frustradas impressões

sobre a Colônia Dona Francisca. Em meio a tantos percalços, Ottokar Doerffel reconhece o espírito solidário da vizinhança na colônia:

Em minha última carta já lhe escrevi da nossa decepção ao pisarmos o chão desta Colônia. Já escrevi também sobre o estado lamentável da moradia que nos foi designada e do triste início de nossa nova vida. Como todos os nossos utensílios ainda se achassem a bordo, tivemos de nos arranjar da melhor maneira possível. Para felicidade nossa, os vizinhos se mostraram extremamente atenciosos, ajudando-nos e emprestando-nos louças e outros utensílios. Nem mesmo fechadura havia na porta do nosso estábulo e tínhamos de deixá-lo aberto, não fosse um vizinho, que nos emprestou uma fechadura com gonzos e corrente (BÖBEL; S'THIAGO, 2010, p. 176).

Entre os elementos que complementam as experiências particulares dessa comunidade, identificou-se que, embora a principal origem fosse camponesa, emigraram também pessoas que possuíam formação de ofício, muito rara no Brasil imperial. Entre os mais preparados havia: farmacêutico, marceneiro, serralheiro, ferreiro, tipógrafo, tecelão, alfaiate, sapateiro, etc. (EHLKE, 1990). Tal diversidade de experiências profissionais não evitou que, pela falta de uma economia local estruturada, inicialmente, a maior parte teve que buscar seu sustento pela, mais árdua, atividade da lavoura (BÖBEL; S'THIAGO, 2010).

Cunha (2008) defende que 75% dos imigrantes vieram de aldeias rurais com até 2.000 habitantes e de pequenas cidades alemãs, localizadas na parte norte e leste e da região norte da Suíça. Cunha (2008, p. 36) também destaca que:

[...] vieram para a Colônia Dona Francisca muitos profissionais liberais (advogados, arquitetos, professores, médicos, engenheiros, farmacêuticos etc.) formados em universidades e ex-militares, grupo que se impôs como elite dominante da colônia nas primeiras décadas. A maioria emigrou por motivos políticos, por ter se envolvido de alguma forma nos movimentos revolucionários de

1848, que reivindicavam o fim do regime absolutista, a unificação alemã e a instalação de um Estado liberal-democrático. Com a dura repressão conservadora, muitos foram mortos, presos ou exilados, enquanto outros preferiram fugir ou emigrar por conta própria. Foi o que fizeram, por exemplo, Ottokar Doerffel, ex-Prefeito da cidade de Glauchau, na Saxônia, e o advogado Carl Julius Parucker, ou os irmãos Carl e Friedrich Lange, Theodor Rodowicz, Benno von Frankenberg, Ludwig von Lassper, Rudolf Zinneck, todos ex-oficiais do Exército de Schleswig-Holstein, dissolvido pelo governo prussiano em 1850, após a derrota para a Dinamarca.

O desenvolvimento econômico da colônia pela agricultura era muito difícil. São comuns os depoimentos e registros de intempéries tropicais e sobre o solo argiloso e pantanoso que não favorecia muitas das culturas valorizadas à época, como o café e o algodão. Isso limitou as possibilidades econômicas da maioria das famílias às condições de subsistência até que as primeiras manufaturas e estruturas de produção surgissem, como moinhos e tecelagens (BÖBEL; S'THIAGO, 2010).

Böbel e S'Thiago (2010) apresentam várias cartas endereçadas a familiares dos imigrantes que permaneceram na Europa. Nelas, são descritas como as perseguições políticas e a crise econômica na Europa tornaram críticas as condições da emigração. A viagem e a chegada à nova colônia foram frequentemente marcadas por dificuldades de toda ordem, principalmente pelas ameaças de doenças fatais. Além disso, o insucesso econômico com a lavoura era comum nesses relatos.

Essa realidade foi também descrita no depoimento de Udo Döhler (ex-presidente do CBVJ e atual Prefeito de Joinville), em entrevista concedida ao Jornal ANotícia (DÖHLER, 1996). Antes de se eleger Prefeito em 2012, era empresário do setor têxtil, sucessor do empreendimento criado por seu bisavô, ainda no início do período colonial:

[...] O meu bisavô emigrou em meados de 1881 e já naquele mesmo ano, em dezembro, fundava a empresa. A família emigrou da Saxônia, mais precisamente de Glauchau. [...] era mestre em tecelagem. Ele era casado, veio com mulher e dois filhos, de aproximadamente 7 e 8 anos de idade, o

Arno Alexandre, meu avô. Ele emigrou por razões econômicas e políticas, e queria emigrar para a América. Não precisamente para o Brasil. Mesmo tendo já passado o período das revoluções e dos conflitos políticos, especialmente a do ano de 1848, ainda assim o meu bisavô entendeu que não havia espaço para suas convicções políticas e decidiu sair da Alemanha. [...] Ele adquiriu o título de propriedade de um lote, o existente ainda no centro da cidade, onde se estabeleceu com a família, de onde, mesmo ano, iniciou sua atividade de tecelão, ainda mantendo as expectativas de se transformar num agricultor, que era seu desejo. Adiante, ele comprará um segundo lote, nas imediações da atual BR - 101, de cerca de 600 mil metros quadrados, justamente para iniciar sua atividade de homem do campo. Outros fatores, contudo, impediram que ele concretizasse esta sua aspiração. O solo não era apropriado, a família foi acometida de malária, os tempos foram difíceis, de forma que ele então decidiu, ao longo dos primeiros meses aqui estabelecido, em se dedicar à produção de tecido, que era um ofício que conhecia. E conhecia tanto, que ele mesmo produziu o primeiro tear, de madeira, em Joinville. Esse tear se encontra hoje no Museu Nacional de Imigração e Colonização. É preciso dizer, ainda, que a sua mulher, a minha bisavó, trouxe da Alemanha 5 quilos de restolho de fio. Com esses fios ele teceu um artigo de brim, que a seguir vendeu para os vizinhos.

[...] Meu avô já participava intensamente dos assuntos comunitários em Joinville. Foi bombeiro voluntário, teve sua participação no episódio da revolução federalista de 1893, na passagem das tropas em Joinville, ele também esteve na maçonaria (DÖHLER, 1996).

A realidade imposta à comunidade de imigrantes, entre eles os futuros fundadores do CBVJ, era enfrentada de forma aparentemente coesa e isolada. Segundo S'Thiago (1998), o processo inicial de desenvolvimento da colônia teve caráter muito particular. A maioria da população participava mais ativamente das decisões apenas de seu

núcleo. Uma das características próprias dessas colônias foi o grande isolamento instalado entre os núcleos. Os principais elementos da vida política, econômica e social eram: a direção da Colônia, o comércio, a escola, a igreja e as associações culturais e recreativas que os próprios imigrantes fundaram.

A influência da religião, tão amplamente discutida de forma universalista pelas principais correntes das ciências sociais, também estava presente na vida inicial da colônia. Embora fosse proibida, por decreto imperial, a construção de templos que não fossem católicos (religião oficial brasileira), um templo protestante foi construído ao mesmo tempo da primeira igreja católica. A cisão religiosa era um elemento que reforçava as diferenças étnicas (BÖBEL; S'THIAGO, 2010).

Essas diferenças tinham reflexos na estrutura geográfica da cidade, como argumenta Schneider (1984). Para ele, existia uma divisão de etnias na colônia. O autor cita que para o sul de onde se encontra hoje a Rua Padre Carlos, havia o predomínio da religião católica. Já para o norte, o predomínio era da religião protestante, cujos cultos eram ministrados em alemão. A língua parece ter sido também um elemento simultâneo de coesão, no caso dos imigrantes, e de certo afastamento das famílias que falavam o português.

Mesmo entre as personalidades mais cultas da Colônia, como o cônsul hamburguês Ottokar Doerffel, essa realidade parecia se reafirmar. Até 1864, dois anos após ter fundado o *Jornal Kolonie Zeitung*, ele ainda não havia aprendido a falar o português, como menciona nesse trecho de uma correspondência:

Realmente, a Colônia, assim como a vizinha Colônia Blumenau, é um pedaço de terra alemã, tão pura, como dificilmente se encontraria outra a não ser na Alemanha. A maioria de nós não tem, até agora, nenhum contato com o elemento brasileiro. A título de curiosidade seja dito que aqui, apesar de muitos contatos externos, ainda não tive oportunidade suficiente de aprender a falar o português, que leio razoavelmente; em contra partida, mediante contato com alemães de todos os dialetos, aprendi a falar melhor o alemão do que o falava antigamente na Saxônia (DOERFFELL, 1866 APUD BÖBEL; S'THIAGO, 2010).

Embora o aparente isolamento em relação a outras etnias, havia ativa participação de certos indivíduos, entre os imigrantes de língua alemã. Pelos levantamentos realizados, constatou-se que muitos entre os essas pessoas mais ativas na comunidade eram membros comuns de várias das instituições formadas na colônia, notadamente de origem germânica (SOCIEDADE GINÁSTICA DE JOINVILLE, 1958; EHLKE, 1990; BÖBEL, 1999; TERNES, 2007).

Essas iniciativas de formação de entidades associativas podem ser mais bem compreendidas pelo regime da ação planejada do que, isoladamente, pela ação instrumental-funcional ou pela intencionalidade dos agentes. Esse regime envolve ambas. Para Thévenot (2001a), o Regime de Ação Planejada apresenta uma noção de “bom” como o cumprimento dessa ação:

*[...] the environment is seized in a format of functional capacity and the perspective I adopt brings to light the joint elaboration of both intentional-planning agency and instrumental-functional capacity. [...] I want to relate this regime to a kind of good to which agents are committed. Individual interest is often viewed, in social and political sciences, as the universal cause of human action. By contrast, the analysis in terms of regimes **helps to see the pragmatic requirements which sustain an individual agency interested in the success of his/her elementary action.** The specific delimitation of the good which governs this engagement is both related to the human individual willing agency, and to the functional preparation of the world. It is the good of a fulfilled planned action.*

Ehlke (1990, p. 12, GRIFO NOSSO) afirma que maçons participaram ativamente e, por vezes, fundaram os principais empreendimentos comunitários da colônia:

Foi o espírito comunitário por eles revelado em muitas ocasiões, em prol de empreendimentos municipais, que os fizeram conhecidos e admirados junto ao público, desde os tempos coloniais. Desde as antigas sociedades por eles fundadas, ou nas quais tiveram forte participações,

como as de: Canto, Teatro, Sociais-recreativas, de Tiro (a Sociedade dos Atiradores de Joinville foi uma das mais antigas senão a primeira, em seu gênero, no Brasil-Sul); Culturais de um modo geral; **participações no Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville**, e outros mais empreendimentos, tiveram as iniciativas ou presenças dos primeiros maçons de Joinville.

A loja maçônica *Zur Deutschen Freundschaft* (Para a Amizade Alemã) iniciada em 1855, logo se fundiu com a *Zum Südlichen Kreuze* (Ao Cruzeiro do Sul), que havia surgido em 1859, e se tornaram, a partir de 1895, a *Deutsche Freundschaft zum Südlichen Kreuze* (Amizade Alemã ao Cruzeiro do Sul). Ehlke (1990) sugere que a alusão ao Cruzeiro do Sul se referia à constelação que simboliza o Brasil. Mais um fato particular é que, por terem membros que já eram maçons na Alemanha, o rito praticado era diferente das demais lojas que se instalariam nas regiões sudeste e nordeste do Brasil. As lojas de Joinville praticavam o rito Schröder, surgido na Grande Loja de Hamburgo.

O rito Schröder foi adotado e disseminado no Brasil pelos imigrantes maçons alemães e suíços da Colônia Dona Francisca. Esse rito apresenta algumas diferenças que se atribuem a proposta, aparentemente polêmica, de seu precursor, Friedrich Ludwig Schröder. O texto de Rinkus e Souza Filho (2013) descreve a essência de sua proposta e trata da realidade vivida por Schröder:

O Irm. Schröder entendia a Maçonaria como uma união de virtudes e não, uma sociedade esotérica. Por isso, enfatizou no seu Ritual o ensinamento dos valores morais e a difusão do puro espírito humanístico, dentro do verdadeiro amor fraternal. (RINKUS; SOUZA FILHO, p. 2).

Leite (2009) caracteriza algumas diferenças desse rito, em relação aos demais. O autor enfatiza a importância do caráter e da experiência vivida por Schröder, na construção diferenciada de sua proposta:

Sobre a importância do Ritual de Schröder para a Maçonaria Universal, podemos destacar que o Irm. Schröder - um verdadeiro mestre no domínio da linguagem e da dramatização, pois

atuava profanamente como ator e diretor de teatro - trabalhou em perfeita sintonia com os acontecimentos de seu tempo e o pensamento dos maiores maçons alemães, muitos dos quais eram seus amigos e com os quais contou para elaborar seu ritual. Schröder colocou no mesmo o que de melhor havia em termos de Filosofia Racionalista e Humanista, defendendo sempre a igualdade entre os Irmãos e a busca da verdadeira Fraternidade. Para Schröder, a Franco-Maçonaria era e sempre foi uma Confraria que unia homens virtuosos para em conjunto estudarem os símbolos da Arte da Construção e desenvolverem a Moral, a Ética, a Caridade e o Amor Fraternal. Em muitas passagens o Ritual enfatiza a confiança que os Irmãos depositam uns nos outros e a harmonia que deve prevalecer na confraternidade (LEITE, 2009, p. 1).

Com esses conteúdos, acredito ter sido possível apresentar algumas das ideias e princípios que estariam sendo cultivados, periódica e ritualisticamente, por esses maçons, que participavam em bom número das iniciativas comunitárias da colônia. Aparentemente, era importante que esses princípios influenciassem o comportamento e as ações desses atores sociais, para lidar com as necessidades e relações na comunidade.

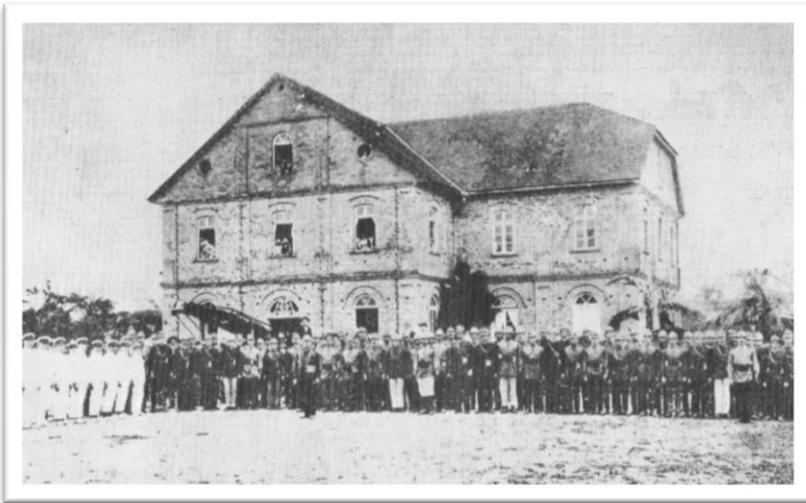
Reforçando a coesão entre as associações, Böbel (1999) esclarece que os membros do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville saíram da, então, *Deutscher Turnverein zu Joinville* (Sociedade Alemã de Ginástica). Ternes (2007, p. 20-21), ao descrever algumas das primeiras deliberações dos fundadores do CBVJ, também corrobora o fenômeno de coesão:

Ficou decidido ainda que os exercícios seriam realizados no campo de esporte do Ginástico, cedido gratuitamente para este fim. É preciso registrar que muitos dos integrantes da nova corporação, já integravam, há anos, os quadros da Sociedade Ginástica, fundada em 1858, na colônia. Igualmente, várias das lideranças envolvidas na fundação dos bombeiros tinham longa vida maçônica, entidade criada ainda mais cedo do que a dos ginastas, em 1855. A consolidação dos bombeiros e sua lenta evolução,

e garantia de sua não extinção nos primeiros anos, decorre destes laços profundos com o núcleo maçônico, que mantinha ativa tutela da comunidade, influenciando na política, na economia, nos movimentos culturais e, também, nas questões delicadas daqueles anos, a segurança.

A Foto 6 mostra ginastas e bombeiros participando conjuntamente de um evento festivo, em 1922. Essa interação é descrita desde a fundação do CBVJ, que utilizaria inicialmente a sede da entidade de ginástica para a realização de seus exercícios semanais de treinamento.

Foto 6: Evento na sede da Sociedade dos Ginásticos (1922)



Fonte: AHJ

O Quadro 20 resume os principais aspectos, descritos neste item, sobre a “arquitetura” da comunidade. Por meio desse quadro, tento responder, de forma apenas preliminar às perguntas que se referem ao quadro de análise de Thévenot *et. al* (2005, p. 36), que se refere ao regime pragmático da familiaridade.

Quadro 20: Resumo da “arquitetura” da comunidade

	<b>Como se constituiu a “arquitetura” da comunidade</b>
Qual noção do que é bom e com qual avaliação?	As famílias da comunidade que fundou o CBJV tinham em comum a esperança que a emigração seria uma chance de recomeçar suas vidas, com liberdade e condições de buscar novos e melhores caminhos. As adversidades de toda ordem impostas pela partida, viagem e adaptação na nova terra demandaram perseverança e o cultivo de relações solidárias na vizinhança imediata. A precária infraestrutura básica e difícil sustento pela lavoura foram os primeiros desafios superados.
Qual realidade é engajada, com qual capacidade?	A língua e cultura germânica, além da religião protestante explicam, apenas em parte, a “arquitetura” da comunidade. A “personalidade distribuída” desses imigrantes também contribuiu para a construção de sua convivência em meio às idiossincrasias da realidade de sua vizinhança mais próxima. A mescla muito particular de formação e do perfil de liderança de seus membros, resultante de experiências pessoais e profissionais anteriores, também influenciou essa dinâmica de convívio e engajamento inicial.
Qual é o formato de informações relevantes?	As notícias e informações com a terra natal eram trocadas principalmente por meio de cartas entre familiares, que descreviam as singularidades de suas experiências naquela comunidade. Essas informações, em conjunto com as veiculadas pela mídia impressa, influenciaram a decisão de novas emigrações. Na comunicação direta entre os imigrantes germânicos da colônia, os dialetos iam se integrando em meio às relações personalizadas, e cada vez mais coesas, de seus membros, e um distanciamento em relação às demais etnias.
Que tipo de agência é construído?	Ao passo que organizações associativas foram sendo instituídas e disciplinadas, foram mantendo o estado íntimo desses imigrantes e da trajetória pela qual eles se familiarizaram com sua vizinhança. A noção do que é bom foi sendo, então, também moldada por hábitos fixos no seio das entidades, cujas iniciativas podem ser mais bem compreendidas pelo regime da ação planejada. Nessa expansão da interação com a Colônia, esses imigrantes fundam o CBJV, cuja finalidade se estendia ao bem-estar geral.

Fonte: autor, baseado em Thévenot et. al (2005, p. 36)

Como discutido na fundamentação, o Regime de Familiaridade molda as pessoas em um tipo de “personalidade distribuída” em todo o seu entorno imediato, em conformidade com uma disposição pessoal que a inclina a agir, transformando em e fazendo uso do familiar, coisas apropriadas e lugares habitados (THÉVENOT, 2007b).

Alguns indícios das características dessa “personalidade distribuída” podem ser identificados pelas disposições pessoais, evidenciadas nos dados secundários levantados: (1) demonstrações de perseverança em relação às adversidades; (2) atitudes solidárias com a vizinhança; (3) disposição ao risco e ímpeto de progresso pessoal e material; (4) a importância da disciplina e da ordem no meio familiar; e (5) a energia para o trabalho também foi identificada como um traço dos emigrantes, tanto nas lidas dentro das propriedades, quanto na vizinhança.

Desde as motivações e ameaças inerentes à decisão de emigrar, passando pela penosa viagem e difícil adaptação, e culminando com os desafios enfrentados para tentar prosperar na nova colônia, descrevemos alguns dos principais elementos que compõem a trajetória pela qual esses imigrantes se familiarizaram com sua vizinhança imediata:

- A maior parte era dos imigrantes era formada por lavradores ou artesãos e vieram com poucos recursos, pois passavam necessidades em sua terra natal e não tinham dinheiro para voltar;
- Também havia imigrantes políticos e militares, derrotados na revolução de 1848 (contra um regime absolutista) e perseguidos por isso;
- Alguns eram maçons e praticavam o Rito Schröder (originado em Hamburgo e considerado também revolucionário na maçonaria) e compartilhavam o ideário iluminista (Liberdade, Igualdade e Fraternidade);
- Boa parte dos fundadores do CBVJ tinha boa formação. Eles não eram predominantemente das classes mais pobres, formada por lavradores, embora nem todos fossem abastados;
- A maior parte dos imigrantes passou por riscos na viagem e uma grande frustração na chegada, ao perceberem que, em muitos casos, haviam sido iludidos;
- A adaptação na colônia foi difícil, devido às doenças, precariedade da infraestrutura, intempéries etc.;
- O plano de prosperar economicamente pela agricultura não foi atingido;

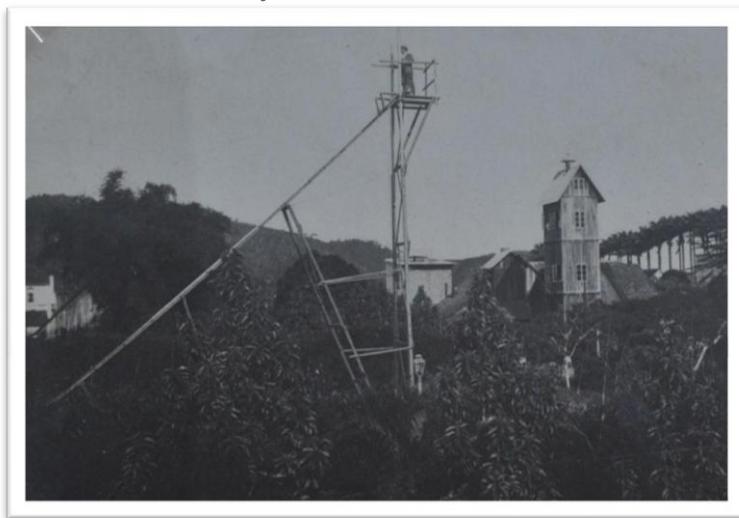
- O preparo e formação de ofício de alguns imigrantes e o perfil de disposição ao risco favoreceram o surgimento da atividade empreendedora que, embora tenha se concentrado inicialmente no comércio, já aparentava vocação notadamente industrial;
- Alguns tinham passado pelo grande incêndio de Hamburgo (e provavelmente participaram ou tinham parentes/contatos que se envolveram com os bombeiros voluntários de lá).

Finalmente, o esforço empreendido até aqui teve o intuito de descrever, à luz de regimes pragmáticos de maior proximidade, a realidade da comunidade, antes da criação do CBVJ. Ressalto que o escopo dessa análise se concentrou na comunidade de imigrantes de língua germânica, por terem saído desse grupo os fundadores do CBVJ.

### 5.3 A LEGITIMAÇÃO DO CBVJ

A partir da fundação do CBVJ, em 1892, o impacto da ação desses imigrantes transcendeu o convívio mais próximo da comunidade germânica e se estendeu solidariamente a Joinville. Simbolizando essa visão mais ampla do que é bom para a cidade, a Foto 7 apresenta o posto de observação construído pelo CBVJ, no início do século XX.

Foto 7: Posto de observação do CBVJ



Fonte: AHJ

Nesta parte da descrição do caso, os acontecimentos ligados à legitimação possuem natureza pública, permitindo a análise à luz do regime pragmático da ação justificável (Quadro 15). Saliento que esses diferentes modos de coordenação das ações<sup>11</sup> de legitimação da inovação social são atribuídos *a posteriori*, de acordo com as situações em que essas ações ocorreram. Isso significa que não há correspondência prévia entre uma ordem de grandeza e determinado objeto, ação ou ator social (THÉVENOT, 2001b).

De forma mais específica, nem todo elemento classificado como *cívico* se refere a organizações públicas, não governamentais ou ao Estado. Nem toda evidência dos regimes de *projeto* e de *mercado* se refere a empresas ou ações de caráter econômico. Assim como uma referência ao mundo industrial não corresponde, necessariamente, a uma indústria ou ao empresário industrial, mas sim à grandeza que é traduzida pela eficiência, previsibilidade, maximização de recursos para o progresso, etc., conforme as características de cada mundo, expressas no Quadro 15.

Um mesmo termo pode, então, assumir perspectivas de mundos distintos, conforme sua grandeza no contexto. A palavra *bombeiro*<sup>c</sup>, por exemplo, remete ao mundo cívico, já que se refere à atividade de interesse público, como *policia*<sup>c</sup>, *secretário*<sup>c</sup>, etc. Contudo, ao aludir uma passagem com o *voluntariado*<sup>d</sup>, do mundo doméstico<sup>12</sup>, o termo se transforma em passarela: *bombeiro*<sup>c</sup> *voluntário*<sup>d</sup> = *bombeiro*<sup>c/d</sup>. Da mesma forma, existe o *bombeiro*<sup>c</sup> *militar*<sup>c</sup> = *bombeiro*<sup>c</sup>. Além do *bombeiro*<sup>c</sup> *profissional*<sup>u</sup> = *bombeiro*<sup>c/u</sup>. Nesse último exemplo, ao se

---

<sup>11</sup> Legenda da codificação dos Modos de coordenação da ação justificável:

<sup>c</sup> – pertencente ao regime cívico

<sup>i</sup> – pertencente ao regime da inspiração

<sup>d</sup> – pertencente ao regime doméstico

<sup>f</sup> – pertencente ao regime da fama

<sup>m</sup> – pertencente ao regime do mercado

<sup>p</sup> – pertencente ao regime de projeto

<sup>u</sup> – pertencente ao regime industrial

<sup>12</sup> O voluntariado é compreendido, nesta pesquisa, como um sujeito do mundo doméstico, devido à dinâmica de relacionamento maussuniana: dar-receber-retribuir. Não obstante o termo voluntário significar o sujeito que age por livre arbítrio, característica do mundo da inspiração, adoto a dinâmica da relação desses voluntários com o CBVJ para traduzir o principal modo de coordenação da ação envolvido.

referir estritamente a uma *profissão*<sup>u</sup>, como *pedreiro*<sup>u</sup>, *marceneiro*<sup>u</sup>, etc., também pode ser classificado como *bombeiro*<sup>u</sup>.

Quando nossa análise da coordenação das ações se referir à sustentabilidade *operacional*<sup>u</sup> ou *financeira*<sup>u</sup> da corporação, ela estará circunscrita ao modo industrial. Como o CBVJ sempre foi sem fins lucrativos, a obtenção de recursos financeiros não equivale à criação de riqueza e patrimônio individual, do modo de mercado. Já as *doações*<sup>d</sup> financeiras, materiais ou não materiais se referem, geralmente, ao mundo doméstico. Boltanski e Thévenot (2006, p. 208) esclarecem que o cálculo da *lucratividade*<sup>m</sup> de um *investimento*<sup>u</sup> não se enquadra no modo de avaliação funcionalista do mundo industrial, mas sim no cálculo utilitário do mercado:

*Let us note that the calculation of the profitability of an investment, as soon as it takes an interest rate into account, integrates the constraints of a financial market that is not inscribed in the industrial order.*

Ressalto, também, que não existe uma correlação direta entre essas grandezas e posições ideológicas envolvendo liberalismo, socialismo, anarquismo, etc. Isso não significa que os mecanismos de coordenação da ação sejam valorativa ou politicamente neutros, mas sim, que cada um deles se refere a uma versão específica de bem comum e buscam, como finalidade ulterior, alguma perspectiva do espectro de boa vida. Por outro lado, concepções ideológicas, geralmente de forma universalista, traduzem percepções bem mais amplas da realidade. Ao serem aplicadas em ações práticas, as ideologias podem ser manifestadas por meio de mais de um dos modos de coordenação da ação e pela combinação entre eles.

Estudos empíricos, à luz da SP, devem pressupor que as ordens de grandeza dificilmente são identificadas e qualificadas de forma “pura”. Portanto, um modo de coordenação da ação costuma envolver tensões críticas, oferecidas pelas demais formas de grandeza. Por isso que salientamos, já no capítulo de metodologia, que as conclusões acerca do arranjo e rearranjo das grandezas que orientam a coordenação das ações, nos contextos analisados, são mais importantes do que a quantificação dos elementos “gramaticais” identificados ou até mesmo a precisão de codificação de um ou outro elemento isolado. Enfim, como

um objeto permeado por críticas e tensões, a legitimação da inovação social é estudada na forma de acordos e dispositivos de compromisso.

Finalmente, Thévenot (2001b) esclarece um pouco da análise dos diferentes modos de coordenação da ação, no âmbito das organizações. Ele ressalta que os compromissos trazem compatibilidade local e temporal entre esses modos de coordenação e lembra que os tipos de organização ou instituição não correspondem diretamente às ordens de grandeza:

*We have explored a view on complexity which results from the variety of modes of coordination. They are in critical relationship to one another but **compromises** can bring local and temporal compatibility between them. We can then theorize organizations as arrangements which have been specifically designed for such a compromised complexity. Therefore, their members have to engage in different modes of coordination, depending on the configuration of the situation in which they find themselves. We do not see organizations or institutions in strict correspondence to each order of worth: the civic worth corresponding to the state, the inspiration worth corresponding to the church, or the domestic worth to the family. All organizations have to cope with critical tensions between different orders of worth. (THÉVENOT, 2001b, p. 410, GRIFO ORIGINAL)*

### 5.3.1 Os primeiros 60 anos de legitimação (1892 - 1952)

Como já mencionado, a formulação dos *estatutos sociais*<sup>c</sup>, a *eleição*<sup>c</sup> *democrática*<sup>c</sup> dos seus *líderes*<sup>d</sup>, e as *regras*<sup>c</sup> para entrada de novos *membros*<sup>c</sup> tiveram destaque entre as primeiras ações de legitimação da organização. Boltanski e Thévenot (2006, p. 191, GRIFO ORIGINAL) caracterizam a importância da *representação*<sup>c</sup> e de se tornar *membro*<sup>c</sup>:

*Civic worth depends first and foremost on membership. The person who **becomes a member** gains in stature because he breaks out of his **isolation** “Broad-based **membership** on the part of the workers” is what constitutes their worth.*

*But it is the mechanism of **representation** that expresses the relation of worth in this world in a specific way.*

Já o *respeito*<sup>d</sup> à *tradição*<sup>d</sup> germânica e a estrutura de *subordinação hierárquica*<sup>d</sup> similar ao modelo militar, o que envolvia o uso de uniformes e divisas, caracterizavam o mundo doméstico.

*In the domestic world, where beings are immediately qualified according to their worth, in such a way that their manifestation necessarily entails a determination of their position in a hierarchy, the inscription of signs of worth in the form of titles, heraldry, clothing, marks on the body, and so on, is sought in order to limit the uncertainty of situations involving personal encounters and to reduce the costs of identification (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 165).*

Se, por um lado, a promulgação da *Resolução*<sup>c</sup> no. 16 pelo *Conselho*<sup>c</sup> *Municipal*<sup>c</sup>, após o primeiro incêndio ocorrido em 1895 pode ser considerado um ato de reconhecimento e legitimação baseado no regime *cívico*. Por outro lado, a finalidade da corporação, que foi oficialmente descrita no primeiro parágrafo do *estatuto*<sup>c</sup> de fundação, interligava grandezas dos mundos *cívico* e *doméstico* (CBVJ, 1892, p. 2):

*Zweck*

*§1 Der Zweck der Joinvillenser Freiwilligen Feuerwehr ist Schutz und Rettung von Leben und Eigenthum der Bewohner bei Schadenfeuer.*

*Finalidade*

*§1 A finalidade do *Corpo*<sup>c</sup> de *Bombeiros*<sup>c</sup> Voluntários<sup>d</sup> Joinvilense é *proteger*<sup>d</sup> e *salvar as vidas*<sup>i</sup> e *propriedade* de *residentes*<sup>d</sup> contra danos de fogo.*

Relembro que, em 1892, com menos de 3.000 habitantes no núcleo urbano e cerca de 12.000 espalhados na área rural, esses *residentes* de Joinville formavam uma comunidade que poderia ser

caracterizada mais como um *milieu*<sup>d</sup> do que como uma cidade<sup>c</sup>. Antes mesmo do seu “batismo” de fogo, a corporação já havia demonstrado sua vocação cívica, durante a passagem por Joinville das tropas da Revolução Federalista (CBVJ, 1942; EHLKE, 1990; TERNES, 2007).

Entre 1893 e 1894, as tropas do General Gumercindo Saraiva acamparam nos arredores de Joinville, ameaçando a população pela possibilidade de pilhagens, arruaças e assassinatos. Ternes (2007) descreve a importância da corporação para a comunidade utilizando, segundo a gramática da SP, algumas passagens também com o mundo da inspiração, como *sentimento*, *compulsão* e *espírito*. O autor ressalta a *honraria*<sup>d</sup> e o *espírito*<sup>i</sup> *militar*<sup>c</sup>, coerentes com a carreira *castrense*<sup>c</sup> pregressa de alguns de seus imigrantes germânicos:

Além do *sentimento*<sup>i</sup> de que os desafios da *colônia*<sup>d</sup> deveriam ser *vencidos pelas próprias forças*<sup>d</sup>, o que gerou *autoconfiança*<sup>d</sup> muito grande nos *primeiros povoadores*<sup>i</sup>, nos limites de *autossuficiência*<sup>d</sup> que beirava a *egocêntrico*<sup>f</sup> e *indisfarçável*<sup>f</sup> princípio de *superioridade*<sup>d</sup>, as *lideranças locais*<sup>d</sup> desde o princípio deram à *corporação*<sup>c</sup> um status de *dignidade e de honraria*<sup>d</sup> que a transformou numa *instituição*<sup>c</sup> de invulgar *imponência*<sup>d</sup> e importância no contexto *comunitário*<sup>d</sup>.

De forma indireta, os colonizadores exercitavam através dos bombeiros<sup>c/d</sup> o *espírito*<sup>i</sup> *militar*<sup>c</sup>, sempre tão *forte e expressivo*<sup>i</sup> na *cultura*<sup>d</sup> germânica. A tradução explícita deste *sentimento*<sup>i</sup> e desta *compulsão*<sup>i</sup> *castrense*<sup>c</sup> se pode constatar no ano imediatamente seguinte à criação da *instituição*<sup>c</sup>, quando os bombeiros, estimulados e orientados pelas mesmas *lideranças da colônia*<sup>d</sup>, investiram-se na qualidade de *força militar*<sup>c</sup> para *proclamar e defender a integridade da comunidade*<sup>c</sup>, declarando total neutralidade de Joinville no movimento Revolucionário Federalista que vinha do Rio Grande do Sul (TERNES, 2007, p. 21, GRIFO NOSSO).

O bombeiro voluntário Alexandre Döhler, cujos descendentes iriam continuar a fazer parte da história da corporação, escreveu um poema sobre a passagem da revolução federalista por Joinville. Em seu

texto, Döhler (1893) descreve a decisão do CBVJ em realizar a guarda da cidade. O *poema*<sup>1</sup> está no Anexo C deste trabalho.

Desde a fundação da corporação, as ações de legitimação frequentemente envolveram alguma forma de justificação com passagens entre o mundo cívico e da inspiração. Essa constatação pode ser inferida, por exemplo, com base no *brado*<sup>c</sup> dos bombeiros voluntários: “*Um por todos e todos por um*<sup>c</sup>. Em nome de *Deus*<sup>i</sup> e em *defesa do próximo*<sup>c</sup>!”.

Embora o conteúdo do juramento da corporação se concentre nos mundos cívico e doméstico, a forma *vibrante*<sup>1</sup> com que é declamado, até os dias atuais, demonstra a paixão<sup>1</sup> pelo *dever assumido*<sup>d</sup> (OBSERVAÇÃO DIRETA, 2013):

*Juro cumprir com os deveres*<sup>d</sup> assumidos como bombeiro<sup>c/d</sup>, *sem distinção*<sup>c</sup> para com a *pessoa que necessite os meus serviços*<sup>c</sup>, e de *seguir sempre à risca as determinações*<sup>d</sup> dos *estatutos*<sup>c</sup> da *corporação*<sup>c</sup>; *portar-me pacificamente para com os meus camaradas*<sup>d</sup>, *obediente*<sup>d</sup> para com os meus *superiores hierárquicos*<sup>d</sup>, justo para com os meus *concidadãos*<sup>c</sup>, procurando sempre, *com dignidade*<sup>d</sup>, executar as ordens<sup>d</sup> estabelecidas, e servir de *exemplo*<sup>d</sup> aos meus *camaradas*<sup>d</sup>, no *fiel cumprimento do dever*<sup>d</sup> (CBVJ, 1892, p.2, GRIFO NOSSO).

Boa parte da entrega e paixão dos bombeiros voluntários pode ser atribuída aos *exemplos*<sup>d</sup> deixados por seus *fundadores e comandantes*<sup>d</sup>. Uma das evidências desse fenômeno é narrada por Ternes (2007, p. 21, GRIFO NOSSO), ao reportar a *experiência*<sup>i</sup> de Friedrich Stoll, *cofundador da corporação*<sup>d/c</sup> e *comandante*<sup>d</sup> de 1898 a 1933, tendo sido *reeleito*<sup>c</sup> a cada três anos:

*Seleiro de profissão*<sup>u</sup>, Stoll *dedicou*<sup>d</sup> aos bombeiros<sup>c/d</sup> quase todas as suas *forças físicas*<sup>i</sup>, *emocionais*<sup>i</sup> e *financeiras*<sup>u</sup>. Dele, de sua *modesta oficina de selas e arreios*<sup>m</sup>, *saíram os cintos, capacetes, baldes e muitos outros equipamentos*<sup>u</sup> da *corporação*<sup>c/d</sup>. Cada *hora roubada*<sup>i</sup> de sua *oficina*<sup>m</sup> era *religiosamente*<sup>i</sup> *dedicada*<sup>d</sup> aos bombeiros<sup>c/d</sup>. Cada *centavo economizado*<sup>u</sup> era *generosamente*<sup>d</sup> *empregado*<sup>u</sup> em favor da

*corporação*<sup>d/c</sup>, além dos *serviços pessoais*<sup>u</sup>, *de reconhecido*<sup>f</sup> *artesanato do couro*<sup>u</sup>, Friedrich Stoll soube *conquistar*<sup>d</sup> não só os *soldados da corporação*<sup>d/c</sup>, mas a *comunidade inteira*<sup>c</sup> como um dos mais valorosos *líderes*<sup>d</sup> da colônia e um *entusiasta*<sup>i</sup> da *causa*<sup>c</sup> do voluntariado<sup>d</sup>, um líder<sup>d</sup> de seu tempo. Muitas são as *histórias*<sup>d</sup> em torno de Friedrich Stoll, uma, porém, traduz, com inegável precisão, o quanto a *corporação*<sup>d/c</sup> significava para Stoll. – “É – dizia sua mulher, com *galhofa*<sup>i</sup> – o Frederico não tem *dinheiro*<sup>m</sup> para *dar um vestido novo para a filha*<sup>d</sup>, mas para *pagar barril de chope para os colegas*<sup>d</sup>, nos *bombeiros*<sup>c/d</sup>, sempre tem!”.

Entre as novas evidências do mundo doméstico está a *rejeição ao egoísmo*<sup>d</sup> de seus *comandantes*<sup>d</sup>, a relevância dada ao *exemplo*<sup>d</sup> e a *narração de estórias*<sup>d</sup> como no ANEXO C.

*The forms of evidence that support judgment belong to the category of **examples**, cases, especially anecdotes in which exemplary behavior on the part of **appreciated** persons is identified and offered as a model. The order of the world can be grasped in its full generality through the unfolding of uniqueness. In the domestic world, the forms in which nature is inventoried are collections of narratives, curious and instructive stories, allegories, and also collections of personal objects and relics, objects worth keeping because they have been used by a worthy being (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 176, GRIFO ORIGINAL).*

Algumas passarelas com o mundo industrial, entretanto, também são evidentes. Entre elas, a *organização*<sup>u</sup> e *manutenção*<sup>u</sup> dos *equipamentos*<sup>u</sup> e da *sede*<sup>d</sup> sua era muito importante (CBVJ, 1892). Em 1913, foi *inaugurado*<sup>f</sup> o *prédio próprio*<sup>d</sup> da corporação, onde se guardavam os apetrechos, equipamentos, bomba manual, e se dispunha de área para exercícios, até então, realizados no campo do Ginástico. (TERNES, 2007). As Fotos 8 e 9 ilustram, respectivamente, o asseio com a primeira sede e seus instrumentos de trabalho.

Foto 8: Torre da unidade central da primeira sede (1913)



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Foto 9: Corporação e seus equipamentos (1925)



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Em 1917, sob o comando de Friedrich Stoll, havia 85 bombeiros associados ativos e 246 contribuintes. Os dois comandantes que sucederam Stoll eram primos e sócios em uma serraria. Os marceneiros Eugen e Albert Lepper, segundo Ternes (2007, p. 24), também se dedicaram muito pelos bombeiros voluntários: “não só reservando horas de lazer ou de trabalho em prol da instituição, como aplicando boas quantias de dinheiro dos próprios bolsos em favor de equipamentos melhores, uniformes e apetrechos para a guarnição”. Eugen ficou no comando da entidade no período de 1933 a 1950, e Albert Lepper assumiu o comando de 1950 a 1961, num total de 11 anos de gestão (TERNES, 2007).

Essas referências ao estilo de *liderança*<sup>d</sup> e *comprometimento*<sup>d</sup> *exemplar*<sup>d</sup> dos *comandantes*<sup>d</sup> da corporação, nas primeiras décadas, sugerem algumas constatações iniciais. Embora os comandantes e demais membros da corporação nem sempre fossem empresários ou pessoas materialmente abastadas, a relação entre empresários e a corporação era frequentemente caracterizada pela dádiva (MAUSS, 2003).

A dinâmica de relacionamento de “dar-receber-retribuir”, típica do mundo doméstico (BOLTANSKI, THÉVENOT, 2006), era reforçada pela disciplina e respeito à hierarquia, nas recorrentes experiências coletivas de superação e provas de confiança (TERNES, 2007).

*Inspiring trust in others, superiors are informed and wise. [...] In relation to the less worthy beings for whom he is responsible, the superior has the duty to share with them, according to their rank, the qualities that constitute his own worth. If the superior is benevolent and helpful with everyone, everybody will be grateful to him* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 166, GRIFO ORIGINAL).

A paixão e a honra ligadas à finalidade cívica de proteger vidas e o patrimônio dos residentes contra incêndios parecem ter marcado historicamente a forma com que o CBVJ era percebido pela comunidade. As experiências registradas de força, coragem, disciplina e dignidade tanto no combate a incêndios quanto na guarda da cidade, como ocorrera durante a revolução Federalista, foram construindo uma relação cada vez mais distinta, interna – entre os bombeiros – e também externamente (CBVJ, 1942).

A *corporação*<sup>c/d</sup> consolidou-se como uma *instituição*<sup>c</sup> da maior *representatividade*<sup>c</sup>, advindo daí *prestígio*<sup>f</sup> ímpar, conferindo a cada *bombeiro*<sup>c/d</sup> "status" de valoroso *cidadão*<sup>c</sup>, capaz de oferecer a *própria vida*<sup>i</sup> em *defesa do patrimônio*<sup>d</sup> e do próximo<sup>c</sup>. *Ingressar em suas fileiras como voluntário*<sup>d</sup> representava *honoraria*<sup>d</sup>, o mesmo acontecendo ao encaminhar *filhos*<sup>d</sup> e *netos*<sup>d</sup> para a *corporação*<sup>c/d</sup>, o que passa a conferir uma *aura*<sup>i</sup> de *dignidade*<sup>d</sup> a cada *família*<sup>d</sup> (TERNES, 2007, p. 24, GRIFO NOSSO).

Outro fato que caracteriza a distinção que gozava o CBVJ e seus membros, nesse período, ocorreu durante a Campanha de Nacionalização. Entre 1938 e 1945, enquanto eclodia a segunda grande guerra mundial na Europa, as instituições de influência italiana e germânica foram alvo de intervenção do governo de Getúlio Vargas.

O nacionalismo brasileiro manifestou-se na tentativa de descaracterizar o imigrante estrangeiro, sobretudo a partir da decisão do Governo Brasileiro de participar da II Guerra Mundial (1939 – 1945), em 1942, ao lado dos países aliados (EUA, Inglaterra, França, Polônia, URSS) e contra as Potências do Eixo (Alemanha, Áustria, Itália e Japão). O cidadão luso-brasileiro assumiria a condição de legítimo representante da nacionalidade, no lugar do imigrante e seu descendente, cuja expressão econômica e cultura passariam a representar certa ameaça à segurança militar, embora até então tivesse contribuído significativamente para desenvolvimento econômico das cidades coloniais (COELHO, 1993).

Em Joinville, a Campanha de Nacionalização provocou sentidas rupturas, desarticulando a comunidade, particularmente a teuto-brasileira. Instituições de importância foram fechadas como o *Jornal Kolonie-Zeitung*, a Escola Alemã, a tradicional Sociedade Ginástica, a loja maçônica, além de entidades voltadas para o canto, para o teatro, grupos folclóricos e conjuntos musicais. (SOCIEDADE GINÁSTICA DE JOINVILLE, 1958; EHLKE, 1990; TERNES, 2007).

O fato de o CBVJ ter sido mantido após a Campanha de Nacionalização pode ser considerado uma prova de superação importante. Um teste de legitimação, de dimensão nacional.

O que não foi administrativamente extinto, sofreu intervenção burocrática. Inclusive, com

bibliotecas e arquivos sendo levados ao fogo. O corpo de bombeiros, no que se tem conhecimento, foi a única instituição característica de cultura alemã que teve preservados os seus inúmeros livros-ata, todos os manuscritos alemão gótico. Mesmo assim, sofreu intervenção, por ato do General Meira de Vasconcellos, o comando da 5ª Região designou o Capitão Francisco Faustino da Silva para exercer as funções de "orientador e instrutor".

Pelo que constam das atas, a intervenção do ponto de vista da guarnição, não gerou acirramentos, tendo o interventor se transformado num "amigo e benfeitor", granjeando a simpatia e a amizade de todos os integrantes da corporação. O nobre militar teve "atuação sensata e ponderada", revelando-se um admirador da instituição, como reconheceu singulares valores éticos, espírito cívico e comunitário que desconhecia no resto do país (TERNES, 2007, p. 25).

O modo doméstico de coordenação da ação pode ter influenciado a relação da corporação com o Capitão Faustino. Boltanski e Thévenot (2006, p. 166, GRIFO ORIGINAL) explicam como os visitantes são tratados com *franqueza*<sup>d</sup> e *cordialidade*<sup>d</sup> e conquistados pela *compreensão*<sup>d</sup> e *confiança*<sup>d</sup> no regime doméstico:

*“The reputation of households is often made by visitors; thus one always benefits from being very cordial toward them, whether they are important or not.” When they face superiors, beings worthy of esteem are deferential, which “does not however imply obsequiousness, opportunism, or flattery”. In this context, they are honest, presenting “their viewpoint ... with frankness” but without offering “systematic opposition”, and they maintain relations of trust. This attitude “will tend to create a climate of understanding” based on discretion and reserve: “the best way to appear well brought up”.*

Durante a intervenção do Capitão Faustino, o idioma alemão foi proibido. O episódio abaixo, narrado por Ternes (2007, p. 25-26), está descrito no primeiro livro de atas da corporação:

Durante a *Campanha de Nacionalização* uma das empresas que sofreu intervenção em Joinville foi a Usina Metalúrgica Joinville, sucessora da Fundação Bennack, fundada em 1893 e que, por décadas, funcionou à Rua Itajaí. Conta-se que, na época, houve um grande incêndio na empresa, localizada às margens do Rio Cachoeira. O interventor convocou os bombeiros e, como sempre, lá estava o comandante Eugen Lepper, dando ordens a seus bravos companheiros. Tudo num português deficiente e difícil e pior ainda de ser entendido pelos comandados. Um mangote foi jogado no Cachoeira, mas nada de água nas mangueiras. Lepper explicou ao capitão que os soldados não entendiam os seus comandos em português, ao que ele esbravejou: - "pois fale em alemão, mas pelo amor de Deus, acabe logo com este fogo". Na língua de Goethe, o mangote foi jogado no meio do leito do rio e a água brotou farta nas mangueiras em poucos segundos. Comemoraram todos o fim do incêndio com ruidosa gritaria em alemão, com o capitão-interventor sendo o mais entusiasmado dos presentes.

O aumento da *eficiência*<sup>u</sup> da corporação, pela diminuição do tempo levado para chegar às ocorrências, parece ter sido alvo de esforço constante do CBVJ. Em 1923, o comandante Friedrich Stoll fez um acordo com proprietários de “autos-de-praça” para transporte gratuito de bombeiros em caso de incêndio. Ainda durante a década de 1930, os bombeiros eram alertados pelo sinal de três toques prolongados de cornetas, em *casas*<sup>d</sup> pré-estipuladas (CVBJ, 1942).

Já em 1940, foi instalado um sistema de sirene central que funcionaria até os anos 70. Em muitos dos setenta casos de incêndios atendidos até 1942, a viatura saíria do quartel em menos de três minutos após acionado o aviso de incêndio. Uma das grandes empresas da cidade, a Fundação Tupy, fundada em 1938, funcionava à distância de apenas uma quadra da sede da corporação. Nessa empresa, sempre trabalharam e ainda trabalham muitos dos bombeiros voluntários. Em

apenas um minuto, era possível correr da Tupy à sede da corporação (TERNES, 2007).

No seu aniversário de meio século de fundação, em 1942, o CBVJ contava com 80 sócios fardados e 260 sócios contribuintes, 2 caminhões e sede própria na cidade que tinha 30 mil habitantes (CBVJ, 1942). Nesses 60 anos desde sua fundação, as principais provas de legitimação dessa inovação social foram superadas por ações predominantemente coordenadas pelos modos: doméstico, inspiração e cívico, permeados, ainda, por iniciativas orientadas pelo regime industrial.

Do mundo doméstico observam-se: a importância da *disciplina*<sup>d</sup> e *honra*<sup>d</sup> aos bons *costumes*<sup>d</sup> e *tradição*<sup>d</sup> desde a *aceitação*<sup>d</sup> dos seus *membros*<sup>c</sup>, até seu *comportamento em serviço*<sup>d</sup> e na *comunidade*<sup>c</sup>. Além disso, evidenciaram-se a *valorização do patrimônio*<sup>d</sup> e da *identidade*<sup>d</sup>, a *camaradagem*<sup>d</sup>, o *respeito à hierarquia*<sup>d</sup> e o *comprometimento exemplar dos líderes*<sup>d</sup>, todos esses elementos estimulando o *voluntariado*<sup>d</sup> por meio de uma relação baseada predominantemente na *dádiva*<sup>d</sup> (dar-receber-retribuir), tanto *interna*<sup>d</sup>, entre seus membros, quanto externamente, com a *comunidade*<sup>c</sup>. Internamente, o *convívio social entre os membros*<sup>d</sup> por vezes se assemelhava àquele de um *clube*<sup>d</sup>.

Os *jantares sociais*<sup>d</sup> eram, então, importantes momentos de *confraternização*<sup>d</sup> em torno de uma causa comum. A Foto 10 apresenta um desses jantares da corporação. Nota-se pelo leiaute da mesa que a cabeceira era reservada ao *comando*<sup>d</sup> da *corporação*<sup>c/d</sup>.

*The fact of **gathering**<sup>d</sup> around a single table for a meal taken in **common**<sup>c</sup> destined to celebrate a common cause ensures of the presence of the civic world, whereas the inscription of the **hierarchy**<sup>d</sup> in the way people are seated (at the head or foot of the table, in places of honor, and so on) and in the order of precedence that presides over the meal service favors the reactivation of domestic worths (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 305, GRIFO ORIGINAL).*

Foto 10: Jantar de confraternização na Malharia Arp (anos 1930)



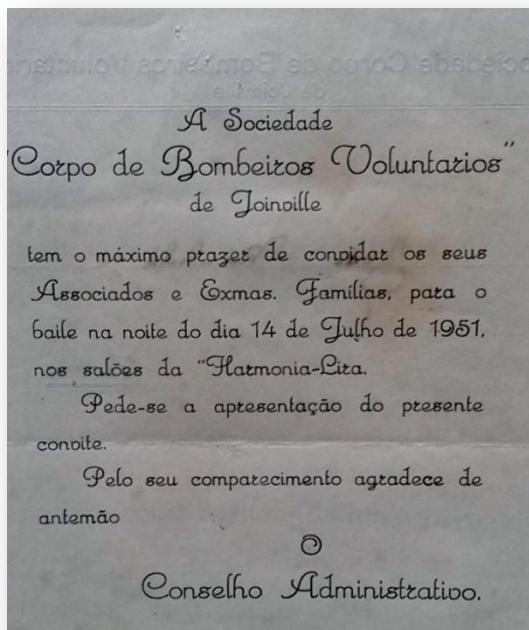
Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Além dos jantares de confraternização entre bombeiros e o comando, os encontros festivos são marcados pelo “baile do bombeiro”. Os associados e suas famílias comemoram anualmente o aniversário da corporação por meio de um baile oficial, cujo exemplo de convite é apresentado na Foto 11.

Enquanto os jantares de confraternização são eventos propícios para o compromisso entre o mundo doméstico e o cívico, os bailes envolvem públicos maiores e se constituem em compromissos entre o mundo doméstico e o da fama, como explicam Boltanski e Thévenot (2006, p. 304):

*Compromises between the domestic world and the world of fame are established when arrangements destined to attract the attention of the public need to be associated with arrangements intended to foster the development of personal relationships. [...] They inevitably provide an opportunity to bring together, through conversation, more worthy and less worthy persons whose relations of worth can thus be confirmed (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 175).*

Foto 11: Convite para o Baile do Bombeiro



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

A paixão<sup>i</sup> pela corporação nasce da relação *voluntariosa*<sup>d</sup> e *fraterna*<sup>d</sup> em situações de *entrega*<sup>i</sup> ao *dever*<sup>d</sup> como o episódio de guarda da cidade, durante a revolução federalista, nos atos de *heroísmo*<sup>i</sup>, durante *chamados*<sup>d</sup> de incêndio, até a *convivência de camaradagem*<sup>d</sup> cotidiana<sup>d</sup>. Um fervor<sup>i</sup> no cumprimento dos seus *deveres*<sup>d</sup>, manifestado tanto nas *atividades*<sup>u</sup> “bombeiris”<sup>c</sup>, quanto nos *eventos públicos*<sup>f</sup> ou sociais<sup>c</sup>. Provavelmente, tal *sentimento*<sup>i</sup> de *distinção*<sup>d</sup> – não sem considerar também passarelas entre os modos: industrial (qualidade e eficiência) e cívico (defesa da comunidade) – levou à superação das pressões da Campanha Nacionalista e à sobrevivência dessa instituição de marcante origem germânica.

Boltanski e Thévenot (2006) explicam o compromisso entre o mundo da inspiração e o doméstico que ocorre quando uma pessoa renasce para uma nova vida, pelo convívio habitual em uma relação do tipo mestre e aprendiz. A hierarquia e tradição, de geração em geração,

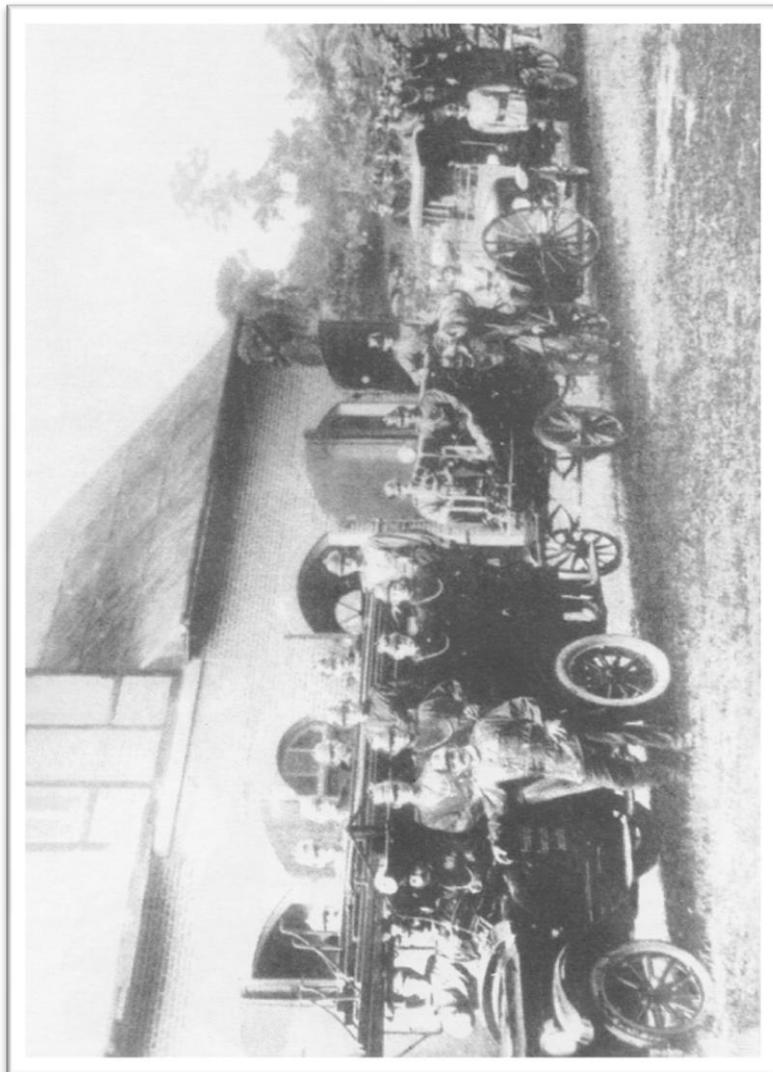
traduzem essa possibilidade de relação e compromisso entre os mundos doméstico e da inspiração. Já o *sensu de dever<sup>d</sup> que renuncia ao egoísmo<sup>d</sup> e se responsabiliza pelo seu entorno<sup>d</sup>* é característica marcante do mundo doméstico:

*In the domestic world, the more worthy beings have **duties** (“even more than **rights**”) with respect to those in their **entourage**, and especially with respect to those whom they include and for whom they are consequently **responsible**. These **duties** call for “the rejection of all **selfishness**”: “discomfort is produced in **social life** when one approaches it only in terms of oneself and not in terms of others”*

[...] *And it is this aptitude for winning **respect** that creates real **superiority**: “There is only one **superiority**, and it is not the superiority conferred by **good manners** and their application to utilitarian and social climbing or quite simply conventional goals, but the **superiority** of the ‘gentleman’ that gives meaning to life, in the rejection of all **selfishness** and in **respect** for **others** (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 171-172, GRIFO ORIGINAL).*

Finalmente, do mundo cívico, as principais evidências são a relevância dos *estatutos sociais<sup>c</sup>*, o formato de *eleição democrática<sup>c</sup>* dos *líderes<sup>c</sup>* e a finalidade de atender ao *bem-estar coletivo<sup>c</sup>* da *população<sup>c</sup>*. A preocupação com a *eficiência<sup>u</sup>*, tanto dos *procedimentos<sup>u</sup>* quanto dos *equipamentos<sup>u</sup>*, traduz uma passarela do modo industrial com os modos doméstico e cívico, nas ações de *melhoria da qualidade<sup>u</sup>* para *garantir<sup>u</sup>* o *cumprimento dos seus deveres<sup>d</sup>* para com a *comunidade<sup>c</sup>*. A Foto 12 mostra a segunda sede da corporação. Já a foto 13, também tirada na década de 30, exhibe os membros com mais de 25 anos de serviço.

Foto 12: Segunda sede do CBVJ (dois caminhões e bomba a motor)



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

Foto 13: Membros com mais de 25 anos de corporação (anos 1930)



Da esquerda para a direita, sentados, estão: Rudolf Brand, Otto Delitsch, Friederich Stoll (comandante), Wilhelm Manteufel e Eugênio Lepper. Em pé: João Krisch, Friederich Birckholz, Robert Pfitzenreuter, August Krause, Albert Lepper e Adolf Ziesche.

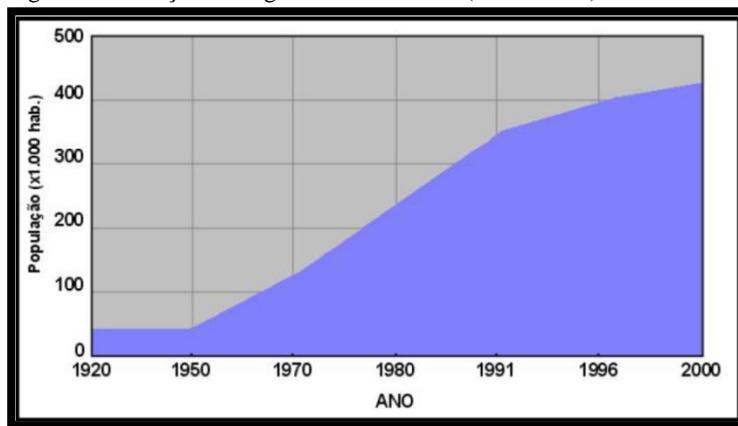
Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

### 5.3.2 A legitimação rumo ao centenário (1952 - 1992)

Aos 80 anos, Albert Lepper mantinha-se no comando do CBVJ, depois de 62 anos de voluntariado, tonando-se o bombeiro com mais tempo de serviço. Na comemoração de seus 80 anos, registra a imprensa, em 1959, que em meio às homenagens da família e da corporação, os bombeiros foram convocados para debelar um incêndio numa fábrica de tacos. Sem hesitação, o “velho Lepper”, aos 80 anos, ainda atenderia a mais um chamado com disposição e vigor (TERNES, 2007). Não obstante o comprometimento dos voluntários ativos e de seu comandante, a realidade da comunidade se transformaria rapidamente.

A explosão demográfica, iniciada em 1950, somente desacelerou na década de 1990. O município passou de 30 mil habitantes, na década de 1940, para mais de 125 mil, em 1970. Em 1980, já possuía 235 mil residentes e beirava os 350 mil em 1991. Segundo o IBGE (2011), Joinville possui, atualmente, pouco mais de meio milhão de habitantes. A Figura 9 apresenta, de forma gráfica, a evolução demográfica de Joinville.

Figura 9: Evolução demográfica de Joinville (1920- 2000)

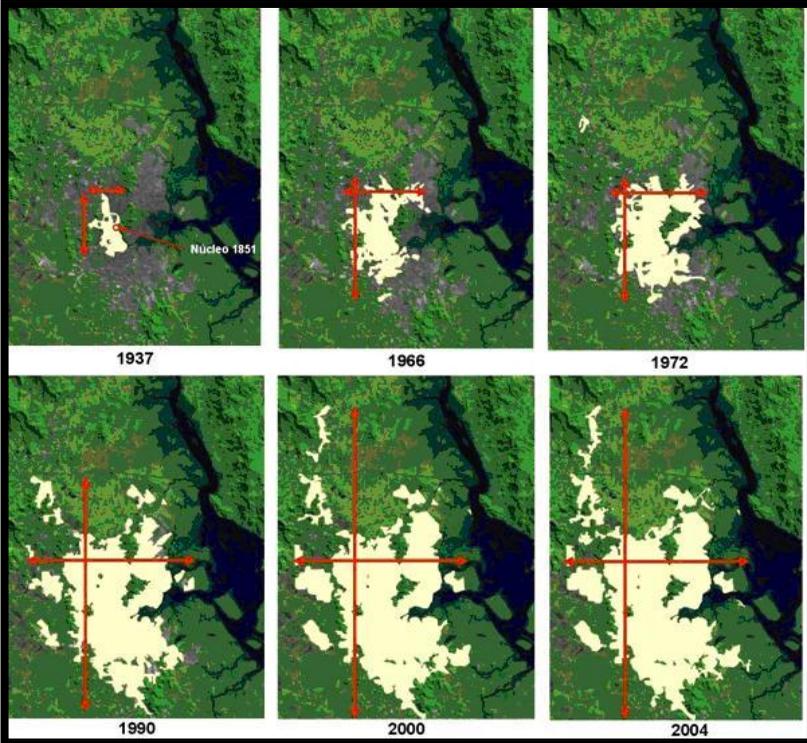


Fonte: Knie, 2002, p. 52.

Essa explosão demográfica tem relação direta com a expansão urbana da cidade, principalmente com intenso processo de industrialização da cidade. O alto fluxo migratório de pessoas em busca de emprego nas indústrias de Joinville foi o principal motivo desse

fenômeno. Outro dado que ilustra a expansão urbana, diz respeito à população rural. Em 1950, 51% da população viviam da zona rural. Já em 2000, a população rural era de apenas 3% do total (KNIE, 2012). A Figura 10 apresenta fotos tiradas por satélite da crescente área de ocupação urbana de Joinville.

Figura 10: Expansão urbana de Joinville



Fonte: Joinville em dados, 2007.

Em pouco mais de cinco décadas, a cidade multiplicou em oito vezes a população de 40 mil pessoas da década de 40 e seus limites urbanos se expandiram rapidamente. Com isso, a pequena comunidade Joinville iria sofrer grandes transformações em seu território. Utilizo esse termo pela perspectiva de Santos (2001, p. 19) que define que “território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do

trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.”.

Gerreiro Ramos (1981) entende também o *espaço* como um dos requisitos que influenciam na vida humana em associação. Ele ressalta que cada cenário social exige limites mínimos e máximos de tamanho de forma a satisfazer eficazmente às necessidades de seus membros. A dimensão *espaço* tem papel importante na vida humana associada, pois influencia e pode até moldar a vida das pessoas. A diminuição dos *espaços* para o convívio pessoal, por exemplo, é um fenômeno que tem sua origem na revolução industrial. Conforme o autor, os *espaços* em que vivemos podem nutrir ou dificultar o nosso desenvolvimento psíquico. Portanto, o planejamento *espacial* precisa ser sistemático, contar com as indispensáveis contribuições de antropólogos e sociólogos e, ainda, considerar todos os enclaves sociais existentes e suas necessidades específicas.

Pela contribuição santista e guereirista, podemos concluir que essas turbulentas transformações populacionais e urbano-espaciais trariam novos contornos ao território, afetando a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, além influenciar também o sentimento de pertencimento de sua comunidade, cada vez mais ampla e dispersa. A incapacidade de planejamento para lidar com essa transformação do espaço ou território urbano trouxe impactos nas relações de cada enclave social e limitou o bem-estar da comunidade como um todo. Tais elementos também afetaram o trabalho do CBVJ.

Em 1952, aos 60 anos de fundação, a estrutura e dinâmica da corporação já não correspondiam à nova dimensão das necessidades de Joinville. Então, o CVBJ enfrentou sua maior crise, segundo Ternes (2007). Mais precisamente, as *contribuições<sup>d</sup> financeiras<sup>u</sup> de empresas<sup>m</sup>, poder público<sup>c</sup> e das mensalidades<sup>d</sup> dos bombeiros<sup>c/d</sup>, aliadas às mensalidades<sup>d</sup> do reduzido número de sócios-contribuintes<sup>c/d</sup>, não tinham um crescimento<sup>u</sup> compatível, necessário à manutenção<sup>u</sup> do mesmo padrão<sup>u</sup> de eficiência<sup>u</sup> do primeiro meio século de existência.*

Como se pôde constatar pelo relato da entrevista de um dos líderes da corporação, a relação histórica do CBVJ com o empresariado local passava por período de baixa *representatividade<sup>c</sup>*, se comparada com outras épocas (INFORMAÇÃO VERBAL, 2013; TERNES, 2007). Algumas das mais importantes indústrias de Joinville foram criadas por imigrantes e seus descendentes, muitos deles ligados direta ou indiretamente ao CBVJ. Se, por um lado, o período crítico de crescimento dessas indústrias, aparentemente, concentrou a atenção de

muitas das famílias que haviam se envolvido com o CBVJ anteriormente, por outro lado, o esforço da corporação demandaria mais energia e sacrifícios do que outrora, para fazer frente ao aumento tão expressivo da cidade, nas décadas a partir de 1950.

Segundo Cristofoline (2013), entre as principais indústrias fundadas até o início da década de 1960 estão: Döhler S. A., fundada em 1881, por Carl Göttlieb Döhler; Cia. Fabril Lepper, inaugurada em 1907, por Hermann August Lepper; Vogelsanger S. A., Ind. Têxtil, fundada em 1926, por netos de imigrantes suíços; Drogaria Catarinense, em 1927, por Alberto Bornschein; Metalúrgica Wetzels, criada por Wigando Schmidt e os irmãos Arnoldo e Erwino Wetzels, em 1932; Fundação Tupy, remanescente de uma pequena fábrica criada por Frederico Birckholz, em 1897 que, em 1938, sob a liderança de Albano Schmidt, adquire essa denominação; Companhia Hansen (Tigre) remonta a uma pequena fábrica de pentes e cabos para facão, adquirida por João Hansen, de Albano Birckholz e Cia., em 1941; Carrocerias Nielson (Busscar), criada em 1946, a partir de uma marcenaria, pelos irmãos Augusto e Eugênio Nielson; Indústria Schneider é constituída em 1946, por Joanes F. Schneider, para fabricar bombas para sucção de água de poços; Consul (Whirlpool), uma pequena oficina adquirida por Wittich Freitag, em 1950; Metalúrgica Duque é fundada por Engelberto Otto Hagemann, em 1955; Cia. Industrial H. Carlos Schneider (Ciser) por Carlos Frederico Adolfo Schneider, em 1959. Constata-se que muitos desses nomes são familiares à história da corporação.

A governança da corporação seria, então, alvo de avaliação crítica. Essa avaliação envolveu não somente as práticas de gestão dos diferentes tipos de recursos, como também a participação de novos *stakeholders* no processo decisório e na representação da entidade. De fato, algumas das tensões envolvidas na crise de 52, nunca mais deixariam de fazer parte dos desafios de legitimação dessa inovação social (informação verbal, observação direta).

Naquele ano, sensibilizado com a grave situação do CBVJ, o empresário Walter Hermann Meyer, juntamente com alguns amigos, conhecidos como a “turma do chimarrão”, propõem mudanças na entidade. Ela deixa de ser denominada apenas por *corporação*<sup>dc</sup> e passa a ser uma *sociedade*<sup>m</sup> *sem fins lucrativos*<sup>d</sup>: a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (CBVJ, 1958; TERNES 2007; INFORMAÇÃO VERBAL, 2013):

Foi criada, então, uma *diretoria*<sup>u</sup> para gerir *administrativamente*<sup>u</sup> a *corporação*<sup>dc</sup>, ficando o

*comandante*<sup>d</sup> apenas com as *funções*<sup>u</sup> específicas de *chefe*<sup>u</sup> *hierárquico*<sup>d</sup> das *operações*<sup>u</sup> e dos *soldados*<sup>d</sup>, responsável também pelos *exercícios de adestramento*<sup>u/d</sup> e *aperfeiçoamento operacional*<sup>u</sup>. Com a presença de um *presidente*<sup>u</sup>, a *Corporação*<sup>d/c</sup>, a partir de 9 de abril de 1952, vai conhecer novos *tempos*<sup>u</sup>. Walter Meyer desencadeará ampla *campanha*<sup>f</sup> de *revitalização*<sup>u</sup> e *recuperação*<sup>u</sup> dos *bombeiros*<sup>c/d</sup>.

[...] *Mobilizando*<sup>c</sup> as *lideranças econômicas*<sup>m</sup> da *cidade*<sup>c</sup>, propondo *contribuições*<sup>d</sup> especiais, criando a “*Comenda da Machadinha*”<sup>d</sup>, com a qual serão *agraciados*<sup>d</sup> *benfeitores*<sup>d</sup> mais *expressivos*<sup>f</sup>, o *empresário*<sup>m</sup> e a “*turma do chimarrão*”<sup>d</sup>, em *pouco tempo*<sup>u</sup>, conseguiram *recuperar*<sup>u</sup> quase integralmente a *instituição*<sup>c</sup>. Já dois anos depois, em 1954, seria *inaugurado*<sup>f</sup> o novo *quartel*<sup>d</sup>, desativando-se as *instalações*<sup>u</sup> de 1913.

Os *bombeiros*<sup>c/d</sup> passaram a viver *novo tempo*<sup>u</sup>, mais *equipamentos*<sup>u</sup>, *caminhões*<sup>u</sup>, *mangueiras*<sup>u</sup> e todo o *arsenal de aparelhos*<sup>u</sup> para o *bom desempenho*<sup>u</sup> de *suas missões*<sup>u/c</sup> continuavam poucos em *quantidade*<sup>u</sup> e defasados na *qualidade*<sup>f</sup>. Por isso, na década de 1950, as *campanhas*<sup>f</sup> visando o *reaparelhamento*<sup>u</sup> foram frequentes, sempre *objetivando*<sup>u</sup> *recursos*<sup>u</sup> da *iniciativa privada*<sup>m</sup> joinvilense, do *poder público municipal*<sup>c</sup>, *estadual*<sup>c</sup> e até *federal*<sup>c</sup>. Os *políticos*<sup>c</sup>, quase sem exceção, dos *Deputados federais*<sup>c</sup> aos vereadores<sup>c</sup>, insistiam com pedidos de *auxílio*<sup>d</sup>, tanto na *capital Federal*<sup>c</sup>, quanto na *estadual*<sup>c</sup> (TERNES, 2007, p. 28, GRIFO NOSSO).

Pela breve análise da codificação do relato de Ternes (2007), constata-se, por enquanto, que a participação do empresariado na governança da corporação trouxe maior relevância aos modos de coordenação industrial, projetos e fama. O modo industrial foi mais evidenciado pela *preocupação com o futuro*<sup>u</sup> e *aumento da eficiência operacional*<sup>u</sup>. O mundo orientado por projeto é marcado pela *articulação de conexões na rede empresarial e outras entidades*<sup>p</sup>.

O mundo orientado por projetos foi proposto por Boltanski e Chiapello (2009). A partir da análise de um conjunto de estudos

organizacionais, os autores observaram o surgimento do mundo orientado por projeto a partir da década de 1980, que se diferenciava da dinâmica do regime de mercado e do industrial, já anteriormente caracterizados por Boltanski e Thévenot (2006). Nesse novo mundo (*Cité*) as organizações se transformavam em redes, cujo alcance poderia chegar ao nível global. Elas eram difusas e valorizavam a inovação e a criatividade para enfrentar uma realidade de permanente mudança. Surgiu, então, uma nova forma de meritocracia baseada na criatividade, na mobilidade e na habilidade de gerir a rede de relações. Cada novo projeto se tornava uma oportunidade de desenvolver a empregabilidade dos sujeitos, pelo seu desempenho na rede relacionada ao projeto. Com isso aumentariam os mecanismos para fornecer mais autonomia dos sujeitos nesses projetos. A credibilidade e o entusiasmo dos sujeitos nessas relações em rede, em conjunto com a flexibilidade e polivalência são características fundamentais para que obtenham a propagação dos benefícios dessas conexões. Saliento que muitas das características dessa *Cité* foram abordadas na fundamentação quando apresentamos os conteúdos mais recentes sobre empreendedorismo, inovação, difusão da inovação, sistema de inovação, etc.

A partir da intervenção empresarial, algumas características na governança parecem ser o prenúncio da influência do modo de projetos. Antes da criação da diretoria, o comandante e seus subordinados diretos eram responsáveis pelas operações e pela administração da corporação. Em resumo, “Eles tinham que fazer tudo!” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2013). Com a participação empresarial, os sócios-bombeiros passaram a se concentrar nas atividades<sup>u</sup> “*bombeiris*”<sup>c</sup>, além do *adestramento* e *aperfeiçoamento operacional*<sup>u</sup>, enquanto os *empresários*<sup>m</sup> da *diretoria*<sup>u</sup> se *encarregavam*<sup>u</sup> dos assuntos da *gestão financeira*<sup>u</sup> e dos *mecanismos*<sup>u</sup> de *arrecadação*<sup>c/d</sup>, *administração*<sup>u</sup> do *patrimônio*<sup>d</sup> e *equipamentos*<sup>u</sup>, além da *articulação na rede empresarial*<sup>p</sup> e *mobilização política*<sup>c</sup> (TERNES, 2007).

Mesmo com a aparente separação entre as *funções*<sup>u</sup> e *responsabilidades*<sup>d</sup> do *presidente*<sup>u</sup> e do *comandante*<sup>d</sup>, o aumento das ações orientadas pelo regime industrial e os indícios de influência do mundo dos projetos, a coordenação das ações de legitimação também continuava sendo permeada por passagens entre a grandeza doméstica, a cívica e a da inspiração. Exemplos disso podem ser observados pela preocupação com o *patrimônio*<sup>u</sup>, a *criação*<sup>i</sup> de *homenagens*<sup>d</sup> *simbólicas*<sup>i</sup> de *reconhecimento público*<sup>f</sup> ao comprometimento<sup>d</sup> de *bombeiros*<sup>c/d</sup>, *associados*<sup>d/c</sup>, *autoridades*<sup>c</sup> e *empresários*<sup>m</sup> com a *corporação*<sup>d/c</sup> e, ainda as *mobilizações*<sup>c</sup> *políticas*<sup>c</sup>. A foto 14 mostra troféu da Ordem da

Machadinha, neste caso, entregue à empresa de auditores que presta serviços voluntários à corporação.

Foto 14: Ordem da Machadinha



Fonte: Selecta Auditores, 2007.

Boltanski e Thévenot (2006) lembram que, no mundo doméstico, a entrega de um prêmio ou distinção é geralmente feita durante eventos de *celebração*<sup>d</sup>. No caso do CBVJ, os bailes oficiais de aniversário da corporação envolvem a *cerimônia*<sup>d</sup> de bomenagens à equipe *por tempo de serviço*<sup>w/d</sup> e também a outorga da Ordem da Machadinha: “Such celebrations may be marked by a new distribution of states of worth, for that distribution is often modified by an event that has something to do with generation or other major milestones” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 175).

Em 1953, a prefeitura municipal aprova a Lei nº 381/1953, que considera de Utilidade Pública o CBVJ (BRASIL, 1953). De acordo com um dos líderes entrevistados, esse *ato público*<sup>c</sup> de legitimação é uma das consequências da *mobilização política*<sup>c</sup> iniciada por Meyer. Para um dos líderes entrevistados, o presidente já *previa*<sup>d</sup> maiores possibilidades de *parcerias de subcontratação*<sup>p</sup>, por meio de *convênios*<sup>c</sup> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2013).

Essa ação de *mobilização*<sup>c</sup> é coordenada pelo modo cívico. Boltanski e Thévenot (2006, p. 190) explicam a importância de dispositivos legais para evitar que representantes individuais monopolizem intervenções que pertençam a todos. Então, para prevenir

a dissolução de pessoas coletivas, elas são consagradas por meio de um quadro formal e legal.

*Collective persons are in fact confronted with a particular difficulty. In order to exist, they must express themselves in declarations, yet they cannot take the floor except by borrowing the voice of a representative or of a responsible official who tends, as a private individual, to monopolize the interventions that belong to all. [...] One may seek to prevent the dissolution of collective persons by codifying them, by subjecting them to a legal obligation, by consecrating them with reference to a legal framework.*

Walter Meyer deixaria a presidência do CBVJ após seis anos consecutivos dirigindo administrativamente a entidade. Em 1958, outro empresário, Lothário Mielke, permaneceria na direção até novembro de 1962. No balanço patrimonial de 1955, o superávit financeiro da corporação foi de Cr\$482.386,00, sete vezes maior do que os Cr\$ 68.704 obtidos em 1952, antes da intervenção. Nesse mesmo balanço, apresentado no ANEXO C deste trabalho, já constava uma *subvenção federal*<sup>c</sup> que gerou Cr\$100.000,00 naquele ano e um total de *despesas*<sup>u</sup> de apenas Cr\$ 49.595,00. Esses *recursos*<sup>u</sup> se reverteram nos *investimentos*<sup>u</sup> de *reaparelhamento*<sup>u</sup> da corporação, como já comentado.

Wolfgang Voigt, diretor da Fundação Tupy, é o sucessor de Walter Meyer e dirige o CBVJ de novembro de 1962 a março de 1966. Depois, o também empresário Evaldo Eicholz cumpre dois mandatos diretivos: de 1966 a 1970 e de 1975 a 1986. No período intermediário entre esses dois mandatos de Eicholz, de março de 1970 a março de 1975, o funcionário da Tupy, Ubirajara Dippold, presidiria a corporação. Durante o seu segundo mandato, o presidente Eicholz vem a falecer, tendo sido sucedido pelo empresário Hubert L. Meier. Hubert também havia sido integrante da “turma do chimarrão”, responsável pela recuperação da entidade, no início da década de 1950. Ele preside o CBVJ entre setembro de 1986 e março de 1987 (TERNES, 2007; CBVJ 1958).

Constata-se, portanto, um novo processo de participação do meio empresarial no CBVJ, notadamente de indústrias de maior porte da cidade, como a Fundação Tupy. Esse processo de “intervenção”, como

chamou Ternes (2007), iria se intensificar a ponto de ser mais apoiado, posteriormente, por um movimento institucionalmente mais amplo dos empresários. Durante esse período de 1952 a 1987, a coordenação das ações de legitimação estabeleceu novos processos de governança organizacional e, no plano institucional, se concentrou na *mobilização<sup>c</sup> política<sup>c</sup>* e *articulação empresarial<sup>p</sup>* para garantir a *sustentabilidade financeira<sup>u</sup>* da corporação<sup>d/c</sup>.

A partir de 1971, foi *implantada<sup>u</sup>* a primeira *guarnição<sup>d</sup>* de *plantão<sup>u</sup>*. Inicialmente, quatro *bombeiros<sup>c/d</sup>* dormiam na *sede<sup>d</sup>*, dentre eles o *subcomandante<sup>p</sup>* Ademar Stuewe, *filho<sup>d</sup>* de bombeiro<sup>c</sup> *voluntário<sup>d</sup>*. Já em 1972, foi *implantada<sup>u</sup>* a primeira *equipe<sup>p</sup>* *remunerada<sup>u</sup>*, chamados de *bombeiros<sup>c</sup>* *profissionais<sup>u</sup>*. Embora se tenha uma noção geral de que um “profissional” seja alguém preparado tecnicamente e treinado formalmente para desempenhar sua profissão, no caso do CBVJ, os bombeiros profissionais, desde o início, possuem a mesma exigência de perfil pessoal e preparação técnica daquela aplicada aos voluntários. A maior parte dos profissionais contratados, até hoje, são ex-voluntários da corporação (observação direta).

Nos anos de 1974 e 1982, foram *oficializados<sup>c</sup>* os *Decretos<sup>c</sup>* n° 2904/1974 e 4590/1982 que, respectivamente, estabeleciam e tornavam permanente o CBVJ como membro do *Conselho<sup>c</sup>* *Municipal<sup>c</sup>* de *Defesa Civil<sup>c</sup>* (COMDEC). Esses *decretos<sup>c</sup>* ajudaram a legitimar institucional e legalmente a *participação<sup>c</sup>* do CBVJ nos assuntos de governança da cidade, ligados à defesa civil (BRASIL, 1974; 1982).

Durante seis meses, entre o último trimestre de 1977 e o primeiro de 1978, graves acontecimentos impuseram importante prova de legitimação à corporação. Diante dos diversos incêndios criminosos ocorridos nesse período, cuja autoria e motivos permanecem não desvendados, a capacidade técnica de atendimento do CBVJ foi constantemente testada (TERNES, 2007). Ressalto que, no final da década de 70, a população já superava a marca de 200 mil habitantes (IBGE, 2012):

Entre outubro de 1977 a março de 1978, Joinville foi atingida brutalmente por um fato inédito em sua história: uma onda de incêndios criminosos abalou a comunidade. Três igrejas, uma escola de excepcionais, várias indústrias, lojas, restaurante e até um supermercado tiveram suas instalações incendiadas. Nas tardes de domingo, ou nas horas de menor presença de pessoas nas ruas, o fogo

misteriosamente surgia em vários pontos, simultaneamente, deixando inequívoca prova de que vinha sendo propositalmente ateado. Sob a administração do Prefeito Luiz Henrique da Silveira, Joinville foi submetida a dolorosa prova tendo sido declarado "estado de emergência". Apesar dos esforços da polícia, e dos pedidos de socorro por parte do poder público às autoridades superiores, os incêndios criminosos se repetiram durante quase meio ano (TERNES, 2007, p. 31).

Em entrevista publicada no sítio eletrônico do Jornal Notícias do Dia (2013), o bombeiro da equipe tradição, Rolf Müller, descreve sua experiência nesse período dos incêndios criminosos: “Naquele tempo, praticamente não dava pra tirar a farda, era estado de prontidão permanente. Fui obrigado a comprar um telefone, pois já não dava mais para ouvir a sirene tocando no quartel”.

Ternes (2007, p. 33, GRIFO NOSSO) apresenta algumas constatações acerca da realidade do CBVJ e da cidade, nesse período dos incêndios criminosos, que se traduziu em importante teste de eficiência:

Constatou-se, mais uma vez, que a corporação podia atender com *regularidade*<sup>u</sup> e *eficiência*<sup>u</sup> os casos de incêndio, se não fossem de grandes proporções e, ainda, não ocorressem muito longe da *unidade*<sup>u</sup>, no centro da cidade<sup>c</sup>. Os bombeiros<sup>c/u</sup>, em 1977, estavam mais uma vez *desestruturados*<sup>u</sup> em relação ao *crescimento*<sup>u</sup> da cidade<sup>c</sup>, principalmente, em razão de sua *acelerada expansão*<sup>u</sup> *urbana*<sup>c</sup>, *multiplicando-se*<sup>u</sup> as regiões periféricas, ao redor do *antigo*<sup>d</sup> *núcleo urbano*<sup>c</sup>, com intensa *ocupação*<sup>u</sup> *populacional*<sup>c</sup>. Os bairros de *Joinville*<sup>c</sup> não só se tornaram mais densamente *habitados*<sup>c</sup>, como se *multiplicaram*<sup>u</sup> em todas as direções.

Ressalto que as constatações acima refletiam uma análise com base, principalmente, no mundo industrial (estrutura e eficiência) e cívico (população urbana). Por isso, a lógica do termo “bombeiro”, nesse caso, assume muito mais uma passagem entre os mundos cívico e industrial, do que em situações analisadas anteriormente, em que o

termo mais traduzia um sujeito caracterizado pelo mundo cívico e o doméstico (Ex.: bombeiro<sup>c</sup> voluntário<sup>d</sup>). A mesma observação se aplica à análise do termo “corporação”, na passagem a seguir.

Diante dessa intensa transformação urbana, uma das *decisões da diretoria*<sup>u</sup> foi iniciar a *implantação*<sup>u</sup> de *unidades descentralizadas*<sup>u</sup> da *corporação*<sup>c/u</sup>. A ideia era iniciar pela instalação de duas *unidades*<sup>u</sup>, respectivamente um na Zona Norte e outro na Zona Sul. No dia 10 de outubro de 1982, foi *inaugurada*<sup>f</sup> a primeira *unidade descentralizada*<sup>u</sup>, para *atender*<sup>u</sup> o *Distrito Industrial*<sup>m</sup> e *Pirabeiraba*<sup>c</sup>, distantes 15 quilômetros da *unidade central*<sup>u</sup>. A *sub-unidade*<sup>u</sup> da *Zona Sul* demoraria *mais tempo*<sup>u</sup> (TERNES, 2007).

Essa preocupação com a eficiência orientando a perspectiva espacial é uma evidência do mundo industrial. Boltanski e Thévenot (2006, p. 207, GRIFO ORIGINAL) esclarecem a ligação funcional do ambiente com um plano, além de seus mecanismos de acompanhamento:

*Objects of an industrial nature contribute to shaping a space in which effects are transported by means of mechanisms. Space is organized in such a way that distant zones, or zones unrelated to the action, according to a domestic topography, are treated as an **environment** as soon as functional links have been established. The various actions are integrated into a single **homogeneous plan** which is **governed by axes, guidelines, dimensions, degrees, and levels.***

Em agosto de 1984, um novo projeto seria iniciado. Dessa vez, por iniciativa de um bombeiro voluntário, Flávio Nunes, hoje integrante do grupo da tradição. O projeto do *Bombeiro*<sup>c</sup> *Mirim*<sup>d</sup> tem a finalidade de proporcionar a *crianças e jovens*<sup>d</sup>, com idade entre 10 e 14 anos, a *experiência*<sup>i</sup> de *cultivar*<sup>u</sup> *princípios como disciplina*<sup>d</sup>, *companheirismo*<sup>d</sup>, *respeito aos bons costumes*<sup>d</sup>, além de  *cursos*<sup>d/u</sup> e *exercícios*<sup>d/u</sup> e *rotinas*<sup>d</sup> relacionadas às *atividades*<sup>u</sup> “*bombeiris*”<sup>sc</sup>. A Foto 15 mostra Luciano Seiler aos 12 anos de idade, participante da 2ª turma de bombeiros mirins, em 1985, sendo cumprimentado pelo comandante Arthur Zietz. Desde então, Luciano presta serviços como bombeiro voluntário. Ele atualmente é um dos coordenadores das equipes de voluntários (informação verbal).

Foto 15: Bombeiro mirim e o Comandante Arthur Zietz



Fonte: Luciano Seiler, 1985.

Interpreto a ação que gerou o projeto do bombeiro mirim como uma ação coordenada pelo modo doméstico e não uma ação orientada pelo mundo do projeto, embora fosse um projeto em si. Os *bons hábitos<sup>d</sup> cultivados<sup>d</sup>* desde a *infância<sup>d</sup>* se tornam um *comportamento natural<sup>d</sup>* da vida adulta, conforme a citação dos principais autores da SP:

*The worthy act naturally because they are moved by **habits**. This arrangement, locked into the body, ensures the stability of behavior without requiring obedience to instruction, as industrial **routines** do. Thus it is “necessary” to give “children” good **habits** from the start, for **habits** adopted early are never constraints and they quickly become **natural** behavior (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 167, GRIFO ORIGINAL).*

No ano de 1985, a legitimação *institucional*<sup>c</sup> da *corporação*<sup>c</sup> alcançou uma de suas conquistas mais importantes, relacionadas a mudanças *legais*<sup>c</sup>. Refiro-me à *aprovação*<sup>c</sup> da *Lei*<sup>c</sup> n° 2027/1985, que trata sobre *normas*<sup>c</sup> de *proteção contra incêndio*<sup>c</sup>. Com a *regulamentação*<sup>c</sup> dessas *normas*<sup>c</sup>, surge naturalmente um *processo*<sup>u</sup> de *fiscalização*<sup>u</sup> do seu *cumprimento*<sup>wc</sup> e *imposição*<sup>c</sup> de *penalidades*<sup>c</sup> aos seus *infratores*<sup>c</sup> (BRASIL, 1985). A *Lei ordinária*<sup>c</sup> 2.485/1990 *autoriza*<sup>c</sup> o *executivo municipal*<sup>c</sup> a firmar *convênio*<sup>c</sup> com o CBVJ para *facilitar*<sup>u</sup> o *cumprimento*<sup>c</sup> das *normas*<sup>c</sup> de *proteção contra incêndios*<sup>c</sup> (BRASIL, 1990). A partir da lei de 1985, todos os anos é preciso um novo convênio com o CBVJ para que ele fiscalize e apoie o cumprimento das normas de incêndio. Esse novo convênio passa também pela Câmara de Vereadores que autoriza, mediante uma nova lei, a prefeitura a firmar convênio com o CBVJ (informação verbal).

Após essa lei, os serviços do CBVJ assumiriam novos segmentos de atuação. Foi criado, então, Centro de Atividades Técnicas (CAT). Segundo os registros em atas de assembleias e relatórios de atividades do CBVJ, os serviços relacionados ao CAT tornar-se-iam importante fonte de recursos financeiros. Esses *serviços são prestados*<sup>p</sup> à *município*<sup>c</sup>, por meio de *convênios*<sup>c</sup> com a *prefeitura*<sup>c</sup>, e envolvem *vistorias*<sup>u</sup> e emissões de *pareceres técnicos*<sup>u</sup> acerca do *cumprimento*<sup>wc</sup> das *normas*<sup>c</sup>, além de *atividades*<sup>p</sup> de *orientação*<sup>p</sup>. Com base nessa *avaliação técnica de projetos*<sup>u</sup> e nas *vistorias*<sup>u</sup> do CBVJ, a *prefeitura*<sup>c</sup> emite os *alvarás de liberação*<sup>c</sup> para *funcionamento*<sup>u</sup> dos *estabelecimentos*<sup>m/c/d</sup> ou aplica as *penalidades*<sup>c</sup> previstas na *lei*<sup>c</sup> (INFORMAÇÃO VERBAL; OBSERVAÇÃO DIRETA).

O início dessa *parceria*<sup>p</sup> público-privada e a inclusão de uma *atividade*<sup>p</sup> *subcontratada*<sup>p</sup> marcam um engrandecimento do modo de coordenação orientado por projeto, embora a natureza da atividade prevista envolva também o mundo industrial (*vistoria*<sup>u</sup> e *avaliação técnica*) e cívico (*liberação de alvará* e *penalidades*). Portanto, a partir da *Lei*<sup>c</sup> n° 2027/1985 e da possibilidade de *convênio*<sup>c</sup> entre a *prefeitura*<sup>c</sup> e o CBVJ<sup>c/d</sup> para essas *atividades*<sup>p</sup> é criado um dispositivo de compromisso envolvendo o mundo orientado por projeto, o industrial e o cívico.

A partir de 1987, a Associação Comercial e Industrial de Joinville assume o papel de *mantenedora*<sup>u</sup> da *corporação*. Fundada em 1911, o quadro de associados reunia boa parte das indústrias fundadas pelas famílias de imigrantes, cuja história convergia há tempo com a do CBVJ. Em comum com os bombeiros voluntários, se percebe a própria *dinâmica voluntariosa*<sup>d</sup> do início da ACIJ, sua proposta também

*comunitária*<sup>c</sup> e o *sobrenome*<sup>d</sup> de seu primeiro *líder*<sup>d</sup> coincidir com uma das famílias<sup>d</sup> de *comandantes*<sup>d</sup> da *corporação*<sup>d/c</sup>. Diferentemente dos *bombeiros*<sup>c</sup> *voluntários*<sup>d</sup>, a *associação*<sup>c</sup> *empresarial*<sup>m</sup> tem escopo também voltado à *competição*<sup>m</sup> de *mercado*<sup>d</sup> e à defesa dos *interesses*<sup>m</sup> *materiais*<sup>m</sup> individuais<sup>m</sup> de seus associados:

As *reuniões*<sup>d</sup> aconteciam na *casa*<sup>d</sup> de Hermann August Lepper, *tradicional*<sup>d</sup> *comerciante*<sup>u</sup> e primeiro *presidente*<sup>u</sup> da ACIJ. Como hoje, *discutia-se*<sup>c</sup> muito especialmente a questão dos *impostos*<sup>c/m</sup>, que sofriam alterações constantes.

Também como hoje, a preocupação com os assuntos *comunitários*<sup>c</sup> já era uma característica daqueles *encontros*<sup>d</sup>, que em determinado período ocorriam às 10 horas dos domingos.

Em 5 de novembro de 1926, a *Associação*<sup>c</sup> *Comercial*<sup>m</sup> foi reconhecida, em Joinville e no Estado, como de utilidade *pública*<sup>c</sup>. No ano seguinte, acontece a *fusão*<sup>m</sup> com a Associação dos Varejistas e com o Centro Industrial de Joinville (ACIJ, 2013, GRIFO NOSSO).

Em entrevista para esta tese, um dos líderes empresariais do CBVJ, ao ser perguntado se tinha conhecimento de outra causa com valor comparável ao dos Bombeiros Voluntários de Joinville, citou a ACIJ. Para ele, que já fora *presidente*<sup>u</sup> de ambas, a *atividade comunitária*<sup>c</sup> e *tradição centenária*<sup>d</sup> da entidade empresarial justificam sua resposta: “É uma *instituição*<sup>c</sup> que tem uma *representação*<sup>c</sup> muito forte, que tem se *envolvido em todos os assuntos da comunidade*<sup>c</sup> e tem *mais de 100 anos*<sup>d</sup>.” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2013).

Esses elementos comuns compostos pela *tradição*<sup>d</sup> e pela *finalidade comunitária*<sup>c</sup> parecem constituir um ligação coerente entre a ACIJ e o CBVJ. Essa ligação se iniciou pela participação de empresários de pequenos negócios como comércios locais e pequenas manufaturas do início do século XX. E, com o período da expansão industrial, vinculou-se a empresas bem maiores, como a Tupy, para posteriormente se ligar à entidade representativa dos empresários.

Segundo informações de um dos entrevistados, desde a época dos incêndios criminosos, a ACIJ começou a apoiar a corporação com doação de veículos e outros recursos. O entrevistado relata que por muito tempo, a gestão administrativa do CBVJ já havia sido incorporada: “a folha de pagamento, toda a contabilidade, toda a parte

administrativa não se fazia aqui, fazia lá no último andar do prédio da ACIJ” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2013).

Ao tornar a ACIJ sua *mantenedora*<sup>u</sup>, a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville modificou novamente seus estatutos<sup>c</sup>. Entre 1987 e 2003, o *presidente*<sup>u</sup> do Corpo de Bombeiros seria o *Presidente*<sup>u</sup> da ACIJ. Não obstante a natureza aparentemente determinista e antidemocrática dessa mudança, os mandatos dos próximos presidentes são citados, por vários dos bombeiros e líderes entrevistados, como de alto impacto transformador. As principais mudanças são caracterizadas pelo desenvolvimento *técnico*<sup>u</sup>, *material*<sup>u</sup> e *patrimonial*<sup>d</sup>, além do aumento da representatividade *institucional*<sup>c</sup> e a *coordenação administrativa*<sup>u</sup> para a *sustentabilidade financeira*<sup>u</sup> do CBVJ (informação verbal). A partir deste ponto, o mundo industrial, cívico e o de projetos seriam relevantes na coordenação das ações dos empresários à frente do CBVJ.

Seguiram-se, então, na *direção*<sup>u</sup> de mandato bienal do Corpo de Bombeiros, os *presidentes*<sup>u</sup> da ACIJ: Udo Döhler, Raul Schmidt e José Henrique Carneiro de Loyola. Esse último se mantém na presidência em 1994, mesmo tendo deixado a presidência da ACIJ em 1992, por especial delegação do presidente daquela entidade, Edgar Meister (TERNES, 2007).

Já a *presidência*<sup>u</sup> do *empresário*<sup>m</sup> José Henrique Carneiro de Loyola é marcada pela passagem do *centenário*<sup>d</sup> do CBVJ, cujos acontecimentos e ações relacionadas são descritas mais adiante. Antes disso, retomo a sucessão dos *comandantes*<sup>d</sup> que *lideraram*<sup>d</sup> o corpo de bombeiros voluntários e, a partir de 1972, também contratados.

Ao longo dos 50 aos 100 anos, a corporação teve apenas quatro comandantes: Albert Lepper, de 1950 a 1961; Guilherme Melzer, que cumpriu apenas 14 meses de comando, de junho de 1961 a agosto de 1962; seguindo-se a gestão de Henry Schmalz, de 9 anos, entre 1962 e 1971; e Arthur Zietz, respondendo pelo comando de 11 de agosto de 1971 a 1998 (TERNES, 2007).

Uma vez que o comandante Albert Lepper já havia sido apresentado, analiso, com base na descrição feita por Ternes (2007, p. 29-30, GRIFO NOSSO), o perfil e principais contribuições dos últimos três comandantes desse período:

Guilherme Melzer, *bombeiro*<sup>c/d</sup> de *muitos anos*<sup>d</sup>, tinha a *profissão*<sup>u</sup> de *marceneiro*<sup>u</sup> e *trabalhava*<sup>u</sup> na *serraria/marcenaria*<sup>m</sup> dos Lepper/Colin, sendo,

portanto, *companheiro*<sup>d</sup> de *trabalho*<sup>u</sup> dos *primos*<sup>d</sup> Eugen e Albert Lepper.

O sétimo comandante<sup>d</sup>, Henry Schmalz, ingressou na *corporação*<sup>d/c</sup> a 10 de novembro de 1944 e mantém sua *ligação*<sup>d</sup> até os dias atuais, sendo, portanto, um dos mais *antigos*<sup>d</sup> *bombeiros*<sup>c/d</sup>, somando mais de meio século de "*incorporação*"<sup>d</sup>. O seu *comando*<sup>d</sup>, exercido de agosto de 1962 a agosto de 1971, foi marcado pelo *aprimoramento*<sup>u</sup> *técnico*<sup>u</sup> dos *bombeiros*<sup>c/d</sup> tendo sido constituído, a partir de 1971, a primeira *guarnição*<sup>d</sup> de *plantão*<sup>u</sup> permanente. O passo seguinte, em 1972, seria o de constituição de *guarnição*<sup>d</sup> de *bombeiros*<sup>c/d</sup> *profissionais*<sup>u</sup>, mantendo-se permanente a *postos*<sup>d</sup> um número reduzido de *bombeiros*<sup>c/d</sup> na *unidade*<sup>u</sup> central. *Filho*<sup>d</sup> de *bombeiro*<sup>c/d</sup>, o sétimo comandante<sup>d</sup> é *bisneto*<sup>d</sup> do *superintendente municipal*<sup>c</sup> que em 1895, pela *resolução*<sup>c</sup> 16, *reconheceu*<sup>f</sup> e *oficializou*<sup>c</sup> a *corporação*<sup>c</sup>. *Técnico-mecânico*<sup>u</sup> e *eletricista*<sup>u</sup>, Henry Schmalz dividiu sua vida *profissional*<sup>u</sup> entre *empresas*<sup>m</sup> como a Tupy, Hansen e Arp, além de *instrutor*<sup>u</sup> do SENAI e *professor*<sup>u</sup> da Escola Técnica Tupy, e a *corporação*<sup>d/c</sup>, para a qual *dedicou*<sup>d</sup> a maior parte de sua *vida*<sup>i</sup>.

Arthur Zietz ingressou na *corporação*<sup>d/c</sup> no dia 6 de agosto de 1941, como *aspirante*<sup>d</sup>, aos 15 anos de idade. Com 63 anos de ininterrupta *colaboração*<sup>d</sup> com a *entidade*<sup>d</sup>, exercendo o *comando*<sup>d</sup> desde 11 de agosto de 1971. Também *filho*<sup>d</sup> de *bombeiro*<sup>c</sup> - seu *pai*<sup>d</sup> Ütto Zietz, esteve nas *fileiras*<sup>d</sup> por 18 anos consecutivos - o oitavo *comandante*<sup>d</sup> foi *marceneiro*<sup>u</sup>, *trabalhou*<sup>u</sup> 42 anos consecutivos na Nielson S/A. Exatamente por conhecer mais de um *ofício*<sup>u</sup>, Arthur *desempenhava*<sup>u</sup> ainda as *funções*<sup>u</sup> de *latoeiro*<sup>u</sup>, *soldador*<sup>u</sup> e *pintor*<sup>u</sup>, pôde realizar centenas de *atividades*<sup>u</sup> semelhantes no *quartel*<sup>d</sup>, inclusive, a de *coordenar*<sup>u</sup> a montagem de um *caminhão*<sup>u</sup> hidroquímico nas *oficinas da instituição*<sup>u/d/c</sup>, além de *dirigir*<sup>u</sup> os *trabalhos*<sup>u</sup> de *manutenção*<sup>u</sup> e *recuperação*<sup>u</sup> de quase todas as *viaturas*<sup>u</sup> da *corporação*<sup>d/c</sup>.

Observa-se, pela breve análise da descrição do perfil desses *comandantes*<sup>d</sup>, que todos tinham em comum algum grau de *parentesco*<sup>d</sup> ou *amizade*<sup>d</sup> com bombeiros e isso os influenciou, pelo mundo doméstico, a participar do CBVJ. Outra característica comum entre eles é que, diferentemente de Eugene e Albert Lepper que os antecederam, esses três comandantes eram funcionários e não empresários. De fato, após a saída dos primos Lepper, o comando direto das equipes não foi mais exercido por empresários.

Embora existam empresários cumprindo escala como bombeiros voluntários, caso de Adriano Silva, que recentemente sucedeu seu pai no comando do tradicional Laboratório Catarinense<sup>13</sup>, a participação dos empresários passou a se concentrar nos conselhos deliberativo e fiscal, e, notadamente, na diretoria (observação direta). Finalmente, um aspecto relevante sobre as ações citadas desses três comandantes é a maior priorização ao *desenvolvimento*<sup>u</sup> da *eficiência*<sup>u</sup> *técnica*<sup>u</sup> e da *estrutura*<sup>u</sup>, além de preservar a *disciplina*<sup>d</sup>, o *respeito à hierarquia*<sup>d</sup> e a *valorização dos bons costumes*<sup>d</sup> e da *tradição*<sup>d</sup> (INFORMAÇÃO VERBAL). A Foto 16 apresenta um dos eventos de tradição do CBVJ, mantidos até os dias atuais. No centro da foto, o Comandante Henry Schmalz, em traje de gala, dançando com sua esposa.

Até a década de 1960, também havia uma prática de confraternização semanal na sede central. Após os exercícios e, principalmente, após os incêndios atendidos, havia um encontro de confraternização. Um espaço da sede central, com uma grande mesa de reuniões disposta próxima à janela, era o local das confraternizações. Uma prateleira acima da mesa ainda guarda os canecos dos bombeiros:

Na década de sessenta, isso aqui parecia, às vezes, mais com um clube [apontando para a coleção de canecos dispostos acima da mesa]. A cada sucesso de atendimento de incêndio, o pessoal vinha pra cá comemorar. Era uma confraternização com muita cerveja!

---

<sup>13</sup> O antecessor de Adriano Silva no Laboratório Catarinense, Ney Silva, é ex-presidente da ACIJ e do CBVJ.

Foto 16: Baile nos anos 60



Fonte: AHJ

Volto, então, às atividades da corporação, nos últimos dois anos antes do centenário. Em 1990, foi realizado um *planejamento estratégico*<sup>m</sup>, para os próximos dez anos. Entre os objetivos estavam a instalação de mais unidades descentralizadas, além do reaparelhamento da corporação para aumento da eficiência.

Um *documento*<sup>u</sup> de 20 páginas, elaborado a partir de *exigência*<sup>u</sup> da *administração*<sup>u</sup> do *ex-Prefeito*<sup>c</sup> Luiz Gomes, baseado no *crescimento*<sup>u</sup> *populacional*<sup>c</sup>, *evolução*<sup>u</sup> *urbana*<sup>c</sup>, *aumento*<sup>u</sup> do *número*<sup>u</sup> de *habitação*<sup>d</sup> e que orientou a *expansão*<sup>u</sup> dos *serviços*<sup>u</sup> de *bombeiros*<sup>c/u</sup> no *município*<sup>c</sup> até o final do século passado.

Pelo *documento*<sup>u</sup>, *previa-se*<sup>u</sup> que *Joinville*<sup>c</sup> teria nos anos subseqüentes, além da *unidade central*<sup>u</sup>, mais 8 *unidades*<sup>u</sup> em outras regiões da *cidade*<sup>c</sup>. Todas, além das *edificações físicas*<sup>u</sup> e demais *benfeitorias*<sup>u</sup>, deveriam estar *equipadas*<sup>u</sup> com *frota própria de veículos*<sup>u</sup>, observando-se o *processo*<sup>u</sup> de *transferência das viaturas*<sup>u</sup> em uso na *unidade central*<sup>u</sup> para os *bairros*<sup>c</sup>, bem como demais *equipamentos*<sup>u</sup> e *equipes próprias*<sup>u/d</sup> de

bombeiros<sup>c/u</sup>. O plano<sup>u</sup> previa<sup>u</sup> também a ampliação<sup>u</sup> da unidade central<sup>u</sup>, com a implantação<sup>u</sup> de mais um pavimento no prédio<sup>u</sup> existente, e completa recuperação<sup>u</sup> das instalações<sup>u</sup>, o que foi realizado<sup>u</sup>. Registre-se que essas metas<sup>u</sup> foram alcançadas<sup>u</sup>. [...] Foram previstos<sup>u</sup> ainda investimentos<sup>u</sup>, ano a ano, em pessoal<sup>u/d</sup>, viaturas<sup>u</sup>, administração<sup>u</sup> e equipamentos<sup>u</sup>, particularizando<sup>u</sup> despesas<sup>u</sup> de salários<sup>u</sup>, alimentação<sup>d</sup>, fardamento<sup>u</sup>, assistência médica<sup>d</sup>, seguros<sup>u/d</sup>, combustíveis<sup>u</sup>, lubrificante<sup>u</sup>, pneus<sup>u</sup>, conservação e recuperação<sup>u</sup> dos veículos<sup>u</sup> e despesas gerais<sup>u</sup> de caráter administrativo<sup>u</sup> (TERNES, 2007, p. 38, GRIFO NOSSO).

Oberva-se que o plano<sup>u</sup> estratégico<sup>m</sup> do CBVJ, demandado pelo Prefeito<sup>c</sup>, tinha entre as principais finalidades garantir a eficiência<sup>u</sup> da corporação<sup>c/u</sup>. As ações, portanto, foram coordenadas pelo modo industrial. Thévenot e Boltanski (2006, p. 207, GRIFO ORIGINAL) afirmam que o plano e a preocupação com o futuro são elementos que evidenciam o modo industrial da coordenação da ação:

*The temporal equivalence instituted by industrial worth is particularly visible in objects apprehended according to their aptitude for managing the future, such as flow charts, plans, and budgets: “by making adjustments to the planning calendar, we are integrating the project into the plan, the working and investment budgets”.*

Subjacentes ao mundo industrial, também são propostas passarelas com os mundos: doméstico, inspiração e cívico. Elas são evidenciadas, respectivamente, pela valorização da honra<sup>d</sup> e tradição<sup>d</sup>, evocação do amor<sup>i</sup> pela causa<sup>c</sup> e pelo apelo de cidadania<sup>c</sup>. Como parte das ações do plano estratégico, por exemplo, o Presidente José Henrique Carneiro de Loyola enviou uma carta aos associados, apresentada no ANEXO D deste trabalho. Nela, um reajuste<sup>u</sup> da mensalidade<sup>d</sup> é justificado pela importância do “centenário<sup>d</sup> desta valorosa Corporação<sup>c/d</sup>, acontecimento singular na história<sup>d</sup> dos Corpos<sup>c</sup> de Bombeiros<sup>c</sup> Voluntários<sup>d</sup> do Brasil<sup>e</sup>”, cujo “patrimônio<sup>d</sup>, produto do trabalho<sup>u</sup>, idealismo<sup>i</sup> e amor<sup>i</sup> à cidade<sup>c</sup> de Joinville, é um compromisso<sup>d</sup>

que deverá *permanecer de geração em geração*<sup>db</sup> (CBVJ, 1991, p.2). Ao final, o presidente conclama os associados a *ajudar*<sup>d</sup> a *ampliar*<sup>u</sup> o *quadro social*<sup>d/c</sup>, *convidando*<sup>d</sup> um *conhecido*<sup>f</sup> a ser *sócio*<sup>c/d</sup> dos *Bombeiros*<sup>c/d</sup>. Boltanski e Thévenot (2006, p. 166, GRIFO ORIGINAL) descrevem a natureza privada da carta, para o mundo doméstico, que reforça a lealdade por meio da proximidade e discrição. Tal atitude afasta a possibilidade de fofocas, característica de declínio dessa grandeza:

*In the domestic world, where worth presupposes personal loyalty to a worthy being and membership in the closed universe of a household, objects are all the more **private** in character (letters, for example) to the extent that they are associated with the more worthy beings, and **discretion** consists in “refusing to listen to **gossip** and especially in refusing to pass it along”.*

Em meio ao cumprimento do planejamento estratégico, a diretoria também estabeleceu importantes ações, prevendo a passagem do aniversário de cem anos do CBVJ. Ternes (2007, p. 36, GRIFO NOSSO) descreve, então, os acontecimentos relacionados ao centenário:

Foi *montada*<sup>u</sup> *comissão especial*<sup>c/p</sup>, sob a *presidência*<sup>u</sup> do *empresário*<sup>m</sup> José Henrique, envolvendo *nomes*<sup>d</sup> de um *largo círculo*<sup>d</sup> de *representação da comunidade*<sup>c</sup>, desde o *governo municipal*<sup>c</sup>, *estadual*<sup>c</sup>, *ACIJ*<sup>c/m</sup> e *Bombeiros*<sup>c/d</sup>, até *representantes*<sup>c</sup> de outras *entidades*<sup>c</sup> envolvidas nos *festejos*<sup>d</sup>. [...] Para *coordenar*<sup>u</sup> toda a *programação*<sup>u</sup> inicialmente *prevista*<sup>u</sup> para durar seis meses, mas que se estendeu por exatos 12 meses, foi *criado*<sup>f</sup> um *comitê executivo*<sup>u</sup>, tendo como *coordenador*<sup>u</sup> o *radialista*<sup>f</sup> Ramiro Gregório da Silva, então *Secretário de Turismo da Prefeitura Municipal de Joinville*<sup>c</sup>, à época do *Prefeito*<sup>c</sup> Luiz Gomes.

A extensa *programação*<sup>u</sup> teve início no dia 25 de julho de 1991, às 20 horas, com a *solenidade*<sup>d</sup> de

lançamento<sup>f</sup> dos festejos<sup>d/f</sup> (14) do centenário<sup>d</sup>, na Sociedade Harmonia-Lyra<sup>d</sup>, e teve um dos seus momentos mais importantes no dia 13 de julho de 1992, no pátio da corporação<sup>d</sup>, às 19 horas, quando da realização de culto ecumênico<sup>i</sup>, a inauguração<sup>f</sup> de placa<sup>i/f/d</sup> alusiva ao evento<sup>d</sup>, lançamento<sup>f</sup> de selo comemorativo<sup>d</sup> pela Empresa de Correios e Telégrafos<sup>c</sup> e um show pirotécnico<sup>f</sup>, transformaram a noite<sup>i</sup> do centenário<sup>d</sup> num marco<sup>d</sup> de toda a programação<sup>u</sup>.

Desfilie<sup>f</sup> alegórico<sup>i</sup>, encontro nacional<sup>c</sup> sobre voluntariado<sup>d</sup>, exposição<sup>i</sup> de fotos<sup>d</sup> "100 anos de Corpo de Bombeiros"<sup>nd</sup>, no Arquivo Histórico<sup>d</sup>, baile do centenário<sup>d</sup>, homenagens<sup>d</sup> no Festival de Dança<sup>f/i</sup>, competição<sup>m</sup> dos Bombeiros<sup>c/b</sup>, gincana<sup>m</sup>, concurso<sup>m</sup> de contos<sup>i</sup> e de redações<sup>i</sup> escolares<sup>d</sup>, concurso<sup>m</sup> do hino<sup>i</sup> dos bombeiros<sup>c/d</sup> e competições esportivas<sup>m</sup> foram desenvolvidas<sup>u</sup> no período de seis meses, entre junho e dezembro de 1992. [...] O amplo e contínuo noticiário<sup>f</sup> sobre os 100 anos<sup>d</sup>, produziu<sup>u</sup> oportuna<sup>m</sup> revitalização<sup>u</sup> da corporação<sup>d/c</sup>, mas o principal destaque<sup>f</sup> dos festejos<sup>d</sup> deve ser creditado<sup>d</sup> à estratégia<sup>m</sup> da diretoria<sup>u</sup> da entidade<sup>d</sup>, que canalizou<sup>u</sup> o momento para a campanha<sup>f</sup> de reestruturação<sup>u</sup> da entidade<sup>d</sup>. Desta forma, simultaneamente às comemorações cívicas<sup>f/d/c</sup> e ao enaltecimento<sup>d/i</sup> do espírito<sup>i</sup> do voluntariado<sup>d</sup>, foi desenvolvido trabalho<sup>u</sup> de obtenção<sup>d</sup> de veículos<sup>u</sup> e equipamentos<sup>u</sup>, através de doações<sup>d</sup>, junto aos governos municipal<sup>c</sup> e estadual<sup>c</sup>. Também junto<sup>p</sup> ao empresariado<sup>m</sup> joinvilense e a instituições<sup>c</sup> de caráter nacional<sup>c</sup>. A campanha<sup>f</sup> fez com que a entidade<sup>d</sup> incorporasse<sup>d/c</sup> dez novos veículos<sup>u</sup> e uma moderna<sup>u</sup> escada Magirus<sup>u</sup>, esta, como destaque<sup>f</sup>, foi entregue<sup>d/f</sup> pelo governador<sup>c</sup> do Estado de São Paulo<sup>c</sup>, Dr. Luiz A. Fleury, além de 12 trajes especiais<sup>u</sup> que permitem aos bombeiros<sup>c/d</sup> adentrar em áreas de fogo.

---

<sup>14</sup> Festejos e comemorações são eventos do mundo doméstico, mas se aproximam com o mundo da fama quando propõem a visibilidade para um público mais amplo ou externo às relações domésticas.

No dia 14 de julho de 1992, o Jornal ANotícia publicou, em editorial, o texto “Bombeiros como símbolo”. No artigo, inserido no Anexo F deste trabalho, o CBVJ é apresentado como um *símbolo tradicional<sup>d</sup>* da *cidade<sup>c</sup>*, embora um “panorama de *esquecimento<sup>f</sup>* e *pobreza<sup>m</sup> material<sup>n</sup>*” seja retratado de forma a *sensibilizar<sup>f</sup>* o *apoio<sup>d</sup>* de *lideranças da comunidade<sup>c</sup>* (ANOTÍCIA, 1992).

Nesses esforços relacionados ao centenário podemos destacar a relevância dos testes do modelo da fama. Mesmo que essas ações tenham evidenciado passarelas com o mundo doméstico e cívico, a presença do regime da fama é caracterizada pela importância dada ao reconhecimento da opinião pública.

*In the world of fame, the peak moments are those during which these images become salient, for example during a **presentation** that places them in the spotlight **under the gaze** of others. Beings achieve worth only if the presentation is made visible, in a transparent space in which it can be **looked at and compared**. Presentation “**in the public eye**”, intended to give **visibility** to a being, for example by means of an “**open house**”, is the object of a staging that makes it possible to **manipulate the ambiance, the climate, the atmosphere, and the setting**, which, during a demonstration, “**must not simply be designed to dress up a room or an assembly line, but must contribute to creating an atmosphere in relation to the message that the company wants to transmit**” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 183, GRIFO ORIGINAL).*

Proponho, finalmente, situar os demais aspectos dessas ações relativas ao centenário em uma síntese dos modos de coordenação presentes nas principais ações de legitimação do CBVJ, entre 1952 e 1992. Como já constatado, até 1952, os modos de coordenação das ações que impactaram na sua legitimação se concentravam principalmente nos mundos doméstico, inspiração e cívico. O primeiro desses mundos se evidencia na *liderança pelo exemplo<sup>d</sup>* que incentivava o *voluntariado<sup>d</sup>*, além do respeito à *hierarquia<sup>d</sup>* e à *camaradagem<sup>d</sup>*. Ao longo do tempo, essa relação que se aproxima daquela de *mestres-aprendizes<sup>d/i</sup>* tornava-se cada vez mais *coesa<sup>d</sup>*. Logo, verificou-se uma passarela com o segundo mundo, evidenciado pela *paixão<sup>i</sup>* que surge

dessa *convivência*<sup>d</sup> e da superação *corajosa*<sup>i</sup> dos *perigos*<sup>i</sup>. Já o terceiro mundo se apresenta mais ligado à *finalidade cívica*<sup>c</sup> da *corporação*<sup>d/c</sup>, assumida *formalmente*<sup>c</sup> em seus *estatutos*<sup>c</sup>, nas *eleições democráticas*<sup>c</sup> dos seus *comandantes*<sup>d</sup>, nas ações voltadas ao *bem-estar geral*<sup>c</sup> e no reconhecimento *legal*<sup>c</sup> da *instituição*<sup>c</sup>. Somente de forma complementar, a preocupação com a *eficiência*<sup>u</sup> dos serviços e a *qualidade*<sup>u</sup> dos *equipamentos*<sup>u</sup> era orientada pela perspectiva do mundo industrial.

A partir da *intervenção*<sup>u</sup> de *empresários*<sup>m</sup>, evidenciou-se a proeminência dos modos de coordenação industrial (preocupação com o futuro, eficiência, processo decisório), do modo orientado por projeto (conexões e credibilidade na rede empresarial e política) e fama (reconhecimento da opinião pública). A preocupação com a *sustentabilidade financeira*<sup>u</sup> motivou também esforços de mobilização<sup>c</sup> política<sup>c</sup> que resultaram em superávit de arrecadação sete vezes maior, três anos após a intervenção.

Principalmente nas ações relacionadas ao centenário, o modo de coordenação industrial, por meio de passarelas com o mundo dos projetos, da fama e doméstico, caracterizou-se pelo *planejamento e execução*<sup>u</sup> de duas grandes linhas de ação: (1) ampliar a *reputação*<sup>d</sup> da *corporação*<sup>d/c</sup> junto à *opinião pública*<sup>f</sup> e (2) *mobilizar*<sup>c</sup> *lideranças políticas*<sup>c</sup> e empresariais<sup>m</sup>.

A programação de *eventos*<sup>f</sup> *culturais*<sup>d</sup> e *homenagens*<sup>d</sup> relativas ao *centenário*<sup>d</sup> buscavam *enaltecer*<sup>d</sup> a *tradição*<sup>d</sup> da *Coporação*<sup>c/d</sup> e *incentivar*<sup>d</sup>, por meio da *cultura*<sup>d</sup>, o *cultivo*<sup>d</sup> dos *valores*<sup>d</sup> que orientaram os *imigrantes*<sup>d</sup> e os atuais *membros*<sup>c</sup> a *fazer parte*<sup>c/d</sup> dessa *iniciativa*<sup>i</sup> *voluntariosa*<sup>d</sup>. Essas e outras ações anteriores, também ligadas à *reputação*<sup>d</sup>, como a criação da “*Comenda da Machadinha*”<sup>d</sup>, a *inauguração*<sup>f</sup> do *quartel*<sup>c</sup> em *sede própria*<sup>d</sup>, a *contínua valorização da disciplina*<sup>d</sup>, do *respeito à hierarquia*<sup>d</sup>, do *estímulo ao voluntariado*<sup>d</sup> e da *preservação dos bons costumes*<sup>d</sup> marcaram a presença do mundo doméstico.

O esforço das *mobilizações*<sup>c</sup> *políticas*<sup>c</sup>, tanto na *campanha*<sup>f</sup> do *centenário*<sup>d</sup>, quanto em todo esse período de 50 anos, também estava ligado à questão da *reputação*<sup>d</sup>. Contudo, possuía duas finalidades adicionais: (1) *aumentar*<sup>u</sup> diretamente a *arrecadação*<sup>c/d</sup> via *doações*<sup>d</sup> de fundos *públicos*<sup>c</sup> e *privados*<sup>m</sup>; e (2) *legitimar legalmente*<sup>c</sup> a *corporação*<sup>c</sup> para *garantir o apoio estável*<sup>d</sup> e *oficial*<sup>f</sup> do *poder público*<sup>c</sup>, via *repasso*<sup>c</sup> de *recursos*<sup>u</sup> *financeiros*<sup>m</sup> na forma de *convênios*<sup>c</sup>. Essas duas finalidades convergem para a *sustentabilidade operacional e financeira*<sup>u</sup>

e da *corporação*<sup>d/u</sup>, com o *aumento da eficiência das operações*<sup>u</sup>, a *revitalização*<sup>u</sup> do *patrimônio*<sup>d</sup> e *renovação*<sup>u</sup> dos *equipamentos*<sup>u</sup>;

Finalmente, a preocupação dos líderes empresariais, no período entre 1952 e 1992, era aparentemente permeada de certo *orgulho*<sup>d</sup>. Uma espécie de *paixão*<sup>i</sup> parece também ter *estimulado*<sup>i</sup> a coordenação das ações desses atores sociais. Essa *emoção*<sup>i</sup> pode estar relacionada ao legado<sup>d</sup> de valorização da honra<sup>d</sup> e bons costumes<sup>d</sup>, deixado pelos *imigrantes*<sup>d</sup>. Os mesmos imigrantes que estavam entre os *pioneiros*<sup>i</sup> da *colônia*<sup>c</sup> foram *fundadores da corporação*<sup>d/c</sup> e, em muitos casos, *empreendedores*<sup>v/p(15)</sup> das pequenas *empresas*<sup>m</sup> *familiares*<sup>d</sup> que se tornaram *grandes negócios*<sup>m</sup>. E nesses *grandes negócios*<sup>m</sup>, estavam então, os *diretores executivos*<sup>u</sup> que *sucederam*<sup>u</sup> esses imigrantes. Embora a cidade já tivesse porte médio, as empresas mais *tradicionais*<sup>d</sup> e seus *líderes*<sup>d</sup>, particularmente os mais *engajados*<sup>p</sup> nas entidades empresariais, ainda evidenciavam *publicamente*<sup>f</sup> essa *paixão*<sup>i</sup> pela *trajetória*<sup>d</sup> dos imigrantes *pioneiros*<sup>i</sup> e seu *comprometimento*<sup>d</sup> com o CBVJ (observação direta).

O depoimento abaixo de um dos diretores da Schulz S.A., empresa associada ao CBVJ, evidencia que o orgulho comentado acima permanece presente, além da valorização da ligação histórica de fundadores da empresa com a corporação. Em 2010, o empresário Ovandi Rosenstock, representando todos os homenageados, disse da honra que representa receber a Ordem da Machadinha. Lembrou que o pai do diretor Waldir Schulz foi bombeiro voluntário, o que tornava a homenagem ainda mais especial.

É motivo de *orgulho*<sup>d</sup> poder *figurar*<sup>f</sup> na relação de *notáveis*<sup>f</sup> na *galeria*<sup>f</sup> de *homenageados*<sup>d</sup> com a *Ordem da Machadinha*<sup>d</sup>. É uma *corporação*<sup>c/d</sup> de *tradição*<sup>d</sup> que mantém o seu *valor histórico*<sup>d</sup> para a nossa *cidade e região*<sup>c</sup>. Percebemos que a *cidade*<sup>c</sup> cresce e os *bombeiros*<sup>c</sup> *voluntários*<sup>d</sup> continuam *cumprindo seu papel*<sup>u</sup> do *mesmo modo*

---

<sup>15</sup> Interpreto o termo empreendedor como uma passarela entre o mundo da inspiração (visionário, independente, criativo, explorador, sujeito a riscos) e o mundo orientado por projeto (inovador, autônomo, entusiasta, lançador de projetos), sem com isso excluir a influência de elementos dos demais mundos como o de mercado (oportunidade, lucro, competição, vantagem competitiva), da fama (reconhecimento público) ou industrial (energia para o trabalho, eficiência).

e eficiência<sup>u</sup> que havia no tempo dos pioneiros<sup>i</sup> (ROSENSTOCK, 2010, GRIFO NOSSO).

### 5.3.3 A legitimação após o centenário (1992 - 2014)

Entre 1991 e 2014, a população de Joinville passou de 347 mil para pouco mais de 515 mil habitantes. Esse aumento de cerca de 50% da população ocorre, mesmo após as elevadas taxas de crescimento das quatro décadas anteriores: de 80 até 90, aumento de 47%; de 70 até 80, 87%; de 60 até 70, 78%; e de 50 até 60, 63% de crescimento populacional (IBGE, 2014). Embora a cidade ainda seja atualmente considerada de médio porte, os desafios impostos ao CBVJ para o atendimento da população, já comentados no início do item anterior, mantêm-se.

O comandante Arthur Zietz, que havia assumido em 1971, ficaria no comando até 1998. Esse período foi marcado por importantes testes de legitimação e transformações na corporação, desde eventos já descritos, como os primeiros *plantões*<sup>u</sup> noturnos na sede e a *contratação*<sup>u</sup> dos primeiros *colaboradores*<sup>u</sup>, em 1972, passando pelos *atendimentos*<sup>u</sup> aos incêndios criminosos de 77 e 78, até a *implantação*<sup>u</sup> do CAT, setor responsável pelos *serviços de vistorias*<sup>u</sup>, de acordo com a *legislação municipal*<sup>c</sup> de incêndio, *promulgada*<sup>c</sup> em 1985 (BRASIL, 1985).

Em 1993, o CBVJ tinha uma frota de 30 veículos (eram somente 13 viaturas em 1990) e contava, entre os sócios ativos, com 1.600 pessoas físicas e 620 pessoas jurídicas. Sob o comando de Zietz, a terceira unidade regional avançada, no bairro Iriríu seria *inaugurada*<sup>f</sup> em 1994 (a primeira foi no distrito industrial, em Pirabeiraba e a segunda no bairro Guanabara, zona sul da cidade). O plantel de bombeiros voluntários, no ano de 1994, somava 48 integrantes e dos bombeiros remunerados, 67. Além deles, havia ainda os bombeiros das brigadas industriais, cujo contingente total era de 364 pessoas. Um *projeto de integração*<sup>p</sup> das brigadas industriais com a corporação foi, então, iniciado. As brigadas industriais que primeiro se *juntam ao projeto*<sup>p</sup> foram as da Metalúrgica Schulz e Carrocerias Nielson, duas tradicionais empresas de Joinville (TERNES, 2007). O modo de coordenação orientado por projeto, nesse caso, é evidenciado pelo esforço de *conexão*<sup>p</sup> do CBVJ com as *empresas*<sup>m</sup> que mantêm brigadistas. Esse esforço demonstra a “capacidade de propagar os benefícios de conexões sociais” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2005).

No ano seguinte, mais cinco *unidades descentralizadas*<sup>u</sup> seriam *inauguradas*<sup>f</sup>, com apoio de empresas<sup>m</sup> associadas<sup>c</sup>. No mesmo ano de 1995, mudanças de *estatuto*<sup>c</sup> iriam permitir que *mulheres*<sup>d</sup> pudessem *fazer parte*<sup>c</sup> da *corporação*<sup>c/d</sup>. Além disso, foram enviados para  *cursos*<sup>u</sup> de *aperfeiçoamento*<sup>u</sup> junto à Academia Nacional de Bombeiros do Chile, dois bombeiros da unidade central. Também foram encaminhados outros dois bombeiros voluntários para a Alemanha, para *estágio*<sup>u</sup> de 90 dias. Segundo Ternes (2007), a diretoria também interagiu com *autoridades*<sup>c</sup> da França e de países da América do Sul, buscando a *integração do movimento*<sup>c</sup> “bombeiril” de Joinville com outras corporações voluntárias.

Sob a *articulação*<sup>p</sup> do, então, presidente José Henrique Carneiro de Loyola, foi *fundada*<sup>c</sup> a *entidade*<sup>c</sup> *representativa*<sup>c</sup> das *corporações*<sup>c</sup> *voluntárias*<sup>d</sup> do *Estado*<sup>c</sup>, a ABVESC. Relembro que até 1994 havia apenas onze corporações voluntárias no Estado, muitas delas fundadas com o *apoio técnico*<sup>u</sup> do CBVJ. Atualmente, 20 anos após a criação da ABVESC, são quarenta e três corporações voluntárias em Santa Catarina, recebendo o apoio dessa *associação*<sup>c</sup> (ABVESC, 2013).

A Foto 17 mostra a da sede do Corpo de Bombeiros Voluntários de Guaramirim, fundado em 1991. Em sua fachada, está estampado o mesmo *lema*<sup>c</sup> do CBVJ, caracterizando a influência da corporação joinvilense.

A cidade de Guaramirim fica a 40 quilômetros de Joinville e possui pouco mais de 35 mil habitantes. A ação de fundação da ABVESC para aumentar a *representatividade*<sup>c</sup> das corporações voluntárias é coordenada pelo modo cívico. O uso do *lema*<sup>c</sup>, repetidamente, em todas as corporações também é orientado por esse mesmo regime, como explicam Thévenot e Boltanski (2006, p. 189, GRIFO ORIGINAL):

*Possessing neither a body nor sense organs, the will of a collective person, if it is to be clearly expressed, must be summed up in ready-made formulas allowing for repetition by multiple voices without alterations or **deviations**, such as **slogans** (which “are to be used often”).*

Ainda em 1994, foi criado o Sistema Integrado de Assistência Médica de Emergência (SIAME), vinculado à Secretaria da Saúde do Município. A partir do *Decreto*<sup>c</sup> n° 7357, de 29 de Agosto de 1994, o CBVJ seria convidado a fazer parte do SIAME. Relembro que, desde a

Lei 2.485/1990, o CBVJ já tinha *convênio*<sup>c</sup> com a *prefeitura*<sup>c</sup> para apoiar o cumprimento das *normas*<sup>c</sup> de proteção contra incêndio (BRASIL, 1990). Posteriormente à *inclusão*<sup>c</sup> da corporação no SIAME, surgiram novas possibilidades de *convênio municipal*<sup>c</sup>, relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Instituto de Trânsito (ITTRAN) (CBVJ, 2012).

Foto 17: Corporação de Guaramirim (mesmo lema do CBVJ)



Fonte: Guaramirim, 2013

A base de fomento financeiro do CBVJ crescia na segunda metade da década de 90, resultado das *mobilizações políticas*<sup>c</sup>. A partir de 1996, a população de Joinville teria a possibilidade de fazer *doações*<sup>d</sup> ao CBVJ, em conjunto com o pagamento da conta de energia elétrica, cobrada pela CELESC. Esse *convênio*<sup>c</sup> com a *concessionária*<sup>p</sup> de energia do *Estado*<sup>c</sup> ampliou significativamente a base de *contribuintes*<sup>d</sup> da corporação. Enquanto em 1993, as contribuições privadas eram geradas por 1.600 pessoas físicas e 620 pessoas jurídicas, o número de *doadores*<sup>d</sup> saltou para 35 mil, em 1996.

Em 1997, foi criado o Museu Nacional do Bombeiro. Situado na sede central da corporação, o *espaço*<sup>c</sup> *aberto ao público*<sup>c</sup> reúne peças, equipamentos, uniformes, documentos, fotos, manuais, bandeiras e

instrumentos antigos. Essa *valorização da história<sup>d</sup> e tradição<sup>d</sup>* da corporação, por meio do *museu<sup>c/d</sup>*, é uma ação de legitimação coordenada pelo modo doméstico. Ternes (2007) afirma que essa iniciativa dos bombeiros de Joinville é pioneira no país, fato que explica a denominação de “Museu Nacional dos Bombeiros”. A foto 18 mostra o primeiro caminhão da corporação, em perfeito estado de conservação, um das principais atrações do museu.

Foto 18: Museu Nacional dos Bombeiros



Fonte: Museu Nacional dos Bombeiros

Ainda em 1997, foi *instalada<sup>u</sup> a oitava unidade regional<sup>u</sup>*, junto à Empresa Brasileira de Compressores (Embraco), em Pirabeiraba. Juntamente com os brigadistas da Multibrás, empresa do mesmo grupo, foram integrados mais 378 bombeiros brigadistas (TERNES, 2007).

Já em 1998, surgiu a primeira tentativa dos Bombeiros Militares (BM) de Santa Catarina de mudar a *legislação estadual<sup>c</sup>* e conquistar o *poder de polícia<sup>c</sup>*. Nessa época, eles ainda eram incorporados à polícia militar. O Projeto de Lei Complementar 06/98, defendido pelos militares e enviado à ALESC pelo, então, governador Paulo Afonso Vieira, regulamentava o artigo 107 da Constituição do Estado. Segundo matéria jornalística de Antônio Anacleto, veiculada pelo ANotícia em 21 de agosto de 1998, o inciso oitavo do primeiro artigo desse projeto estabelecia que as corporações voluntárias passariam a se subordinar à

polícia militar do Estado. Além disso, liberações como o habite-se e alvará de funcionamento ficariam também subordinadas às determinações dos militares. Entrevistado pelo jornalista Antônio Anacleto, o tenente coronel Adilson Alcides de Oliveira esclarece que em vez de comunicar à prefeitura sobre as irregularidades, os militares teriam poder de multar e até embargar, e justificou: “na verdade o projeto traz agilização principalmente nas ações de fiscalização, vistoria e análise de projetos.” (ANOTÍCIA, 1998).

Esse Projeto de Lei que propunha poder de polícia aos bombeiros militar foi arquivado em 1999, contudo nova *proposta de lei*<sup>c</sup> com o mesmo objetivo surgiu alguns anos mais tarde, voltando à pauta da ALESC após o incêndio de Santa Maria. Resgato a discussão sobre o poder de polícia no final deste item, quando descrevo a mobilização e votação ocorrida acerca da aprovação dessa lei, em 2013.

Em 1999, a corporação possuía 314 membros, apoiados por mais 1.200 brigadistas industriais. Já em 2002, a nona unidade avançada seria *inaugurada*<sup>f</sup> no bairro Aventureiro (TERNES, 2002).

Loyola preside entidade de 91 a 97, quando se licencia para assumir uma vaga no Senado Federal por seis meses e depois novamente para se candidatar a vice-Prefeito do município. O vice-presidente Mario Krüger assume, inteiramente, a presidência. Na ata da Assembleia geral de 1998 consta o pedido de Loyola de saída, em definitivo, da direção. O vice-presidente Mario Kruger assume novamente a presidência (CBVJ, 2013).

Loyola é uma das pessoas citadas pelos atuais bombeiros e líderes do CBVJ, nas entrevistas que realizei, como um dos símbolos da corporação:

Loyola sempre teve um *envolvimento*<sup>d</sup> com a corporação, e eu tive o prazer de viver esse momento de *transformação*<sup>u/i</sup> da corporação a partir do *envolvimento*<sup>d</sup> dele. Não que os *presidentes*<sup>u</sup> que o *sucederam*<sup>d</sup> não foram bons, mas ele teve um papel importante nisso, no centenário (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Loyola, pela questão *visionária*<sup>i</sup>. [...] *responsável*<sup>u</sup> pela descentralização<sup>u</sup> do modelo<sup>u</sup>, que está nos bairros hoje. A modernização<sup>u</sup>. A afirmação de que o *voluntário*<sup>d</sup> não é *amadorismo*<sup>u</sup>, por isso

tem *equipamento de ponta*<sup>u</sup> (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Observa-se, portanto, que a direção de Loyola foi marcada principalmente pelo modo industrial, além das passarelas com o mundo orientado por projeto, o doméstico, o cívico e o da fama. Primeiro pela questão do *planejamento*<sup>u</sup> e *execução*<sup>u</sup> de ações<sup>u</sup>, desde as *campanhas*<sup>f</sup> do *centenário*<sup>d</sup>, até o *projeto*<sup>p</sup> de *descentralização*<sup>u</sup> e as *articulações de projetos em rede*<sup>p</sup> como a intergração das brigadas e, finalmente, as *mobilizações políticas*<sup>c</sup>, como a fundação da ABVESC, buscando a maior *representatividade*<sup>c</sup> do segmento.

Em 1998, são feitas *mudanças estatutárias*<sup>c</sup> na composição dos *membros*<sup>c</sup> “natos” do *Conselho Deliberativo*<sup>u</sup>, que possuem *mandato*<sup>c</sup> *por tempo indeterminado*<sup>d</sup>. Essas mudanças valem até hoje. Os membros natos são: Comandante do 61º. BI, Prefeito Municipal, Presidente da Associação Empresarial de Joinville (ACIJ), Presidente da ABVESC, além dos Ex-Presidentes e Ex-Comandantes da Associação, desde que se mantenham associados. O Conselho Deliberativo elege o Conselho Fiscal e a Diretoria, que possuem mandatos de dois anos. A Diretoria é composta por quinze membros, envolvendo o Presidente e doze vice-presidentes, além do Diretor Financeiro e do Diretor Administrativo (CBVJ, 2013).

Felinto Koerber é, então, *eleito*<sup>c</sup> para a *direção*<sup>u</sup> da corporação de 1998 a 2002. Segundo Ternes (2007, p. 44, GRIFO NOSSO), o início desse período envolveu nova *crise financeira*<sup>u</sup> do CBVJ que somente seria superada em 2000:

Sua gestão seria marcada pelo enfrentamento direto de *situação financeira crítica*<sup>u</sup>, decorrente do não pagamento, pelo *governo*<sup>c</sup> do Estado, dos *repasses*<sup>c</sup> relativos ao ano de 1997 e, também, de parcelas de 1998. A entidade entra em regime de forte *contingenciamento de recursos*<sup>u</sup>, com a paralisação quase total, por um período de meses, de todo e qualquer *investimento*<sup>u</sup>. Os *recursos*<sup>u</sup> disponíveis são integralmente aplicados nas despesas de *custeio*<sup>u</sup> da corporação. Repete-se nova situação crítica, que, ciclicamente, se abate sobre a corporação.

Em 1999, o CBVJ contava com 314 membros, apoiados por mais 1.200 brigadistas. No ano seguinte, houve aumento de 65% no número

de ocorrências atendidas pela corporação, que totalizou 7.376 registros de saídas para socorrer a população.

Segundo Ternes (2007), em 2001, com a crise financeira superada, o CBVJ criou um fundo com aporte inicial R\$ 500 mil para a compra de uma escada de longo alcance, orçada em R\$2 milhões. Da receita mensal da entidade, 10% seriam destinados ao fundo, até que se completasse o montante necessário.

Já em 2002, Ney Silva Filho é *eleito*<sup>c</sup> presidente, dirigindo o CBVJ de 2002 a 2004. No ano de 2002, incluindo os bombeiros mirins, aspirantes, adultos, brigadistas e socorristas, voluntários e efetivos, além de 16 pessoas na área administrativa, a estrutura de atendimento totalizava 1.639 pessoas diretamente vinculadas à corporação. Nesse período, três novas ambulâncias para atendimento pré-hospitalar (APH) passaram a fazer parte da frota. Além disso, mais 67 bombeiros voluntários concluíram o curso de formação (TERNES, 2007). Foi observado que a importância do *curso*<sup>u</sup> de *formação*<sup>u</sup>, como parte do *processo de seleção*<sup>u</sup> de novos bombeiros voluntários, cresceu muito, principalmente nas últimas duas décadas (informação verbal).

Quando o primeiro grupo de bombeiros voluntários se reuniu, em 1892, o *aprendizado*<sup>u</sup> sobre combate ao fogo e técnicas de salvamento ocorria semanalmente, por meio de exercícios práticos. Naquele tempo, os *mais experientes*<sup>d</sup> *ensinavam*<sup>d</sup> os *novatos*<sup>i</sup> como lidar com as situações de incêndio. Caso demonstrassem *energia* e *aptidão física*<sup>u</sup>, *disciplina*<sup>d</sup>, *respeito à hierarquia*<sup>d</sup> e *retidão moral*<sup>d</sup>, os *aprendizes*<sup>i</sup> *recém-associados*<sup>c</sup> poderiam *permanecer*<sup>d</sup> na *corporação*<sup>ci/d</sup> após os primeiros meses de *iniciação*<sup>i</sup>. Desde a fundação do CBVJ, todos os novos membros tinham que cumprir certas exigências estatutárias, entre elas: (1) ser aprovado por *votação*<sup>c</sup> por 2/3 dos membros do *conselho*<sup>c</sup>, pelo *caráter*<sup>d</sup> e *reputação*<sup>d</sup> na *comunidade*<sup>c</sup>; (2) *pagar a jóia*<sup>u/d</sup> de 1000 réis e *manter em dia a mensalidade*<sup>u/d</sup> de 200 réis; (3) atender<sup>d</sup> *rigorosamente*<sup>d</sup> aos *encontros*<sup>c</sup> *habituais*<sup>d</sup> de *exercícios*<sup>u</sup>, de forma a *aprender*<sup>u</sup> e *praticar*<sup>d</sup> as *técnicas*<sup>u</sup> “*bomberis*<sup>c</sup>” (CBVJ, 1892).

Ao mesmo tempo em que as transformações na realidade da cidade foram se traduzindo em novos e maiores desafios ao CBVJ, a complexidade das habilidades e conhecimentos necessários ao cumprimento da função de bombeiro foram aumentando. Até 1998, ainda não existia o curso de formação (informação verbal).

A corporação foi, então, desenvolvendo *novos*<sup>i</sup> *processos de recrutamento*<sup>u</sup>, *seleção*<sup>u</sup> e *treinamento*<sup>u</sup> de *bombeiros*<sup>c</sup> *voluntários*<sup>d</sup>. Muitos dos que se integraram à corporação na última década, por

exemplo, não foram *convidados*<sup>d</sup> ou *influenciados*<sup>f</sup> por algum *bombeiro voluntário*<sup>d</sup> ou *associado*<sup>c</sup> *contribuinte*<sup>d</sup>. Mas sim, foram *atraídos*<sup>f</sup> pela *divulgação*<sup>f</sup> do *curso*<sup>u</sup> e da *instituição*<sup>c</sup>. Casos atuais como o da família Seiler são bem mais incomuns do que antes. Edgar Seiler é do Grupo da Tradição e tem 46 anos de serviços voluntários. Seu filho Éder é recém-formado no curso de 2013 e seus outros dois filhos, Edmar e Edson também já foram voluntários no CBVJ (informação verbal).

Por outro lado, não são raros os *jovens*<sup>d</sup> *participantes*<sup>c</sup> do curso, como Éder, que possuem alguma *formação prévia*<sup>u</sup> associada à *atividade*<sup>u</sup> “bombeiril” como técnico *em enfermagem*<sup>u</sup>. Muitos *decidem*<sup>u</sup> fazer o *curso de formação*<sup>u</sup> como *investimento*<sup>u</sup> na *carreira profissional*<sup>p</sup>. Após o curso de nove meses de duração, eles ainda irão cumprir 262h como *estagiários*<sup>i</sup> *voluntários*<sup>d</sup>. Também não são raros aqueles que possuem planos<sup>u</sup> de serem efetivados<sup>u</sup> pela corporação, ou buscar colocações<sup>m</sup> no mercado<sup>m</sup> como *socorristas*<sup>u</sup>, ou ainda, prestar concurso *público*<sup>c</sup> para *bombeiro militar*<sup>c</sup> (informação verbal; observação direta).

Segundo um dos coodenadores da corporação, geralmente, dos recém-formados nesse curso, cerca de 50% não continuam prestando serviços voluntários depois de um ano. E apenas dois ou três irão permanecer um longo tempo no CBVJ. Esse é um acompanhamento informal realizado por ele. Outro entrevistado afirma que aqueles que ficarão desse último curso, alimentarão a paixão aqui dentro:

Pode ter certeza! Essas pessoas vieram por outro motivo e elas ainda não descobriram essa coisa. Isso vai acontecer ao longo do tempo, elas não vieram com essa paixão. [...] Daqueles 37, pelos menos uns cinco ou seis vão despertar [batendo forte a mão direita no antebraço esquerdo com o punho fechado] vão despertar! E nós não fazemos nada, nada deliberado para causar isso. (informação verbal).

Observa-se pela relação candidatos x vagas e pelo depoimento dos entrevistados que o curso de formação do CBVJ possui ótima *reputação*<sup>d</sup>, emprestando a tradição *centenária*<sup>d</sup> da *instituição*<sup>c</sup>. A disputa por uma vaga no programa, em geral, costuma ser mais acirrada do que ingressar em um curso universitário, conforme informa um dos líderes da operação:

Existe um *processo de inscrição*<sup>u</sup> e um processo de seleção<sup>u</sup> que engloba *aptidão física*<sup>u</sup> e *teste psicotécnico*<sup>u</sup>. [...] Anualmente, temos entre 300 e 350 inscrições para o *curso de formação*<sup>u</sup> e nós disponibilizamos, em média, 40 *vagas*<sup>u</sup> (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Os inscritos no curso de formação são submetidos a um teste de aptidão física (TAF) que envolve tanto provas terrestres quanto aquáticas. Somente fazem o curso os candidatos mais bem classificados no TAF e no exame psicotécnico, aplicado por psicólogos voluntários. O programa do curso envolve instrução em sala de aula e exercícios de simulação em áreas como: primeiros socorros, resgate veicular, resgate técnico vertical, resgate aéreo, salvamento aquático, espaço confinado, equipamentos de proteção individual e respiratória, corte de árvores, animais peçonhentos e, logicamente, combate a incêndio (informação verbal). Na turma de 2013, foram 65 participantes e 37 se formaram (observação direta).

Um dos líderes operacionais revela um grande desafio de gestão de pessoas, pertinente à realidade dos voluntários, em comparação aos bombeiros efetivos. É que os voluntários irão se interessar pelos trabalhos que têm adrenalina, emoção, mas quando a viatura volta de uma ocorrência, ela precisa ser limpa, receber manutenção, etc. Esse trabalho acaba sendo direcionado aos bombeiros efetivos. Esses, por sua vez, são ex-voluntários e também preferem o trabalho de “ação”, mas deixarão de ser chamados se houver voluntários suficientes para atender a ocorrência do plantão. Administrar essas diferenças é um dos desafios peculiares da operação dessa corporação. Ambos têm a mesma formação para a atividade-fim e, segundo outro líder da operação, a corporação não poderia operar sem os voluntários e também não operaria sem os funcionários (informação verbal).

A complexidade dessas ambivalências nas relações de trabalho que envolve o mundo da inspiração e o mundo industrial pode ser mais bem compreendida à luz da SP. Segundo Boltanski e Thévenot (2006, p.162), a previsibilidade de atividades inerentes ao mundo industrial, como a manutenção e lavagem dos veículos, é considerada entediante para os sujeitos que orientam suas ações pelo modo da inspiração:

*A true adventure is an inner adventure, and a true voyage is a voyage of the mind, a pathfinding, a quest. This mode of translation is opposed to*

*everything that, in other worlds, and once again especially in the industrial world, grasps movement in the accomplishment of a determination, in a trajectory that is predictable and thus "boring".*

Voltando aos principais acontecimentos relacionados à gestão do presidente Ney Silva, em 2003, a 10ª unidade regional<sup>u</sup>, no bairro Aventureiro, foi inaugurada<sup>f</sup>. Essa unidade<sup>u</sup> é formada principalmente por voluntários<sup>d</sup>. Neste ano, o número de membros<sup>c</sup> participantes<sup>c</sup> das atividades<sup>u</sup> dos bombeiros<sup>c/d</sup> totalizava mais de 2.000 pessoas<sup>d</sup>, das quais 500 diretamente ligadas à corporação<sup>c/d</sup> e outras 1.500 de brigadistas<sup>u</sup> que atuam nas empresas<sup>m</sup> do município<sup>c</sup> (TERNES, 2007).

Já em 2004, em decorrência de doação<sup>d</sup> da Receita Federal<sup>c</sup>, foi novamente constituída a banda<sup>vi</sup> da corporação<sup>c</sup>, com 58 músicos<sup>i</sup>. Segundo Ternes (2007), essa iniciativa teria sido idealizada<sup>i</sup> ainda na gestão do presidente<sup>u</sup> Ney Osvaldo Silva Filho. Atualmente, a banda<sup>vi</sup> conta com 130 integrantes<sup>c</sup>, sendo que 60 deles são músicos iniciantes<sup>i</sup>. Um corpo coreográfico com 14 participantes costuma acompanhar as apresentações (CBVJ, 2012). De acordo com a Foto 19, publicada no Jornal ANotícia, em 05/01/2011, o CBVJ teve uma banda por volta de 1930. A banda é uma atividade de caráter cultural<sup>d</sup>, que dá maior visibilidade<sup>f</sup> ao CBVJ, além de inspirar<sup>i</sup> e reforçar os princípios de camaradagem<sup>d</sup> e tradição<sup>d</sup> da corporação<sup>c/d</sup> (informação verbal).

Foto 19: Banda do CBVJ (anos 30)



Fonte: ANotícia, 2011

Entre 2004 e 2008, Mario Krüger voltaria a assumir, dessa vez por *eleição*<sup>c</sup>, dois mandatos consecutivos na *presidência*<sup>u</sup> da corporação. Krüger é diretor da Schulz S/A e também associado ativo da ACIJ. Desde 2004, os repasses financeiros do poder público à corporação, principalmente os do Governo do Estado, voltaram a ser alvo de *preocupação*<sup>u</sup>. A *lei*<sup>c</sup> 21/2003, *aprovada*<sup>c</sup> pela *Assembléia Legislativa*<sup>c</sup> e *sancionada*<sup>c</sup> pelo *governador*<sup>c</sup> do *Estado*<sup>c</sup>, *reduziu*<sup>u</sup> os *recursos*<sup>u</sup> anuais destinados aos *bombeiros*<sup>c</sup> *voluntários*<sup>d</sup> de Santa Catarina, *utilizados*<sup>u</sup> na *manutenção*<sup>u</sup> de suas *atividades*<sup>u</sup>. Tal situação exigiu, em 2005, uma ampla *mobilização*<sup>c</sup> por parte do CBJV e da ABVESC, envolvendo as corporações voluntárias, políticos, líderes empresariais, entidades empresariais, etc.

Aparentemente, o desafio implícito nessa crise não tinha caráter apenas financeiro<sup>u</sup>, mas também institucional/legal<sup>c</sup>. Ternes (2007, p. 48, GRIFO NOSSO) sugere que havia esforço dos bombeiros militares para subordinar as corporações voluntárias do Estado ao seu comando:

Ao longo do ano de 2005, para enfrentar a crise financeira decorrente de entraves na liberação de recursos do Governo do Estado, foi implementada *campanha*<sup>f</sup> de apoio junto a diversos segmentos da sociedade joinvilense. *Mídia*<sup>f</sup>, líderes empresariais<sup>m</sup>, políticos<sup>c</sup> foram *mobilizados*<sup>c</sup> no sentido de mostrar à *comunidade*<sup>c</sup> a importância do *trabalho*<sup>u</sup> realizado pelos bombeiros voluntários, como, ainda, a *economia*<sup>u</sup> de *recursos*<sup>c</sup> que o *sistema*<sup>p</sup> resulta aos *cofres*<sup>m</sup> *públicos*<sup>c</sup>. A corporação juntou esforços no *movimento*<sup>c</sup> estadual liderado pela *Associação*<sup>c</sup> dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, no sentido de provar *juridicamente*<sup>c</sup> a *ilegalidade*<sup>c</sup> da decisão do *governo*<sup>c</sup> em reduzir os *repasses*<sup>c</sup> às corporações voluntárias. *Ação*<sup>c</sup> movida pela OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, seção de SC, permitiu *preservar*<sup>d</sup> os *convênios*<sup>c</sup> anteriores, como também o direito das corporações voluntárias atuarem sem *submissão*<sup>d</sup> ao *organismo oficial*<sup>c</sup>, isto é, os *bombeiros militares*<sup>c</sup>.

Em 2006, o comandante Valmor Maliceski, que havia assumido em 1998, tornar-se-ia articulador institucional, passando o comando operacional para Heitor Ribeiro Filho. Heitor permanece no comando

atualmente, acumulando 25 anos de corporação. Ele entrou como aspirante em março de 1988 e prestou serviço, nos primeiros sete anos, como bombeiro voluntário. O atual comandante é citado por alguns dos entrevistados como um dos ícones que simbolizam a corporação pelo comprometimento, caráter e competência técnica (informação verbal).

Em 2006, a estrutura administrativa e operacional do CBVJ já estava descentralizada. A corporação contava com nove sedes regionais, além da sede central e mais duas unidades que funcionavam com áreas específicas, como o Centro de Ensino e Instrução e o Centro de Atividades Técnicas. Eram 56 viaturas, 310 bombeiros voluntários mirins (11 a 15 anos), 120 bombeiros voluntários aspirantes (15 a 18 anos), 414 bombeiros voluntários operacionais (acima de 18 anos), 140 bombeiros operacionais efetivos (remunerados), 30 voluntários não operacionais (acima de 18 anos), 800 brigadistas industriais (em situações especiais), 45 integrantes da banda musical e 180 mil horas de serviços dedicadas pelos voluntários em 2005 (TERNES, 2007).

Ainda em 2006, foi *veiculada*<sup>f</sup> nova *campanha*<sup>f</sup> *institucional*<sup>c</sup>, “Anjos”<sup>b</sup>, *criada*<sup>i</sup> pela agência PEB Planejamento e Comunicação, sem *custos*<sup>u</sup> para o CBVJ. A Rede Brasil Sul (RBS), afiliada da Rede Globo para o sul do Brasil, veiculou gratuitamente a campanha nas suas emissoras de rádio, TV e no jornal ANotícia, recém-incorporado ao grupo empresarial.

A Foto 20 apresenta uma das peças da *campanha*<sup>f</sup>. A ação que visava influenciar<sup>f</sup> a *opinião pública*<sup>f</sup> deu *destaque*<sup>f</sup> à figura *mítica*<sup>i</sup> do bombeiro como *anjo da guarda*<sup>i</sup>. A associação de figuras míticas ao trabalho de bombeiro foi manifestada pelos entrevistados de duas formas, ambas orientadas pelo regime da inspiração. A primeira é relacionada à imagem *heróica*<sup>i</sup> e *angelical*<sup>i</sup> que a *comunidade*<sup>c</sup> em geral alimenta acerca dos bombeiros. Os entrevistados alegam que, em alguns casos, a forma com que são tratados pela vizinhança, ou mesmo por estranhos, muda ao serem reconhecidos como bombeiro. O *respeito*<sup>d</sup> e a *credibilidade*<sup>d</sup> aumentam como se o bombeiro tivesse uma “*aura*”<sup>ni</sup> de bondade, além de uma “*super*”<sup>ni</sup> capacidade<sup>n</sup> de ajudar<sup>d</sup>, nos mais variados problemas enfrentados no dia a dia (informação verbal). A segunda maneira com que o *mito*<sup>i</sup> se confunde com a realidade do bombeiro reside na forma com que o bombeiro vê a si mesmo e também a relação com seus *colegas*<sup>d</sup>, em sua atividade. Quando perguntados por que são bombeiros, os entrevistados, principalmente os mais antigos, tanto voluntários como efetivos, invariavelmente apresentam certa dificuldade em responder (informação verbal; observação direta).

Foto 20: Anúncio da campanha Anjos



Fonte: CBVJ, 2006.

Um dos bombeiros entrevistados, de 33 anos de idade, entrou na corporação como aspirante aos 14 anos, em 1994, tendo sido voluntário na maior parte daquele período até ser contratado pelo CBVJ, em 2010. Ele diz que ser bombeiro era um sonho de criança que se tornou realidade ao ser convidado a entrar no CBVJ, por um amigo que já era bombeiro voluntário. Ao tentar responder por que alguém como ele, que tem formação técnica de protético, decidiu pela carreira de bombeiro, surgem passarelas entre o mundo da inspiração e o doméstico:

[...] isso é meio inexplicável... o que te move é a *instituição*<sup>cvd</sup>, o *calor do pessoal que tá contigo*<sup>d</sup>, os *amigos*<sup>d</sup>. É sempre um negócio *descontraído*<sup>i</sup> e é aquela coisa assim: tu *nunca sabe o que vai acontecer*<sup>i</sup>! [e enfatiza] Tu *nunca sabe o que vai acontecer*<sup>i</sup>! Tu vem pra cá pra *bater o cartão*<sup>u</sup> e, infelizmente, aguardar a *desgraça*<sup>i</sup> dos outros... Só que é nesse momento que tu vê o *companheirismo*<sup>d</sup>. É nesse momento que tu vê que realmente tu pode dizer: a minha *vida*<sup>i</sup> tá na tua mão! E, ao contrário também né, saber quem

*confia*<sup>d</sup> o suficiente pra botar a *vida*<sup>i</sup> dele na tua mão! (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Outro bombeiro contratado, de 32 anos de idade, sendo 13 anos de serviços como efetivo no CBVJ, explica que ele nunca teve sonho algum de ser bombeiro, mas que somente depois que passou a trabalhar na corporação é que começou a entender o que é ser bombeiro: “[...] o pessoal fala muito isso aqui... Depois que é “*picado pelo bichinho do bombeiro*”<sup>ni</sup>, quando tu escuta uma sirene, tu parece uma *criança*<sup>d</sup> que vai ver o caminhão que vai passar, dá uma *agonia*<sup>i</sup>, dá um negócio de querer *ajudar*<sup>d</sup>, de querer estar ali” (informação verbal).

Já um dos coordenadores da corporação, que trabalha há 15 anos como engenheiro de produto em uma das grandes empresas de Joinville, expressa, com dificuldade, a “*magia*”<sup>ni</sup> de ser bombeiro. Com 28 dos seus 40 anos de idade tendo sido vividos também como voluntário no CBVJ, o engenheiro<sup>u</sup> tenta explicar por que é bombeiro há tanto tempo. Ele afirma existir uma “aura por traz da causa bombeiril” (informação verbal). E complementa:

No começo é aquela coisa de *criança*<sup>d</sup> pequena, da *empolgação*<sup>i</sup>! A *magia*<sup>i</sup>, os *carros*<sup>n</sup>, aquelas coisas que chamam as crianças ou pré-adolescentes. E aí se pega um *uniforme*<sup>d</sup> desse e veste numa *criança*<sup>d</sup>. É isso que é *magia*<sup>i</sup>. Essa coisa de você pegar uma *criança*<sup>d</sup> e colocar um *uniforme*<sup>d</sup> de bombeiro, pra essa *criança*<sup>d</sup> sair na rua aí vestida de bombeiro, aí os amigos da escola vão *descobrimo*<sup>i</sup>... e aí você se acha o tal.[...] Já o motivo de ter ficado, a cada dia é diferente, eu posso te dizer que a cada dia é diferente.  
[...] Agora deixa eu voltar na questão principal, o que te traz aqui, o que te segura aqui: eu não sei explicar... eu não consigo definir. Se me der uma folha em branco e pedir para escrever, eu não consigo... é algo...eu não sei, eu não sei... certamente, a psicologia explica isso, em algum ramo. [...] talvez a gente possa pegar tudo isso e botar em um “saco”: e ver que é a *magia*<sup>i</sup>, que é uma *paixão*<sup>i</sup>, que é uma *identificação*<sup>d</sup>.

Novamente, os relatos demonstram uma fórmula de compromisso entre o mundo da inspiração e o mundo doméstico. O acordo entre esses

dois mundos parece legitimar a relação da organização com os seus indivíduos, revelando um sentido para o trabalho que se traduz em pertencimento. Entre os mais antigos, como também no início da corporação, essa relação não parece envolver grandezas do mundo industrial ou orientado por projeto, como a *profissão*<sup>u</sup> ou a *empregabilidade*<sup>p</sup>, respectivamente, já que eram todos voluntários. Essa afirmação é também corroborada pelas respostas das entrevistas com os membros do grupo da tradição, formado pelos bombeiros mais antigos do CBVJ.

Desde 2006, esses membros do grupo da tradição, que não mais compõem as equipes de operações, participam ativamente das decisões da corporação joinvilense e servem de influência para os bombeiros que estão começando na profissão. Esses voluntários destinavam boa parte do seu tempo e energia ao CBVJ, paralelamente aos seus afazeres exclusivamente profissionais, familiares, etc (informação verbal).

Todos os entrevistados do Grupo da Tradição possuem, pelo menos, dois aspectos em comum: (1) todos foram convidados ou influenciados a fazer parte da corporação por algum parente, amigo, colega de trabalho, etc. que já participava da corporação; (2) se já não bastasse como evidência o longo tempo de serviço no CBVJ, todos manifestam em seus depoimentos a paixão pela corporação. Uma pequena ilustração desse orgulho é estampada pela Foto 21, na qual os membros do grupo da tradição seguram a bandeira do CBVJ (observação direta).

De fato, quanto maior a diversidade das grandezas envolvidas, mais difícil se torna construir passarelas de compromissos e colocar tudo no mesmo “saco”, parafraseando nosso entrevistado. Como esclarecem Boltanski e Thevenot (2006, p 278), embora situações de compromisso mantenham em vista o interesse geral (bem comum), elas têm natureza composta (noção “híbrida” do que é bom):

*Although compromise situations keep the general interest in view, they remain composite; a compromise will often be described as not entirely defensible in logical terms, even though it may be preferable to any other solution. The beings gathered together in a compromise situation continue to belong to their world of origin. It is thus always possible to reactivate the clash by relaunching the controversy over the nature of the objects that need to be taken into account in order*

*to conduct a conclusive test. By relying on one of the worlds in presence, a participant may accentuate the troubling and distracting character of the beings that derive from other worlds and undertake to purify the test by denouncing the compromise as dishonorable.*

Foto 21: Grupo da Tradição segurando a bandeira do CBVJ



Fonte: Jornal ANotícia, 2012.

Um compromisso sugere a possibilidade de um princípio receber julgamentos baseados em objetos originados em diferentes mundos e fazê-los compatíveis. Sua finalidade é o bem comum que transcende duas diferentes formas de grandeza presentes pela inclusão de ambas, gerando novos sujeitos e objetos em acordo. O termo “usuário” de serviços públicos, por exemplo, pode traduzir tanto o sujeito cívico “cidadão” como o princípio de “cliente” do mundo de mercado, conforme esclarecem Boltanski e Thevenot (2006, p. 279):

*References to compromise beings and compromise objects indicate ways in which the opposition between these two principles may be surmounted: the identity of a “user” encompasses the contradiction between a “citizen” and a “client”; when the instrument known as a*

*“suggestion box” is made available to users, it absorbs the tension between a “list of grievances” and a “list of demands.” As objects like these are multiplied and stabilized, the outline of a new world takes shape.*

O próprio Grupo da Tradição é um dispositivo de compromisso para reforçar a importante passarela para o CBVJ, entre o mundo doméstico (exemplos de longevidade, tradição e comprometimento) e da inspiração (paixão pela corporação). Já as parcerias das unidades regionais e do programa de integração das brigadas são compromissos entre o mundo orientado por projeto (parcerias envolvendo conexões em rede), o mundo doméstico (tradição da corporação), o cívico (causa comunitária) e o industrial (eficiência dos serviços).

Os acordos não são, contudo, permanentemente estáveis e as grandezas que os compõem estão sempre sujeitas a críticas e denúncias vindas de outros regimes. Esse movimento, chamado por Boltanski e Thévenot (2006) de desvelamento, caracteriza a possibilidade de desacordo. Trata-se de trazer objetos de outro mundo para dentro da situação, provocando um confronto conflituoso entre diferentes ordens de grandeza.

*If coherent engagement is to be maintained in such a setting, it is necessary to set aside any beings that would constitute a distraction in the situation by referring to other forms of justice and would thus produce a **clash** between orders of worth (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 151, GRIFO ORIGINAL)*

Uma situação de controvérsia, ocorrida em 2007, envolveu a discussão sobre a aquisição de uma escada de longo alcance. Como já mencionado, os recursos estavam sendo reservados em um fundo específico, desde 2001, e havia uma previsão orçamentária de investimento na ordem de dois milhões de reais. Um dos bombeiros entrevistados relata que, entre as lideranças da diretoria e da operação da corporação, havia perspectivas distintas em relação às prioridades de investimento:

Havia uma “guerrinha” de *egos*<sup>f</sup>. *Compra*<sup>m</sup> nessa *linha*<sup>u</sup>. Não, compra naquela... Eu disse: gente,

vocês estão brigando aqui por isso? E a gente está brigando pra poder fazer *bombeiro*<sup>c/d</sup>. [...] Nós queremos fazer *atividade*<sup>u</sup> de *bombeiro*<sup>c/d</sup>. [...] E eu fui contra a respeito da *escada*<sup>u</sup> na época, entendendo que nós tínhamos outras *prioridades*<sup>u</sup> muito maiores e mais urgentes a tratar e investir o nosso pouco dinheirinho... E na época eu fui *voto*<sup>c</sup> vencido (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Observa-se que a proposta de obtenção de uma *escada de alto alcance*<sup>u</sup>, mesmo que aparentemente motivada pela necessidade de *eficiência*<sup>u</sup> poderia estar envolvendo uma disputa de *egos*<sup>f</sup>. O desvelamento do mundo da fama, neste caso, é proposto por meio do modo doméstico. Boltanski e Thévenot (2006, p. 165) esclarecem que a competição de todos contra todos no “mercado” da estima não é compatível com a distinção valorizada pelos sujeitos hierarquicamente organizados no mundo doméstico:

*In domestic worth, beings in a state of worthiness achieve superiority in each of the three components: as part of a **hierarchy**, they are worthy owing to the relation that connects them to worthier beings by whom they are **appreciated** and **valued**, beings who have attached them to their persons. It is in this way that they are **distinguished**; the quality of distinction does not presuppose here, as it does in the world of fame, a competition of all against all in a marketplace of esteem [...]*

Uma vez que a decisão pela aquisição do equipamento havia sido tomada, restava a escolha de qual seria o tipo e o modelo adequado. Tal escolha também envolveu uma decisão *colegiada*<sup>c</sup> entre diretoria e bombeiros, como parece ser a prática da corporação (observação direta):

Existia naquela época uma segmentação muito grande. Alguns queriam uma escada Magirus, e a gente sempre defendia um *equipamento mais moderno*<sup>u</sup>, que é esse equipamento que acabou sendo comprado. Ela é uma plataforma articulável, que o conceito de escada não faz. [...] Ela é um pouco a mais que a escada. Ela te dá

algumas versatilidades que a escada não consegue dar (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Um dos líderes entrevistados explica a aquisição. A justificativa apresentada reforça a preocupação com a *eficiência*<sup>u</sup> e valorização das *articulações*<sup>p</sup> para levantar os *recursos*<sup>u</sup>, durante várias gestões:

A primeira *prioridade*<sup>u</sup> era a *compra*<sup>m</sup> de uma plataforma que alcançasse a altura máxima dos prédios de Joinville que é de 18 andares. Conseguimos, depois de muito *esforço*<sup>u</sup>, comprar uma *plataforma*<sup>u</sup> com alcance de 54 metros e que custou um milhão e oitocentos mil euros. Importada da Finlândia. [...] Esta plataforma foi uma *conquista*<sup>m</sup> significativa, tanto é que nenhuma outra corporação no sul do Brasil tem, exceto a de Joinville, uma plataforma de alcance de 54 metros e que faz o resgate negativo. Ela já foi usada várias vezes, inclusive no incêndio recente de São Francisco do Sul (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Embora tenha sido planejada e articulada desde 2001, durante o mandato de dois presidentes que o antecederam, a compra foi efetivamente realizada em dezembro de 2010, já na gestão do atual presidente, Moacir Thomazi, que assumiu em 2008. A aquisição da escada parece mesmo traduzir um compromisso pela *eficiência*<sup>u</sup>, mesmo sem deixar de envolver *referências externas*<sup>f</sup> como *reconhecimento de sucesso*<sup>f</sup>, característica do mundo da fama. Finalmente, as *articulações*<sup>p</sup> que perpassaram vários mandatos de diretores, *angariando*<sup>p</sup> *recursos*<sup>u</sup> em busca de um *objetivo planejado*<sup>u</sup> podem ser caracterizadas por um dispositivo de compromisso entre o modo industrial e o modo de projeto.

Voltando a 2007, outra situação de controvérsia ocorreu naquele ano. Às vésperas do 115º aniversário do CBVJ, uma ameaça de greve é anunciada. O *jornal*<sup>f</sup> ANotícia (2007) *veiculou uma reportagem*<sup>f</sup> acerca de uma *manifestação*<sup>c</sup> de *funcionários*<sup>u</sup> insatisfeitos. O comando de greve<sup>c</sup> entrou em conflito com a *direção*<sup>u</sup> do CBVJ por conta de *reivindicações*<sup>c</sup> *salariais*<sup>u</sup>. Segundo a matéria, o líder do movimento e presidente do Sindicato dos Bombeiros de Santa Catarina, Samuel dos

Santos, alega que substituir *profissionais*<sup>u</sup> por *voluntários*<sup>d</sup> é um ato de “irresponsabilidade” que pode ser “perigoso”: “os bombeiros efetivos são *profissionais*<sup>u</sup> e estão disponíveis sempre. Os *voluntários*<sup>d</sup> não têm a mesma *qualificação*<sup>u</sup> nem o *tempo*<sup>u</sup> para realizar o trabalho<sup>u</sup>”. Segundo ele, a *qualidade*<sup>u</sup> do atendimento em grandes emergências pode ficar *comprometida*<sup>u</sup> (ANOTÍCIA, 2007, p. 4, GRIFO NOSSO).

De acordo com a mesma reportagem, o *comandante*<sup>d</sup> *institucional*<sup>c</sup>, Valmor Maliceski, com 20 anos de corporação, discordava do *sindicalista*<sup>c</sup>. Conforme Maliceski, em 2006, o caixa da corporação fechou negativo: teve receita de R\$ 3 milhões e gastou R\$ 3,2 milhões e não podia assumir despesas ainda maiores com salários (ANOTÍCIA, 2007, p. 4, GRIFO NOSSO). Ele rebate a posição do sindicalista, afirmando:

A única diferença do *voluntário*<sup>d</sup> para o *profissional*<sup>u</sup> é que um se *dedica*<sup>u</sup> ao trabalho nas horas em que está *disponível*<sup>d</sup> e o outro é *contratado*<sup>u</sup> exclusivamente para isso. No mais, o *curso*<sup>u</sup> para ser bombeiro é o mesmo (ANOTÍCIA, 2007, p. 4, GRIFO NOSSO).

O *tradicional*<sup>d</sup> Baile do Bombeiro seria precedido pelas *homenagens*<sup>d</sup> por tempo de serviço aos *voluntários*<sup>d</sup>, pela entrega da Ordem da Machadinha e a apresentação<sup>f</sup> da banda da corporação. Antes dos *festejos*<sup>d</sup>, o *comando*<sup>d</sup> receberia uma *comissão dos vereadores*<sup>c</sup> para *apresentar*<sup>f</sup> as *contas*<sup>u</sup> da entidade. Entre as alegações feitas pelo presidente do Sindicato dos bombeiros de Santa Catarina, durante uma sessão na Câmara de Vereadores, havia o argumento de *gastos*<sup>u</sup> injustificados com *eventos*<sup>d</sup>, por exemplo. Enquanto os bombeiros *funcionários*<sup>u</sup> recebiam, ao todo, R\$100 mil, o sindicalista alegava que apenas oito membros do *comando*<sup>d</sup> receberiam R\$76 mil (ANOTÍCIA, 2007).

O então, *diretor administrativo*<sup>u</sup>, Mário Brehm, rebateu as afirmações explicando que seis pessoas do administrativo e dois do operacional recebiam juntos R\$20 mil, e declarou: “o que eles estão fazendo é um ato de irresponsabilidade. As nossas *contas*<sup>u</sup> são *auditadas*<sup>c</sup> e temos como *comprovar*<sup>c</sup> os *gastos*<sup>u</sup>” (ANOTÍCIA, 2007, p.4). Segundo a mesma reportagem, cuja chamada é apresentada na Foto 22, a programação das comemorações do aniversário do CBVJ estava mantida.

Foto 22: Bombeiros insatisfeitos ameaçam paralização



Fonte: ANotícia, 2007, p. 4.

Observa-se que a complexidade dessa situação transcende aquela que, em geral, permeia as relações contemporâneas de trabalho das organizações de mercado. Depois de quase um século sendo formado exclusivamente por voluntários, o CBVJ tornara-se “misto” e a proeminência de novos modos de coordenação aumentava a vulnerabilidade dos dispositivos de legitimação já existentes dentro da organização.

Pela perspectiva do modo cívico de coordenação, os *direitos civis*<sup>c</sup> e a *representatividade*<sup>c</sup> devem ser *garantidos*<sup>c</sup> aos *trabalhadores*<sup>ll</sup>. O termo “direito trabalhista” é um dispositivo de compromisso formal entre o mundo cívico e o mundo industrial. Os autores da SP explicam a importância da representatividade do movimento trabalhista.

*The "labor movement," which ensures "the unity of workers," can thus be qualified by its "liberating mission." A being can also be qualified as worthy if it is **recognized** as **representative**, a term that, in the civic world, designates the way in which other beings are included and the relation*

*of worth among beings* (BOLTANSKI; THÉVENOT, p. 186, GRIFO ORIGINAL).

Ainda pela perspectiva do mundo cívico, as propriedades dos laços de relação do mundo doméstico são vistas de forma crítica como paternalistas. Eventos de *confraternização*<sup>d</sup>, que caracterizam os momentos de *camaradagem*<sup>d</sup> do mundo doméstico podem também significar desperdício aos interesses de *bem-estar geral*<sup>c</sup> do mundo cívico. Além disso, para a coordenação do modo cívico, os conflitos coletivos são encaminhados por instrumentos de natureza cívica, entre os quais a *greve*<sup>c</sup> é uma ferramenta *legal*<sup>c</sup>. Já no modo doméstico, os conflitos devem ser tratados de forma pessoal e amigável:

[...] “*collective conflict*”s fall under the authority of unions and can be addressed by instruments of a civic nature, whereas “*conflicts among person*” have to be settled “*amicably*” in the register of the domestic world (BOLTANSKI; THÉVENOT, p. 252).

Já pela coordenação do modo industrial, os *custos da operação*<sup>u</sup> devem ser *controlados*<sup>u</sup> de forma que *garantam*<sup>u</sup> uma maior *eficiência*<sup>u</sup>. Todas as *despesas*<sup>u</sup>, inclusive os *salários*<sup>u</sup>, se constroem à *disponibilidade de recursos*<sup>u</sup>, à *eficiência operacional*<sup>u</sup> e *sustentabilidade financeira*<sup>u</sup> da corporação. Adicionalmente, a *qualificação*<sup>u</sup> da *equipe*<sup>u</sup> é alvo de *preocupação*<sup>u</sup> e *investimento*<sup>u</sup>, pois afeta diretamente o *desempenho*<sup>u</sup> da corporação no *cumprimento*<sup>u</sup> de suas finalidades.

A coordenação da ação orientada por projeto, por sua vez, evidenciada na formação de uma rede de equipes contratadas e voluntárias, pressupõe *relações de confiança e credibilidade*<sup>p</sup>. Também é esperado que os colaboradores tenham *flexibilidade*<sup>p</sup> e capacidade de *engajamento*<sup>p</sup>. A ameaça de *greve*<sup>c</sup> evidencia uma possibilidade de não-grandeza do mundo orientado por projeto, tanto pelas denúncias de supostos privilégios como pelo risco de paralização de parte dos colaboradores.

Finalmente, pela perspectiva do mundo doméstico, os sujeitos de maior grandeza consideram seus *direitos*<sup>c</sup> de forma subordinada aos seus *deveres*<sup>d</sup>, conforme esclarecem Boltanski e Thévenot (2006, p. 171):

*In the domestic world, the more worthy beings have duties* (“even more than *rights*”) with

*respect to those in their **entourage**, and especially with respect to those whom they include and for whom they are consequently **responsible**. These **duties** call for "the rejection of all **selfishness**"*

Pude observar esse posicionamento do mundo doméstico em vários depoimentos, frequentemente permeados por evidências do mundo da inspiração. Um dos bombeiros *contratados*<sup>u</sup>, por exemplo, ao ser perguntado sobre o que mais valoriza na sua *profissão*<sup>u</sup>, esclarece:

Receber aquele “*muito obrigado*”<sup>d</sup> ou aquele *aperto de mão*<sup>d</sup> na entrega do hospital. Ou simplesmente uma “*levantadinha de dedo*” [fazendo sinal de positivo]. Cara, isso é muito *gratificante*<sup>d</sup>, muito, muito, muito. Não é uma questão *salarial*<sup>u</sup>. Eu não to sendo hipócrita, cara, por que o nosso *salário*<sup>u</sup> nem é aquelas coisas. Mas a gente está mais aqui por *amor*<sup>i</sup> do que pela realidade *financeira*<sup>u</sup>. Então eu acho que, não digo nem o *reconhecimento*<sup>f</sup>, mas o simples fato de entregar a vítima no hospital. Já aconteceu comigo de chegar em casa... ficar sozinho e parar num canto da sala ou do quarto e acabar *chorando*<sup>i</sup>, só de lembrar... de lembrar, porra, entreguei uma *criança*<sup>d</sup> de um ano e dez meses no infantil (hospital), uma vez... e recebi a criança mole, praticamente morta. Ela teve parada respiratória (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Perguntei o que tinha acontecido com a criança. O entrevistado, então, relatou a ocorrência:

“Tava ele e o pai brincando na piscina, o pai se distraiu por dois minutos e quando virou pra trás o menino tava boiando. Cena de filme, cara! Quando nós chegamos, assim, o pai estava com a criança no colo [esticando os dois braços para frente]. Parecia que estava com um tapete no colo, todo mole. Quando ele viu a ambulância [...] mudou o semblante dele, assim total. Ele chegou na porta da ambulância e na hora que eu desci, assim, ele ajoelhou no chão e entregou a criança no meu colo e disse: pelo amor de *Deus*<sup>i</sup>, é o meu

*filho*<sup>d</sup>! (INFORMAÇÃO VERBA, GRIFO NOSSO)

O bombeiro explica, em detalhes, os *procedimentos*<sup>u</sup> realizados de reanimação, lateralização, aspiração, etc. no trajeto até a chegada ao hospital. Ele esclarece que a criança, no meio do caminho, já começou a abrir os olhos e explica: “aquilo foi a mesma coisa que eu chegasse pra ti e dissesse: cara, tu ganhou na Mega!”:

Entreguei ele no hospital. Quando eu saí, ele estava na emergência. Quando fui sair, eu passei por ele. Ele olhou pra mim, segurando a mascarazinha (de oxigênio), assim. Ele olhou pra mim e deu uma *risadinha*<sup>i</sup>, assim [sinalizando uma mão na máscara e outra fazendo um sinal de positivo], botou a máscara de volta... Aí a mãe e os médicos ficaram na frente. Pô, aquilo ali pra mim foi um... o melhor *pagamento*<sup>u</sup> do mundo, cara! (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

Nota-se, portanto, que a composição dos compromissos de legitimação dentro da organização assume uma complexidade peculiar pela presença de uma multiplicidade de modos simultâneos de coordenação da ação: doméstico, inspiração, cívico, industrial e projetos. Essa multiplicidade e complexidade se traduzem em maior fragilidade dos dispositivos de compromissos organizacionais, pois os acordos se tornam mais sujeitos a denúncias e desvelamentos vindos de um número maior de grandezas envolvidas.

Retornando à descrição das principais ações de legitimação, chegamos aos acontecimentos mais recentes, envolvendo a atual gestão. A direção de Moacir Thomazi, iniciada naquele ano, tem no camando operacional Heitor Ribeiro Filho, que assumira em 2006. Ambos continuam liderando o CBVJ em 2014.

O ano de 2010 é marcado pelas seguintes ações: obtenção da plataforma elevatória articulável de 54m, cujo processo decisório e valor do investimento já foi descrito e analisado; instalação de um novo *software de gestão*<sup>p(16)</sup>; investimentos no valor de R\$ 504.470,96 em atualização e modernização da frota, aquisição de Equipamentos de

---

<sup>16</sup> “*Computer and information technologies*” estão entre os objetos do modo orientado por projeto, segundo Boltanski e Chiapello (2005, p. 169).

Proteção Individuais (EPI), equipamentos operacionais para as áreas de combate a incêndio, resgate e salvamento, além de melhorias na infraestrutura das unidades.

No que tange aos aspectos *gerenciais*<sup>wp</sup>, uma das inovações diz respeito à *implantação*<sup>u</sup> do *programa*<sup>p</sup> de gestão interna, que possibilitou *otimizar*<sup>u</sup> os *processos administrativos*<sup>u</sup> tornando-os mais *eficazes*<sup>u</sup> e *transparentes*<sup>f</sup>. Vale salientar que a *implantação*<sup>u</sup> de um novo *sistema*<sup>p</sup> não representou *custos*<sup>u</sup> à corporação, uma vez que o *software*<sup>u</sup> para sua execução foi *doado*<sup>d</sup> pela *empresa*<sup>m</sup> Prosyst Desenvolvimento de Sistemas Ltda (CBVJ, 2010, GRIFO NOSSO).

Segundo o relatório de atividades de 2011, foram implantadas, naquele ano, ações e procedimentos objetivando o *equilíbrio financeiro*<sup>u</sup> da entidade, tanto na *redução das despesas*<sup>u</sup> quanto no aumento das receitas, através da renovação do *convênio*<sup>c</sup> com a *concessionária*<sup>p</sup> de serviços de energia (CELESC) e no *aprimoramento*<sup>u</sup> do software de gestão do *Call Center*<sup>f</sup> da instituição (CBVJ, 2011). O CBVJ conta, atualmente, com uma estrutura de operadoras que *telefonam*<sup>f</sup> para *residências*<sup>d</sup> e *empresas*<sup>m</sup> *solicitando doações*<sup>d</sup>. São utilizadas principalmente duas abordagens: (1) contato para *apresentar*<sup>f</sup> uma *campanha*<sup>f</sup> do CBVJ com o intuito de buscar *parceiros*<sup>p</sup> junto à *comunidade*<sup>c</sup> e às *empresas*<sup>m</sup> de Joinville; e (2) contato para *agradecer*<sup>d</sup> a *contribuição mensal ou doação*<sup>d</sup> isolada já realizada à corporação anteriormente e solicitar, respectivamente, o *aumento*<sup>u</sup> do valor mensal debitado na conta da CELESC ou uma nova *doação*<sup>d</sup> (observação direta).

Por meio de uma breve análise dos argumentos utilizados no script das operadoras observa-se que as principais justificativas de legitimação são: (1) mundo doméstico, informando a *idade e tradição* da corporação *voluntária*; (2) mundo cívico, ressaltando a importância da *finalidade comunitária* dos serviços e (3) mundo industrial, informando a legitimidade do impacto e desempenho da corporação por meio do *número de atendimentos e necessidades de investimentos* para a *continuidade* das *operações*. Nos dez primeiros meses do ano, foram captados pouco mais de R\$57 mil com o trabalho do Call Center. Foram realizadas 16 mil ligações somente no mês de outubro, obtendo doações de 5% desses contatos, o que representou uma entrada R\$5.772,00

naquele mês. Esse valor corresponde à média mensal obtida entre janeiro e outubro de 2013 (observação direta, 2013).

Em 2011, vários *convênios*<sup>c</sup> foram realizados com a Banda de Música do CBVJ. Os projetos foram: Ponto de Cultura, Banda Toca Brasil, Nossa Banda III e Parada de Natal. Segundo o relatório daquele ano, os *projetos*<sup>p</sup> que deram visibilidade<sup>f</sup> ao *trabalho de formação musical*<sup>i</sup> e de *integração*<sup>c</sup> dos bombeiros com a *comunidade*<sup>c</sup>. Esses convênios geraram uma arrecadação de R\$200 mil naquele ano.

Ainda em 2011, o *projeto*<sup>p</sup> do Bombeiro Mirim<sup>d</sup> foi incluído no *Conselho Municipal de Assistência Social*<sup>c</sup> e *Conselho Municipal da Criança e Adolescente*<sup>c</sup>. Já em 2012, o Bombeiro Mirim obteve *convênio*<sup>p</sup> com o *Programa Criança Esperança*<sup>p/c</sup>, da Rede Globo de Televisão. Em 2012, o programa envolveu 280 participantes. Já em outubro de 2013, foi realizado o III Encontro Estadual do Bombeiro Mirim, que envolveu corporações de 16 cidades. O *evento*<sup>f</sup> envolveu cerca de 900 bombeiros mirins que acamparam em Joinville durante um final de semana e participaram de *palestras instrutivas e educativas*<sup>u</sup>, *gincanas*<sup>m</sup> e *exercícios*<sup>u</sup> ligados às atividades “bombeiris”.

Em novembro de 2013, ocorreu o *evento*<sup>f</sup> de encerramento das atividades dos Bombeiros Mirins do ano. O evento contou com a *participação*<sup>c</sup> das *famílias*<sup>d</sup> dos *membros*<sup>c</sup> da corporação *mirim*<sup>d</sup>, apresentação da Banda e Corpo Coreográfica e envolveu *homenagens*<sup>d</sup> àqueles com *melhor desempenho*<sup>u</sup> *escolar*<sup>d</sup>. São vários os depoimentos sobre bombeiros mirins que passaram a se *comportar*<sup>d</sup> melhor e obter *melhores notas*<sup>u</sup> na *escola*<sup>d</sup> depois de ingressarem na corporação: “depois que ela entrou no bombeiro, ela só tira notas acima de oito e antes ela nunca tirava oito. Ela tem *orgulho*<sup>d</sup> de ser bombeira mirim” (informação verbal).

Naquele *evento*<sup>f</sup>, o *coordenador*<sup>u</sup> dos Bombeiros Mirins nos últimos dois anos *anunciou*<sup>f</sup>, visivelmente *emocionado*<sup>i</sup>, seu afastamento do *programa*<sup>p</sup> para assumir a *presidência*<sup>u</sup> do *Laboratório Catarinense*<sup>m</sup>, sucedendo seu *pai*<sup>d</sup>. Avisou, no entanto, que continuaria cumprindo escala como bombeiro voluntário socorrista. A Foto 23 mostra os participantes do evento, no galpão da sede central.

Como já comentado, consideramos a iniciativa de fundar o Bombeiro Mirim como uma ação de legitimação coordenada pelo modo doméstico. Já a busca de *parcerias*<sup>p</sup> *públicas*<sup>c</sup> ou *privados*<sup>m</sup> para *subvencionar*<sup>p</sup> a *atividade*<sup>p</sup> é uma ação coordenada pelo modo orientado por projeto. Adicionalmente, o esforço para aumentar a *visibilidade*<sup>f</sup> do *programa*<sup>p</sup> se configura como uma passarela com o modo da fama.

Foto 23: Evento de encerramento dos Bombeiros Mirins (2013)



Fonte: autor

O *programa de integração*<sup>p</sup> das brigadas de bombeiros, iniciado após o *centenário*<sup>d</sup>, na década de 90, parece ter *desascelerado*<sup>u</sup>. Os brigadistas são *funcionários*<sup>u</sup> de grandes empresas que *integram*<sup>c</sup>, como *contratados*<sup>u</sup> ou *voluntários*<sup>d</sup>, as brigadas de incêndio sediadas nessas empresas. Em 2003, foi registrado o número de 1500 brigadistas (TERNES, 2007). Já em 2010, o relatório de atividades registrava 1090 brigadistas (CBVJ, 2010). Em 2011 e 2012, o número de 900 brigadistas se repete em ambos os relatórios de atividades (CBVJ, 2011; 2012). Um dos líderes entrevistados expressa sua percepção acerca da diminuição no número de brigadistas:

[...] a maioria das empresas grandes que estão aí, hoje multinacionais, começaram pequenas construídas por pessoas daqui. Então, o dono do que é a Whirlpool hoje, era da Consul. Essas pessoas eram empresários. Até o Sr. Freitag, que era o dono da Consul, morava aqui [apontando ao redor]. O outro morava aqui, na outra quadra e essas pessoas tinham uma ligação, você vai ver os rostos dessas pessoas ali, [apontando para retratos de sócios homenageados] nessa ligação com diretoria e essas pessoas tinham isso. E o brigadista que ele tinha na empresa era uma

extensão, que podia aproveitar isso. Hoje, não. Nós perdemos a Amanco, [...] nós não conseguimos dar continuidade nisso (informação verbal).

Esse relato do entrevistado traduz o modo doméstico de coordenação estabelecido inicialmente com as empresas e seus brigadistas. Talvez, a *reciprocidade*<sup>d</sup> atual das *parcerias empresariais*<sup>p</sup> que baseiam o *projeto de integração*<sup>p/c</sup> das brigadas esteja carecendo de *identificação*<sup>d</sup> com a *tradição*<sup>d</sup> do CBVJ como ocorria antes, pelo relato do entrevistado (informação verbal).

O primeiro grande teste de legitimação imposto a atual direção é de caráter *institucional*<sup>c</sup> e ocorreu em 2012, na *aprovação*<sup>c</sup> da *PEC 01/12*<sup>c</sup>. Segundo um dos líderes entrevistados, essa emenda constitucional foi necessária porque a lei “Titon” havia prejudicado muito a operação das corporações voluntárias (informação verbal).

Desde 2003, quando os Bombeiros Militares obtiveram sua *emancipação*<sup>i</sup> da Polícia Militar, por meio da *aprovação*<sup>c</sup> da *PEC 33/03*, passaram a ter prerrogativa exclusiva para exercer as *atividades*<sup>u</sup> relacionadas à proteção contra incêndios e fiscalização do cumprimento das normas:

A lei “Titon” praticamente *subordinou*<sup>d</sup> os *bombeiros voluntários*<sup>c/d</sup> aos *militares*<sup>c</sup>. A lei “Titon” foi a que deu independência aos bombeiros militares da polícia militar. Bombeiro e Polícia Militar era tudo junto, um comando só. Aí os bombeiros ganharam a sua independência e no bojo dessa lei eles vão incluindo “coisinhas” que, por exemplo, durante dois anos os bombeiros voluntários tinham que ir ao bombeiro militar pedir uma *autorização*<sup>c</sup> pra *funcionar*<sup>u</sup>, e eles iam. [...] Era dada uma autorização de funcionamento provisória e precária! Tinha validade de sessenta dias. [...] Essa lei que disse que todo o serviço era exclusivo dos militares, então pra gente funcionar a gente tinha que pedir autorização. [...] e ainda, limitou o repasse de recursos financeiros às corporações voluntárias, tudo isso eles incluíram. A ideia era a independência dos bombeiros, que até é legal, mas nos ferraram... (INFORMAÇÃO VERBAL, GRIFO NOSSO).

O esforço de *mobilização*<sup>c</sup> por *dispositivos legais estaduais*<sup>c</sup> que fornecessem mais legitimidade às operações das corporações voluntárias se iniciou há vários anos. Desde a direção de Felinto, no final da década de 90, o CBVJ já havia se mobilizado em cinco tentativas, em conjunto com a ABVESC e as demais corporações voluntárias. “Em todas as anteriores, os bombeiros militares conseguiram com *lobby*, [...] lotar a assembleia e conseguiram que não fossem aprovadas.” (informação verbal).

Como já mencionado, o Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina (CBMSC) também se mobilizava politicamente desde o final da década de 90. Mesmo reconhecendo como “especiais” as pessoas envolvidas com as corporações voluntárias, para o ex-comandante do CBMSC, Maus (2007, GRIFO NOSSO), o setor deve ser coordenado pelos Militares. Ele afirma que as corporações voluntárias catarinense sabem que são a exceção à regra (talvez nacional) e defende a não extinção das corporações voluntárias, mas sua subordinação ao comando militar:

A *política*<sup>c</sup> para o setor deve manter-se alicerçada numa *Organização Estadual de Bombeiros*<sup>c</sup>. Não poderá jamais alicerçar-se nas bases de *Sociedades Civis*<sup>d</sup> de Bombeiros pela simples razão de que a *segurança da população*<sup>c</sup> não pode ficar na dependência da existência ou não de *pessoas*<sup>d</sup> e de *comunidades*<sup>c</sup> dispostas a se *incumbir*<sup>d</sup> da missão de *executar e gerenciar*<sup>u</sup> uma atividade que, sendo *eminentemente pública*<sup>c</sup>, é *função*<sup>u</sup> inequívoca do *Estado*<sup>c</sup>. Não serão em todos os lugares que existirão pessoas ou comunidades dotadas dessa capacidade de *desprendimento*<sup>i</sup> e *dedicação*<sup>d</sup>. E mesmo onde elas hoje existem, há que se perguntar, até quando manter-se-ão nessa condição e até quando haverão outras pessoas *dispostas*<sup>d</sup> e *capacitadas*<sup>u</sup> a substituí-las à mesma altura, dispostas a continuar *assumindo as responsabilidades*<sup>d</sup> que se *assume*<sup>d</sup> em nome do *Estado*<sup>c</sup>, pela *omissão*<sup>f</sup> deste, e em nome de uma “pseudo” *economia*<sup>u</sup> para esse mesmo *Estado*<sup>c</sup>. Dessa verdade, da dificuldade que é *manter*<sup>u</sup> essas *organizações civis voluntárias*<sup>d</sup> *funcionando*<sup>u</sup>, conhece bem quem hoje está *respondendo*<sup>d</sup> por esse *ônus*<sup>d</sup> e por essa

*responsabilidade*<sup>d</sup>. São *pessoas*<sup>d</sup> e *comunidades*<sup>c</sup> *únicas*<sup>i</sup> e *especiais*<sup>i</sup>. Haverão de ser *aplaudidas*<sup>d</sup> e *apoiadas*<sup>d</sup> por todos, hoje e sempre. Mas elas sabem que são exceções à *regra*<sup>u</sup>. Elas sabem melhor do que ninguém, que *pessoas especiais*<sup>d/i</sup> como elas, não surgem todos os dias e não existem em todos os lugares. Um setor, eminentemente *público*<sup>c</sup>, não pode ficar sem uma *política*<sup>c</sup> e uma *coordenação estadual*<sup>c</sup> emanados a partir de um *Corpo de Bombeiros Estadual*<sup>c</sup>, que *congregue*<sup>c</sup> todas as forças, sem prescindir e muito menos extinguir qualquer organização que esteja *somando esforços*<sup>u</sup> no sentido de oferecer maior *segurança*<sup>c</sup> ao *cidadão catarinense*<sup>c</sup>.

A “pseudo” *economia*<sup>u</sup> alegada pelo ex-comandante Maus (2007) diz respeito à diferença de *custeio*<sup>u</sup> entre uma organização militar e uma organização voluntária. Como ambas são subvencionadas por recursos públicos – a primeira integralmente e a segunda parcialmente – o princípio da economicidade aos cofres públicos é um argumento recorrente do movimento das corporações voluntárias (observação direta). A necessidade de expansão da cobertura dos serviços e a questão da economicidade influenciaram o CBMSC a desenvolver o programa de Bombeiros Comunitários. Dessa forma, seria possível que o Estado compartilhasse o custeio da operação com a comunidade (pelo trabalho voluntário) e com entidades locais (pela parceria com prefeituras e entidades da região) (LAUREANO Jr., 2013).

Um dos entrevistados do CBVJ esclarece que, segundo informações oficiais do CBMSC, em 2005, dois anos após a emancipação dos bombeiros militares da polícia militar, o custeio total dos bombeiros militares ativos e inativos era de R\$47.480.242,00. Naquele ano, havia 2.044 bombeiros ativos e apenas 45 bombeiros inativos. Em 2012, o efetivo de bombeiros militares passou para 2.459 ativos e 500 inativos. O custeio total desses 2.959 bombeiros militares foi de R\$112.796.364,00. O entrevistado argumenta ainda que: “é raro um bombeiro militar trabalhar 25 anos, porque tem a questão da insalubridade, mas aí conta o tempo lá da escola de formação e com 45 anos de idade, você já encontra militar aposentado”. O entrevistado afirma não acreditar que haja algo ilegal, como desvios de recursos, mas reforça o fato de que os *valores*<sup>m</sup> são muito *elevados*<sup>u</sup>, principalmente se comparados aos de uma corporação civil voluntária. Finalmente, ele acredita que a possibilidade de maior *arrecadação*<sup>c</sup> *financeira*<sup>u</sup>, com o

*poder de polícia*<sup>c</sup> administrativa envolvido na atividade de *fiscalização*<sup>c</sup>, interessa muito mais aos militares do que os *custosos*<sup>u</sup> e *sacrificantes*<sup>d</sup> serviços de atendimento e socorro à população ou o combate a incêndios (informação verbal).

No balanço contido no Relatório de Atividades (2012) do CBVJ consta o valor de R\$2.128.224,31 em contribuições de associados e doações. Essas contribuições representaram cerca de 30% das entradas de recursos. Outros 40% do total de aproximadamente R\$7 milhões em receitas, foram representados por subvenções do poder público, nas esferas municipal e estadual, incluindo os convênios (CAT, SUS, ITTRAN, etc.). Apenas 5% das receitas foram originadas por serviços como, por exemplo, treinamentos. Do lado das despesas do CBVJ, cerca de 70% do total de R\$5.464.522,53, foram gastos com pessoal, em 2012. Em 2012 foram atendidas 938 ocorrências de incêndio, 1756 ocorrências dos serviços extraordinários (busca e salvamento, atividades educacionais, lavagem da pista de rolamento, resgate de animais, poda de árvores, etc), 5.733 ocorrências de atendimento pré-hospitalar e, finalmente, 9.774 atendimentos do CAT (avaliação de projetos, vistorias de obras e para consulta branca, ofícios, etc).

Um líder do CBVJ entrevistado defende que, embora os investimentos e custos aumentem de forma compatível com a necessidade de manter a elevada eficiência da operação em Joinville, a relação custo x benefício para a sociedade de uma corporação civil voluntária é muito melhor. Além disso, alega que a cobrança de taxa para a fiscalização e vistoria de empresas, na ordem de R\$0,47 por metro quadrado de área construída, é uma forma de aumentar a tributação. Uma estimativa feita pela corporação revela que Joinville representaria um potencial aproximado de R\$10 milhões em arrecadação anual. O CBVJ, por exemplo, não cobra taxa alguma do ente fiscalizado e possui engenheiros registrados no CREA para realizar as vistorias e avaliações de projetos. Nossa fiscalização é tecnicamente qualificada e mais ágil do que a feita pelo Estado: “Nas vistorias, o nosso prazo o máximo é de três dias. O prazo mínimo do bombeiro militar é de 30 dias para fazer uma vistoria” (informação verbal).

Por outro lado, a pesquisa acadêmica de Laureano Jr. (2013) esclarece que, em 2003, o CBMSC contava com efetivo total de 1.890 bombeiros, distribuídos, além da estrutura administrativa, em três batalhões e presente em 51 municípios. Após 10 anos de emancipação, o efetivo total do CBMSC em 13 de junho de 2013 era de 2.750 bombeiros ativos presentes em 112 municípios. Segundo o autor, nesse

período houve incremento do efetivo em 68,7%, enquanto o número de municípios atendidos cresceu 119,6%.

O programa de Bombeiros Comunitários contribuiu para essa expansão da cobertura da sua operação. Por meio de uma pesquisa acadêmica, o ex-comandante Masnik (2003) esclarece que a primeira organização de Bombeiro Comunitário foi implantada em 1996, em Ituporanga, e contava com sete bombeiros militares e 17 bombeiros voluntários. Oficialmente, é a experiência na cidade de Maravilha, em 1997, no entanto, que orienta o modelo do Programa. O autor informa que essa corporação teve o reforço de seis bombeiros militares e três funcionários civis municipais, que deram maior confiabilidade na execução dos serviços. Foi possível, com essa estrutura, estabelecer um serviço de plantão 24 horas. Antes disso, havia momentos em que o serviço não possuía continuidade, perdendo qualidade e confiabilidade.

Segundo Laureano Jr. (2013), embora o programa preparatório do CBMS tivesse formado 9.018, havia apenas 1.970 integrantes ativos no quadro de bombeiros comunitários em 2011. No mesmo ano, o quadro efetivo de militares tinha 2.241 servidores públicos concursados estaduais. Além desse efetivo de bombeiros militares e comunitários, o CBMSC contava com 195 bombeiros profissionais, que são servidores municipais, formados e ativos como bombeiros comunitários.

Voltando às ações de legitimação do CBVJ, diante da possibilidade da perda de *autonomia*<sup>p</sup> e do *suporte financeiro*<sup>u</sup> *público*<sup>c</sup> direto, o esforço de *mobilização política*<sup>c</sup> da corporação joinvilense e demais entidades voluntárias culminou com a *aprovação*<sup>c</sup> da PEC 01/12:

[...] na PEC nós tiramos um Deputado do aeroporto, tiramos de quase de dentro do avião pra voltar e votar. [...] A crueldade do sistema estava nos 28 votos. O que não fosse ou se *votasse*<sup>c</sup> contra era igual. Tinha que ter 28 votos a favor. “Não, mas eu não voto contra. Só não vou...” É a mesma coisa que votar contra. É como os nossos votos brancos e nulos. [...] Enfim, precisávamos de 3/5 dos votos (informação verbal, grigo nosso).

Então, os líderes do CBVJ, com o apoio das entidades empresariais e lideranças políticas de Joinville, além da ABVESC e as demais corporações de bombeiros voluntários de Santa Catarina se mobilizaram para conseguir aprovar a Emenda Constitucional no. 60 de 2012. Por exigência dos militares, o texto aprovado restringiu o apoio e

autorização do Estado apenas àquelas corporações já existentes até maio de 2012. O receio era de que várias corporações voluntárias pudessem surgir de forma oportunista, pela possibilidade de celebrar convênios com o poder público e ter acesso aos recursos (informação verbal). O texto da Constituição do Estado de Santa Catarina ficou, então, assim:

Art. 109

§ 2º. O Estado estimulará e apoiará, técnica e financeiramente, a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários.

Art. 112

Parágrafo único. No exercício da competência de fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os Municípios poderão, nos termos de lei local, celebrar convênios com os corpos de bombeiros voluntários legalmente constituídos até maio de 2012, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio.

Essa mobilização para a aprovação da Emenda Constitucional, ilustrada na Foto 24, pode ser caracterizada pelo modo cívico de coordenação da ação. Boltanski e Thévenot (2006) esclarecem que a manifestação em torno de uma causa é uma reflexão coletiva. Um julgamento da expressão da vontade geral que pode ser manifestado no interior de cada pessoa, gerando uma reflexão coletiva na forma de mobilização em torno de uma causa.

Finalmente, descrevo a coordenação da ação de legitimação mencionada na introdução deste trabalho. Trata-se da *mobilização*<sup>c</sup> para aprovar emendas ao Projeto de Lei no. 65/2013. Após o incêndio da Boate Kiss, ocorrido em janeiro de 2013, em Santa Maria, RS, esse projeto voltou com força à pauta da ALESC, após ter sido arquivado na década de 90 (informação verbal; observação direta).

O projeto foi *votado*<sup>c</sup> e *aprovado*<sup>c</sup> na ALESC no dia 09 de outubro, tornando-se a lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013a). A versão final dessa lei incluiu emendas que dizem respeito à legitimação do CBVJ. O conteúdo das emendas e as ações de mobilização e suas proposições foram observadas diretamente, por meio de postura etnográfica.

Foto 24: Notícia da aprovação da PEC dos BV

PEC dos Bombeiros 04/07/2012 | 16h44

## PEC dos Bombeiros Voluntários é aprovada na Assembleia

A emenda dá aos municípios o direito de realizar convênios com os corpos de bombeiros voluntários


 Recomenar 3
  Tweet 0
  +1 0
  3
 





Lideranças de Joinville na Assembleia Legislativa de SC  
Foto: Rodrigo Philipps / Agência RBS

João Kamradt  
joao.kamradt@an.com.br

A **PEC dos Bombeiros Voluntários** foi aprovada na tarde desta quarta-feira, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis. A proposta de emenda à constituição (PEC) do Estado - que dá aos municípios o direito de realizar convênios com os corpos de bombeiros voluntários para fiscalização de projetos, edificações e obras e certificação - recebeu 24 votos a favor.

Fonte: Jornal ANotícia digital, 2012.

No dia nove de outubro de 2013, antes da *votação*<sup>c</sup> dessa *lei*<sup>c</sup>, houve duas *reuniões*<sup>c</sup>. Uma da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e outra na Comissão de Segurança Pública (CSP). Pudemos acompanhar a reunião da CSP, ocorrida no plenário, no período da manhã. Apresento os principais argumentos expostos nos debates acerca da aprovação

dessa lei, pois eles envolvem diretamente justificações de legitimação a favor e contra o CBVJ, objeto de nosso estudo.

Transcrevo e analiso duas participações nessa reunião que avalio terem sido as mais relevantes para os fins de nossa análise: (1) A manifestação do Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, que defendia a não aceitação das emendas apresentadas em favor das entidades voluntárias. Amauri defendia que o poder de polícia administrativa fosse exclusivo do CBMSC, como estabelecido no projeto de lei original e (2) a fala do Deputado Estadual Darci de Matos, que propunha as emendas modificativas. Darci defendia a continuidade do serviço de fiscalização das entidades voluntárias, onde já houvesse convênio com as prefeituras.

Primeiramente, o Deputado Soares esclareceu alguns aspectos polêmicos que, do seu ponto de vista, **não** faziam parte do debate daquela reunião: (1) o *direto*<sup>c</sup> à existência de corporações voluntárias de bombeiros; (2) o possível *corporativismo*<sup>d</sup> militar (já que ele é militar) e (3) a *cobrança*<sup>m</sup> ou não de taxas pelo serviço prestado por bombeiros. Sobre o primeiro aspecto, o Deputado defende que ninguém está se opondo à existência de organizações voluntárias e elogia o fato delas existirem, embora defenda que os salários e condições de trabalho dos funcionários pudessem ser melhores. Em relação ao segundo aspecto, ele diz que, embora seja militar, não estaria defendendo os interesses dos militares naquele momento, até porque ele defende a desmilitarização dos órgãos estaduais de segurança pública. Já sobre a cobrança de taxas, o Deputado afirma ser “absurdo que o Estado que tem a obrigação constitucional de prestar o serviço, cobre taxas pelo serviço prestado” (observação direta).

Em seguida, Soares afirmou que aquele debate se tratava “do princípio da organização do Estado”. Defendeu, então, que o projeto é absolutamente importante e assumiu saber que a maioria das pessoas que estavam ali era contrária ao seu argumento: “mas não tem problema. Nós viemos defender princípios, posições” (observação direta).

O Deputado lembrou, então, os incêndios de Santa Maria e de São Francisco do Sul<sup>17</sup> e disse que esses eventos provavam que o Estado

---

<sup>17</sup> Trata-se de um incêndio no galpão da empresa Global Logística, entre os dias 24 e 27 de setembro de 2013, cuja coluna de fumaça tóxica chegou a São Paulo. Segundo o Instituto-geral de Perícias de Santa Catarina (IGP), houve “contaminação da água, com a morte de peixes, crustáceos”, além de “danos à vegetação e à saúde humana”. Durante os três dias de incêndio

tem sido “gigantesco” para cobrar e oprimir, mas tem sido “fraco, ausente, omissão” na hora de proteger. Até recentemente, segundo ele, os dois culpados do incêndio no Rio Grande do Sul eram o dono da boate e o “gaitero”, o rapaz da banda. E pergunta:

Nenhuma autoridade municipal, nenhuma autoridade estadual, nenhuma autoridade federal é respobabilizável pela morte de 242 pessoas? Mortes que poderiam ter sido evitadas com o mínimo de prevenção. [...] O episódio mais recente, aqui no nosso Estado... E por isso que isso voltou para a pauta, porque já estava devidamente engavetado [em tom de revolta]. [...] Nenhum servidor estadual, ninguém [...] nenhum voluntário sabia o que tinha dentro daquele depósito. Dez mil toneladas de produto tóxico [novamente revoltado]. Significa dizer que ninguém fez a prevenção (observação direta).

O Deputado afirmou que sua crítica era ao poder público, ao Estado. E esclarece que as emendas do Deputado Darci de Matos [...] estabeleciam que na cidade onde houvesse convênio entre a prefeitura e uma entidade, o poder seria exclusivo do órgão municipal. E alertou:

Está se dizendo que o Estado, o poder público estatal está proibido de entrar, de colocar os pés, na cidade onde tem a entidade voluntária. E é isso mesmo que as pessoas defendem, só não dizem de público. Seria antipático. E isso quebra os princípios da República, os princípios do Estado. Essa é a nossa reflexão. [...] Porque está na Constituição Federal e está na Constituição Estadual que o Estado<sup>18</sup> é o responsável. Mas o Estado não pode ir naquelas cidades se for aprovado isso que nós estamos discutindo aqui. [...] Mas mais perigoso do que isso. Acho que quem financia o fiscal, não será por ele fiscalizado. Da forma adequada, não será! Vou repetir: quem contribui voluntariamente para que

---

20% da população teve que deixar a cidade e mais de cem pessoas foram atendidas no hospital (ANOTÍCIA, 07/03/2014)

<sup>18</sup> Nesse caso, o Deputado Soares se refere ao governo do estado de Santa Catarina, por meio dos seus órgãos estaduais como o CBMSC.

o fiscal exista, que ele se sustente, dificilmente será fiscalizado por ele. E nisso, o Estado [abrindo os braços] deixa de existir. Isto é o antiprincípio da organização política de qualquer sociedade moderna (observação direta).

Para o Deputado Sargento Soares, o poder do município é para organizar: “a altura do prédio, construir o zoneamento, largura das ruas, qual é a área de habitação, qual é a área de comércio, qual é a área de indústria” (observação direta). Já a autoridade sobre questões de segurança pública é prerrogativa do órgão público estadual responsável. Ele afirma, antes de ser interrompido pelo presidente da seção: “não é para tirar o voluntário. Por tudo que é mais sagrado! Não é pra tirar o voluntário. É para dizer que o *fiscal*<sup>c</sup> não poder ser *financiado*<sup>u</sup> pelo ente a ser fiscalizado” (OBSERVAÇÃO DIRETA, GRIFO NOSSO).

O Deputado conclui apresentando seu voto na Comissão de Segurança Pública que, embora seja um Deputado de oposição – e de minoria na ALESC – vota pela rejeição de todas as emendas e pela:

[...] aprovação do PL 65.7/13 da forma original, como assinado pelo chefe do poder executivo estadual. [...] Essa é a nossa posição [...] Diante de centenas de pessoas vindas de Joinville. Respeito toda a população de Joinville, a generosa e imensa classe trabalhadora de Joinville. Mas dizer que eu não sou dependente do *PIB*<sup>m</sup> de Joinville e, portanto, mantenho a posição original [vaias] (OBSERVAÇÃO DIRETA, GRIFO NOSSO).

Em seguida, o Deputado Darci de Matos fez o uso da palavra. Ainda nos cumprimentos iniciais, a primeira justificação já foi apresentada. Ele saudou os Bombeiros Voluntários de Joinville, *criados*<sup>i</sup> há 121 anos<sup>d</sup>, na pessoa do David, bombeiro *mirim*<sup>d</sup> de 10 anos, e na pessoa do Seu Romeu, com 55 anos de trabalhos prestados<sup>d</sup>. O Deputado defendeu, ainda, que Santa Catarina tem no *voluntariado*<sup>d</sup>, um dos seus principais diferenciais, mesmo que, por absurdo, alguém se oponha a isso:

Quero afirmar que quando o *poder público*<sup>c</sup> não *faz*<sup>n</sup>, [...] quando *faz, faz lentamente*<sup>n</sup> e de forma *cará*<sup>a</sup>, a *sociedade*<sup>c</sup> se *organiza*<sup>u</sup> e *ajuda*<sup>d</sup> e *faz*<sup>u</sup>.

[...] como é o caso dos bombeiros voluntários que a *exemplo*<sup>d</sup> do que tem na Europa e no mundo inteiro, se *organizaram*<sup>u</sup> há *121 anos*<sup>d</sup> em Joinville (OBSERVAÇÃO DIRETA, GRIFO NOSSO).

Logo, o Deputado anunciou que diria algumas verdades que preferia não revelar, mas que teria que responder pelo fato de ter sido atacado:

Com o *acidente*<sup>i</sup> na boate Kiss, no RS, criou-se uma máxima em SC de que deveríamos dar o *poder de polícia*<sup>c</sup> ao bombeiro militar. [...] se fosse *resolver*<sup>u</sup> todos os problemas, todos os *Estados*<sup>c</sup> do Brasil teriam. Não têm! [...] Em Santa Maria, a prerrogativa de *fiscalizar*<sup>c</sup> a *boate*<sup>m</sup> Kiss não era do *bombeiro*<sup>c</sup> *voluntário*<sup>d</sup>, era do *bombeiro militar*<sup>c</sup>. [...] Em São Francisco, [...] desde 2011 também não era uma *tarefa*<sup>u</sup> dos bombeiros voluntários de *fiscalizar*<sup>c</sup> os *depósitos*<sup>m</sup>, era dos bombeiros militares. E isso tem que ser *dito*<sup>f</sup>. Não estou aqui atacando os bombeiros militares. Estou *esclarecendo*<sup>f</sup> os fatos (OBSERVAÇÃO DIRETA, GRIFO NOSSO).

O Deputado esclareceu, então, que suas emendas mantinham o poder de polícia com os militares. Também garantia, contudo, o poder de polícia aos *Prefeitos*<sup>c</sup>, o que seria *constitucional*<sup>c</sup> e *democrático*<sup>c</sup>. Sendo assim, onde os bombeiros militares já atuam como Blumenau, Florianópolis, etc. iriam ter poder de polícia. Todavia, ressaltou que, nos municípios onde a prefeitura preferisse realizar convênio com outra entidade que não a militar, essa prerrogativa constitucional dos Prefeitos seria mantida. Complementou dizendo que, no caso de Joinville, a população estava *satisfeita*<sup>u</sup> porque tem a corporação mais *eficiente*<sup>u</sup> do Brasil. Perguntou por qual motivo os militares não se instalam nos 170 municípios que não têm bombeiros: “Por que vocês não vão para Faxinal dos Guedes ou para Atalanta?” Ele mesmo explicou que nessas pequenas cidades não há muitas *empresas*<sup>m</sup>, mas que: “Joinville tem muitas *empresas*<sup>m</sup> e que quando o militar *fiscaliza*<sup>c</sup>, eles *cobram*<sup>m</sup> R\$0,47 por metro quadrado. Aí talvez resida a grande divergência que paira nesse dia, nesse plenário. A questão de *arrecadação*<sup>c</sup>” (OBSERVAÇÃO DIRETA, GRIFO NOSSO).

O Deputado alegou que as corporações voluntárias *atendem*<sup>u</sup> 30% da população do Estado e *receberam*<sup>c/d</sup> até 2012, R\$2 milhões anuais. Informou que o valor iria passar para R\$5 milhões. Já os bombeiros militares *atendem*<sup>u</sup> 37% e tem um *custo*<sup>u</sup> aos *cofres públicos*<sup>c</sup> de R\$180 milhões. E alertou: “gente, talvez, por esse e outros motivos é que não temos *dinheiro*<sup>m</sup> para a *saúde*<sup>c</sup>, para *segurança pública*<sup>c</sup> e para *educação*<sup>c</sup>”. Ele ressaltou que a culpa não seria do soldado que vai apagar o fogo e salvar vidas: “talvez a culpa seja das “divisas”, das pessoas que comandam e que deveriam tratar este assunto com um pouco mais de *sensibilidade*<sup>i</sup> *social*<sup>c</sup> e com *racionalidade*<sup>u</sup>”. Ao concluir sua fala, o Deputado Darci de Matos respondeu as afirmações finais do Deputado Amauri Soares:

O que nós achamos que é um grande *mérito*<sup>d</sup> o senhor colocou como um demérito. O Bombeiro de Joinville tem 30 mil *sócios*<sup>m</sup>, o Avaí tem 12(mil). O JEC (Joinville Esporte Clube) tem 11(mil). Vejam o *apelo*<sup>f</sup>! *Empresários*<sup>m</sup> é bem verdade. Mas *trabalhadores*<sup>u</sup> que ganham um salário mínimo, talvez até garis, que dão lá R\$1,00, R\$2,00, R\$5,00 [...] E com esse *dinheiro*<sup>m</sup>, com o dinheiro que o *Prefeito*<sup>c</sup> Udo passa todos os anos para o Bombeiro, nós construímos a *melhor*<sup>u</sup> corporação de bombeiros do Brasil. O que tem de errado nisso, Deputado Soares? A comunidade *contribuir*<sup>d</sup>? [...] agora afirma que é errado o empresário *doar*<sup>d</sup> um *caminhão*<sup>u</sup> para os bombeiros ou fazer uma *doação*<sup>d</sup> em *dinheiro*<sup>m</sup> para o Bombeiro? Ora os americanos fazem muito bem isso. A Europa inteira. E *fiscalizar*<sup>c</sup> a *empresa*<sup>m</sup> que *doou*<sup>d</sup>... Eu lhe devolvo a pergunta: o Bombeiro Militar é *público*<sup>c</sup>. Como é que ele faz pra *fiscalizar*<sup>c</sup> o *palácio do governador*<sup>c</sup> ou *fiscalizar*<sup>c</sup> um *órgão público*<sup>c</sup>? Tá *fiscalizando*<sup>c</sup> o *patrão*<sup>u</sup>! Ou não? Por analogia a realidade é a mesma. [...] Essa é a nossa posição. [...] Por favor, *aprovem*<sup>c</sup> o projeto com as nossas emendas e nos deixem continuar *ajudando*<sup>d</sup> o *poder público*<sup>c</sup> e *salvando vidas*<sup>i</sup> (OBSERVAÇÃO DIRETA, GRIFO NOSSO).

A votação<sup>c</sup> desse projeto de lei com as emendas foi *aprovado*<sup>c</sup> com 24 votos a favor e 5 votos contra. Os mais de 120 bombeiros voluntários presentes *comemoram*<sup>d</sup> a decisão, como demonstrado na Foto 25.

Foto 25: Resultado da votação do PL65/13 na ALESC



Fonte: ANotícia, 2013.

O modo cívico de coordenação da ação de *mobilização*<sup>c</sup>, *bem sucedido*<sup>u</sup> em 2012, também foi posto à prova em 2013. Dessa vez, com o aprendizado da experiência anterior, foram estabelecidos *mecanismos*<sup>u</sup> mais bem *estruturados*<sup>u</sup> de *mobilização*<sup>c</sup>, que tinham a finalidade de garantir novamente o *resultado*<sup>u</sup> da *votação*<sup>c</sup>. Sendo assim, podemos afirmar que os *métodos*<sup>u</sup> *efetivos*<sup>u</sup> de *mobilização*<sup>c</sup> contaram com a influência do modo industrial. Boltanski e Thevenot (2006, p. 327, GRIFO ORIGINAL) esclarecem esse dispositivo de compromisso entre o mundo cívico e industrial:

*Compromises with industrial worth may also bear upon the very way the civic bond is conceived. In such cases, they are worked out in relation to **organizing efforts** by tying together instruments of stabilization that are based on **routines**<sup>u</sup> and on the manifestation of the **general will**<sup>c</sup> in a single configuration.*

Como já argumentamos anteriormente, os compromissos que legitimam uma inovação social geralmente possuem caráter temporário

por estarem frequentemente permeados por críticas e disputas. Ainda em 2013, a Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme) *ajuizou*<sup>c</sup> no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4886) contra dispositivos inseridos na Constituição de Santa Catarina que estimulam a criação de Corpos de Bombeiros Voluntários e permitem que os municípios do Estado *celebrem*<sup>c</sup> *convênios*<sup>c</sup> para que essas corporações *certifiquem*<sup>u</sup> o cumprimento de normas de segurança contra incêndio. A federação afirma que foram criadas em Santa Catarina “inúmeras entidades de bombeiros privados para exercer o poder de polícia reservado pela Constituição Federal, com exclusividade, aos Bombeiros Militares” e acrescenta que essas entidades *privadas*<sup>m</sup> utilizam *uniformes*<sup>c</sup>, *distintivos*<sup>c</sup>, *insígnias*<sup>c</sup> e *emblemas*<sup>c</sup> semelhantes aos usados pelo Corpo de *Bombeiros Militar*<sup>c</sup>, confundindo a população catarinense e prejudicando “o *símbolo*<sup>l</sup> da *autoridade*<sup>c</sup> de bombeiro militar, com as prerrogativas a ela inerentes” (STF, 2013).

Na ação, a FENEME argumenta que, como o disposto no parágrafo 2º do artigo 109 não garante “*segurança jurídica*<sup>c</sup> para os *Corpos de Bombeiros Voluntários*<sup>c/d</sup>”, essas entidades buscaram junto à Assembleia Legislativa de Santa Catarina a *aprovação*<sup>c</sup> de outra Emenda à Constituição Estadual capaz de legitimar seu exercício do *poder de polícia*<sup>c</sup>. Nesse sentido, foram apresentadas quatro Propostas de Emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina, todas arquivadas por vício de inconstitucionalidade. Já a quinta proposta apresentada por Deputados estaduais acabou aprovada e acrescentou o parágrafo único ao artigo 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina (STF, 2013).

O dispositivo estabelece que os municípios possam: “*celebrar convênios*<sup>c</sup> com os *Corpos de Bombeiros Voluntários*<sup>c/d</sup> *legalmente constituídos*<sup>c</sup> até maio de 2012, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio”. Segundo a entidade, o dispositivo configura clara “usurpação de iniciativa privativa do governador do Estado de Santa Catarina”, já que altera atribuições administrativas conferidas a um *órgão*<sup>c</sup> (Bombeiro Militar) de segurança pública integrante da *Administração Pública Estadual*<sup>f</sup> que se encontra *subordinado*<sup>l</sup> diretamente ao *governador do Estado*<sup>c</sup>. Ainda de acordo com a federação, a denominação “Corpo de Bombeiros Voluntários” é equivocada porque “as pessoas envolvidas na execução dos serviços são *remuneradas*<sup>u</sup>, o que retira o caráter da *voluntariedade*<sup>d</sup>” (STF, 2013).

No STF, a federação pede a concessão de liminar para suspender os efeitos dos dispositivos inseridos na Constituição catarinense, alegando que a atuação dos Bombeiros Voluntários pode gerar “prejuízo para a sociedade que muitas vezes é irreparável, tanto por não terem *qualificação técnica*<sup>u</sup> para o mister, quanto por exercerem competência privativa do *agente público*<sup>c</sup>, com previsão *constitucional*<sup>c</sup>”. No mérito, pede que a Suprema Corte declare a inconstitucionalidade formal e material dos dispositivos impugnados. O ministro Luiz Fux é o relator do caso que ainda está em análise (STF, 2013).

O parecer do Advogado Rodrigo Bornholdt, que defende *voluntariamente*<sup>d</sup> o CVBJ, atesta várias das justificações já apresentadas em nossa análise do caso. Em resumo, os argumentos da defesa são: (1) a importância *histórica*<sup>d</sup> na compreensão da norma aplicável, defendendo a primazia e precedência do modelo *voluntário*<sup>d</sup> do CBVJ; (2) princípios da constituição federal, como o Art. 144, que pressupõe a *auto-organização*<sup>iu</sup> e a *corresponsabilidade*<sup>d</sup> da *comunidade*<sup>c</sup> na *segurança pública*<sup>c</sup>; (3) o princípio da *subsidiariedade*<sup>d</sup>, que permite afirmar a primazia da pessoa e da comunidade contra a pretensão moderna do *poder estatal*<sup>c</sup> de colocar-se como fonte exclusiva de consciência das necessidades do indivíduo; (4) o princípio da *equidade*<sup>c</sup> dos direitos entre Corporações Militares e Voluntárias, que prevê a adaptação da regra existente a uma situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade; (5) o princípio da *economicidade*<sup>u</sup>, favorável às corporações voluntárias; (6) princípios da *Constituição Estadual*<sup>c</sup>, que em seu Art. 109, § 2º, por exemplo, contempla a possibilidade de estímulo, apoio técnico e financeiro aos corpos de bombeiros voluntários; (7) o princípio da *autonomia*<sup>i</sup> dos *municípios*<sup>c</sup> em assuntos de *interesse local*<sup>d</sup>, como previsto no Art. 30 da Constituição Federal; (8) o princípio de *organização*<sup>u</sup> “de baixo para cima” do caso de Joinville que, diferentemente de muitos municípios brasileiros, tem uma *história*<sup>d</sup> de *superação*<sup>i</sup> de inúmeras dificuldades, por meio da *auto-organização*<sup>iu</sup> - daquilo que não fosse *vedado*<sup>c</sup> - inclusive de um corpo de bombeiros voluntários; (9) a *nomatização infraconstitucional*<sup>c</sup>, como a *lei*<sup>c</sup> sobre *organização*<sup>u</sup> *voluntária*<sup>d</sup> (Lei Federal, 9.790/99) e as leis ordinárias municipais que regulamentam as atividades das corporações voluntárias; (10) o princípio do *poder de polícia*<sup>c</sup> ser conferido apenas à Prefeitura Municipal, que *autoriza*<sup>c</sup>, por extensão, as *corporações voluntárias*<sup>c/d</sup>, como no caso do CBVJ, a fiscalizar os cumprimentos das normas de proteção contra incêndios, vistoriar prédios, expedindo notificações e intimação, sem cobranças de taxas; e (11) o princípio da *fiscalização*<sup>c</sup> do poder público sobre a

atuação das corporações voluntárias, ficando estas sujeitas às diretrizes dos órgãos da Segurança Pública Estadual, como o CBMSC (BORNHOLDT, 2012).

Caso *a Ação Direta de Inconstitucionalidade*<sup>c</sup> (ADI 4886) referente à emenda constitucional no. 60 de 2012, *impetrada*<sup>c</sup> pela FENEME seja deferida pelo Ministro Luiz Fux no STF, também se modificará essa lei nº 16.157, de 7/11/13, sobre o poder de polícia. Significa dizer que o CBMSC terá a exclusividade da atividade “bombeiril”, também nos municípios onde operam as corporações voluntárias e também a prerrogativa do poder de polícia administrativa, condicionando os alvarás de todas as prefeituras de Santa Catarina aos seus atestados. Enquanto essa decisão do ministro estiver em tramitação, podemos afirmar que a validação geral da inovação social no Estado de Santa Catarina está legitimada. Pelo menos naqueles municípios onde uma corporação voluntária, criada antes de maio de 2012, esteja em atividade e legalmente conveniada à prefeitura.

Já no âmbito federal, está em *tramitação*<sup>c</sup> a PEC 19/2013. Esta *emenda*<sup>c</sup> propõe a criação de brigadas de incêndio, de caráter civil, formada por *voluntários*<sup>d</sup> e/ou *servidores*<sup>c</sup>, para atuação exclusivamente em *operações*<sup>u</sup> de salvamento e combate a incêndio, conforme Parecer 1.204/13 do Senado. A emenda proposta se refere ao acréscimo dos parágrafos 10, 11, 12 ao artigo 144:

**Art. 1º.** O art. 144 da Constituição Federal passa a vigor acrescido dos seguintes §§ 10, 11 e 12:

“**Art. 144**.....

§ 10. O Município em que não houver atividade do Corpo de Bombeiros Militar poderá instituir, na forma de lei estadual, serviço congênere para combate a incêndio e salvamento.

§ 11. A lei estadual atribuirá ao Corpo de Bombeiros Militar a regulamentação, fiscalização, supervisão técnica do serviço municipal instituído na forma do parágrafo anterior.

§ 12. A participação voluntária no serviço municipal de que trata o §10 deste artigo constitui serviço público relevante (SENADO, 2013).

Observa-se que o parágrafo 11 obriga as leis estaduais a atribuir ao Corpo de Bombeiros Militar a regulamentação, fiscalização, supervisão técnica do serviço municipal instituído. No caso de Santa

Catarina, isso significa que as corporações voluntárias teriam que se subordinar aos Bombeiros Militares, que poderiam regulamentar como sua própria prerrogativa, por exemplo, as atividades de fiscalização.

Houve uma *mobilização*<sup>c</sup> junto ao *senador*<sup>e</sup> catarinense Luiz Henrique da Silveira, que apresentou emenda a essa PEC:

§ 10. O Município em que não houver atividade do Corpo de Bombeiros Militar **ou Corpo de Bombeiros Voluntário** poderá instituir, na forma de lei estadual, serviço congênere para combate a incêndio e salvamento.

§ 11. A lei estadual atribuirá ao Corpo de Bombeiros Militar **ou Corpo de Bombeiros Voluntários** a regulamentação, fiscalização, supervisão técnica do serviço municipal instituído na forma do parágrafo anterior.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva incluir a expressão “**Corpo de Bombeiros Voluntários**”, nos §§ 10 e 11, ao substitutivo apresentado pelo Relator da presente PEC nº 19, de 2013, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A inclusão pretendida vem ao encontro da atuação já existente do Corpo de Bombeiros Voluntários em vários municípios brasileiros, que suprem a não atividade do Corpo de Bombeiros Militar, nestes municípios.

A título de exemplo, no município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o Corpo de Bombeiros Voluntários atua há 121 anos, prestando relevantes serviços àquela comunidade, em substituição ao Corpo de Bombeiros Militar.

Essa emenda proposta pelo senador Luiz Henrique foi negada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Portanto, a PEC 19/13, na sua forma original, apenas aguarda para entrar na pauta de votação.

Alguns dos principais dilemas institucionais e legais envolvidos na legitimação do CBVJ, como as “fronteiras” entre Estado e sociedade civil, parecem também permear outras realidades de inovações, envolvendo, por exemplo, a governança deliberativa no planejamento do uso do solo na Holanda. Metze (2010) apresenta as seguintes reflexões em sua tese de doutorado intitulada “*Innovation Ltd. Boundary work in deliberative governance in land use planning*”:

*“Why doesn’t government take care of that?” or “Why does government interfere with this?” are two sentences that I often heard in discussions with citizens, local businesses, and governmental actors in the neighbourhoods where I took part as a community worker. Businesses asked for cost-sharing, grants, and subsidies as easily as they asked for regulatory relief and tax-breaks. Non-governmental organizations and citizens fought for individual freedom and choice as easily as they fought for more rules and regulations that limit these rights. Moreover, governmental actors ruled and regulated societal actors and at the same time needed to cooperate with them (METZE, 2010, p. 15).*

Em linha com nossa abordagem de análise, a Governança Deliberativa, estudada por Metze (2010, p. 51), concebe a importância da *phronesis* nas deliberações relacionadas a políticas públicas:

*Just as the turn to practice in the study of policy deliberations in experiments with deliberative governance, my reflective research design fits into the emerging strand of deliberative policy analysis. In this tradition, a mutual inquiry and phronesis — practical wisdom — are the target. In deliberative policy analysis it is argued that phronesis should be established in interactions with policy practice. This practical wisdom can “inform us on what to do” (Loeber, 2004, p. 21) and “must be up to the task of understanding and furthering the interests of real world, conflict-ridden, living communities” (Hajer and Wagenaar, 2003, p. 21). Phronesis goes beyond scientific and technical knowledge. It is a “true state, reasoned, and capable of action with regard to things that are good or bad for man” (Aristotle, 1975, chapter 5).*

Finalmente, resumindo as principais ações de legitimação deste último período de análise, observa-se que a coordenação das ações do CBVJ, após 1992, continuou envolvendo uma multiplicidade de

grandezas. O modo industrial possui destaque ao orientar, por meio de passarela como o regime de projeto, o *planejamento*<sup>u</sup> e *execução*<sup>u</sup> da ação de *descentralização*<sup>u</sup> da *operação*<sup>u</sup>. Essa ação confere legitimidade relacionada ao desempenho e impacto da organização (ATAACK, 1999; EDWARDS, 2000). A *implantação*<sup>u</sup> de onze *unidades*<sup>u</sup> além da *sede*<sup>d</sup> central foi *viabilizada*<sup>u</sup>, principalmente, por meio de *parcerias*<sup>p</sup> com *empresas*<sup>m</sup>. Essas mesmas grandezas baseiam também as *parcerias*<sup>p</sup> com *empresas*<sup>m</sup> do *programa de integração*<sup>p</sup> das *brigadas*<sup>u</sup> de incêndio. A *parceria*<sup>p</sup> com a CELESC é outra ação de legitimação relevante relacionada a desempenho e impacto orientada pelo modo por projeto e industrial, que visa à *sustentabilidade financeira*<sup>u</sup> da corporação.

O mundo industrial orienta, ainda, o *desenvolvimento*<sup>u</sup> de *curios formais*<sup>u</sup> de *capacitação*<sup>u</sup> de bombeiros, que se tornaram importante *ferramenta de recrutamento e seleção*<sup>u</sup>. Da mesma forma, os princípios da *economicidade*<sup>u</sup> e da *eficiência*<sup>u</sup> basearam importantes justificações nos processos de discussão e *aprovação*<sup>c</sup> de recentes mudanças na *legislação estadual*<sup>c</sup>, envolvendo a legitimidade legal do CBVJ (ATAACK, 1999; BROWN E JAGADANANDA, 2007; CIVICUS, 2010; EDWARDS, 2000). O valor da *tradição*<sup>d</sup> e *reputação*<sup>d</sup> da corporação, evidências do mundo doméstico, permeadas por manifestações de *paixão*<sup>i</sup> e *fervor*<sup>i</sup>, típicas do mundo da inspiração, também fizeram parte das principais justificações verbais e não verbais manifestadas nesses debates públicos. Esses processos de mudança na legislação, por sua vez, envolveram outras grandezas na coordenação das ações de mobilização, cuja finalidade era relacionada à legitimidade legal do CBVJ e das demais corporações civis voluntárias catarinenses. Por meio de ações orientadas por passarelas entre o mundo cívico e industrial, essas recorrentes *mobilizações*<sup>c</sup> foram sendo *aperfeiçoadas*<sup>u</sup> e *estruturadas*<sup>u</sup>, potencializando sua *efetividade*<sup>u</sup>.

As iniciativas relacionadas ao Bombeiro Mirim e à Banda dos Bombeiros são ações de legitimação que possuem a finalidade de reforçar a legitimidade da causa e valores expressos da organização (ATAACK, 1999; EDWARDS, 2000). Essas iniciativas evidenciam a coordenação pelo modo doméstico e da inspiração. Já a busca de *parcerias*<sup>p</sup> *públicas*<sup>c</sup> ou *privadas*<sup>m</sup> para *subvencionar*<sup>p</sup> essas *atividades*<sup>p</sup> é coordenada pelo modo orientado por projeto. Adicionalmente, o esforço para aumentar a *visibilidade*<sup>f</sup> desses *programas*<sup>p</sup> e da corporação, por meio de *apresentações*<sup>f</sup> em *eventos públicos*<sup>f</sup> caracteriza uma ação do modo da fama.

A associação de figuras *míticas*<sup>i</sup> ao *trabalho*<sup>u</sup> de bombeiro foi manifestada simbolicamente pelos entrevistados por meio da imagem

*heroica*<sup>i</sup> e *angelical*<sup>i</sup> que a *comunidade*<sup>c</sup> em geral alimenta acerca dos bombeiros e também na forma com que o bombeiro vê a si mesmo e suas relações com *colegas*<sup>d</sup> de atividade. Ações de legitimação coordenadas pelo modo da fama se traduziram em *campanhas*<sup>f</sup> *publicitárias*<sup>f</sup> *institucionais*<sup>c</sup> que exploraram essa perspectiva mítica<sup>i</sup>, em conjunto com a *tradição*<sup>d</sup> e *reputação*<sup>d</sup> dos bombeiros voluntários para aumentar o *reconhecimento*<sup>f</sup> da corporação junto à *opinição pública*<sup>f</sup>. Passarelas entre os mundos da fama, doméstico e da inspiração também orientam as *campanhas*<sup>f</sup> *telefônicas*<sup>f</sup> desenvolvidas pelo *Call Center* da entidade para buscar mais *associados*<sup>d</sup> e *doações*<sup>d</sup>.

No próximo item, apresento uma síntese dos principais esforços de coordenação das ações de legitimação analisadas até aqui, segundo os principais fatores que conferem legitimidade (FCL) ao CBVJ. Posteriormente, apresento as ações essenciais de legitimação identificadas e analiso os elementos constitutivos de racionalidade e tensões inerentes à coordenação dessas ações essenciais.

## 5.4 SÍNTESE DAS AÇÕES DE LEGITIMAÇÃO E FCL

Esta uma síntese das análises relativas ao processo de legitimação da inovação social estudada no caso do CBVJ. A partir da caracterização da inovação social, seu grau de novidade e do estágio de legitimação alcançado, a descrição das ações de legitimação e dos respectivos modos de coordenação empregados foi realizada de acordo com a lógica cronológica dos acontecimentos.

### 5.4.1 “Arquitetura” da comunidade dos fundadores

A descrição do caso foi iniciada por uma análise de maior proximidade dos fundadores do CBVJ com sua realidade, que caracteriza a “arquitetura” da comunidade em que eles se inseriam. Pela ótica do regime pragmático de familiaridade, foram apresentados indícios das características peculiares da “personalidade distribuída” dos imigrantes germânicos junto ao seu entorno, entre 1851 e 1892. Algumas das disposições pessoais, evidenciadas nos dados secundários levantados foram: (1) perseverança em relação às adversidades; (2) atitudes solidárias com a vizinhança; (3) disposição ao risco e ímpeto de progresso pessoal e material; (4) importância da disciplina e da ordem no meio familiar; e (5) energia para o trabalho também foi identificada

como um traço dos emigrantes, tanto nas lidas dentro das propriedades, quanto na vizinhança.

Foi caracterizada, portanto, a “arquitetura” da comunidade que fundou o CBVJ. Essa comunidade era formada por famílias que tinham em comum a esperança que a emigração seria uma chance de recomeçar suas vidas, com liberdade e condições de buscar novos e melhores caminhos. As adversidades de toda ordem impostas pela partida, viagem e adaptação na nova terra demandaram perseverança e o cultivo de relações solidárias na vizinhança imediata. A precária infraestrutura básica e difícil sustento pela lavoura foram os primeiros desafios superados. A mescla muito particular de formação e do perfil de liderança de seus membros, resultante de experiências pessoais e profissionais anteriores, também influenciou essa dinâmica de convívio e engajamento inicial. Ao mesmo tempo em que organizações associativas foram sendo instituídas e disciplinadas, foram mantendo o estado íntimo desses imigrantes e da trajetória pela qual eles se familiarizaram com sua vizinhança. As notícias e informações com a terra natal eram trocadas principalmente por meio de cartas entre familiares, que descreviam as singularidades de suas experiências naquela comunidade. Essas informações, em conjunto com as veiculadas pela mídia impressa, influenciaram a decisão de novas emigrações. Na comunicação direta entre os imigrantes germânicos da colônia, os dialetos iam se integrando em meio às relações personalizadas, e cada vez mais coesas, de seus membros, e um distanciamento em relação às demais etnias.

Finalmente, a noção do que é bom foi sendo, então, também moldada por hábitos fixos no seio das entidades, cujas iniciativas podem ser mais bem compreendidas pelo Regime da Ação Planejada. Nessa expansão da interação com a Colônia e perante ameaças recorrentes de incêndios, esses imigrantes fundam o CBVJ. Essa associação, diferentemente das demais, era voltada ao bem-estar de toda a cidade e não apenas do núcleo germânico.

#### **5.4.2 Principais ações de legitimação (1892 - 1952)**

As principais ações de legitimação, relacionadas direta ou indiretamente à coordenação do CBVJ foram classificadas de acordo com os principais fatores que conferem legitimidade (FCL) às organizações da sociedade civil, estudados e propostos por Krieger e Andion (2014): (1) desempenho e impacto de sua atuação (I), envolvendo também a comunicação dos resultados, prestação de contas

financeira e de resultados, e resposta aos *stakeholders* (principalmente financiadores); (2) validação dos procedimentos e métodos utilizados e a aderência às regras e normas formais da sociedade, envolvendo a adequação legal (L); (3) governança, atuação em espaço público e representatividade (G), envolvendo principalmente aspectos de governança como a prestação de contas geral, transparência, decisão compartilhada e o reconhecimento da sua representatividade e (4) causa e os valores (V) expressos pela organização, envolvendo a relevância da missão e valores da organização, além da forma com que lida com símbolos e mitos.

A partir de um extrato do Quadro 19, apresentado na caracterização dos estágios de legitimação da inovação social, o Quadro 21 apresenta as principais ações de legitimação dos seus primeiros anos de existência e respectivos fatores que conferem legitimidade (FCL).

Quadro 21: Principais ações de legitimação (1892 - 1952)

FCL	<b>Principais ações de legitimação, relacionadas direta ou indiretamente à coordenação do CBVJ</b>
L V L G/I G G/I V	(1) (1892) Fundação do CBVJ; (2) (1893 a 1894) Guarda da cidade durante a Revolução Federalista; (3) (1895) Resolução no. 16 do Conselho Municipal; (4) (1913) Inaugurada a primeira sede; (5) (1923) Acordo com proprietários de “autos-de-praça”; (6) (1938 a 1945) Distinção na Campanha de Nacionalização; (7) (1892 a 1952) Comandantes lideram pelo exemplo.  Legenda: (L) Adequação legal; (V) Valores e causa; (G) Governança e representatividade; (I) Impacto da atuação e desempenho.

Fonte: autor.

Resumindo a identificação dos FCL, apresentados por Krieger e Andion (2014), relacionados às principais ações analisadas, temos: a ação (1) fundação formal do CBVJ e a (3) promulgação da resolução no. 16 do Conselho Municipal são evidências da legitimidade relacionada à aderência às regras e normas formais da sociedade. Já a legitimidade relacionada a valores e aceitação foi testada na ação (2) de guarda da cidade no período da Revolução Federalista. A ação (4) de inauguração da primeira sede, assim com a ação (6) relacionada à distinção que o CBVJ recebeu entre as organizações de influência germânica, durante a Campanha de Nacionalização, envolvem tanto fatores relacionados à

representatividade e atuação em espaço público, como ao impacto e efetividade dos seus resultados. Ação (5) de acordo com proprietários de “autos-de-praça” para transporte gratuito dos bombeiros envolve os fatores de legitimidade relacionados à governança e representatividade na atuação em espaço público, como também ao desempenho da corporação. Finalmente, a ação constante representada pela (7) liderança pelo exemplo exercida pelos comandantes desse período se refere aos aspectos relacionados à causa e valores do CBVJ.

A coordenação das ações de legitimação da corporação, desde a fundação do CBVJ pelos imigrantes até o início da década de 50, parece ter sido predominantemente orientada pelo modo doméstico, inspiração e cívico. A partir da *entrega*<sup>i</sup> com que se *dedicavam*<sup>d</sup> à corporação foi se caracterizando a liderança pelo exemplo exercida pelos comandantes desse período. Nesse período, liderança hierárquica da corporação era exercida a partir dos comandantes: Victor Mueller (1892 - 1893); Felix Heinzelmann (1893 - 1897); Friedrich Stoll (1898 - 1933); Eugen Lepper (1933 - 1950) e o início do mandato de Albert Lepper (1950 - 1962). Portanto, a fórmula de compromisso entre o mundo doméstico e o da inspiração começa a ser evidenciada pela liderança desses sujeitos. A *convivência fraterna*<sup>d</sup> e *voluntária*<sup>d</sup> fortaleceu *historicamente*<sup>d</sup> a *paixão*<sup>i</sup> pela *causa*<sup>c</sup> que se tornou também *fervor*<sup>i</sup> pela *corporação*<sup>c/d</sup>. Essa *paixão*<sup>i</sup> é *cultivada*<sup>d</sup> em meio à convivência de *camaradagem*<sup>d</sup>, à valorização da *hierarquia*<sup>d</sup> e ao *respeito aos bons costumes*<sup>d</sup> e a tradição<sup>d</sup>. A *causa solidária*<sup>c</sup> de *proteger*<sup>d</sup> e *salvar*<sup>d/c</sup> *as vidas*<sup>i</sup> e *propriedade*<sup>m</sup> de *residentes*<sup>d</sup> é *formalmente*<sup>c</sup> expressa na finalidade *estatutária*<sup>c</sup> de *socorrer*<sup>d/c</sup> à *comunidade*<sup>c</sup>. Finalmente, a *eficiência*<sup>u</sup> da corporação sempre foi uma *preocupação*<sup>u</sup> evidenciada embora, inicialmente, estivesse aparentemente englobada pelas outras grandezas.

#### 5.4.3 Principais ações de legitimação (1952 - 1992)

Da mesma forma que a turbulenta *expansão*<sup>u</sup> *populacional*<sup>f</sup> começou a *transformar*<sup>u</sup> a *cidade*<sup>c</sup>, a partir da década de 50, a corporação teve que se *adaptar*<sup>p</sup> sob a ameaça de declínio de sua *reputação*<sup>d</sup> e *tradição*<sup>d</sup>. Isso ocorreria pelo *reconhecimento público*<sup>f</sup> de sua *ineficiência*<sup>u</sup> (não-grandeza industrial) no *cumprimento*<sup>u</sup> de sua *finalidade comunitária*<sup>c</sup> (declínio da grandeza cívica). A mesma lógica de declínio do modo cívico ocorreria pela hipótese de o Estado não cumprir seu papel social com eficiência.

Um importante teste enfrentado no período até o centenário, em 1992, foi a fragilidade da sustentabilidade financeira da corporação,

frente aos desafios de investimentos necessários para atender com eficiência uma cidade em franca expansão, principalmente durante os incêndios criminosos do final da década de 1980, a credibilidade acerca da eficiência da corporação foi posta à prova.

Em 1952, um grupo de empresários conhecidos como “a turma do chimarrão”, liderados por Valter Meyer, propôs uma intervenção no CBVJ. Muitas mudanças ocorridas na corporação, a partir de então, frequentemente orientadas por novos modos de coordenação da ação, também podem ser consideradas inovações, tanto no âmbito dos processos organizacionais como no das relações sociais intra e transorganizacionais.

Entre as principais ações apresentadas no Quadro 22, as que possuem natureza inovadora são: a (8) mudança da lógica de governança, dividindo as funções administrativas e institucionais (diretoria) e operacionais (comandante); (9) a criação da Comenda da Machadinha; a (11) inauguração do primeiro quartel; a (12) criação da primeira equipe remunerada, transformando a corporação na primeira com equipes mistas (voluntários e contratados) no Brasil; a (14) criação do primeiro programa de Bombeiro Mirim do país; a (16) operação do Centro de Atividades Técnicas com subvenção de recursos públicos municipais e a (17) descentralização das unidades operacionais por meio de parcerias com empresas.

Com exceção das ações (9) e (14), que conferem legitimidade relacionada à causa e valores, as demais ações citadas se relacionam à legitimidade da governança e ao reconhecimento de sua atividade. As ações (10), (15) (16) e (17) também envolvem aspectos que conferem legitimidade relacionada ao impacto da corporação e resposta aos *stakeholders*.

A maior articulação política e institucional promovida pela ação dos empresários ocasionou a inserção decisiva da entidade nas políticas públicas municipais relacionadas à prevenção e segurança contra incêndios. Essa inserção foi evidenciada nas ações (10), (13) e, principalmente, na ação (15) do Quadro 22. Todas essas ações conferiram maior legitimidade legal à corporação.

A partir de 1987, novos processos de mudança da governança ocorreram com a ACIJ assumindo o papel de mantenedora do CBVJ. Ainda com base no Quadro 22, a partir dessa ação (18), vieram as iniciativas (19) e (20). Enquanto as duas primeiras se relacionam exclusivamente a aspectos de governança, a última também envolve a legitimidade dos valores e impacto da atuação da entidade.

Quadro 22: Principais ações de legitimação (1952 - 1992)

FCL	Principais ações de legitimação, relacionadas direta ou indiretamente à coordenação do CBVJ
G	(8) (1952) Intervenção empresarial e campanha de revitalização;
V	(9) (1952) Criação da Comenda da Machadinha;
L/I	(10) (1953) Lei nº 381/53, que considera de utilidade pública o CBVJ;
G	(11) (1954) Inauguração do primeiro quartel;
G	(12) (1972) Criação da 1ª equipe remunerada;
L/G	(13) (1974 e 1982) Decretos nº 2904/1974 e 4590/1982 (COMDEC);
V	(14) (1984) Criação do Bombeiro Mirim;
L/G/I	(15) (1985) Lei nº 2027/85 Normatiza as atividades de prevenção;
G/I	(16) (1985) Inicia o Centro de Atividades Técnicas;
G/I	(17) (1982 a 2006) Criação de 11 unidades, além da central;
G	(18) (1987) A ACIJ assume a administração do CBVJ;
G	(19) (1990) Planejamento Estratégico para 10 anos;
G/I/V	(20) (1992 a 1993) Festejos e ações do Centenário.
	Legenda: (L) Adequação legal; (V) Valores e causa; (G) Governança e representatividade; (I) Impacto da atuação e desempenho.

Fonte: autor.

Vimos, portanto, que a partir da intervenção empresarial na corporação, um esforço de múltiplas ações coordenadas principalmente pelo modo industrial, estabeleceu passarelas com o regime orientado por projeto, além do mundo cívico, o doméstico e o da fama para garantir a legitimidade do desempenho e impacto dos resultados da entidade, muito abalada durante a crise financeira no início dos anos 50 e no período dos incêndios criminosos, no final da década de 70. Observa-se, então, que nos períodos em que a coordenação da ação do CBVJ evidenciou estados de não-grandeza do modo industrial, a classe empresarial interveio. Reunindo esforços que visavam principalmente à *sustentabilidade financeira*<sup>u</sup> e à *eficiência organizacional*<sup>u</sup>, a entidade *publicizou*<sup>f</sup> os *valores da tradição*<sup>d</sup>, ainda *habitualmente*<sup>d</sup> *cultivados*<sup>d</sup> pelos comandantes, em busca do *reconhecimento da opinião pública*<sup>f</sup>.

Entre 1952 e 1992, receberam destaque dos entrevistados, os comandantes Henry Schmalz e, principalmente, Arthur Zietz pelo *comprometimento*<sup>d</sup> e *liderança pelo exemplo*<sup>d</sup>. O presidente José Henrique Carneiro de Loyola também foi citado como um dos símbolos da entidade pela preocupação com a *eficiência*<sup>u</sup> e de suas iniciativas “*visionárias*”<sup>1</sup> (informação verbal).

O modo da inspiração continuou presente, evidenciado no “espírito”<sup>si</sup> do voluntariado<sup>d</sup> e na *atividade*<sup>u</sup> “bombeiril”, tanto pela *entrega*<sup>i</sup> e *paixão*<sup>i</sup> dos *líderes*<sup>du</sup> como também dos bombeiros *operacionais*<sup>u</sup> em suas atividades, o mundo da inspiração continua dando suporte a passarelas com outros modos de coordenação ao estimular, por exemplo, o *comprometimento*<sup>d</sup> e a *energia para o trabalho*<sup>u</sup>, características típicas dos mundos doméstico e industrial, respectivamente.

#### **5.4.4 Principais ações de legitimação (1992 - 2014)**

Finalmente, entre 1992 e início de 2014, o CBVJ passou novamente por múltiplos testes de legitimação e os enfrentou também com uma variedade de modos de coordenação da ação. O Quadro 23 apresenta as principais ações de legitimação desse período. As ações relacionadas à aderência à legislação foram marcantes, principalmente na última década, em resposta às mobilizações dos bombeiros militares, que afetaram a autonomia e o acesso a recursos públicos por parte das corporações civis voluntárias.

O fato de o CBVJ ter apoiado, desde a sua fundação, o surgimento de outras corporações voluntárias e, principalmente, ter articulado a criação de uma entidade representativa do segmento são aspectos que conferem legitimidade relacionada à representatividade e à governança. Essas ações (22) e (29) forneceram uma base coletiva de articulação às importantes ações de legitimidade legal (28) e (32).

Mas foram as ações relacionadas ao desempenho e impacto da atuação da entidade que mais apoiaram a sua legitimidade, nesse período. Desde parceiras com concessionárias públicas (23), convênios com o município (21) e (31), aprovação de leis estaduais (28) e (32), passando também por campanhas institucionais (26) e ações de investimento na qualificação da equipe (25) e (30), todas essas ações influenciaram os ampliar os resultados e impactos da ação da corporação. Finalmente, iniciativas relacionadas à maior legitimidade da causa e valores foram realizadas por meio das ações (24) e (27).

Quadro 23: Principais ações de legitimação (1992 - 2014)

FCL	Principais ações de legitimação, relacionadas direta ou indiretamente à coordenação do CBVJ
L/G/I	(21) (1994) Decreto nº 7357 Sistema Integrado de Assistência Médica de Emergência (SIAME);
G	(22) (1994) Fundação da ABVESC;
G/I	(23) (1996) Convênio com a CELESC;
V	(24) (1997) Criação do Museu Nacional do Bombeiro;
I/G	(25) (1998) Curso de formação de bombeiros;
I	(26) (2006) Campanha institucional “Anjos”;
V	(27) (2006) Reconstituição da Banda dos Bombeiros;
L/G/I	(28) (2012) Aprovação da Emenda Constitucional no. 60 de 2012;
G	(29) (1892 a 2013) O CBVJ apoia tecnicamente a fundação e operação de diversas corporações voluntárias dentro e fora do Estado;
G/I	(30) (2013) Inauguração do Centro de Ensino e Instrução;
L/G/I	(31) (2013) Decreto nº. 21.265/2013 que integra o CBVJ ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM);
L/G/I	(32) (2013) Aprovação da lei nº 16.157, de 7/11/13, que dispõe sobre as normas e os requisitos para a segurança contra incêndio.
Legenda: (L) Adequação legal; (V) Valores e causa; (G) Governança e representatividade; (I) Impacto da atuação e desempenho.	

Fonte: autor.

O modo industrial, por meio de passarelas como o regime de projeto baseia, nesse período ações como: o *planejamento*<sup>u</sup> e *execução*<sup>u</sup> de *parcerias*<sup>p</sup> para a *descentralização*<sup>u</sup> da *operação*<sup>u</sup>; o *programa de integração*<sup>p</sup> das *brigadas*<sup>u</sup> de incêndio e a *parceria*<sup>p</sup> com a CELESC. O mundo industrial orienta, ainda, o *desenvolvimento*<sup>u</sup> de  *cursos formais*<sup>u</sup> de *capacitação*<sup>u</sup> de bombeiros e utilização como *ferramenta de recrutamento e seleção*<sup>u</sup>.

O modo cívico de coordenação da ação de *mobilização*<sup>c</sup> contou com *mecanismos*<sup>u</sup> mais bem *estruturados*<sup>u</sup> coma finalidade de garantir os *resultados*<sup>u</sup> de *votações*<sup>c</sup>. Sendo assim, podemos afirmar que os *métodos*<sup>u</sup> *efetivos*<sup>u</sup> de *mobilização*<sup>c</sup> contaram com a influência do modo industrial. Ainda relacionando passarelas com o mundo industrial, os princípios da *economicidade*<sup>u</sup> e da *eficiência*<sup>u</sup> baseiam as justificações nos processos de discussão e *aprovação*<sup>c</sup> de mudanças na *legislação estadual*<sup>c</sup>.

A *tradição*<sup>d</sup> e *reputação*<sup>d</sup> da corporação, evidências do mundo doméstico, estimuladas pela *paixão*<sup>i</sup> nas ações do dia a dia, típicas do mundo da inspiração, também fizeram parte das principais justificações

verbais e não verbais manifestadas nesses debates públicos. Por meio de ações orientadas por passarelas entre o mundo cívico e industrial, múltiplas *mobilizações*<sup>c</sup> foram *estruturadas*<sup>u</sup> com *efetividade*<sup>u</sup>.

Os mundos da inspiração e doméstico continuaram orientando as ações de legitimação relacionadas à causa e aos valores do CBVJ. Contudo, nesse último período analisado, a legitimação pela coordenação dos modos industrial e suas passarelas com o modo orientado por projeto, o cívico e da fama parecem ter englobado a coordenação do mundo doméstico e da inspiração. Esse fenômeno de englobamento não necessariamente diminui a intensidade da manifestação dos elementos dos mundos englobados. Com base da descrição do caso e no aparente consenso entre os membros do CBVJ, observa-se que persiste uma *aura*<sup>i</sup> *mítica*<sup>i</sup> relacionada ao bombeiro, na percepção da população e na própria forma como eles se veem, além da *paixão*<sup>i</sup> pela causa, manifestada por seus membros.

Neste último bloco de ações de legitimação, evidências de estados de não-grandeza industrial e de projeto também foram observadas nas disputas e processos de desvelamento público. A corporação teria, então, novos dispositivos de compromisso legitimados. Podemos afirmar que houve uma nova ordenação dos modos de coordenação das ações de legitimação após a intervenção empresarial. Essa relação das principais grandezas estaria sendo coordenada, atualmente, a partir do modo industrial e de projetos, englobando os mundos da fama, cívico, doméstico e da inspiração.

## 5.5 ANÁLISE DOS ELEMENTOS DE RACIONALIDADE

As análises realizadas até aqui buscaram descrever o processo de legitimação da inovação social relacionada ao CBVJ. Nesse esforço, tentamos compreender a forma com que os atores sociais acessaram sua realidade e coordenaram as ações de legitimação dessa inovação social. Restava estudar os elementos constitutivos de racionalidade e respectivas tensões envolvidas na coordenação dessas ações de legitimação.

Com o apoio da IPER proponho um aprofundamento da compreensão dos modos de coordenação das ações de legitimação estudadas. É importante ressaltar que nossa tentativa de abordagem estabelece, como pressuposto, a capacidade da *phronesis*, definida deste estudo como a competência intelectual para julgar e deliberar em situações variáveis, tendo o bem comum como axioma e um espectro de boa vida como finalidade ulterior.

Relembro também que os quatro elementos constitutivos de racionalidade analisados são: *finalidade*, *julgamento ético*, *avaliação* e *entendimento*. A constituição desses elementos de racionalidade é explicada no item 4.2.3.1.

Após identificar e analisar todas as 32 ações justificáveis situadas em seus contextos é possível concluir que, com exceção da primeira ação, que criou a corporação, existe certa convergência de *finalidades* entre as demais ações de legitimação. Essa conclusão inicial é resultado da reflexão acerca da *finalidade* da coordenação da ação, proposta em nossa abordagem:

- Para que essa ação foi coordenada? Qual perspectiva do espectro de boa vida constitui o escopo da coordenação da ação? Qual a *finalidade* da coordenação da ação?

O conjunto das ações estudadas pode ser representado, então, por apenas três esforços de coordenação da ação, com base na convergência entre suas respectivas *finalidades*. Ressalta-se novamente que, de acordo com nossa proposta de abordagem, essas *finalidades* não são isoladas nem tampouco estanques. Elas representam, aparentemente, qual a perspectiva principal de boa vida pretendida pelo(s) sujeito(s) que coordena(m) a ação de legitimação.

O Quadro 24 apresenta a relação de todas as principais ações de legitimação estudadas com as ações essenciais (AE) de legitimação a que se referem. Respectivamente, apresento as *finalidades* pretendidas pelo(s) sujeito(s) na coordenação dessas ações essenciais de legitimação:

- Longevidade da tradição e do voluntariado no CBVJ;
- Reconhecimento da eficiência e confiabilidade da operação, além da garantia da sustentabilidade material do CBVJ;
- Representatividade e legitimidade legal do CBVJ.

A partir dessas *finalidades* comuns foram identificados, então, os três de esforços de coordenação de ações de legitimação empreendidos pelos atores sociais, que chamo de ações essenciais (AE) de legitimação. Entre todas elas existem intersecções, como pode ser constatado pelo Quadro 24.

- A. Cultivo da tradição do CBVJ e do voluntariado;**
- B. Desenvolvimento da eficiência e busca da sustentabilidade das operações do CBVJ;**
- C. Articulação para a legitimidade legal e maior representatividade do CBVJ e do seu segmento.**

Quadro 24: Relação entre ações de legitimação e AE's

AE	Resumo das principais ações de legitimação relacionadas direta ou indiretamente à coordenação do CBVJ.
-	(1) (1892) Criação do CBVJ;
A	(2) (1893 a 1894) Guarda da cidade durante a Rev. Federalista;
C	(3) (1895) Resolução no. 16 do Conselho Municipal;
A	(4) (1913) Inaugurada a primeira sede;
B	(5) (1923) Acordo com proprietários de “autos-de-praça”;
A	(6) (1938 a 1945) Distinção na Campanha de Nacionalização;
A	(7) (1892 a 1952) Comandantes lideram pelo exemplo;
B	(8) (1952) Intervenção empresarial e campanha de revitalização;
A	(9) (1952) Criação da Comenda da Machadinha;
C	(10) (1953) Lei nº 381/1953, utilidade pública do CBVJ;
A	(11) (1954) Inauguração do primeiro quartel;
B	(12) (1972) Criação da 1ª equipe remunerada;
C	(13) (1974 e 1982) Decretos nº 2904/74 e 4590/82 (COMDEC);
A	(14) (1984) Criação do Bombeiro Mirim;
C	(15) (1985) Lei nº 2027/1985 (Lei do bombeiro)
B	(16) (1985) Início do Centro de Atividades Técnicas;
B	(17) (1982 a 2006) Criação de 11 unidades, além da central;
B	(18) (1987) A ACIJ assume a administração do CBVJ;
B	(19) (1990) Planejamento Estratégico para 10 anos;
B/C/A	(20) (1992 a 1993) Festejos e ações do Centenário;
C	(21) (1994) Decreto nº 7357 (SIAME)
C	(22) (1994) Fundação da ABVESC;
B	(23) (1996) Convênio com a CELESC;
A	(24) (1997) Criação do Museu Nacional do Bombeiro;
B	(25) (1998) Curso de formação de bombeiros
B	(26) (2006) Campanha institucional “Anjos”;
A	(27) (2006) Reconstituição da Banda dos Bombeiros
C	(28) (2012) Aprovação da Emenda Constitucional no. 60 de 2012
C	(29) (1892 a 2013) Apoio técnico a diversas corporações voluntárias;
B	(30) (2013) Inauguração do Centro de Ensino e Instrução;
C	(31) (2013) Decreto nº. 21.265/2013
C	(32) (2013) Aprovação da lei nº 16.157, de 7/11/13

Fonte: autor.

#### Legenda

- A. Cultivo da tradição e do voluntariado;
- B. Desenvolvimento da eficiência e sustentabilidade das operações;
- C. Articulação para a legitimidade legal e maior representatividade.

Salienta-se que esta análise não pretende sugerir alguma ordem de importância ou prioridade de uma AE sobre outra, sendo que todas devem ser consideradas fundamentais ao processo de legitimação da inovação social estudada. O intuito é compreender, em maior profundidade, as *finalidades* envolvidas, os princípios que orientam o *juízo ético*, a *avaliação* dos benefícios pretendidos na coordenação e, finalmente, a dinâmica do *entendimento* e rearranjo dos modos de coordenação que resultaram nos acordos legitimados, além das tensões entre esses elementos racionais envolvidos.

Em torno das três *finalidades* da coordenação da ação de legitimação se caracterizam, respectivamente, as AE (A), (B) e (C). Os demais elementos racionais do *juízo ético*, da *avaliação* e do *entendimento* são também estudados com base nessas três ações essenciais. Relembro, que, segundo a proposta da IPER, esses três elementos adotados envolvem, respectivamente, as reflexões abaixo:

- Qual noção de bem comum orienta a coordenação da ação? Qual o *juízo ético* envolvido?
- De que forma é reconhecida a grandeza do benefício relacionado à finalidade? Qual a *avaliação* racional empregada?
- Como se estabeleceram os dispositivos de compromisso que legitimam a ação? Qual foi o *entendimento* alcançado?

O *entendimento* estabelecido nos dispositivos de compromisso possui caráter provisório, devido à frequente dinâmica de críticas, controvérsias e disputas envolvendo a legitimação de inovações sociais (FONTAN, 2011; BIGNETTI, 2011). Proponho, então, ao final da análise dos aspectos racionais de cada AE, algumas reflexões acerca das tensões envolvidas no processo de coordenação dessas ações essenciais de legitimação. Essas reflexões sobre a tensão racional se baseiam nas questões abaixo, de acordo com nossa proposta de abordagem.

- Quais as tensões que permearam a construção dos acordos de legitimação? Foram evidenciados estados de não-grandeza ou declínio? De que forma o acordo de legitimação se relaciona com essas tensões?

### 5.5.1 Cultivo da tradição e do voluntariado

Iniciamos nossa análise dos aspectos racionais pela ação essencial de legitimação que representa o *hau*<sup>19</sup> da inovação social estudada. Foi a partir de uma intervenção voluntária, pioneira no Brasil, que imigrantes de origem notadamente germânica decidiram empreender uma ação coletiva para enfrentar, em 1892, a ameaça ocasionada pelos recorrentes incêndios na cidade.

Conforme observado na análise do caso, a coordenação da ação de fundação do CBVJ, não incluía apenas o mundo cívico. Embora o bem-estar geral seja um princípio superior comum evidenciado na coordenação dessa ação de legitimação, o mundo doméstico, também faz parte do julgamento ético relacionado à coordenação dessa ação.

Princípios superiores comuns do mundo cívico orientaram os fundadores a decidirem pela solução de organizar uma entidade *associativa*, *formalizar* um *estatuto*, *eleger* democraticamente seus *representantes* e estabelecer uma finalidade relacionada ao *bem-estar geral*. Todavia, é possível afirmar que a busca desse bem-estar geral, desde a fundação, englobava também princípios do mundo doméstico evidenciado pelo *engendramento* dos membros de acordo com a *tradição* do modelo *voluntário* germânico de corporação. Essa tradição envolvia a *valorização da honra* e *dos bons costumes*, do *respeito à hierarquia*, da *disciplina*, da *camaradagem*, da *identidade com a sede local*, além da prática do *voluntariado*. Em resumo, o *julgamento ético* aparentemente presente na coordenação da ação de criação do CBVJ foi orientado pelos princípios superiores comuns do *bem-estar geral* e o *respeito à tradição*.

Em 13 de julho de 1892 os líderes da comunidade decidiram, então, formar uma associação cujo estatuto estabelecia, no primeiro parágrafo: “*der Zweck der Joinvillenser Freiwilligen Feuerwehr ist Schutz und Rettung von Leben und Eigentum der Bewohner bei Schadenfeuer*” (A finalidade do Corpo de Bombeiros Voluntários Joinvilense é proteger e salvar as vidas e propriedade de residentes contra danos de fogo) (CBVJ, 1892).

Já a ação 2 do Quadro 24, que se refere à guarda da cidade durante a Revolução Federalista, não era prevista na finalidade estatutária da corporação. Contudo, também é baseada em princípios

---

<sup>19</sup> Mauss (2003) define o *hau* como o “espírito da coisa”. Para o autor, um presente ou dádiva é composto pela parte material e pelo *hau*.

como o bem-estar geral e o respeito aos bons costumes dos mundos: cívico e doméstico, respectivamente.

#### 5.5.1.1 Finalidade na AE (A)

Na coordenação das ações de legitimação de números 4, 6, 7, 9, 11, 14, 20, 24 e 27 o cultivo da tradição e do voluntariado passa a ser a *finalidade* principal em comum. A partir dessas ações é possível identificar passarelas da coordenação do modo doméstico com o mundo da inspiração. Na ação 7, que se refere à liderança dos comandantes pelo exemplo, a coordenação da ação se orienta primariamente pelo mundo doméstico. Os comandantes eleitos eram geralmente os mais velhos e experientes, que estavam na corporação há *gerações*<sup>d</sup> e que reforçavam, com isso, a *tradição*<sup>d</sup> e a *hierarquia*<sup>d</sup> da corporação. A atitude de entrega desses comandantes, evidência do mundo da inspiração, se refere mais aos subordinados do que à causa. Boltanski e Thevenot (2006, p.171, GRIFO ORIGINAL) explicam um pouco da lógica de liderança do mundo doméstico, que pode ser apropriada à relação entre comandantes e subordinados do CBVJ (observação direta):

*The more worthy constitute the very being of the less worthy: **hierarchical** superiors supply the worth of inferiors and define their identity. **Leaders** are thus the honor of **subordinates**. Conversely, the less worthy, who share by way of personal dependence in the worth of those to whom they are **subordinated**, are part of the more worthy who include them and who bear responsibility for them. The two groups are not separate from one another, but rather **of the same flesh**.*

Saliento que os sujeitos de maior grandeza relacionados à coordenação da AE (A) são os comandantes. Isso não quer dizer que os diretores, conselheiros, sócios contribuintes ou os próprios bombeiros ativos não tenham valor relacionado a essa ação essencial, mas que os comandantes detêm a maior grandeza entre esses sujeitos, a partir da lógica do mundo doméstico. Nesse sentido, um dos entrevistados recém-formados alegou que: “a diretoria zela pela reputação da corporação. Sempre que tem algo que denigra a imagem da corporação, eles levam o assunto para a reunião para que isso não venha a ocorrer mais” (informação verbal). Observa-se, no entanto, que os diretores, orientados

principalmente pelo modo industrial e fama, em seu papel institucional, se preocupam com a *reputação*<sup>d/f</sup> *externa*<sup>f</sup> que se transfere pela *imagem*<sup>f</sup> e *credibilidade técnica*<sup>u</sup> da corporação perante a *opinião pública*<sup>f</sup>. Enquanto os comandantes, tanto os anteriores (voluntários) como o atual (que é contratado), são os responsáveis maiores pela *reputação*<sup>d</sup> construída na organização a partir do modo doméstico. Essa grandeza do modo doméstico é evidenciada na *liderança pelo exemplo*, nas *práticas cotidianas de valorização do voluntariado*, no *cultivo dos bons costumes*, na *disciplina*, na *camaradagem* e no *respeito à hierarquia*. Enfim, a *preservação da tradição e do voluntariado*<sup>d</sup> se traduz na *finalidade* da AE (A).

#### 5.5.1.2 Julgamento ético na AE (A)

O *juízo ético* relacionado à coordenação da AE (A) envolve, portanto, passarelas entre os modos: doméstico e da inspiração. Contudo, a preocupação com a *finalidade* cívica da corporação, além da importância da eficiência dos procedimentos técnicos necessários ao bom cumprimento da atividade “bombeiril”, também fazem parte desse *juízo ético*, mesmo que em níveis englobados pelo mundo doméstico e o da inspiração. Relembro que os contextos em que esses princípios superiores comuns são evidenciados e orientaram a coordenação da ação já foram detalhados na descrição do caso. Em resumo, os princípios que orientam o julgamento ético na coordenação da AE (A) são: a *tradição*<sup>d</sup>; o respeito à *hierarquia*<sup>d</sup>; a valorização do *voluntariado*<sup>d</sup>; a *paixão* e *entrega*<sup>i</sup> pela corporação, seus membros e sua causa; a preocupação com o *bem-estar geral*<sup>d</sup> e a importância da *eficiência*<sup>d</sup>.

#### 5.5.1.3 Avaliação na AE (A)

Com base na observação direta, notei que o elemento *de avaliação* presente na coordenação dessa ação essencial envolve, primeiramente, o grau de confiança e respeito nas relações interpessoais. Ao coordenar as ações que têm o cultivo da tradição e do voluntariado como finalidade, os atores sociais avaliam a possibilidade de aumentar a confiança e a camaradagem, o comprometimento ao voluntariado, o respeito à tradição e bons costumes como benefícios à coletividade. Além disso, a passarela com o mundo da inspiração insere a possibilidade de gerar maior entrega e inspiração por parte dos seus

membros, como foi descrito ao longo do caso. Esses dois modos de avaliação englobam e, ao mesmo tempo, são complementados por um terceiro, que diz respeito à possibilidade de aumento do nível do bem-estar geral da comunidade, como benefício da coordenação dessa ação essencial. Finalmente, coordenado pelo mundo industrial, o nível de padronização e eficiência dos procedimentos ligados à operação e manutenção de seus equipamentos também é evidenciado na descrição do caso como modos de *avaliação* presente na coordenação da ação.

#### 5.5.1.4 Entendimento na AE (A)

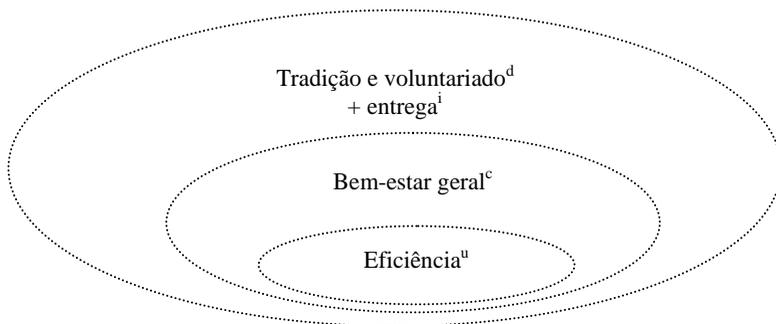
O *entendimento* legitimado pelos atores sociais na coordenação da AE (A) pode ser caracterizado pelo englobamento da lógica do mundo industrial pelo cívico e ambos, pelas lógicas do mundo doméstico e da inspiração. São vários os dispositivos de compromisso internos e externos que evidenciam essa dinâmica holárquica (KÜPERS; STATLER, 2008; EDWARDS, 2005) do *entendimento*. Pela lógica dumontiana do Englobamento dos Contrários (DUMNOT, 2008), os princípios superiores comuns de *valorização da tradição e do voluntariado*<sup>d</sup>, com suas passarelas com o mundo da inspiração, evidenciadas pela *entrega*<sup>i</sup> dos seus *comandantes*<sup>d</sup>, englobam o princípio superior comum do *bem-estar geral*<sup>c</sup>. Este, por sua vez, engloba a preocupação com a *eficiência*<sup>u</sup> no *cumprimento*<sup>u</sup> de suas *atividades*<sup>u</sup>.

Os dispositivos de compromisso legitimados por esse *entendimento* envolvem não somente as principais ações citadas neste item. Os acordos legitimados entre esses quatro mundos tomam forma de projetos, estruturas, dinâmicas de relacionamento, rotinas, cerimônias, objetos, etc. São exemplos desses acordos: a importância dada à sede própria da corporação; a criação do Bombeiro Mirim e da Banda dos Bombeiros; a manutenção da linha de comando exclusiva de voluntários; a criação da Comenda da Machadinha; a prática rotineira de proclamação do brado “Um por todos e todos por um! Em nome de Deus e em defesa do próximo!” no início de cada escala; o acordo com os proprietários de “autos-de-praça” para transporte gratuito dos bombeiros; os procedimentos organizados e padronizados das atividades.

A Figura 11 representa uma tentativa de demonstrar a dinâmica entre essas principais grandezas envolvidas no *entendimento*, à luz da teoria do Englobamento dos Contrários (DUMONT, 2008). Essa figura, com algumas variações em determinadas situações, pode representar um

panorama da inter-relação das principais grandezas que orientaram a coordenação das ações de cultivo da tradição e estímulo ao voluntariado.

Figura 11: Entendimento legitimado na AE (A)



Fonte: autor.

Partindo-se do lado externo da figura, a dimensão mais ampla ilustra a passarela entre os princípios da *tradição* e *voluntariado* do modo doméstico, com a *entrega*, atribuída aos sujeitos que valorizam a *liberdade de espírito*, do mundo da inspiração. Esses elementos englobam, na parte interna, o *bem-estar geral*, princípio superior do mundo cívico que, por sua vez, engloba a *preocupação com a eficiência* dos *procedimentos* e preservação dos *instrumentos* e *equipamentos* utilizados na *operação*.

Para reforçar a importância dessa ação essencial de legitimação para o CBVJ, o inciso “a” do artigo primeiro do estatuto social em vigor explicita a preocupação com o regime de voluntariado nos objetivos, enquanto os incisos “f” e “g” também se referem a essa AE (CBVJ, 2011, p. 0):

- a) manter um corpo de cidadãos que, com especial empenho e sob o regime de voluntariado, esteja pronto para execução dos serviços de combate a incêndios; busca e salvamento; prestações de socorros em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas;
- b) exercer outras atividades de apoio e socorro à comunidade;
- c) participar das ações que lhe forem confiadas pelas autoridades e órgãos locais de defesa civil;

- d) executar tarefas de prevenção contra sinistros inclusive realizar, quando autorizada pelos órgãos competentes, vistorias e laudos técnicos;
- e) cooperar com os bombeiros militares, com a polícia Militar, com o SAMU e com as brigadas internas contra incêndios mantidas pelas empresas privadas ou órgãos públicos;
- f) manter uma Sede Social para promover a solidariedade entre as pessoas e o sadio companheirismo entre os bombeiros em geral;
- g) cultivar o sentimento de respeito e prestígio das autoridades constituídas inclusive participar de desfiles e atividades cívicas em geral;
- h) incentivar a constituição de Corpos de Bombeiros Voluntários em outros municípios;
- i) instalar e manter em funcionamento o Museu Nacional dos Bombeiros;
- j) instalar e manter em funcionamento Unidades Regionais no Município de Joinville;
- k) manter um centro de treinamento integrado para a formação e treinamento de seu corpo ativo, dos demais bombeiros voluntários e de brigadas de empresas privadas, bem como da população em geral.

#### 5.5.1.5 Tensões envolvidas na AE (A)

Observa-se o marcante aumento da complexidade da finalidade estatutária atual da corporação, em relação à descrita no estatuto de 1892. Essa complexidade é tanto resultado das mudanças nas exigências legais como das transformações da realidade da população e suas necessidades.

A dinâmica aparentemente idílica relacionada ao *juízo ético* e ao *entendimento* da AE (A) não é livre de tensões. As tensões surgem nos âmbitos interno e externo da organização. Internamente, um dos focos de tensão racional é ocasionado pela presença de múltiplas grandezas na coordenação de ações envolvendo as diferentes linhas de comando da corporação, uma constituída por equipes de bombeiros voluntários e outra por equipes de bombeiros efetivos. Enquanto a coordenação da ação no comando das equipes de voluntários se orienta pela dinâmica de entendimento ilustrada na Figura 11, a dinâmica de entendimento das relações de trabalho no comando da equipe de

bombeiros contratados, como observado na descrição do caso, configura grandeza mais proeminente do mundo industrial.

Outra fonte de tensão racional no âmbito organizacional, evidenciada pela diferença no arranjo de grandezas, se relaciona aos elementos racionais na coordenação da ação dos recém-formados no curso preparatório. Com base nas entrevistas e observação direta, observou-se uma maior presença do mundo industrial e de projeto no *juízo ético* envolvendo a decisão de ingressar na corporação. Em geral, foi observado o elemento *entendimento* relacionado à *formação*<sup>u</sup> e *empregabilidade*<sup>p</sup> englobando outras grandezas como o desejo de *viver experiências inusitadas*<sup>i</sup> e a *solidariedade com a causa de bem-estar geral*<sup>c</sup>. Sendo assim, a *avaliação* da decisão desses estagiários envolveu, prioritariamente, aspectos como a *valorização da experiência profissional*<sup>u</sup>, o *grau de empregabilidade e da expansão da rede profissional*. Subordinado holarquicamente a esses aspectos surge também a *possibilidade de experimentar situações inesperadas*<sup>i</sup> e o *grau de contribuição ao bem-estar geral*<sup>c</sup> que a atividade “bombeiril” proporciona. Já as contatações acerca das grandezas que orientaram esses mesmos elementos racionais na ação dos bombeiros voluntários mais antigos, revelam, em resumo, a proemiência do mundo doméstico. O tipo de *avaliação* mais comum observado nos depoimentos dos membros do Grupo da Tradição foi o grau de importância da relação familiar ou de amizade com o membro da corporação que realizou o convite de ingresso na instituição. Além disso, a reputação e tradição da corporação em si, inspirava uma relação de pertencimento e orgulho com a corporação, aparentemente desconectada de sua realidade profissional. A constatação dessas diferenças entre grandezas na análise dos elementos de racionalidade não infere, necessariamente, problemas diretos de relacionamento entre esses dois grupos na corporação. A maior evidência dos impactos da tensão originada por esses elementos pode ser constatada pela alta rotatividade dos novos estagiários voluntários, recrutados pelo curso de formação, em relação aos voluntários, cujo ingresso foi orientado pelo modo doméstico.

Já no âmbito externo, a coordenação das ações de legitimação nos episódios da Revolução Federalista e durante a Campanha de Nacionalização caracterizam os testes mais marcantes desse modelo orientado a partir do mundo doméstico. Além disso, a rápida e densa transformação da realidade da cidade alterou, de forma turbulenta, as necessidades relacionadas ao bem-estar da população, cujo tamanho passou de 30 mil para 515 mil habitantes entre 1950 e 2014.

Consequentemente, o modo de coordenação da ação e os dispositivos de compromisso legitimados foram postos à prova pelos crescentes desafios relacionados à *eficiência*<sup>u</sup> e *cobertura*<sup>u</sup> das *operações*<sup>u</sup>.

Enfrentando ciclicamente diversas crises financeiras e institucionais, o CBVJ precisaria de bombeiros em maior número e mais bem qualificados. Além disso, também seriam necessários contínuos investimentos na atualização tecnológica de equipamentos, na frota de veículos, e na adequabilidade das estruturas. Todos esses desafios testaram principalmente os acordos, até então, legitimados a partir da forma doméstica de governança da organização. O estado de não-grandeza do mundo industrial foi denunciado primeiramente na década de 50 pela limitada *perspectiva de futuro* em relação à sustentabilidade material da corporação. Mais tarde, durante os incêndios criminosos do final da década de 1970, a credibilidade acerca da eficiência da corporação foi posta à prova. Tanto a *preocupação com o futuro* quanto a *eficiência e credibilidade das operações* são princípios superiores comuns do mundo industrial.

Não obstante a *entrega*<sup>i</sup> dos seus *líderes*<sup>d</sup> e *membros*<sup>c</sup>, a *tradição*<sup>d</sup> da corporação *voluntária*<sup>d</sup> estaria ameaçada pelo não *cumprimento efetivo*<sup>u</sup> de sua finalidade *cívica*<sup>c</sup>. As intervenções dos empresários do “grupo do chimarrão” e, posteriormente, da ACIJ ensejariam novos modos de coordenação das ações de legitimação, frente ao estado de não-grandeza do modo industrial. Início a análise dos aspectos racionais envolvidos na coordenação das ações de legitimação frente à realidade emergente, pela AE (B), que busca garantir a eficiência e a sustentabilidade das operações do CBVJ.

### **5.5.2 Desenvolvimento da eficiência e busca da sustentabilidade das operações**

Como já mencionado, a ordem dessa lista de Ações Essenciais de legitimação não infere um ranqueamento de relevância ou priorização. Apenas estabelece uma organização, aparentemente cronológica, para a análise mais fluida das relações entre elas. A coordenação da AE (B) se caracteriza por um rearranjo da ordem de grandezas estabelecida na AE (A). Ela também possui *finalidades* distintas da primeira Ação Essencial analisada.

### 5.5.2.1 Finalidade na AE (B)

Como observado, a partir da década de 50, embora a corporação ainda possuísse uma operação superavitária, sua capacidade de investimentos para fazer frente às necessidades da população começou a se tornar incompatível com o crescimento da cidade (TERNES, 2007). Esse contexto estimulou os esforços relacionados à AE (B), cuja finalidade se refere ao reconhecimento público da eficiência, além da garantia da sustentabilidade das operações do CBVJ. A partir da crise de 1952, há relatos de problemas de insuficiência financeira, tecnológica ou estrutural em todas as demais décadas. Nesses momentos de crise material que também ameaçava a eficiência operacional, a coordenação das ações de legitimação relativas a essa ação essencial foi atribuída principalmente aos empresários (TERNES, 2007).

Se por um lado, afirmamos que os sujeitos de maior grandeza da AE (A) são os comandantes, as demais Ações Essenciais têm os empresários como atores sociais de maior valor, mesmo que, em muitas das ações de legitimação, tenham os comandantes ao seu lado. Relembro que essa constatação não implica diretamente que a coordenação da ação foi sempre orientada pelo modo industrial ou de mercado. Como já alertamos anteriormente, a natureza do ator social, seja este um indivíduo ou uma organização, não corresponde estritamente a um modo de coordenação. As organizações empresariais, inclusive, costumam envolver múltiplos modos de coordenação em suas ações e interações internas e externas (THÉVENOT, 2001b, BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006; STARK, 2011).

No caso específico da AE (B), as *finalidades* relacionadas à eficiência operacional e à sustentabilidade material da corporação envolveram passarelas do mundo industrial com os mundos: orientado por projeto, cívico, doméstico e da fama. A entrega e paixão continuariam presentes nessa AE, englobadas, contudo, por essas passarelas coordenadas pelo modo industrial.

De acordo com o Quadro 24, ressalto quatro entre as principais ações de legitimação que podem ser consideradas como mais marcantes na AE (B). Primeiramente, a (8) intervenção empresarial, na década de 50, que se preocupou inicialmente com a busca de *recursos*<sup>u</sup> por meio de *apoios*<sup>d</sup> *políticos*<sup>c</sup> e na rede *empresarial*<sup>p</sup>. Esse esforço de coordenação foi determinante para a sustentabilidade material naquele período. Mais do que isso, inaugurou uma nova dinâmica de compromisso na coordenação das ações de legitimação, que deram proeminência aos

mundos industrial, cívico e por projeto. A segunda ação de maior impacto foi a (16) início das atividades técnicas de vistorias e fiscalizações, após a Lei nº 2027/85, chamada de Lei do Bombeiro. Essa lei possibilitou que a corporação estabelecesse maior *parceria*<sup>p</sup> com a *prefeitura*<sup>c</sup> que, até os dias atuais, representa importante fonte de *arrecadação de recursos*<sup>u</sup>, além de fortalecer sua *participação*<sup>c</sup> na *governança municipal*<sup>c</sup>. A terceira iniciativa de maior destaque relacionada à AE (B) é a (17) criação das unidades descentralizadas, construídas por meio de *parcerias*<sup>p</sup> com empresas para a diminuição do *tempo de resposta*<sup>u</sup> a ocorrências e *aumento da cobertura*<sup>u</sup>. Finalmente, a quarta iniciativa de maior relevância para a legitimação do CBVJ, nessa AE, se refere à ação (20) dos *festejos do centenário*<sup>d</sup>. Nessa ação, o *presidente*<sup>u</sup> Loyola foi o líder do *planejamento*<sup>u</sup> e *articulação em rede*<sup>p</sup> da grande *campanha*<sup>f</sup> das *comemorações*<sup>d</sup> do *centenário*<sup>d</sup>. Embora a finalidade principal desta ação priorizasse a sustentabilidade financeira da corporação, buscava-se também cultivar a tradição da corporação, além de reforçar a representatividade da mesma, perante lideranças políticas e comunitárias. Por isso, a finalidade da ação de legitimação (20) dos festejos do centenário foi relacionada a todas as três ações essenciais (A, B e C).

#### 5.5.2.2 Julgamento ético na AE (B)

Como observado na descrição e análise do caso, o *juízo ético* que envolve a coordenação dessa Ação Essencial se baseou principalmente nos seguintes princípios superiores comuns: preocupação com o futuro e com a eficiência (industrial); expansão da rede de articulação e de associados (projeto); reconhecimento público (fama); valorização da tradição e do voluntariado (doméstico). Passarelas do mundo doméstico continuaram evidenciando a paixão e entrega pela corporação (inspiração), além da solidariedade com a causa voltada ao bem-estar geral (cívico).

#### 5.5.2.3 Avaliação na AE (B)

Os modos de *avaliação* dos sujeitos que coordenaram essa AE (B), liderada principalmente por empresários, podem ser compreendidos segundo cada grandeza envolvida no *juízo ético*. A coordenação da ação avalia o grau de *previsibilidade e sustentabilidade*<sup>u</sup> da corporação; o grau de *expansividade e credibilidade na rede de parceiros*<sup>p</sup>; o *reconhecimento e reputação junto à opinião pública*<sup>f</sup>; o

grau de *apoio e confiança*<sup>d</sup> na corporação e entre seus membros; o grau de *participação na governança municipal*<sup>e</sup>; o grau de *paixão e entrega*<sup>i</sup> para com a corporação e, ainda, o grau de *solidariedade* com a *causa do bem-estar geral*<sup>f</sup>.

Desde os incêndios criminosos do final da década de 70, a organização deu grande prioridade ao reconhecimento da eficiência e da credibilidade das operações. Os instrumentos estatísticos de acompanhamento da eficiência dos atendimentos evidenciam um modo de *avaliação* predominantemente industrial da coordenação da AE (B). Em entrevista, um dos líderes da corporação defende que o tempo de resposta para o atendimento dos bombeiros, preconizado pela ONU, é de cinco minutos e que o CBVJ leva, em média, sete minutos para chegar ao local da ocorrência. Os relatórios de atividade monitoram também a quantidade dos atendimentos por tipo de ocorrência.

#### 5.5.2.4 Entendimento na AE (B)

O *entendimento* que caracteriza os dispositivos de compromisso envolvidos nessa AE (B) configura um novo arranjo entre grandezas, em relação à dinâmica de entrelaçamento das grandezas observada no *entendimento* da AE (A). Os principais compromissos legitimados na coordenação da AE (B) envolvem passarelas entre lógicas de múltiplos mundos e seus princípios implícitos: o industrial, pela preocupação com o futuro expressa, por exemplo, no planejamento estratégico; o mundo orientado por projeto, na articulação de expansão da rede de articulação de parcerias e de associados, envolvendo, por exemplo, o convênio com a CELESC; o cívico, pela valorização de uma maior participação institucional na governança do município (nesse caso, o compromisso é legitimado na forma de leis municipais, o que significa uma intersecção com a AE (C)); e o regime da fama, pela promoção midiática e jornalística em busca do reconhecimento da opinião pública, como na campanha do Centenário e na campanha institucional “Anjos”.

Essas grandezas englobavam passarelas e compromissos com o mundo o doméstico e o mundo da inspiração. O primeiro foi observado pelo enaltecimento da reputação de tradição e do voluntariado e pela outorga da Ordem da Machadinha. Já o segundo foi evidenciado na atitude e manifestações de entrega e apreço pela corporação por parte de diretores, líderes operacionais, associados e bombeiros ativos.

Finalmente, o mundo cívico aparece novamente englobado, evidenciado por manifestações, dentro e fora da organização, da

solidariedade com a causa do bem-estar geral, assumida pelo CBVJ. Entre os dispositivos de compromisso testados na coordenação da AE (B) estão desde os contínuos investimentos no reaparelhamento tecnológico e estrutural da corporação, passando pela decisão de contratação de equipes de bombeiros efetivos em complemento ao trabalho voluntário e a descentralização das unidades regionais, até o desenvolvimento de processos formais de qualificação, recrutamento e seleção dos bombeiros.

Essa nova dinâmica, mais complexa do que a primeira, pode ser observada na Figura 12. Saliento que a diminuição da área que ilustra o princípio do bem-estar geral não significa uma diminuição de sua grandeza. A figura apenas representa que essa grandeza cívica é, nesse caso, englobada pelas demais.

Figura 12: Entendimento legitimado na AE (B)



Fonte: autor.

#### 5.5.2.5 Tensões envolvidas na AE (B)

Essas mudanças na dinâmica de coordenação das ações de legitimação e na complexidade dos dispositivos de compromissos envolvem uma maior vulnerabilidade a denúncias e disputas, tanto no âmbito organizacional como também institucional. Essa maior instabilidade dos acordos legitimados se baseia não somente na alteração entre os princípios englobantes e englobados, como também no aumento da quantidade e diversidade das grandezas envolvidas.

Entre os resultados das tensões relacionadas ao *entendimento* da AE (A), vindas do âmbito externo, emerge o reconhecimento do estado de não-grandeza relacionado à preocupação com o futuro e com a eficiência, princípios do mundo industrial. Essa tensão envolveu o teste do modelo de governança orientado pelo modo doméstico, em dois sentidos. Primeiramente, o perfil e conseqüente lógica de coordenação dos sujeitos responsáveis pela coordenação da AE (A) eram diferentes daqueles que são os principais responsáveis pela coordenação das demais Ações Essenciais. Em segundo lugar, a lógica temporal envolvida na coordenação das ações de legitimação se tornaria outro ponto de tensão racional.

Em relação ao perfil e lógica de coordenação dos sujeitos responsáveis pela AE (A), caracterizados pelo modo doméstico, segundo Boltanski e Thévenot (2006, p. 165, GRIFO ORIGINAL), possuem três elementos como referência: a geração, a tradição e a hierarquia:

*It is through reference to **generation, tradition, and hierarchy** that order can be established among beings of a domestic nature. These three terms themselves are in a relation of equivalence, because the bond of personal dependence that connects a less worthy person with a **superior** - always constructed in the image of the father, whose state of worth is highest because he is the incarnation of the **tradition** - can be conceived in more than one way: since the worthiest person is found at the point of origin, the bond can be read as a link either in the chain of generations or in a hierarchical chain.*

A coordenação da AE(B) passou a ocorrer, no entanto, por meio de passarelas entre o modo industrial e o modo orientado por projeto, cívico e da fama, os quais atribuem grandeza aos sujeitos caracterizados respectivamente como: *profissionais encarregados e especialistas<sup>u</sup>; articuladores e inovadores<sup>p</sup>; representantes e mobilizadores<sup>c</sup>; formadores de opinião e agentes de relações públicas<sup>f</sup>* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Como evidenciado pelas características dos sujeitos com maior grandeza em ambas as ações essenciais, a tensão originada pela deficiência da grandeza industrial iria influenciar, então, na mudança da

governança da corporação e de seus modos de coordenação da ação. A partir da intervenção empresarial, a lógica de liderança do modo doméstico não foi excluída ou substituída na governança do CBVJ e sim englobada pela lógica de coordenação relacionada à AE (B). Um exemplo disso é a existência, ainda influente, do Grupo da Tradição e de uma estrutura de comando interna constituída exclusivamente por voluntários. Essas mudanças também trouxeram, contudo, tensões nas relações de trabalho, com a efetivação de bombeiros remunerados a partir da década de 90. Observou-se, por exemplo, que o episódio da ameaça de greve marca uma iniciativa de desvelamento da grandeza do mundo industrial, por parte do sindicato que assume o modo cívico de coordenação da ação.

A segunda fonte de tensão racional diz respeito à diferença na lógica temporal entre o modo doméstico e o industrial de coordenação da ação. Segundo Thévenot (2001b, p. 414) ambos os regimes dão relevância à perspectiva temporal; contudo, enquanto o modo doméstico tenta construir o presente baseado nos *costumes* e *tradição*, o modo industrial se orienta de forma *cartesiana* e *funcional* em relação ao passado, em sua *preparação* para o *futuro*:

*Like the industrial form of coordination, the domestic one allows the action to be oriented in a time perspective. But the domestic time formation is completely different from the link between the present and the future built by industrial investment: the past informs the present through custom and precedent.*

De acordo com a descrição do caso do CBVJ, entre os exemplos das mudanças de orientação da coordenação da ação em relação ao futuro está o estabelecimento do instrumento do planejamento estratégico como novo dispositivo de compromisso. Essa foi uma das medidas tomadas para lidar com a tensão racional imposta pelo estado de não-grandeza do modo industrial de coordenação, denunciado pela limitada capacidade de preparação para o futuro. Em nome da previsibilidade, da eficiência e da sustentabilidade da corporação, o englobamento da coordenação do modo doméstico pelo industrial transformou também a hierarquia de governança da corporação. Por algum tempo, a proeminência do modo industrial causou a descontinuidade de passarelas anteriores entre o modo doméstico e

cívico, evidenciadas pela interrupção e posterior mudança nos processos de eleição dos dirigentes e conselheiros da corporação.

No próximo item, demonstro como a coordenação da AE(C) se relaciona com as AE (A) e (B). Contudo, ela apresenta uma nova dinâmica de *entendimento* entre as grandezas presentes nos dispositivos de compromisso e enseja novas tensões caracterizadas pelos elementos de racionalidade.

### **5.5.3 Articulação para a legitimidade legal e representatividade**

A caracterização da AE (C) ficaria incompleta se envolvesse uma análise descolada da compreensão das demais ações de legitimação envolvidas. A partir da análise do item anterior, relacionada aos fatores que conferem legitimidade (FCL) à organização, constata-se que em várias ações a legitimidade legal foi identificada em conjunto com outros fatores que conferem legitimidade. Todavia, a AE (C) se distingue das demais a partir da caracterização dos elementos racionais predominantes no seu modo de coordenação.

#### **5.5.3.1 Finalidade na AE (C)**

Nos últimos anos, as ameaças à legitimidade legal do segmento das corporações de bombeiros voluntários aumentaram sensivelmente. Enquanto nas primeiras décadas de operação desse modelo, essas tensões se concentravam no ambiente local das corporações, a partir da década de 1980, os testes relacionados à legitimidade legal tomaram proporção estadual, sendo que, após 2012 as disputas de legitimação alcançaram a dimensão federal.

Desde a fundação do CBVJ, há registros documentais e verbais relacionados ao apoio técnico conferido por esta corporação pioneira a outras iniciativas do gênero. Essas contribuições envolveram desde informações e orientações acerca da gestão organizacional, passando por capacitações de caráter técnico e operacional, e culminando com aspectos institucionais, políticos e legais. Todavia, somente em meados da década de 1990, a preocupação com a representatividade do segmento se formalizou por meio da fundação da ABVESC.

À época dessa iniciativa, a importância da representatividade do segmento para a garantia de sua legitimidade já era evidente para os empresários à frente da corporação (informação verbal). Aparentemente, essa constatação se baseia na própria experiência de construção de

mecanismos de representatividade por parte dos empresários, a partir do empreendimento associativo também centenário da ACIJ e, na década de 70, da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (FACISC), que se filia nacionalmente, desde o final da mesma década, à Confederação de Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

Em conjunto com a ABVESC e demais entidades, o CBVJ articulou lideranças empresariais e políticas para defender a legitimidade legal do segmento, principalmente a partir das mobilizações do CBMSC. Após a sua emancipação da polícia militar e impulsionados pela tragédia da Boate Kiss, os bombeiros militares intensificaram sua mobilização pelo reconhecimento de sua autoridade máxima no Estado, no que se refere à prevenção e segurança contra incêndios. Aparentemente, o alvo das mobilizações dos militares não é extinguir, mas sim reposicionar as corporações voluntárias dentro de sua cadeia de comando, conforme alegações públicas de seus comandantes e representantes políticos. A perda de autonomia operacional junto aos municípios e do acesso direto aos recursos públicos de subvenção de suas atividades, contudo, cria uma incerteza quanto à sustentabilidade do modelo de corporação civil e voluntária. Sendo assim, a *finalidade* do CBVJ na AE(C) é sustentar sua representatividade institucional e garantir sua legitimidade legal.

#### 5.5.3.2 Julgamento ético na AE (C)

Os princípios superiores comuns que justificam de forma mais direta a coordenação da AE (C) são a representatividade<sup>c</sup> e legalidade<sup>c</sup>. Portanto, todas as mobilizações envolvidas são orientadas por um julgamento ético coordenado pelo modo cívico.

Aparentemente, o CBMSC também orienta a coordenação de suas ações de legitimação por esses mesmos princípios do mundo cívico. A paixão e entrega pela causa do bem-estar geral é apresentada e reconhecida por ambos os lados como elementos comuns nas atividades bombeiris militares e civis. Diferentemente da coordenação da ação do CBVJ, os militares não incluem a tradição e o voluntariado, nem a eficiência e economicidade em seu julgamento ético. Ao contrário, por meio de críticas do mundo cívico encaminhadas principalmente ao modo doméstico, justificado pelo CBVJ, a coordenação da ação de legitimação do CBMSC se baseia em princípios constitucionais da legislação federal e estadual para defender normativamente a autoridade legal máxima dos militares. Aparentemente, até mesmo os requisitos

técnicos da atividade são muito mais tratados como normas legais pelos militares do que procedimentos que busquem a eficiência e economicidade das operações.

À luz dos princípios de impessoalidade e coletividade do mundo cívico, a lógica identitária do mundo doméstico pode ser compreendida como paternalista: “*paternalism is often criticized when there is a clash about whether a conflict is **collective** or **personal** in nature*” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 252, GRIFO ORIGINAL). O paternalismo, denunciado publicamente pelos bombeiros militares, envolveria, por exemplo, beneficiar indevidamente empresários e cidadãos associados. A justificação dos militares é de que os serviços de fiscalização dos bombeiros das corporações civis poderiam ser prejudicados pela possibilidade de serem considerados “subordinados” aos entes fiscalizados, ameaçando a imparcialidade dos pareceres (observação direta).

A justificação dos representantes das corporações voluntárias quanto à ameaça de paternalismo nas suas atividades é também uma denúncia de possível declínio do modo cívico, no modelo de corporações militares: “[...] o Bombeiro Militar é *público*<sup>c</sup>. Como é que ele faz pra *fiscalizar*<sup>c</sup> o *palácio do governador*<sup>c</sup> ou *fiscalizar*<sup>c</sup> um *órgão público*<sup>c</sup>? Tá *fiscalizando*<sup>c</sup> o *patrão*<sup>u</sup>!” (DARCI DE MATOS, 2013).

Além disso, pelo julgamento ético dos militares, sua autoridade legal não poderia ser suplantada pela ação de instituições civis, cuja natureza privada não atende, por exemplo, ao princípio da equidade para todos os municípios, como ocorre nos serviços prestados por órgãos públicos estaduais (Ex.: polícia militar). Conforme esclarecem Boltanski e Thévenot (2006, p. 164), os mecanismos do mundo cívico são mais compatíveis do que os instrumentos no modo doméstico para alcançar uma ampla cobertura social:

*Arrangements of a domestic nature are weakly equipped with instruments for acting from a distance; such instruments are particularly well developed, in contrast, in the civic world, which lays emphasis on the objectivity of rules detached from persons and on mechanisms of representation.*

Em meio ao possível declínio da grandeza do mundo cívico, o CBVJ iniciou uma articulação voltada à representatividade de seu

modelo de governança. Ao fundar a ABVESC, em 1994, o presidente Loyola já reconhecia a possibilidade de ameaça da legitimidade institucional e legal do modelo inaugurado pelo CBVJ no Brasil (informação verbal). A missão da ABVESC é “*representar<sup>c</sup>, congrega<sup>c</sup> e promover<sup>f</sup> as Associações<sup>c</sup> de Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina*” (ABVESC, 2013). A partir dessa instituição, o segmento se fortaleceu e tem buscado estabelecer os mecanismos de representatividade necessários a sua legitimidade institucional e legal.

#### 5.5.3.3 Avaliação na AE (C)

A coordenação dessa Ação Essencial (C) de legitimação se orientou pela avaliação das formas para aumentar a representatividade do seu segmento e os mecanismos para garantir a sua legitimidade legal. O grau de legitimidade legal do CBVJ, para os seus representantes, se constrói também pela longevidade da tradição da corporação, além do grau de eficiência e economicidade das operações, e o grau do reconhecimento de sua reputação pela opinião pública.

Essas formas de avaliação dos benefícios e respectivas grandezas ligadas à finalidade da coordenação da AE (C) orientam, por sua vez, a preocupação com o nível de mobilização política necessária à aprovação dos dispositivos legais relacionados à sua legitimidade. Nesse sentido, uma passarela entre o modo cívico e o industrial traduz a *avaliação* do grau de eficiência dos mecanismos de mobilização utilizados.

#### 5.5.3.4 Entendimento na AE (C)

Embora devam ser consideradas provisórias, as mudanças legais ocorridas até aqui, são dispositivos de compromisso que legitimam a representatividade e legalidade do CBVJ, englobando a valorização de sua tradição, eficiência e economicidade, as quais são características reconhecidas publicamente. Finalmente, a preocupação com o bem-estar geral e a paixão dispensada à causa são os princípios englobados pelos demais. A Figura 13 ilustra o arranjo das grandezas que orientam o *entendimento* por parte do CBVJ, na AE (C).

Figura 13: Entendimento legitimado na AE (C)



Fonte: autor

### 5.5.3.5 Tensões envolvidas na AE (C)

Saliento que ao tratar as mudanças legais como conquistas, tanto militares como corporações civis assumem uma *competição*<sup>m</sup> direta pela legitimidade legal. A avaliação presente no julgamento ético de ambos os lados, então, passa a incluir elementos comparativos externos aos aplicados a sua própria realidade, finalidade e julgamento ético. Ambos os lados passaram a tentar justificar sua legitimação de forma competitiva, tanto no que se refere aos benefícios, como aos princípios e aos propósitos relacionados às ações.

A disputa pelos direitos legais, nesse aspecto prático do conflito, apresenta, portanto, um desvelamento do mundo cívico. Denúncias originadas de parte a parte reforçam múltiplos aspectos desse desvelamento, evidenciando ameaças de declínio que conferem tensões à coordenação da ação do modo cívico. As corporações civis denunciam que os militares supostamente calculam conquistar um “mercado” milionário, como fonte de recursos que justificaria a redistribuição de maiores benefícios econômicos aos seus membros ativos e inativos. Esse suposto corporativismo para obter benefício econômico envolve o desvelamento do mundo cívico por meio de uma passarela entre o mundo doméstico e do mercado.

Ao apresentar tal justificação, lideranças empresariais das corporações voluntárias alegam que a cobrança de taxas afeta a

*eficiência*<sup>n</sup> das *empresas*<sup>m</sup>, assim como a elevada carga tributária e exigências legais que dificultam e atrasam as decisões. Além disso, o maior custo das operações militares diminuiria o bem-estar geral ao impedir que os mesmos recursos fossem aplicados em necessidades prioritárias como saúde e educação. Para os empresários que lideram o CBVJ, as atividades ligadas aos bombeiros devem continuar sendo realizadas com a retidão, credibilidade, rapidez e economia publicamente atestados pela tradição centenária da entidade.

Por outro lado, os militares devolvem uma denúncia de declínio do mundo cívico, também por uma passarela entre o mundo doméstico e cívico. Trata-se do argumento já citado do *paternalismo*<sup>d</sup>, em conjunto com um suposto *oportunismo*<sup>m</sup> com que empresários e cidadãos se valeriam, a partir do relacionamento *amigável*<sup>d</sup> com a corporação de bombeiros civil, para se beneficiarem economicamente de pareceres “permissivos”. Observa-se, portanto, que esses desvelamentos evidenciam a possibilidade de estados de declínio na coordenação pelo mundo cívico, por ambos os atores.

A preocupação com a *conquista*<sup>m</sup> de *autoridade*<sup>c</sup> para obtenção de *benefícios econômicos particulares*<sup>m</sup> ou *corporativistas*<sup>m</sup> evidencia o foco da tensão. Saliento que, no contexto empresarial, a conquista de benefícios econômicos é um estado de grandeza do mundo do mercado, em que empreendedores e organizações livremente buscam uma perspectiva do espectro de boa vida, por meio do bem-estar econômico.

Já na situação estudada, a denúncia de benefício econômico, particular ou corporativista, por meio de serviço de interesse público evidencia uma ameaça de declínio do mundo cívico. Talvez, a construção de uma abordagem alternativa de governança possa apoiar a credibilidade e o fortalecimento da grandeza cívica, relacionada ao bem-estar geral. Um exemplo de construção de uma nova abordagem de interação e deliberação em rede entre Estado e sociedade civil é estudado por Metz (2010). Na passagem abaixo, essa autora diferencia a Teoria Governamental da Governança Deliberativa:

*In government theory, governmental actors are considered to have political authority and make legitimate and authoritative decisions based on formal arrangements and procedures. Governmental actors are a ruling power in society that can make decisions, and command and control to protect the common good. In governing through “governance,” decision*

*making takes place in a network of interdependent actors that each have relevant knowledge and other resources to contribute to decisions for the common good. "Deliberative governance" builds on the idea of network governing, but it pays explicit attention to the quality of the interactions between interdependent governmental and non-governmental actors for two reasons. First, it is in deliberation that collaborative learning and change for better decision making can take place. Second, in network governance, decisions can become credible through interactions of a deliberative quality (METZE, 2010, p. 173).*

Não parece pertinente, neste trabalho, o aprofundamento do tema Governança Deliberativa. O seu exemplo apenas ilustra a emergência da abertura a novas abordagens de interação e deliberação que possam viabilizar, com o apoio da *phronesis*, operações de equivalência entre diferentes noções de bem comum, envolvendo inovações sociais.

#### **5.5.4 Síntese da análise dos aspectos racionais de tensão**

Finalmente, analisadas de forma plural e integral por esta abordagem, as tensões envolvendo aspectos de racionalidade da coordenação das ações essenciais de legitimação podem ser sintetizadas em três dinâmicas de arranjo entre grandezas: (1) a tensão surgiu em processos de testes e confrontos entre múltiplas grandezas que orientam os elementos de racionalidade; (2) a tensão emergiu por meio de ameaças de não-grandezas dos estados que orientam os elementos de racionalidade e (3) a tensão surgiu por meio de denúncias de declínio do estado das grandezas que orientam os elementos de racionalidade. Saliento que também foram identificadas situações com presença concomitante de mais de uma dessas dinâmicas de tensão.

A primeira dinâmica de tensão é caracterizada por processos conflituosos de equivalência entre múltiplas grandezas que orientam os elementos de racionalidade. Essa dinâmica pode ser exemplificada por tensões no âmbito organizacional, ligadas à AE (A). Trata-se, por exemplo, dos diferentes arranjos entre grandezas evidenciados nas relações das duas linhas de comando do CBVJ: a de bombeiros voluntários e a de bombeiros efetivos. Outro exemplo que ilustra a mesma dinâmica de tensão se refere à diferença no arranjo dos

elementos de racionalidade identificados na lógica dos voluntários ingressantes pelo curso de formação, em relação ao arranjo de grandezas observado na lógica de ingresso dos voluntários mais antigos, do Grupo da Tradição. Finalmente, esses exemplos evidenciam que esse tipo de tensão entre os diferentes arranjos de grandeza não envolve, necessariamente, algum estado de não-grandeza, tampouco o declínio de um dos modos de coordenação envolvidos.

Já a segunda dinâmica de tensão, envolvendo estados de não-grandeza identificado nos elementos de racionalidade, pode ser exemplificada na maioria das tensões descritas na AE(B). A *avaliação* dos impactos da não-grandeza do modo industrial na legitimação relacionada à governança do CBVJ proporcionou novos arranjos dos modos de coordenação das ações da entidade. A eficiência, que ocupava uma posição englobada pelas demais grandezas no *entendimento* na AE (A), passou à englobante no rearranjo da dinâmica das grandezas relacionadas à AE (B), em conjunto com o princípio da previsibilidade ou preocupação com o futuro. Essa tensão também suscitou a emergência de novas grandezas como a da fama e a orientada por projeto, entre os elementos de racionalidade presentes na coordenação da AE (B).

Finalmente, a terceira dinâmica de tensão, envolvendo ameaças de declínio da grandeza que orienta os elementos de racionalidade, pode ser ilustrada pela principal tensão descrita na AE (C). A disputa pela legitimidade legal, entre as corporações civis voluntárias e o CBMSC foi permeada por denúncias de declínio do mundo cívico, gerando tensão racional. Essa tensão foi evidenciada principalmente nos elementos *finalidade* e *avaliação*. Ambas as partes apresentaram denúncias sobre a existência de *finalidades* extrínsecas, o que denigre a causa cívica “bombeiril”. As denúncias de parte a parte traduziram um desvelamento de *finalidade* do mundo cívico, pelo modo doméstico e de mercado. Sendo assim, a *avaliação* da grandeza cívica, que deveria partir da preocupação com o bem-estar geral, estaria ameaçada pelo cálculo utilitário prevendo supostos benefícios econômicos particulares ou corporativistas.

Talvez esse esforço de desvelamento de ambas as partes demonstre a preocupação com um fenômeno comum da modernidade: o predomínio da grandeza de mercado na *avaliação* racional – que poderia se orientar por diferentes grandezas – e que se vale do cálculo utilitário na obtenção de *finalidade* econômica, mesmo em contextos onde essa grandeza denigre os demais modos. Essa constatação está em linha com as observações de Thévenot (2007b), ao comentar a profunda

implicação do formato cognitivo de precificação, do mundo do mercado, nas demais ações justificáveis de engajamento nos dias atuais. Essa proeminência da lógica de mercado ocorre, em muitos casos, em detrimento às formas de avaliação baseadas nas demais grandezas:

*The cognitive format of market price information (market worth) is deeply implicated in most justifiable action engagements nowadays, at the expense of other justifiable action formats formerly used to evaluate work, such as the 'domestic' worth qualification, which places value on experience and seniority, or even the 'industrial' worth qualification which values occupational expertise as operative in efficient execution of a task (THÉVENOT, 2007b, p.7).*

A grande intensidade com que essa lógica de avaliação do mundo do mercado tem orientado “clandestinamente” a *avaliação* racional que se propõe publicamente a reconhecer benefícios relacionados à finalidade baseada em outra grandeza gera, talvez, a principal ameaça contemporânea de declínio do estado de coordenação de ações de legitimação.

Os trabalhos da CER, em linha com os estudos críticos guerreiristas e habermasianos, apresentam essa discussão acima, contrapondo dialeticamente a ação racional substantiva com a instrumental. Saliento, novamente, que a proposta da IPER não pretende contrariar ou relevar a análise da presença dessas racionalidades nos fenômenos estudados. Em vez disso, esta iniciativa apenas sugere o estudo dos elementos racionais à luz da multiplicidade de grandezas que podem orientar a coordenação da ação. Ela também propõe uma perspectiva integral, condicionada à capacidade intelectual da *phronesis*. Dessa forma, a análise dos aspectos racionais da coordenação da ação envolve as operações de equivalência do bem comum e da busca de um espectro de boa vida como finalidade ulterior.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um por todos e todos por um! Em nome de Deus  
e em defesa do próximo! (Lema do CBVJ)

O problema que demanda a contribuição desta pesquisa foi estabelecido pela seguinte pergunta: como uma inovação social é legitimada? O estado inicial de construção do campo de estudos sobre inovação social dificultou a proposição consistente de hipóteses. Sendo assim, foi proposta uma questão de pesquisa para orientar este trabalho: **como as contribuições da Sociologia Pragmática e dos estudos sobre racionalidade nas organizações podem ser relacionadas e aplicadas na compreensão do processo de legitimação de uma inovação social?**

Com base no problema apresentado e orientado pela questão de pesquisa, o objetivo geral desta tese de doutorado foi o de **compreender, à luz da Sociologia Pragmática e dos estudos sobre racionalidade, o processo de legitimação da inovação social relacionada ao caso do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville**. Foram, então, cumpridas três etapas previstas nos objetivos específicos: (1) identificar e caracterizar a inovação social relacionada ao caso do CBVJ; (2) propor uma abordagem para estudar a legitimação dessa inovação social à luz da SP e das contribuições da CER e (3) descrever e analisar a legitimação da inovação social aplicando a abordagem proposta.

O estudo do referencial teórico e suas interconexões, em conjunto com apreensões empíricas do caso, contribuíram para a construção das diferentes etapas de nossa abordagem de análise, assim formulada:

1. Caracterização da inovação social:
  - a. Natureza do impacto;
  - b. Grau de novidade;
  - c. Estágio de legitimação;
2. Análise da legitimação da inovação social:
  - a. Modos de coordenação da ação;
  - b. Fatores que conferem legitimidade;
  - c. Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade (IPER).

Nesta pesquisa, adotamos a definição de inovação social de Bouchard e Lévesque (2010) que, em resumo, enfatiza as mudanças de relações sociais ocorridas pela intervenção de atores para atender a uma necessidade social. Já o processo da legitimação da inovação social foi

abordado de “baixo para cima” à luz da Sociologia Pragmática. Sendo assim, baseamos a noção de legitimação na proposta de Boltanski e Thévenot (2006), que enfoca a interpretação e validação de um objeto social que inclui e transcende os atores sociais e suas interações (compreendidas por modos plurais de coordenação da ação), envolvendo também a análise de evidências simbólicas e materiais da estrutura (sistema de regras, valores e crenças do ambiente social) que influencia e é influenciada por esses atores. Aprofundando o estudo sobre a proposta de ordenação e hierarquização de valores conhecida como “Englobamento dos Contrários” e apresentada de forma tão breve por Dumont (2008), observamos que a noção de holarquia (EDWARDS, 2005) apoiaria ainda mais a compreensão das dinâmicas de interação entre grandezas e seus princípios superiores comuns, presentes na coordenação das ações de legitimação de uma inovação social.

O CBVJ foi, então, estudado como uma organização da economia social – também relacionada à economia plural – e seu caso foi caracterizado como uma inovação social. A compreensão dos impactos dessa inovação social ocorreu pelas dimensões organizacional e institucional (variando entre novos quadros de ação e lógicas de governança até novas normas legais relacionadas à prevenção de problemas sociais). Para Lévesque (2002), a economia social favorece a inovação social por envolver novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para situações sociais insatisfatórias e problemáticas.

Os aprendizados com este estudo de caso suscitaram reflexões acerca da realidade brasileira. Para Flyvbjerg (2001, p. 78), “*a critical case can be defined as having strategic importance in relation to the general problem*”. O caso do CBVJ parece, então, assumir natureza crítica ao orientar reflexões de amplitude geral, a partir de sua compreensão.

Se este caso de inovação social não tivesse sido legitimado por 122 anos, o quadro relativo à cobertura dos serviços de bombeiros em Santa Catarina, atualmente em 53% dos municípios, não seria mais próximo aos 11% de cobertura desses serviços no país? O CBMSC teria ampliado sua cobertura estadual, por meio do projeto de Bombeiros Comunitários, se o modelo de corporações voluntárias não representasse uma ameaça? Quantos outros graves problemas sociais brasileiros poderiam ser alvos de inovações sociais com impactos similares? Como políticas públicas podem permitir novas abordagens de interação e deliberação em rede entre Estado e sociedade civil para apoiar e incentivar inovações sociais?

A primeira etapa da abordagem de análise culminou com a constatação de que esta inovação social se encontra no estágio de legitimação de validação geral, mesmo que de forma provisória. O caso do CBVJ corrobora as afirmações de Bignetti (2011) e Fontan (2011) sobre a frequente dinâmica de críticas, controvérsias e disputas envolvendo a legitimação de inovações sociais.

Na segunda etapa, o processo de legitimação da inovação social foi descrito e analisado. A descrição do caso partiu da ótica de Regimes Pragmáticos de maior proximidade dos atores sociais com sua realidade e evoluiu para processos de legitimação que concernem à realidade pública do Regime de Ação Justificável. Inicialmente, foram apresentados os principais elementos da “arquitetura” da comunidade de imigrantes que fundou o CBVJ. Por meio do Regime de Familiaridade, foram descritos os aspectos mais particulares das experiências vividas. A descrição do modo singular com que a realidade era apreendida pelos imigrantes baseou, então, a compreensão da “personalidade distribuída” que foi moldando o convívio na vizinhança imediata. Por outro lado, o Regime da Ação Planejada caracterizou as diversas iniciativas de formação de entidades associativas que precederam a fundação do CBVJ. Essas primeiras associações (como a Sociedade Alemã de Ginástica e a Sociedade dos Atiradores de Joinville) possuíam *finalidades* relacionadas a alguma noção de “bom”, voltada aos seus respectivos associados. Já o Corpo de Bombeiros Voluntários, passou a considerar a *finalidade* do bem-estar geral de Joinville, tornando a análise do seu processo de legitimação sujeita ao regime público da Ação Justificável. Em seguida, a legitimação da inovação social foi compreendida por meio da análise dos modos de coordenação das principais ações de legitimação da corporação. Os acordos legitimados, por sua vez, foram estudados a partir de processos de equivalência de múltiplas noções de bem comum, observadas na coordenação dos atores sociais envolvidos. Finalmente, os aspectos de racionalidade que orientaram a coordenação das ações essenciais de legitimação foram analisados de forma integral, apoiando a compreensão das tensões presentes no fenômeno de legitimação da inovação social. O estudo dessas tensões racionais ocorreu pela análise dos arranjos e rearranjos entre as grandezas que orientaram a coordenação das ações de legitimação.

A interpretação plural dos elementos de racionalidade (IPER) na coordenação das ações de legitimação pressupôs, pela intermediação da *phronesis*, uma relação dialética entre as dimensões ética e teleológica

da coordenação da ação racional. **Para os fins desta pesquisa, foi sugerida a seguinte conceituação de *phronesis*: competência intelectual para julgar e deliberar em situações variáveis, tendo o bem comum como axioma e um espectro da boa vida como finalidade ulterior.**

A proposição preliminar da Interpretação Plural dos Elementos de Racionalidade (IPER) forneceu uma alternativa de análise menos vulnerável aos dualismos clássicos das ciências sociais (particular x universal, individualidade x coletividade; e valores x fins), evitando generalizações teóricas que pudessem relevar a realidade plural e complexa da coordenação da ação racional. **O escopo da IPER é apresentar uma contribuição alternativa para a compreensão das tensões racionais entre as grandezas envolvidas na coordenação da ação, por meio da análise plural e integral de quatro elementos de racionalidade: finalidade, julgamento ético, avaliação e entendimento.**

A análise da convergência entre o elemento *finalidade* e os respectivos *modos de coordenação da ação* relacionados às principais ações de legitimação permitiu o seu agrupamento – de forma mais ou menos homogênea – em **três ações essenciais (AE) de legitimação do CBVJ:**

- A. Cultivo da tradição do CBVJ e do voluntariado;**
- B. Desenvolvimento da eficiência e busca da sustentabilidade das operações do CBVJ;**
- C. Articulação para a legitimidade legal e maior representatividade do CBVJ e do seu segmento.**

Nesse sentido, observou-se que os arranjos entre as múltiplas grandezas que orientaram a coordenação dessas ações de legitimação se modificaram de forma holárquica (EDWARDS, 2005). Isso significa que houve rearranjo no *entendimento* entre princípios superiores que antes englobavam e passaram a ser englobados, sem deixarem, no entanto, de continuar influenciando o *julgamento ético* presente no *entendimento* emergente. **As tensões envolvendo aspectos de racionalidade na coordenação das ações essenciais de legitimação podem ser sintetizadas em três dinâmicas de arranjo entre grandezas: (1) a tensão nos processos de testes e confrontos entre múltiplas grandezas; (2) a tensão por meio de ameaças de estados de não-grandeza; e (3) a tensão por meio de denúncias de declínio de estados de grandeza.**

Como parte das considerações finais, apresento no Quadro 25 algumas das principais observações relacionadas ao caso estudado.

Quadro 25: Observações finais acerca do caso estudado

Variáveis de análise	Empreendedorismo Econômico	Observações acerca de possíveis elementos comuns	Empreendedorismo Social
Características do perfil do sujeito e suas motivações básicas	Paixão pelo que faz, ímpeto de conquistador e desejo de fundar um reino privado	Tolerância ao risco, visão, liderança, habilidade para expandir a rede de conexões, confiança e credibilidade nas relações sociais, pertencimento, energia, inspiração e realização pessoal.	Paixão pela causa, ímpeto de voluntário e preocupação com o bem estar social
Características primárias da organização	Elementos que possam gerar competitividade no mercado	Eficiência operacional, sustentabilidade econômica, legitimidade legal e a busca de valor percebido nas relações com os <i>stakeholders</i> .	Elementos que possam gerar capacidade de atendimento da finalidade social
Aspectos relacionados à legitimação da inovação e ao sistema de inovação	Legitimação conquistada a partir do sucesso da difusão da inovação no enclave econômico, em meio ao suporte de um sistema de inovação.	<b>A concepção plural dos modos de coordenação das ações e respectivos elementos de racionalidade – abordados de forma integral e mediados pela <i>phronesis</i> – podem apoiar a compreensão do processo de equivalência da noção de bem comum e o <i>entendimento</i> acerca das diferentes perspectivas que constituem o espectro de boa vida, na legitimação de uma inovação social.</b> A luz da abordagem proposta, a inovação e seus impactos podem ser analisados no contexto multicêntrico da economia plural, associada ao DTS.	Legitimação conquistada a partir de disputas e acordos em múltiplos enclaves sociais, por meio de um fenômeno construído mutuamente entre dois movimentos: o dos atores e o da estrutura do território.
Grau de novidade da inovação e relação entre inovação e desenvolvimento	Grau de novidade <i>a priori</i> da inovação potencializa o sucesso econômico. Como propulsora do desenvolvimento, a inovação tem seu sucesso primariamente ligado à geração de riqueza e ao bem estar econômico.		Somente <i>a posteriori</i> é possível observar como o grau de novidade afeta a inovação social. O impacto da inovação social se relaciona à integração de valor social à coletividade e é primariamente ligado ao bem estar social

Fonte: autor

O Quadro 25 resume as observações finais acerca das noções de empreendedorismo econômico e social, além dos possíveis elementos comuns entre essas duas perspectivas teóricas, que puderam ser apreendidos a partir deste estudo. As variáveis de análise envolvem: (1) o perfil dos indivíduos e suas motivações; (2) as características primárias das organizações; (3) a inovação e o sistema de inovação; e (4) o grau de novidade e a relação entre inovação e desenvolvimento.

Na coluna do meio apresento tais elementos comuns, salientando que a interpretação holônica da relação entre a primeira e a terceira colunas pode ser aplicada a todas as variáveis do Quadro 25. Isso significa que, ao serem abordadas de forma integral, essas observações podem ser enriquecidas quando situadas *a posteriori* na realidade prática e plural da coordenação da ação empreendedora, do que quando analisadas apenas a partir da perspectiva conceitual, *a priori*. A liderança, por exemplo, pode ser caracterizada de acordo com o modo de coordenação da ação do empreendedor, em determinado contexto. Para Schumpeter (1989), no conceito de liderança atribuída ao empreendedor (*a priori*), não estariam relacionados os mesmos valores afetivos tão venerados no perfil de outros tipos de líderes sociais. Com base na nossa abordagem proposta neste trabalho, a análise (*a posteriori*) da coordenação da ação é que apreende os princípios superiores e respectivas grandezas que orientam a liderança dos empreendedores. O bem-estar social, portanto, pode englobar ou ser englobado pelo bem-estar econômico, na análise situada do *juízo ético* que orienta a coordenação da ação empreendedora.

Primeiramente, considero as principais características estudadas do perfil do empreendedor e suas motivações básicas comuns e diferenciadoras. Enquanto a primeira coluna descreve a visão schumpeteriana de empreendedorismo econômico, a terceira apresenta a perspectiva levesquiana e dos autores do CRISES sobre empreendedorismo social. Já a coluna dos possíveis elementos comuns apresenta características citadas em estudos sobre empreendedorismo que também foram observadas no caso de empreendedorismo social estudado.

Em seguida, enumero algumas das características primárias que se relacionam a empreendimentos econômicos e sociais, além daquelas que podem ser compartilhadas por ambas as noções de organização. Enquanto as características das organizações econômicas, em busca de competitividade no mercado, podem envolver a eficiência operacional, a sustentabilidade econômica, a legitimidade legal e a busca de valor percebido junto aos *stakeholders*, esses mesmos elementos também

foram observados no caso do CBVJ, de forma a legitimar a capacidade de atendimento da organização para cumprir sua finalidade social.

Finalmente, foram observados os aspectos relacionados à legitimação da inovação e ao sistema de inovação, seu grau de novidade e sua relação com o desenvolvimento. No empreendedorismo econômico, a legitimação da inovação é conquistada a partir do sucesso de sua difusão (ROGERS 2003) em meio à competição de mercado – típica do enclave econômico (GUERREIRO RAMOS, 1981) – e inserida em um sistema de inovação (FREEMAN, 1995; EDQUIST; HOMMEN, 1999; EDQUIST, 2005). Ainda pela perspectiva do empreendedorismo econômico, observou-se que, *a priori*, o grau de novidade da inovação potencializa o sucesso econômico (ROGERS, 2003; SIMANTOBI; LIPPI, 2003; TIDD; PAVITT, 2008). Como propulsora do desenvolvimento econômico, a inovação tem seu sucesso primariamente ligado à geração de riqueza e ao bem estar econômico (SCHUMPETER, 1989).

Já no empreendedorismo social, observou-se que a legitimação da inovação social é conquistada a partir de disputas e acordos entre atores (FONTAN, 2011), em múltiplos enclaves sociais (GUERREIRO RAMOS, 1981), por meio de um fenômeno construído mutuamente entre dois movimentos: o dos atores sociais e o da estrutura do território (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). Para Lévesque (2002), a inovação social designa um conjunto de iniciativas socioeconômicas que promovem um maior bem-estar de indivíduos face aos problemas sociais e que partem da ideia de um novo entrelaçamento (*embeddedness*) entre social e econômico, como fora colocado por Polanyi (1975). No caso do CBVJ, observou-se que o grau de novidade da inovação social estudada não se relaciona, *a priori*, com o potencial de seus impactos, como ocorre nas inovações tecnológicas. O impacto da inovação social, por sua vez, se relaciona à integração de valor social à coletividade e é primariamente ligado ao bem estar social. Adicionalmente, a compreensão da relação entre inovação social e Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) pode ser apoiada pelos diversos estudos associados à Nova Sociologia Econômica (NSE) que envolvem conceitos como o de empreendedorismo social e inovação social, organizações da sociedade civil (OSC's), economia social e solidária, economia plural, etc. (SAUVAGE, 1996; LÉVESQUE, 2009; SERVA; ANDION, 2006; ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006; ANDREW; KLEIN, 2010). Em resumo, nos trabalhos sobre DTS, a sociedade civil assume um protagonismo frente aos problemas sociais e

ao desenvolvimento, antes mais estudados pela perspectiva do mercado ou da ação do Estado.

As observações acerca de possíveis elementos comuns relacionados a essas últimas variáveis de análise revelam a contribuição mais importante desta pesquisa. **Constatou-se que a concepção plural dos modos de coordenação das ações e respectivos elementos de racionalidade – abordados de forma plural e mediados pela *phronesis* – podem apoiar a compreensão dos processos de equivalência da noção de bem comum e o *entendimento* acerca das diferentes perspectivas que constituem o espectro de boa vida, na legitimação de uma inovação social.** Além disso, à luz da abordagem proposta, a inovação social e seus impactos também podem ser analisados no contexto multicêntrico da economia plural, associada ao DTS (SAUVAGE, 1996).

A convergência teórica proposta apresentou potencial explicativo para a compreensão da complexidade dos fenômenos envolvidos na legitimação de uma inovação social. Entre os conteúdos mais importantes estão: (1) a noção de inovação social, adotada pelos autores do cento de estudos canadense do CRISES; (2) a perspectiva de legitimação e coordenação da Ação no Plural, proposta pela corrente francesa que estuda a sociologia da crítica, mais conhecida como Sociologia Pragmática; (3) as contribuições dos estudos sobre racionalidade, principalmente dos autores brasileiros da CER, e (4) os trabalhos sobre *phronesis*, reunindo desde a sua concepção aristotélica até contribuições de autores contemporâneos.

**Nossa tese, resultante da exploração dessa convergência teórica, reside na tentativa de reconhecer integralmente a complexidade da pluralidade das principais fontes de poder (grandeza) presentes em contextos sociais situados e o criticismo que permeia os processos de mudança de relações sociais. Mais especificamente, esta abordagem contribui para a compreensão plural das possibilidades de equivalência de generalidades, no estudo da coordenação de ações de legitimação de inovações sociais. Adicionalmente, por meio da IPER, as tensões inerentes a esse processo de legitimação podem ser analisadas pela dinâmica holárquica de ordenação das múltiplas grandezas que orientam – mediadas pela *phronesis* – a coordenação da ação racional.** Segundo Flyvbjerg (2001), Aristóteles defendia a ideia de que o estudo da atividade humana demanda a prática da *phronesis*:

*Aristotle, who may be seen as the founder of empirical science, asserted that in the study of human activity we cannot be satisfied with focusing on universals. The study of human activity, according to Aristotle, demands that one practice phronesis, that is, that one occupy oneself with values as a point of departure for praxis. And Aristotle considered that values and human behavior must be seen in relation to the particular.*

De acordo com Boaventura de Souza Santos (2002), a lógica da monocultura do saber ou do rigor do saber corresponde ao status atribuído à ciência moderna e à “alta cultura” como os únicos espaços de produção de saberes válidos (cultura científica) e de qualidade estética para a criação artística (cultura humanística). Trata-se da lógica de produção da não existência, extremamente poderosa e que torna inexistente o que não é reconhecido ou legitimado por esses espaços. Ainda para Santos (1998), a ciência do paradigma emergente é total e também local. Ele defende o resgate do conhecimento do senso comum, que é vulgar e prático, para enriquecer nossa relação com o mundo:

[...] a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo (SANTOS, 1998, p. 22-23).

Considerando, então, a proposta desta tese – com sua integração ética e teleológica à luz da SP – seriam a *techne* – com seu determinismo – e a *episteme* – com sua universalidade – capazes de substituir a *phronesis* – com sua natureza pragmática e plural – na

compreensão de inovações sociais? As ciências sociais e, particularmente, a Administração poderiam se beneficiar de estudos que envolvessem, de forma integral e pragmática, múltiplos tipos de saberes, grandezas éticas e elementos de racionalidade? Finalmente, pelo menos no que diz respeito aos objetivos desta pesquisa, a aplicação da abordagem apresentada possibilitou uma nova forma de analisar uma inovação social e compreender a sua legitimação.

## REFERÊNCIAS

- ALDRICH, H.; MARTINEZ, M. Many are called but few are chosen: an evolutionary perspective for the study of entrepreneurship. **Entrepreneurship Theory & Practice**, v. 25, n. 4, p. 41-56, 2001.
- ANDERSON, P. Complexity theory and organization science. **Organization Science**, v. 10, n.3, p. 216-232, 1999.
- ANDERSON, C. **Free: grátis: o futuro dos preços**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- ANDION, C. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da Apaco, do centro Viane de educação popular e da Agreco**. Tese (doutorado em sociedade e meio ambiente) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- \_\_\_\_\_.; SERVA, M. A etnografia e os estudos organizacionais. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 147-179, 2006.
- \_\_\_\_\_. SERVA, M.; LÉVESQUE, B. O debate da economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas do desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, v. 4, p. 199-221, 2006b.
- ANDREW, C.; KLEIN, J. Social Innovation: What is it and why is it important to understand it better. Cahiers du **CRISES**, collection Études théoriques, no ET1003, 2010.
- ANDREWS, C. Revisiting Guerreiro Ramos's New Science of Organization through Habermasian lenses: A critical tribute. **Administrative Theory & Praxis**, v. 22, n.2, pp. 246-272, 2000.
- ANOTÍCIA. **Bombeiros como Símbolos**. Editorial Joinal ANotícia 14/07/1992. Arquivo Histórico de Joinville, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Antônio Anacleto**. Reportagem Jornal ANotícia 21/08/1998. Arquivo Histórico de Joinville, 1998.

\_\_\_\_\_. **Bombeiros adiam greve.** Reportagem Jornal ANotícia 14/07/2007. Arquivo Histórico de Joinville, 2007.

\_\_\_\_\_. **AN Memória sábado:**a banda do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville . Jornal ANotícia 05/02/2011. Disponível em <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/02/an-memoria-sabado-a-banda-do-corpo-de-bombeiros-voluntarios-de-joinville-3198394.html>> Acesso em 28/01/ 2014.

\_\_\_\_\_. **PEC dos bombeiros voluntários é aprovada na Assembléia.** Reportagem Jornal ANotícia 04/07/2012. Disponível em <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/07/pec-dos-bombeiros-voluntarios-e-aprovada-na-assembleia-3810906.html>> Acesso em 15/01/ 2014.

\_\_\_\_\_. **Bombeiros voluntários e lideranças de Joinville festejam decisão da ALESC.** Reportagem Jornal ANotícia 09/10/2013. Disponível <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2013/10/bombeiros-voluntarios-e-liderancas-de-joinville-festejam-decisao-da-alesc-4295375.html>>. Acesso em 21/01/ 2014.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* ; Poética / Aristóteles ; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1991.

ARISTOTLE. *On Rhetoric: A Theory of Civic Discourse.* Trad. George A. Kennedy. New York: Oxford UP, 1991.

\_\_\_\_\_. *The Nicomachean Ethics.* Trad. H. Rackham. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard, 1975.

\_\_\_\_\_. *The Nicomachean Ethics.* Trad. F.H. Peters Kegan Paul, 3a. Ed. London: Trench & Co. Paternoster Square, 1886

\_\_\_\_\_. *The Nicomachean Ethics.* Trad. W. D. Ross. University of Adelaide. South Australia:ebooks@Adelaide, 2013. Disponível em <http://ebooks.adelaide.edu.au/a/aristotle/nicomachean/index.html>. Acesso em: 13/12/2013.

ARROW, K. The economic implications of learning by doing. **Review of Economic Studies**, June 1962.

ATACK, Iain. Four criteria of development NGO legitimacy. **World Development**, v. 27, n. 5, p. 855-864, maio 1999.

AUDET, M. e DÉRY, R. La science réfléchie: quelques empreintes de l'épistémologie des sciences de l'administration. **Anthropologie et Sociétés**. Volume 20, número 1, 1996.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BENKO, G ; LIPIETZ, (orgs.). **La richesse des régions – la nouvelle géographie socio-économique**. Paris: PUF, 2000.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**, 10, p. 141-163, 1981.

BIGNETTI, L. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**. n.47, v.1, p.3-14, janeiro/abril, 2011.

BÖBEL, M. T. **Entrevista concedida a José Eli Francisco** e transcrita pelo Arquivo Histórico de Joinville. Rádio Cultura, 1999.

\_\_\_\_\_.; S'THIAGO, R. **Joinville - os pioneiros** : documento e história : v.1 – 1851 – 1866. Joinville: UNIVILLE, 2001.

BOLTANSKI, L. **L'amour et la justice comme compétences**. Paris: Métailié, 1990.

\_\_\_\_\_. The new spirit of capitalism. **International Journal of politics, Culture and Society**. n. 18, p. 161-188, 2005.

\_\_\_\_\_.; THÉVENOT, L. **On justification**: economies of worth. New Jersey: Princeton, 2006.

\_\_\_\_\_.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Lei ordinária do Município de Joinville nº 2027, de 10 de janeiro de 1985. Estabelece normas de proteção contra incêndios.

Disponível em

< <https://www.leismunicipais.com.br/camara/sc/joinville>> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto municipal de Joinville nº 9204, de 22 de junho de 1999. Regulamenta a Lei 2027 de 10 de janeiro de 1985 e dá outras providencias. Disponível em

< <https://www.leismunicipais.com.br/camara/sc/joinville>> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional do Estado de Santa Catarina, N. 60, de 11 de julho de 2012. Regulamenta a celebração de convênios de municípios catarinenses com os corpos de bombeiros voluntários legalmente constituídos até maio de 2012. Disponível em

<<http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>.> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto municipal de Joinville nº 21.265, de 17 de setembro de 2013a. Dispõe sobre a criação, administração, gerenciamento e atribuição do Gabinete de gestão Integrada Municipal (GGIM) e dá outras providências. Disponível em

< <https://www.leismunicipais.com.br/camara/sc/joinville>> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Lei estadual de Santa Catarina nº 16.157, de 7 de novembro de 2013b. Dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências. Disponível em

<<http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>.> Acesso em 20 de dezembro de 2013.

BROWN, D. L.; JAGADANANDA, L. Civil society legitimacy and accountability: issues and challenges. **CIVICUS and The Hauser**

**Center for Nonprofit Organizations.** Massachusetts: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2007.

BRUNIL. (Org.) **The Economy of Communion: Toward a MultiDimensional Economic Culture.** Trad. Lorna Gold. New York: New City Press. Kindle Edition, 2002

\_\_\_\_\_. **Comunhão e as novas palavras em economia.** Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.

\_\_\_\_\_; ZAMAGNI, S. **Econornia civil: eficiência, equidade, felicidade pública.** Trad. Durval Cordas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010.

\_\_\_\_\_. **The Wound and the Blessing: Economics, Relationships, and Happiness.** New City Press. Edição do Kindle, 2012.

BRÜZEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: VIOLA, E. J. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

CAILLE, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v.13, n.38, Oct. 1998. Available from <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300001>. Acesso em 26 Dec. 2013.

CARAYANNIS, E.; CAMPBELL, D. Triple Helix, Quadruple Helix and Quintuple Helix and how do knowledge, innovation and the environment relate to each other? A proposed framework for a trans-disciplinary analysis of sustainable development and social ecology. **International Journal of Social Ecology and Sustainable Development.** v.1, n.1, p. 41–69, 2010

CARIO, S. Contribuição do paradigma microdinâmico neo-schumpeteriano à teoria econômica contemporânea. Florianópolis: **Textos de Economia**, p. 155-170, 1995.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n.1, p.34-45, jan./mar. 2005.

CBMSC. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. **Histórico**. Florianópolis, 2013a. Disponível em [http://www.cbm.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=63&Itemid=99](http://www.cbm.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=63&Itemid=99). Acesso em 01/01/2014.

CBMSC. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. **Comandante do CBMSC fala dos novos investimentos que qualificam ações da corporação**. Florianópolis, 2013b. Disponível em: <http://www.revistaemergencia.com.br/noticiadetalle/AJjiAJjy/pagina=6>. Acesso em 01/01/2014.

CBVJ. Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. **1º. Livro de Atas**. Arquivo Histórico de Joinville – AHJ, 1892.

\_\_\_\_\_. Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. **Materiais institucionais e documentos**. AHJ, 1952, 1955, 1991, 2006, 2012.

\_\_\_\_\_. Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. **Relatório de Atividades do CBVJ**, 2010, 2011, 2012, 2013.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**. v. 2, n.4, abr-mai-jun., 2009.

CHENGHUA TZENG. A Review of Contemporary Innovation Literature: a schumpeterian perspective. **Innovation: Management, Policy & Practice**. v.11, n.3, 2009.

COELHO, I. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos: UFSCAR, 1993.

COLLINGWOOD, V. Non-governmental organisations, power and legitimacy in international society. **Review of International Studies**, v. 32, n. 3, p. 439-454, jul., 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CUNHA, D. **História do Trabalho em Joinville**. Joinville: Editora Toda letra, 2008.

DALLOSSI, H. M. **Análise motivacional para o serviço voluntário de Bombeiros Comunitários**: uma abordagem com base na Teoria Funcional para o Voluntariado. 2011. 64 f. Monografia (Graduação) - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DA MOTTA E ALBUQUERQUE, E. Christopher Freeman - The 'National System of Innovation' in Historical Perspective. **RBI - Revista Brasileira de Inovação**, América do Norte, 317 08 2004.

\_\_\_\_\_. Richard R. Nelson - The Simple Economics of Basic Scientific Research. **RBI - Revista Brasileira de Inovação**, América do Norte, 719 08 2008.

DEES, G. Enterprising nonprofits. **Harvard Business Review**. p . 54-67, Jan-Fev, 1998.

DIMAGGIO P.; POWELL W. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1991.

DÖHLER, A. **Recordação do dia 1º. De Novembro de 1893**. Arquivo Histórico de Joinville, 1893.

DÖHLER, U. **Grandes entrevistas**. Jornal ANotícia, 1996. Disponível em: <http://www1.an.com.br/grande/dohler/0gra1.htm>. Acesso em 01/01/14.

DOLABELA, F. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

Dosi, G.; Freeman, C.; Nelson, R.R.; Silverberg, G; Soete, L., **Technology and economic theory**, London: Pinter Publishers, 1988.

\_\_\_\_\_.; Pavitt, K.; Soete, L. **The economics of technical change and international trade**. Herfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1990.

\_\_\_\_\_. Some notes on national systems of innovation and production and their implication for economic analysis. In: Archibugi, D., Howells, J. and Michie, J. (eds.), **Innovation policy in a global economy**, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications**. 2nd ed. Chicago: University of Chicago, 1995.

\_\_\_\_\_. **Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru (SP): EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações**. 2. ed. São Paulo (SP): EDUSP, 2008.

EDQUIST, C.; HOMMEN, L. Systems of innovation: theory and policy for the demand side. **Technology in Society**, v. 21, n. 1, p. 63-79, 1999.

\_\_\_\_\_. Systems of Innovation: Perspectives and Challenges. In Fagerberg, J., Mowery, D. e Nelson, R. (eds.) **The Oxford Handbook of Innovation**, Norfolk: Oxford University Press, 2005.

EDWARDS, Michael. Introdução. In: EDWARDS, Michael; GAVENTA, John (Ed.). **Global citizen action: perspectives and challenges**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc., 2000.

EHLKE, C. **A maçonaria no passado histórico de Joinville**. Ed. Arquivo Histórico de Joinville, 1990.

EPARVIER, P. Methods of evolutionism and rivalry with neoclassical analysis. The example of the National System of Innovation concept, **Journal of Economic Methodology**, v.12, n. 4, p. 563-579, 2005.

ETZIONI, A. Entrepreneurship, adaptation and legitimation. **Journal of Economic Behavior and Organization**. n.8, p. 175-189, 1987.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Triple Helix - University-Industry-Government Relations: A Laboratory for Knowledge-Based Economic Development', **EASST Review**, v.14, n.1, p. 14-19, 1995.

\_\_\_\_\_. The dynamics of innovation: from National Systems and 'Mode 2' to Triple Helix of university-industry-government relations, **Research Policy**, V. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

FECABOM. Federação de Bombeiros Comunitários. Florianópolis, 2013. **Histórico**. Disponível em: <http://www.fecabom.org.br/a-fecabom.php>. Acesso em 27/01/2014.

FERRARA, A. On Phronesis. **Praxis International**, V. 7, n. 3/4, p. 247-267, Winter, 1987.

FILION, L. J. O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: Identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 31, n. 3, p. 63-71, Julho / Setembro, 1991.

FLYVBJERG, B. Mantendo práticas não-racionalizadas: corpo-mente, poder e ética situacional: uma entrevista com Hubert & Stuart Dreyfus Sustaining non-rationalized practices. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 16: 1 17-1 43, 1993.

\_\_\_\_\_. **Making Social Science Matter: Why Social Inquiry Fails and How It Can Succeed Again**. Cambridge: Cambridge University Press. 2001

\_\_\_\_\_.; Landman, T.; Schram, S.. **Real Social Science – Applied Phronesis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FONTAN, J. Développement territorial et innovation sociale. In. **Innovation sociale et territoire: convergences théoriques et pratiques**. p. 17-42, Presses de l'Université du Québec. Québec, 2011.

FREEMAN, C. Innovation and the strategy of the firm. In: FREEMAN, C. **The economics of industrial innovation**. p.225-282. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.

\_\_\_\_\_. **Technology policy and economic performance: lessons from Japan.** London: Pinter Publishers, 1987.

\_\_\_\_\_.; Soete, L. **Technical change and full employment.** Oxford: Basil Blackwell, 1987.

\_\_\_\_\_. **The national system of innovation: in historical perspective.** Cambridge Journal of Economics, v. 9, n. 1, p. 5-24, 1995.

\_\_\_\_\_.; SOETE, L. National systems of innovation. In: FREEMAN, C.; SOETE, L. **The economics of industrial innovation.** London: Pinter Publishers, p. 295- 317, 1997.

G1. **Tragédia em Boate no RS: o que já se sabe e as perguntas a responder.** São Paulo, 2013a. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/01/tragedia-em-santa-maria-o-que-ja-se-sabe-e-perguntas-responder.html>>. Acesso em 20/12/2013.

G1. **Ser bombeiro voluntário é tradição de mais de 120 anos em Santa Catarina.** Fantástico, 2013b. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/04/ser-bombeiro-voluntario-e-tradicao-de-mais-125-anos-em-santa-catarina.html>>. Acesso em 20/12/2013.

GARTNER, W. B. Who is an entrepreneur?" Is the wrong question. **American Journal of Small Business**, v.12, n.4, p.11-32, 1988.

GERBER, M. E. **O mito do empreendedor.** 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

GIBBONS, M.; LIMOGES, C.; NOWOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; PETER SCOTT, P.; TROW, M. **The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies.** London: Sage, 1994.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; MELO, R. B. de; BARBOSA, A. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** p. 89-112. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; MELO, R. B. de; BARBOSA, A. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** p. 301-323. São Paulo: Saraiva, 2006.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM  
**Empreendedorismo no Brasil.** Curitiba, 2005.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações - uma reconceitualização das riquezas das nações.** Rio de Janeiro: 1981, FGV.

\_\_\_\_\_. **Administração e contexto brasileiro.** Rio de Janeiro, FGV, 1983.

GUIMARÃES, T. B. C. Análise Epistemológica do Campo do Empreendedorismo. In: XXVIII ENANPAD, 2004, Curitiba. **Anais eletrônicos.**

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness, **American Journal of Sociology**, 1985.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo.** Vols. I e II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMFMartinsfontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Técnica e ciência como “ideologia”,** in: Textos escolhidos - Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. **The theory of communicative action: reason and the rationalization of society.** Vol I. Trad. Thomas McCarthy. Boston: Bacon Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos.** Madrid: Cátedra, 1989.

HAJER, M. A.; WAGENAAR, H. **Deliberative policy analysis: Understanding governance in the network society.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOLLIS, M. Economic men and original sin. **Political Studies** June V. 29, N.2, p.167-180, 1981.

\_\_\_\_\_. **Trust within reason**. Canbridge: Cambridge University Press, 1998.

HEIDEGGER, Martin. **Plato's 'Sophist.'** Trad. Richard Rojcewicz and Andre Schuwer. Indianapolis: Indiana UP.,1997.

IBGE. . Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420910#>

>. Brasil, 2011.

JOHNSON, B. Institutional learning. In Lundvall, B.-Å. (ed.), **National Innovation Systems: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**, London: Pinter Publishers, 1992.

\_\_\_\_\_.; LEHMANN, M. **Sustainability and Cities as Systems of Innovation**, DRUID working paper, Copenhagen Business School, Department of Business Studies, 2006. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/aal/abbswp/06-17.html>>. Acesso em: 01/8/2010.

JOHNSON, C.; DOWD, T. J.; RIDGEWAY, C. L. Legitimacy as a Social Process. **Annual Review of Sociology**, v. 32, n. 1, p. 53-78, 2006.

KLINE, S.; ROSENBERG, N. An overview of innovation. In: Landau, R., Rosenberg, N. (Eds.), **The Positive Sum Game**. Washington, DC: National Academy Press, 1986.

KNIE, J. L. W. **Atlas ambiental da região de Joinville: Complexo hídrico da Baía da Babitonga**. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

KRIEGER, M. **Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil na Região Sul do Brasil: uma análise da percepção dos atores do campo à luz da Sociologia Pragmática**. 2011. 254 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG,

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2011.

KÜPERS, W.; STATLER, M. Practically wise leadership: towards an integral understanding. **Culture and Organization**, V.14, n.4, p.379–400, 2008.

\_\_\_\_\_. The Art of Practical Wisdom: Phenomenology of an Embodied, Wise ‘Inter-practice’ in Organization and Leadership. **In: KÜPERS, W.; PAULLEN, D. A Handbook of Practical Wisdom: leadership, organization and integral business practice**. London: Gower, 2013.

\_\_\_\_\_.; PAULLEN, D. **A Handbook of Practical Wisdom: leadership, organization and integral business practice**. London: Gower, 2013.

LAMONT, M. Em direção a uma sociologia comparativa de valoração e da avaliação. **NORUS**, v. 1, n. 01, jan-jun, 2013.

LAUREANO Jr., R. O. **O serviço voluntário indenizável como alternativa para potencializar a atividade finalística do CBMSC**. 69 f. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Pública com ênfase à Atividade de Bombeiro Militar) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

LAVILLE, J.-L.; LÉVESQUE, B.; MENDELL, M. The Social Economy. Diverse Approaches and Practices in Europe and Canada. *In:*

LÉVESQUE, B.; BOURQUE, G. e FORGUES, É. **La nouvelle sociologie économique**. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

\_\_\_\_\_. Les entreprises d’économie sociale, plus porteuses d’innovations sociales que les autres? *In: COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L’ACFAS*, 2001, Montreal, Cahiers du **CRISES**, v. 0205, 2002.

\_\_\_\_\_. Empreendedor coletivo e economia social: outra forma de empreender, 2004. *In* RV Gis - **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**. Disponível em: <<http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores.htm>>. Acesso em: 25/1/2011.

\_\_\_\_\_. Le potentiel d'innovation sociale de l'économie sociale: quelques éléments de problématique. **Revue Économie et Solidarités**, Vol. 37, no 1, 2006.

\_\_\_\_\_. L'innovation dans le développement économique et dans le développement social », in J.-L. Klein e D. Harrisson (Dir.). **L'innovation sociale**. Émergence et effet sur la transformation sociale. Québec, Presses de l'Université du Québec, p. 43-70, 2007.

\_\_\_\_\_. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 107–144, 2009.

LIPIETZ, A. **Será impossível um desenvolvimento ecológico viável?** Portugal: Contemporânea, 1995.

LOEBER, A. **Practical wisdom in the risk society**: Methods and practice of interpretative analysis in questions of sustainable development. Amsterdam: University of Amsterdam, 2004.

LONG, C. The ontological reappropriation of phrónêsis. **Continental Philosophy Review**, v. 35 no. 1, p. 35–60, 2002.

LUNDVALL, B.-A. (dir.) **National System of Innovation. Toward a Theory of Innovation and Interactive Learning**, London: New York, 342 p., 1992.

\_\_\_\_\_; Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national innovation systems. In: DOSI, G. et al. **Technology and economic theory**. London: Pinter, 1988.

\_\_\_\_\_. **Product innovation and user-producer interaction**. Aalborg: Aalborg University, 1985.

\_\_\_\_\_.; JOHNSON, B.; ANDERSEN, E. S.; DALUM, B. National systems of production, innovation and competence building. **Research Policy**, v. 31, n. 2, p. 213-231, 2002. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/B6V77-459H02Y-3/2/8ddb739aa969f97f3548c5b377535638>>. Acesso em: 1/8/2010.

\_\_\_\_\_. **Innovation Sytsem Research and Policy**: Where it came from and where it might go. Working paper. Aalborg University, 2007. Disponível em: < [http://vbn.aau.dk/en/publications/innovation-system-research-and-policy-where-it-came-from-and-where-it-might-go\\_4e8e47a0-aa5d-11dc-8d1d-000ea68e967b.html](http://vbn.aau.dk/en/publications/innovation-system-research-and-policy-where-it-came-from-and-where-it-might-go_4e8e47a0-aa5d-11dc-8d1d-000ea68e967b.html) > Acesso em: 1/8/2010.

MANNHEIM, K. Liberdade, poder e planificação democrática. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARTIN, R. L.; OSBERG, S. “Social entrepreneurship: The case for definition”, **Stanford Social Innovation Review**, Spring, p.29-39, 2007.

MATTOS, P. L. Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem. In: **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, p. 347-373, 2006.

MAUS, A. **Sistema Integrado de Bombeiro**. Feneme, 2007.

Disponível em:

<[http://www.feneme.org.br/index.php?mod=noticias&inc=mais\\_procurados&opt=interna&id=757&sub=33](http://www.feneme.org.br/index.php?mod=noticias&inc=mais_procurados&opt=interna&id=757&sub=33)>. Acesso em: 11/11/ 2013.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

METZE, T. **Innovation Ltd. Boundary work in deliberative governance in land use planning**. Thesis. 261p. Faculty of Social and Behavioural Sciences, 2010. Disponível em

<<http://dare.uva.nl/document/193298>> Acesso em: dez. 2013.

MILLER, D.; FRIESEN P. Innovation in conservative and entrepreneurial firms: two models of strategic momentum, **Strategic Management Journal** v.3, n. 1, p.1-25, 1982.

MINTZBERG, H. **Safári de estratégia**: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOULAERT, F. e Nussbaumer, J. **La logique sociale du développement territorial**, Presses de l'université du Québec, Québec, 2008.

MULGAN, G. The process of social innovation. **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, v. 1, n. 2, p. 145–162, 2006.

NECK, H.; BRUSH, C.; ALLEN, E. The landscape of social entrepreneurship. **Business Horizons**, v. 52, p. 13-19, 2009.

NELSON, R; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

\_\_\_\_\_.: (1992) Sistemas nacionais de inovação – retrospecto de um estudo. In: **As fontes do crescimento econômico**. Tradução de Adriana Gomes de Freitas. Campinas, Editora da Unicamp, pp.427-469, 2006.

NONAKA, I. A dynamic theory of organizational knowledge creation, **Organization Science**, v. 5, n.1, p. 14-37, 1994.

OECD **National Innovations System**. Paris, 1997.

OECD, **The Social Economy: building inclusive economies**. relatório da OECD programa LEED, pp.155-182. Paris, 2007.

OECD, **Studies on SMEs and Entrepreneurship SME's: entrepreneurship and innovation**, relatório da OECD programa LEED, Paris, 2010.

ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985.

OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo social no Brasil**: fundamentos e estratégias. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista - Unesp, Franca, 2004.

PAIVA JR., F.; CORDEIRO, A. T. **Empreendedorismo e o Espírito Empreendedor**: Uma Análise da Evolução dos Estudos na Produção Acadêmica Brasileira. In: XXVI ENANPAD, 2002, Salvador. Anais eletrônicos.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. In: **Eisforia**, v. 4, 2006.

PEREDO, A.; MCLEAN, M. Social entrepreneurship: a critical review of the concept. **Journal of World Business** n.41, 56–65, 2006.

PINHEIRO, M. B. Economia de comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 333-351, 2000.

POL, E.; S. VILLE. Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term, **Journal of Socio-Economics**, Vol. 38, No. 6, p. 878-885, 2009.

POLANYI, K. **The great transformation**: The political and economic origin of our time. Boston: Bacon Press, 2001.

\_\_\_\_\_ ; L'économie en tant que procès institutionnalisé. In: Polanyi, K. & Arensberg, C. (orgs.) **Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie**. Paris : Librairie Larousse, 1975.

PORTER, M. **The Competitive Advantage of Nations**. New York: Free Press, 1990.

POSSAS, M. L. **Em direção a um paradigma microdinâmico**: a abordagem neo-schumpeteriana. In AMADEO, E. J. (org.) **Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. p. 155 a 177, SP: Marco Zero, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Joinville**: cidade em dados 2007.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991.

RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social. **Organizações & Sociedade** v. 14, n. 43. Out/dez, p. 111-128, 2007.

ROGERS, E. **Diffusion of innovations**. Free Press, New York, 2003.

ROSENBERG, N. The direction of technological change. Inducement mechanisms and focusing devices. **Economic Development and Cultural Change**, v.18, n.1, p. 1-24, out, 1969.

\_\_\_\_\_. **Inside the black box: technology and economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

ROSENSTOCK, O. Discurso de agradecimento pelo recebimento da Ordem da Machadinha. Blog do Portal Voluntários, 2010. Disponível em : <<http://blog.voluntariosonline.org.br/corpo-de-bombeiros-voluntarios-de-joinville/>> Acesso em: dez. 2013.

ROTHWELL, R. **Factors for Success in Industrial Innovations: Project SAPPHO – A Comparative Study of Success and Failure in Industrial Innovation**. Science Policy Research Unit, Brighton: University of Sussex, 1972.

\_\_\_\_\_. The characteristics of successful innovators and technically progressive firms', **R&D Management**, v. 7, n. 3, p. 191-206, 1977.

SACHS, I. L'écodéveloppement: stratégies pour le XXIème siècle. Paris: Syros, 1997.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. Estratégia de transição para o século XXI. In: SACHS, I; Paulo Freire Vieira (org). **Rumo a Ecosocionomia**, Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. O desafio do meio ambiente. In: SACHS, Ignacy; Paulo Freire Vieira (org). **Rumo a Ecosocionomia**, Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007b.

SANTA CATARINA. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1989.

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 0395/GEREH/DIAD/SSP de 11 de abril de 2003. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, ed. 17.136, 15 abr. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 237-280, 2002.

\_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, n. 3. Maio/agosto, 1998.

SANTOS, L. **A tensão entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental na gestão pública**: novos caminhos de um campo de estudo. 262 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUVAGE, P. Synthèse. In : **OCDE. Réconcilier l'économique et le social – vers une économie plurielle**. Paris: OCDE, 1996.

SCH. Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Trigésimo oitavo relatório da Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo. **Coleção Carlos Ficker. Coleção Memória de Cidade (CMC)**. Arquivo Histórico de Joinville. Tradução de Helena R. Richlin. Hamburgo, março de 1891.

SCHOONHOVEN, E.; ROMANELLI, E. **The entrepreneurship dynamic**: Origins of entrepreneurship and the evolutions of industries. Califórnia: Stanford University Press, 2001.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

SEGURA-BONILLA, O. Sustainable Systems of Innovation: The Forest Sector in Central America. In: **SUDESCA Research Papers No. 24**, PhD Dissertation, Aalborg: Department of Business Studies, Aalborg University, 1999.

SEGURA-BONILLA, O. Competitiveness, systems of innovation and the learning economy: the forest sector in Costa Rica. **Forest Policy and Economics**, v. 5, n. 4, p. 373-384, 2003. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VT4-493227S-3/2/4793f3e455ff8a99ad58b018c13c2c58>>. Acesso em: dez. 2010.

SERAFIM, M. C.; MARTES, A. C. B.; RODRIGUEZ, C. L.  
 “Segurando na mão de Deus”: organizações religiosas e apoio ao empreendedorismo. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, março-abril, 2012.

SERVA, M. Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas. São Paulo: EAESP/FGV, 1996. 633p. (Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV).

\_\_\_\_\_. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997a.

\_\_\_\_\_. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade frutuosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 2, p. 108-34, 1997b.

\_\_\_\_\_. A dimensão sócio-organizacional do desenvolvimento sustentável. In: **Anais do I EBANGRAD**, Salvador, 1999.

\_\_\_\_\_. O fato organizacional como fato social total. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 3, p. 131-52, 2001.

\_\_\_\_\_.; ANDION, C. O controle coletivo dos riscos ambientais na produção de alimentos: uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia. **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, CD Rom, Indaiatuba, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_.; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. In: **Revista de administração de empresas**, v. 46, no 2, abril/junho, 2006.

\_\_\_\_\_.; M. DIAS, T. e ALPERSTEDT, G. O Paradigma da Complexidade e a Teoria das Organizações: Uma Reflexão Epistemológica. In: **XXXIII ENANPAD, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos.**

SILBER, I. Pragmatic sociology as cultural sociology. Beyond repertoire theory? **European Journal of Social Theory**, 6(4) ed, p. 427-449, 2003.

SIMANTOB, M. e LIPPI, R. **O Valor de Inovação nas Empresas**. São Paulo: Globo, 2003.

SIQUEIRA, G. M. V. **Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas : novas fronteiras do campo de estudos**. xix, 217 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis, 2012

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. SP: Abril Cultural, 1983.

SOCIEDADE GINÁSTICA DE JOINVILLE. **Centenário da Sociedade Ginástica de Joinville 1858-1958**: Joinville, 1958.

SOUTO-MAIOR, J. Racionalidades: alguns esclarecimentos. **Estudos Avançados em Administração**: v.6, n.2, p.967-991, 1998.

SWEDBERG, R. **Joseph A. Schumpeter: His Life and Work**. Princeton: Princeton University, 1991.

STARK, D. **The Sense of Dissonance**, Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2009. Kindle edition.

STEVENSON, H.; JARILLO, J. C. A paradigm or entrepreneurship: Entrepreneurial management. **Strategic Management Journal**, v. 11, special edition, p. 17-27, 1990.

S' THIAGO, R. **Coronelismo urbano em Joinville**. O caso de Abdon Baptista. Florianópolis: Governo do Estado de S.Catarina, 1988.

TAYLOR, J. B. Improducting social innovation, **Journal of Applied Behavioral Science**, Vol. 6 no 1, p. 69-77, 1970.

TERNES, A. **Os voluntários do imprevisível**. Joinville: Letrad'agua, 2007.

THÉVENOT, L. Rules and implements: investment in forms, **Social Science Information**, vol.23, n°1, p.1-45, 1984.

\_\_\_\_\_. Équilibre et rationalité dans un univers complexe. In : **Revue économique**. Volume v.40, n°2, p. 147-198, 1989.

\_\_\_\_\_. Pragmatic regimes governing the engagement with the world. In: IN KNORR-CETINA; K., SCHATZKI; T. SAVIGNY EIKE V. (eds.), **The Practice Turn in Contemporary Theory**, London: Routledge, p. 56-73, 2001a.

\_\_\_\_\_. Organized Complexity: Conventions of coordination and the Composition of Economic Arrangements, **European Journal of Social Theory** V. 4, no. 4, p. 405–25, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Conventions of coordination and the framing of uncertainty**. Fullbrook Edward (ed.), *Intersubjectivity in Economics*. London: Routledge, p.181-197, 2002a.

\_\_\_\_\_. Which Road to Follow? The Moral Complexity of an “Equipped” Humanity’. In: J. Law and A. Mol (eds) **Complexities: Social Studies of Knowledge Practices**, p. 53–87. Durham, NC: Duke University Press, 2002b.

\_\_\_\_\_.; Eymard-Duvernay, F.; Favereau, O.; Orléan, A., Salais, R. Values, Coordination and Rationality: The Economics of Conventions. In OLEINIK, A. (ed.), **The Institutional Economics of Russia's Transformations**. Aldershot (UK):Ashgate, 2005.

\_\_\_\_\_. **L'action au pluriel**. Sociologie des régimes d'engagement. Paris: Découverte, 2006.

\_\_\_\_\_. A Science of Life Together in the World. **European Journal of Social Theory**, v. 10, no. 233, 2007a.

\_\_\_\_\_. The plurality of cognitive formats and engagements: moving between the familiar and the public. **European Journal of Social Theory**, V.10, N. 3, p. 413-427, 2007b.

TIDD, J.; BESSANT, J. ; PAVITT, K. Gestão da Inovação. Trad. Elizamari Rodrigues Becker et. al. 3ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TIGRE, P. Bengt-Åke Lundvall - Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation.

**RBI - Revista Brasileira de Inovação**, América do Norte, 830 10 2009.

TONET, R. **Fenômenos, economia plural e desenvolvimento local**: um estudo da feira de artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

VEDDER, A. (Org.). NGO involvement in international governance and policy: sources of legitimacy. **Nijhoff Law Specials** v. 72. Leiden-Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2007.

VIEIRA, P. F. ; BERKES, F.; SEIXAS, C. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. in: **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. 4. ed., v. 1 e 2. São Paulo: UnB, 2004

\_\_\_\_\_. **From Max Weber**: Essays in sociology, H. H. Gerth & C. W. Mills (Eds.). New York: Oxford University Press, 1946.

WITTGENSTEIN, L. **Lectures on Ethics**.. Galilean Library, (1929) 2006. Disponível em: [http://www.galilean-library.org/witt\\_ethics.html](http://www.galilean-library.org/witt_ethics.html)

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ZAHRA, S.; GEDAJOVIC, E.; NEUBAUM, D.; SHULMAN, J. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of Business Venturing**. n. 24, p. 519-532, 2009.

## APÊNDICE A: ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista para identificação da inovação social:

Nome:

Idade:

Formação:

Atividade/ funções exercidas na instituição:

### Informações gerais

1. Fale-me sobre a história da instituição ressaltando os fatos e acontecimentos que a diferenciam de outras organizações. Existe algo que a torne única?
2. Como é a estrutura do CBVJ? Existe algo diferente nessa estrutura quando comparada a outras organizações?
3. Como funciona a coordenação do trabalho do CBVJ (cooperação e geração de aprendizagem)? Existe algum aspecto muito diferente das demais organizações?
4. Existe algum registro disto? Quem são as pessoas que podem tratar sobre isso? Dados de contato.
5. Existem processos internos ou práticas de gestão (e de fomento) que não são comuns em outras organizações? Quais?
6. Existem projetos ou ações do CBVJ que poderiam ser consideradas inovações? Quais são? Existem registros dessas ações e projetos? Quem participou dessas ações?
7. Quais foram os principais efeitos ou resultados dessas ações?

### Dimensão organizacional

8. As ações envolveram ou resultaram em novas formas de governança: (interações com políticas públicas, ações coletivas)? Quais as mudanças ocorridas na forma de coordenação e participação dos públicos de interesse?
9. As ações envolveram ou resultaram em novas possibilidades de relação com a sociedade?
10. As ações envolveram mudanças nos objetivos da organização? Quais?

### Dimensão institucional/legal

11. As iniciativas afetaram direitos legais de alguém?
12. Houve alguma mudança na legislação envolvendo inclusão social ou defesa de minorias?
13. Alguma iniciativa apoiou a prevenção de problemas sociais?
14. As ações influenciaram o estilo de vida ou a cultura de consumo? Quais foram essas mudanças?
15. As iniciativas originaram a formalização legal de novas instituições ou organizações? Quais? Qual o papel dessa nova instituição?

## **Roteiro semi-estruturado de entrevista para identificação das justificações e racionalidades**

<p>Nome:</p> <p>Idade:</p> <p>Formação:</p> <p>Atividade/ funções exercidas na instituição:</p> <p>Período de participação:</p>
<p><b>Legitimação em geral</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qual a causa que move o CBVJ?</li> <li>2. O que o CBVJ quer transformar na sociedade?</li> <li>3. Em que reside a força dessa causa?</li> <li>4. Você pode dar um exemplo de outra causa tão forte quanto a do CBVJ?</li> <li>5. Quais as três primeiras pessoas que vem a cabeça como ícones relacionados aos Bombeiros Voluntários de Joinville?</li> <li>6. Por que você se lembra dessas pessoas?</li> <li>7. Quais as principais características que as torna exemplos para o CBVJ? Quem são? Qual a principal ocupação de cada um?</li> <li>8. O que dá orgulho em relação ao CBVJ?</li> <li>9. Quais as principais frustrações em relação ao CBVJ?</li> <li>10. Descreva uma corporação de bombeiros voluntários ideal?</li> <li>11. Qual o papel do CBVJ em relação a outras corporações similares?</li> <li>12. Em sua opinião, quais as principais estratégias e instrumentos utilizados pelo CBVJ que possam fazer com que seja considerado um modelo?</li> <li>13. O que é considerado mais importante para o CBVJ? O que o CBVJ mais valoriza?</li> <li>14. Quais os testes que o CBVJ precisa superar para ser valorizado na sociedade?</li> <li>15. Quais os princípios ou valores mais importantes para o CBVJ?</li> <li>16. Quais os principais objetivos ou metas do CBVJ? O que o CBVJ quer alcançar ou realizar?</li> <li>17. Quais foram as principais conquistas do CBVJ?</li> <li>18. Quais os principais benefícios que o CBVJ gera para a sociedade?</li> <li>19. Existe alguma forma utilizada pelo CBVJ para avaliar o seu êxito?</li> <li>20. Existem críticas ou resistências ao CBVJ? Quais são?</li> <li>21. Quem são as pessoas e organizações que fazem essas críticas?</li> <li>22. Quais os principais argumentos que justificam essas críticas?</li> </ol>
<p><b>Dimensão Institucional</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>23. Quais as principais mudanças legais relacionadas ao CBVJ? (Montar uma tabela para estruturar as respostas às perguntas seguintes)</li> <li>24. Qual foi o posicionamento ou pleitos do CBVJ perante cada uma das mudanças legais?</li> <li>25. Qual foi o papel que o CBVJ assumiu em cada uma dessas mudanças legais?</li> </ol>

26. Quem foram as pessoas e instituições/organizações mais importantes em cada processo de mudança legal?
27. Quais foram os principais argumentos que justificaram a posição do CBVJ frente a cada mudança legal?
28. Quais foram os principais argumentos de crítica à posição do CBVJ frente a cada mudança legal?
29. Como o CBVJ lidou com as críticas, houve alguma tentativa de entendimento? Qual foi a estratégia utilizada para lidar com essas críticas?
30. Quais foram as principais mudanças e consequências internas de cada alteração legal relacionada ao CBVJ?
31. Quais foram as principais mudanças e consequências externas (para a sociedade) de cada alteração legal relacionada ao CBVJ?
32. De que forma essas mudanças legais aumentaram a prevenção de problemas sociais?
33. De que maneira essas mudanças legais geraram algum tipo de universalização de direitos?

#### **Dimensão Organizacional**

34. Como a governança do CBVJ está estruturada?
35. Quais as principais mudanças ocorridas nessa estrutura de governanças, desde a fundação do CBVJ?
36. Essas mudanças na estrutura ou políticas de governança foram registradas ou formalizadas (atas de reunião, mudança no estatuto ou regimento interno)?
37. Quais as razões que justificaram essas mudanças na governança do CBVJ?(Solicitar as atas das reuniões de aprovação de mudanças no estatuto e os estatutos alterados.
38. O que é considerado mais importante para o Conselho Deliberativo/Diretoria/Sócios?
39. Quais os princípios ou valores mais relevantes para o Conselho Deliberativo, Diretoria e Sócios?
40. Quais os objetivos mais importantes do CBVJ para o Conselho Deliberativo/Diretoria/Sócios?
41. Quais as fontes de recursos que sustentam financeiramente o CBVJ, a proporção de cada uma no orçamento anual?
42. Existe algum papel ou influência dessas fontes de recursos na governança do CBVJ? De que forma isto ocorre?
43. Quais os argumentos que o CBVJ utiliza para se justificar e se legitimar perante cada fonte de recurso? Este recebimento é legítimo porque...
44. O CBVJ presta contas perante cada fonte de recurso? De que forma isto ocorre?
45. Quais as principais críticas em relação ao modelo de governança e fontes de fomento do CBVJ?
46. Quem faz essas críticas?
47. Quais os principais argumentos que justificam essas críticas?
48. Qual foi a estratégia utilizada para lidar com essas críticas?

## ANEXO A: DEFINIÇÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL

Autor	Ano	Definições de inovação social
OECD /LEED Forum on Social Innovations	2000	<p>“The OECD working definition of social innovation implies conceptual, process or product change, organizational change and changes in financing, and can deal with new relationships with stakeholders and territories. ‘Social innovation’ seeks new answers to social problems by:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● identifying and delivering new services that improve the quality of life of individuals and communities;</li> <li>● identifying and implementing new labor market integration processes, new competencies, new jobs, and new forms of participation, as diverse elements that each contribute to improving the position of individuals in the workforce.</li> </ul> <p>Social innovations can therefore be seen as dealing with the welfare of individuals and communities, both as consumers and producers. The elements of this welfare are linked with their quality of life and activity. Wherever social innovations appear, they always bring about new references or processes.</p> <p>Social innovation is distinct from economic innovation because it is not about introducing new types of production or exploiting new markets in itself but is about satisfying new needs not provided by the market (even if markets intervene later) or creating new, more satisfactory ways of insertion in terms of giving people a place and a role in production.”</p>
Centre de Rech. sur les Innovations Sociales (CRISES/UQAM)	2003	<p>“A social innovation is an intervention initiated by social actors to respond to an inspiration, to provide for a need, to benefit from an opportunity to modify social relationships, to transform established patterns of behavior, or to propose new cultural orientations.”</p>
Skoll World Forum on Social Entrepreneurship and Social Innovation	2007	<p>Social innovation “can simply be understood as ‘new ideas that work which address social or environmental needs’. It may occur as a result of addressing new needs, reframing circumstances to make unmet social needs clear and urgent, or changing organizational structures to grasp new opportunities to add social value. Social innovation is more than just invention. Diffusion or the scale of ideas is an integral part of making its impact effective, as is co-ordinate action by a wide range of people and organizations spanning social, government and business sectors.” (Skoll, in Westall, 2007).</p>

Autor	Ano	Definições de inovação social
EMES	2007	<p>According to the EMES, social innovation can be seen “As arising from a new kind of entrepreneurship focused on social goals, new products or new qualities of products, new methods of organisation and/or production (often involving different partners and resources), new production factors such as atypical employment and involvement in governance, mixing voluntary and paid employment, as well as new market relations such as the changing welfare mix, or new legal forms such as the social co-operative in Italy which encourages entrepreneurial and commercial dynamics and formalizing multi-stake holding” (Westall, 2007).</p>
Mulgan et al.	2007	<p>“Innovation is often given complex definitions. We prefer the simple one: ‘new ideas that work’. This differentiates innovation from improvement, which implies only incremental change; and from creativity and invention, which are vital to innovation but miss out the hard work of implementation and diffusion that makes promising ideas useful. Social innovation refers to new ideas that work in meeting social goals.</p> <p>Defined in this way the term has, potentially, very wide boundaries – from gay partnerships to new ways of using mobile phone texting, and from new lifestyles to new products and services. We have also suggested a somewhat narrower definition:</p> <p>Innovative activities and services that are motivated by the goal of meeting a social need and that are predominantly developed and diffused through organizations whose primary purposes are social. This differentiates social innovation from business innovations which are generally motivated by profit maximization and diffused through organizations that are primarily motivated by profit maximization. There are of course many borderline cases, for example models of distance learning that were pioneered in social organizations but then adopted by businesses, or for-profit businesses innovating new approaches to helping disabled people into work.</p> <p>But these definitions provide a reasonable starting point (and overly precise definitions tend to limit understanding rather than helping it)” (Mulgan <i>et al.</i>, 2007).</p>

Autor	Ano	Definições de inovação social
NESTA	2008	<p>According to NESTA (2008) social innovation refers to:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● “new ideas (products, services and models) developed to fulfill unmet social needs;</li> <li>● many of those supported by the public sector, others by community groups and voluntary organizations;</li> <li>● social innovation is not restricted to any one sector or field;</li> <li>● it can take the form of a new service, initiative or organization, or a new approach to the organization and delivery of services;</li> <li>● social innovation can either spread throughout a profession or sector – like education or healthcare – or geographically from one place to another.”</li> </ul>
Stanford Social Innovation Review	2008	<p>“A novel solution to a social problem that is more effective, efficient, sustainable, or just than existing solutions and for which the value created accrues primarily to society as a whole rather than private individuals. A social innovation can be a product, production process, or technology (much like innovation in general), but it can also be a principle, an idea, a piece of legislation, a social movement, an intervention, or some combination of them.” (Phills, Deiglmeier and Miller, 2008).</p>
Harris and Albury	2009	<p>“Innovation that is explicitly for the social and public good; innovation inspired by the desire to meet social needs which can be neglected by traditional forms of private market provision or be poorly served or unresolved by services organized by the state. Social innovation can take place inside or outside of public services and can be developed by the public, private or third sector, users and communities; however, some innovations developed by these sectors do not qualify as social innovation because they do not directly address major social challenges.”</p>

Fonte: adaptado de OECD, 2010, p. 214.

**ANEXO B: TEXTO DO JORNAL *ILLUSTRIRTE ZEITUNG***

A Colônia Dona Francisca na Província de Santa Catarina, Brasil.

Há vários anos um assunto referente à nossa pátria alemã preocupa profundamente nossas mentes e, quando importantes temas estão em discussão, sempre há espaço para que sejam expostos. Esse assunto é a emigração. Foram baixados decretos para proteção dos emigrantes, mas, por mais benéfica que seja sua atuação, não podem garantir conselho nem orientação. Por essa razão, foram criadas associações de aconselhamento, de modo a facilitar o transporte dos emigrantes e a escolha do destino da emigração, e empresas colonizadoras para dirigir seu assentamento. Há ainda outro princípio, qual seja o especulativo, e é neste que, com uma boa direção, se baseia o principal sustentáculo para seu sucesso, pois, fundadas em utilidade, boas condições naturais e a superação de dificuldades, diante das quais o emigrante isolado sucumbiria, as especulações são em grande parte do interesse do próprio emigrante, e quem não se associaria com prazer ao ver que, na mesma medida que tem sucesso, também incentiva os fins benéficos, tão insistentemente abordados?

Vendo-se as multidões que ano a ano migram em direção ao oeste, qualquer pessoa que tenha um mínimo de sentimento deve encher-se de preocupação: não estaria uma grande parte dessas pessoas, principalmente as mais pobres, caminhando em direção da amarga decepção de suas esperanças e da desgraça certa? Não estariam sendo uma presa fácil do egoísmo mais vil, em virtude de sua boa-fé e inexperiência, e da desconfiança que nutrem com relação às classes mais abastadas? Infelizmente a experiência tem confirmado tal preocupação. Milhares dos mais pobres sucumbiram na dor e desgraça; milhares de famílias foram separadas, para fugir das necessidades mais prementes, e outros milhares, acostumados em sua pátria a uma vida independente, foram obrigados a desistir de suas ocupações habituais, para garantir a sobrevivência com trabalhos que antes desprezavam.

Somente por meio da colonização é possível orientar os mais pobres no sentido de garantir sua independência e desviar deles problemas e perigos não diretamente ligados à emigração, proporcionando-lhes aquelas vantagens que só meios de maior vulto e forças unidas podem conseguir.

Mas há ainda outra circunstância igualmente importante, que também incentiva a colonização. É a situação atual da própria emigração.

Se deixarmos de lado certo número de pessoas das classes mais cultas que, por motivos políticos ou outros, são levadas a deixar o país, veremos que a grande maioria dos emigrantes pertence às classes menos favorecidas e abandona a pátria pela insatisfação com sua situação material. Mesmo que a disparidade entre ganho e necessidade resida na má distribuição de mão de

obra, na falta de capital ou mesmo em exigências exageradas, o fato não pode ser negado. É certo também que, graças à diminuição da mão de obra em virtude da emigração, aumentem e sejam facilitados os ganhos dos que ficam, e tal certeza contribuiu para que se visse na emigração um meio acertado contra a pobreza, o que realmente poderia ser.

Mesmo que as condições pareçam exigir que uma parte da população deixe a pátria, surge a pergunta: Quem deve emigrar, para provocar o efeito desejado? A Alemanha não tem excesso de população, apenas um aumento populacional nas classes menos favorecidas e, por causa da desmedida concorrência nessa classe, exagerada quantidade de pobres e pessoas de baixo poder aquisitivo. Grande número de pessoas às quais o futuro não haverá de sorrir, que por mais que trabalhem não têm perspectiva de juntar forças para os tempos da velhice e fraqueza e que por essa razão se deixam levar por total desânimo. Para esses, a emigração seria um benefício, visto que sua situação poderia ser facilmente melhorada e, com as poucas pretensões que têm, certamente sentir-se-iam felizes em condições que aqui seriam insuficientes para garantir-lhes uma situação segura. E são justamente esses que, por serem em grande número, pesam ao estado e cujo afastamento seria importante para eles próprios e para a nação.

Apesar de essa classe não ser a mais desvalida, está a um passo da decadência moral. Mais importante que antes, é necessário o incentivo da emigração dos pobres, pois antigamente, quando eles encontravam abrigo nos exércitos comprados, não havia tantos motivos de evitar seu aumento.

Mas enquanto a emigração não receber incentivo, justamente aqueles, para os quais ela seria um benefício, não têm como emigrar, pois, mesmo que dispusessem de meios para custear a viagem, não teriam como empreender uma emigração, sem arriscar seu destino e o dos seus, visto faltarem-lhes os altos custos necessários ao assentamento em uma terra totalmente estranha, garantindo-lhes o sustento no primeiro ano. É com toda razão, portanto, que todas as associações, todos os jornais dirigidos à emigração previnem as famílias pobres contra a emigração, e pelo mesmo motivo a emigração consiste naqueles de maior poder aquisitivo das classes mais baixas e de pessoas que, tendo os meios necessários, poderiam garantir sua permanência na pátria com trabalho e afinco se não expulsassem os mais pobres com a desmesurada concorrência. As pesquisas mais apuradas revelaram que os cerca de 60 a 80.000 emigrantes que anualmente deixam a Alemanha levam junto um capital de, no mínimo, 15 milhões de táleres prussianos em moeda corrente. Essa grande evasão anual de tesouro nacional está totalmente perdida para a Alemanha e serve apenas para enriquecer países estrangeiros e fazer concorrência aos produtos alemães. Uma emigração nesses moldes, altamente duvidosa por si só, não pode atuar como remédio contra a pobreza, pois, quando

si só, não pode atuar como um remédio contra a pobreza, pois, quando os empregadores emigram, não aumentam os ganhos dos operários, pelo contrário, diminui o seu poder aquisitivo, e o problema não é afastado, cresce a cada ano, porque não é o número de pessoas, mas o capital que favorece o trabalho e os salários pelo trabalho. Até o capital mais pulverizado provoca esse efeito, e a sua evasão faz sentir seus prejuízos em alguma área, mesmo que pelo reduzido tamanho não sejam sentidos de pronto. Somente quando os pobres, e não os de melhor poder aquisitivo das classes mais baixas, emigram, pode-se esperar algum efeito positivo da emigração.

Por outro lado, a colonização é o meio para reduzir ao máximo o preço das somas imprescindíveis à emigração, visto dispensar o emigrante da necessidade de se prover com grandes somas, de se preocupar com a incerteza de suas novas condições e de cuidar de encontrar um abrigo, economizando à Alemanha somas que possibilitem a emigração das pessoas mais pobres entre os de menor poder aquisitivo.

Mas se a pátria deseja livrar-se de parte da classe mais pobre, a fim de minorar os perigos que ameaçam a sociedade por meio do aumento do proletariado, não pode se furtar de algumas obrigações morais para com seus filhos menos favorecidos; deve dar-lhes, com cuidado paternal, melhores condições de vida do que aquelas em que se encontravam até então, e isso certamente só é possível com a colonização, com a mudança para regiões nas quais o clima minore as necessidades, onde a fertilidade facilite o sustento e onde, com o plantio de culturas valiosas, seja possível ganhar mais do que aqui com um trabalho árduo.

No entanto a realização em grande escala desse empreendimento parece impraticável enquanto tivermos de assistir, estarecidos, ao crescimento cada vez maior do grande número de vítimas que ele parece exigir. Por essa razão, a missão maior e mais importante das sociedades de colonização é encontrar meios para que os pobres emigrem contabilizando não apenas as vítimas, mas principalmente as vantagens para eles. Então, e só então, será possível angariar grandes somas para isso. Quanto mais acessível uma colônia for para os pobres, mais nos aproximaremos do objetivo, e a experiência mostra-nos que só se deve adiantar aos emigrantes o mínimo indispensável ao chegarem lá, sem oprimi-los com pesadas dívidas ou cobrar-lhes a total devolução dos empréstimos; isso possibilitaria a emigração de uma classe que aqui se encontra oprimida, que atualmente não consegue emigrar e que não suprimiria da pátria um capital considerável. Tais instituições seriam também muito úteis para facilitar o assentamento de pessoas abastadas, porque, existindo uma população pobre suficiente, o principal problema seria afastado, qual seja a dificuldade de assentar a classe abastada em regiões desabitadas em virtude da falta de mão de obra. Com os de melhor poder aquisitivo, mesmo que das classes mais baixas, tal objetivo

não será atingido, pois essas pessoas, que em sua pátria não estavam habituadas a servir ou deixar que seus filhos fossem serviçais, estarão ainda menos inclinadas a tal em situações novas, nas quais o ganho de vida parece mais fácil. Os colonos abastados somente serão beneficiados por aqueles que aqui viviam em situação dependente e estavam acostumados a servir. Somente entre esses será encontrada a necessária mão de obra assalariada, sem a qual a administração de uma economia maior não é possível.

[...] As terras do Príncipe de Joinville reúnem, de maneira rara, todas as qualidades antes mencionadas como imprescindíveis a uma colônia. Estão localizadas em zona temperada entre os 26° e 27° de latitude sul, e a temperatura no verão é suficientemente alta apenas para amadurecer quase todas as plantas tropicais, sem que, como nos trópicos, à mesma temperatura, o resto do ano faça sofrer com um calor incômodo. A Província de Santa Catarina é famosa pelo seu clima ameno e saudável, que dispensa o lavrador de fazer provisões para o inverno, não interrompe seu trabalho e põe-lhe a mesa em qualquer época do ano. A proximidade com o mar, que leva sua maré por meio dos rios até a Colônia, possibilita não apenas a exportação de produtos sem valor no interior, como também os custos de transporte têm grande influência no produto bruto das plantações. Se em algum lugar as esperanças alimentadas pelos emigrantes quanto às relações político-comerciais podem realizar-se, certamente é ali, onde já há muitos anos se profetizou ao maravilhoso porto de São Francisco um grande futuro. Um comércio desses só pode ser baseado em grande produção de artigos de intercâmbio com a pátria-mãe, e justamente para tal se oferece aqui um campo quase inesgotável. Não apenas as vastas terras, quase desertas, que se estendem desde o mar em direção à serra com uma fertilidade sempre crescente, como também, de maneira ainda mais ampla, as vastas planícies de Curitiba e Lages oferecem ali um espaço para colonização no qual milhões de alemães poderiam viver em prosperidade.

Considerando que as condições impostas pelo Príncipe de Joinville parecem bastante aceitáveis e partem apenas do desejo de garantir à Colônia um florescer exitoso, assinaram o representante dele e o Sr. Senador C. M. Schroeder, em Hamburgo, um contrato que dava ao último a autorização de entregar o empreendimento a uma sociedade de acionistas, sob a condição de ele estar à frente destes. Em conformidade com isso foi o contrato entregue pelos acionistas, sem impor condições inoportunas ou reservas, ao Sr. Schroeder e por ele fundada uma sociedade de acionistas chamada de Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, que, desde então, administra o empreendimento com risco comunitário.

[...] A privilegiada localização da Colônia dispensa qualquer viagem terrestre e propicia aos colonos a grande vantagem da total isenção de impostos de alfândega na entrada, podendo trazer todos os utensílios domésticos que quiserem e cuja falta, em colonizações no interior, é tão la-

mentada. E, no entanto, essas terras têm a especial vantagem de a serra do interior, acidentado, justamente nesse ponto se aproximar mais da costa do que em qualquer outro porto; a Terra de Cima dista apenas meio grau, e assim que as estradas de comunicação forem construídas, até mesmo lavradores nórdicos terão ótimo espaço em planalto fértil, fartamente irrigado por rios que deságuam no Uruguai e no Rio da Prata. Como fonte de renda contam-se ainda os produtos extraídos das belas matas no pé dos morros, assim como peixes do rio e do mar e a caça fácil fornecem sustento ao colono assim que pisar aquela terra. Uma obra do Dr. Blumenau, editada por Froebel em Rudolstadt, em 1850, faz a descrição exata e detalhada da Colônia; outras informações estão à disposição no comitê em Hamburgo, onde também podem ser efetuadas inscrições para emigração. A próxima expedição está marcada para o dia 1º. de maio com o navio Emma e Louise, e mais tarde partirão navios a cada mês. O novo escritório para proteção dos emigrantes, instalado no prédio em Hamburgo, terá satisfação em divulgar a Colônia por intermédio da imprensa. Uma moradia condizente com o clima, com quatro cômodos, além de 50 morgos\* de terra agriculturável, pode ser comprada por 250 táleres prussianos em moeda corrente. (LEIPZIG, 1º. SEM./1851)

(\*)Morgo - unidade de medida agrária utilizada na época, equivalente à extensão de dois braços abertos, ou ma braça.

**Fonte: Böbel e S’Thiago, 2010, p. 40-45.**

## ANEXO C: POEMA SOBRE A REV. FEDERALISTA

*Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville*  
*Recordação do dia 19 de novembro de 1893*  
Autor: Alexandre Doehler

Estava nossa querida cidade  
Certa vez em grande perigo  
Ameaçada por estranhos malfeitores.  
Por entre saques aconteciam  
Homicídios e mortes.

A guerra civil no País  
Veio do sul para cá.  
E em nossa querida cidadezinha  
Havia muitos homens que se preocupavam.

Primeiro mudou-se do norte  
Para cá um General  
Com cinco Batalhões Combatentes,  
E com inúmeras armas.

Ele queria recrutar,  
Fortalacer suas tropas.  
Através de nossos jovens homens  
Ginastas, Atiradores e Bombeiros.

Logo cavaleirós com lanças caçavam  
Ao longo de nossas estradas.  
O momento era crítico  
E muitos ficaram receosos.

Para encontrar a segurança  
Muitos jovens fugiam às pressas.  
Levando poucos pertences  
Entretanto, os Bombeiros davam alarme.

E cada destemido bombeiro  
Atendeu ao chamado.  
Agora é hora de proteger a cidade  
Através de uma ação corajosa.

No pátio da Igreja da nossa pequena cidade  
Estava o Comandante do Corpo de Bombeiros.  
Ao seu redor o povo  
Ouvia com atenção.

E o Comandante dizia *Camaradas*,  
O General ordena:  
Nós devemos acompanhá-lo  
Ir à guerra com ele.

Porém, eu acho, meu povo  
Isto, esta guerra não vale.  
Então deixe-nos guardar  
Nossa casa, pátio e lar.

E por unanimidade ficou resolvido  
Que os Bombeiros,  
Para proteger nossa cidade,  
Não poderiam acompanhar o General

O Comandante agradecia  
Aos camaradas por esta resolução  
E falava: Eu vou dizer ao General.  
Que o Corpo de Bombeiros Voluntários  
Não tem obrigação de segui-lo.

ANEXO D: BALANÇO DO CBVJ (1955)

SOLICIANTE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE JOIQUILAS

BALANÇO RECORRIDO EM 31 DE JULHO DE 1955.

VALORES ATIVOS

Moedas .....	400.000,00
Receitas e Remessas .....	10.276,50
Equipamentos .....	655.079,40
Previdencia e Aposentacoes .....	10.259,00
Reservas e Oportunidades Removidas .....	131.469,60
Contas a Receber .....	11.410,00
Caixa .....	1.366,20
Reserva Nacional do Conselho .....	196.272,50
Banco Nacional do Comercio .....	44.775,00
Banco do Brasil S.A. .....	104.271,50
Banco do Brasil S.A. .....	107.293,60
Caixa Economica Federal .....	104.689,20
Caixa Economica Federal .....	104.249,20
Banco Cred. Merc. de Jo. Garcia .....	92.239,60
Banco Agricola Mercantil .....	99.239,00
Banco Agric. Mercantil - 90 Dias .....	57.000,00
Contas Correntes .....	1.200,00
<b>Total</b> .....	<b>2.181.424,00</b>

VALORES PASSIVOS

Patrimonio .....	62.704,80
Superavit em 31.7.55 .....	307.770,00
Superavit em 31.7.54 .....	451.159,50
Superavit em 31.7.53 .....	482.306,00
<b>Total</b> .....	<b>1.203.424,00</b>

1.203.424,00  
2.181.424,00

CONTAS DE DESPESAS

Materiais de Expediente .....	2.426,50
Despesas Gerais .....	1.785,50
Despesas Pessoais .....	122,20
Despesas com Transportes .....	7,00
Contas de Cobranca .....	20.630,50
Salas Inativas .....	1.239,00
Despesas Conservacao e Limpes .....	283,00
Telefones e Iluminacao .....	2.205,50
Gratificacoes .....	6.705,50
Com. de Exp. e Utens. Pessoais .....	5.089,50
Construcao, Fabric. e Repar .....	8.259,50
Assistencia Hospitalar .....	150,00
Superavit transf.p. valores passivos .....	482.306,00

531.931,20  
531.931,20

RESUMATIVO DAS CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS

CONTAS DE RECEITAS

Contribuicoes e Mensalidades .....	324.505,00
Subvencao Federal .....	100.000,00
Rendimentos .....	60,00
Juros .....	31.054,20
Rendos e Rendas com Furtos .....	76.362,00

Joiquilas, 31 de julho de 1955.

## ANEXO E: CARTA AOS ASSOCIADOS (1991)


**SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE JOINVILLE**

FUNDADA EM 13-07-1892 - Reconhecida de Utilidade Pública Lei Municipal nº 381 de 8-10-53, Lei Estadual nº 1324 de 12-7-55 e Lei Federal nº 3210 de 19-7-57 - Registrado no CNS-SEC - C.G.C.M.F. 84.712.091/0001-25  
Fones: 22-1112 - 22-2495 - 193 - Caixa Postal D-38 - Rua Jaguaruna, 13 - 82200 JOINVILLE - SANTA CATARINA

Joinville, 20 de agosto de 1991.

Ao  
Associado (a)  
Nesta

Caro Associado,

Prazerosamente endereçamos-lhe a presente para inicialmente expressarmos nossos comovidos agradecimentos pe la sua estimável contribuição ao nosso Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

Esses recursos possibilitaram esta en tidade cumprir sua elevada função social de socorrer vidas e salvaguardar o patrimônio da comunidade joinvilense.

Em razão disto, formulamos nosso Con-vite para que Vossa Senhoria permaneça conosco nesta árdua tarefa de do tar o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville de condições necessá-rias para o prosseguimento, em níveis mais eficazes, de suas ações, com vistas ao bem estar físico e material da comunidade.

É de conhecimento geral que Joinville nos últimos anos teve um espetacular crescimento, reformulando-se por completo o seu panorama urbano, e o Corpo de Bombeiros tem que se re-adaptar a essa nova realidade assumindo novas responsabilidades, sob pena de se imobilizar e deixar ao desamparo grande parte da população.

O Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, pela sua longevidade - quase um século - e pela longa experi-ência acumulada, é uma instituição acatada dentro e fora do nosso Estado, constituindo-se num valor eminentemente joinvilense, o que muito nos honra.

Outro fator que nos leva a uma nova tomada de decisão é de ordem econômica.

Em que pese os critérios parcimonios dos itens que compõem sua despesa, faz-se necessária pequena flexibili-



## SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE JOINVILLE

FUNDADA EM 13-07-1882 - Reconhecida de Utilidade Pública Lei Municipal nº 381 de 8-10-53, Lei Estadual nº 1324 de 12-7-55 e Lei Federal nº 3210 de 19-7-57 - Registrado no CNSS-MEC - C.G.C.M.F. 84.712.991/0001-25  
Fones: 22-1112 - 22-2495 - 193 - Caixa Postal D-38 - Rua Jaguaruna, 13 - 89200 JOINVILLE - SANTA CATARINA

zação para absorver inovações tecnológicas e reaparelhamento e manter os valores atualizados as despesas fixas de: salários, encargos sociais, alimentações, combustíveis etc... porquanto isto tudo faz parte da despesa de manutenção da Corporação e é a condição básica de sua sobrevivência.

E você associado, que no mês de julho de 1992 vai testemunhar o centenário desta valorosa Corporação, acontecimento singular na história dos Corpos de Bombeiros Voluntários do Brasil, há de convir que este patrimônio, produto de trabalho, idealismo e amor à cidade de Joinville, que nos foi legado por uma geração que nos antecedeu, é um compromisso que deverá permanecer de geração a geração.

Convictos de seu alto senso de responsabilidade como cidadão joinvilense, de sua conscientização da situação acima exposta e firmados na constatação de que os valores das mensalidades vinham desde janeiro de 1990 sofrendo defasagens, tomamos a iniciativa de reajustá-las e de estabelecer como critério, que seus valores não devem permanecer abaixo de Cr\$ 500,00.

Conclamamos também a V.Sa. a nos ajudar a ampliar o nosso quadro social, convidando um conhecido seu a ser sócio dos Bombeiros. Para tanto, anexamos uma ficha.

Confiantes de sua amável compreensão, reafirmamos nossa estima e consideração.

Atenciosamente.

José Henrique Carneiro de Loyola  
Presidente do Conselho  
Administrativo

### T A B E L A

Pessoas Físicas ..... acima de R\$ 500,00  
Pessoas Jurídicas ... acima de R\$ 2.000,00

## ANEXO F: EDITORIAL ANOTÍCIA (14/07/92)

# Bombeiros como símbolo

**A**s comemorações em torno do centenário de criação da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville devem possibilitar muitas e oportunas reflexões à comunidade, tanto a local, que serviu de berço a uma centenária demonstração do valor do voluntariado, quanto a maior, catarinense, também terra que ao longo desse tempo acolheu imigrantes e voluntários de diferentes regiões da Europa.

É natural que neste momento de aniversário as palavras sejam quase todas dirigidas aos que criaram e souberam manter, por cem anos, instituição tão genuinamente europeia, nascida da vontade do povo, solidário e responsável na construção de seu destino. Os bombeiros voluntários de Joinville representam a continuidade dos valores humanos e culturais dos milhares de imigrantes que plantaram cidades progressistas no Sul do Brasil, a partir de 1829. Conscientes de seus valores, da capacidade empreendedora e do infinito poder da conjugação de esforços, os joinvilenses de cem anos atrás não nos legaram apenas instituições valorosas, mas rica herança de ensinamentos cívicos e patrióticos.

No ventre de tantas lições de bravura e moral e de notável disposição física para o trabalho, a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, vergada nas últimas décadas pelo explosivo crescimento da cidade, sente em sua trajetória o peso dos anos, mas também o empobrecimento material da corporação. Já não dispõe do mesmo vigor, do mesmo viço, e da mesma solidariedade maciça da comunidade. Vive de glórias passadas, amargamente esquecida da solidariedade e da responsabilidade de seus filhos do presente. É uma corporação

ainda exemplar, mas pobre de recursos e órfã das atenções de que necessita e merece. Pouca tem sido a participação do empresariado na manutenção e ampliação das atividades dos bombeiros e menor, talvez, a presença da comunidade e dos poderes públicos, tanto em nível municipal quanto estadual.

Símbolo de uma época e legado de gerações, os bombeiros de Joinville são mais usados por todos, tanto em discursos quanto em plataformas de ação, do que propriamente em atitudes e ações práticas. Até recentemente, as contribuições se reduziam a módicas prestações mensais, até mesmo de grandes corporações econômicas instaladas no município, o mesmo ocorrendo com modestíssimo número de contribuições de pessoas físicas. Esse panorama de esquecimento e pobreza material mudou muito pouco nos últimos tempos, mesmo com a proximidade do centenário, para o qual, empurrados pelo calendário, resolveu-se dar atenção, pois é data, afinal, significativa.

Os bombeiros, contudo, devem ser reentronizados no coração dos joinvilenses como instituição-símbolo, capaz de reacender na comunidade o fogo sagrado de amor e responsabilidade de cada um para com a cidade em que vive. Se ao cidadão comum se pede reverência e dedicação à corporação, a fim de que seu valor ético seja preservado, às lideranças da comunidade se pedem menos palavras e mais ações em atendimento às inúmeras prioridades da centenária organização. A crise material que a corporação enfrenta é proporcional, talvez, à crise de valores que a comunidade atravessa. Nesse sentido, os bombeiros podem ser o símbolo de duas épocas: a de 1892 e a de 1992.

## ANEXO G: REPORTAGEM ANOTÍCIA (21/08/98)

## ANTÔNIO ANACLETO

**J**oinville — Esvaziar as funções do Corpo de Bombeiros Voluntários do Estado, inclusive com a possibilidade de extinção do serviço oferecido pelos socorristas são as consequências, caso seja aprovado, do Projeto de Lei Complementar 06/98, que regulamenta o artigo 107 da Constituição Estadual, enviado à Assembleia Legislativa pelo governador Paulo Afonso. A princípio, o projeto pretende dar poder de polícia aos bombeiros militares do Estado, mas está gerando grande apreensão nas entidades empresariais representativas de Santa Catarina, notadamente as vinculadas à construção civil e às prefeituras. No inciso oitavo do primeiro artigo do projeto consta que as unidades voluntárias, como o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, por exemplo, passam a subordinar-se à polícia militar do Estado.

A medida também avança nas atribuições do município. Questões relativas ao código de postura, habite-se e alvará de funcionamento ficam subordinadas às determinações da polícia militar. No entendimento da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij) e

outras entidades representativas da cidade, as atribuições do Corpo de Bombeiros Voluntários seriam esvaziadas

O presidente da Fiesc, Osvaldo Moreira Douat, pretende pesquisar melhor sobre a matéria, no entanto, até onde tem conhecimento avalia como absurda a idéia e caso o Estado implemente a medida demonstra que não têm noção dos problemas de segurança e não conhece a eficiência do trabalho do Corpo de Bombeiros Voluntários.

## OUTRO LADO

O tenente coronel Adilson Alcides de Oliveira, do comando militar do Corpo de Bombeiros do Estado, esclarece que o projeto dá aos bombeiros militares poder de polícia e nada muda nas estruturas das unidades de voluntários e defesa civil. “Na verdade o projeto traz agilização, principalmente nas ações de fiscalização, vistoria e análises de projetos.

Hoje quando encontramos alguma irregularidade fizemos comunicação às prefeituras para se tomar providências. Com o projeto, teremos uma atuação mais ágil, podendo embargar e até multar. Quanto ao trabalho dos bombeiros voluntários o projeto sequer faz referência”, garante Oliveira.